



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1611

Segunda-feira - 10 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Anchieta.....	3
Antônio Carlos.....	27
Arroio Trinta.....	35
Aurora.....	36
Barra Velha.....	37
Biguaçu.....	50
Blumenau.....	52
Braço do Trombudo.....	73
Brusque.....	74
Caçador.....	81
Camboriú.....	93
Campo Alegre.....	94
Campos Novos.....	109
Canoinhas.....	124
Capinzal.....	188
Catanduvas.....	197
Caxambu do Sul.....	197
Celso Ramos.....	200
Chapadão do Lageado.....	200
Cocal do Sul.....	201
Concórdia.....	204
Cordilheira Alta.....	206
Coronel Freitas.....	208
Coronel Martins.....	208
Correia Pinto.....	210
Curitibanos.....	210
Dionísio Cerqueira.....	234
Doutor Pedrinho.....	235
Eraldo Velho.....	240
Forquilha.....	240
Fraiburgo.....	241
Garopaba.....	244
Garuva.....	262
Gaspar.....	266
Grão Pará.....	268
Guaramirim.....	269
Guarujá do Sul.....	275
Herval d'Oeste.....	283
Ibiam.....	283
Imbituba.....	285
Indaial.....	291
Iomerê.....	311
Ipumirim.....	322
Irineópolis.....	340
Itapiranga.....	346
Itapoá.....	348
Jacinto Machado.....	349
Joaçaba.....	351

José Boiteux.....	357
Lages.....	357
Lauro Muller.....	360
Lebon Régis.....	361
Leoberto Leal.....	361
Lindóia do Sul.....	374
Luzerna.....	376
Mafra.....	386
Maravilha.....	386
Marema.....	387
Modelo.....	395
Navegantes.....	395
Nova Trento.....	404
Novo Horizonte.....	408
Orleans.....	409
Palhoça.....	409
Papanduva.....	422
Passo de Torres.....	424
Passos Maia.....	425
Penha.....	426
Pinheiro Preto.....	427
Pomerode.....	428
Ponte Serrada.....	429
Porto União.....	430
Pouso Redondo.....	431
Rio do Sul.....	432
Salto Veloso.....	457
Santa Rosa do Sul.....	459
Santa Terezinha do Progresso.....	459
São Bento do Sul.....	460
São Carlos.....	468
São Domingos.....	468
São João do Sul.....	469
São José.....	473
São José do Cedro.....	477
São Lourenço do Oeste.....	478
São Pedro de Alcântara.....	480
Schroeder.....	502
Serra Alta.....	519
Sombrio.....	520
Timbó.....	522
Treze Tílias.....	545
Trombudo Central.....	625
Turvo.....	626
Vargem Bonita.....	627
Videira.....	628
Vitor Meireles.....	631
Xaxim.....	632

Associações

AMMVI.....	633
------------	-----

Consórcios

CIGA.....	647
CIMVI.....	648
CIS/AMARP.....	651
CIS/AMMVI.....	652

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 275/2014

PORTARIA Nº 275/2014 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"DESIGNA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 015/2014".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com artigo 72 inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público aberto pelo Edital nº 015/2014 de 03/11/2014, composta pelos(as) senhores(as) abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, coordenem e acompanhem a execução e cumprimento do respectivo Edital:

1. CAMILA RAQUEL MACAGNAN - Presidente
2. ZELAINE APARECIDA PELICIONI - Membro
3. MARILUCY SARE KUSMANN - Membro
4. NILZE MARIA BALESTRIN SARI - Membro
5. JULIANA BORGHA - Membro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 276/2014

PORTARIA Nº 276/2014 de 03 de novembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) DENIS CONCI BRAGA, inscrito sob CPF nº 761.118.220-04 ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, a partir de 03/11/2014 a 22/11/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

PORTARIA 277/2014

PORTARIA Nº 277/2014 de 03 de novembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Silvia Mônica Bortolini, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, a partir de 03/11/2014 a 22/11/2014, período 13/14, restando 10 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

PORTARIA 278/2014

PORTARIA Nº 278/2014 de 03 de novembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário (a) Juarez Cesar Tonial, inscrito sob CPF nº 469.835.119-72 ocupante do cargo efetivo de Motorista, a partir de 03/11/2014 a 02/12/2014, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Anchieta

PREFEITURA

LEI Nº. 2.115/2014.

LEI Nº. 2.115/2014.

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, NAS MODALIDADES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, DESTINADO A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SINASE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nas modalidades de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Parágrafo único. Entende-se por SINASE, o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas no Município de Anchieta, de acordo com a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Art. 2º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, tem por objetivos:

I - atender ao adolescente, em meio aberto por Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012 - SINASE), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas, bem como, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

II - a responsabilidade do adolescente quanto as consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento - PIA;

IV - criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino.

Art. 3º O Plano Individual de Atendimento - PIA, será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais e responsáveis, no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente e deverá conter:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - as atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do Plano Individual de Atendimento - PIA ;

VI - as medidas específicas de atenção à saúde.

Art. 4º O acesso ao Plano Individual de Atendimento - PIA, será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente e a seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

Art. 5º O SINASE será organizado por meio de programas de

atendimento, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ser executado em parceria com as entidades de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade do Município.

Art. 6º O SINASE consistirá em:

I - atender aos adolescentes deste Município, que tenham cometido delitos de pequeno potencial ofensivo, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Anchieta;

II - promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, informática, esportiva, recreativa, artísticas e culturais;

III - capacitar os adolescentes participantes do programa para o ingresso no mercado de trabalho;

IV - implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para a concessão de estágios e trabalho, para os adolescentes atendidos pelo programa.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, poderá celebrar convênios com entidades de direito público e/ou entidades de direito privado, bem como, estabelecer parcerias com empresas particulares, visando o desenvolvimento das atividades relativas a execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o SINASE.

Art. 8º O SINASE ficará a cargo da Secretaria Municipal da Assistência Social, a quem caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implantação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Art. 9º As despesas oriundas da execução desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
em 30 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 30 de outubro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência: 2014 a 2024.

Período de Elaboração: Janeiro/2013 a Maio/2014.

1.2 Responsáveis pela elaboração

NOME	REPRESENTAÇÃO
Cleiton Watte	
Franciane Durigon	

Jacinta Dalmoro	
Luciana Zangalli	CRAS, CMDCA
Dayanna Basso Perozzo	CRAS
Sheila Fernanda Dornelles	CMDCA
Ediléia Pavan	CMDCA
Jozane A. de Paula Bard	CMDCA
Claudio Santa Catarina	Educação
Ana Paula Negri	Conselho Tutelar
Marlete Todescato	Conselho Tutelar
Lucimara Davi	Secretaria de Saúde
Kellin Dal Ri	Secretaria de Assistência Social
Gilmar de Souza	Câmara Municipal de vereadores
Luciane Scopel	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

1.3 Prefeitura Municipal

Município: Anchieta - Santa Catarina
 Nome do Gestor Municipal: Ari Prestes de Oliveira
 Nível de Gestão: () inicial (x) básica () plena
 Porte do município: (X) Pequeno Porte I
 () Pequeno Porte II
 () Médio Porte
 () Grande Porte
 Endereço:
 Rua: Avenida Anchieta Telefone: (49) 36533200
 Bairro: Centro Número: 858
 Cep: 89970-000 site: www.anchieta.sc.gov.br
 E-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br

1.4 Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas:

Nome do órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Nome do Gestor Municipal: Ivonete Recalcati
 Endereço: Rua Caçador,
 Bairro: Centro Número: 025
 CEP: 89970-000 Telefone: (49)36530586
 E-mail: assistenciasocial@anchieta.sc.gov.br

1.5 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Nome do Presidente: Sheila Fernanda Dornelles
 Telefone: (49)36533200

1.5 Conselho Tutelar:

Nome do Coordenador: Carla Marina Tremarin
 Telefone: (49)36530589 E-mail: conselhotutelar@anchieta.sc.gov.br

2. INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Atendimento dá cumprimento às recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE que destaca a necessidade da implementação de uma efetiva e estruturada política municipal de proteção aos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, assim como a reintegração desses adolescentes e suas famílias na comunidade. A partir do levantamento de dados relativos aos adolescentes em conflito com a lei do Município de Anchieta (atos infracionais, locais de ocorrência, medidas socioeducativas impostas e índices de cumprimento e descumprimento).

Os atores e operadores envolvidos na política de defesa dos direitos das crianças e adolescentes reuniram-se sistematicamente para a elaboração deste Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Este expõe as ações e intervenções para os próximos 10 anos, para tanto, foi construído pautado na análise diagnóstica do cenário atual no âmbito municipal formulando diretrizes, objetivos, metas e prioridades bem como as formas de financiamento. Salientamos que a execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (L.A.) aplicadas aos adolescentes são de competência municipal portanto é imprescindível a existência de programas e projetos com ações articuladas entre as áreas afins como: educação, saúde, assistência social, cultura esporte e lazer, bem como capacitação para o trabalho conforme princípios determinados pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

3. A CIDADE DE ANCHIETA/SC

O município de Anchieta está situado no Extremo Oeste Catarinense, na posição norte. Segundo dados do IBGE, sua área é de 283 km² o que corresponde a 0,26 % do território do estado de Santa Catarina. O nome do município se deve ao trabalho dos padres Pedro Rubin e Afonso Correia, que na época atendiam a região e passaram pelo território anchietense realizando celebrações. Como o trabalho era semelhante ao do Padre José de Anchieta, assim passou a ser denominado o município que foi emancipado em 20 de março de 1963.

Grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram aqui de forma seminômade ou usando a natureza anchietense como parte dos caminhos intertribais da época.

A colonização de Anchieta teve início no fim da década de 40 e começo da década de 50, porém, já residiam nos arredores da sede, há mais de 50 anos, muitas famílias de caboclos vindas das regiões próximas do Paraná e do Rio Grande do Sul. A partir de 1950, começaram a chegar ao território de Anchieta, em busca de terras para produzir e de riquezas naturais, imigrantes italianos vindos dos municípios vizinhos de Guaraciaba, São Miguel do Oeste, Joaçaba e de regiões do Rio Grande do Sul, de onde veio a maior parte da população de Anchieta.

Com a chegada da Colonizadora Pinho & Terras Ltda, através do seu representante regional Olímpio Dal Magro, as terras do município foram divididas em colônias que eram vendidas às famílias de agricultores vindos, na sua maioria do Rio Grande do Sul. As famílias de caboclos que aqui viviam há mais de 20 anos, se não tivessem dinheiro para comprar suas próprias terras, eram despejadas pela justiça.

A ocupação populacional chegou ao auge nos meados de 1980, quando o município tinha uma população de cerca de 11.000 habitantes, sendo 75% desta população residente no campo. Atualmente, o município, conta com 6.172 habitantes (fonte IBGE 2012), sendo 3.232 homens em detrimento a 3.148 mulheres, ou seja, 84 homens a mais. Tem como base da economia a agricultura, com destaque para o cultivo de milho, feijão, soja e fumo. Na pecuária, destaca-se a criação de suínos e gado de leite. Corroborando com estas informações sabe-se que a maioria da população reside na zona rural.

Ainda segundo a mesma fonte, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes da zona rural é de R\$ 459,75, em contrapartida o da zona urbana é de R\$ 633,33, demonstrando que embora a maioria da população resida na zona rural, sendo responsável pela base da economia municipal, ainda possuem renda mensal per capita inferior aos residentes na zona urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal, conforme dados de 2010 é de 0,699 e o Produto Interno Bruto a preços correntes é de R\$ 14.698,71.

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 60,1%, passando de R\$ 54,2 milhões para

R\$ 86,8 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 52,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,06% para 0,07% no período de 2005 a 2010.

3.1 Diagnóstico Sócio-assistencial das Áreas de Maior Vulnerabilidade de Anchieta/SC

O município de Anchieta possui população de 6.172 habitantes, segundo dados obtidos pelo IBGE 2012, é caracterizado como município de pequeno porte I, conforme NOB/SUAS.

O diagnóstico das principais vulnerabilidades sociais apresentadas entre a população referenciada foi levantada através de visitas domiciliares, busca ativa e demais rotinas de trabalho previstas nas atribuições da equipe do PAIF, de modo que o conhecimento singular de cada família ao final acopla-se numa análise e interpretação grupal, já que as realidades apresentadas pelas famílias do nosso município possuem características semelhantes, as quais serão nesse documento descritas caracterizando assim o diagnóstico sócioassistencial.

O CRAS tem como território geográfico de atendimento todo o município de Anchieta, no entanto tem traçado alguns bairros e territórios para acompanhamentos ativos (Bairro Xavantes, Bairro Cantú, Linha João Café Filho e Conjunto Habitacional Novo Lar), que são as localidades onde se concentra maior índice de vulnerabilidade social, elencadas como dificuldades de acesso pela falta de orientação e instrução devido a:

- Baixa escolaridade identificada entre os usuários: A baixa escolaridade é uma característica encontrada na maioria das pessoas entre 25 e 40 anos, dado esse percebido no contato tido para inscrições nos cursos do PRONATEC SOCIAL, onde muitos dos usuários que procuraram o CRAS para fazerem suas inscrições não puderam efetua-la por não possuir a escolaridade desejável que na maioria dos cursos é ensino fundamental II completo (8ª série). Segundo os dados apresentados no último Censo Demográfico no município em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 6,6%. Destacamos que na área urbana, a taxa era de 4,4% sendo que a maior concentração de analfabetismo é na zona rural com 8,0%. Entre os adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,0%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

- Sustentabilidade financeira: Característica que influencia na qualidade de vida dos usuários e caracteriza-se como uma vulnerabilidade e/ou risco social, onde temos poucas empresas geradoras de empregos no município e algumas exigem certo nível de escolaridade.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 3.965 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 3.846 estavam ocupadas e 119 desocupadas. A taxa de participação ficou em 72,2% e a taxa de desocupação municipal foi de 3,0%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 19,6% tinham carteira assinada; 24,0% não tinham carteira assinada; 34,2% atuam por conta própria e 3,2% de empregadores. Servidores públicos representavam 5,4% do total; trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 13,8% dos ocupados.

Das pessoas ocupadas, 22,5% não tinham rendimentos e 52,2% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.005,65. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.225,05 e entre as mulheres de R\$ 738,58, apontando uma diferença de 65,87% maior para os homens.

- Falta de orientações, intolerância e negligência: Questões

relacionadas à falta de orientações, intolerância e negligências paternas e maternas para com os filhos também são vivenciadas entre os usuários o que desencadeia problemas relacionados à violência, a infrequência escolar das crianças, e são situações que precisam de intervenção qualificada para os atendimentos.

- Alcoolismo: O uso e abuso de bebidas alcoólicas é uma questão também vivenciada entre os usuários e que traz consequências familiares comprometedoras, em relação à violência doméstica e familiar assim como nos demais segmentos de saúde e relações familiares.

Em relação à rede sócioassistencial de atendimento a população anchietaense, os usuários contam com uma Unidade Básica de Saúde, 05 escolas municipais, sendo 02 delas com ensino fundamental (8ª série), 03 creches municipais e 03 escolas estaduais, sendo uma delas com oferta de ensino médio, um hospital municipal e um CRAS.

Assim, com a observância dos índices de riscos e vulnerabilidades sociais cabe a todas as entidades e unidades públicas do município firmar parceria e contribuir para uma ação social eficaz e eficiente, com o objetivo de diminuir essas dificuldades e proporcionar maior qualidade de vida.

Tratando-se de ações já desenvolvidas ou em desenvolvimento para essa melhoria podemos citar o Programa Bolsa Família, o PRONATEC Social, as orientações feitas através de visitas domiciliares, os grupos de convivência do PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos.

Em relação à problemática da baixa escolaridade apresentada pelos usuários, no momento em que vinham fazer suas inscrições para o PRONATEC Social eram orientados a procurar o NAES (Núcleo Avançado Educação Supletiva) do município para dar sequência aos estudos, como forma de incentivo para crescimento pessoal e profissional, e também para posterior incentivo aos estudos para os filhos, visto que se percebe a falta de estimulação familiar para com os filhos em relação à frequência escolar e a importância de estudar.

3.2 A Rede Sócioassistencial

A rede sócioassistencial de Anchieta é composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou em parceria, com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços da assistência social municipal, contando com 01 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, 01 Centro de Convivência do Idoso, 01 Abrigo institucional para crianças e adolescentes, 01 Conselho Tutelar.

Além disso, a Secretaria responde pela concessão, gestão ou orientação às famílias quanto aos benefícios sócio-assistenciais em três modalidades:

a) Continuados (transferência direta e regular de renda): BPC - Benefício de Prestação Continuada para pessoas idosas e pessoas com deficiência (federal), Programa Bolsa Família (federal), e Santa Renda (estadual).

b) Eventuais: segunda via de documentos pessoais, auxílio natalidade, auxílio funeral, suprimentos alimentares, de higiene e de telhas e lonas.

O presente Plano propõe a articulação entre todos estes serviços e unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

4. A REDE PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário

ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF: No município de Anchieta/SC, o PAIF tem como público prioritário de atendimento os inscritos no Cadúnico. Algumas famílias participam de grupos realizados no CRAS semanalmente.

A Equipe de Referência do CRAS tem contato direto com as famílias cujos filhos fazem parte de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Realizam-se visitas domiciliares para acompanhamento das famílias referentes a questões ligadas a conflitos familiares, falta de documentação básica, não cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, demandas referenciadas de demais integrantes da rede de atendimento.

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Este Serviço atende em período integral, quatro vezes por semana com as crianças e adolescentes, e um dia para planejamento das atividades pelas monitoras sociais e coordenação do Serviço.

Tem como público alvo, crianças e adolescentes egressos do PETI, em situação de isolamento, trabalho infantil, vivência de violência ou negligência, fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, egressos de medidas socioeducativas, situação de abuso ou exploração sexual, com medidas de proteção do ECA, crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade que diz respeito a pessoas com deficiência.

- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas: Este serviço é feito na maioria das vezes em parceria com a APAE do município, através de visitas domiciliares, contato com familiares. Quando identificado alguma situação de risco comunica-se o órgão ou a pessoa responsável pela situação, são realizadas orientações.

4.2. Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

A Proteção Social Especial oferta serviços, programas e projetos especializados, destinados a famílias e indivíduos que estão em risco pessoal e social, ou seja, com seus direitos violados e/ou ameaçados. Muitas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social podem afetar as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, desentendimentos, e rupturas de vínculos. O atendimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como objetivo principal o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, inclusão em serviços públicos, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários, contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família, contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos e prevenir a reincidência de violação de direitos.

4.3 Média Complexidade

Ofertado no CREAS ou na sua ausência, na Secretaria Municipal de Assistência Social que oferecem atendimento a família ou grupos em que seus direitos foram violados, mas seus vínculos familiares ou comunitários não foram rompidos. O município de Anchieta oferece atendimento assistencial destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, entre outras, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o restabelecimento do direito violado.

São Serviços da Proteção Social de Média Complexidade:

- Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias: busca atender situações de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência. O atendimento psicossocial opera-se na proteção imediata à vítima e ao seu núcleo familiar, prevenindo a continuidade da violação de direitos. Para tanto, oferece acompanhamento técnico especializado, e articulação com a rede de serviços socioassistenciais e das

demais políticas públicas, bem como com o Sistema de Garantia de Direitos.

- Serviços Específicos de Proteção Social Especial: Pessoas Idosas e Pessoas com deficiência: são serviços continuados que oferecem apoio e acompanhamento profissional as pessoas idosas, pessoas com deficiência e suas famílias, que tiveram suas limitações prejudicadas por violação de direitos, visando ao fortalecimento de vínculos familiares, inclusão social e oferta de condições para o alcance de autonomia e independência, melhorando sua qualidade de vida.

- Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: tem como objetivo encaminhar e acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, por determinação judicial, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90. Tal acompanhamento, previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), deve estar pautado na concepção do adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.

Salientamos que o Município até o momento não dispõe deste serviço, porem as situações são atendidas pela Secretaria de Assistência Social.

4.4 Alta Complexidade

Tem caráter compensatório, oferece proteção integral para indivíduos, famílias e grupos onde seus direitos foram violados e os vínculos afetivos e comunitários rompidos, seu objetivo é oferecer proteção integral - moradia, alimentação, higienização para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e/ou, comunitário. Esta proteção será garantida através dos seguintes serviços:

- Atendimento Integral Institucional;
- Casa lar;
- Casa de Passagem;
- Atendimento à População em Situação de Rua;
- República;
- Albergue;
- Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade;
- Trabalho Protegido;
- Atendimento a Pessoas com Deficiência;
- Atendimento à Dependência química em situação de abrigo.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Anchieta presta atendimento fundamentado na heterogeneidade, potencialidades, respeitando valores, crenças e identidades das famílias. O serviço prestado aos usuários da política de Assistência Social é articulado com os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas e órgãos de garantia de direitos, oferecendo atendimento imediato, além das providências necessárias para a inclusão do indivíduo e/ou famílias em serviços, programas ou projetos, garantindo seus direitos e fortalecendo suas potencialidades.

São Serviços da Proteção Social de Alta Complexidade:

- Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: o acolhimento Institucional é um Serviço provisório e excepcional, tem por objetivo prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras. No município temos a Casa lar "Renascer da Vida" que atende em tempo integral crianças e adolescentes, de ambos os sexos, da faixa etária de 0 a 18 anos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude.

- Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos: No município de Anchieta não há instituição acolhedora para idosos. O serviço ofertado se dá por encaminhamento a instituições acolhedoras conveniadas.

- Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de

Emergências: esse serviço atende à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, promovendo apoio e proteção com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, em parceria com a defesa civil, conforme as necessidades identificadas.

Portanto, no que se refere à situação de intempéries ou de calamidade pública, o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Anchieta deverá financiar os benefícios assistenciais através da sua execução pela Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS e rede sócioassistencial, entretanto o município não dispõe de plano específico de atendimento a estas situações. Nada impede que exista uma articulação entre as demais Secretarias e Órgãos Municipais, de modo a produzir rapidez no processo de cobertura integral das demandas das famílias e indivíduos afetados. A Secretaria Municipal de Assistência Social, além dos Serviços da Proteção Social Especial, também realiza o Serviço de Habitação de Interesse Social que se dá através do cadastro online do projeto da COHAB Cidadã para o público usuário dos serviços da Política de Assistência Social atendidos nos Serviços da Proteção Social Básica, executados pelo CRAS, ou na rede sócioassistencial do município, que possuam cadastro no Cadastro Único atualizado e estejam dentro dos critérios estabelecido pelo COHAB Cidadã.

5. MARCO CONCEITUAL

Historicamente crianças e adolescentes foram tratados como público alvo de intervenção estatal. Esta concepção inicialmente tinha-se como parâmetro de atendimento a Doutrina da Situação Irregular, baseada no Códigos de Menores, em especial o de 1979. Este com cunho discriminatório apresentava uma diferenciação entre criança e o chamado menor (em situação irregular). Concedia também um poder discricionário exacerbado ao juiz de menores, sendo muito comum por falta de parâmetros legais justificar a medida privativa de liberdade na defesa do melhor interesse do menor.

No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal da República avançou-se consideravelmente na luta pelos direitos da criança e do adolescente, ao aprovar a redação final do artigo 227, quando o Poder Constituinte Originário consagrou, no ordenamento interno, a chamada Doutrina da Proteção Integral, que atribui à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direito, além de defini-los como pessoas em peculiar situação de desenvolvimento, conferindo-lhes a prioridade absoluta no atendimento e na elaboração de políticas públicas. Tal artigo dispõe:

Art. 227 Caput - CRFB - "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Em virtude desta nova concepção de infância e adolescência foi sancionada em 13 de julho de 1990 a Lei 8.069 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu artigo 4º dispõe:

Art. 4º Caput - ECA - "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

No que se refere ao ato infracional, é necessário nos remetermos à nossa Constituição, que em seu artigo 228 dispõe:

Art. 228 - CRFB - "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial".

A inimputabilidade penal se dá em virtude do reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento que possuem crianças e adolescentes. Ressalta-se que a legislação especial à qual se refere o artigo supra citado se trata da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela lei 12.010 de

03 de agosto de 2009 que em seu título III trata exclusivamente da prática do ato infracional, cujo conceito está disposto no artigo 103 deste texto normativo.

Art. 103 - ECA - "Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

De forma que o que é ilícito para um adulto, também é para menores de dezoito anos, o diferencial está na resposta dada pelo estado mediante a prática dessas infrações. Em se tratando de criança esta resposta se dará na forma de medidas protetivas, no caso de adolescentes, o ECA determina que sejam aplicadas, caso a autoridade competente julgue necessário, medidas socioeducativas: Art. 113 - ECA - "Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100."

Quanto aos artigos 99 e 100, estes dispõem:

Art. 99 -ECA -"As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo."

Art. 100 - ECA - "Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários."

Para fins de justificativa para a municipalização do atendimento socioeducativo destacamos no artigo 100 do ECA que enfatiza a importância da convivência familiar e comunitária no processo de reintegração social do adolescente autor de ato infracional. As medidas socioeducativas são divididas em seis espécies diferentes previstas no artigo 112 do ECA:

Art. 112 - ECA - "Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a

VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições."

O artigo 113 do ECA determina que o disposto no artigo 100 deve ser aplicado também às medidas socioeducativas.

Art. 113 - ECA - "Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100."

Art. 100 - ECA - "Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários."

Partindo-se do pressuposto de que o adolescente autor de ato infracional será melhor e mais rapidamente reintegrado à sociedade se mantido junto de sua família, o artigo 88 do ECA determina:

Art. 88 - ECA - " São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do

atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.”

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA em junho do 2006, trata da municipalização do atendimento destacando que:

O significado da municipalização do atendimento no âmbito do sistema socioeducativo é que tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos.

Não se deve confundir municipalização do atendimento com descentralização político administrativa já que se a municipalização fosse uma espécie de descentralização estaria inserida no inciso que trata desta temática (inciso III do artigo 88 do ECA) e não como diretriz autônoma disposta no inciso I do artigo 88 do mesmo Estatuto. Esclarece-se ainda que o conceito de atendimento na diretriz da municipalização não tem o mesmo significado do disposto no § 7º do artigo 227 da Constituição, já que o primeiro visa determinar que as práticas de atendimento à criança e ao adolescente ocorram no âmbito municipal, enquanto o segundo refere-se a toda política destinada à criança e ao adolescente. Nesse sentido, a municipalização do atendimento é um mandamento de referência para as práticas de atendimento, exigindo que sejam prestadas dentro ou próximas dos limites geográficos dos municípios. Portanto, a municipalização do atendimento preconizada pelo ECA não tem a mesma significação do conceito de municipalização adotado pela doutrina do Direito Administrativo, que o assume como uma modalidade de descentralização política ou administrativa.

A municipalização do atendimento tem conteúdo programático, sendo uma orientação para os atores na área da infância e da adolescência, funcionando como objetivo a ser perseguido e realizado sempre que houver recursos materiais para tanto e não se configurarem conflitos com outros princípios da doutrina da Proteção Integral considerados de maior relevância no caso concreto. Além disso, a municipalização do atendimento não deve ser instrumento para o fortalecimento das práticas de internação e proliferação de Unidades.

Dentro desse contexto, a municipalização das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade é ainda mais premente, uma vez que elas têm como lócus privilegiado o espaço e os equipamentos sociais do Município. Nelas há maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam uma maior participação do adolescente na comunidade, e, ao contrário das mais gravosas, não implicam em segregação.

Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo, que deve regulamentar, em âmbito municipal, a execução de medidas sócio-educativas de meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida), de acordo com todas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (resolução 113 do CONANDA).

Art. 117 - ECA - “A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.”

Portanto, o Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo deve estar de acordo com essas determinações ao regulamentar, em

âmbito municipal, os programas de execução de medidas sócio-educativas de Prestação de Serviços à Comunidade.

b) Da Liberdade Assistida

Art. 118 - ECA - “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.”

Quanto às atribuições do orientador, o ECA as elenca em seu artigo 119:

Art. 119 - ECA - “Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.”

6. DIAGNÓSTICO

A partir do levantamento de dados realizado através dos processos judiciais analisados, destacam-se as seguintes situações apresentadas no fórum da comarca de Anchieta SC.

Como no município de Anchieta não existe ainda o programa e serviço de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a secretaria municipal de assistência social é responsável por encaminhar os adolescentes que prestam Serviços Comunitários aos órgãos receptores: Secretaria de Administração e Gestão, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde Pública, Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, Secretaria da Infraestrutura, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Desenvolvimento Local, Hospital Municipal, e após enviar relatório mensal do cumprimento do PSC para o Fórum da Comarca de Anchieta.

7. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

Segundo a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, os usuários deste serviço são adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou,

na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias e tem com objetivo:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Também, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais o ambiente físico para a realização deste serviço deve ter espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de convivência e atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

Recursos Materiais: Materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

Materiais Socioeducativos: pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

Recursos Humanos: De acordo com a NOB-RH/SUAS.

Trabalho Social Essencial Ao Serviço: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sóciofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS:

Segurança de Acolhida:

- Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo;
- Ser estimulado a expressar necessidades e interesses.

Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social:

- Ter acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social.

Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social:

- Ter assegurado vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania.
- Ter acesso a:
- Oportunidades que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida;
- Oportunidades de convívio e de desenvolvimento de potencialidades;
- Informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições

sobre o seu usufruto;

- Oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- Experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente;
- Experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites;
- Possibilidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e participar na construção de regras e definição de responsabilidades.

Condições e Formas de Acesso:

Condições: Adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Formas de Acesso: Encaminhamento da Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

Unidade: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Período de Funcionamento: Dias úteis, com possibilidade de operar em feriados e finais de semana. Período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, 8 (oito) horas diárias.

Abrangência: Municipal e/ou Regional.

Articulação Em Rede:

- Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Serviços das políticas públicas setoriais;
- Sociedade civil organizada;
- Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;
- Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

Impacto Social Esperado:

Contribuir Para:

- Vínculos familiares e comunitários fortalecidos;
- Redução da reincidência da prática do ato infracional;
- Redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional.

8. DIRETRIZES

- Qualificação do atendimento;
- Integração e envolvimento das demais políticas públicas, sociedade, família no que tange ao atendimento dos adolescentes e famílias;
- Participação nos programas sociais do município como forma de resignificação do convívio social;
- Aprimorar o acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa;
- Garantir a infraestrutura, materiais e recursos humanos suficientes e qualificados para a execução do serviço;

9. OBJETIVOS E METAS

9.1 Objetivos para a execução do Serviço de Atendimento Socioeducativo

OBJETIVOS	METAS
Divulgar e capacitar os técnicos corresponsáveis pela execução do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo em parceria com as demais políticas públicas do município.	Garantir o atendimento dos adolescentes de acordo com o previsto no SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo;

Implantar e aprimorar a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)	Criar estratégias para garantir a participação e frequência dos adolescentes de acordo com o PIA e realizar o acompanhamento psicossocial.
Planejar ações para o atendimento socioeducativo no município de Anchieta;	Desenvolver trabalho em rede para melhor acompanhamento do adolescente e sua reinserção: Poderes Legislativo e Executivo, Judiciário e Ministério Público, Entidades e Sociedade Civil;
Melhorar a articulação com órgãos do sistema de garantias de direitos e rede de serviços socioassistenciais	Organizar reuniões continuadas com os órgãos do sistema de garantias de direitos, realizando atividades de planejamento.
Assegurar ações que garantam a reinserção do adolescente no núcleo familiar e social;	Realizar o acompanhamento do adolescente e da família.
Primar pela eficiência e efetividade do serviço	Ter equipe conforme prevê o SINASE.
Produzir materiais informativos	Realizar a divulgação do Serviço no Município.
Realizar encaminhamentos de referência e contrarreferência quando necessário para os serviços da rede.	Realizar encaminhamentos para os serviços da rede, seja para tratamentos de saúde, psicológico, psiquiátrico, desintoxicação
Garantir o contínuo acesso a escola, cursos profissionalizantes disponíveis no município.	Realizar o acompanhamento da situação escolar do adolescente e efetivar parcerias com instituições para a realização de qualificação profissional e pessoal.
Garantir o acesso à informação e documentação pessoal	Realizar ações para que os adolescentes e suas famílias tenham documentos pessoais e recebam informação sobre os seus direitos
Estimular a participação em serviços que objetivam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	Realizar ações para garantir a participação das famílias nos serviços oferecidos pela proteção social básica (SCFV e PAIF), bem como demais atividades comunitárias.

9.2 Objetivos para ações intersetoriais de atendimento

9.2.1 Saúde

Ações	Metas/Ano
Garantir o atendimento de saúde ao adolescente e aos membros da família quando necessário.	Garantir o atendimento prioritário aos adolescentes em medidas socioeducativas, acesso aos serviços de saúde mental, dependência química, saúde sexual, pré natal e reprodutiva, tratamento extra-hospitalar, etc.
Atendimento ao adolescente em saúde mental	Garantir o atendimento e encaminhamentos adequados aos adolescentes em medidas sócioeducativas

9.2.2 Assistência Social

Ações	Metas/Ano
Acompanhamento familiar e psicossocial do adolescente em cumprimento de medida sócioeducativa.	Durante o período mínimo de seis meses.
Inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para adolescentes até dezessete anos.	Durante o período mínimo de um ano.

Divulgação, cadastramento de voluntários para acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida.	Atualização constante.
Garantir atendimento qualificado nos serviços socioassistenciais	Acesso aos benefícios (PBF) e serviços socioassistenciais de atendimento (SCFV, PAIF).
Inclusão nos programas de qualificação profissional – PRONATEC, nos cursos disponíveis.	Realizar a inclusão quando disponível algum curso profissionalizante no município.
Fomentar discussões a cerca do "programa menor aprendiz" com as empresas do município.	Verificar as possibilidades das empresas do município estarem em conformidade com as orientações do programa menor aprendiz objetivando a geração de trabalho para adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

9.2.3 Educação, Esporte e Cultura

Ações	Metas/Ano
Inclusão de adolescentes em esportivas de acordo com sua faixa etária	Durante o período mínimo de um ano.
Garantir o acesso à vaga escolar	Garantir a inclusão e /ou retorno do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ao ambiente escolar.
Acesso a Cultura	Garantir ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas a inclusão em atividades realizadas pela cultura do município.
Garantir a frequência e permanência do adolescente na escola	Acesso ao ensino fundamental e médio gratuitos e obrigatórios e no período noturno quando necessário.
Garantir a participação do adolescente em atividades culturais e lazer	Acesso dos adolescentes às fontes de cultura; apoio e incentivo às manifestações culturais dos adolescentes, utilizar o contraturno escolar para atividades.

10. PLANO DE AÇÃO**10.1 Plano de ação para execução do Serviço de Atendimento Socioeducativo - LA e PSC**

Ações	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Garantir o atendimento de saúde ao adolescente e aos membros da família quando necessário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atendimento ao adolescente em saúde mental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento familiar e psicossocial do adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para adolescentes até dezessete anos.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgação e cadastramento de voluntários para acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Inclusão de adolescentes em escolinhas esportivas de acordo com sua faixa etária	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Garantir o acesso à vaga escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acesso a Cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Inclusão nos programas de qualificação profissional – PRONATEC, nos cursos disponíveis.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fomentar discussões a cerca do “programa menor aprendiz” com as empresas do município.		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Participação do adolescente e da família na elaboração do PIA		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Garantir a frequência de todos os adolescentes no serviço de acordo com o PIA		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Implantar os procedimentos de referencia e contrarreferencia		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Organizar reuniões específicas e continuadas de planejamento e avaliação com a rede de atendimento e os órgãos do sistema de garantias de direitos		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgar as orientações técnicas e materiais informativos sobre o serviço no município		X	X	X	X	X	X	X	X	X

11. FORMAS DE FINANCIAMENTO**11.1 Humanos:**

Segundo o que estabelece o SINASE de acordo com a realidade do município, a composição mínima do quadro de pessoal para atendimento será:

01 Técnico para cada vinte adolescentes;

01 Técnico Referência Sócioeducativo (profissional de nível superior: graduado em Pedagogia, Psicologia ou Serviço Social), para cada grupo de até dez adolescentes;

01 Orientador socioeducativo para até dois adolescentes simultaneamente a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe.

11.2 Físicos:

Sala para atendimento individual;

Sala para atividades coletivas.

11.3 Financeiro:

Os recursos financeiros dar-se-ão através do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Educação, Esporte e Cultura, etc., sendo que as atividades serão desenvolvidas de acordo com os recursos disponíveis em cada secretaria.

12 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo do Município de Anchieta/ SC se dará pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta, Conselho Municipal de Assistência Social e demais instâncias de controle e participação social.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação será um processo sistemático e contínuo possibilitando assim a mensuração dos indicadores de todo o processo e os resultados alcançados.

Para otimizar o trabalho serão confeccionados relatórios mensais com o registro das ações desenvolvidas no período e justificativa das ações que não foram realizadas, assim como relatórios semestrais com avaliação objetivando informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos divulgando os resultados obtidos.

Sendo este um plano plurianual, contendo ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de quatro anos, este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário se necessário.

13. APROVAÇÃO DO CMDCA

Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Aprovada por unanimidade.
Data da Assembleia de deliberação: 05 de agosto de 2014.
Número da resolução: 01/2014
Nome do presidente: Sheila Fernanda Dornelles
Assinatura:

ANEXO A - Fluxograma de Atendimento pela Rede Intersectorial (políticas Públicas) e Sistema de Garantia de Direitos.

14. REFERÊNCIAS:

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, CNAS, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. _____. Estatuto da Criança e Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006. Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, do Rio de Janeiro. Disponível em: www.cmdcario.com.br

15. FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO

LEI Nº. 2.116 / 2014

LEI Nº. 2.116 / 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete
(03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unidad. Finanças, Tributação e Fiscalização

(19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral

(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da Educação Municipal

(33) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural

(50) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador

(77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura

(81) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal

(101) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 147.000,00

(103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM

(166) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária

() 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidade. Assist. Medico Sanitária

(07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados
(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município

(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno

(06) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 9.817,34

(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$

3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.768,94

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL

06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 6.993,08

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 365.800,00

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matr. Permanente Veículo p/ Merenda Escolar

(32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche

(62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche

(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matr. Perm. p/ Serv Unid. Adm. Agricultura

(80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matr. Perm. p/ Inseminação

Artificial
(84) 4.4.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.021 Contr.e Segurança Traf. Urb. E Constr.Abrigo Passageiros

(91) 4.4.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeios

(104) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município

(106) 4.4.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local

(125) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária

(15) 3.3.90.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0488.2.208 Manut. Coord. E Desenvolvimento do Programa CRAS

(16) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente

(22) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009

(4) 3.1.90.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 30 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicado nesta data e na forma da Lei. Em, 30 de outubro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,

Secretário Municipal de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.117 / 2014

LEI Nº. 2.117 / 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM NOME MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, A PROCEDER À DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal em nome Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a proceder a doação à Secretaria Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão/Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, para uso específico da Polícia Militar sediada neste Ente Federado, dos seguintes equipamentos de informática:

Art. 2º Os bens cedidos em conformidade com o disposto nesta lei, são destinados exclusivamente aos serviços de trânsito no município, vedado o uso para outros fins, sob pena de restituição automática ao Poder Público Municipal de Anchieta/SC.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no Termo de Doação, após formalizado o ato de transmissão efetiva dos respectivos bens, fica determinado ao Departamento de Patrimônio e a Contadoria Geral do Município, a procederem aos ajustes necessários a atualização patrimonial do município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 03 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

ANEXO ÚNICO

Quantidade	Descrição	Valor (R\$)
03	Cadeiras giratórias	R\$ 630,00
01	Cadeira Fixa	R\$ 83,00
01	Monitor LCD Syncmaster	R\$ 500,00
01	Patch Panel Furukava	R\$ 500,00
01	Switch D-Net	R\$ 530,00
01	Rack	R\$ 490,00
08	Patch	R\$ 80,00
02	Rádios EP 450 VHF (146174) 16 CH 5W com carregador 220V LAH65KD-C9AA2220	R\$ 1.738,00
01	Micro Computador completo com as seguintes características: Placa mãe socket am2 + processador X2 2.8 GB, hard disk 320 GB Sata, gravador de DVD-RW e gabinete Kit (teclado, mouse, caixa de som)	R\$ 1.500,00
01	Telefone Móvel	R\$ 250,00
01	Cadeira	R\$ 200,00
01	Ar Condicionado SPLIT 9000 BTUS RHEEM	R\$ 1.250,00
01	Monitor 15,6 LED	R\$ 300,00
01	Estabilizados 300VA.	R\$ 200,00

DECRETO Nº 139/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 139/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Concurso Público n. 001/2014 da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 13) - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
10734	ELIZETE JOSEFA DA SILVA	HOMOLOGADA
12425	JOSEANA CANTÚ	HOMOLOGADA
13632	MARIA JUSSARA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
10928	MARLETE MATTANNA SLAVIERO	HOMOLOGADA
12075	VALDIONARA ALVES DE MORAES PUTTON	HOMOLOGADA
10727	VANIRA SUZANA MORESCO	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 4) - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8532	CLARISSE ANA FOSCHIERA	HOMOLOGADA
13046	LUCÉLIA APARECIDA FOSCHIERA BRANCHER	HOMOLOGADA
13435	MARISETE GRAFF	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 8) - MODALIDADE A		

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13721	MARIA BEATRIZ JUNGES ALVES REI	HOMOLOGADA
10212	MARISA MEURER HEBERLE	HOMOLOGADA
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
9214	ANDERSON SIMIONI LEMES	HOMOLOGADA
8605	DANIELA CAROLINE WEIRICH	HOMOLOGADA
10175	FABIANE SOMERA	HOMOLOGADA
12160	JANICE TREVISIO	HOMOLOGADA
13764	JUCELAINE LAGNI	HOMOLOGADA
13503	PATRICIA CRISTINA GARCIA DE LIMA	HOMOLOGADA
AGENTE DE DEFESA CIVIL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8107	ANGELIN PEREIRA	HOMOLOGADA
8484	ANTONIO VALDIR CAVALHEIRO	HOMOLOGADA
11869	ITACIR BRAZ MAYER	HOMOLOGADA
AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - MODALIDADE A		
NENHUM CANDIDATO INSCRITO NESTE CARGO.		
ATENDENTE DE BIBLIOTECA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12469	BRUNA ZUPPA	HOMOLOGADA
8662	ROSENILDA ASSIS DE ALMEIDA	HOMOLOGADA
13405	SILVANA WATTE	HOMOLOGADA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13650	DAIANE SEHNEM	HOMOLOGADA
12104	ELIANE ZANROSSO	HOMOLOGADA
8630	ELISETTE BORTOLUZZI	HOMOLOGADA
12251	FERNANDA BOTTEGA	HOMOLOGADA
13775	GREICI BRATZ	HOMOLOGADA
13384	MARILIA ULIANA	HOMOLOGADA
11327	MATEUS POLONIATO	HOMOLOGADA
AUDITOR DE TRIBUTOS - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
9852	ALEXANDRE BOLSI	HOMOLOGADA
11602	ANDRÉIA MARAFÃO GARLET	HOMOLOGADA
13618	CARLA MICHÉLI FORMAGINI	HOMOLOGADA
12798	CATIANA MITTMANN	HOMOLOGADA
8034	CYNTHIA MARIA SCHROEDER	HOMOLOGADA
7934	DANIEL LORENZETI	HOMOLOGADA
13616	DANIELA PAULA FOLETTO	HOMOLOGADA
8258	JAINE SCHEFFLER	HOMOLOGADA
10764	JANDIR JOSÉ HARTMANN	HOMOLOGADA
12961	JEAN CARLOS CARLESSO	HOMOLOGADA
9646	KEITI CAROLINE LUDWIG	HOMOLOGADA

13736	MARIELI WENDLING KLEIN	HOMOLOGADA
12352	MARTA DEROSSI	HOMOLOGADA
9681	PRISCILA MARIA ZILLOTTO	HOMOLOGADA
13522	TASSIANE DENISE PIOVEZANI	HOMOLOGADA
8649	TATIANE CRISTINA SCHNEIDER	HOMOLOGADA
12341	TATIANE DRASZEWSKI	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEC. DE INFRAESTRUTURA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12143	ADREJANE DE SOUZA MACHADO	HOMOLOGADA
13495	ANDERSON TEIXEIRA PALHANO	HOMOLOGADA
7966	CLARICE DE FÁTIMA RIBEIRO	HOMOLOGADA
13715	MARCIEL RODRIGUES FRANCA	HOMOLOGADA
8100	MARIA DIAS	HOMOLOGADA
8040	MARLISE BEATRIZ DALL ´ACUA MONDINI	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEC. DE SAÚDE - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8126	CLEITA PANDOLFO	HOMOLOGADA
13885	ELIZABETE ANA STEFFENS	HOMOLOGADA
13620	IRENE ZANGALLI GUERINI	HOMOLOGADA
8456	MARIA DO CARMO DE LARA VON HEIMBURG	HOMOLOGADA
12023	SALETE SAMPAIO	HOMOLOGADA
11471	VANDINEIA CORDEIRO RODRIGUES	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEC. EDUCAÇÃO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8220	ANA RAQUEL DA ROSA	HOMOLOGADA
8698	CARLA CASSOL	HOMOLOGADA
8354	CIDIANE DO AMARAL DIAS TELES	HOMOLOGADA
8045	CINTHIA MOREIRA LISBOA	HOMOLOGADA
8044	FERNANDA DE QUADROS	HOMOLOGADA
10524	GEOVANE NEGRI	HOMOLOGADA
11413	IRMA TEODORO ROSA DE BORTOLI	HOMOLOGADA
8623	IVANIR DE SOUZA	HOMOLOGADA
8180	MARIA DANETTE	HOMOLOGADA
13022	MARIA ROSELI NUNES DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
12490	MARILIZE RODRIGUES DA SILVA	HOMOLOGADA
8365	MARIVETE DOS SANTOS DALMORO	HOMOLOGADA
13470	PIERINA DA CONCEIÇÃO SCWIRKE	HOMOLOGADA
13174	ROSA MARIA CAMARGO BRASSIANI	HOMOLOGADA
13029	ROSEMAR DE LARA	HOMOLOGADA
8249	SUELI DE OLIVEIRA MACHADO	HOMOLOGADA
ENFERMEIRO - SEC. DE SAÚDE - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8963	ADRIANE GIRELLI BERWANGER	HOMOLOGADA
10657	ANA PAULA BIANCHI	HOMOLOGADA
11504	ANALINE PICCOLI MEOTTI	HOMOLOGADA

9928	BRUNA ANZOLIN	HOMOLOGADA
8211	BRUNA CARLA VILLA	HOMOLOGADA
12703	CHEILA MOCELIN	HOMOLOGADA
8511	CLEONICE DOLORES VALMORBIDA	HOMOLOGADA
12904	CLEUNICE APARECIDA DA SILVA	HOMOLOGADA
11314	CRISTIANE MÁRCIA LEMOS FERREIRA	HOMOLOGADA
12809	DAIANA COMINETTI	HOMOLOGADA
8174	DAIANA ORTOLAN	HOMOLOGADA
13665	DRIELI PAZINATO DO NASCIMENTO	HOMOLOGADA
12457	DULCE INES HANAUER KRAEMER	HOMOLOGADA
13232	ELISANA SECCO	HOMOLOGADA
11503	ELISIANE REIS	HOMOLOGADA
11373	FERNANDA REGINA FLACH PREVEDELLO	HOMOLOGADA
8255	FLAVIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
12370	GISELI ELISA DA SILVA	HOMOLOGADA
7926	JOANA BALBINOT	HOMOLOGADA
12704	KLEIDE MARIS ZARDO	HOMOLOGADA
11637	KYNDIA PASQUALON	HOMOLOGADA
11611	LAYSA CRISTINA DREYER	HOMOLOGADA
12380	LICIANE ROSA DAPPER	HOMOLOGADA
13786	LUANA VARGAS	HOMOLOGADA
10723	MAGLI GISELE ROSCETE	HOMOLOGADA
9072	MARIANA COMASSETTO DE AGUIRRE	HOMOLOGADA
13716	MARILENE CARTERI	HOMOLOGADA
10073	MARISTELA SOARES DA COSTA	HOMOLOGADA
8551	PATRICIA CAMPANA	HOMOLOGADA
13225	RAFAELA CORDEIRO MACHADO	HOMOLOGADA
7937	RAQUEL PELISSARI	HOMOLOGADA
11936	ROSENI MARIA VICROSKI	HOMOLOGADA
13713	SABRINA DA SILVA	HOMOLOGADA
12115	SAHRA REGINA DA SILVA	HOMOLOGADA
12590	SANDRA GUARDINI GRITTI	HOMOLOGADA
13194	SIDIANE DE LARA PAZ	HOMOLOGADA
13186	SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA	HOMOLOGADA
8146	TAISSANA DEZANETTI	HOMOLOGADA
ENGENHEIRO CÍVIL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8316	ANA REGINA RODRIGUES	HOMOLOGADA
13880	CLEUMAR ZANELLA	HOMOLOGADA
11466	FÁBIO SABINO DA SILVA	HOMOLOGADA
12781	FERNANDO TRINTINAGLIA	HOMOLOGADA
10812	GREICE MIGUELÃO	HOMOLOGADA
13356	KLEBER LEONARDO PALARO	HOMOLOGADA
9789	LEANDRO PEDRO MACHADO	HOMOLOGADA
12784	MARCELO ZANROSSO	HOMOLOGADA
8269	PATRÍCIA LUIZA MOSCON FREISLEBEN	HOMOLOGADA
FISCAL DE TRIBUTOS - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

8407	ANA CAROLINA SCHMITT	HOMOLOGADA
12234	CAIAM MATEUS CHAISE	HOMOLOGADA
10526	CRISTIANO ANTONELLI	HOMOLOGADA
8257	DIEGO ALVES REI	HOMOLOGADA
13132	ELIZANDRA PERIN	HOMOLOGADA
12182	FERNANDO SEVERO	HOMOLOGADA
10760	FRANCINE RODRIGUES	HOMOLOGADA
12609	GIOVANE JAIME GAVINESCKI	HOMOLOGADA
13458	JEFERSON DA COSTA THUMS	HOMOLOGADA
8473	JOSIANE MARIA STOBBE BARONIO	HOMOLOGADA
12702	JOSSEMAR PEREIRA	HOMOLOGADA
12366	LUCAS HANAUER	HOMOLOGADA
8490	MONICA SCHAEFFER	HOMOLOGADA
8197	NÚBIA VÂNIA ASSOLINI CRESTANI	HOMOLOGADA
10905	RAFAEL MORETTO MEZALIRA	HOMOLOGADA
13478	RAFAELA SOMERA ZAGO	HOMOLOGADA
8828	RICARDO PICCOLI DO PRADO	HOMOLOGADA
12463	ROSANE MARGARIDA BERTOLETTI	HOMOLOGADA
11762	TAIS CRISTINA IZOTON	HOMOLOGADA
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13701	ALBERTO KLAUCK	HOMOLOGADA
7919	ANA CAROLINA PAVAN	HOMOLOGADA
9286	ANA LUCIA SCANTAMBURLO	HOMOLOGADA
10263	ANA PAULA NEGRI	HOMOLOGADA
10640	CAROLINA SCHATZ	HOMOLOGADA
10859	CLAUDIA ANA ZUCCHI	HOMOLOGADA
12803	CLECI DA SILVA MARTINS	HOMOLOGADA
12378	DANIEL ARALDI	HOMOLOGADA
8312	GILBERTO SCHENA	HOMOLOGADA
12676	GUILHERME TIAGO FLACH	HOMOLOGADA
11208	JANETE MARIA SIRTOLLI	HOMOLOGADA
8340	JÊNIFER KARINA FIORENTIN	HOMOLOGADA
10005	JOSIANI MENEGHINI	HOMOLOGADA
8485	JUCIMARA ERCEGO GARLETT	HOMOLOGADA
13187	JULIANA DE SOUZA MACHADO MANTOVANI	HOMOLOGADA
13368	LAÉRCIO FERREIRA DE MACEDO	HOMOLOGADA
8464	LAYS EDUARDA TREMARIN	HOMOLOGADA
12812	LIDIANI ZUPPA SOMAVILLA	HOMOLOGADA
12403	MATEUS ANSCHAU	HOMOLOGADA
12039	NELCI MARIA ARALDI GRANDO	HOMOLOGADA
8463	PATRICIA LUCIAN	HOMOLOGADA
8518	ROBERTA CRISTINA DELLA MÉA	HOMOLOGADA
13739	SÉRGION KLEIN	HOMOLOGADA
13512	SIMONI SOARES DOS SANTOS PEIXOTO	HOMOLOGADA
9629	VINÍCIUS GARLET DURIGON	HOMOLOGADA
FISIOTERAPEUTA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
9663	DIANY LUNARDI	HOMOLOGADA

11952	GLAUCIA DANIELE HOFF	HOMOLOGADA
8416	JANAINA ROCKENBACH	HOMOLOGADA
8577	JUCIANE SANDRA WEHNER	HOMOLOGADA
MECÂNICO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
9981	ADRIANO MEZZAROBA	HOMOLOGADA
8123	FABIO JUNIOR MEZZAROBA	HOMOLOGADA
MONITOR DE CRECHE - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8229	ANA ALICE DE CESARE	HOMOLOGADA
13402	DANIELA APARECIDA BONAMIGO	HOMOLOGADA
8223	DANIELA SIMONE MOSCON	HOMOLOGADA
11560	IVANIA VAZ PINHEIRO	HOMOLOGADA
12050	JAINÉ BARBIERI SANTIN	HOMOLOGADA
7921	MARCIANE TEIXEIRA TELES	HOMOLOGADA
11569	MONICA DA SILVA PEREIRA	HOMOLOGADA
12173	NATALLI FERNANDA TOMAS HERRMANN	HOMOLOGADA
13671	SANDRA MARIA DIAS PERONDI	HOMOLOGADA
11493	SILVANE DE GOIS SNIGURA	HOMOLOGADA
12136	VERA LUCIA DOS SANTOS MORAES DE BORTLI	HOMOLOGADA
MONITOR SOCIAL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8705	ADRIANA RODRIGUES SOMAVILLA	HOMOLOGADA
8417	ANA PAULA BAGNARA	HOMOLOGADA
8344	CASSIANE NARCISO	HOMOLOGADA
12319	GISELE JEANDRA SCAPIN	HOMOLOGADA
12168	LIJANE TERESINHA PROVIN	HOMOLOGADA
8799	MÁRCIA BACK	HOMOLOGADA
8866	ROSANE FATIMA FLECK GANDOLFI	HOMOLOGADA
13570	TIANE DALMORO	HOMOLOGADA
8730	VANESSA CRISTINA TELES GUE-RINI	HOMOLOGADA
MOTORISTA - SEC. INFRAESTRUTURA - MODALIDADE C		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13114	ADRIANO SPOHR	HOMOLOGADA
12948	CLAUDIOMIR DA SILVA	HOMOLOGADA
8158	CRISTIANO GRAFF	HOMOLOGADA
7971	EDINEI ZATTERA	HOMOLOGADA
12902	FAGNER JUNIOR PORTZ ALNOCH	HOMOLOGADA
12624	GEOVANI FACIN RODRIGUES DE FREITAS	HOMOLOGADA
12206	GIOVANI VOLPINI	HOMOLOGADA
7963	GLIVAN DE LAI	HOMOLOGADA
8083	JOSSEMAR ANDRE SARETTA	HOMOLOGADA
MOTORISTA - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - MODALIDADE C		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

8043	AALDOIR CARTERI	HOMOLOGADA
9261	ADAIR JOSE DE SOUZA	HOMOLOGADA
8277	ALCIMAR CEOLIN	HOMOLOGADA
13410	DAVI ANGELO DIDOMENICO	HOMOLOGADA
8491	EDUARDO SCHATZ	HOMOLOGADA
12408	FRANCISCO EDNARDO MARTINS	HOMOLOGADA
8670	GILMAR VIANNA ARNO	HOMOLOGADA
8495	JAIR DA FONSECA	HOMOLOGADA
13735	JOSEANDRO DALA ROSA	HOMOLOGADA
8612	LUCIANO SEVERINO PUTTON	HOMOLOGADA
12610	LUIZ PAULO DAL CASTEL	HOMOLOGADA
12117	MAICO JONE MACHADO DE SOUZA	HOMOLOGADA
8138	MARCIO GIONGO	HOMOLOGADA
13467	MARIANO ANDRES MARTINS	HOMOLOGADA
8155	PAULO CESAR FIOREZE	HOMOLOGADA
13541	RONALDO ADRIANO DA ROSA	HOMOLOGADA
13649	VALCIR DA SILVA DINIZ	HOMOLOGADA
12848	VILSON BÁGGIO	HOMOLOGADA
MOTORISTA DA SAÚDE - MODALIDADE C		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8472	EDEMILSON SCHOLTZE	HOMOLOGADA
13457	GERSO SCHWAAB ANTONELLI	HOMOLOGADA
7986	JAIME SEGALIN	HOMOLOGADA
12867	MAURI RIBEIRO	HOMOLOGADA
8081	OSMAR ALVES SIABRA	HOMOLOGADA
10620	PAULO EDUARDO SCHROPFER	HOMOLOGADA
OPERADOR I - MODALIDADE C		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8653	ANDERSON LAGO	HOMOLOGADA
10504	EMERSON ORLANDINI	HOMOLOGADA
12002	ENIO WOLFART	HOMOLOGADA
9266	GILVANI COLONHI ZANGALLI	HOMOLOGADA
OPERADOR II - MODALIDADE C		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8634	ADRIANO FLORES	HOMOLOGADA
10486	ADRIANO SCHAEFFER	HOMOLOGADA
13758	CRISTIANO DIONE MARCOLIN	HOMOLOGADA
7965	DOUGLAS SEGALIN	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13806	ALCIONE JOSÉ LAGO	HOMOLOGADA
8691	ANA JUCELY DE SOUZA	HOMOLOGADA
10743	ANDRÉ KOHLS SCHAEGLER	HOMOLOGADA
8468	ÉRIC CHARLES NOVELLO	HOMOLOGADA
8666	CAROLINE GORCZVESKI	HOMOLOGADA
8048	CRISTIANA REICHERT	HOMOLOGADA
12438	DAIANE LUCIA MAYER	HOMOLOGADA
8050	HALISON JIAN BRAUN DOS SANTOS	HOMOLOGADA

8192	LUCIANA DO AMARAL CRESTANI	HOMOLOGADA
8105	MARCIA MARIA FERRONATTO	HOMOLOGADA
8116	MARIZETE ARENHART ZUPPA	HOMOLOGADA
7930	NATIELI BORLA	HOMOLOGADA
10848	PATRICK JULIANO GUARDINI	HOMOLOGADA
13752	TAÍSE VANESSA SAMPAIO	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
10680	ELIZANDRA LUCAS DOS ANJOS	HOMOLOGADA
11943	FABIELI SIMONE LANGE GRABIN	HOMOLOGADA
11942	MATILIA MATTANNA	HOMOLOGADA
8589	PATRÍCIA CRISTINA MACEDO	HOMOLOGADA
PROFESSOR ENSINO INFANTIL - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12452	ANDREIA BAGNARA LUCIAN	HOMOLOGADA
7942	ANDREIA MILANI DE SOUZA	HOMOLOGADA
8723	ARIELI PULGA	HOMOLOGADA
7957	BÁRBARA REGINA PRESSOTTO LOLATO	HOMOLOGADA
12381	CLEUSA PERONDI HANAUER	HOMOLOGADA
9131	DALILA APARECIDA IZOTON	HOMOLOGADA
8665	DANIELA BRUZZO	HOMOLOGADA
11270	ELISANDRA DOS REIS	HOMOLOGADA
9121	GILVANA MARIA GUERINI	HOMOLOGADA
12434	GREICI KELLY MULLER	HOMOLOGADA
10604	IDIANARA CAVAGNOLI	HOMOLOGADA
8190	IONÁ POLESE PICCOLI	HOMOLOGADA
12022	IVANI MARIA PAULETTI CAVALLI	HOMOLOGADA
8702	JÉSSICA ANDRÉIA PRESOTTO	HOMOLOGADA
11953	JULIANA MIOLA MARTINI	HOMOLOGADA
12298	LUCIANE LANGHINI	HOMOLOGADA
8772	MARGARETE LOURDES GARLET BERTOLIN	HOMOLOGADA
11732	MARINICE MACHADO DA SILVA	HOMOLOGADA
11416	MARISANE DOS SANTOS	HOMOLOGADA
8129	MÁRI FACIN RODRIGUES DE FREITAS	HOMOLOGADA
8477	MELANIA SALETE KOSVOSKI	HOMOLOGADA
10002	NEILA KARINE DORNELLES GUARDA	HOMOLOGADA
10820	ROSAMAR MAZZONETO	HOMOLOGADA
8482	ROSANGELA MARIA ROTH PIZZATTO	HOMOLOGADA
8224	SANDRA REGINA ROTH	HOMOLOGADA
8113	VANDERLENE PERIN BIANCHI	HOMOLOGADA
PROFESSOR SÉRIES INICIAIS - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13760	ANA MARIA PREVEDELLO OTTO	HOMOLOGADA
13751	ANDRÉIA PAULA FERNANDES	HOMOLOGADA
12391	EDINEIA APARECIDA CARNEIRO	HOMOLOGADA
13657	ELISANGELA CONTINI	HOMOLOGADA

9566	FÁTIMA MARIA AMBROZI CER-VINSKI	HOMOLOGADA
13195	IVONE MARIA RIZZOTTO KRAEMER	HOMOLOGADA
11959	LUCIA CLACI WILDNER	HOMOLOGADA
12536	LUCIANA APARECIDA SNIGUR DI DOMENICO	HOMOLOGADA
8676	MARLETE TODESCATTO	HOMOLOGADA
10710	MÁRCIA CAMARA	HOMOLOGADA
11939	NELI DA COSTA THUMS	HOMOLOGADA
11956	SIDIANE BECKER	HOMOLOGADA
12683	SIRLEI DE FÁTIMA SALES CAVASIN	HOMOLOGADA
11857	VERA LUCIA SUFREDINI DA COSTA	HOMOLOGADA
PSICÓLOGO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11250	ALISSON MAURICIO MONTEIRO	HOMOLOGADA
13652	BARBARA CAMILA DA SILVA	HOMOLOGADA
11582	CÉRIS FATIMA LAGO	HOMOLOGADA
13334	DIANE MARIA ZANETTI ANVERÇA	HOMOLOGADA
12100	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	HOMOLOGADA
8256	FABIANA GUSEN	HOMOLOGADA
8433	KALINE CARLA MARCON	HOMOLOGADA
7927	KAMILA RIBEIRO	HOMOLOGADA
12922	MARCELO BONADEU	HOMOLOGADA
8375	MICHELE SEFFRIN	HOMOLOGADA
12393	MICHELI PERGHER	HOMOLOGADA
8024	SHIRLEY PALOSCHI	HOMOLOGADA
9790	SIMONE CRISTINA BACK	HOMOLOGADA
7923	TELMA ALINE CORTI	HOMOLOGADA
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11238	ADILES CAZUNI	HOMOLOGADA
13223	ALICE BONAVIGO	HOMOLOGADA
13261	ANA PAULA SIKORSKI	HOMOLOGADA
7910	ANDRENIZE BECKER	HOMOLOGADA
8540	ANDRIELI GRANVILLE	HOMOLOGADA
11966	BRUNA MILESI SARZI SARTORI	HOMOLOGADA
8156	CAMLA CARARO	HOMOLOGADA
12348	CARLA CLAUDIA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
8154	DIANA SEGALIN	HOMOLOGADA
8137	ELVIS JONY DE LIMA	HOMOLOGADA
8295	FABIELE PEDRETTI DELAI	HOMOLOGADA
11272	FÁBIO JÚNIOR PARISOTTO	HOMOLOGADA
8608	FRANTCHESCO MIGUEL CARGNIN	HOMOLOGADA
13152	GISELAINE KREMER GROSBELLI	HOMOLOGADA
8179	GLACIANA CRESTANI	HOMOLOGADA
13481	JACIR AMARAL	HOMOLOGADA
13722	JANICE INÊS RIFFEL	HOMOLOGADA
8476	JULIANA LOLATO	HOMOLOGADA
8549	JULIANA LURDES CHAVES	HOMOLOGADA
8271	LEONARDO JOSÉ PICCOLI PARPINELLI	HOMOLOGADA

11216	LUAN LUCAS VOLPINI	HOMOLOGADA
13617	MARCELO CAMARA	HOMOLOGADA
13626	MARLEI MARIA HOFFMANN	HOMOLOGADA
11756	MÁRCIA MAPELLI	HOMOLOGADA
8170	MOACIR DA COSTA	HOMOLOGADA
12846	SINEZIO BÁGGIO	HOMOLOGADA
12331	TAINARA TAIS GROTTTO GARLET	HOMOLOGADA
12396	WAGNER JESSE WEIAND	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 23 de outubro de 2.014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 140 /2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 140 /2014, de 23 de outubro de 2014

FIXA TURNO ÚNICO PARA O EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando a necessidade de contenção de despesas da Administração Municipal, para adequação aos recursos orçamentários;

Considerando os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único de expediente a ser cumprido no âmbito da Administração Municipal de Anchieta e Autarquias, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta feira.

Parágrafo Único: As Secretarias de Saúde e Educação, Cultura e Esportes, funcionarão em horário normal. O setor de licitações adotará calendário próprio.

Art. 2º Fica assegurado intervalo de 15 minutos durante o horário de expediente de turno único, o que deve ser registrado no respectivo controle de horário.

Art. 3º Fica vedada a realização de horas extras durante o período de turno único, ressalvados os casos excepcionais, autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor em 01 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 23 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de outubro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 141/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 141/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 1.791/2010 Art. 6º, incisos I e II, que estabelece a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA

Art. 1º. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para o período de 23 de outubro de 2014 a 23 de outubro de 2016 passa a serem os seguintes:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, a saber:

- a) Secretaria de Saúde Pública (SES): Shirley Paloschi (Titular) e Lucimara Davi (Suplente);
- b) Secretaria de Educação, Cultura, Esportes (SED): Camila Signori (Titular) e Sandra B. S. Scholtze (Suplente);
- c) Secretaria de Assistência Social (SAS): Ana Paula Sikorski (Titular) e Dayana Basso Perozzo (Suplente);
- d) Escolas em funcionamento no Município: Ernani Grabin (Titular) e Maria Roseli Lucas (Suplente);

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) Associação Comercial, Industrial e Serviços de Anchieta (ACISA): Diva Rosato (Titular) e Carine Maria Dal Ri Heineck (Suplente);
- b) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): Sirlei de Fátima Sales Cavasin (Titular) e Cleusa Maria Stefanello Somavilla (Suplente);
- c) Casa Lar Renascer da Vida: Inês Garlet Vieira (Titular) e Naia Teles (Suplente);

Art. 2º É permitida a recondução dos membros deste conselho uma única vez por igual período.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá contar com a estrutura e logística da Administração Municipal para o correto e eficaz desempenho de suas atribuições.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se na íntegra o Decreto nº. 532 de 27 de agosto de 2012.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 23 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 23 de outubro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão.

DECRETO Nº. 142/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 142/2014, de 23 de outubro de 2014
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 808.643,56 (oitocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I
CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 808.643,56 (oitocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato, objetivando a Execução da Obras de Saneamento Basico - recursos da Funasa.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 808.643,56 (oitocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
17.512.0449.1.027 - Execução de Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário
(193) - 4.4.90.00.00.00.00.0696 -Aplicações Diretas
..... R\$ 808.643,56
Total R\$ 808.643,56

Parágrafo Único. Será utilizado para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 0696 (00.03.0285) Outros Transferências de Convenio c/União-FUNASA-Esgotamento Sanitário - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 808.643,56 (oitocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 11.452-9 - Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.01-Outros Transferências de Convenio c/União-FUNASA-SANEAMENTO BASICO - Recurso sob nº. 0696 (00.03.0285), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e utilização do superavit dos recursos da Funasa - Saneamento Básico transcritos neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e utilização do superavit dos recursos da Funasa - Saneamento Básico transcritos no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
23 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta - (SC), 23/10/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº 143/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 143/2014, de 24 de Outubro de 2014
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE PONTOS DE TÍTULOS DAS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS.

O PREFEITO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados o Resultado de Pontos de Títulos das inscrições dos candidatos para os cargos de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, do Concurso Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal:

Professor Series Iniciais

Nº Insc.	Candidato	Títulos
9566	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	0,50
13195	Ivone Maria Rizzotto Kraemer	0,50
10710	Marcia Câmara	0,50
11857	Vera Lucia Sufredini Da Costa	0,50

Professor Ensino Infantil

Nº Insc.	Candidato	Títulos
8723	Arieli Pulga	0,50
7957	Barbara Regina Pressotto	0,50
9131	Dalila Aparecida Izoton	0,50
8665	Daniela Bruzzo	0,50

11270	Elisandra dos Reis	0,50
9121	Gilvana Maria Guerini	0,50
8190	Ioná Polese Piccoli	0,50
12022	Ivani Maria Pauletti Cavalli	0,50
11953	Juliana Miola Martini	0,50
8772	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	0,50
8129	Mari Facin Rodrigues de Freitas	0,50
8477	Melania Slate Kosvoski	0,50
10002	Neila Karine Dornelles Guarda	0,50
10820	Rosamar Mazzoneto	0,50
8113	Vanderlene Perin Bianchi	0,50

Professor Educação Física

Nº Insc.	Candidato	Títulos
13806	Alcione José Lago	0,50
8691	Ana Jucely de Souza	0,50
8048	Cristina Reichert	0,50
8192	Luciana do Amaral Crestani	0,50
8105	Marcia Maria Ferronato	0,50
10848	Patrick Juliano Guardini	0,50

Professor Matemática

Nº Insc.	Candidato	Títulos
11943	Fabieli Simone Lange Grabin	0,50
11942	Matília Mattanna	0,50
8589	Patrícia Cristina Macedo	0,50

Art. 2º Foram homologados o Resultado de Pontos de Títulos as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Concurso Público nº 001/2014.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE ANCHIETA - SC
Em, 24 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA,
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em, 24 de outubro de 2014.
EDUARDO SCHOLTZE,
Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 144/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 144/2014, de 24 de outubro de 2014
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de

03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I
CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.2.014 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental
164 - 3.3.90.00.00.00.00.1115 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Total R\$ 8.000,00

Parágrafo Único. Será utilizado para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115(00.03.1115) Transferência Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 - Rubrica nº 4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salário Educação - Recurso sob nº. 1115 (00.03.0115), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
24 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta - (SC), 24/10/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 145/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 145/2014, de 30 de outubro de 2014
Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.116, de 30 de outubro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete
(03) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração
(13) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unid. Finanças, Tributação e Fiscalização
(19) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral
(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da Educação Municipal
(33) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural
(50) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 - ENSINO INFANTIL
12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil
(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER
27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador
(77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura
(81) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública
(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal
(101) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 147.000,00
(103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM
(166) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa
(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade
(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária
() 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social
(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal
(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidad. Assist. Medico Sanitária
(07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados
(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município
(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL
04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno
(06) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 9.817,34
(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar
(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.768,94
(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL
06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil
(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 6.993,08
(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS
04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 (17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
 01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial
 (24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 365.800,00
 (25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL
 04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral
 (30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
 12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matrl.Permanente Veículo p/ Merenda Escolar
 (32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 - ENSINO INFANTIL
 12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche
 (62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 - ENSINO INFANTIL
 12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche
 (70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
 01 - AGRICULTURA
 20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matrl.Perm. p/ Serv Unid.Adm. Agricultura
 (80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matrl.Perm. p/ Inseminação Artificial
 (84) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
 15.451.0575.1.021 Contr.e Segurança Traf. Urb. E Constr.Abrigo Passageiros
 (91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
 26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeiros
 (104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município
 (106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
 01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
 04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local
 (125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária
 (15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0488.2.208 Manut. Coord. E Desenvolvimento do Programa CRAS
 (16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE
 08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente
 (22) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
 28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009
 (4) 3.1.90.00.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00
 Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 30 de outubro de 2014.
 ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em, 30 de outubro de 2014.
 EDUARDO SCHOLTZE,
 Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 146/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 146/2014, de 03 de novembro de 2014
 Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.116, de 30 de outubro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
 01 - GABINETE DO PREFEITO
 04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete
 (03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
 01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
 04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração
 (13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
 01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unidade. Finanças, Tributação e Fiscalização
 (19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
 02 - CONTADORIA GERAL
 04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral
 (29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
 12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da

Educação Municipal
 (33) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 02 - ENSINO FUNDAMENTAL
 12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural
 (50) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 - ENSINO INFANTIL
 12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil
 (64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER
 27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador
 (77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
 01 - AGRICULTURA
 20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura
 (81) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 (82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
 15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública
 (95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
 26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal
 (101) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 147.000,00
 (103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM
 (166) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa
 (01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade
 (2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária
 () 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 (08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social
 (01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
 10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal
 (1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 (2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
 02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
 10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidade. Assist. Medico Sanitária
 (07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados
 (10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
 01 - GABINETE DO PREFEITO
 04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município
 (01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL
 04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno
 (06) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 9.817,34
 (07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
 05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar
 (08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.768,94
 (09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL
 06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil
 (10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 6.993,08
 (11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
 02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS
 04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos
 (16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 (17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial
 (24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 365.800,00
 (25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL
 04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral
 (30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
 12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matrl.Permanente Veículo p/ Merenda Escolar
 (32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 - ENSINO INFANTIL
 12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche
 (62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 - ENSINO INFANTIL
 12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche
 (70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
 01 - AGRICULTURA
 20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matrl.Perm. p/ Serv Unid.Adm. Agricultura
 (80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matrl.Perm. p/ Inseminação Artificial
 (84) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
 15.451.0575.1.021 Contr.e Segurança Traf. Urb. E Constr.Abrigo Passageiros
 (91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
 26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeios
 (104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município
 (106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
 01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
 04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local
 (125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$

26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária

(15) 3.3.90.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0488.2.208 Manut. Coord. E Desenvolvimento do Programa CRAS

(16) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente

(22) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00806 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Fica Revogado parcialmente o Decreto 145/2014 de 30 de outubro de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em, 03 de novembro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,

Secretário Municipal de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 505/2014

PORTARIA nº 505, de 07 de novembro de 2014.

Retifica o art. 1º da Portaria nº 438/2014, que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público, da servidora VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, a partir de 03/10/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º O art. 1º da Portaria nº 438/2014 fica retificado para, onde se lê: "ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III - 20 horas", leia-se: "ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (Pós-Graduação/Especialização) - 20 horas".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03/10/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2014.

Antonio Paulo Remor

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.466/2014

LEI NO 1.466/2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2015 e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os

seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;
 II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2015, 2016 e 2017;
 III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;
 IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;
 V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
 VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
 VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
 VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;
 IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;
 X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
 XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
 XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
 XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
 XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
 XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
 XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2014;
 XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das Obras que passarão para 2015 em Andamento e que deverão estar Incluídas como prioridades nesta Lei de Diretrizes;
 XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;
 XXI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e
 XXII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
 II - ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
 III - atividade - um instrumento de programação para alcançar os

objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
 IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
 V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
 VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;
 VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;
 VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;
 IX - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
 X - execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito;
 XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e sua Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS), desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2009 (Manual da Despesa Nacional), na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
 II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
 III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
 IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
 V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
 VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da

Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007);

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa para a respectiva ação de governo, desdobrada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da mesma ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme definido por esta lei como categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da CF.

§ 4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2012 e 2013 e despesa fixada para 2014 e 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2015;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2014;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2013, 2014 e 2015;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreatcarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2015 como Unidades Orçamentárias, terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos identificadas em Plano de Aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no artigo 7º, X desta Lei.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação

financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recurso, nas seguintes dotações abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e
- IV - Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da geração de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 no valor de R\$ 1.162.400,00 (hum milhão, cento sessenta e dois mil e quatrocentos reais) observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2015 da Unidade Gestora Prefeitura reservará recursos de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2015 integrarão também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2015 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2015, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício; e
- II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos.

Art. 33 Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

Parágrafo Único - Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida

ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 46 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 14 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015

ANEXO I
Art. 4º, § 1º da LRF
METAS ANUAIS
R\$ 1.000,00

Especificação	Metas para 2015			Metas para 2016			Metas para 2017		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	31.602,0	31.602,0	0,017	30.364,4	29.480,0	0,015	31.832,8	30.005,5	0,015
Receitas Primárias (I)	27.633,6	27.633,6	0,015	27.981,4	27.166,4	0,014	29.141,8	27.468,9	0,014
Despesa Total	29.606,2	29.606,2	0,016	28.119,8	27.300,8	0,014	29.234,5	27.556,3	0,014
Despesas Primárias (II)	31.232,0	31.232,0	0,017	30.010,5	29.136,4	0,015	31.488,2	29.680,6	0,014
Resultado Primário (I-II)	-3.598,4	-3.598,4	-0,002	-2.029,1	-1.970,0	-0,001	-2.346,4	-2.211,7	-0,001
Resultado Nominal	-1.009,0	-1.009,0	-0,001	550,0	534,0	0,001	-350,0	-329,9	-0,001
Dívida Pública Consolidada	3.700,0	3.700,0	0,002	4.200,0	4.077,7	0,002	3.800,0	3.581,9	0,002
Dívida Consolidada Líquida	3.299,8	3.299,8	0,002	3.849,8	3.737,7	0,002	3.499,8	3.298,9	0,002

Notas:

1. Projeção do PIB de Antônio Carlos com base nos índices de crescimento projetado para o PIB do Estado realizados pela Secretaria de Estado de Planejamento:

R\$ 1.000,00

Variáveis	2010*	2011*	2012**	2013**	2014**	2015**	2016**	2017**
PIB	152.400.000	167.208.000	172.224.000	177.390.000	182.712.000	188.194.000	193.840.000	199.600.000
% Variação			3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

*Dados do IBGE

**Projeção nossa

2. Para cálculo dos valores a preços constantes para 2015, 2016 e 2017 levou-se em conta o índice de inflação utilizado para projeção das receitas e despesas, conforme abaixo:

2015	2016	2017
3,00	3,00	3,00

1. Exemplo para a Receita total de 2016 a preços de 2015: $30.364,4 / (3/100 + 1) = 29.480,0$

2. Exemplo para a Receita total prevista para 2017 a preços de 2015: $31.832,8 / (3/100 + 1) \times (3/100 + 1) = 31.832,8 / (1.03 \times 1.03) = 31.832,8 / 1,0609 = 30.005,47$.

LEI 1.467/2014

LEI 1.467/2014

Autoriza o Poder Executivo a alienar veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e dá outras providências

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar os veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme relação abaixo:

VEÍCULO	ANO/MOD.	COMBUST.	COR	PLACA	RENAVAM
MERCEDES BENZ 1414 (BASCULANTE)	1992/1992	DIESEL	AZUL	MAS-2206	542820978
VW GOL CL	1990/1990	GASOLINA	BRANCA	LZV-4457	541078909
GM KADET IPANEMA GL	1998/1998	GASOLINA	BRANCA	MAR-2366	703873210
VW FUSCA 1600	1984/1984	GASOLINA	BEGE	LZY-6797	542816237
VW FUSCA 1600	1985/1985	GASOLINA	BEGE	LZR-1476	551331690
VW KOMBI (ENVIDRAÇADA)	1993/1993	GASOLINA	BRANCA	MAO-9868	542821281
MERCEDES BEZ 310D SPRINTER (IMPORT)	1997/1997	DIESEL	BRANCA	JNW-0841	689160356
VW GOL 1.0 PLUS	2001/2001	GASOLINA	BRANCA	MBU-1372	755846656
VW GOL SPECIAL	2001/2002	GASOLINA	BRANCA	MFT-6690	773953736
TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND	1998/1998	DIESEL	AZUL		
MOTONIVELADORA HUBER WACK	1979/1979	DIESEL	AMARELA		

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Antônio Carlos, 04 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.468/2014

LEI Nº 1.468/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 144.117,09 (cento quarenta e quatro mil cento e dezessete reais e nove centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.001.4.4.90.00.00.0.1.001 - Ampliação Rede Física do Ensino Fundamental
16 - Aplicações Diretas
R\$ 45.000,00

1.001.4.4.90.00.00.0.1.058 - Ampliação Rede Física do Ensino Fundamental
14 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

2.007.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Transporte Escolar
36 - Aplicações Diretas
R\$ 49.117,09

Artigo 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:
04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.002.4.4.90.00.00.0.1.001 - Ampliação Rede Física do Ensino Infantil
42 - Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

1.002.4.4.90.00.00.0.1.058 - Ampliação Rede Física do Ensino Infantil
40 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

0.002.3.2.90.00.00.0.1.001 - Amortização de Dívida da Educação
71 - Aplicações Diretas
R\$ 2.621,59

0.002.4.6.90.00.00.0.1.001 - Amortização de Dívida da Educação
72 - Aplicações Diretas
R\$ 11.495,50

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 04 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 115/2014

DECRETO Nº 115/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01.04.122.0001.0.001-3.3.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 50.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 50.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 07 de Novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 308

PORTARIA Nº 308, de 05/11/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ALGEMIRO GONÇALVES CORDEIRO, brasileiro, casado, ocupante do cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, relativas ao período aquisitivo de 07/01/2014 à 31/10/2014, e gozo das mesmas no período de 03/11/2014 a 28/12/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/11/2014.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309

PORTARIA Nº 309, de 05/11/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CRISTIANO SERIGHELLI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2013 à 01/12/2014, e gozo das mesmas no período de 01/12/2014 a 30/12/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310

PORTARIA Nº 310, de 05/11/2014.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, PERSEU LUIZ CASALETTI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2013 à 01/12/2014, e gozo das mesmas no período de 01/12/2014 a 30/12/2014, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311

PORTARIA Nº 311, de 05/11/2014.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora THAIS NOELLI ARIGONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, na forma do Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 05/11/2014 a 03/05/2015, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0033/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTO DE ÁUDIO, ELETRODOMÉSTICOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª FABIANA NUNES POSSATO - PROFABI DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME

RECURSOS FEDERAIS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO.
Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.
Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 21/11/2014.
Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 21/11/2014.
Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente ou através do e-mail: compras@arroio30.com.br
Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 07 de novembro de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

14/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 50/2014

Pregão - 14/2014

A comissão de Licitação da , nomeada pelo(a) Portaria: 001/2014, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 19 de novembro de 2014, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 302 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 14/2014, na modalidade de Pregão. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NA PREFEITURA MUNICIPAL, E DEMAIS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE AURORA., CONFORME CRONOGRAMA DE ENTREGA E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONTIDOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO anexo

Aurora - SC, 6 de novembro de 2014
Vilmar Zandonai
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014

"EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014 ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE RESERVA DE DIVERSOS CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA MODALIDADE DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Município Barra Velha, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como no Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 056/2006, de 28 de dezembro de 2006.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será realizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, sito na Rua Governador Celso Ramos, 198, Centro, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina mediante contrato celebrado com a empresa Nubes Tecnologia e Serviços Ltda.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado terá caráter classificatório e envolverá prova escrita e análise de títulos.

1.3. Os cargos, áreas de atuação, habilitação profissional, atribuição, carga horária e número de vagas, constam no Anexo IV deste Edital.

1.4. As inscrições para todos os cargos serão isentas de cobrança de taxa.

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Edital de PROCESSO SELETIVO n.º 01/2014 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.1. O Edital na íntegra no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Barra Velha, sito na Governador Celso Ramos, 198, Centro, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina; no site oficial do Município: www.barravelha.sc.gov.br, no site da empresa: www.nubesconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. Para participar do Processo Seletivo N.º 01/2014 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no Mural da Prefeitura, no site oficial do município: www.barravelha.sc.gov.br, no site da empresa: www.nubesconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores aos previstos neste edital.

3.3. As inscrições serão efetuadas exclusivamente via internet, através do site www.nubesconcursos.com.br, no período informado no ANEXO III deste edital.

3.4. São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Processo Seletivo.

3.4.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser

complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Barra Velha, pelo próprio candidato.

3.5. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.5.1. Acessar o site www.nubesconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.5.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo do Município de Barra Velha - SC;

3.5.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.5.4. O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado da empresa para ajudar na inscrição, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h às 16h30min, junto a Prefeitura Municipal de Barra Velha, sito na Avenida Governador Celso Ramos, 198, Centro, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

3.5.5. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nubesconcursos.com.br a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "homologação provisória das inscrições", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em mural na Prefeitura do Município de Barra Velha - SC, no site do Município www.barravelha.sc.gov.br, no site www.nubesconcursos.com.br e nos meios oficiais do Município.

3.7. A Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. e a Prefeitura Municipal de Barra Velha não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.8. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, encaminhando o requerimento via email para recurso@nubesconcursos.com.br, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.10. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, encaminhando a solicitação via email para recurso@nubesconcursos.com.br, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.11. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.12. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.13. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, no site oficial do Município, no endereço eletrônico www.barravelha.sc.gov.br e no site www.nubesconcursos.com.br, bem como será afixado, em local visível, na Prefeitura Municipal de Barra Velha, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.14. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, após a publicação, que se dará por meio de requerimento encaminhado no site www.nubesconcursos.com.br.

3.15. A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa

organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando-se início ao processo de seleção.

4. DATA E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

4.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

4.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4. As provas objetivas terão a duração conjunta de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

4.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

4.8. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do processo seletivo.

4.9. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

4.11. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.12. Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5. DAS PROVAS

5.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que obterem, no mínimo, 5,00 (cinco) pontos.

5.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Processo Seletivo constará de prova escrita objetiva (classificatória).

5.3. A prova escrita objetiva terá 25 (vinte e cinco) questões, de múltipla escolha sendo 15 de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português e Matemática) e 10 de conhecimentos

específicos distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos específicos	10	0,4	4,0
Conhecimentos gerais e atualidades	05	0,4	2,0
Português e Matemática	10	0,4	4,0
Valor total da prova escrita:			10,0

5.3.1. Da prova de títulos, serão atribuídos pontos, como segue especificado:

PROVA DE TÍTULOS		
FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
1. Doutorado	1,0 ponto	1,0
2. Mestrado	0,5 pontos	0,5
3. Pós-Graduação na Área Concluída	0,3 pontos	0,3
4. Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, realizados entre Janeiro de 2011 a outubro de 2014	0,05 para cada 50 horas concluídas. O limite de horas de a ser validado é de até 200h	0,2
5. Alfabetização: Comprovação na formação PNAIC	0,05 para cada 50 horas concluídas. O limite de horas de a ser validado é de até 200h	0,2
6. AEE - Atendimento Educacional Especializado	0,05 para cada 50 horas concluídas. O limite de horas de a ser validado é de até 200h	0,2

5.3.2. Cada título apresentado, contará em apenas um dos itens descritos no item anterior, não sendo permitido a utilização de um mesmo título, para dois ou mais itens.

5.4. Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo I deste Edital.

5.5. A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no Item 5.3.1.

5.6. A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

5.7. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados com nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita.

5.8. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);

d) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

5.9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelos candidatos.

5.10. A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{CLASSIFICAÇÃO} = \text{NPE} + \text{NPT}$$

Onde: NPE = nota da prova escrita; NPT = nota da prova de títulos

5.11. Serão pontuados como títulos, os documentos emitidos em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso, sendo considerados válidos como comprovação de título de:

- Doutorado: Diploma;

- Mestrado: Diploma;

- Pós Graduação: Certificado;
- Graduação: Diploma - Sendo obrigatório a sua apresentação para a comprovação dos requisitos de habilitação, conforme exigências do cargo inscrito;
- Cursos de Aperfeiçoamento (itens 4, 5 e 6): Diploma ou Certificado.

5.12. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

5.13. Para a homologação de sua inscrição, o candidato deve encaminhar, obrigatoriamente, os títulos comprobatórios da habilitação ao cargo que se inscreveu, uma das seguintes formas:

5.13.1. CÓPIA REPROGRAFADA AUTENTICADA EM CARTÓRIO, entregue via SEDEX ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, para o responsável da empresa, sito na Avenida Governador Celso, 198, Centro, Município de Barra Velha/SC - CEP: 88390-000, até o último dia da inscrição;

5.13.2. Em qualquer das opções escolhidas pelo candidato, os títulos devem estar acomodados em envelopes identificados com o NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO e CARGO, preferencialmente com o "comprovante provisório de inscrição", emitido na "área do inscrito", após a efetivação da sua inscrição.

5.13.3. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

5.13.4. O candidato que não apresentar a documentação comprobatória de sua habilitação profissional ao cargo inscrito, nos prazos, meios e formas descritas nesta cláusula, terá sua inscrição cancelada, sendo eliminado do presente seletivo.

5.14. Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

5.15. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (posuírem 60 anos completos ou mais).

5.16. Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- d) Maior Habilitação.
- e) Maior idade.

5.17. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

5.18. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

6. DIVULGAÇÃO DO GABARITO E RECURSOS

6.1. O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no site www.barravelha.sc.gov.br e no site www.nubesconcursos.com.br, conforme previsto no Item 2.1 deste Edital.

6.2. Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto a Comissão Especial, no prazo máximo previsto no Anexo III deste Edital.

6.3. O recurso deverá ser protocolado na no site da empresa organizadora: www.nubesconcursos.com.br, ou ainda enviado diretamente para o e-mail recurso@nubesconcursos.com.br, com as seguintes especificações:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;

6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

6.4. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.5. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.6. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.7. As respostas dos recursos serão publicadas no site da empresa.

6.8. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente (s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

7. RESULTADO

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através de publicação no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no site www.barravelha.sc.gov.br, no site www.nubesconcursos.com.br, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, à Comissão Especial, no prazo máximo estabelecido no Anexo III deste Edital.

7.3. A resposta do recurso serão publicados no site www.barravelha.sc.gov.br, no site www.nubesconcursos.com.br.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no site www.barravelha.sc.gov.br, no site www.nubesconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios.

7.5. A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento Pessoal do Município de Barra Velha durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

8.3. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado perderá o direito a admissão. Caso recuse a vaga oferecida poderá pedir reclassificação, ficando ao final da lista dos aprovados.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Barra Velha, obedecendo a ordem de classificação.

8.3.2. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.barravelha.sc.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores,

num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.4. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via Sedex, até o último dia das inscrições, para o endereço da NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS - Rua Beija Flor, 1002 - Sala 01 - Bairro Bombas - Bombinhas/SC - CEP: 88215-000, os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do Anexo II deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, e a apresentação dos títulos, obedecendo aos procedimentos neste Edital.

9.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DO CHAMAMENTO E DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

10.1. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Secretaria Municipal de Educação e divulgação no site do município.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.2.1. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) Cópia do documento de identidade;

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Certidão de Casamento, se houver;

f) Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

g) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

h) Declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;

i) Certidão negativa de antecedentes criminais;

j) Comprovante da escolaridade e experiência exigida para o cargo;

k) Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo conselho profissional;

l) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

m) Ter aptidão física para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional;

n) Comprovante de residência;

o) Fotografia 3 x 4;

p) Certidão de nascimento dos dependentes;

10.2.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do processo seletivo.

10.2.3. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do processo seletivo.

10.2.4. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do processo seletivo.

10.3. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Barra Velha convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

10.4. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo ou emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O processo terá validade de 12 (doze) meses, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, por necessidade da administração municipal.

11.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

11.3. O contrato de trabalho terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período por necessidade da administração pública municipal.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Secretaria de Educação do Município de Barra Velha e nos sítios www.barravelha.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

12.2. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

12.3. O processo seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação no mural da Prefeitura, no site do Município: www.barravelha.sc.gov.br, no site da empresa: www.nubesconcursos.com.br.

12.4. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

12.5. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

12.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Barra Velha, de acordo com a legislação vigente.

12.7. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada

b) da realização das provas;

c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato,

d) verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

e) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou

f) for responsável por falsa identificação pessoal;

g) ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

12.8. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI

e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

12.9. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:

a) na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao

b) impedimento;

c) como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

12.10. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.

12.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

d) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.

e) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova.

f) Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.

12.12. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 06 de Novembro de 2014.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito Municipal

Valdir Nogueira

Secretário Municipal de Educação
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. História do Município de Barra Velha, www.barravelha.sc.gov.br e História do Brasil.

PORTUGUÊS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Fonética: Ortografia, pontuação, acentuação gráfica e crase. Morfologia: classes de palavras. Sintaxe: concordância verbal e nominal. Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Noções de lógica: proposições, conectivos, negação de proposições compostas. Conjuntos: caracterização, pertinência, inclusão, igualdade e intervalos. Conjuntos numéricos. Composição de funções. Função inversa. Médias aritméticas e geométricas. Regra de três simples e composta. Juros e porcentagem. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

(01, 02 e 03) Professor(a) Educação Infantil

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de

aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Proposta Curricular do estado de Santa Catarina. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

(04, 06, 08 e 09) Professor(a) Anos Iniciais - Ensino Fundamental Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação.

(05 e 07) Professor(a) Alfabetizador - Anos Iniciais

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais.

(10 e 11) Professor(a) de Artes

A História da Arte Geral; A História da Arte no Brasil; A História da Arte Arquitetônica; A Educação Musical na Escola; O Teatro; O Jogo dramático teatral na escola; Harmonia de cores; Geometria; Projeções Geométricas; Elementos básicos das composições artísticas (coreografias, teatrais, musicais, visuais, audiovisuais) e suas gramáticas articuladoras; O Ensino da Educação Artística no Ensino Fundamental: a metodologia do ensino da arte; o desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio cultural do ser humano; as diferentes linguagens artísticas e a educação; Parâmetros Curriculares Nacionais Vol. Artes.

(12 e 13) Professor(a) de Ciências

Ecologia: populações comunidades e ecossistemas; energia nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares; pirâmides ecológicas; relações ecológicas, ciclos dos nutrientes; formações fitogeográficas do Brasil. Seres vivos: classificação dos seres vivos; evolução; principais grupos de animais e plantas, sua classificação, morfologia e fisiologia; características gerais dos reinos fungi; protista e monera; Citologia e genética: Tipos de células; estrutura da célula; membrana plasmática; citoplasma e organelas celulares; o núcleo celular e o material genético; herança mendeliana; grupos sanguíneos; Mecânica: grandezas físicas, MRU (movimento retilíneo uniforme) e MRUV (movimento retilíneo uniformemente variado); forças; peso, massa e gravidade; pressão; astronomia. Óptica, ondulatória e termologia: a luz; lentes e espelhos; refração e reflexão; o som, propagação do som; características das ondas sonoras; calor e temperatura; transferência de calor; isolantes térmicos; dilatação dos corpos; Eletricidade e magnetismo: cargas elétricas; eletrização dos corpos; tensão, corrente, potência e resistividade elétrica; circuitos elétricos; associação de resistores; ímãs e bobinas. Química: matéria; conservação da matéria; fenômenos físicos e fenômenos químicos; substância pura e mistura; substâncias simples e compostas; teorias atômicas; tabela

periódica; elementos químicos; isótopos, isóbaros e isótonos; reações químicas; funções inorgânicas; Ensino de ciências: porque ensinar ciências?; construtivismo e ensino de ciências; modelo de mudança conceitual; história e filosofia da ciência; temas transversais; relações ciência-tecnologia-sociedade-ambiente (CTSA). Parâmetros curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Temas Transversais.

(14 e 15) Professor(a) de Educação Física

Corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento; Nutrição e atividade física; Socorros de urgência aplicados à Educação Física; Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades; As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola; Educação Física escolar e cidadania; Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Concepções de Educação e Escola; Ética no trabalho docente; Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Desenvolvimento das capacidades inerentes ao rendimento esportivo; Abordagens da educação física escolar; Motricidade humana; Biodinâmica da atividade humana; Atividade física e qualidade de vida; Histórico da educação física no Brasil; Condicionamento físico e performance humana; Esportes, lutas e danças - histórico e regras; Anatomia Humana; Parâmetros Curriculares Nacionais - Vol. Educação Física.

(16 e 17) Professor(a) Ensino Religioso

Ética; Cidadania; Moral e Respeito; Religiões antigas (Egito Grécia, Babilônia); Religiões no Brasil Colônia, Império, República; Cultura Afro-brasileira; Conflitos religiosos; Intolerância religiosa; Cristianismo; Reformas na igreja católica. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo.

(18 e 19) Professor(a) de Geografia

I - Noções básicas de Geografia: Noções de Espaço: Conceitos e espaço em transformação; Orientação: Rosa dos Ventos e Coordenadas geográficas; Fusos horários: Fusos do Brasil, Horários de verão; Cartografia: Projeções, Escalas, Legendas, Sensoriamento remoto; Noções de Astronomia, Origem do Universo; O Sistema Solar; Movimentos da Terra; Estações do ano; Fases da Lua; II - Geografia do Brasil e Regional: A organização do espaço geográfico brasileiro; Posição geográfica do Brasil: localização e limites; Regionalização; O Brasil no contexto Mundial; Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação e hidrografia; Aspectos humanos: formação e cultura da população, crescimento, distribuição, estrutura (etária, sexual, atividades setoriais e indicadores socioeconômicos), urbanização e suas consequências; Aspectos econômicos: atividade agropecuária (evolução, sistemas e áreas de produção, mão de obra e questão agrária), extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais, os meios de transportes e circulação de mercadorias; Os principais problemas ambientais rurais e urbanos. III - Geografia Geral e Geopolítica: Organização do espaço mundial; Divisão geográfica dos continentes; A produção do espaço nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; Aspectos físicos dos continentes: relevo, clima, vegetação, hidrografia e dinâmica interna e externa da Terra; Aspectos humanos mundiais: teorias demográficas e crescimento, distribuição, estrutura, indicadores socioeconômicos. Aspectos econômicos: atividade agropecuária (modos, sistemas e áreas de produção) extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais (tipos de indústrias, áreas industriais e sistemas de produção); A Geopolítica Mundial: da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; O processo de globalização e suas implicações; Os blocos econômicos e suas áreas de influências: (MERCOSUL, União Européia, NAFTA, APEC e outros); Os fluxos comerciais, de transportes e

comunicações; A economia mundial: G-8, G-20, Rodada Doha, China, Tigres Asiáticos, transformações do leste europeu, nacionalismo e áreas de conflitos e guerrilhas; A questão ambiental; Os desafios da conservação ambiental: As interações entre sociedade e natureza; Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação; O ensino da Geografia no Ensino Fundamental I e II e Médio.

(20 e 21) Professor(a) de História

Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império - República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo - Governos Militares; Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia; Antiguidade Clássica: Grécia e Roma; Feudalismo; Renascimento Cultural; Reformas religiosas; Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos e América Latina; Fazer e construir a História; A América encontrada pelos europeus; Colonização: Dominação, submissão e resistência; A crise do Sistema Colonial; O Brasil constituindo-se em Estado; O Brasil parece ser o café e o café não é o Brasil; Anos 20 / As tensões sociais transformadas em conflitos; O Brasil contemporâneo: O movimento da História - permanência e mudanças; Estados Nacionais, Imperialismo e Revoluções; Industrialização e urbanização; A cidade e o campo; Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Fundamental (História).

(22 e 23) Professor(a) de Inglês

A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguístico-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença Frase nominal Substantivo Genetivo Adjetivo (graus comparativo e superlativo) - Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto

(24 e 25) Professor(a) de Língua Portuguesa

Fonética e Fonologia: Fonema e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras "Que" e "Se"; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Língua Portuguesa).

(26 e 27) Professor(a) de Matemática

1. Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. 2. Álgebra: Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. 3. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. 4. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas; Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Matemática).

(28 e 29) Professor(a) de Espanhol

A metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do espanhol; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do espanhol; A natureza sociointernacional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; Interpretação de texto; Gramática; Ortografia; Aspectos didáticos para o desenvolvimento de habilidades (ler, ouvir, escrever e falar); aspectos didáticos para o desenvolvimento de habilidades de compreensão: utilização de materiais audiovisuais; estratégias para a análise do texto: compreensão e interpretação; aspectos metodológicos do ensino de espanhol e português; aspectos metodológicos do ensino de espanhol / Língua Espanhola no Brasil; abordagem contrastiva entre o Espanhol e Português.

(30, 31 e 32) Professor(a) Auxiliar

A escola como inclusiva, a abordagem bilíngue, a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, surdocegueira e deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa, orientação e mobilidade, Adequação postural e acessibilidade espacial, livro acessível e informática acessível. Programa educação inclusiva: Direito à diversidade/MEC, Programa de implantação das salas de recursos multifuncional/MEC. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Atribuições do segundo professor de turma; Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Condutas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas.

(33 e 34) Professor(a) Interprete de Libras

- Fundamentos da Educação da Pessoa com Deficiência Visual. Atendimento Educacional Especializado na Área de Deficiência Visual. Informática para Pessoas com Deficiência Visual (DOSVOX). Grafia Braille para Informática: princípios básicos, sistema de prefixação, listas diversificadas de sinais, normas de aplicação. Metodologia do Sistema Braille: leitura e escrita. Grafia Braille para a Língua Portuguesa: Sistema Braille: histórico, definição, simbologia. Código Braille na Grafia da Língua Portuguesa: Valor dos Sinais; Observações e Normas de aplicação: sinal de letra maiúscula, números e sinais com eles usados, sinal de itálico e outras variantes tipográficas, pontuação e sinais acessórios. Disposição do Texto Braille. Símbolos usados em outros idiomas, inexistentes em Português ou representados por sinais Braille diferentes. Vocabulário de Termos e Expressões Empregados no Domínio do Sistema Braille. Portaria nº 319, de 26/02/1999 e Portaria 554 de 26/04/2000 do Ministério de Educação. Código Matemático Unificado para Língua Portuguesa: prefixos alfabéticos e sinais unificadores; índices e marcas; números; operações aritméticas fundamentais e relações numéricas elementares; frações, potências e raízes; teoria de conjuntos e lógica; aplicações (funções) e geometria.

(35 e 36) Professor(a) Instrutor de Libras

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC/2008. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Modalidade Educação Especial - Resolução 4/2009 - CNE/CEB. Decreto nº 6.571/2008. Oficialização da Libras - Lei nº 10.436/02. Regulamentação da Libras - Decreto nº 5.626/05. Aspectos históricos - História da educação dos surdos no Brasil. Filosofias educacionais da educação dos surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Aspectos clínicos da surdez - Conceitos, classificação, desempenho e consequências. Aspectos socioantropológicos da surdez - Modelos educacionais na educação de surdos: modelo clínico e antropológico. Cultura, Identidade e comunidade surda. Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Línguas

naturais, gramática da Libras, alfabeto digital, soletração rítmica, numerais cardinais, ordinais e para quantidades, nível fonético, nível morfológico, nível sintático, parâmetros, pronomes pessoais, tipos de frases, verbos com concordância e sem concordância, verbos com incorporação de negação, advérbio de modo incorporados ao verbo, classificadores.

(37 e 38) Professor(a) de Atendimento Educacional Especializado - AEE

A escola como inclusiva, a abordagem bilíngue, a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, surdo cegueira e deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa, orientação e mobilidade, Adequação postural e acessibilidade espacial, livro acessível e informática acessível. Programa educação inclusiva: Direito à diversidade/MEC, Programa de implantação das salas de recursos multifuncional/MEC. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Atribuições do segundo professor de turma; Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Condutas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Língua de Sinais: comunicação; exercícios gramaticais; exercícios tato-manuais e soletração, Linguística Geral, Bilinguismo, Correntes educacionais;

(39 e 40) Professor(a) Tecnologia Educacional

Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Banco de Dados.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito (a) ao Processo Seletivo Simplificado N.º 01/2014 da Prefeitura Municipal de Barra Velha, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____ portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____,

_____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____,

_____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 11.8 do presente Edital: (Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Barra Velha/SC, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

DATA PREVISTA	ATO
06/11/2014	Publicação do Edital.
07/11/2014	Prazo para impugnação do Edital.
10/11/2014	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
11/11/2014 a 28/11/2014	Período das inscrições.
01/12/2014	Homologação provisória das inscrições.
02/12/2014 a 04/12/2014	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
05/12/2014	Homologação final das inscrições.
14/12/2014	Data das provas escrita.
15/12/2014	Publicação do gabarito provisório.
15/12/2014 a 16/12/2014	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
17/12/2014	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
18/12/2014	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
19/12/2014	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 01/2014.

Cronograma sujeito a alterações, divulgadas pelos meios previstos no Item 2 do presente edital.

ANEXO IV - FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO e REMUNERAÇÃO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

1. FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA e HABILITAÇÃO:

Nº. De Ordem	FUNÇÕES	N. VAGAS	ÁREA DE ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL
01	Professor de EDUCAÇÃO INFANTIL (habilitado)	CR	Ensino Infantil (creche e pré-escola)	20 ou 40 horas	Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil;	Conforme quadro
02	Professor de EDUCAÇÃO INFANTIL (não habilitado)	CR	Ensino Infantil (creche e pré-escola)	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil;	Conforme quadro
03	Professor de Educação Infantil (com Magistério)	CR	Ensino Infantil (creche e pré-escola)	20 ou 40 horas	Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil ou Pré-Escola.	Conforme quadro
04	Professor ANOS INICIAIS (habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano	20 ou 40 horas	Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais;	Conforme quadro
05	Professor Alfabetizador ANOS INICIAIS (habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 3º Ano	20 ou 40 horas	Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais;	Conforme quadro
06	Professor ANOS INICIAIS (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/anos Iniciais;	Conforme quadro
07	Professor Alfabetizador ANOS INICIAIS (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 3º Ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior de Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries/anos Iniciais;	Conforme quadro
08	Professor ANOS INICIAIS (com magistério)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano	20 ou 40 horas	Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério - Anos Iniciais.	Conforme quadro
09	Professor Alfabetizador ANOS INICIAIS (com magistério)	CR	Ensino Fundamental 1º ao 3º Ano	20 ou 40 horas	Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério - Anos Iniciais.	Conforme quadro

10	Professor de ARTES (habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Artes.	Conforme quadro III
11	Professor de ARTES (não habilitado)		Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Artes. Cursando ou ter concluído curso de nível superior Bacharel em Artes.	Conforme quadro
12	Professor de CIÊNCIAS (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Ciências	Conforme quadro
13	Professor de CIÊNCIAS (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Ciências;	Conforme quadro
14	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Educação Física, com registro no órgão de classe.	Conforme quadro
15	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (não habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Educação Física. Cursando ou ter concluído curso de nível superior Bacharel em Educação Física.	Conforme quadro
16	Professor de ENSINO RELIGIOSO (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Educação Religiosa.	Conforme quadro
17	Professor de ENSINO RELIGIOSO (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Educação Religiosa.	Conforme quadro
18	Professor de GEOGRAFIA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Geografia.	Conforme quadro
19	Professor de GEOGRAFIA (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Geografia;	Conforme quadro
20	Professor de HISTÓRIA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em História.	Conforme quadro
21	Professor de HISTÓRIA (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em História;	Conforme quadro
22	Professor de LÍNGUA INGLESA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Letras/Inglês	Conforme quadro
23	Professor de LÍNGUA INGLESA (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Letras/Inglês;	Conforme quadro
24	Professor de LÍNGUA PORTUGUESA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Letras.	Conforme quadro
25	Professor de LÍNGUA PORTUGUESA (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Letras;	Conforme quadro
26	Professor de MATEMÁTICA (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Matemática.	Conforme quadro
27	Professor de MATEMÁTICA (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Matemática;	Conforme quadro
28	Professor de ESPANHOL (habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Licenciatura plena em Letras/espanhol	Conforme quadro
29	Professor de ESPANHOL (não habilitado)	CR	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de curso de nível superior em Licenciatura plena em Letras/Espanhol;	Conforme quadro
30	PROFESSOR AUXILIAR (habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Ensino superior completo de Licenciatura em Pedagogia, Educação Especial ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil ou Anos Iniciais.	Conforme quadro

31	PROFESSOR AUXILIAR) (não- habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª Fase do Ensino superior Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil e Pedagogia; Diploma e Histórico Escolar de Curso de Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil Anos Iniciais.	Conforme quadro
32	PROFESSOR AUXILIAR (com magistério)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	- Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio no Magistério-Educação Infantil Anos Iniciais.	Conforme quadro
33	PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS (habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial, com no mínimo, 120 horas de curso INTERPRETE DE LIBRAS; Diploma de Pós-graduação em Educação Especial, independente da área de graduação; Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, com no mínimo 120 (cento e vinte) horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.	Conforme quadro
34	PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS (não- habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo 120 horas de curso INTERPRETE DE LIBRAS; Cursando Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério com, no mínimo, 120 horas curso INTERPRETE DE LIBRAS; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio com, no mínimo, 120 h de INTERPRETE DE LIBRAS com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, 120 (horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.	Conforme quadro
35	PROFESSOR INSTRUTOR DE LIBRAS (habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Diploma de Pós-graduação em Educação Especial, independente da área de graduação, com no mínimo, 120 horas de curso INTERPRETE DE LIBRAS. Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com, Diploma e Histórico Escolar de Curso de Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial- Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS, ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, 120 horas, ou Certificado de Oficinas de Tradução e Interpretação LIBRAS/Português/LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas;	Conforme quadro
36	PROFESSOR INSTRUTOR DE LIBRAS (não- habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo 120 horas de curso INTERPRETE DE LIBRAS.; Cursando Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio na modalidade Magistério com, no mínimo, 120 horas de curso INTERPRETE DE LIBRAS ; Diploma ou certificado em nível de Ensino Médio com, no mínimo, 120 horas de INTERPRETE DE LIBRAS.	Conforme quadro
37	PROFESSOR ATENDI- MENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE (habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Diploma de Pós-graduação em Educação Especial, independente da área de graduação; Cursos complementares em Educação Especial, com no mínimo 120h.	Conforme quadro
38	PROFESSOR ATENDI- MENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE (não- habilitado)	CR	Educação Infantil ao 9º ano	20 ou 40 horas	Cursando a partir da 1ª fase de Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo 120 horas de curso em atendimento AEE; Cursando Pedagogia com Licenciatura em Educação Especial; Cursos complementares em Educação Especial, com no mínimo 120h.	Conforme quadro

39	PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	20 ou 40 horas	Ensino Superior completo em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática, ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação.	Conforme quadro
40	PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (não habilitado)	CR	Pré- escolar ao 9º ano	20 ou 40 horas	Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Informática, ou Ciência da Computação, ou Sistemas de Informação, ou Redes de Computadores, ou Manutenção de Computadores, ou Engenharia de Computação, ou Tecnólogo em Informática, ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior com comprovante de curso na área de informática com no mínimo 60 (sessenta) horas, ou Diploma ou Certificado 4 de Conclusão de Curso de Ensino Médio na área de Informática, ou Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com comprovante decurso na área de informática com no mínimo 60 (sessenta) horas.	Conforme quadro

2. QUADRO DE REMUNERAÇÃO:

FORMAÇÃO	SALÁRIO MENSAL EM R\$/ REGIME DE OPÇÃO						
	10 HORAS	15 HORAS	20 HORAS	25 HORAS	30 HORAS	35 HORAS	40 HORAS
Habilitado	424,34	636,51	848,68	1.060,85	1.273,02	1.485,19	1.697,37
Não habilitado	Segue a mesma remuneração, porém na contratação, diferem-se os salários mediante apresentação do diploma.						

DL 003/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2014 - Dispensa de Licitação nº 003/2014 FMAS

Contratada: SOCIEDADE RECREATIVA

Contrato 021/2014

Objeto: Locação de salão para prática de atividades físicas promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$24.000,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 06 de novembro de 2014

JULIANO MONTANARI

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

PP 005/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2014 - FMAS - Pregão Presencial nº 005/2014-FMAS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, aquisição de computadores conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 20/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 20/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 07 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 006/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 009/2014 - FMAS - Pregão Presencial
nº 006/2014-FMAS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, contratação de empresa para execução de projeto desenvolvido pelo CRAS "A BELEZA AO ALCANCE DAS MÃOS" conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 20/11/2014 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 20/11/2014 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 07 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

EDITAL DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO /SEMEC/ 001/2014

EDITAL DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO /SEMEC/ 001/2014

Dispõe sobre o Processo de Concurso Interno de Remoção e Lotação dos Profissionais Efetivos da Educação dos Quadros Docente e Especialista em Assuntos Educacionais, do Município de Barra Velha.

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Educação, em conformidade com a Lei Municipal Nº 125/2011 de 01 de dezembro de 2011, torna público as inscrições e apresenta critérios para Remoção e Lotação dos Profissionais Efetivos da Educação dos Quadros Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais, do Município de Barra Velha.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 Considera-se Remoção o deslocamento do ocupante de cargo efetivo, após cumprimento do estágio probatório, de uma para outra Unidade Educacional e Lotação o retorno do afastamento.

1.2 O Processo de Remoção e Lotação visa o preenchimento das vagas nas Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino.

1.3 Serão disponibilizadas para remoção vagas excedentes, vagas decorrentes de aposentadoria, falecimento, exoneração e da ampliação do número de turmas. A vaga de lotação que surgir na data da escolha de vaga, será disponibilizada, imediatamente, no decorrer do Concurso de Remoção.

1.4 O presente Concurso destina-se aos Profissionais Professores e Especialistas em Assuntos Educacionais.

1.5 O profissional inscrito que não conseguir a remoção almejada permanecerá com a lotação original.

1.6 A Remoção se dará por interesse do Profissional, sem ônus para a Administração.

1.7 O presente Edital permite que o Profissional se inscreva no Processo Seletivo de vaga excedente para Remoção.

1.8 Não será permitido ao Profissional, tendo obtido vaga pelo Processo Seletivo de Remoção e Lotação, permutar, na sequência, com outro Profissional.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na

aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2 A inscrição será efetivada nos dias 11, 12, e 13 de novembro de 2014, na Sede da Secretaria de Educação, no horário de 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, apresentando o Requerimento Padrão devidamente preenchido e assinado.

2.3 O Requerimento Padrão estará disponível na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir da data de divulgação deste Edital.

2.4 As informações prestadas e validadas no Requerimento Padrão são de inteira responsabilidade do requerente.

2.5 No ato de inscrição, o Requerente poderá optar por até duas opções de Unidade Escolar.

2.7 O Requerente deve estar em efetivo exercício na Educação.

2.8 No ato de inscrição, o Requerente deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, acompanhados do original:

- I. Diploma de Pós-Graduação em Nível de Doutorado, registrado com o devido apostilamento na área de habilitação;
- II. Diploma de Pós-Graduação em Nível de Mestrado, registrado com o devido apostilamento na área de habilitação;
- III. Diploma de Pós-Graduação em Nível de Especialização, registrado com o devido apostilamento na área de habilitação;
- IV. Diploma de Graduação em Nível Superior, registrado com o devido apostilamento na área de habilitação;
- V. Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso do Magistério, em Nível de Ensino Médio, devidamente registrado com o devido apostilamento na área de habilitação.
- VI. Atestado de Tempo de Serviço Público Municipal, destacando o Nível e Referência, com data fim até 30 de junho de 2014, referindo-se ao número de faltas e afastamentos legais, expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Barra Velha;
- VII. Documento de Identidade;

3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

3.1 As vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação dos candidatos.

3.2 A classificação dar-se-á de acordo com o maior grau de formação profissional.

3.3 Serão considerados critérios de desempate, conforme os registros no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Barra Velha:

- I. Maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;
- II. Melhor assiduidade, nos últimos dois anos;
- III. Maior número de horas de aperfeiçoamento conforme progressão por merecimento já conquistada;
- IV. O Profissional de maior idade.

3.3.1 Persistindo o empate, será adotado o determinado no Parágrafo Único do Artigo 39, da Lei Nº 125/2011 (Estatuto dos Profissionais da Educação), de 01 de dezembro de 2011.

4. DA PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS

4.1- A classificação dos profissionais inscritos será fixada no hall da Secretaria de Educação, dia 20 de novembro de 2014, às 16h00min.

5. DO RECURSO

5.1 O candidato poderá recorrer do resultado da classificação, através de requerimento devidamente fundamentado e protocolado na Secretaria de Educação, até as 16h00min do primeiro dia útil, após a publicação da classificação.

5.2 No segundo dia útil da publicação será divulgado o resultado das reconsiderações.

6- DA ESCOLHA DE VAGAS

6.1 Para a escolha das vagas será respeitada a classificação homologada.

6.2 O Profissional que não comparecer no horário marcado para a escolha de vagas perderá a vez para os subseqüentes da lista de classificação, tendo sua vez garantida após a última inscrição.

6.3 Os Profissionais efetivados em Cargos ou Disciplinas extintas permanecem em disponibilidade remunerada e reaproveitados, conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto dos Profissionais da Educação.

6.5 Os efeitos legais da Escolha de Vagas para Remoção entrarão em vigência a partir do início do ano letivo de 2015.

7- CRONOGRAMA PARA ESCOLHA DE VAGAS:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Especialistas em Assuntos Educacionais	25/11/2014	8 horas
Professores Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	25/11/2014	08h30min
Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental	25/11/2014	10 horas

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 A vigência da inscrição se finda com a homologação do resultado final de escolha de vagas, conforme o estabelecido nos itens 6 e 7 deste Edital.

9.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura, responsável por este Processo de Remoção.

Barra Velha, 07 de novembro de 2014.
Claudemir Matias Francisco
Prefeito

Valdir Nogueira
Secretário Municipal de Educação

REQUERIMENTO PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Ilmo Senhor
Claudemir Matias Francisco
Prefeito de Barra Velha

Eu, _____,

ocupante do Cargo Efetivo de _____,
(Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais)

em Nível _____ e Referência _____, com carga horária de _____
horas semanais, com lotação na(s) Escola(s)

_____,

venho, respeitosamente, solicitar a Remoção e Lotação POR PROCESSO SELETIVO conforme o determinado no Edital do Processo de Concurso Interno de Remoção e Lotação dos Profissionais Efetivos da Educação dos Quadros Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais, do Município de Barra Velha, à(s) seguinte(s) vaga(s):

	NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....
1ª OPÇÃO	
2ª OPÇÃO	

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Dados pessoais:
Formação Profissional:

Barra Velha, ____/____/____

Assinatura do Profissional

Biguaçu

PREFEITURA

DL 35/2014 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2014 FAMABI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE

PLACAS INFORMATIVAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA FAMABI

EMPRESA CONTRATADA: DIGITALMIX GRAFICA & COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR: R\$ 7.943,00 (sete mil novecentos e quarenta e três reais).

VIGÊNCIA: até 31/12/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.078

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.30.07.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade de adquirir placas informativas para área de preservação permanente para uso da FAMABI, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

O valor contratado é compatível com o mercado, conforme orçamentos elencados no processo. A empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 07 de novembro de 2014.

PEDRO JOAQUIM CARDOSO

SUPERINTENDENTE DA FAMABI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014. ACRESCENTA ATIVIDADES AO ANEXO I DA IN Nº 002/2014.

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela LC 66/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o anexo I da Instrução Normativa nº 02/2014, acrescida, das seguintes atividades:

CNAE	ATIVIDADE
6463-8/00	Outras Sociedades de Participação, exceto holdings
6810-2/01	Compra e Venda de Imóveis Próprios
6810-2/02	Aluguel de Imóveis Próprios

6810-2/03

Loteamento de Imóveis Próprios

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de novembro de 2014

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário Municipal da Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 24/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 24/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens do Município de Biguaçu.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 07 de novembro de 2014.

- A ATA nº 15/2014.

- Orientações para elaboração do plano de acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Departamento de Proteção Social Especial - DPSE.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens do Município de Biguaçu, referente à expansão qualificada e reordenação ao ano de 2014 a 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de novembro de 2014.

Silvana Cesconetto da Silva Garcia

Presidente do CMAS/Biguaçu

DECRETO Nº 184/2014

DECRETO Nº 184 /2014 DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORES EFETIVOS NO CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO A PRESTAR AUXÍLIO TÉCNICO E OPERACIONAL À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU - FAMABI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e,

Considerando que no quadro da equipe técnica e de assessoramento da FAMABI, art. 12 da Lei n.º 14/2009, não há o cargo ou função técnica de Engenheiro Agrônomo,

Considerando que dentre as atribuições profissionais do Engenheiro Agrônomo no artigo 7º, alínea c, da Lei Federal N.º 5.194/66, está o de elaborar estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

Considerando a Resolução nº 218/73 do CONFEA, em seus artigos 1º e 5º, que destaca as atribuições relacionadas à atuação e

responsabilidade técnica do profissional de Engenharia Agrônômica, entre elas a elaboração de estudos, vistorias, perícia, laudos e pareceres técnicos referentes à engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, defesa sanitária; química agrícola; alimentos; beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos;

Considerando a Resolução nº 1.010/2005 do CONFEA, que atribui as atividades de Preservação e Manejo da Biodiversidade; Impacto Ambiental; Avaliação, Recuperação e Monitoramento de Áreas e Meios Degradados; Recuperação de Áreas Degradadas, Recursos Naturais e Biodiversidade; Sistemas e Métodos de Manejo, Gestão, Avaliação, Monitoramento, Proteção, Mitigação; Manutenção, Recuperação, Aproveitamento Racional, e Preservação e Proteção de Ecossistemas e Recursos Naturais Renováveis, e Áreas e Meios Degradados, entre outras como de competência ao profissional de engenharia agrônômica;

Considerando o Decreto nº 161/2009 que declara que o Município de Biguaçu fará o licenciamento ambiental no nível de competência III;

Considerando a Lei Complementar 140/2011, bem como a Resolução Consema nº 08/2009 que atribui à competência de licenciamento ambiental de atividades de impacto local ao município e habilita o Município de Biguaçu, respectivamente, para o licenciamento ambiental de atividades de impacto local;

Considerando ainda o interesse público e a necessidade do bom andamento dos processos de licenciamento ambiental neste município, bem como a economicidade que será gerada pela desnecessária contratação de mais servidores;

DECRETA:

Art 1º. Os servidores efetivos ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo na Prefeitura Municipal de Biguaçu poderão prestar auxílio técnico e operacional, junto a FAMABI nas análises dos processos de licenciamento ou autorização ambiental, bem como poderão elaborar pareceres, vistorias, relatórios e laudos técnicos para auxiliar nos processos de licenciamento ambiental no Município de Biguaçu.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 185/2014

DECRETO Nº 185 /2014 DE: 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES QUE INDICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESTABELECE O ART. 350 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII do art. 98, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no art. 350 da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos, rendas, multas e outras receitas de competência do Município serão atualizados, para o exercício de 2015, mediante a aplicação do fator 1,0617 (um vírgula zero seis um sete), resultante da variação percentual de 6,17% (seis vírgula dezessete por cento), acumulada no período novembro de 2013 a outubro de 2014, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único - Excetuam-se da aplicação do fator mencionado no "caput" os créditos tributários constituídos em procedimento fiscal e os inscritos em Dívida Ativa que serão atualizados mensalmente, a partir da data de seus vencimentos até a data dos respectivos pagamentos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.208/2014

PORTARIA Nº 18.208, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA - COMDEVI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 3º caput, incisos I e II, parágrafo único e no inciso III, do art. 4º, da Lei Complementar nº 288, de 13 de setembro de 2000, e alterações posteriores, Resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 288, de 13 de setembro de 2000 e no Decreto nº 6.973 de 10 de dezembro de 2001, os cidadãos abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Distrito de Vila Itoupava - COMDEVI, a contar de 01 de novembro de 2014:

JAIRO VIEIRA DOS SANTOS e GILMARA EICHSTAEDT, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, em substituição a GILMARA EICHSTAEDT e JULIANA ANGELA ARNOLD, nomeadas pela Portaria nº 17.733, de 14 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 94/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 94

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.426/2014	18.08.2014	SALETE FARINON KNONER	20 horas para 30 horas	16.06.2014
28.427/2014	18.08.2014	CLEBER ANTONIO FIORINI	15 horas para 20 horas	01.08.2014
28.428/2014	18.08.2014	FABRICIO GEISER	10 horas para 20 horas	01.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CREIDIANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	30 horas para 40 horas	04.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CINTIA CABREIRA GOMES	30 horas para 40 horas	15.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	ELIANE REGINA SOARES JUNGES	30 horas para 40 horas	03.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI	30 horas para 40 horas	14.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MARCIA DA ROCHA	30 horas para 40 horas	21.07.2014
28.434/2014	20.08.2014	CLECI FATIMA DA SILVA	30 horas para 40 horas	11.08.2014
28.434/2014	20.08.2014	ROSA DE LIMA	30 horas para 40 horas	01.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 95/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 95

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
28.450	2014	29.08.2014	2014/08/005796	ALINE DA SILVA BOGONI	2.775	21.09.2004	01.05.2012
28.452	2014	29.08.2014	2014/08/005797	SIRLEI FERREIRA DE CASTRO MEINRICH	2.859	01.08.2003	05.06.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 96/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 96

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28399	2014	11.08.2014	2014/08/005153	CASSIA HEISS	29/11/2014	27/01/2015
28393	2014	08.08.2014	2014/07/004905	ELISA FERNANDA BRAGA MOURA SCHREINER	14/10/2014	12/12/2014
28417	2014	15.08.2014	2014/08/005309	JANIS THOMAS MULLER	21/11/2014	19/01/2015
28441	2014	25.08.2014	2014/08/005688	LUCIANA MERLO	09/10/2014	07/12/2014
28448	2014	27.08.2014	2014/08/005738	MARIA GISELE FARRIAS FORTE	18/11/2014	16/01/2015
28395	2014	11.08.2014	2014/07/004947	MARIANE ALVES STEFANES	25/11/2014	23/01/2015
28398	2014	11.08.2014	2014/08/005117	MARIJU ALVES SILVEIRA DOS SANTOS	02/12/2014	30/01/2015
28412	2014	14.08.2014	2014/08/005249	SIDIANE DE SOUZA	15/11/2014	13/01/2015
28396	2014	11.08.2014	2014/08/004984	TALITHA VERGARA BAUTISTA	13/11/2014	11/01/2015
28397	2014	11.08.2014	2014/08/004994	VELIDIANE CRISTIANE BAIERLE SERAFINI	30/09/2014	28/11/2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 97/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 97

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.394	2014	08.08.2014	2014/07/004853	BIANCA DALRI MENESTRINA	29.08.2014
28.437	2014	21.08.2014	2014/08/005217	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	04.10.2014
28.411	2014	13.08.2014	2014/07/004724	FERNANDO RAIMUNDO	16.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 98/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 98

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28384	2014	27.08.2014	2014/08/005716	GREISE PERON	514	01.04.2013

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 99/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 99

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28400	2014	12.08.2014	2014/08/004869	JOÃO BATISTA DOS ANJOS	25.04.2004	25.04.2014
28435	2014	21.08.2014	2014/08/005540	CARMELITA CLASEN WERLING	03.04.2002	03.04.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 100/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 100

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28447	2014	27.08.2014	2014/08/005758	MARCIA GAZANIGA	19.02.1999	19.02.2009

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 101/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 101**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28436	2014	21.08.2014	2014/08/005571	MARCIA BERNADETE FERREIRA	02.01.2002	02.01.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 102/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 102**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28391	2014	07.08.2014	2014/08/005038	MARIA SANTIAGO	05.08.2004	05.08.2014
28401	2014	12.08.2014	2014/07/004871	KATIA REGINA PACKER STRUBE	01.07.2004	01.07.2014
28403	2014	13.08.2014	2014/07/004877	MARISA VENZKE	20.11.2003	20.11.2013
28404	2014	13.08.2014	2014/07/004907	ELIZETI GOMES NARDI	29.04.2003	29.04.2013
28407	2014	13.08.2014	2014/07/004929	ROSANA MARA CHIODINI HOCHLEITNER	29.02.2004	29.02.2014
28408	2014	13.08.2014	2014/07/004940	MARIZA COSTA DO ESPIRITO SANTO DELGADO	22.02.2004	22.02.2014
28409	2014	13.08.2014	2014/07/004945	KATIA REGINA STORRER PACHECO	20.01.2004	20.01.2014
28410	2014	13.08.2014	2014/07/004953	CRISTIANE BARCELOS	01.02.2004	01.02.2014
28413	2014	14.08.2014	2014/08/005033	ROSELI DE ANDRADE	29.07.2004	29.07.2014
28414	2014	14.08.2014	2014/08/005052	ROSECLER DESCHAMPS	05.08.2004	05.08.2014
28415	2014	14.08.2014	2014/08/004970	VIVIAN CRHYSTIE NEVES DE AQUINO HEIMANN	20.07.2004	20.07.2014
28416	2014	15.08.2014	2014/08/005192	JACINTO BLASIUS	21.02.2004	21.02.2014
28418	2014	15.08.2014	2014/08/005078	CLAUDIMIR FREINER	06.07.2004	06.07.2014
28420	2014	15.08.2014	2014/08/005112	MARIA DOS PRAZERES FIRMO	04.08.2004	04.08.2014
28421	2014	18.08.2014	2014/08/005119	MARA REGINA ROSSI HORÁCIO BORBA	06.08.2004	06.08.2014
28423	2014	18.08.2014	2014/08/005209	MIRIAM REGINA WOLF DA SILVA	22.07.2004	22.07.2014
28424	2014	18.08.2014	2014/08/005325	LUCIANO ARTUR HUTZELMANN	04.07.2004	04.07.2014
28431	2014	18.08.2014	2014/08/005399	SANDRA DOS SANTOS	05.08.2004	05.08.2014
28439	2014	25.08.2014	2014/08/005676	JOÃO RONALDO FOSTER	25.08.2004	25.08.2014
28440	2014	25.08.2014	2014/08/005684	SUELI CELIA DE JESUS DA SILVA	25.08.2004	25.08.2014
28442	2014	25.08.2014	2014/08/005698	WILSON DE OLIVEIRA	12.05.2004	12.05.2014
28443	2014	25.08.2014	2014/08/005706	ROMILDA RAUTENBERG	02.08.2004	02.08.2014
28444	2014	26.08.2014	2014/08/005707	ZILMA LISETE VIANNA	11.08.2004	11.08.2014
28445	2014	26.08.2014	2014/08/005711	ELIANE APARECIDA IMTHURM	17.08.2004	17.08.2014
28446	2014	26.08.2014	2014/08/005750	SAMIRA REGINA OECHSLER MARTINS	24.08.2004	24.08.2014
28449	2014	28.08.2014	2014/08/005783	EDUARDO ROBERTO VICENTINI	24.07.2003	24.07.2013
28451	2014	29.08.2014	2014/08/005832	ROGERIO FERREIRA OSORIO DE OLIVEIRA	22.08.2004	22.08.2014
28453	2014	29.08.2014	2014/08/005843	NOELI MULLER DE ALMEIDA	07.07.2004	07.07.2014
28469	2014	03.09.2014	2014/09/005865	JOSE LUIZ DE SOUZA	27.03.2004	27.03.2014
28470	2014	03.09.2014	2014/09/005886	MARIA BEATRIZ SILVEIRA SCHMITT SILVA	23.08.2004	23.08.2014
	2014		2014/09/005893	SARA APARECIDA MITCHIL	01.09.2004	01.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 103/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 103

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28406/2014	13.08.2014	2014/07/004917	GEODETE ADÃO AMERICO	11.01.2004 a 11.01.2014
28419/2014	15.08.2014	2014/08/005092	SERGIO POHLMANN LIVI	12.05.2003 a 12.05.2013
28422/2014	18.08.2014	2014/08/005148	CLARICE DA ROSA	08.08.2004 a 08.08.2014
28425/2014	18.08.2014	2014/08/005329	MARILDA MATIOLA	19.05.2003 a 19.05.2013
28432/2014	19.08.2014	2014/08/005436	MARILENE ROZAR	15.08.2004 a 15.08.2014
28433/2014	19.08.2014	2014/08/005447	ISABEL PEREIRA	04.12.2003 a 04.12.2013
28468/2014	03.09.2014	2014/09/005873	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	02.09.2004 a 02.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 104/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 104

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28392	2014	07.08.2014	2014/07/004872	PAULO GERMANO BOEHM	21.12.2001	21.12.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 105/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 105

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
	28402/2014	13.08.2014	2014/07/004875	SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GOES	02.10.2002	02.10.2012
	28405/2014	13.08.2014	2014/07/004908	ANTONIO GOMES DA ROSA	17.04.2000	17.04.2010
	28430/2014	18.08.2014	2014/08/005398	ELIS ADRIANA THOME	08.07.1998	08.07.2008

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONVÊNIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.024/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETANIA
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste Convênio o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 16.080,00 (dezesesseis mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste termo aditivo será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.035/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BOM SAMARITANO
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Inclusão Produtiva, Qualificação e Reinserção Profissional, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

ETAPAS	DESCRIÇÃO
--------	-----------

Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(34) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.036/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Orientação e Preparação para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 5.940,00 (cinco mil e novecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.037/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU/APAE
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento

legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014 , e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2155
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(47) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.038/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS.
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014 , e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2155
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(47) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.039/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO VALE DO ITAJAI - ACEVALI
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014 , e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 12.180,00 (doze mil e cento e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2155
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(47) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.040/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS.
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014 , e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 121.800,00 (cento e vinte e um mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPA	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2155
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(47) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.041/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES/ABAM
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 133.588,80 (cento e trinta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2160
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(21) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.042/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES/ABAM
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento

legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 29.700,00 (vinte nove mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2160
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(21) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.043/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 11.580,00 (onze mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2159
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(57) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 29.01.044/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE APAE/ ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso federal, para custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade/PTMC, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 33.807,84 (trinta e três mil e oitocentos e sete reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2156
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(9) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0149.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.045/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS.
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso federal, para custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade/PTMC, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria.

VALOR: R\$ 2.001,78 (dois mil e um reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2156
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(9) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0149.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.046/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO PEDAGOGICA EURIPEDES BARSANULFO
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 24.120,00 (vinte e quatro mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.047/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – PURO AMOR
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho

Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 15.276,00 (quinze mil duzentos e setenta e seis reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014.

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.048/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 41.406,00 (quarenta e um mil e quatrocentos e seis reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.049/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CENTRO DE EDUCAÇÃO AMIGUINHO FELIZ
--------	--

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 16.080,00 (dezesesseis mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2151
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(1) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.051/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE NA LUTA CONTRA O CÂNCER - ABLUCAN
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29

Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(34) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO AO CONVENIO Nº 29.01.053/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CASA DE APOIO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS PORTADORAS MIELOMENINGOCELE E NEOPLASIA
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(34) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.054/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CRUZ AZUL DO BRASIL
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(34) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.055/2013

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE CENTRO TERAPEUTICO VIDA
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Programa Socioeducativo de Apoio e Orientação à Família, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VALOR: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(34) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 08 de outubro de 2014

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 30.01.004/2014

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA EURÍPEDES BARSANULFO
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Compartilhando Saberes", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tem fundamento legal nas Leis Federais

nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e I.N. 14/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 001/2013, na Resolução do CMDCA nº 006/2014 e na Lei Ordinária nº 7965/2014, de 28 de abril de 2014.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado a partir do dia 1º de outubro até 30 de novembro de 2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	30
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2164
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(13) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0300.00000

DATA: 30 de setembro de 2014.

EXTRATO CONVENIO/2013 - SEMUDES

EXTRATO DO CONVENIO Nº 30.01.017/2014

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BOM SAMARITANO
--------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Programa de Inclusão Musical", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e I.N. 14/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 001/2013, na Resolução do CMDCA nº 012/2014 e na Lei nº 7965/2014, de 28 de abril de 2014.

VALOR: R\$ 12.560,00 (doze mil e quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio será contado a partir do dia 1º de outubro de 2014 até 31 de maio de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	30
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2164
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(13) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0300.00000

DATA: 1º de outubro de 2014.

PORTARIA Nº 4431/14 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4431/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZELANDIA MARA ROSA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ZELANDIA MARA ROSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00316/14-1, em 09/10/2014, totalizando 515 (quinhentos e quinze) dias, correspondente a 1 (um) ano, e 5 (cinco) meses, conforme Processo n.º 00824/10/2014.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4432/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4432/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MILTON SANTOS DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MILTON SANTOS DE SOUZA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00333/14-3, em 07/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Confortex Indústria e Comércio de Móveis Ltda. - ME	01/03/1981 a 23/08/1985 01/11/1985 a 22/01/1986
Lappalu Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Móveis e Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.	23/01/1986 a 04/02/1987
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	12/02/1987 a 15/06/1988 03/08/1988 a 19/11/1988
Empresa de Projetos e Montagem de Móveis Rossmark Ltda.	16/01/1989 a 28/03/1989
Massa Falida de Hering S.A. - Brinquedos e Instrumentos Musicais	01/08/1989 a 15/02/1990
Empresa de Mão de Obra God Ltda.	14/08/1990 a 11/02/1991
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	13/02/1991 a 11/08/1991

Totalizando 3328 (três mil, trezentos e vinte e oito) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 1 (um) mês, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 00842/10/2014.

Blumenau, 17 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4433/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4433/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 20 de outubro de 2014, às 8h30min.

Blumenau, 20 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4434/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4434/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

NOMEAR, nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. SIDARTA SEVERINO GONÇALVES DE CASTRO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal

de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 20 de outubro de 2014, às 10h30min.

Blumenau, 20 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4435/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4435/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ILMENE NATERCIA LONGO KUSZKOWSKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ILMENE NATERCIA LONGO KUSZKOWSKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00340/14-0, em 10/10/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, nos períodos de 01/08/1989 a 31/12/1989, e 22/02/1990 a 30/04/1990, um total de 219 (duzentos e dezenove) dias, correspondente a 7 (sete) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 00855/10/2014.

Blumenau, 21 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4436/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4436/2014

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ RAVANELLO STEFANELLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA,

De acordo com o artigo 4.º, inciso II, § 5.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo § 1.º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso II, e 3º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

BEATRIZ RAVANELLO STEFANELLO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 2.085,92

(Dois mil, oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), a partir de 19 de outubro de 2014, conforme Processo n.º 00853/10/2014.

Blumenau, 21 de outubro de 2014.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4437/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4437/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLÁUDIA CRISTI NE JAHN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CLÁUDIA CRISTINE JAHN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00315/14-5, em 23/09/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 13/06/1986 a 21/02/1994, um total de 1008 (mil, oito) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 9 (nove) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 00875/10/2014.

Blumenau, 22 de outubro de 2014.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4438/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4438/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARTUR SALVIO SPENGLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ARTUR SALVIO SPENGLER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador Educacional, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021120.1.00038/14-0, em 19/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Contribuinte Individual	01/02/1980 a 30/04/1980
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/05/1980 a 28/02/1993

Totalizando 4475 (quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco) dias, correspondente a 13 (treze) anos, e 1 (um) mês, conforme Processo n.º 00880/10/2014.

Blumenau, 23 de outubro de 2014.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4439/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4439/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATO ANDRADE REBELO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RENATO ANDRADE REBELO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Sistemas, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00253/14-0, em 06/08/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	20/01/1981 a 03/09/1984 02/06/1986 a 28/02/1993
Marisol S.A.	03/09/1984 a 23/01/1986

Totalizando 4289 (quatro mil, duzentos e oitenta e nove) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 9 (nove) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 00883/10/2014.

Blumenau, 24 de outubro de 2014.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4440/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4440/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DENIZE MONTIBELLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DENIZE MONTIBELLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00354/14-0, em 24/10/2014, prestado à

ABAM-Associação Blumenauense de Amparo aos Menores, nos períodos de 02/05/1990 a 31/01/1991, e 01/03/1991 a 20/12/1991, um total de 564 (quinhentos e sessenta e quatro) dias, correspondente a 1 (um) ano, 6 (seis) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 00604/09/2014.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4441/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4441/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ELENA GEISSLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA ELENA GEISSLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, protocolo nº 20021010.1.00023/13-6, em 06/02/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lundgren Irmãos Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas	02/10/1976 a 31/12/1976
Não Cadastrado	01/02/1977 a 12/04/1979
Sociedade Divina Providência	10/01/1980 a 23/07/1980 18/04/1983 a 17/05/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	19/09/1983 a 13/02/1996

Totalizando 5645 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 5 (cinco) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 00900/10/2014.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4442/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4442/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDELTRAUD MARCOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de EDELTRAUD MARCOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00337/14-9, em 09/10/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 10/09/1987 a 21/02/1994, totalizando 2352 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 5 (cinco) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 00898/10/2014.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 8.046, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 8.046, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DETERMINA O USO DE SISTEMA DE LEITURA BRAILLE NOS CARDÁPIOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO, NO MUNICÍPIO.

ROBERTO TRIBESS, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatório o uso de, no mínimo, 2 (dois) cardápios, com sistema de leitura Braille, gravado em material que permite a alteração de produtos e preços, em todos os estabelecimentos comerciais que ofereçam alimentação através de cardápios, no Município de Blumenau.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser aplicada em dobro em cada caso de reincidência, até o máximo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 1º Na primeira infração, constatada de ofício ou mediante denúncia, o estabelecimento comercial será notificado, por escrito, para o cumprimento ao disposto nesta lei no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da aplicação da multa prevista neste artigo.

§ 2º Na segunda reincidência, o estabelecimento comercial infrator será interditado, podendo ser reaberto quando do cumprimento ao disposto nesta Lei, sem prejuízo da aplicação da multa prevista neste artigo.

§ 3º O valor da multa será atualizado anualmente, no mês de Janeiro, pelos mesmos índices aplicados pelo Poder Público aos tributos municipais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO MD Nº 2.156

RESOLUÇÃO MD Nº 2.156

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM REUNIÃO TÉCNICA.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Ivan Naatz na reunião de coordenação para votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 32, no gabinete do Senador Cristovam Buarque, em Brasília (DF), nos dias 29 e 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "B" e uma diária "C", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na reunião técnica.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA

1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.157

RESOLUÇÃO MD Nº 2.157

NOMEIA FELIPE DE OLIVEIRA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 24 de outubro de 2014, Felipe de Oliveira, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Ivan Naatz - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA

1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.158

RESOLUÇÃO MD Nº 2.158

INDICA SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCER FUNÇÃO NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA LICENCIADA.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É indicado o servidor público André de Sousa Roepke, para exercer a função de Secretário na Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, em substituição à servidora pública Elizabeth Vahldiek, licenciada em 23 de setembro de 2014.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 23 de setembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA

1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.159

RESOLUÇÃO MD Nº 2.159

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM CURSO DE ATUALIZAÇÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos servidores públicos Ricardo Matos Bezerra Cavalcanti Vieira e Francine Winckler Brustolin Kesting, no curso "Produção de Conteúdo Jornalístico para Veiculação de Notícias nos Portais da Internet", em Joinville (SC), nos dias 13 e 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de uma diária "C", conforme tabela própria, a cada servidor público participante.

Parágrafo único. Acompanhará os servidores públicos participantes, o servidor público José Fabiano Mireider, na condição de motorista transportador, a quem fica autorizado o pagamento de uma

diária "C", conforme tabela própria.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, os servidores públicos de que trata o artigo 1º, deverão apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre as suas participações no curso de atualização.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 DE OUTUBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2160.

RESOLUÇÃO MD Nº 2160.

EXONERA SERVIDORAS PÚBLICAS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 29 de outubro de 2014, a servidora pública Mirian Regina Budal Arins, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É exonerada, em 31 de outubro de 2014, a servidora pública Gisele Eufrázio dos Santos, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Célio Dias - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.161

RESOLUÇÃO MD Nº 2.161

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM EVENTO TÉCNICO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação da servidora pública Vera Lúcia Castellain, no XXIV Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, em Porto Alegre (RS), nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta, da taxa de inscrição no evento, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e de duas diárias "A" e uma diária "D", conforme tabela própria, à servidora pública participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, a servidora pública deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE OUTUBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.162

RESOLUÇÃO MD Nº 2.162

NOMEIA IVONE GNEWUCH EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 30 de outubro de 2014, Ivone Gnewuch, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE OUTUBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.163

RESOLUÇÃO MD Nº 2.163

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM EVENTO TÉCNICO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação da servidora pública Marianne dos Santos, no VI Congresso Catarinense de Direito Administrativo, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, em Florianópolis (SC), nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias "C" e uma diária "E", conforme tabela própria, à servidora pública participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, a servidora pública deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.164

RESOLUÇÃO MD Nº 2.164

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São exonerados, em 2 de novembro de 2014, os servidores públicos Tiago Felipe da Silva, ocupante do cargo de Assessor Político e Wilson Edson Pires, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotados no gabinete do Vereador Ivan Naatz - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.165

RESOLUÇÃO MD Nº 2.165

NOMEIA TIAGO FELIPE DA SILVA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 3 de novembro de 2014, Tiago Felipe da Silva, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Ivan Naatz - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.166

RESOLUÇÃO MD Nº 2.166

NOMEIA WILSON EDSON PIRES EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e

ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 3 de novembro de 2014, Wilson Edson Pires, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Ivan Naatz - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.167.

RESOLUÇÃO MD Nº 2.167.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA E NOMEIA CELSO SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 3 de novembro de 2014, a servidora pública Mayara Gabriele Martins, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Roberto Tribess - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É nomeado, em 3 de novembro de 2014, Celso Santos, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Célio Dias - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.168

RESOLUÇÃO MD Nº 2.168

AUTORIZA A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 932, AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, para efeito de concessão de reajuste, aos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de outubro de 2014, com efeitos financeiros a contar de 1º de novembro de 2014, a título de aumento real.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS Vice-Presidente	MARCOS DA ROSA 1º Secretário	JENS JUERGEN MANTAU 2º Secretário
------------------------------------	---------------------------------	--------------------------------------

RESOLUÇÃO MD Nº 2.169

RESOLUÇÃO MD Nº 2.169

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS MOTORISTAS PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida Gratificação de Condução, nos termos do artigo 102, § 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da referência de vencimento 36, da Tabela de Referências de Vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, incidente sobre a remuneração do mês de novembro de 2014, aos seguintes servidores públicos ocupantes do cargo de Motorista Parlamentar:

I - José Fabiano Mireider;

II - Vilmar Smaniotto;

III - Fernando Cela Neto;

IV - Rafael Aparecido Steuck;

V - Nerival José Andrade.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data

de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS Vice-Presidente	MARCOS DA ROSA 1º Secretário	JENS JUERGEN MANTAU 2º Secretário
------------------------------------	---------------------------------	--------------------------------------

RESOLUÇÃO MD Nº 2.170

RESOLUÇÃO MD Nº 2.170

NOMEIA ALINE LURDES LANSER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 4 de novembro de 2014, Aline Lurdes Lanser, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Roberto Tribess - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 04 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.171

RESOLUÇÃO MD Nº 2.171

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita - nos termos do artigo 45, da Lei Complementar nº 660, de 22 de novembro de 2007 - e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, a pedido, em 6 de novembro de 2014, a servidora pública Sara Francine Cioato, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, de provimento efetivo, do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução,

na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.172

RESOLUÇÃO MD Nº 2.172

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM CURSO DE ATUALIZAÇÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos servidores públicos Marlon Thiago Dumke, Jackson Alexsandro da Silva, Jéssica Aparecida Gamba, no curso "Oficina de Redação em Webjornalismo Legislativo", em Florianópolis (SC), nos dias 11 e 12 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias "C", conforme tabela própria, a cada servidor público participante.

Parágrafo único. Acompanhará os servidores públicos participantes, o servidor público José Fabiano Mireider, na condição de motorista transportador, a quem fica autorizado o pagamento de duas diárias "C", conforme tabela própria.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, os servidores públicos de que trata o artigo 1º, deverão apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre as suas participações no curso de atualização.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU DO MÊS DE OUTUBRO DE 2014.

Câmara Municipal de Blumenau

Página: 1

RECEITAS	Demonstrativo Financeiro			
	Outubro a Outubro	Janeiro a Outubro	Outubro a Outubro	Janeiro a Outubro
Receitas Correntes	0,00	0,00	1.626.275,86	15.714.708,21
Receitas de Capital	0,00	0,00	1.392,70	91.379,52
Obrigações em Circulação	0,00	0,00	0,00	0,00
Extra-Orçamentária	282.896,67	2.632.231,20	189.101,48	1.982.521,68
Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	715.429,35
Transferências	1.884.000,00	18.840.000,00	3.791.533,92	3.791.533,92
Saldos Anteriores	3.441.407,29	823.341,48	1.051.533,92	1.051.533,92
Caixa/Bancos	1.001.407,29	823.341,48	2.740.000,00	2.740.000,00
Aplicação	2.440.000,00	0,00	5.608.303,96	22.295.572,68
Total	5.608.303,96	22.295.572,68	5.608.303,96	22.295.572,68

Demonstrativo da Despesa Orçamentária

Natureza	Outubro a Outubro	Janeiro a Outubro
Aposentadorias e Reformas	120.435,16	1.235.293,52
Auxílio Financeiro a Estudantes	992,77	6.144,60
Auxílio-Alimentação	46.380,00	386.880,25
Diárias - Civil	1.247,00	15.744,00
Equipamentos e Material Permanente	1.392,70	66.562,30
Indenizações e Restituições	0,00	2.190,00
Locação de Mão-de-obra	39.606,58	375.269,46
Material de Consumo	42.654,41	310.256,91
Obras e Instalações	0,00	24.817,22
Obrigações Patronais	59.795,72	525.830,50
Obrigações Tributárias	112.631,69	899.912,92
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	17.653,22
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	42.113,37	384.702,86
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	19.875,56	212.461,52
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.688,50	304.138,77
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	247.298,06	2.218.635,63
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	835,50	6.014,44
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	11.628,32
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	858.721,54	8.801.951,29
Total	1.627.668,56	15.806.087,73

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 62/2014

EXTRATO DE CONTRATO 62/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: V.F VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP
CNPJ 05.830.622/0001-60, sito a Rua Amazonas, 737, Bairro Centro
Cidade de Blumenau - SC

Objeto: Despesa referente contratação de empresa especializada em serviço de segurança, que fará a segurança no dia 08 de Novembro de 2014 no Stamtich 2014 evento organizado pela Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer.

Valor: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

Vigência até 28.11.2014.

Data da assinatura: 04.11.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 63/2014

EXTRATO DE CONTRATO 63/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda EPP
CNPJ 13.624.323/0001-06, sito a Avenida Evaldo Prim, 645
Cidade de Ituporanga -SC

Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ALFREDO KUFFS, COM EXTENSÃO DE 217,96 METROS, MAIS RUA TRAVESSA "A", COM EXTENSÃO DE 59,02 METROS, JUNTAMENTE COM A RUA XV DE NOVEMBRO, COM EXTENSÃO 48,48 METROS FORMANDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 325,46 METROS, NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC

Valor: R\$ 239.602,02 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e dois reais e dois centavos)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 06.11.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 47/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Braço do Trombudo torna público resultado do julgamento da Tomada de Preços 04/2014, que tinha por objeto a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), para PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ALFREDO KUFFS, COM EXTENSÃO DE 217,96 METROS, MAIS RUA TRAVESSA "A", COM EXTENSÃO DE 59,02 METROS, JUNTAMENTE COM A RUA XV DE NOVEMBRO, COM EXTENSÃO 48,48 METROS FORMANDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 325,46 METROS, NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC, na qual declara vencedora a empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda EPP, CNPJ 13.624.323/0001-06, para o item de Valor Global, R\$ 239.602,02 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e dois reais e dois centavos). Data: 05/11/14. ASS Juliana do Nascimento - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7521, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7521, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 2.790.030,00 (Dois milhões, setecentos e noventa mil, e trinta reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.000,00
03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.000,00
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 10.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Vbador. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 130.000,00
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (apli. Profs.)
VALOR R\$ 1.000.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (apli. Profs.)
VALOR R\$ 300.000,00
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 105.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (apli. Profs.)
VALOR R\$ 300.000,00
11.00 Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
0020.0606.0155.2028 Manutenção Depto. De Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção geral da Secretaria de Obras
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.500,00
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios - EC 62/2009
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.72.00 Precatórios
VALOR R\$ 30,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0126.0250.2033 Manutenção do centro de tecnologia da Informação
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do departamento de Recursos Humanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 6.700,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00,
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.000,00
 23.00 Secretaria da Fazenda
 23.001 Secretaria da Fazenda
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. De Tributação e Fiscalização
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 25.00 Fundo Municipal de Saúde
 25.001 Fundo Municipal de Brusque
 010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
 3.1.91.00 Aplicações Direta Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
 VALOR R\$ 18.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
 VALOR R\$ 170.000,00
 010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLSTB)
 3.1.91.00 Aplicações Direta Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
 0.1.64.13 Atenção Básica - NASF
 VALOR R\$ 10.000,00
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 0.1.64.16 PMAQ
 VALOR R\$ 349.000,00
 010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 0.1.66.16 Vigilância Epidemiológica Ambiental
 VALOR R\$ 1.800,00
 010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica
 3.3.93.00 Transferências a Consórcios Públicos
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
 VALOR R\$ 130.000,00
 50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.001 Gabinete do Prefeito
 0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.500,00
 02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
 0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 10.000,00
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Vbador. Magistério
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 130.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (apli. Profs.)
 VALOR R\$ 493.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.19.00 Transf. Do Fundeb (aplic. Outros)
 VALOR R\$ 807.000,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 105.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.18.00 Transf. Do Fundeb (apli. Profs.)
 VALOR R\$ 300.000,00
 11.00 Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
 11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
 0020.0606.0155.2028 Manutenção Depto. De Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0452.0125.2037 Manutenção geral da Secretaria de Obras
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 60.000,00
 0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.500,00
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos gerais do Município
 0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios - EC 62/2009
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0126.0250.2033 Manutenção do centro de tecnologia da Informação
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do departamento de Recursos Humanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.700,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 90.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. De Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
3.1.90.00 Aplicações diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 188.000,00
010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLSTB)
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.64.13 Atenção Básica - NASF
VALOR R\$ 10.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.64.16 PMAQ
VALOR R\$ 275.000,00
4.4.90.00 Aplicações diretas - Investimento
0.1.64.16 PMAQ
VALOR R\$ 74.000,00
010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
3.1.91.00 Aplicações Direta Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
0.1.66.16 Vigilância Epidemiológica Ambiental
VALOR R\$ 1.800,00
010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 130.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Gerais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 51.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito a partir de 29/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de outubro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2.403/2014

PORTARIA Nº 2.403/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 112/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Albileide de Cassia Santana Silva, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável ALBILEIDE DE CASSIA SANTANA SILVA, ocupante do cargo de Professor Auxiliar, lotada no CEI Max Rodolfo Steffen, para o CEI Tia Denise.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.404/2014

PORTARIA Nº 2.404/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 112/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Aline Raiela Zientarski Kessler, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável ALINE RAIELA ZIENTARSKI KESSLER, ocupante do cargo de Professor Auxiliar, lotada no CEI Raio de Sol, para a EEF Pe. Vendelino Wiemes.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.405/2014

PORTARIA Nº 2.405/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 112/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Andreia de Modesti Pruner, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável ANDREIA DE MODESTI PRUNER, ocupante do cargo de Professor Auxiliar, lotada no CEI Emilia Floriani de Oliveira, para a CEI Circulo Bom Samaritano.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.406/2014

PORTARIA Nº 2.406/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 112/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Daniela da Silva Mafra Becker, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável DANIELA DA SILVA MAFRA BECKER, ocupante do cargo de Professor (Educação Infantil), lotada no EEF Profª. Isaura Gouvêa Gevaerd, para a CEI Tia Trude.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.407/2014

PORTARIA Nº 2.407/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 112/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Gislaíne Zancanella, considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de

lotação atende aos requisitos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável GISLAINE ZANCANELLA, ocupante do cargo de Professor (Educação Infantil), lotada no CEI Profª. Noemia Izabel Walendowsky Fialho, para a CEI Tia Denise.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.415, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.415, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal n.º 3.248/09, alterada pela Lei n.º 3.564/12;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar José Gustavo Halfpap do cargo de agente político, símbolo AP, Chefe de Gabinete, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

PORTARIA Nº 9.416, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.416, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal n.º 3.248/09, alterada pela Lei n.º 3.564/12;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cedenir Alberto Simon para exercer o cargo de agente político, símbolo AP, como Chefe de Gabinete, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

PORTARIA Nº 9.417, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.417, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 143/2009, Anexo I-E, e art. 87 da Lei Complementar n.º 147/09;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear José Gustavo Halfpap para ocupar o cargo em comissão de Diretor- Geral, Padrão CC-III, lotado no Gabinete do Prefeito, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar n.º 143/2009, reajustados pelas Leis n.ºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14, com gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2014.

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.418, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 9.418, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede à servidora Carmen Sylvia Schnaider Pedrini Ribeiro gratificação de função de confiança por exercer as atribuições de coordenação do Núcleo de Apoio às Equipes de Saúde da Família - NASF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar n.º 147/2009,

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretaria de Saúde de que referida servidora exercerá as atribuições de coordenação do Núcleo de Apoio às Equipes de Saúde da Família - NASF,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Carmem Sylvia Schnaider Pedrini Ribeiro, matrícula 451665.2, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir do mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS
NA INSCRIÇÃO EM REGISTRO CADASTRAL Nº
001/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - BRUSQUE

Edital para Conhecimento de Interessados na Inscrição em Registro Cadastral

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.666/93, torna público aos interessados em efetuarem sua inscrição ou renovação do Registro Cadastral do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, para fornecimento de materiais, equipamentos e/ou serviços e obras, deverão requerer junto ao Setor de Compras, a relação dos documentos que deverão ser apresentados.

Informações: Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque/SC - Horário: das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 hs. Fone/Fax (047) 3255 0500, ou pelo site www.samaebru.com.br

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO 257/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA

Notificação de Débito	
Controla:	257/2014
Emissão:	06/11/2014
Emissor:	CARLOS ROBERTO PRIMER

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome/Razão:	1079735 - CLEBER DUTRA DO NASCIMENTO	CPF/CNPJ:	713.897.501-59
Endereço:	RUA sqn,306		
Complemento:	AP 302		
Bairro:	ASA NORTE		
Cidade:	Brasília	Estado:	DF
		CEP:	70.040-010

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) **NOTIFICAMOS V.Sª(as)** da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
92631/2014 41-PREÇO PUBLICO			0	10/08/2014	2.759,35	0,00	110,37	55,19	0,00	2.924,91
1 Débito(s) Listado(s)										TOTAL GERAL EM R\$ =====> 2.924,91

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 6 de novembro de 2014.

Fundamentação Legal:

IPTU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 34/94, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/95.

ISS: art. 156, III da CF/88, Decreto Lei 406/68, LC 116/2003, LCM 34/94, LCM 106/2003 e LC 123/2006.

ITBI: art. 156, II da CF/88, art. 35 do CTN e art. 193 da LCM 34/94.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: art. 145, III da CF/88, art. 81 do CTN, art. 261 da LCM 34/94 e LCM 151/2009.

TL: art. 145, II da CF/88, art. 77 do CTN, art. 248 da LCM 34/94 e LCM 16/92.

TAXAS E RECEITAS DIVERSAS: Decreto Municipal 5368/2005, LCM 81/2000 e Lei Federal 6.830/80.

AUTO DE INFRAÇÃO (AINF): LCM 34/94.

MDES - Multa Atraso Declaração Eletrônica: art. 30 da LCM 111/2005.

MULTA INFRAÇÃO CONTRATUAL: Lei Federal 8.666/93.

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: art. 39 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Federal 6.830/80.

CORREÇÃO MONETÁRIA: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 34/94.

MULTA: art. 110 e 114 da LCM 34/94 e LC 123/2006.

JUROS: art. 73 da LCM 34/94 e LC 123/2006.

Notifico o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

O débito poderá ser parcelado em até 24 vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), conforme Lei Complementar 0142/2009. Para tanto o contribuinte deverá solicitar o parcelamento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Brusque.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Brusque SC, 6 de novembro de 2014.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNE
 Secretária da Fazenda
 Matrícula 400319

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.191/2014

DECRETO nº 6.191, de 05 de novembro de 2014.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terreno rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terreno rural, com superfície de 116.940,50m² (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado na Fazenda Bom Sucesso, constante na matrícula nº 24.085, de propriedade de Floriano Pupo Ribeiro, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, com uma estrada municipal, dividindo com José Figueroa e com a Rodovia SC 451; ao SUL e OESTE, com a Rede Ferroviária Federal S.A; e ao LESTE, com José Figueroa.

Parágrafo único: A área que se refere o artigo anterior será desapropriada para fins de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Rio do Peixe.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS,

EMPRESA - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
1	200	Unid.	Achocolatado, açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante, lecitina de soja, antioxidante, ácido ascórbico e aromatizantes, sem glúten, embalagem 400 g.	1,56	312,00
3	470	Unid.	Água sanitária, cloro ativo com alvejante, desinfetante e bactericida, embalagem de 2 litros	1,95	916,00

13	950	Unid.	Café torrado e moído 500 g tradicional, tipo exportação, empacotado a vácuo, extra-forte, sem glúten, fabricação de no Máximo 30 dias	4,94	4.693,00
17	50	Unid.	Copo descartável produzido conforme ABNT, NBR nº14865, 180 ml, CX com 2.500 unidades	58,75	2.937,50
23	90	Unid.	Esponja de lã de aço pacote com oito unidades 60 gramas	0,84	75,60
30	100	Unid.	Leite condensado, ingredientes leite integral/açúcar/leite pó integral e lactose	2,50	250,00
32	80	CX	Leite UHT integral longa vida – embalagem tetra pak, prazo de validade até 6 meses, deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar laudo bromatológico – Data de fabricação máximo 30 dias – caixa com 12 unidades de 1 litro cada	28,50	2.280,00
42	100	Unid.	Óleo de soja embalagem 900ml	2,99	299,00
45	200	Unid.	Pó para gelatina, caixa 45 gramas diversos sabores	0,56	112,00
46	100	Unid.	Pó para pudim sabor e corado artificialmente embalagem 85 g	0,52	52,00
48	1.250	Unid.	Refrigerante, água gasificada, açúcar, aroma artificial de frutas, acidulante INS 330, conservador INS 211, corante artificial INS 110, sem glúten. Embalagem Pet 2 litros	2,76	3.450,00
50	400	CX	Sabão em pó com branqueador óptico, tensoativos aniônicos, tamponantes coadjuvantes, sinergista corantes, fragrância, água, embalado em caixa de papelão 1 kg.	3,29	1.316,00
58	100	Unid.	Shampoo 350ml com aroma agradável	4,79	479,00
60	80	Unid.	Vassoura de nylon com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável V 12 cerdas longas com cabo	4,30	344,00
TOTAL GERAL R\$					17.516,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS,

EMPRESA - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 167.153.740/0001-23, com sede na cidade de Florianópolis, SC

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
51	250	Und.	Sabonete em barra, c/ 90 g	0,87	217,50
TOTAL GERAL R\$					217,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16-2014 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS, EMPRESA - FRUTULÂNDIA CENTRAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.478.504/0001-11, com sede na cidade de Caçador, SC O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
7	1.100	Kg	Banana caturra tamanho médio em processo de amadurecimento	1,66	1.826,00
29	950	Kg	Laranja Pêra, cor alaranjada odor agradável e doce	1,66	1.577,00
36	1000	Kg	Maça Fuji tamanho médio casca integra sem amassados	3,95	3.950,00
37	100	Kg	Mamão Formosa, em processo de amadurecimento, liso, livre de defeitos	2,80	280,00
TOTAL GERAL R\$					7.633,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS, EMPRESA INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
2	194	Und.	Açúcar refinado branco pacote de 5 kg.	8,14	1.579,16
4	530	Und.	Álcool líquido com graduação acima de 54º GL embalagem de 01L	2,72	1.441,60
8	800	Und.	Bebida láctea – Leite fermentado, preparado de frutas e cereais (água, xarope de açúcar, polpa de frutas, soro de leite em pó, aromatizantes, acidulante ácido cítrico, corantes naturais e conservador sorbato de potássio), xarope de açúcar e fermentos lácteos, embalagem 900ml	2,69	2.152,00
12	960	Und.	Bombom, chocolate com recheio, variedades em miniatura CX 400 g.	8,57	8.227,20

20	50	Unid.	Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no Máximo de 30 dias, embalagem com 1 kg	3,70	185,00
28	550	Unid.	Guardanapo de papel 22,5X19,5 pacote com 50 unidades	0,44	242,00
31	300	Unid.	Leite em pó integral e MIX de vitaminas A, C, D e ferro sem glúten e sem adição de açúcar com 400 g.	6,39	1.917,00
53	550	Unid.	Saco de lixo reforçado, preto 07 micra, capacidade 30 litros reforçada pacote com 10 unid.	1,99	1.094,50
54	500	Unid.	Saco de lixo reforçado, preto 10 micra, tamanho 63X80 capacidade 50 litros reforçada pacote com 10 unid.	2,19	1.095,00
TOTAL GERAL R\$					17.933,46

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS, EMPRESA NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
6	20	UNID	Arroz parboilizado Tipo 01, embalagem com 5Kg.	9,40	188,00
9	500	UNID	Biscoitos sortidos amanteigados com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada embalagem de 400 g.	3,37	1.685,00
10	250	UNID	Bolacha salgada embalagem com dupla proteção, apresentação quadrado, sabor cream cracker, classificação salgado, características adicionais sem recheio embalagem com 400 g.	2,34	585,00
14	50	UNID	Canjica de milho tipo 01 branca embalagem 500 g.	2,75	137,50
16	998	UNID	Chá mate caixa com 40 g com 25 saquinhos diversos sabores	2,92	2.914,16

19	478	UNID	Detergente líquido com 500 ml (composição: linear alquil-benzeno sulfonado, hidróxido de sódio, trietanolamina, dietanolamida de ácido graxo de coco, lauril éter sulfato de sódio, sal inorgânico, decilpoliglucosídeo (C-10-C16), alquil amido propil Betânia, 5-cloro-2-metil isothiazolin-2-one, 2-metil-4isothiazolin-3-one, corante azul ácido 90, corante amarelo alimento 4, fragrância e água	0,97	463,66
21	50	UNID	Doce de leite cremoso, sem glúten embalagem com 01 kg	5,26	263,00
25	80	UNID	Fardo Papel higiênico branco picotado, macio, texturizado, não reciclado, sem perfume, com 16 pacotes de 4 rolos de 60 MT.	30,00	2.400,00
35	180	UNID	Luva de borracha forrada para limpeza, tamanhos P, M, G.	1,88	338,40
38	50	UNID	Margarina vegetal pote com 500 g	1,38	69,00
39	50	UNID	Milho para pipoca tipo 01 pacote com 500 g	1,84	92,00
40	290	UNID	Multiuso 500 ml, limpeza para pisos	1,65	478,50
41	180	UNID	Odorizador de ambiente, erva doce, capim limão, citrus embalagem de 400 ml	6,50	1.170,00
44	1.040	UNID	Pedra sanitária germicida e bactericida desodor lavanda bouquet.	0,66	686,40
47	850	UNID	Preparo sólido para refresco adoçado vários sabores pacote com 45 gramas	0,40	340,00
55	550	UNID	Saco de lixo reforçado, preto 12 micra, tamanho 75X90 capacidade 100 litros reforçada pacote com 05 unid.	2,49	1.369,50
56	24	UNID	Sal refinado iodado 1 kg.	0,83	19,92
57	172	UNID	Saponáceo em pó com amoníaco tubo 300 g composição soda cáustica, éter, sulfato, sódio, hipodorito.	1,10	189,20
59	200	UNID	Suco concentrado natural, sabores variados, industrializado, com alto teor de polpa de frutas, 100% natural, isento de corantes, conservantes e acidulantes, embalagem atóxica com 500ml, para diluição em água.	6,84	1.368,00
TOTAL GERAL R\$					14.757,24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS, EMPRESA SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.608/0001-89, com sede na cidade de Mariópolis, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
5	150	Und	Álcool gel embalagem 1L	4,15	622,50
15	52	Und	Cera líquida amarela – composição: carnaúba, cera polietileno, parafina, cera microcristalina, solventes alifáticos, emulsificante, tensoativo, coajuvantes, corantes essência e óleo de pinho, 750 ml.	2,87	149,24
18	232	Und	Desinfetante líquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	2,20	510,40
22	55	Und	Escova para vaso sanitário oval, com suporte, cabo de plástico com 30 cm, e cerdas de nylon	2,19	120,45
26	284	Und	Filtro de papel para café 103 caixas com 40 unid.	2,08	590,72
27	31	Und	Garrafa térmica com sistema de pressão (de apertar) capac. De 1.8 litros	44,95	1.393,45
33	220	Und	Limpa vidros, frasco de 500ml	1,65	363,00
49	60	Und	Rodo de borracha dupla com 60 cm com cabo	6,44	386,00
52	30	Und	Sabonete líquido composição: PH neuro, fragrância erva doce, embalagem de 05 litros	10,00	300,00
TOTAL GERAL R\$					4.436,16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-2014-FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS, EMPRESA VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	R\$ UNT	R\$ TOTAL
11	498	Und	Bolsa de algodão alvejada branca lisa medindo 0,80 X 0,60 cm	3,56	1.772,88

24	320	Und	Esponja para louça dupla face medidas 110mmX70mmX20mm embalagem com 03 unidades	1,20	384,00
34	25	Und	Lixeira plástica em poli-propileno reforçado, com tampa e pedal para abri-la, capacidade 30 litros	36,90	922,50
43	1.252	Und	Papel toalha branco 100% celulose, não reciclado, interfolha duas dobras com 1.250 folhas cada pacote – 21 x 22,5 cm	8,00	10.016,00
TOTAL GERAL R\$					13.095,38

PR-89-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 26/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 26/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO NºS 1920 A 1923

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1920/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD1764	55702947D	5010/0	17/10/2014	162 * I
ACP8341	55696979D	6599/2	27/09/2014	230 * V
ASG9885	55702273D	6599/2	24/09/2014	230 * V
CGA5314	55697636D	6670/0	17/10/2014	230 * XIII
ILU5943	55135019E	5010/0	18/10/2014	162 * I
ILU5943	55135020E	6599/2	18/10/2014	230 * V
JZS1628	55695979D	5010/0	23/09/2014	162 * I
JZS1628	55695980D	5118/0	23/09/2014	164 c/c 162 * I
LYF4259	55697257D	5010/0	18/10/2014	162 * I
LYK6841	55135324E	5010/0	14/10/2014	162 * I
LYK6841	55135327E	5118/0	14/10/2014	164 c/c 162 * I
MAR6909	55702936D	5010/0	25/09/2014	162 * I
MBB0170	55697404D	6700/0	24/09/2014	230 * XVI
MBB0170	55697405D	6912/0	24/09/2014	232
MBI6528	55697451D	6610/2	28/09/2014	230 * VII
MCK2016	55697306D	7340/0	25/09/2014	252 * IV
MGW4472	55135306E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MJI0231	55697303D	5045/0	22/09/2014	162 * V
MJK0321	55700553D	5169/1	30/09/2014	165
MJS2712	55697259D	5045/0	19/10/2014	162 * V
MMI0713	55695935D	5169/1	20/09/2014	165
MMI0713	55695937D	5274/1	20/09/2014	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1921/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY5739	55135283E	5843/1	24/09/2014	196
APQ0271	55135420E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
ASH0004	55702945D	5185/1	16/10/2014	167
AYH7700	55133718E	5541/1	17/09/2014	181 * XVII
CDL3365	55703147D	5541/1	24/09/2014	181 * XVII
CEC7689	55697407D	6122/0	25/09/2014	214 * I
EIP5148	55134955E	6041/2	20/10/2014	207
LWT2427	55133293E	6068/1	17/10/2014	209
LXT4221	55697631D	5185/1	16/10/2014	167
LYH2336	55703126D	5568/0	22/09/2014	181 * XIX
LZO0283	55697669D	5185/1	22/10/2014	167
LZT6133	55697650D	5525/0	21/10/2014	181 * XV
LZZ9089	55696066D	5185/1	22/09/2014	167
MAU9206	55702944D	5185/1	16/10/2014	167
MBN4035	55696674D	5185/1	17/09/2014	167
MBZ2154	55697260D	7056/1	21/10/2014	244 * III
MBZ2154	55697261D	5835/0	21/10/2014	195
MCB2448	55135438E	5509/0	21/10/2014	181 * XIII
MDE8081	55133297E	6068/1	17/10/2014	209
MDM2290	55698492D	7366/2	23/10/2014	252 * VI
MDT9080	55134952E	6041/2	15/10/2014	207
MEH7951	55697668D	7366/2	22/10/2014	252 * VI
MGY2585	55135432E	5541/2	18/10/2014	181 * XVII
MHM0928	55135012E	7366/2	15/10/2014	252 * VI
MHM0928	55135013E	5185/1	15/10/2014	167
MHU8327	55700357D	5819/1	08/09/2014	193

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIX9248	55133719E	5541/1	17/09/2014	181 * XVII
MJO3364	55698489D	7366/2	22/10/2014	252 * VI
MJP2878	55702941D	5185/1	16/10/2014	167
MJS4913	55135423E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
MLA7387	55703161D	6050/2	24/09/2014	208
MMI0713	55695936D	5738/0	20/09/2014	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1922/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIQ8602	55696342D	5169/1	07/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYQ6120	55703270D	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAW8191	55702546D	5010/0	08/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAW8191	55702547D	6408/0	08/09/2014	R\$ 85,12	221
MBN1405	55133043E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA1597	55702732D	6610/2	06/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEN1954	55695849D	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MEU2528	55700829D	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEU2528	55700830D	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MEU2528	55700832D	6637/1	30/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFL9815	55701202D	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
MFZ8181	54959985E	5010/0	09/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFZ8181	54959986E	5118/0	09/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHN4217	55133353E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIB8924	55696278D	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
MJB7833	55695961D	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJB7833	55695962D	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKD8917	55702773D	5010/0	14/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKD8917	55702775D	5118/0	14/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKD8917	55702776D	6726/1	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MMA1650	55702220D	6700/0	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MMF0314	55698523D	5045/0	04/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MMF0314	55698524D	6599/2	04/09/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1923/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABK7559	55133326E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ASN1068	54959426E	6050/1	23/06/2014	R\$ 191,53	208
BKF0105	55702353D	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
CRC4381	55696936D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
LXL2200	55701315D	5185/1	04/09/2014	R\$ 127,69	167
LZA1596	55135642E	5460/0	12/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LZG3906	55696236D	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
LZL6801	55133331E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG8310	55701029D	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MBN9763	55135570E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU1475	55702159D	5207/0	09/07/2014	R\$ 53,20	169
MCB5475	55133142E	6068/1	19/06/2014	R\$ 127,69	209
MCB5475	55133143E	5835/0	19/06/2014	R\$ 127,69	195
MCB5475	55133144E	6068/1	19/06/2014	R\$ 127,69	209
MCB5475	55133145E	6050/1	19/06/2014	R\$ 191,53	208
MCT7275	55692289D	5215/1	11/06/2014	R\$ 191,53	170
MDH8774	54959966E	5452/6	07/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEB0153	55700883D	5541/1	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED5106	55702767D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MET9342	55702157D	5207/0	09/07/2014	R\$ 53,20	169
MEU2528	55700847D	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MEU2528	55700848D	5185/2	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MGG5148	55703302D	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHI9789	55700837D	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
MHJ6856	55702192D	5185/1	02/08/2014	R\$ 127,69	167
MHV6189	55702235D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE2823	55133317E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE7302	55696210D	5207/0	10/07/2014	R\$ 53,20	169
MJH6666	55696657D	5185/1	26/08/2014	R\$ 127,69	167
MJT4452	55700352D	5738/0	09/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJV9310	55135524E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
MKD8917	55702774D	5207/0	14/08/2014	R\$ 53,20	169
MKW4223	55133502E	6050/1	11/08/2014	R\$ 191,53	208
MLD8976	55133344E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLT0043	55696521D	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MMB0701	55702450D	5541/1	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2014.**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 08/2014.

A Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 24 de novembro de 2014, às 19 horas, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 067/2014, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015.

Caçador, em 7 de novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
Presidente da CMC.Ricardo Pelegrinello,
Presidente da CFOCM.**Camboriú****PREFEITURA****TP 008/14 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2014 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA NO C.E.I OTILIA SANTOS DA SILVA, ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 404,05 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 565 DE 29 DE JUNHO DE 1987

DECRETO Nº 0565

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE ESTRADA DE RODAGEM E OBRAS - VILMAR KLETEMBERG.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1987.

EUGÊNIO JOÃO HERBST.

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 563 DE 12 DE JUNHO DE 1987

DECRETO Nº 0563

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de junho de 1987.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 564 DE 29 DE JUNHO DE 1987

DECRETO Nº 0564

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1987.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 562 DE 29 DE MAIO DE 1987

DECRETO Nº 0562

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DA SEGUINTE DOTAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de maio de 1987.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 561 DE 20 DE MAIO DE 1987

DECRETO Nº 0561

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de maio de 1987.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 560 DE 20 DE MAIO DE 1987

DECRETO Nº 0560

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de maio de 1987.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 559 DE 11 DE MAIO DE 1987

DECRETO Nº 0559

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de maio de 1987.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de maio de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 558 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0558
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - ALEXANDRA DE FÁTIMA FERREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 557 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0557
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - CANDIDA INÊS ZOLLNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 556 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0556
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - ROSILENE DE LIMA DZIEDICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 555 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0555
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - LUCÉLIA REGINA MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 554 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0554
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - ANA MARIA DETROZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 553 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0553
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - MARCIA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 552 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0552
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - TEREZINHA RODRIGUES DA LUZ DREVECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 551 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0551

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SILVANA ROSI PAULI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 550 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0550

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - MARIA SILVETE GODOY DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 549 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0549

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO ABAIXO RELACIONADOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 548 DE 31 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0548

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 547 DE 15 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0547

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 546 DE 06 DE MARÇO DE 1987

DECRETO Nº 0546

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de março de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos seis dias do mês de março de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 545 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1987

DECRETO Nº 0545

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 544 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1987

DECRETO Nº 0544
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1987.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 543 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0543
ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL MUNICIPAL" - UPM PARA O EXERCÍCIO DE 1987.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 542 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0542
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 541 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0541
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 540 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0540
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 539 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0539
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 538 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0538
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 537 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0537

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de novembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 536 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0536

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de novembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de novembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 535 DE 28 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0535

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 534 DE 28 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0534

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 533 DE 28 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0533

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 532 DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0532

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 531 DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0531

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 530 DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0530

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 529 DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0529

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 528 DE 20 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0528

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 527 DE 13 DE OUTUBRO DE 1986

DECRETO Nº 0527

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de outubro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 526 DE 23 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0526

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 525 DE 22 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0525

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 524 DE 22 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0524

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO TOTAL DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 523 DE 22 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0523

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 522 DE 19 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0522

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 521 DE 19 DE SETEMBRO DE 1986

DECRETO Nº 0521

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de setembro de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 520 DE 29 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0520

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 519 DE 29 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0519

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 518 DE 29 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0518

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 517 DE 26 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0517

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 516 DE 25 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0516

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 515 DE 18 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0515

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 514 DE 07 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0514

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 513 DE 07 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0513

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA DO EDITAL DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 512 DE 07 DE AGOSTO DE 1986

DECRETO Nº 0512

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de agosto de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 511 DE 16 DE JULHO DE 1986

DECRETO Nº 0511

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE - FECAMPO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de julho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de julho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 510 DE 02 DE JULHO DE 1986

DECRETO Nº 0510

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 509 DE 30 DE JUNHO DE 1986

DECRETO Nº 0509

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 508 DE 02 DE JUNHO DE 1986

DECRETO Nº 0508

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de junho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 507 DE 02 DE JUNHO DE 1986

DECRETO Nº 0507

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de junho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 506 DE 02 DE JUNHO DE 1986

DECRETO Nº 0506

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DE SILVIO WOYAKEINVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de junho de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 505 DE 22 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0505

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 504 DE 22 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0504

DISPÕE SOBRE TABELA DE CLASSE DE VALORES VENAIIS DE IMÓVEIS PARA BASE DE CALCULO DO IPTU.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 503 DE 22 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0503

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA AO CONSUMIDOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 502 DE 22 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0502
DECRETA FERIADO MUNICIPAL NO DIA VINTE E SEIS DE MAIO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 501 DE 14 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0501
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE DIRETOR DE ESPORTE E TURISMO - EUGÊNIO JOÃO HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 500 DE 06 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0500
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 499 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0499
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 498 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0498
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 497 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0497
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 496 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0496
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 495 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0495

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 494 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0494

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 493 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0493

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 492 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0492

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 491 DE 04 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0491

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CONFORME ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 490 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0490

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 489 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0489

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 488 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0488

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 487 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0487

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 486 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0486

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 485 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0485

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 484 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0484

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 483 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0483

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 482 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0482

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 481 DE 02 DE MAIO DE 1986

DECRETO Nº 0481

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 480 DE 30 DE ABRIL 1986

DECRETO Nº 0480

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 479 DE 02 DE ABRIL DE 1986

DECRETO Nº 0479

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 478 DE 02 DE ABRIL DE 1986

DECRETO Nº 0478

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO ABAIXO DESCRITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1986.
JOSE ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

DECRETO Nº 32/77 DE 27 DE SETEMBRO DE 1977

DECRETO Nº 32/77

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de setembro de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de setembro de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

DECRETO Nº 28/77 DE 29 DE ABRIL DE 1977

DECRETO Nº 28/77

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de abril de 1977.
EUGÊNIO TABBERT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO
Secretário

ATA LEILÃO 98/2014**ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 98/2014, modalidade Leilão)

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às 10:00h, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Irineu Woitskovski Júnior membros da Comissão Permanente de Licitações deste Município, nomeada através do Decreto Municipal nº 8.125, e Jefferson Jean Duvoisin, Leiloeiro Municipal, nomeado através do Decreto Municipal 8.599, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 98/2014, modalidade Leilão, para procederem a venda de bem móvel inservível à Administração modalidade LEILÃO. Sendo:

Item	Qtde	Nº Patrimônio	Descrição	Valor mínimo para lance (valor inicial)
01	01	243	Trator de pneu Massey Ferguson, ano 1986, Modelo 275, Motor Perkins, série 2160039486, chassi 1664511, - M1 B.	14.000,00
02	01	8369	Escavadeira Hidráulica Daewoo, ano de fabricação 2001, modelo solar 220 LC-V, Série DB58TI e nº série 1274.	50.000,00
03	01	8456	Fiat Uno Mille Fire, ano 2001/mo- delo 2002, cor branca, duas portas, chassi 9BD15802524341586, Renavam 773558497, placa MFT 1460.	4.000,00
04	01	28858	VW Santana ano 2002/ modelo 2003, a álcool, chassi 9BWA- C03X53P001974, Renavam 785357700, placa AKI 4059.	4.100,00
05	01	8643	Motocicleta Honda/CG 125 Titan KS ano/modelo 2002, cor prata, chassi 9C2JC30102R157071, Renavam 777773783, placa MCK 8902	1.000,00
06	01	23368	Motocicleta Honda/CG 125Titan KS ano/modelo 2003, cor prata, chassi 9C2JC30103R267904, Renavan 806989050, placa MBY 6404	1.000,00
07	01	316	VW Kombi, ano/mode- lo 1999, cor branca, chassi 9BWZZZ237XP013874, Renavam 728585030, placa MEE 2120.	4.000,00
08	01	22208	Fiat Uno Mille Fire, Ano 2003 mo- delo 2004, duas portas, cor branca, chassi 9BD15802544544313, Renava- m 82306126, placa MDK 9421	4.500,00
09	01	22314	Fiat Uno Mille Fire Flex, ano/mode- lo 2006, duas portas na cor branca, chassi 9BF15802764854591, Renava- m 887536549, placa MCZ 7504	5.000,00
10	01	22361	Motocicleta Honda CG 125 Fan, ano/modelo 2007, cor preta, chassi 9C2JC30707R168259, Renavam 920695981, placa MDT 2413	1.000,00

Inicialmente a Presidente da Comissão Permanente de Licitações declarou aberta a sessão, nominando os presentes, após explicou a forma que será conduzida a sessão, e passou ao credenciamento dos interessados em arrematar o bem leiloado.

CREDENCIADOS:

Nome	CPF	Endereço	Telefone
------	-----	----------	----------

Olair Mateus Spanemberg Coppeti	777.711.259-72	Rua José Rosa,67 – São Bento do Sul	96397936
José Pedro Piske	311.407.859-15	Rua José Endler, 968 Bateias de Baixo – Campo Alegre/SC	3632 7187
José Salvador da Silva	241.406.789-68	Rua Camboriú, 9 – Brasília, São bento do Sul	99148200
Gilson Luiz Araújo	004.390.329-03	Rua Aristides MOnich 160, São bento do Sul	99731818
Lindomar da Silva	021.812.619-03	Rua Comboriú, 9 Brasília – São bento do Sul/SC	9664-7058

Após o credenciamento e rubrica dos documentos (conforme exigência do edital), a Presidente passou a palavra ao Leiloeiro que passou a conduzir a sessão. O Critério de Julgamento é o requisito **MAIOR LANCE**, com lance mínimo fixado para cada item. O Leiloeiro enfatizou as condições de arrematação, de acordo com o estabelecido no edital, em especial quanto a forma de pagamento, passando ao início dos lances.

Item	Qtde	Descrição	Valor Arremato	Comprador
01	01	Trator de pneu Massey Ferguson, ano 1986, Modelo 275, Motor Perkins, série 2160039486, chassi 1664511, - M1 B.	Não houve lance	-----
02	01	Escavadeira Hidráulica Daewoo, ano de fabricação 2001, modelo solar 220 LC-V, Série DB58TI e nº série 1274.	Não houve lance	-----
03	01	Fiat Uno Mille Fire, ano 2001/mo- delo 2002, cor branca, duas por- tas, chassi 9BD15802524341586, Renavam 773558497, placa MFT 1460.	Não houve lance	-----
04	01	VW Santana ano 2002/ modelo 2003, a álcool, chassi 9BWA- C03X53P001974, Renavam 785357700, placa AKI 4059.	Não houve lance	-----
05	01	Motocicleta Honda/CG 125 Titan KS ano/modelo 2002, cor prata, chassi 9C2JC30102R157071, Rena- vam 777773783, placa MCK 8902	1.000,00	José Salva- dor da Silva
06	01	Motocicleta Honda/CG 125Titan KS ano/modelo 2003, cor prata, chassi 9C2JC30103R267904, Renavan 806989050, placa MBY 6404	1.150,00	José Pedro Piske
07	01	VW Kombi, ano/mode- lo 1999, cor branca, chassi 9BWZZZ237XP013874, Renavam 728585030, placa MEE 2120.	Não houve lance	-----
08	01	Fiat Uno Mille Fire, Ano 2003 mo- delo 2004, duas portas, cor bran- ca, chassi 9BD15802544544313, Renavam 82306126, placa MDK 9421	4.500,00	Olair Ma- teus Spa- nemberg Coppeti
09	01	Fiat Uno Mille Fire Flex, ano/mode- lo 2006, duas portas na cor bran- ca, chassi 9BF15802764854591, Renavam 887536549, placa MCZ 7504	5.000,00	Lindomar da Silva

10	01	Motocicleta Honda CG 125 Fan, ano/modelo 2007, cor preta, chassi 9C2JC30707R168259, Renavam 920695981, placa MDT 2413	1.000,00	Gilson Luiz Araújo
----	----	---	----------	--------------------

O Leiloeiro declara os veículos vendidos conforme tabela acima. O pagamento de 10 % (dez por cento) foi realizado em dinheiro, contra apresentação de recibo, sendo que o arrematante tem prazo de 24 horas para depositar o restante do valor na conta corrente do Município nº 4.859-3 Agencia 1715-9 Banco do Brasil para os itens:

05	01	Motocicleta Honda/CG 125 Titan KS ano/modelo 2002, cor prata, chassi 9C2JC30102R157071, Renavam 777773783, placa MCK 8902
----	----	---

E na conta corrente 15.113-0 Agencia 1715-9 Banco do Brasil para os itens:

08	01	Fiat Uno Mille Fire, Ano 2003 modelo 2004, duas portas, cor branca, chassi 9BD15802544544313, Renavam 82306126, placa MDK 9421

E na conta corrente 15.114-9 Agencia 1715-9 Banco do Brasil para os itens:

09	01	Fiat Uno Mille Fire Flex, ano/modelo 2006, duas portas na cor branca, chassi 9BF15802764854591, Renavam 887536549, placa MCZ 7504
----	----	---

O item 06 (Motocicleta Honda/CG 125Titan KS ano/modelo 2003, cor prata, chassi 9C2JC30103R267904, Renavan 806989050, placa MBY 6404) foi pago à vista pelo comprador SR. José Pedro Piske, para o qual foi fornecido o recibo. O item 10 (Motocicleta Honda CG 125 Fan, ano/modelo 2007, cor preta, chassi 9C2JC30707R168259, Renavam 920695981, placa MDT 2413) foi pago à vista pelo comprador SR. Gilson Luiz Araújo. Somente após quitação o bem será transferido e entregue. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 100/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 100/2014)

Às 14:00 do dia 07/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais hidráulicos para manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.174/14 DE 01/11/2014 HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS - PERÍODO 2014 A 2017

DECRETO Nº 7.174/14 DE 01/11/2014

HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS - PERÍODO 2014 A 2017

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, Considerando a deliberação pela aprovação do Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução nº 002 CMS/2014, da Reunião Ordinária do dia 27 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Plano Municipal de Saúde, para o período de 2014 a 2017, conforme texto aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, acima mencionado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

07 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

RESULTADO PROVISÓRIO - PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014

PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014

CAMPOS NOVOS

RESULTADO PROVISÓRIO

Cargo: Fisioterapeuta - NASF				
Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
93	12	5	5	6,80
99	11	4	5	6,20
101	11	4	5	6,20
95	13	1	3	6,00
91	11	4	3	5,80
394	9	5	4	5,40
105	10	4	3	5,40
85	11	4	1	5,40
109	10	3	3	5,20
87	8	4	5	5,00
107	9	4	3	5,00
97	6	5	4	4,20
89	8	2	3	4,20

Cargo: Assistente Social - NASF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
74	17	4	4	8,40
76	16	3	4	7,80
88	16	2	4	7,60
72	14	2	4	6,80
80	13	4	4	6,80
167	13	3	3	6,40
86	12	4	1	5,80
78	11	2	4	5,60
165	10	3	5	5,60
163	12	1	1	5,20
70	10	4	2	5,20
84	9	2	5	5,00
169	9	3	4	5,00
82	9	3	2	4,60
171	6	2	4	3,60
68	6	1	3	3,20
66	6	1	2	3,00

Cargo: Fonoaudiólogo - NASF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
596	16	4	3	7,80

Cargo: Nutricionista - NASF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
592	18	5	5	9,20
398	17	4	4	8,40
422	13	4	5	7,00
594	13	4	4	6,80
195	14	2	4	6,80
590	12	4	4	6,40
588	12	3	4	6,20
418	11	4	5	6,20
404	13	0	4	6,00
396	11	4	3	5,80
402	10	1	4	5,00
420	10	0	3	4,60
400	8	1	2	3,80

Cargo: Educador Físico - NASF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
160	13	5	2	6,60

Cargo: Técnico em Enfermagem - SAMU

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
589	16	4	3	7,80
225	15	4	4	7,60
229	15	2	3	7,00
227	13	3	4	6,60
235	13	3	3	6,40
233	13	3	3	6,40
583	12	4	3	6,20
223	14	3	0	6,20
581	12	3	4	6,20
231	12	1	2	5,40
579	10	3	2	5,00
585	9	4	2	4,80
587	8	3	1	4,00

Cargo: Médico Comunitário - Clínica Geral - ESF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
408	16	5	4	8,20
600	15	4	5	7,80
412	14	5	3	7,20
416	14	3	4	7,00
406	14	3	4	7,00
598	12	4	3	6,20
414	12	3	4	6,20
410	11	5	4	6,20

Cargo: Aux. De Enfermagem Comunitário - ESF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
222	17	3	4	8,20
242	16	4	3	7,80
264	14	5	4	7,40
197	10	5	4	5,80
254	11	2	2	5,20
256	9	4	4	5,20
221	10	3	3	5,20
262	10	3	2	5,00
238	9	4	2	4,80
248	9	4	2	4,80
234	8	4	4	4,80
230	8	4	4	4,80
244	9	2	4	4,80
240	8	4	4	4,80
252	9	4	2	4,80
232	8	3	4	4,60
236	9	3	1	4,40
250	7	3	4	4,20
260	8	3	1	4,00

228	6	3	4	3,80
268	7	3	2	3,80
246	6	3	2	3,40
244	6	3	1	3,20
226	5	3	3	3,20
258	4	4	3	2,80

Cargo: Aux. De Odontologia Comunitário - ESF

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
103	13	2	5	6,60
162	12	3	2	5,80
168	11	3	2	5,40
166	11	2	2	5,20
164	9	3	4	5,00

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Sr. Bom Jesus

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
203	16	1	4	7,40
475	14	4	3	7,00
470	15	2	3	7,00
474	15	1	4	7,00
205	13	3	5	6,80
122	14	2	4	6,80
477	13	5	3	6,80
219	13	5	2	6,60
469	15	0	3	6,60
136	15	2	1	6,60
472	15	1	2	6,60
201	14	2	2	6,40
213	15	1	1	6,40
45	13	4	2	6,40
199	14	1	3	6,40
49	14	1	3	6,40
53	14	1	3	6,40
112	14	0	4	6,40
118	14	1	3	6,40
217	12	5	2	6,20
43	14	2	1	6,20
116	12	3	3	6,00
128	13	1	3	6,00
471	12	1	4	5,80
473	12	2	3	5,80
124	12	3	2	5,80
114	12	2	2	5,60
134	12	2	2	5,60
207	11	2	3	5,40
215	12	2	1	5,40
51	11	1	4	5,40
47	13	1	0	5,40

120	11	0	4	5,20	
476	11	1	3	5,20	
480	11	1	3	5,20	
496	11	1	3	5,20	
126	10	1	4	5,00	
211	10	1	2	4,60	
209	10	2	1	4,60	
478	9	2	3	4,60	
130	8	1	2	3,80	

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São Sebastião

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Portugêses	Acertos Conhec. Gerais	NOTA	
584	15	4	5	7,80	
270	15	4	5	7,80	
273	17	1	3	7,60	
580	15	3	5	7,60	
275	14	4	4	7,20	
582	15	4	2	7,20	
37	15	3	2	7,00	
321	14	2	4	6,80	
278	15	2	2	6,80	
313	16	1	0	6,60	
586	13	2	4	6,40	
323	13	1	5	6,40	
272	13	3	3	6,40	
601	12	4	2	6,00	
31	13	1	3	6,00	
158	12	3	2	5,80	
277	12	1	4	5,80	
276	12	2	3	5,80	
274	12	2	2	5,60	
602	12	3	1	5,60	
315	11	2	2	5,20	
29	11	1	2	5,00	
27	12	0	0	4,80	
156	9	1	4	4,60	
35	9	4	1	4,60	
154	10	0	3	4,60	
33	9	2	2	4,40	
319	8	3	3	4,40	
325	9	0	2	4,00	
317	7	1	1	3,20	

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Integração

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Portugêses	Acertos Conhec. Gerais	NOTA	
123	18	1	3	8,00	
421	16	3	4	7,80	
170	16	3	3	7,60	
131	16	1	4	7,40	

441	14	5	4	7,40	
143	14	5	4	7,40	
431	15	3	3	7,20	
328	15	2	4	7,20	
439	14	2	5	7,00	
145	15	3	2	7,00	
157	16	1	2	7,00	
135	13	3	5	6,80	
119	15	1	3	6,80	
111	15	2	2	6,80	
129	12	4	5	6,60	
127	14	3	2	6,60	
133	13	2	4	6,40	
405	13	4	2	6,40	
113	14	2	2	6,40	
172	14	2	2	6,40	
403	14	0	4	6,40	
429	13	3	3	6,40	
159	13	2	4	6,40	
332	14	1	3	6,40	
153	13	3	3	6,40	
445	14	3	1	6,40	
161	14	2	1	6,20	
415	14	0	3	6,20	
437	13	3	2	6,20	
155	13	0	5	6,20	
427	13	1	4	6,20	
407	12	2	4	6,00	
409	14	1	1	6,00	
419	14	0	2	6,00	
151	12	3	3	6,00	
117	12	1	4	5,80	
115	13	1	2	5,80	
395	12	1	4	5,80	
417	13	0	3	5,80	
447	13	0	3	5,80	
399	12	2	2	5,60	
121	13	0	2	5,60	
423	12	2	1	5,40	
425	11	3	2	5,40	
149	11	1	4	5,40	
63	12	2	1	5,40	
330	11	2	3	5,40	
443	10	2	3	5,00	
397	10	2	2	4,80	
413	10	2	2	4,80	
141	10	0	4	4,80	
401	10	2	1	4,60	
137	9	2	2	4,40	
411	9	2	2	4,40	
139	10	1	1	4,40	
433	9	2	2	4,40	
125	9	1	2	4,20	

435	7	3	3	4,00	
147	7	2	1	3,40	

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São José

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
289	16	2	4	7,60
318	15	4	4	7,60
58	15	4	3	7,40
60	14	4	5	7,40
34	14	3	4	7,00
301	14	4	3	7,00
291	15	2	3	7,00
285	15	3	2	7,00
17	15	2	2	6,80
9	13	3	4	6,60
13	14	1	4	6,60
324	13	3	4	6,60
32	15	2	1	6,60
311	15	3	0	6,60
11	14	1	3	6,40
44	13	2	4	6,40
320	13	2	4	6,40
307	14	3	0	6,20
316	13	3	2	6,20
46	14	0	2	6,00
19	12	2	4	6,00
283	12	3	3	6,00
5	13	1	3	6,00
62	13	2	2	6,00
23	12	2	3	5,80
295	14	1	0	5,80
293	12	1	4	5,80
322	13	1	2	5,80
303	13	0	3	5,80
287	12	2	2	5,60
279	12	2	2	5,60
40	11	2	3	5,40
56	11	3	2	5,40
36	11	2	3	5,40
42	11	0	5	5,40
15	12	0	2	5,20
3	11	1	3	5,20
281	11	1	3	5,20
21	9	3	4	5,00
297	10	2	2	4,80
48	10	1	2	4,60
38	10	1	2	4,60
299	9	2	3	4,60
1	9	2	2	4,40
326	9	2	2	4,40
305	10	1	0	4,20
7	8	1	2	3,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - COHAB

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
430	15	2	4	7,20
218	15	2	4	7,20
440	15	2	3	7,00
220	14	2	4	6,80
436	15	2	2	6,80
179	12	5	4	6,60
189	13	3	4	6,60
426	14	3	2	6,60
214	15	1	2	6,60
216	13	3	3	6,40
175	14	2	2	6,40
181	12	3	4	6,20
444	12	1	5	6,00
185	12	4	2	6,00
424	13	1	2	5,80
187	12	2	3	5,80
183	12	3	1	5,60
438	12	3	1	5,60
442	12	2	1	5,40
177	12	1	0	5,00
432	10	2	3	5,00
428	11	1	2	5,00
434	11	0	3	5,00
173	9	3	3	4,80

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - CAIC

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
100	18	5	5	9,20
108	17	3	4	8,20
194	17	3	3	8,00
200	16	3	3	7,60
182	16	1	5	7,60
106	15	4	4	7,60
204	15	4	3	7,40
102	15	3	4	7,40
79	15	4	2	7,20
71	15	2	4	7,20
212	14	4	3	7,00
206	15	1	4	7,00
196	14	3	3	6,80
104	14	2	4	6,80
73	14	3	3	6,80
208	15	1	3	6,80
184	13	4	3	6,60
192	14	1	4	6,60
255	12	3	5	6,40
253	14	1	3	6,40
174	15	0	2	6,40

245	13	2	4	6,40
251	12	3	4	6,20
259	13	3	2	6,20
210	13	1	3	6,00
67	13	2	2	6,00
180	12	1	4	5,80
75	12	1	4	5,80
77	11	3	4	5,80
186	11	2	4	5,60
190	12	0	4	5,60
261	12	2	2	5,60
267	12	1	3	5,60
110	12	1	3	5,60
83	11	3	3	5,60
65	11	2	4	5,60
257	11	3	2	5,40
98	11	1	4	5,40
202	11	1	3	5,20
265	11	1	2	5,00
81	11	0	2	4,80
247	10	2	2	4,80
188	9	2	3	4,60
69	10	1	2	4,60
249	9	1	3	4,40
263	8	2	3	4,20
96	7	2	2	3,60
94	8	1	1	3,60
198	7	0	2	3,20

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Nossa Senhora Aparecida

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
387	16	4	5	8,20
348	16	1	5	7,60
374	16	3	3	7,60
361	15	3	4	7,40
367	14	3	5	7,20
350	14	4	3	7,00
379	15	2	3	7,00
356	16	1	2	7,00
351	14	3	3	6,80
334	14	3	3	6,80
349	15	2	2	6,80
340	15	1	3	6,80
390	15	0	4	6,80
375	14	1	4	6,60
370	13	3	4	6,60
347	15	1	2	6,60
343	15	1	2	6,60
365	14	2	2	6,40
364	14	2	2	6,40

368	13	2	4	6,40
344	14	2	1	6,20
336	12	4	3	6,20
386	12	4	3	6,20
377	13	1	4	6,20
371	13	2	3	6,20
359	12	3	3	6,00
372	14	0	2	6,00
358	12	3	3	6,00
385	13	0	4	6,00
355	13	2	2	6,00
345	13	1	3	6,00
382	11	5	3	6,00
352	13	0	4	6,00
388	11	3	4	5,80
360	13	2	1	5,80
380	14	1	0	5,80
362	13	1	2	5,80
376	11	4	3	5,80
392	11	3	3	5,60
366	11	3	3	5,60
373	11	3	2	5,40
369	12	2	1	5,40
354	12	2	1	5,40
342	12	0	2	5,20
327	11	1	3	5,20
333	11	2	1	5,00
341	11	0	3	5,00
353	11	0	3	5,00
384	11	2	1	5,00
357	11	0	2	4,80
331	9	2	4	4,80
329	9	2	4	4,80
338	11	1	1	4,80
339	9	1	4	4,60
378	10	1	2	4,60
363	9	2	2	4,40
346	9	2	2	4,40
337	9	2	1	4,20
335	10	0	1	4,20

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Santo Antônio

Número de identificação	Acertos Conhec. Específicos	Acertos Português	Acertos Conhec. Gerais	NOTA
546	18	3	5	8,80
26	15	3	4	7,40
597	15	3	4	7,40
28	14	4	4	7,20
599	15	4	2	7,20
24	14	3	4	7,00
549	14	3	4	7,00
562	14	3	4	7,00
544	15	2	3	7,00
593	15	2	2	6,80
50	13	3	4	6,60
551	14	2	3	6,60
556	12	4	5	6,60
14	15	1	2	6,60
577	13	3	3	6,40
20	13	3	3	6,40
558	14	2	2	6,40
572	13	3	3	6,40
12	14	1	2	6,20
555	12	2	5	6,20
553	14	2	1	6,20
591	12	4	3	6,20
568	12	5	2	6,20
569	13	1	4	6,20
30	12	3	3	6,00
2	12	3	3	6,00
552	13	0	4	6,00
560	13	2	2	6,00
595	13	2	2	6,00
571	13	0	3	5,80
565	13	2	1	5,80
575	12	2	3	5,80
570	12	2	3	5,80
563	11	2	4	5,60
559	11	2	4	5,60
578	11	4	2	5,60
564	11	2	4	5,60
574	12	1	3	5,60
550	11	1	5	5,60
548	12	1	3	5,60
6	10	3	4	5,40
567	11	1	4	5,40
22	11	1	4	5,40
554	10	3	4	5,40
4	10	3	3	5,20
573	11	1	3	5,20
566	10	2	4	5,20
16	10	1	4	5,00
576	10	2	3	5,00

557	9	2	4	4,80
561	9	3	2	4,60
18	9	1	4	4,60
543	9	2	2	4,40
8	9	0	3	4,20
10	8	0	2	3,60

EXTRATOS CONTRATOS MÊS OUTUBRO 2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ALCIDES LUIZ SANTIN - ME

CNPJ: 00.330.105/0001-09

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 3/2013

Número do Processo: 12/2013

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 355/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014

Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 2,63

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

CNPJ: 84.583.954/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 73/2014

Número do Processo: 148/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 356/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS E DE COMUNICAÇÃO VISUAL (BANNERS, FAIXAS, ADESIVOS) PARA A SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PARA UTILIZAÇÃO DO COMAD NO II FLICAM.

Data da Assinatura: 01/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014

Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 700,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
CNPJ: 20.337.740/0001-25
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 73/2014 **Número do Processo:** 148/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 357/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS E DE COMUNICAÇÃO VISUAL (BANNERS, FAIXAS, ADESIVOS) PARA A SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PARA UTILIZAÇÃO DO COMAD NO II FLICAM.

Data da Assinatura: 01/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014
Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.840,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Contratado: VANDERLEI CLIMACO VARELA - ME
CNPJ: 14.425.361/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 73/2014 **Número do Processo:** 148/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 358/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS E DE COMUNICAÇÃO VISUAL (BANNERS, FAIXAS, ADESIVOS) PARA A SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PARA UTILIZAÇÃO DO COMAD NO II FLICAM.

Data da Assinatura: 01/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014
Vigência: 01/10/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.066,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Outubro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOAQUIM CELIO MENA BARRETO BARRETO TRANSPORTES**CNPJ:** 11.876.519/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 359/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica suprimido 11 Km, passando de 85,8 Km para 74,8 Km na linha 35, com o seguinte percurso: transporte escolar para a EI São Simão, Fazenda Biro Granzotto, Bahia, Panho, percorrendo São Francisco com alunos da Itinerante, residência do Sr. Jango Maciel e Domingos Pinto e Chico Maciel, até a residência do Sr. Celso de Souza, portão do condomínio, Encruzilhada do Sr. Pasquali, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares. O transportador não irá mais na propriedade de Biro

Data da Assinatura: 01/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/10/2014**Vigência:** 01/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 360/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 4 Km, passando de 121 km para 125 Km. Este aditivo se deu devido a entrada da aluna Larissa Aparecida Himmer, aumentando a quilometragem na linha 1, que percorre a comunidade de São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Pestana, Assentamento Enercan, Sr. Ezidro Manfroi para o Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Henrique Rupp, EEB Paulo Blasi e Apae, no período matutino.

Data da Assinatura: 01/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/10/2014**Vigência:** 01/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MACHADO EVENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 08.235.842/0001-34**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 74/2014**Número do Processo:** 149/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 361/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA A SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS DIAS 06 A 10 DE OUTUBRO DE 2014, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 03/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/10/2014**Vigência:** 03/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** STANG & STANG LTDA**CNPJ:** 08.033.253/0023-89**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 362/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o município resolve aditar 1.800 litros de gasolina, para a frota desta secretaria, oque corresponde aproximadamente a 2,07% da quantidade de litros do contrato original nº 10/2014, item nº 01 do processo nº 01/2014, pregão nº 01/2014.**Data da Assinatura:** 06/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/10/2014**Vigência:** 06/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.806,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: LOJAS VOLPATO LTDA
CNPJ: 88.957.659/0052-21
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 22/2014 **Número do Processo:** 153/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 363/2014
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES (REFRIGERADOR E BATEDEIRA) PARA FUNCIONAMENTO DA CRECHE PE. ARMANDO DE COSTA, CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO V.

Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2014
Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.289,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Contratado: ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 85.131.860/0001-17
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 1/2012 **Número do Processo:** 3/2012 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 364/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 348/2013, para 30 de novembro de 2014, para: CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS COM PRAÇA PÚBLICA, NO LOTEAMENTO FAEDO, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. CONFORME ANEXOS. MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONVÊNIO 342.887-45/2010.

Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2014
Vigência: 14/10/2014 a 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** STANG & STANG LTDA**CNPJ:** 08.033.253/0023-89**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 365/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação da Secretaria de Obras e Urbanismo, o município resolve aditar 3.750 litros de gasolina, para a frota desta secretaria, o que corresponde aproximadamente a 25% da quantidade de litros do contrato original nº 10/2014, item nº 01 do processo nº 01/2014, pregão nº 01/2014.

Data da Assinatura: 23/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/10/2014**Vigência:** 23/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 08.25 15.451.0027 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.012,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 366/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 30 de dezembro de 2014, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 30/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MIGUEL - ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 135/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 367/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 331/2014, até 15 de dezembro de 2014, para conclusão da obra para construção de muro de 165,42 metros de extensão com 2,10 metros de altura, em bloco de concreto para fechamento do Cemitério Dom Daniel Hostin, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 15/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOAQUIM CELIO MENA BARRETO BARRETO TRANSPORTES**CNPJ:** 11.876.519/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 368/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km da linha 35.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ALDA VAGNER TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 08.546.257/0001-55**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2013**Número do Processo:** 27/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 369/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km da linha 1.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** ALDA VAGNER TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 08.546.257/0001-55**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 370/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos) por km, para R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), por km da linha 8.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/9

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FRANCHESCOLI SARTORI - ME**CNPJ:** 07.389.013/0001-43**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 87/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 372/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O município mediante solicitação da Secretaria de Obras, resolve aditar o valor de R\$ 1.297,00 (um mil, duzentos e noventa e sete reais) do contrato original nº 184/2014, referente serviço de chapeação e pintura com fornecimento de peças em máquinas e veículos da Secretaria de Obras.

Data da Assinatura: 30/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.297,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITACOES - (SC)

Licitação: (Ano: 2014/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: 164/2014)

Às 10:12:37 horas do dia 10/10/2014 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 164/2014 - 2014/112/2014 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:20:44:541	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 25.000,00
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 500,00
09/10/2014 17:45:14:904	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 500,00
10/10/2014 08:55:39:279	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 25.000,00
09/10/2014 16:45:04:003	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 25.000,00
09/10/2014 17:56:54:934	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 25.000,00
09/10/2014 14:14:53:287	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 25.000,00
09/10/2014 17:49:38:608	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 25.000,00
10/10/2014 08:17:25:395	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 25.000,00
09/10/2014 22:01:47:460	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 24.950,00
09/10/2014 15:45:41:019	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 24.850,00
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 25.000,00
09/10/2014 18:20:27:824	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 25.000,00
10/10/2014 08:42:26:992	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 25.000,00
10/10/2014 07:26:40:492	B S TEIXEIRA	R\$ 25.000,00
10/10/2014 08:37:22:635	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 25.000,00
09/10/2014 23:37:27:929	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 550,00
10/10/2014 08:34:00:343	D. SPONTAN LOPES - ME	R\$ 25.000,00
10/10/2014 07:47:04:608	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 25.000,00

Lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:20:44:541	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 27.500,00
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 550,00
09/10/2014 17:45:14:904	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 550,00
10/10/2014 08:55:39:279	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 27.500,00
09/10/2014 16:45:04:003	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 27.500,00
09/10/2014 17:56:54:934	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 27.500,00
09/10/2014 14:14:53:287	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 30.000,00
09/10/2014 17:49:38:608	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 27.500,00
10/10/2014 08:17:25:395	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 27.500,00
09/10/2014 15:45:41:019	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 45.900,00
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 27.500,00
09/10/2014 18:20:27:824	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 27.500,00
10/10/2014 08:42:26:992	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 27.500,00
10/10/2014 07:26:40:492	B S TEIXEIRA	R\$ 27.500,00
10/10/2014 08:37:22:635	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 27.500,00
09/10/2014 23:37:27:929	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 550,00
10/10/2014 08:34:00:343	D. SPONTAN LOPES - ME	R\$ 27.500,00
10/10/2014 07:47:04:608	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 27.500,00

Lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 14:14:53:287	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 20.000,00
09/10/2014 17:49:38:608	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 20.000,00
09/10/2014 14:12:32:496	DURALINE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 30.000,00
10/10/2014 08:42:26:992	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 20.000,00
09/10/2014 18:54:35:659	TROGON COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - EPP	R\$ 60.000,00
09/10/2014 23:37:27:929	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 2.000,00

Lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
-----------	------------	----------

07/11/2014

Página 2 de 52

10/10/2014 08:20:44:541	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 14.400,00
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 49.000,00
09/10/2014 17:45:14:904	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.200,00
09/10/2014 14:14:53:287	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 14.400,00
09/10/2014 17:49:38:608	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 14.400,00
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 14.400,00
10/10/2014 08:18:38:144	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 14.400,00
10/10/2014 08:37:22:635	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 14.400,00
09/10/2014 23:37:27:929	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 1.200,00
10/10/2014 07:47:04:608	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 14.400,00

Lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:20:44:541	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.600,00
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 120,00
10/10/2014 08:55:39:279	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.600,00
09/10/2014 16:45:04:003	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.600,00
09/10/2014 14:14:53:287	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 3.600,00
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.600,00
09/10/2014 18:13:53:067	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 3.600,00
09/10/2014 23:37:27:929	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 120,00
10/10/2014 07:47:04:608	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 4.500,00

Lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:22:23:094	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.600,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 490,00
10/10/2014 08:59:22:932	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.600,00
09/10/2014 15:56:13:621	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.600,00
09/10/2014 17:57:58:649	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 3.600,00
09/10/2014 18:22:24:441	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 3.600,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 145,00
10/10/2014 08:49:29:986	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 5.100,00

Lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO

PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:22:23:094	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 4.500,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 490,00
10/10/2014 08:59:22:932	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 4.500,00
09/10/2014 15:56:13:621	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 4.500,00
09/10/2014 17:57:58:649	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 4.500,00
09/10/2014 18:22:24:441	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 4.500,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00

Lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:22:23:094	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 7.500,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 150,00
09/10/2014 15:56:13:621	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 15.000,00
09/10/2014 17:53:47:906	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 7.500,00
09/10/2014 18:19:38:057	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 7.500,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00
10/10/2014 08:49:29:986	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 7.500,00

Lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:22:23:094	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.750,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 250,00
10/10/2014 08:59:22:932	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.750,00
09/10/2014 15:56:13:621	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.750,00
09/10/2014 17:57:58:649	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 3.750,00
09/10/2014 17:53:47:906	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 3.750,00
09/10/2014 22:08:25:593	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 12.450,00
09/10/2014 15:42:37:524	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 3.697,50
09/10/2014 18:19:38:057	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.750,00
09/10/2014 18:22:26:545	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 3.750,00

10/10/2014 08:11:59:528	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 3.750,00
10/10/2014 08:45:39:685	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 3.750,00
10/10/2014 07:27:41:561	B S TEIXEIRA	R\$ 3.750,00
10/10/2014 08:56:14:834	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 3.750,00
09/10/2014 18:22:24:441	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 3.750,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 249,00
10/10/2014 08:49:29:986	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 3.750,00

Lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:22:23:094	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.000,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIEDOVSKI & SIEDOVSKI LTDA	R\$ 300,00
10/10/2014 08:59:22:932	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.000,00
09/10/2014 15:56:13:621	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.000,00
09/10/2014 17:57:58:649	C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELETRONICOS - ME	R\$ 3.000,00
09/10/2014 17:53:47:906	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 3.000,00
09/10/2014 15:42:37:524	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 2.992,00
09/10/2014 18:22:26:545	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 3.000,00
10/10/2014 08:45:39:685	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 3.000,00
10/10/2014 07:27:41:561	B S TEIXEIRA	R\$ 3.000,00
10/10/2014 08:56:14:834	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 3.000,00
09/10/2014 18:22:24:441	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 3.000,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 298,90
10/10/2014 08:49:29:986	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 3.000,00

Lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:34:27:735	SIEDOVSKI & SIEDOVSKI LTDA	R\$ 180,00
09/10/2014 18:21:42:195	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.800,00
09/10/2014 23:41:24:436	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 180,00

Lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E

MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:23:10:136	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 1.500,00
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 300,00
09/10/2014 16:04:50:706	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.500,00
09/10/2014 17:58:34:083	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 1.500,00
09/10/2014 17:56:26:121	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.500,00
09/10/2014 18:23:04:522	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 1.500,00
10/10/2014 08:19:36:477	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 1.500,00
10/10/2014 08:46:54:349	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 1.500,00
10/10/2014 07:29:07:474	B S TEIXEIRA	R\$ 1.500,00
10/10/2014 08:55:15:936	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 1.500,00
09/10/2014 18:24:52:687	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 1.500,00
09/10/2014 23:41:24:436	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 298,99
10/10/2014 07:59:13:396	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.500,00

Lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00
09/10/2014 16:04:50:706	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
09/10/2014 17:56:26:121	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.250,00
10/10/2014 08:18:05:545	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 1.250,00
09/10/2014 18:21:42:195	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
10/10/2014 07:59:13:396	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.250,00

Lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00
09/10/2014 16:04:50:706	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
09/10/2014 17:56:26:121	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.250,00
10/10/2014 08:18:05:545	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 1.250,00
09/10/2014 18:21:42:195	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
10/10/2014 07:59:13:396	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.250,00

Lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00
09/10/2014 16:04:50:706	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
09/10/2014 17:56:26:121	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.250,00
10/10/2014 08:18:05:545	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 1.250,00
09/10/2014 18:21:42:195	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
07/10/2014 15:09:06:427	MOISES HAMERSKI	R\$ 1.250,00
10/10/2014 07:59:13:396	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.250,00

Lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:37:05:787	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00
09/10/2014 16:10:25:446	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
09/10/2014 17:59:00:388	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.250,00
10/10/2014 08:19:13:877	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 1.250,00
09/10/2014 18:24:20:990	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.250,00
07/10/2014 15:11:38:473	MOISES HAMERSKI	R\$ 1.250,00
10/10/2014 08:03:36:016	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.250,00

Lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 16:10:25:446	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 2.500,00
09/10/2014 18:24:20:990	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.900,00
10/10/2014 08:03:36:016	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 3.000,00

Lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:23:57:504	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.400,00

07/11/2014

Página 7 de 52

09/10/2014 16:10:25:446

	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.400,00
09/10/2014 17:59:00:388	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 3.400,00
09/10/2014 18:24:45:382	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 3.400,00
10/10/2014 07:31:08:152	B S TEIXEIRA	R\$ 3.400,00
10/10/2014 08:03:36:016	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 4.600,00

Lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:23:57:504	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 8.000,00
09/10/2014 17:37:05:787	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 400,00
09/10/2014 16:10:25:446	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 8.000,00
09/10/2014 17:59:20:620	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 8.000,00
09/10/2014 17:59:00:388	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 8.000,00
09/10/2014 18:24:20:990	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 8.000,00
07/10/2014 15:11:38:473	MOISES HAMERSKI	R\$ 8.000,00
09/10/2014 18:24:45:382	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 8.000,00
10/10/2014 07:31:08:152	B S TEIXEIRA	R\$ 8.000,00
09/10/2014 23:43:06:238	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 398,00
10/10/2014 08:03:36:016	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 8.000,00

Lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:38:08:629	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:24:20:990	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 125,00
10/10/2014 08:03:36:016	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 125,00

Lote (21) - PROJETO MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:38:36:362	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.500,00
09/10/2014 17:46:25:739	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 3.155,00
09/10/2014 18:00:40:679	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 12.500,00
09/10/2014 15:43:18:276	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 23.690,00
09/10/2014 15:47:01:760	ACQUA LIFE COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 12.500,00

07/11/2014

Página 8 de 52

10/10/2014 08:01:47:912	DF PROJETOES	R\$ 50.000,00
09/10/2014 18:29:56:441	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 12.500,00
09/10/2014 23:44:39:215	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 2.500,00
10/10/2014 08:59:21:457	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 15.000,00

Lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:39:33:767	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:27:07:085	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 700,00

Lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:43:03:491	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 250,00
10/10/2014 08:39:33:767	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:27:07:085	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 250,00
08/10/2014 11:38:35:891	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 500,00
10/10/2014 08:59:21:457	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 250,00

Lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:43:03:491	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 150,00
09/10/2014 16:25:33:980	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 150,00
10/10/2014 08:39:33:767	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:27:07:085	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 150,00
08/10/2014 11:38:35:891	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 500,00
10/10/2014 08:59:21:457	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 150,00

Lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:43:03:491	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 700,00

07/11/2014

Página 9 de 52

09/10/2014 16:25:33:980

	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 900,00
09/10/2014 18:01:15:741	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 700,00
09/10/2014 18:00:40:679	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 700,00
10/10/2014 08:39:33:767	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:27:07:085	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 700,00
09/10/2014 23:44:39:215	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00
10/10/2014 08:59:21:457	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 700,00

Lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:44:32:199	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 750,00
09/10/2014 16:13:46:373	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 750,00
09/10/2014 18:02:25:033	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 750,00
09/10/2014 18:02:25:448	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 750,00
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 750,00
10/10/2014 08:26:36:522	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 750,00
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00
10/10/2014 08:41:54:697	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 750,00

Lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:37:58:319	COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MAQUINAS	R\$ 6.380,00
09/10/2014 17:02:27:445	CALCULADORAS COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA	R\$ 20.000,00
09/10/2014 20:27:39:676	ME SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-ME	R\$ 5.500,00
09/10/2014 18:02:25:448	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 5.500,00
10/10/2014 08:21:36:376	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 5.500,00
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 5.500,00
10/10/2014 08:26:36:522	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 5.500,00
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 550,00
10/10/2014 08:41:54:697	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 5.500,00

Lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

07/11/2014

Página 10 de 52

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:37:58:319	COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MAQUINAS CALCULADORAS	R\$ 11.760,00
09/10/2014 17:46:05:504	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 4.900,00
09/10/2014 17:02:27:445	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA ME	R\$ 30.000,00
09/10/2014 20:27:39:676	SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-ME	R\$ 11.000,00
09/10/2014 18:02:25:448	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 11.000,00
10/10/2014 08:21:36:376	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 11.000,00
09/10/2014 22:29:33:678	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 10.500,00
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 11.000,00
07/10/2014 15:13:16:574	MOISES HAMERSKI	R\$ 11.000,00
09/10/2014 18:26:02:662	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 11.000,00
10/10/2014 08:26:36:522	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 11.000,00
10/10/2014 08:49:56:878	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 11.000,00
10/10/2014 07:31:55:929	B S TEIXEIRA	R\$ 11.000,00
09/10/2014 19:00:19:472	TROGON COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - EPP	R\$ 15.000,00
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 1.100,00
10/10/2014 08:41:54:697	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 11.000,00

Lote (29) - COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$120.000,00, SENDO R\$2.400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/10/2014 08:24:54:932	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 120.000,00
09/10/2014 17:46:05:504	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.400,00
09/10/2014 17:47:48:147	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 3.700,00
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 120.000,00
10/10/2014 08:49:56:878	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 120.000,00
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 2.400,00

Lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:44:32:199	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 270,00
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 270,00

Lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO

CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 4.900,00
09/10/2014 17:49:19:430	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.900,00
10/10/2014 08:50:26:861	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.800,00
09/10/2014 15:47:55:698	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 3.760,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 10.000,00
09/10/2014 18:39:39:187	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.800,00
10/10/2014 08:16:29:145	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 3.800,00
10/10/2014 08:00:15:741	DF PROJETORES	R\$ 15.000,00
10/10/2014 08:56:54:758	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 4.000,00

Lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:45:48:455	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 3.000,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 29.000,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 10.000,00
09/10/2014 18:39:39:187	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.000,00
08/10/2014 11:43:45:925	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 5.000,00

Lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/10/2014 13:45:48:455	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.500,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 29.000,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:39:39:187	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.500,00
07/10/2014 15:14:22:920	MOISES HAMERSKI	R\$ 1.500,00
08/10/2014 11:43:45:925	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 5.000,00
10/10/2014 08:56:54:758	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.500,00

Lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
07/11/2014		Página 12 de 52

02/10/2014 13:45:48:455

	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 750,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 50,00
10/10/2014 08:50:26:861	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 600,00
09/10/2014 18:03:46:329	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 750,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:39:39:187	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 750,00
10/10/2014 08:16:29:145	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 750,00
09/10/2014 23:48:17:949	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 50,00
10/10/2014 08:56:54:758	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 750,00

Lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 140,00
10/10/2014 08:50:26:861	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 260,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00
09/10/2014 18:39:39:187	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 280,00
09/10/2014 23:48:17:949	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 140,00
10/10/2014 08:56:54:758	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 280,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:26:01:610	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 387,47
10/10/2014 10:50:00:234	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 407,99
10/10/2014 10:47:56:455	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 408,00
10/10/2014 10:30:30:551	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 427,00
10/10/2014 10:29:19:015	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 431,00
10/10/2014 10:34:59:793	B S TEIXEIRA	R\$ 441,00
10/10/2014 10:34:24:478	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 442,00
10/10/2014 10:32:57:991	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 445,00
10/10/2014 10:31:38:239	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 455,00
10/10/2014 10:29:16:165	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 462,00
10/10/2014 10:24:29:892	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 478,00
10/10/2014 10:24:27:949	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 479,80

07/11/2014

Página 13 de 52

10/10/2014 10:24:34:892 C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME

R\$ 479,99

10/10/2014 10:29:01:283

	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 481,00
10/10/2014 10:24:13:525	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 489,99
10/10/2014 10:15:43:094	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 492,00
09/10/2014 15:45:41:019	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 24.850,00
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 25.000,00
10/10/2014 08:34:00:343	D. SPONTAN LOPES - ME	R\$ 25.000,00

Lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:38:07:677	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 446,78
10/10/2014 10:37:51:704	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 446,87
10/10/2014 10:30:17:327	D. SPONTAN LOPES - ME	R\$ 480,98
10/10/2014 10:30:54:675	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 483,00
10/10/2014 10:30:51:563	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 490,00
10/10/2014 10:30:56:579	B S TEIXEIRA	R\$ 493,50
10/10/2014 10:30:28:754	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 506,95
10/10/2014 10:33:29:353	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 523,00
10/10/2014 10:26:19:628	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 528,29
10/10/2014 10:26:28:325	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 530,00
10/10/2014 10:24:27:412	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 532,99
10/10/2014 10:16:04:355	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 540,00
10/10/2014 10:18:06:439	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 549,99
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 550,00
10/10/2014 10:24:21:966	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 585,00
10/10/2014 10:27:26:796	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 24.000,00
10/10/2014 10:18:17:025	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 24.449,99
09/10/2014 18:17:47:830	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 27.500,00

Lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:44:24:942	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 1.774,00
10/10/2014 10:44:11:454	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.774,05
10/10/2014 10:33:44:878	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 1.800,00
10/10/2014 10:30:39:519	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 1.969,00
09/10/2014 14:12:32:496	DURALINE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 30.000,00

07/11/2014

Página 15 de 52

09/10/2014 18:54:35:659	TROGON COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - EPP	R\$ 60.000,00
-------------------------	---	---------------

Lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:41:27:322	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 748,00
10/10/2014 10:41:19:015	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 749,00
10/10/2014 10:31:33:101	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 890,00
10/10/2014 10:30:12:964	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.000,00
10/10/2014 10:29:55:913	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 1.030,00
10/10/2014 10:26:49:835	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.118,51
10/10/2014 10:26:47:266	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 1.178,00
10/10/2014 10:26:18:976	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1.181,99
10/10/2014 10:17:08:573	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 1.190,00
10/10/2014 10:28:36:464	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 4.900,00

Lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:35:22:656	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 44,00
10/10/2014 10:35:16:914	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 45,00
10/10/2014 10:33:47:930	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 76,00
10/10/2014 10:32:26:565	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 77,00
10/10/2014 10:31:51:838	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 78,00
10/10/2014 10:27:22:122	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 89,00
10/10/2014 10:36:56:404	ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA	R\$ 90,91
10/10/2014 10:26:48:137	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 115,00
09/10/2014 17:24:44:855	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 120,00

Lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:33:19:667	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 90,00
10/10/2014 10:29:39:073	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 96,00
10/10/2014 10:34:07:708	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 98,00

10/10/2014 10:32:46:903	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 99,00
10/10/2014 10:24:17:030	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 143,00
10/10/2014 10:18:59:509	C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELETRONICOS - ME	R\$ 144,00
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 490,00
10/10/2014 08:49:29:986	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 5.100,00

Lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:57:57:367	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 135,54
10/10/2014 10:57:42:600	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 135,60
10/10/2014 10:53:51:801	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 136,39
10/10/2014 10:34:24:787	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 138,90
10/10/2014 10:34:23:420	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 141,00
10/10/2014 10:25:59:715	C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELETRONICOS - ME	R\$ 149,99
09/10/2014 17:28:36:902	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 490,00

Lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:44:14:692	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 113,21
10/10/2014 10:43:33:580	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 113,22
10/10/2014 10:33:23:783	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 118,90
10/10/2014 10:31:25:624	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 120,00
10/10/2014 10:33:51:817	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 148,94
10/10/2014 10:25:43:693	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 149,50
10/10/2014 10:25:57:090	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 215,00

Lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:32:38:893	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 174,98
10/10/2014 10:31:44:330	B S TEIXEIRA	R\$ 176,00
10/10/2014 10:38:51:166	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 179,85
10/10/2014 10:37:52:630	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 179,86

10/10/2014 10:34:08:911	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 179,94
10/10/2014 10:35:01:682	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 187,00
10/10/2014 10:31:19:203	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 188,00
10/10/2014 10:30:16:116	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 189,00
10/10/2014 10:32:31:501	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 201,00
10/10/2014 10:32:21:301	C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELETRONICOS - ME	R\$ 208,00
10/10/2014 10:28:27:418	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 209,00
10/10/2014 10:27:58:369	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 213,99
10/10/2014 10:17:44:394	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETROELETRONICOS E	R\$ 247,00
10/10/2014 10:27:02:592	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 252,00
09/10/2014 15:42:37:524	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 3.697,50
09/10/2014 17:53:47:906	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 3.750,00
09/10/2014 18:19:38:057	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 3.750,00

Lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:30:28:591	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 234,00
10/10/2014 10:29:44:759	B S TEIXEIRA	R\$ 235,00
10/10/2014 10:29:01:651	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 240,00
10/10/2014 10:30:07:703	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 247,00
10/10/2014 10:28:34:020	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 248,99
10/10/2014 10:27:53:171	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 259,00
10/10/2014 10:26:46:011	C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELETRONICOS - ME	R\$ 288,99
10/10/2014 10:26:14:004	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 289,00
10/10/2014 10:27:22:560	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 292,00
10/10/2014 10:25:09:380	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 297,00
10/10/2014 10:27:15:619	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 298,00
09/10/2014 23:40:11:137	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETROELETRONICOS E	R\$ 298,90
09/10/2014 15:42:37:524	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 2.992,00
10/10/2014 08:59:22:932	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 3.000,00

Lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:59:11:841	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETROELETRONICOS E	R\$ 179,80

10/10/2014 10:57:58:251	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 179,98
09/10/2014 18:21:42:195	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.800,00

Lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:00:57:871	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 239,00
10/10/2014 11:00:46:213	B S TEIXEIRA	R\$ 239,80
10/10/2014 11:00:29:066	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 246,40
10/10/2014 10:59:56:497	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 246,90
10/10/2014 10:59:00:975	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 252,00
10/10/2014 10:57:40:705	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 268,00
10/10/2014 10:56:34:556	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 271,00
10/10/2014 10:52:22:357	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 277,00
10/10/2014 10:47:56:675	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 285,00
10/10/2014 10:47:35:831	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 296,98
10/10/2014 10:47:04:500	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 296,99
09/10/2014 17:56:26:121	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 1.500,00
10/10/2014 08:55:15:936	LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME	R\$ 1.500,00

Lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:02:37:198	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 13,50
10/10/2014 11:01:41:766	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 13,69
10/10/2014 10:53:58:738	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 14,00
10/10/2014 10:53:32:986	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 18,00
10/10/2014 10:53:12:857	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 19,99
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00

Lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:08:56:211	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 13,40
10/10/2014 11:08:32:843	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 13,49

10/10/2014 10:53:24:756	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 17,00
10/10/2014 10:52:56:625	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 19,00
10/10/2014 10:52:59:148	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 19,99
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00

Lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:57:25:114	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 6,90
10/10/2014 10:56:16:326	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 7,00
10/10/2014 10:54:16:070	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 10,00
10/10/2014 10:53:03:626	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 19,99
10/10/2014 10:54:44:401	MOISES HAMERSKI	R\$ 24,98
10/10/2014 10:48:11:725	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 24,99
09/10/2014 17:34:27:735	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00

Lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 10:57:31:490	RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M	R\$ 6,90
10/10/2014 10:56:55:984	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 7,00
10/10/2014 10:54:21:612	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 10,00
10/10/2014 10:53:08:339	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 19,99
10/10/2014 10:55:00:044	MOISES HAMERSKI	R\$ 24,97
10/10/2014 10:48:18:312	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 24,99
09/10/2014 17:37:05:787	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 25,00

Lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:06:59:842	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 103,27
10/10/2014 11:07:04:857	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 103,38
10/10/2014 11:00:48:339	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 140,00

Lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO

CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:13:50:153	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 157,00
10/10/2014 11:13:22:852	B S TEIXEIRA	R\$ 158,00
10/10/2014 11:08:19:524	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 164,00
10/10/2014 11:08:56:769	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 166,00
10/10/2014 11:10:28:099	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 205,00
09/10/2014 17:59:00:388	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 3.400,00

Lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:22:35:607	B S TEIXEIRA	R\$ 272,00
10/10/2014 11:22:22:792	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 274,00
10/10/2014 11:21:32:599	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 277,00
10/10/2014 11:21:25:709	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 317,99
10/10/2014 11:08:43:422	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 318,00
10/10/2014 11:07:44:238	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 330,00
10/10/2014 11:07:34:903	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 338,00
10/10/2014 11:07:04:007	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 339,00
10/10/2014 11:14:26:582	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 399,00
09/10/2014 17:37:05:787	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 400,00
10/10/2014 11:06:13:700	MOISES HAMERSKI	R\$ 450,00

Lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:25:14:427	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1,69
10/10/2014 11:24:49:380	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1,70
10/10/2014 11:19:40:942	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 2,29

Lote (21) - PROJETO MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
-----------	------------	-------

10/10/2014 11:19:04:526	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 2.365,00
10/10/2014 11:18:52:815	DF PROJETOES	R\$ 2.368,00
10/10/2014 11:18:54:634	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 2.375,00
10/10/2014 11:18:43:932	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 2.379,99
09/10/2014 17:38:36:362	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.500,00
10/10/2014 11:12:22:109	CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO	R\$ 2.680,00
10/10/2014 11:14:21:031	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 2.763,03
09/10/2014 15:47:01:760	ACQUA LIFE COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 12.500,00
09/10/2014 15:43:18:276	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 23.690,00

Lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
09/10/2014 18:27:07:085	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 700,00
10/10/2014 11:26:02:979	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 990,00

Lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:25:33:700	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 0,88
10/10/2014 11:25:16:359	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 0,89
10/10/2014 11:24:58:199	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 0,90
10/10/2014 11:21:25:253	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 3,90
10/10/2014 11:19:27:783	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 200,00

Lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:19:57:700	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 0,29
10/10/2014 11:19:35:537	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 0,30
10/10/2014 11:22:23:068	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 1,49
10/10/2014 11:18:29:975	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 100,00
10/10/2014 11:13:42:131	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 148,99
08/10/2014 11:38:35:891	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 500,00

Lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA

ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:29:59:781	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 50,00
10/10/2014 11:29:21:100	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 54,99
10/10/2014 11:25:06:796	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 58,97
10/10/2014 11:32:36:079	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 64,89
10/10/2014 11:27:14:303	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 64,90
10/10/2014 11:30:29:249	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 64,99
09/10/2014 23:44:39:215	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00
10/10/2014 11:21:00:355	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 660,00

Lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:34:28:014	LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 89,00
10/10/2014 11:33:20:157	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 100,00
10/10/2014 11:33:21:694	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 109,99
10/10/2014 11:30:54:258	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 110,00
10/10/2014 11:29:45:489	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 123,99
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 150,00
02/10/2014 13:44:32:199	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 750,00
09/10/2014 18:02:25:033	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 750,00

Lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:44:04:158	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 401,00
10/10/2014 11:42:37:034	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 404,99
10/10/2014 11:40:11:569	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 414,00
10/10/2014 11:38:48:059	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 425,99
10/10/2014 11:36:40:756	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 437,80
10/10/2014 11:34:58:839	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 460,00
10/10/2014 11:25:23:988	SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-ME	R\$ 5.000,00
10/10/2014 11:30:38:469	COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MAQUINAS CALCULADORAS	R\$ 5.640,00

09/10/2014 17:02:27:445	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA ME	R\$ 20.000,00
-------------------------	--	---------------

Lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 11:38:52:202	MAHATAN INFORMATICA LTDA ME	R\$ 693,40
10/10/2014 11:38:22:644	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 730,00
10/10/2014 11:37:23:715	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 744,00
10/10/2014 11:36:20:394	B S TEIXEIRA	R\$ 765,00
10/10/2014 11:35:58:628	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 779,00
10/10/2014 11:35:32:069	ALESSANDRA MILANI - ME	R\$ 788,00
10/10/2014 11:34:45:211	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 828,99
10/10/2014 11:40:49:566	MOISES HAMERSKI	R\$ 1.081,00
10/10/2014 11:40:25:359	TROGON COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - EPP	R\$ 1.082,00
09/10/2014 23:46:44:434	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 1.100,00
09/10/2014 17:46:05:504	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 4.900,00
10/10/2014 11:25:39:365	SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-ME	R\$ 10.000,00
09/10/2014 22:29:33:678	BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA	R\$ 10.500,00
10/10/2014 11:30:52:980	COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MAQUINAS CALCULADORAS	R\$ 10.820,00
09/10/2014 18:02:25:448	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP	R\$ 11.000,00
09/10/2014 17:02:27:445	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA ME	R\$ 30.000,00

Lote (29) - COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$120.000,00, SENDO R\$2.400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:05:31:316	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	R\$ 2.389,00
10/10/2014 14:05:21:141	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.389,99
10/10/2014 14:05:09:697	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 2.390,00
10/10/2014 13:58:40:114	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 2.397,00
10/10/2014 13:54:14:753	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 3.238,61
09/10/2014 18:37:04:404	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 120.000,00

Lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
07/11/2014		Página 24 de 52

10/10/2014 14:03:00:145	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 250,00
02/10/2014 13:44:32:199	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 270,00

Lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:23:29:196	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 1.380,00
10/10/2014 14:23:13:774	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 1.381,00
10/10/2014 14:18:30:889	R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	R\$ 1.420,00
10/10/2014 14:12:04:441	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1.430,00
10/10/2014 13:58:09:132	ZOOM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.758,75
10/10/2014 14:13:12:241	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 1.990,00
10/10/2014 13:44:01:990	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 2.000,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 4.900,00
10/10/2014 08:00:15:741	DF PROJETORES	R\$ 15.000,00

Lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:06:40:376	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 1,70
10/10/2014 14:06:25:020	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 1,79
02/10/2014 13:45:48:455	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 3.000,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 10.000,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 29.000,00

Lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:06:48:342	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 0,70
10/10/2014 14:06:31:543	RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME	R\$ 0,79
10/10/2014 14:04:15:095	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 1,38
10/10/2014 13:55:02:971	MOISES HAMERSKI	R\$ 1,49
10/10/2014 14:13:50:732	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 3,90
02/10/2014 13:45:48:455	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.500,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 29.000,00

Lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE

LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:21:21:797	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 31,00
10/10/2014 14:20:47:975	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 32,00
10/10/2014 14:12:03:405	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 34,99
10/10/2014 14:09:10:385	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 38,99
10/10/2014 14:17:56:395	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 49,86
10/10/2014 14:14:01:255	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 49,88
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 50,00
02/10/2014 13:45:48:455	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 750,00
09/10/2014 18:03:46:329	C. A. DE OLIVEIRA - ELETRONICOS - ME	R\$ 750,00

Lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
10/10/2014 14:07:58:101	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	R\$ 128,99
10/10/2014 14:07:49:389	WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	R\$ 129,00
09/10/2014 17:49:16:779	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 140,00
09/10/2014 23:48:17:949	INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E	R\$ 140,00
10/10/2014 08:50:26:861	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 260,00
10/10/2014 08:41:22:014	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA	R\$ 5.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 10/10/2014, às 10:53:44 horas, no lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:48:01 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:48:01 horas, no lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:22:54 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:22:54 horas, no lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:22:54 horas, no lote (1) - MONITOR LED DE 20 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$25.000,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA com o valor R\$ 387,47.

No dia 10/10/2014, às 10:45:49 horas, no lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:48:53 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:48:53 horas, no lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:23:24 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:23:24 horas, no lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA

NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:23:24 horas, no lote (2) - MONITOR LED DE 21,5 POLEGADAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$27.500,00, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP com o valor R\$ 446,78.

No dia 10/10/2014, às 10:45:41 horas, no lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:50:45 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:50:45 horas, no lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:23:50 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:23:50 horas, no lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:23:50 horas, no lote (3) - NOTEBOOK. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$20.000,00, SENDO R\$2.000,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E com o valor R\$ 1.774,00.

No dia 10/10/2014, às 10:45:35 horas, no lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000

24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:51:14 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:51:14 horas, no lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:24:19 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:24:19 horas, no lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:24:19 horas, no lote (4) - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$14.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME com o valor R\$ 748,00.

No dia 10/10/2014, às 10:44:56 horas, no lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 05/11/2014, às 10:06:33 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 05/11/2014, às 10:06:32 horas, no lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O ITEM DO

FORNECEDOR ATENDE ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 07/11/2014, às 07:40:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 07/11/2014, às 07:40:03 horas, no lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 07/11/2014, às 07:40:03 horas, no lote (5) - MEMORIA DDR1 - 1 Gb - 400 MHz PC3200. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO com o valor R\$ 44,00.

No dia 10/10/2014, às 10:54:29 horas, no lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 05/11/2014, às 10:08:30 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 05/11/2014, às 10:08:30 horas, no lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O ITEM DO FORNECEDOR ATENDE ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 07/11/2014, às 07:38:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 07/11/2014, às 07:38:21 horas, no lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 07/11/2014, às 07:38:21 horas, no lote (6) - MEMORIA DDR-2 - 2 Gb 667-MHZ

PC-5300. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.600,00, SENDO R\$120,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO com o valor R\$ 90,00.

No dia 10/10/2014, às 11:02:24 horas, no lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:53:09 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:53:09 horas, no lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:24:50 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:24:50 horas, no lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:24:50 horas, no lote (7) - MEMORIA DDR3 - 4 Gb 1333 Mhz PC3-10600. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$4.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 135,54.

No dia 10/10/2014, às 10:45:04 horas, no lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:53:43 horas, a situação do

lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:53:43 horas, no lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:27:46 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:27:46 horas, no lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:27:46 horas, no lote (8) - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$7.500,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA com o valor R\$ 113,21.

No dia 10/10/2014, às 10:46:54 horas, no lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 05/11/2014, às 09:53:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 05/11/2014, às 09:53:27 horas, no lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 07/11/2014, às 07:39:05 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 07/11/2014, às 07:39:05 horas, no lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR

6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 07/11/2014, às 07:39:05 horas, no lote (9) - HD SATA 3 500 GB OU SUPERIOR 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.750,00, SENDO R\$250,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA com o valor R\$ 174,98.

No dia 10/10/2014, às 10:31:42 horas, no lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:54:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:54:36 horas, no lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:28:39 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:28:39 horas, no lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:28:39 horas, no lote (10) - HD SATA 3 1 TB OU SUPERIOR - 6

GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 234,00.

No dia 10/10/2014, às 11:28:14 horas, no lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:55:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:55:49 horas, no lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:31:13 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:31:13 horas, no lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:31:13 horas, no lote (11) - HD IDE 160 GB OU SUPERIOR 7.200 RPM, COM CABO IDE INCLUSO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.800,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E com o valor R\$ 179,80.

No dia 10/10/2014, às 11:02:49 horas, no lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A

LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:56:22 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:56:22 horas, no lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:33:20 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:33:20 horas, no lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:33:20 horas, no lote (12) - HD EXTERNO DE 1 TB - USB 3.0. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME com o valor R\$ 239,00.

No dia 10/10/2014, às 11:08:18 horas, no lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:57:16 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:57:16 horas, no lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:35:33 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:35:33 horas, no lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:35:33 horas, no lote (13) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M com o valor R\$ 13,50.

No dia 10/10/2014, às 11:10:57 horas, no lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:57:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:57:44 horas, no lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:37:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:37:36 horas, no lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:37:36 horas, no lote (14) - TECLADO PADRÃO ABNT-2 USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA

NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M com o valor R\$ 13,40.

No dia 10/10/2014, às 11:19:35 horas, no lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:58:08 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:58:08 horas, no lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:38:31 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:38:31 horas, no lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:38:31 horas, no lote (15) - MOUSE OPTICO PS2, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M com o valor R\$ 6,90.

No dia 10/10/2014, às 11:10:30 horas, no lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:58:31 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:58:31 horas, no lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:39:33 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:39:33 horas, no lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:39:33 horas, no lote (16) - MOUSE OPTICO USB, NA COR PRETA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.250,00, SENDO R\$25,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - M com o valor R\$ 6,90.

No dia 10/10/2014, às 11:08:08 horas, no lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:59:15 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:59:15 horas, no lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:40:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:40:44 horas, no lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A

LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:40:44 horas, no lote (17) - ESTABILIZADOR BIVOLT 500VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.900,00, SENDO R\$95,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 103,27.

No dia 10/10/2014, às 11:20:53 horas, no lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 15:59:52 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 15:59:52 horas, no lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:42:12 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:42:12 horas, no lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:42:12 horas, no lote (18) - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.400,00, SENDO R\$170,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 157,00.

No dia 10/10/2014, às 11:42:51 horas, no lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:00:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:00:21 horas, no lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:43:28 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:43:28 horas, no lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:43:28 horas, no lote (19) - NO-BREAK 1 KVA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$8.000,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa B S TEIXEIRA com o valor R\$ 272,00.

No dia 10/10/2014, às 11:40:23 horas, no lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:07:04 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:07:04 horas, no lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME

EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:44:20 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:44:20 horas, no lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:44:20 horas, no lote (20) - PILHA MODELO CR-2032 LITIO PARA PLACA-MÃE DE COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$125,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA com o valor R\$ 1,69.

No dia 10/10/2014, às 11:21:06 horas, no lote (21) - PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:02:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:02:10 horas, no lote (21) - PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:47:16 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:47:16 horas, no lote (21) - PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:47:16 horas, no lote (21) - PROJETOR MULTIMÍDIA (DATA SHOW). O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$12.500,00, SENDO

R\$2.500,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E com o valor R\$ 2.365,00.

No dia 10/10/2014, às 11:42:46 horas, no lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:41:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:41:04 horas, no lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: O coordenador - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor: WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME. No dia 29/10/2014, às 16:42:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - nenhum fornecedor foi declarado vencedor.

No dia 10/10/2014, às 11:28:54 horas, no lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:09:39 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:09:39 horas, no lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:48:08 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:48:08 horas, no lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:48:08 horas, no lote (23) - CONECTOR RJ-45 CAT 6 MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$250,00, SENDO R\$2,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA com o valor R\$ 0,88.

No dia 10/10/2014, às 11:32:08 horas, no lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:03:22 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:03:22 horas, no lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 10:49:26 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 10:49:26 horas, no lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 10:49:26 horas, no lote (24) - CONECTOR RJ-45 CAT 5e MACHO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$150,00, SENDO R\$1,50 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A

LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 0,29.

No dia 10/10/2014, às 11:42:36 horas, no lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:04:34 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:04:34 horas, no lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:01:39 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:01:39 horas, no lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:01:39 horas, no lote (25) - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 50,00.

No dia 10/10/2014, às 11:40:17 horas, no lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:03:45 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:03:45 horas, no lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:02:56 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:02:56 horas, no lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:02:56 horas, no lote (26) - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 89,00.

No dia 10/10/2014, às 11:53:12 horas, no lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:10:43 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:10:43 horas, no lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:04:33 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:04:33 horas, no lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA

NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:04:33 horas, no lote (27) - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$5.500, SENDO R\$550,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP com o valor R\$ 401,00.

No dia 10/10/2014, às 11:43:10 horas, no lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:11:46 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:11:46 horas, no lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:05:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:05:43 horas, no lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:05:43 horas, no lote (28) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$11.000,00, SENDO R\$1.100,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MAHATAN INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 693,40.

No dia 10/10/2014, às 14:10:10 horas, no lote (29) - COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$120.000,00, SENDO R\$2.400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:44:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:44:36 horas, no lote (29) - COMPUTADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$120.000,00, SENDO R\$2.400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: cancelado. O motivo da alteração foi o seguinte: ESPECIFICAÇÕES NÃO DEFINEM ADEQUADAMENTE O PRODUTO A SER ENTREGUE.

No dia 10/10/2014, às 14:30:51 horas, no lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:05:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:05:49 horas, no lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:06:43 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:06:43 horas, no lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:06:43 horas, no lote (30) - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 e CAT 6 com DECAPADOR. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$270,00, SENDO R\$270,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa

WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 250,00.

No dia 10/10/2014, às 14:30:33 horas, no lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:14:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:14:10 horas, no lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:08:04 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:08:04 horas, no lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:08:04 horas, no lote (31) - IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.800,00, SENDO R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA com o valor R\$ 1.380,00.

No dia 10/10/2014, às 14:10:00 horas, no lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:14:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:14:27 horas, no lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE

R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:09:01 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:09:01 horas, no lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:09:01 horas, no lote (32) - CABO REDE CAT 6 PAR TRANÇADO GIGALAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$3.000,00, SENDO R\$3,00 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 1,70.

No dia 10/10/2014, às 14:30:27 horas, no lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:14:45 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:14:45 horas, no lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:09:39 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:09:39 horas, no lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE

MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:09:39 horas, no lote (33) - CABO REDE CAT 5E PAR TRANÇADO MULTILAN . O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$1.500,00, SENDO R\$1,50 O VALOR DO METRO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 0,70.

No dia 10/10/2014, às 14:30:55 horas, no lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:15:05 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:15:05 horas, no lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:10:23 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:10:23 horas, no lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:10:23 horas, no lote (34) - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$750,00, SENDO R\$50,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA com o valor R\$ 31,00.

No dia 10/10/2014, às 14:14:48 horas, no lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ

INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/10/2014, às 16:15:34 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/10/2014, às 16:15:34 horas, no lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 31/10/2014, às 11:11:07 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 31/10/2014, às 11:11:07 horas, no lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 31/10/2014, às 11:11:07 horas, no lote (35) - GRAVADOR DE DVD EXTERNO. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$280,00, SENDO R\$140,00 O VALOR DO ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA com o valor R\$ 128,99.

No dia 29/10/2014, às 16:41:03 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME, no lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. O motivo da desclassificação foi: PREÇO INEXEQUÍVEL.

No dia 29/10/2014, às 16:42:44 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA, no lote (22) - KVM SWITCH USB 8 PORTAS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$700,00, SENDO R\$350,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA E MODELO DO ITEM. O motivo da desclassificação foi: SOLICITAÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO PELO PREÇO SER INEXEQUÍVEL.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Pregoeiro da disputa

DIOGO CARLOS SEIDEL

Autoridade Competente

FRANCIELE TISCHLER

Membro Equipe Apoio

Proponentes:

13.950.339/0001-09 ACQUA LIFE COMERCIAL LTDA - EPP
11.546.904/0001-33 ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA
79.053.468/0001-02 ALESSANDRA MILANI - ME
09.274.783/0001-76 ARY FREITAS PEREIRA I NET INFORMATICA
14.997.983/0001-97 B S TEIXEIRA
11.195.926/0001-04 BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA
07.423.207/0001-18 C. A. DE OLIVEIRA - ELETROELECTRONICOS - ME
04.762.679/0001-07 CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFO
05.488.204/0001-37 COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA ME
87.138.145/0001-31 COMERCIAL PORTO ALEGRENSE DE MAQUINAS CALCULADORAS
05.055.328/0001-29 CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP
09.116.900/0001-73 D. SPONTAN LOPES - ME
15.675.029/0001-40 DF PROJETORES
05.690.638/0001-15 DURALINE INFORMATICA LTDA ME
85.240.869/0001-66 ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
20.081.724/0001-14 IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA
68.514.900/0001-90 INFODATAS COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETROELECTRONICOS E
07.055.987/0001-90 INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA
07.109.099/0001-03 LEXOS - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME
16.628.132/0001-00 LICITEC TECNOLOGIA LTDA - ME
12.477.490/0001-09 LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP
12.162.386/0001-17 LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME
85.386.753/0001-30 MAHATAN INFORMATICA LTDA ME
08.833.982/0001-04 MOISES HAMERSKI
01.115.345/0001-53 MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA
12.286.341/0001-54 R.M.S. COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELECTRONICOS LTDA - EPP
19.571.002/0001-69 RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME
12.076.573/0001-88 RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETROELECTRONICOS LTDA - M
08.784.976/0001-04 SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA-ME
03.874.953/0001-77 SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA
18.563.457/0001-70 TROGON COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI - EPP

13.195.832/0001-52 WORK VIX COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME
06.105.781/0001-65 ZOOM TECNOLOGIA LTDA

PORTARIA Nº 160/2014

PORTARIA Nº. 160/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº5.241/2013;
CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;
CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença prêmio;
CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

1.1 - PATRÍCIA APARECIDA SOARES FRAGOSO, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, desdobramento de turma.

1.2 - ADRIANE CLÁUDIA MÁRCIA BARTNICK DE CARVALHO, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade no período de 12/03/2014 a 01/04/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Wesolovski Demikovski, a qual está em licença prêmio.

1.3 - TEREZINHA APARECIDA GROSCOPP, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade no período de 12/03/2014 a 01/04/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Wesolovski Demikovski, a qual está em licença prêmio.

2. CEI CECÍLIA MEIRELES

2.1 - MARCELA TAVARES DE CAMARGO, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Cecília Meireles no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada Marli de Fátima Gomes, a qual está em lotação temporária no CEI Rodolfo Linzmeier.

3. CEI EMÍLIA FERRERO

3.1 - ELIETE NERES DE MEIRA BARBOSA, Monitora de Educação Infantil 30 horas semanais, para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 12/03/2014 a 03/04/2014. Considerando vaga vinculada da Marcia Goral, a qual está em férias.

3.2 - DIRCE MARIA CHUPEL REGODZINSKI, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 12/03/2014 a 17/08/2014. Considerando vaga da Monitora de Educação Especial Marcia Regina Rodrigues, a qual está em licença maternidade.

4. CEI FERNANDO PESSOA

4.1 - MARILENE MOREIRA SOARES, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Fernando Pessoa no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da servente Elaine Lucia de Paula, a qual está à disposição no Programa Espaço Crescer.

5. CEI LANDI AMA NEPPEL

5.1 - TATIANE ZIENTARA DE LIMA, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Landi Ama Neppel no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao concurso público, aguardando a efetivação, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento.

5.2 - SIMONE DA SILVA QUADROS, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Landi Ama Neppel no período de 12/03/2014 a 05/05/2014. Considerando vaga vinculada da servente Sueli Rodrigues, a qual está em Licença Prêmio.

6. CEI MÁRIO EDSON DE AGUIAR JUNIOR

6.1 - MARELI LEITE, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da servente Rosângela Aparecida Padilha, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares.

6.2 - LEONI NOGUEIRA, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da servente Jane da Silva Laatsch Slugowski, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares.

7. CEI NATHAN ZUGMANN

7.1 - MATILDE TERESINHA DE MÊLO, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Nathan Zugmann no período de 12/03/2014 a 30/04/2014. Considerando vaga vinculada da servente Solange Aparecida Steklain de Oliveira, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares.

8. CEI PEDRO BANDEIRA

8.1 - ROSEMERI LEMOS LESSA, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Pedro Bandeira no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Brey Kuchnir, a qual está em processo de readaptação.

8.2 - ROSANA TEREZINHA PAULO BURGARDT, Monitora de Educação Infantil 30 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Bandeira no período de 12/03/2014 a 04/04/2014. Considerando vaga vinculada da Viviane Renata Soares Fragoso, a qual está em férias.

9. CEI JACOB BERNARD FUCK JÚNIOR

9.1 - ANA CAMILA MACHADO MASSANEIRO OSSOWSKI, professora de Educação Física MAG II 20 horas semanais, 15% de regência para atuar no CEI Jacob Bernard Fuck Júnior e CEI Vinicius de Moraes no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando 10 horas do CEI Jacob Bernard Fuck Júnior vaga vinculada da professora Josiane Carolina da Silva a qual está em lotação temporária na EBM Maria Izabel de Lima Cubas e 10 horas no CEI Vinicius de Moraes vaga excedente desdobramento de turma.

10. PÓLO DA UFSC

10.1 - ANA RITA DA ROCHA SCHINDLER, servente feminino 40 horas para atuar no Pólo da UFSC Universidade Federal de Santa Catarina no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, em conformidade com convênio celebrado entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Prefeitura do Município de Canoinhas.

11. EBM ALBERTO WARDENSKI

11.1 - GISLENE APARECIDA LORENA, servente feminino 40 horas

para atuar na EBM Alberto Wardenski no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

11.2 - FLÁVIA NATANA GUESSER, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

12. EBM BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO

12.1 - ZENEIDE APARECIDA CARVALHO DO PRADO WOLF, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas semanais, 25% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 12/03/2014 a 09/08/2014. Considerando vaga da professora contratada Márcia Bernadete Suchecke, a qual está em licença maternidade.

12.2 - ANA CAROLINA CRESTANI, professora de Ciências MAG I 20 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao concurso público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento.

12.3 - ERICA DA SILVA IDALENCIO, professora de Língua Portuguesa MAG I 20 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao concurso público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento.

12.4 - ERICA DA SILVA IDALENCIO, professora de Língua Portuguesa MAG I 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada do professor Danival de Oliveira, o qual está a disposição na EBM Alberto Wardenski.

12.5 - JAINE APARECIDA CORRÊA DE PAULA, professora de Inglês MAG I 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, não podendo ocorrer a efetivação pelo reduzido número de aulas.

13. EBM EVALDO DRANKA

13.1 - JACIEL SOARES DE LIMA, professor de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento.

13.2 - FRANCIELI VIEIRA, professora de Educação Física MAG II 20 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Josiane Carolina da Silva a qual está em lotação temporária na EBM Maria Izabel de Lima Cubas.

14. EBM GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA

14.1 - DEBORA ANTÔNIA FREITAS KLUSKA, servente feminino 40 horas para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

15. EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS

15.1 - ARCILENE CLARICE BIGAS REICHARDT, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Maria Izabel de Cubas no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento.

15.2 - RAQUEL APARECIDA PINTO BOCKOR, professora de Ensino Religioso MAG II 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 12/03/2014 a 09/08/2014. Considerando vaga vinculada da professora Jussara Ribas Pinto, a qual está em Licença Maternidade.

15.3 - ANGELA MARIA PONTAROLO HACKER, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

15.4 - SOLANGE HENNING, servente feminino 40 horas para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

16. EBM MARIA LOVATEL PIRES

16.1 - EMMANUELLE FROHNER PAMFIL, professora de Ciências MAG II 10 horas semanais, 09 aulas ministradas e 01 aula excedente, 15% de regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 12/03/2014 a 31/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Lucimara de Paula Cordeiro, a qual está em licença prêmio.

16.2 - UADIA DE FÁTIMA SCHAFASCHEK, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 12/03/2014 a 31/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Mara Rubia Pereira do Vale Selenko, a qual está em licença prêmio.

17. EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

17.1 - WILLIAN CORDEIRO DE SOUZA, professor de Educação Física MAG II 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente, desdobramento de turma.

17.2 - RAQUEL APARECIDA PINTO BOCKOR, professora de Ensino Religioso MAG II 30 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Severo de Andrade no período de 12/03/2014 a 09/08/2014. Considerando vaga vinculada da professora Jussara Ribas Pinto, a qual está em Licença Maternidade.

17.3 - ALICE DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS, professora de Geografia MAG I 20 horas semanais, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 12/03/2014 a 04/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Teresinha Hoeckesfeld Woitexen, a qual está em licença tratamento de saúde.

18. GEM FREI FABIANO GADZINSKI

18.1 - SARAÍ STEIN, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de

Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

19. GEM MENINO JESUS

19.1 - JOCIMARA CARNEIRO TICHEVSKI, servente feminino 40 horas para atuar no GEM Menino Jesus no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada Marcela Aparecida Alves, a disposição no CEI Rodolfo Linzmeier.

19.2 - ANDRÉA RUBEL, Ensino Médio para exercer a função de Técnico Agrícola, com carga horária de 20 horas, sem regência, para atuar no GEM Menino Jesus da Rede Municipal de Ensino, no período de 12/03/2014 a 19/12/2014. Em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Técnicos Agrícolas - Edital 005/2013/SME de 19/11/2013, para exercer suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, faz-se necessário à contratação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 112/2014

CONTRATADO: INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 3.225,00 (três mil duzentos e vinte e cinco reais)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
CONTRATADO: ZOOM TECNOLOGIA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 19.373,50 (dezenove mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
CONTRATADO: BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 2.624,70 (dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
CONTRATADO: B.S. TEIXEIRA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 5.440,00 (cinco mil quatrocentos e quarenta reais)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
CONTRATADO: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 26.349,00 (vinte e seis mil trezentos e quarenta e nove reais)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
CONTRATADO: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 10.171,00 (dez mil cento e setenta e um reais)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

CONTRATADO: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 6.090,98 (seis mil e noventa reais e noventa e oito centavos)
DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito
E.e..

 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
 CONTRATADO: INFODATAS COM. DE PROD. ELETRO ELETRÔNICOS E SERV.
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 31.363,00 (trinta e um mil trezentos e sessenta e três reais)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
 CONTRATADO: MAHATAN INFORMÁTICA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
 CONTRATADO: LEXOS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 12.085,60 (doze mil e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
 CONTRATADO: RMD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 2.035,00 (dois mil e trinta e cinco reais)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

 CONTRATADO: WORK VIX COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/14
 CONTRATADO: CAWI-TEC COM. E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA
 CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais)
 DATA: 07/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 138/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 138/2014
 MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2014
 PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 86/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 138/2014. Data de assinatura: 30/10/2014. Contratada: HIDROMAQ VEDAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 04.552.976/0001-28. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NA RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB90 LB110. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 8.385,55 (oito mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos). Vigência: 30/10/2014 à 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
 Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº FME 02/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º FME 02/2014

ALTERAÇÃO DO EDITAL

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS - ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.914.543/0001-02, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA - PESSOAS FÍSICAS. Número de jogos, modalidades e valores, conforme o descrito na tabela:

Demonstrativo de modalidades e numero de jogos previstos para o ano de 2.014

MODALIDADE	Nº DE JOGOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Basquete	23	R\$ 57,50	R\$ 1.840,00
Futsal	78	R\$ 57,50	R\$ 6.240,00
Voleibol	26	R\$ 57,50	R\$ 2.080,00
Handebol	17	R\$ 57,50	R\$ 1.360,00
Futebol Sintético	51	R\$ 57,50	R\$ 2.933,0
Bocha	32	R\$ 11,50	R\$ 368,00

Vôlei de Areia	28	R\$ 34,50	R\$ 966,00
Tênis de Mesa	25	R\$ 13,80	R\$ 450,00
Tênis	16	R\$ 20,75	R\$ 332,00
Bolão 23	22	R\$ 11,50	R\$ 253,00
TOTAL: R\$ 16.822,00			

Informações e esclarecimentos serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Ricardo Pereira Martin
Presidente da Fundação

PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS - 11ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2014

PAUTA DE REUNIÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS
11ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2014

Data: 11 (onze) de novembro de 2014.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões 1 - Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, serão analisados e sorteados os seguintes recursos:

(1)

Numero do recurso: 0019/2014

Numero do protocolo: 5821/2014

Recorrente: Indústria Ervateira Bonetes Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(2)

Numero do recurso: 0020/2014

Numero do protocolo: 6049/2014

Recorrente: Ana Lucélia Pazda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(3)

Numero do recurso: 0021/2014

Numero do protocolo: 6105/2014

Recorrente: Multiclinica Canoinhas Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 07 de novembro de 2014.

GERSON JOSE SZCZYGIEL DUMKE
Secretário Geral

DIOGO CARLOS SEIDEL
Presidente

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-109/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-109/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 142/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 95/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-109/2014 referente ao contrato n.º PMC 109/2014. Data do Aditivo: 22/10/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONCERTO DA VIATURA VTR MMA-4659 PM 3304. Contratada: AUTO PEÇAS E MECANICA LEO LTDA, CNPJ: 82.729.773/0001-78. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO a este contrato o valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais). O acréscimo se faz necessário em virtude da Solicitação nº 255/2014 do 3º Batalhão de Polícia Militar, justificando-se pela necessidade de inclusão de um cabecote novo no concerto da viatura VTR Placas MMA-4659 PM 3304. Portanto o contrato que era no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), passará ao valor de R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-44/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-44/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZOS
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 50/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-44/2014 referente ao contrato n.º PMC 44/2014. Data do Aditivo: 20/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ: 90.180.605/0001-02. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Ficam acrescidos no objeto contratado 01 (um) veículo Fiat Doblô, Placa QHE2745 - Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas, ao valor de R\$ 464,07 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e sete centavos). Em virtude dos acréscimos supra citados, fica o valor total do contrato aumentado em R\$ R\$ 464,07 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e sete centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 37.526,08 (trinta e sete mil quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos) passará a ser de R\$ 37.990,15 (trinta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e quinze centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 4-33/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-33/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZOS
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 142/2012
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 36/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-33/2013 referente ao contrato n.º PMC 33/2013. Data do Aditivo: 09/09/2014. Objeto Contratado: A EXECUÇÃO DE OBRA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS NENE PEREIRA, AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, MIGUEL DAMORUS, JOSÉ LULU VIEIRA E JOÃO MARIA DOS SANTOS, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO VILAS VERDE. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução dos serviços previstos no contrato, que eram de 15 (quinze) meses consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, passará a ser de 18 (dezoito) meses consecutivos com vigência até a data 08/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 15-19/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 15-19/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZOS
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 15-19/2011 referente ao contrato n.º PMC 19/2011. Data do Aditivo: 21/10/2014. Objeto Contratado: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS AO ESTUDO DE CONCEPÇÃO E PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA., CNPJ: 05.269.823/0001-30. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo de execução dos serviços previstos no objeto do contrato que era de 1320 (mil trezentos e vinte) dias consecutivos passará a ser de 1390 (mil trezentos e noventa) dias consecutivos, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, conforme Comunicação Interna nº 398/2014 expedida pela Secretaria de Planejamento em anexa, com vigência fixada até a data de 30/12/2014.

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 5-24/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-24/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-24/2013 referente ao contrato n.º PMC 24/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: CELIO ALVES RIBEIRO, CNPJ: 17.289.696/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO, ao presente contrato 168 km, referente a 02 (dois) dias letivos, conforme Solicitação n.º 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 362,88 (trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 86.086,60 (oitenta e seis mil oitenta e seis reais e sessenta centavos), passará a ser R\$ 86.449,48 (oitenta e seis mil quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 6-16/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-16/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-16/2013 referente ao contrato n.º PMC 16/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: J.A. DE OLIVEIRA E CIA LTDA, CNPJ: 80.676.091/0001-19. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO ao presente contrato a quantia de 6.016 km, referente a 32 (trinta e dois) dias letivos, conforme Solicitação n.º 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 13.295,36 (treze mil duzentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 153.339,65 (cento e cinquenta e três mil trezentos e trinta reais e três centavos), passará a ser R\$ 166.635,01 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e trinta e cinco reais e um centavo).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 7-17/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-17/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-17/2013 referente ao contrato n.º PMC 17/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: JOÃO LUIZ SCHOUPINSKI, CNPJ: 17.226.020/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO, ao presente contrato 705 km, referente a 05 (cinco) dias letivos, conforme Solicitação n. 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 1.466,40 (mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 114.579,03 (cento e quatorze mil quinhentos e setenta e nove reais e três centavos), passará a ser R\$ 116.045,43 (cento e dezesseis mil quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 7-18/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-18/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-18/2013 referente ao contrato n.º PMC 18/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS. Contratada: JOÃO SCHULTZ, CNPJ: 17.268.380-0001-42. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO ao presente contrato 1.474 km diários, referente a 11 (onze) dias letivos, conforme Solicitação n.º 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 2.785,86 (dois mil setecentos e oitenta cinco reais e oitenta e seis centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 93.117,15 (noventa e três mil cento e dezessete reais e quinze centavos), passará a ser R\$ 95.903,01 (noventa e cinco mil novecentos e três reais e um centavo).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 7-20/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-20/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-20/2013 referente ao contrato n.º PMC 20/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: LEDIR GREIM, CNPJ: 17.330.972-0001-47. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO ao presente contrato 770 km, referente a 11 (onze) dias letivos, conforme Solicitação n.º 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 1.701,70 (mil setecentos e um reais e setenta centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 65.800,97 (sessenta e cinco mil oitocentos reais e noventa e sete centavos), passará a ser R\$ 67.502,67 (sessenta e sete mil quinhentos e dois reais e sessenta e sete centavos).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-13/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-13/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-13/2013 referente ao contrato n.º PMC 13/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: ELIZEU DRANCA ME, CNPJ: 10.243.124/0001-51. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO ao presente contrato 715 km diários, referente a 05 (cinco) dias letivos, conforme Solicitação n.º 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 1.480,05 (mil quatrocentos e oitenta reais e cinco centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 113.503,80 (cento e treze mil quinhentos e três e oitenta centavos), passará a ser R\$ 114.983,85 (cento e quatorze mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-22/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-22/2013
ALTERAÇÃO DO OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-22/2013 referente ao contrato n.º PMC 22/2013. Data do Aditivo: 15/10/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: MOACIR DIVINO FERREIRA DOS SANTOS, CNPJ: 17.228.439-0001-79. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Através do presente termo aditivo, fica ACRESCIDO ao presente contrato a quantia de 2.000 km, referente a 16 (dezesesseis) dias letivos, conforme Solicitação n. 112/2014. Fica acrescido ao presente contrato, devido ao ACRÉSCIMO supracitado, o valor de R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 101.831,73 (cento e um mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), passará a ser R\$ 106.151,73 (cento e seis mil cento e cinquenta e um reais e setenta e três centavos).

Wilson Pereira
Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-08/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 1-08/2014
SUPRESSÃO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 41/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-08/2014 referente ao contrato n.º FMS 08/2014. Data do Aditivo: 02/09/2014. Objeto Contratado O CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NO FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE), EM RESINA E METÁLICA. Contratada Empresa: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica SUPRIMIDO do presente contrato, em virtude da desistência da credenciada citada acima, o valor de R\$ 11.960,00 (onze mil novecentos e sessenta reais), referente ao período de Setembro a Dezembro de 2014. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 26.910,00 (vinte e seis mil novecentos e dez reais), passará a ser de R\$ 14.950,00 (quatorze mil e novecentos e cinquenta reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-09/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-09/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE OBJETO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 06/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-09/2014 referente ao contrato n.º FMS 09/2014. Data do Aditivo: 23/09/2014. Objeto Contratado A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS - ADIC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada Empresa: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS - ADIC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula. Fica ACRÉSCIDO a este contrato o valor de R\$ 11.657,54 (onze mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Portanto o contrato que era no valor de R\$ 186.427,83 (cento e oitenta e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), passará ao valor de R\$ 198.085,37 (cento e noventa e oito mil oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-19/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-19/2014
SUPRESSÃO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE OBJETO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-19/2014 referente ao contrato n.º FMS 19/2014. Data do Aditivo: 23/09/2014. Objeto Contratado A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada Empresa: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para a EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula. Fica SUPRIMIDO deste contrato o valor de R\$ 8.814,20 (oito mil oitocentos e quatorze reais e vinte centavos). A supressão se faz necessária em virtude da C.I 302/2014 da Secretaria de Planejamento.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-16/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-16/2014
SUPRESSÃO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE OBJETO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 13/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-16/2014 referente ao contrato n.º FMS 16/2014. Data do Aditivo: 30/09/2014. Objeto Contratado A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada Empresa: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para a EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula. Fica SUPRIMIDO deste contrato o valor de R\$ 24.030,51 (vinte e quatro mil e trinta reais e cinquenta e um centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 2-01/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 2-01/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 44/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-01/2014 referente ao contrato n.º FMS 01/2014. Data do Aditivo: 02/05/2014. Objeto Contratado A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR NA POLICLÍNICA MUNICIPAL LOCALIZADA NA RUA EMILIO SCHOLTZ, CENTRO NESTE MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Contratada: BOXTOP DO BRASIL ELEVADORES LTDA, CNPJ: 03.726.402/0001-66. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo máximo para execução de todas as obras previstas no objeto do contrato, que era de 06 (seis) meses consecutivos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço, passará a ser de 09 (nove) meses consecutivos, sendo a vigência prorrogada até a data de 29/12/2014).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 1-60/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-60/2014
SUPRESSÃO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 37/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-60/2014 referente ao contrato n.º FMS 60/2014. Data do Aditivo: 23/10/2014. Objeto Contratado: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO FORD TRANSIT 2.4 PUMA PLACA MKF 1239. Contratada: empresa AUTO PEÇAS E MECANICA LEO LTDA, CNPJ: 82.729.773/0001-78. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica SUPRIMIDO deste contrato o valor de R\$ 2.813,80 (dois mil oitocentos e treze reais e oitenta centavos). Portanto o contrato que era no valor de R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais), passará ao valor de R\$ 11.886,20 (onze mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 2-16/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-16/2014
ALTERAÇÃO DE OBJETO E ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 13/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-16/2014 referente ao contrato n.º FMS 16/2014. Data do Aditivo: 30/09/2014. Objeto Contratado A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para a EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA AGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula. Fica ACRESCIDO a este contrato o valor de R\$ 49.352,70 (quarenta e nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos). Portanto o contrato que era no valor de R\$ 353.803,03 (trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e três reais e três centavos), passará ao valor de R\$ 403.155,73 (quatrocentos e três mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 3-07/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-07/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 05/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 45/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-07/2014 referente ao contrato n.º FMS 07/2014. Data do Aditivo: 27/10/2014. Objeto A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.637.604/0001-31. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo máximo para execução de todas as obras previstas no objeto do contrato, que era de 08 (oito) meses consecutivos a contar do recebimento da ordem de serviço pela contratada, passará a ser de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias consecutivos com vigência até a data 31/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 3-18/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-18/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 20/2014
CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-18/2014 referente ao contrato n.º FMS 18/2014. Data do Aditivo: 15/09/2014. Objeto A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 1 - ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE PACIENTES MAIORES DE 18 ANOS (AMBOS OS SEXOS) PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS DECORRENTES DE ALCOOL E DROGAS; 2- ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE PACIENTES COM IDADE ENTRE 12 E 18 ANOS (ADOLESCENTES - AMBOS OS SEXOS. Contratada: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ: 76.839.588/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica através do presente termo aditivo, acrescido o valor de R\$ 7.398,00 (Sete mil trezentos e noventa e oito reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 116.310,00 (Cento e dezesseis mil trezentos e dez reais), passará a ser de R\$ 123.708,00 (Cento e vinte e três mil setecentos e oito reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 10-05/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 10-05/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 50/2011
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 05/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 10-05/2012 referente ao contrato n.º FMS 10/2012. Data do Aditivo: 23/09/2014. Objeto A EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA), COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO. Contratada: NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.330.927/0001-51. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo máximo para execução de todas as obras previstas no objeto do contrato, que era de 31 (trinta e um) meses consecutivos a contar do recebimento da ordem de serviço pela contratada, passará a ser de 34 (trinta e quatro) meses consecutivos com vigência até a data 23/12/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PORTARIA Nº 797/2014

PORTARIA Nº. 797/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 03/11/2014, para a servidora ALICE MARA PAULO, comissionada no cargo de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 196/SMAFO/2014.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 03/11/2014, para a servidora SIMONE NEUBURGER LANGER, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 196/SMAFO/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 798/2014

PORTARIA Nº. 798/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Pedagogo Social, para atuar no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - região III, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional GRACILENE DE FÁTIMA ZUCCO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0293, e convocada conforme Edital nº 058 de 20 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 10/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 799/2014

PORTARIA Nº. 799/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro ESF, para atuar na Unidade Básica de Saúde Eurico Paul - Cristo Rei, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional GRASIELLY CRISTINA ALVES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1176, e convocada conforme Edital nº 055 de 06 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 10/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 802/2014

PORTARIA Nº. 802/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 757/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a LUIS OSNI DOS SANTOS PIECHONTKOSKI, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 21/10/2014 a 04/11/2014, conforme requerimento."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 810/2014

PORTARIA Nº. 810/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.307/2007, da Lei Municipal nº 4.250/07 e da Lei Municipal nº 5.055/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional ELAINE CRISTINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1268, e convocada conforme Edital nº 057 de 08 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 10/11/2014.

Art. 2º - Fica nomeado para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o profissional JOSNEI ODIRCELIO ALVES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 2800, e convocado conforme Edital nº 057 de

08 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 10/11/2014.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

FMS ATA/CONTRATO 0037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0037/2014		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada....: LUCAS ROBERTO HELLER - ME		
Valor.....: 12.024,00 (doze mil e vinte e quatro reais)		
Vigência.....: Início: 06/11/2014 Término: 06/05/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0015/2014		
Processo_Licitatório.....: 00022 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviço de transporte para crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, desenvolvido no Centro de Convivência Comunitário - CCC, em Vila União. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.		
Capinzal, 6 de Novembro de 2014		

158/2014

DECRETO Nº 158, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a doação de bens móveis.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a inserção do Município de Capinzal ao Programa desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais;

CONSIDERANDO o desenvolvimento do programa para implantação e implementação das salas AEE (Atendimento Educacional Especializado) na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, que oferece um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo II;

DECRETA:

Art. 1º Ficam doados ao Município de Capinzal, bens móveis da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, especificados no Anexo I deste Decreto, adquiridos com recursos do Secadi, destinados ao desenvolvimento do programa para implantação e implementação das salas AEE - Atendimento Educacional Especializado.
Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio Público

Municipal é de R\$ 4.397,14 (quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e quatorze centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS BENS	QUANTIDADE	Nº NOTA FISCAL	DATA NF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Positivo Master - NOT-N191(ROHS) FNDE 85/12, acompanha WIN 7 Profissional	02	000.788195	11/01/2014	1.763,57	3.527,14
Impressora Multifuncional EPSON L555 FNDE 85/12	01	000.788195	11/01/2014	870,00	870,00
VALOR TOTAL					4.397,14

ANEXO II

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento a ESCOLA M. BERNARDO MORO SOBRINHO faz, em conformidade com a legislação aplicável e demais normas pertinentes à matéria, a doação dos bens, conforme discriminado abaixo, adquiridos ou produzidos com recursos do SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que desenvolve o programa para implantação e implementação das salas AEE (Atendimento Educacional Especializado) do referido Programa, ao MUNICÍPIO DE CAPINZAL (Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes) para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

Nº. ORD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTDE	NOTA FISCAL		VA-LOR (R\$)	
			Nº.	DATA	UNITÁRIO	TOTAL
01	Positivo Master - NOT-N191(ROHS) FNDE 85/12, acompanha WIN 7 Profissional	2	000.788195	11/01/2014	R\$ 1.763,57	R\$ 3.527,14
02	Mouse USB 3 BT + SCR RD -M7778 PR OEM	2	000.788195	11/01/2014	R\$ 7,13	R\$ 14,26
03	Impressora Multifuncional EPSON L555 FNDE 85/12	1	000.788195	11/01/2014	R\$ 870,00	R\$ 870,00
TOTAL:						R\$ 4.411,41

Capinzal, 4 de novembro de 2014

Nome da Responsável pela Unidade Executora Própria

Assinatura da Responsável pela Unidade Executora Própria

Decreto 160/2014

DECRETO No 160, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.730.303,52 (um milhão, setecentos e trinta mil, trezentos e três reais e cinquenta e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.152 de 5 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.730.303,52 (um milhão, setecentos e trinta mil, trezentos e três reais e cinquenta e dois centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-006	Obrigações patronais	002	00	R\$	330.000,00
33903000-010	Material de consumo	002	00	R\$	100.000,00
33903900-012	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	833.070,93
33903900-014	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	064	08	R\$	63.332,59
0801.10.301.0155.2085	MANUTENÇÃO ESTRAT SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	FTE	D\$	R\$	0,00

31901100-029	Vencimentos e vantagens Fixas – Pessoal Civil	002	00	R\$	318.900,00
0801.10.301.0155.2086	MANUT DO PROGRAMA DE AGENTES COM. DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-032	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	064	12	R\$	85.000,00
	Total			R\$	1.730.303,52

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 1.730.303,52 (um milhão, setecentos e trinta mil, trezentos e três reais e cinquenta e dois centavos), na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.1068	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-001	Equipamentos e material permanente	002	00	R\$	7.000,00
0801.10.301.0150.1069	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-002	Equipamentos e material permanente	002	00	R\$	60.020,00
44905200-054	Equipamentos e material permanente	064	60	R\$	3.001,00
0801.10.301.0150.1143	CONST UNID SAÚDE CENTRAL LTO JOÃO BATISTA	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-004	Obras e instalações	064	60	R\$	512.000,00
0801.10.301.0150.1144	CONST UNIDADE SAÚDE LTO BENJAMIM DORINI	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-047	Obras e instalações	002	00	R\$	302.736,49
44905100-048	Obras e instalações	064	60	R\$	326.400,00
0801.10.301.0150.1145	CONST UNIDADE SAÚDE VILA LINDEM-BERG	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-051	Obras e instalações	064	60	R\$	326.400,00
0801.10.301.0150.2076	ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-018	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	6.960,00
0801.10.301.0150.2077	MANUT. AMPLIAÇÃO ATENDIMENTO PREVENTIVO D	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-019	Material de consumo	064	11	R\$	24.446,11
33903900-020	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	064	11	R\$	6.000,00
0801.10.301.0150.2078	PREVENÇÃO AS DSTS E COMBATE A AIDS	002	00	R\$	0,00
33903000-021	Material de consumo	002	00	R\$	3.760,00
33903200-022	Material de distribuição gratuita	002	00	R\$	10.000,00
33903900-023	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	002	00	R\$	8.000,00

0801.10.301.0150.2079	APOIO AO GRUPO DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-024	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	6.960,00
0801.10.301.0150.2080	MANUT CONV COM REDE FEMININA COMBATE CANC	FTE	DR	R\$	0,00
33504100-025	Contribuições	000	00	R\$	5.000,00
33903000-026	Material de consumo	000	00	R\$	500,00
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	2.000,00
44905200-028	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	2.244,00
0801.10.301.0155.2085	MANUTENÇÃO DA ESTRAT SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-030	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	064	10	R\$	8.435,92
0801.10.302.0150.2081	MANUT LABORAT UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-033	Material de consumo	002	00	R\$	30.000,00
33903900-034	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	12.000,00
44905200-035	Equipamentos e material permanente	002	00	R\$	37.440,00
0801.10.305.0150.2084	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-041	Diárias – civil	066	16	R\$	3.000,00
33903000-042	Material de consumo	066	16	R\$	16.000,00
33903900-043	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	066	16	R\$	10.000,00
	Total				1.730.303,52

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 161/2014

DECRETO No 161, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 166.929,07 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.152 de 5 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 166.929,07 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e sete centavos), para reforço da dotação orçamentária vinculada ao Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0801.10.301. 0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-012	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	166.929,07
	Total			R\$	166.929,07

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 166.929,07 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e sete centavos), na forma do quadro a seguir:

0401.20.601. 0045.1007	AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍ- COLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-086	Equipamentos e material perma- nente	089	00	R\$	46.929,07
0701.04.122.0 150.2177	AUXÍLIO A ENTI- DADES HOSPITA- LARES	FTE	DR	R\$	0,00
33504100-335	Contribuições	000	00	R\$	120.000,00
	Total				166.929,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 162/2014

DECRETO No 162, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 105.500,00 (cento e cinco mil e quinhentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.152 de 5 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 105.500,00 (cento e cinco mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

1001.08.243. 0175.2100	MANUTENÇÃO DO ABRIGO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-014	Material de consumo	024	55	R\$	6.000,00
33903000-015	Material de consumo	052	00	R\$	12.000,00
44905200-017	Equipamentos e mate- rial permanente	024	55	R\$	5.000,00
101.08.243 .0175.2001	MANUT SERV CONV E FORTELECIMENTO DE VINCUL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-021	Material de consumo	052	00	R\$	19.500,00
33903000-082	Material de consumo	024	55	R\$	18.000,00
33903900-023	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	052	00	R\$	10.000,00
1001.08.244. 0195.2103	MANUT ATIVIDADES CENTRO REF ASSIST SOC CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-038	Material de consumo	052	00	R\$	20.000,00
33903900-040	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	052	00	R\$	10.000,00
1001.08.244. 0195.2106	MANUT DO IGD SUAS ÍNDICE DE GESTÃO DECENTRAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-53	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	052	00	R\$	5.000,00
	Total				105.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 105.500,00 (cento e cinco mil e quinhentos reais), na forma do quadro a seguir:

1001.08.241. 0170.2095	ATENDIMENTO SOCIAL A IDOSOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-001	Material de con- sumo	052	00	R\$	7.000,00
33903900-003	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	052	00	R\$	17.000,00
1001.08.241. 0170.2096	MANUTEÇÃO CENTRO CONV TERCEIRA IDADE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-004	Material de con- sumo	000	00	R\$	9.000,00
33903900-007	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	052	00	R\$	10.000,00
44905200-008	Equipamentos e material perma- nente	000	00	R\$	3.000,00
44905200-009	Equipamentos e material perma- nente	052	00	R\$	5.500,00
1001.08.243. 0175.2098	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-010	Material de con- sumo	000	00	R\$	20.000,00

33903900-011	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	24.000,00
1001.08.244.0185.1078	AQUIS. EQUIPAMENTOS PARA MELHORIA DA GESTÃO	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-029	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	10.000,00
	Total			R\$	105.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2014

Processo Licitatório Nº 0047/2014

Dispensa de Licitação Nº 0004/2014

KELVIS BORGES, GESTOR, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 0047/2014 conforme segue:

OBJETO

Aquisição de camisetas e coletes para identificação na Campanha de Combate à Dengue - Dia D, através da Secretaria da Saúde, que será realizada no dia 22 de novembro de 2014.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	60,00	UN	Camiseta em malha viscose na cor branca personalizada conforme modelo em anexo e tamanhos a definir.		15,50	930,00
2	18,00	UN	Camiseta gola polo em malha piquet, na cor azul marinho, com bolso na frente, com bandeira do município de Capinzal/SC e logo da Vigilância Sanitária, aplicativos bordados.		38,00	684,00

3	6,00	UN	Colete em Brim, na cor preta, na parte da frente com dois bolsos, bandeira do município de Capinzal/SC e logo da Vigilância Sanitária e, nas costas identificação da Vigilância Sanitária, aplicativos bordados.	45,00	270,00
Total					1.884,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
CLECI TEREZINHA MORESCO & CIA LTDA	01,02 e 03
1.884,00(um mil oitocentos e oitenta e quatro reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 39 - Manutenção da vigilância sanitária.
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.083 - Manutenção da vigilância sanitária.
Elemento: 33903099000000 - Material de Consumo
Recurso: 66 - Vigilância em Saúde

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 7 de novembro de 2014

KELVIS BORGES

Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social

Decreto 159/2014

DECRETO No 159, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.139.359,66 (dois milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.152 de 5 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.139.359,66 (dois milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2006	MANUT SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33717000-014	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	000	00	R\$	40.000,00
31901300-009	Obrigações patronais	000	00	R\$	159.110,00
33903000-016	Material de consumo	000	00	R\$	2.462,03
33903600-016	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	9.085,33
33903900-020	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	271.712,61
0302.28.122.0000.2165	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33904700-070	Obrigações tributárias e contributivas	000	00	R\$	102.641,82
0501.04.122.0065.2031	MANUT SECRET EDUCAÇÃO CULT E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-111	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	001	00	R\$	80.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-131	Obrigações patronais	001	00	R\$	427.200,00
33903000-134	Material de consumo	001	00	R\$	20.000,00
33903000-136	Material de consumo	058	49	R\$	80.000,00
33903900-139	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	019	00	R\$	20.000,00
0501.12.361.0065.2033	MANUTENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUC BÁSICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-140	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	018	00	R\$	748.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-282	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	000	00	R\$	28.000,00
31901300-283	Obrigações patronais	000	00	R\$	68.000,00

31903400-284	Outros despesas de pessoal decorrentes de contratação de Trec	000	00	R\$	17.000,00
33903000-286	Material de consumo	000	00	R\$	20.000,00
33903900-287	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	40.000,00
0701.08.243.0175.2097	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-348	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	2.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXP DOM PELIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-399	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	4.147,87
	Total			R\$	2.139.359,66

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.139.359,66 (dois milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos), na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2127	MODERNIZ. DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUT. E GESTÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	50.000,00
44905200-028	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	20.000,00
0301.04.122.0015.2146	ESTUDO E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-029	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	150.000,00
0301.04.122.0015.1058	AQUIS. TERRENO, CONSTRUÇÃO IMÓVEL PARA INF	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-035	Obras e instalações	000	00	R\$	5.000,00
44906100-036	Aquisição de imóveis	000	00	R\$	5.000,00
0301.24.722.0040.1097	IMPLANTAÇÃO, MANUT. MODERNIZ TELEFONIA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-042	Material de consumo	000	00	R\$	23.200,00
33903900-043	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	26.800,00
33903900-044	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	024	54	R\$	10.000,00
44905200-045	Equipamentos e material permanente	024	54	R\$	5.000,00

0302.06.181.0190.2175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-064	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	4.000,00
0302.28.122.0000.2124	COMPENS FINANCEIRA COM SIST FEDERAL DE PREV	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-069	Obrigações patrimoniais	000	00	R\$	13.920,00
0302.28.122.0000.2168	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33909100-075	Sentenças judiciais	000	00	R\$	141.442,08
0302.06.181.0190.2117	MANUT CONVENIO COM A POLÍCIA CIVIL	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-052	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	10.000,00
33903900-053	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	15.000,00
44905200-054	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	20.178,00
0302.06.181.0190.2118	MANUT CONVENIO DE TRANSITO COM A SESPDPF	FTR	DR	R\$	0,00
33903600-055	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	35.000,00
33903900-056	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	34.888,35
0302.06.181.0190.2119	MANUT CONVENIO COM POLÍCIA MILITAR SERV RP	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-057	Material de consumo	000	00	R\$	30.000,00
33903600-058	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	12.000,00
33903900-059	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	20.000,00
44905200-060	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	43.150,00
0401.20.601.0045.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-083	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	30.565,00
44905200-084	Equipamentos e material permanente	089	00	R\$	7.135,00
44905200-430	Equipamentos e material permanente	024	55	R\$	14.900,00

0401.20.601.0045.1007	AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-085	Equipamentos e material permanente	024	54	R\$	10.000,00
44905200-086	Equipamentos e material permanente 120.000,00	089	00	R\$	73.070,93
0401.20.601.0045.1009	IMPLANT E MANUT CASA COLONIAL E FEIRA L	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-087	Obras e instalações	000	00	R\$	44.400,00
0401.20.601.0045.2137	AQUISIÇÃO SEMENTES ADUBO ORGÂNICO PARA SUB	FTE	DR	R\$	0,00
33903200-094	Material de distribuição gratuita	000	00	R\$	46.400,00
0501.12.361.0065.1028	AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-115	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	11.136,00
44905200-116	Equipamentos e material permanente	019	00	R\$	13.000,00
0501.12.361.0065.1029	CONST. AMPL GINÁSIOS ESPORT JUNTO A ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-117	Obras e instalações	019	00	R\$	11.000,00
0501.12.361.0065.1032	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSP ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-124	Equipamentos e material permanente	001	00	R\$	26.007,00
44905200-125	Equipamentos e material permanente	019	00	R\$	33,00
0502.13.392.0095.2053	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-222	Material de consumo	000	00	R\$	30.000,00
44905100-224	Obras e instalações	000	00	R\$	10.000,00
44905200-225	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	10.000,00
0601.15.451.0110.2058	MANUTENÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-258	Material de consumo	000	00	R\$	17.000,00
0601.15.453.0135.2069	MANUT SIST TRANSP COLETIVO PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-308	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	70.000,00

0601.15.452.0120.1046	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-276	Obras e instalações	000	00	R\$	248.000,00
44905100-277	Obras e instalações	024	54	R\$	116.000,00
0601.26.782.0145..2073	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-328	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	69.600,00
0701.04.122.0150.2074	MANUT SECRET SAÚDE E DESENVIMENTO SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-330	Diária – civil	000	00	R\$	5.000,00
33903000-331	Material de consumo	000	00	R\$	40.000,00
33903900-333	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	70.000,00
44905200-334	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	3.000,00
0701.08.243.0175.2097	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-345	Diárias – civil	000	00	R\$	1.000,00
0701.08.243.0175.1070	AMPL ADEQUAÇÃO CENTRO CONV DA TERC IDADE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-336	Material de consumo	000	00	R\$	27.800,00
33903900-337	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	30.000,00
44905100-338	Obras e instalações	000	00	R\$	35.000,00
0701.08.243.0175.1071	AMPLIAÇÃO ADEQUAÇÃO CENTRO CONVIVENCIA C.	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-339	Material de consumo	000	00	R\$	11.400,00
33903900-340	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
44905100-341	Obras e instalações	000	00	R\$	25.000,00
0701.08.243.0175.1074	ADEQUAÇÃO E MANUT GINÁSIO ESPORTES JUNTO C	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-342	Material de consumo	000	00	R\$	10.000,00
33903900-343	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
44905100-344	Obras e instalações	000	00	R\$	30.000,00
0701.08.243.0175.2150	MANUT DAS ATIVIDADES DO CECON/CCC	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-349	Diárias – civil	000	00	R\$	5.000,00

33903000-350	Material de consumo	000	00	R\$	31.500,00
33903900-351	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	25.588,00
0701.08.244.0180.2114	RECUPERAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS CRUZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-353	Material de consumo	000	00	R\$	1.920,00
33903900-354	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	12.000,00
0701.08.244.0185.1077	CONST. ESPAÇO FÍSICO DESTINADO A GESTÃO	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-355	Obras e instalações	000	00	R\$	46.400,00
0701.08.244.0185.2154	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-358	Diárias – civil	000	00	R\$	4.000,00
33903000-359	Material de consumo	000	00	R\$	3.000,00
33903900-360	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	4.600,00
0701.08.244.0185.2161	ASSISTÊNCIA À ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-361	Subvenções sociais	000	00	R\$	18.000,00
33903000-362	Material de consumo	000	00	R\$	4.280,00
33903900-363	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	4.000,00
44905200-364	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	1.000,00
0701.17.511.0165.1140	AQUISIÇÃO E/OU CONST. RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-368	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	3.920,00
44905100-369	Obras e instalações	000	00	R\$	10.000,00
0701.17.511.0165.2088	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO POÇOS ARTESIAIS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-370	Obras e instalações	000	00	R\$	11.136,00
0701.17.511.0165.2089	INSTALAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-371	Material de consumo	000	00	R\$	18.000,00
33903900-372	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	13.990,30
44905100-373	Obras e instalações	024	55	R\$	80.000,00
	Total				2.139.359,66

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

FMS CONTRATO 0110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0110/2014		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLECI TEREZINHA MORESCO & CIA LTDA		
Valor.....: 1.884,00 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais)		
Vigência.....: Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0004/2014 Processo_Licitatório.....: 00047 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Aquisição de camisetas e coletes para identificação na Campanha de Combate à Dengue - Dia D, através da Secretaria da Saúde, que será realizada no dia 22 de novembro de 2014.		
Capinzal, 7 de Novembro de 2014		

PMC CONTRATO 0238/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0238/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA		
Valor.....: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)		
Vigência.....: Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0094/2014		
Processo_Licitatório.....: 0156 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada com o objetivo de prestação de serviços de Levantamento Patrimonial de aproximadamente 11.000 (onze mil) itens, realizando Registro de Inventário Físico Financeiro, Registro Fotográfico de Bens e Etiquetamento para demarcação dos bens. Com Recursos Próprios.		
Capinzal, 7 de Novembro de 2014		

SIMAE

PORTARIA N º 41/2014/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 041/2014/SIMAE-CAO, de 10 de novembro de 2014.

Institui Comissão para Concurso Público.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

1)- Designar Rogério Urbano Feyh e Milton Laske, advogados, residentes em Florianópolis, sócios da empresa Laske & Feyh S/S Advocacia, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão do Concurso Público responsável pela organização, elaboração e aplicação do Concurso Público SIMAE/CAO/01/2014, a ser realizado por este SIMAE.

2)- Caberá à Comissão ora constituída, de acordo com o Edital, elaborar, aplicar e corrigir a Prova Escrita, bem como tomar todas as providências necessárias a sua fiel execução e elaboração da documentação com o resultado final do concurso.

SIDNEI PENZO
Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2014 - PREGÃO Nº 0060/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2014

PREGÃO Nº 0060/2014

Objeto: Aquisição de ventilador de pressão positiva para combate à incêndio estrutural, visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 20 de novembro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 07 de novembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 07 de novembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1.334-2014

LEI Nº 1.334/2014

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Caxambu do Sul - SC para o Exercício Financeiro de 2015."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Caxambu do Sul para o Exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 19.906.100,00 (Dezenove milhões, novecentos e seis mil e cem reais) e fixa a Despesa em R\$ 19.906.100,00 (Dezenove milhões, novecentos e seis mil e cem reais), sendo R\$ 14.704.069,00 (Quatorze milhões, setecentos e quatro mil e sessenta e nove reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 5.202.031,00 (Cinco milhões, duzentos e dois mil e trinta e um reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o Exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 19.906.100,00 (Dezenove milhões, novecentos e seis mil e cem reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo em R\$ 740.000,00 (Setecentos e quarenta mil reais) e do Executivo em R\$ 19.166.100,00 (Dezenove milhões, cento e sessenta e seis mil, cem reais) respectivamente. Compreendendo-se na despesa do Executivo Municipal, R\$ 4.802.031,00 (Quatro milhões, oitocentos e dois mil, trinta e um reais), pertencente à Unidade Fundo Municipal de Saúde e R\$ 14.364.069,00 (Quatorze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e sessenta e nove reais) à Unidade Prefeitura Municipal.

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor. A receita da Unidade Fundo Municipal de Saúde será realizada através das transferências de recursos do Sistema Único de Saúde e do Município de Caxambu do Sul, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL	
1. RECEITAS CORRENTES	17.516.090,00
1.1 Receitas Tributárias	737.500,00
1.2 Receitas de Contribuições	95.000,00
1.3 Receitas Patrimoniais	24.550,00
1.4 Receitas Agropecuárias	16.000,00
1.5 Receitas de Serviços	20.000,00
1.6 Transferências Correntes	16.517.340,00
1.7 Outras Receitas Correntes	105.700,00
1.8 (-) Deduções da Receita	(2.090.290,00)
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.233.500,00
2.1 Operações de Créditos	0,00
2.2 Alienações de Bens	60.000,00
2.3 Transferências de Capital	2.173.500,00
SUBTOTAL	17.659.300,00
UNIDADE: FUNDO MUN ICIPAL DE SAÚDE	

1. RECEITAS CORRENTES	1.096.900,00
1.1 Receitas Patrimoniais	13.900,00
1.2 Transferências Correntes	1.083.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.149.900,00
2.1 Transferências de Capital	1.149.900,00
SUBTOTAL	2.246.800,00
TOTAL GERAL	19.906.100,00

§ 2º. As Despesas do Poder Executivo consolidadas e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação Institucional, funcional-programática, e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Poder Legislativo Municipal	740.000,00
02. Gabinete do Prefeito	395.000,00
03. Secretaria Munic. de Adm., Finanças e Planejamento	2.654.500,00
04. Secretaria Munic. de Educação Cultura e Esportes	5.382.819,00
05. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Social	1.521.000,00
06. Secretaria Munic. de Obras Serviços Públicos	1.272.200,00
07. Secretaria Munic. de Transportes	1.343.050,00
08. Sec. Munic. de Desenv. Econ. Turis. Agric. Meio Amb.	1.745.500,00
09. Reserva de Contingência	50.000,00
10. Fundo Municipal de Saúde	4.802.031,00
TOTAL	19.906.100,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	740.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.154.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	31.700,00
08. ASSISTENCIA SOCIAL	1.205.000,00
10. SAÚDE	4.802.031,00
12. EDUCAÇÃO	4.834.819,00
13. CULTURA	192.000,00
15. URBANISMO	1.040.500,00
16. HABITAÇÃO	316.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	465.000,00
20. AGRICULTURA	1.440.500,00
23. COMERCIO E SERVIÇOS	5.000,00
26. TRANSPORTE	1.378.050,00
27. DESPORTO E LAZER	356.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	895.500,00
99. RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
TOTAL	19.906.100,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 . PROCESSO LEGISLATIVO	740.000,00
0002. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	395.000,00
0003. ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.189.000,00
0004. ADMINISTRAÇÃO CONTABIL FINANCEIRA	455.000,00
0005. MAIS SAÚDE	4.802.031,00
0006. EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS	4.834.819,00
0007. ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO	356.000,00
0008. CULTURA, UM ESPAÇO PARA TODOS	192.000,00
0009. ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.150.000,00
0010. ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	55.000,00
0011. HABITAÇÃO, DIREITO E DIGNIDADE	316.000,00
0012. SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	1.272.200,00
0013. SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL	1.343.050,00
0014. ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	1.745.500,00
0015. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	115.000,00
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	895.500,00
9999. RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
TOTAL	19.906.100,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	14.690.100,00
3.1.71.00 – Transf. a Consórcios Públicos	50.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	8.584.400,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	102.000,00
3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	802.500,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	328.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	4.823.200,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.166.000,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	0,00
4.4.90.00 – Investimentos	4.584.000,00
4.5.90.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	582.000,00
9.9.99.00 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	19.906.100,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor

e para obtenção de superávit orçamentário conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Processo de Desapropriação	15.000,00
2. Intempéries	10.000,00
3. Frustração Cobrança Dívida Ativa	5.000,00
4. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	10.000,00
5. Ocorrência de fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	1.000,00
6. Campanhas de Saúde	9.000,00
TOTAL	50.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2015, os riscos fiscais relacionados aos eventos: Processo de Desapropriação; Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços; Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de Créditos Adicionais Suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da Execução Orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo Municipal fica autorizado, nos termos do Art. 7º. c/c o Art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite do montante apurado em cada fonte de recurso, desde que não comprometidos:

I - O Superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Art. 6º. Os Projetos, Atividades e ou Operações Especiais priorizadas nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executadas e utilizadas a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º. da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º., Parágrafo único e 50 I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 7º. Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei mediante autorização legislativa específica para cada ação.

Art. 8º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação mediante autorização do Poder Legislativo.

Art. 9º. Os recursos consignados no presente orçamento para pagamento de Precatórios Judiciais pendentes e as Sentenças Judiciais de que trata o artigo 41 da LDO 2015, serão destinados ao pagamento de parcela do Precatório nº 5205/2001; nº 6976/2003, nº 500090013307, nº 500120016856, nº 500120016864 nº 500120016872 e nº 9948620138.

Art. 10º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 07 de Novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****PREGAO: 46/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
Pregão presencial 46/2014
PROCESSO: 78/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos torna público que se encontra aberto o Edital de PREGAO PRESENCIAL: 46/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO NATALINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta DIA: 20/11/2014, ATÉ às 14:00 horas na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****PORTARIA Nº 433/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 433/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15.09.2012 a 14.09.2013, a ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, matriculada sob o nº 2407/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 03.11.2014 a 02.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.11.14.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
07 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 434/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 13/06/2013 à 12/07/2014, a MARCIANO SYPRIANI, Matrícula nº 2598/01, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 10.11.2014 à 09.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
07 de novembro de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 435/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014, a DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, Matrícula nº 2454/06, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 10.11.2014 à 09.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
07 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 20 de novembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2014, modelo 2015, para uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO N. 134.14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 95/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 47/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A. ASSINATURA: 05/11/2014. VIGÊNCIA: DE 15/10/2014 A 15/10/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 02.01.2.004.3.3.90(3);05.01.2.06.3.3.90(16);07.01.2.013.3.3.90(58); 07.01.2.016.3.3.90(63); 08.01.2.046.3.3.90(93); 09.01.2.038.3.3.90(119); 11.01.2.020.3.3.90(11); 11.01.2.024.3.3.90(23); 11.01.2.025.3.3.90(28); 12.01.2.032.3.3.90(19); 12.01.2.034.3.3.90(42);.

OBJETO: cobertura de seguros de veículos diversos da frota oficial do município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 15.500,00(quinze mil e quinhentos reais).

EXTRATO DE CONTRATO N. 138.14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 108/PMCS/2014. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação n. 08/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. ASSINATURA: 05/11/2014. VIGÊNCIA: ATÉ 30/06/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 02.01.2.004 - 3.3.90(3)OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Betha Procuradoria com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional. VALOR: R\$ 12.053,55(doze mil cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), mais R\$ 6.125,00 (seis mil cento e vinte e cinco reais) estimado com despesas para suporte técnico.

LEI N. 1.229

LEI Nº. 1.229, de 05 de novembro de 2014.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Cultura
2.053 - Manutenção de Eventos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
---	---------------

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento
2.047 - Implantação e Manut. De Programa de Incentivo a Ger. Renda

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
---	---------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., Sane., Transp. e Serv. Públicos

2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
---	--------------

TOTAL	R\$ 74.000,00
-------------	---------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas do mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
---	---------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., Sane., Transp. e Serv. Públicos

2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

4.4.71.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
---	--------------

Órgão: 10 - Secretaria de Des. Econômico, Meio Ambiente, Tur e Comunic.

2.049 - Recuperação de Áreas Degradadas

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 74.000,00
-------	---------------

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,
05 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

LEI N. 1.230

LEI Nº. 1.230, de 05 de novembro de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE COCAL DO SUL, entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 95.778.445/0001-03, a importância de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais), consignados no orçamento, 07 - Secretaria de Educação, Esporte

Lazer e Cultura - 2.053 - Manutenção de Eventos Municipais: 3.3.50.00.00.00.00.00.0110 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos. Tem por objetivo este repasse financeiro fazer frente às despesas decorrentes para a realização do "COCAL LUZ" do ano de 2014.

Parágrafo único. A referida importância será paga em parcela única no valor de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) no mês de novembro de 2014.

Art. 2º O presidente da entidade, ficará responsável pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei, prestando contas no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º Para viabilização da presente Lei fica o Município autorizado a celebrar convênio fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 417.14

DECRETO SAF/N. 417/14, de 05 de novembro de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.229, de 05 de novembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Cultura
2.053 - Manutenção de Eventos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
---	---------------

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento
2.047 - Implantação e Manut. De Programa de Incentivo a Ger. Renda

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
---	---------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., Sane., Transp. e Serv. Públicos
2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
---	--------------

TOTAL	R\$ 74.000,00
-------	---------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas do

mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento
1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
---	---------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viária, Edif., Sane., Transp. e Serv. Públicos
2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

4.4.71.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
---	--------------

Órgão: 10 - Secretaria de Des. Econômico, Meio Ambiente, Tur e Comunic.
2.049 - Recuperação de Áreas Degradadas

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 74.000,00
-------	---------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,
05 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 416.14

DECRETO SAF/Nº. 416/14, de 05 de novembro de 2014.
FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS E EDIFICAÇÕES, SANEAMENTO BÁSICO, REFORMA URBANA, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS(SERVIÇO OPERACIONAL).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. De 10 de novembro de 2014 a 22 de fevereiro de 2015, o horário de expediente da Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos (Serviço Operacional), será das 06:00h as 12:00 horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,
05 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 415.14

DECRETO SAF/Nº. 415/14, de 05 de novembro de 2014.
FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das repartições públicas do Município de 15 de dezembro de 2014 a 22 de fevereiro de 2015, é assim fixado:

I - Sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul:
Das 07:30h às 13:00h;

II - Secretaria de Obras Viárias e Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos(Serviço Administrativo):
Das 07:30h às 13:00h;

III - Secretaria de Agricultura e Abastecimento:
Das 07:30h às 13:00h;

IV - Secretaria de Ação Social e da Família:
Das 07:30h às 13:00h;

V - Secretaria de Saúde Pública:
Das 07:30h às 13:00h(Serviço Administrativo - Unidade Central);

VI - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDAC:
Das 07:30h às 13:00h;

VII - Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:
Das 07:30h às 13:00h.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do disposto no caput deste artigo as Unidades Escolares, as Unidades de Saúde ESF's, CAPS e o Pronto Atendimento, que cumprem horários próprios, e as atividades consideradas essenciais ao serviço público.

Art. 2º. Revogam-se o Decreto SAF/Nº. 545/14, de 26 de novembro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 408/14

DECRETO SAF/Nº. 408/14, de 03 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 771, de 09 de março de 2007,

RESOLVE

Colocar à disposição do Fórum da Comarca de Urussanga, com ônus para o órgão de origem, o servidor ANTÔNIO CARLOS FELTRIN, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, a partir desta data.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,
03 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 407/14

DECRETO SAF/Nº. 407/14, de 28 de outubro de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNI-
CIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atri-
buições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de
2013, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a
seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref. Serviços
Públicos
1.025 - Infraestrutura de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.0094 – Apli- cações Diretas	R\$ 5.754.623,27
---	------------------

TOTAL	R\$ 5.754.623,27
-------	------------------

Parágrafo único. A suplementação ocorre por conta do excesso ou
provável excesso de arrecadação na fonte recursos TCE 24- Re-
cursos de Convênios, conforme termo de compromisso n. TC/PAC
0427/2014 - Funasa.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de outubro de 2014
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 57/2014 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 57/2014

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e
Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wo-
loszym Brum de Oliveira, Diretora de Assistência Social, que de-
clarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da
Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em
07 de novembro de 2014, para prestação de serviços em regime
de fretamento, do transporte de idosos, para o Encontro Municipal
de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal
nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11
e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, em favor da
empresa TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME, no valor total estimado
de R\$659,00 (seiscentos e cinquenta e nove reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Ha-
bitação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 7/2014 – FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.
7/2014- FMAS

Objeto: Aquisição de livros para as crianças dos Centros de con-
vivência CRAS I e II, com recursos oriundos do Convênio SCFV,
conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 26/11/2014.
Abertura: dia 26/11/2014 08h30min. no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br Informações complementares: o Edital em
inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page
www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações
poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Mu-
nicipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º
andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das
13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 06 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos a serem utilizados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, com recursos próprios e Federais - Programa Brasil Carinhoso, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/11/2014.

Abertura: dia 21/11/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 55/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 55/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Extingue a aposentadoria concedida à segurada inativa HEDA KRÜTZMANN.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir a aposentadoria concedida à segurada inativa HEDA KRÜTZMANN, pela Portaria nº 003, de 19 de janeiro de 2005, em face do falecimento da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de setembro de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 7 de novembro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2014- PMC

Objeto: Aquisição de material didático pedagógicos para uso nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS, da Rede Municipal, com recursos oriundos do Governo Federal - Programa Brasil Carinhoso, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 27/11/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 27/11/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 494/2014

DECRETO Nº 494, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO PROPORCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 19, da Lei Complementar 93/2013,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação proporcional por Tempo de Serviço, sobre o vencimento do cargo efetivo, à servidora pública municipal, conforme discriminativo abaixo.

NOME	TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL PROPORCIONAL (%)
Tania Mara Maggioni da Silva	9 meses	0.70

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 03 de novembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 495/2014

DECRETO Nº 495, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. . SIRLEY TEREZINHA SEIBT, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o laudo médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 496/2014

DECRETO Nº 496, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA MUNICIPAL PARA SERVIR O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e artigo 76 - parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 18/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica cedida a partir do dia 06 de novembro do corrente ano a servidora municipal Sra. TANIA MARA MAGGIONI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, para servir o Poder Legislativo deste Município.

Art. 2º A cedência funcional não gerará ônus para o ente de origem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 498/2014

DECRETO Nº498 /2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. SIDONIA SALETE CECON MERISIO, ocupante do cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014 a partir do dia 01/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SIDONIA SALETE CECON MERISIO

Ciente em: ____/____/2014

DECRETO N. 499/2014

DECRETO Nº499 /2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI , ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 16/02/2013 a 15/02/2014 a partir do dia 15/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI Ciente em: ____/____/2014

DECRETO N. 500/2014

DECRETO Nº500 /2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. KATIANE ORTOLAN ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 a partir do dia 22/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KATIANE ORTOLAN Ciente em: ____/____/2014

DECRETO N. 501/2014

DECRETO Nº 501, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. RAFAELA REGINA PACÍFICO DEZEN , ocupante do cargo de Gerente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social , 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, que serão gozadas a partir de 17/11/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RAFAELA REGINA PACÍFICO DEZEN

Ciente em: ____/____/2014

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO PR Nº 19/2014

Ata referente ao Processo Licitatório 23/2014, Edital de Pregão Presencial FMS 19/2014, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADOR PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Aos sete dias do mês de Novembro de dois mil e quatorze, às 08:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se o pregoeiro e sua equipe de apoio, para abertura e julgamento das propostas e da documentação das empresas participantes do certame licitatório. Após questionamento das empresa GLOBAL NET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME e B&B INFORMATICA LTDA ME sobre a descrição do objeto acima mencionado, a comissão julgou necessário o cancelamento do processo licitatório, pelo seguinte motivo:

* A DESCRIÇÃO DO OBJETO ESTA EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS COMPUTADORES A SEREM ADQUIRIDOS COM RECURSOS DA PORTARIA 2363 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

Ato continuo a pregoeira questionou aos licitantes quanto a intenção de promover recursos onde houve a expressa manifestação em não promover-lo, sendo assim o pregoeiro deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente ata que será publicada no site da Prefeitura e no Diário oficial dos municípios.

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 86

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 86/2014

Contratado: MAURI ANTÔNIO CAMBRUZZI

Objeto: Contratação de empresa para demolição e retirada de materiais de uma edificação de 423 m², antiga Magirus, em alvenaria de um pavimento, localizada na Rua Amazonas, na cidade de Coronel Freitas - SC conforme anexo D.

Valor: R\$ R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Vigência: 31/12/2014

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 27a/2014

Empresa com preços registrados: Auto Mecânica Brugalli ME

CNPJ: 00.547.529/0001-20

Itens: 01

Total: R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais)

Ata Registro de Preço nº 27b/2014

Empresa com preços registrados: Mecânica Jones Ltda ME

CNPJ: 01.762.059/0001-80

Itens: 02

Total: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Coronel Freitas (SC), 10 de Novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08:00 horas, no dia 08 de dezembro de 2014, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
PEDREIRO	RAMON CASTILHO RAVARENA	1º

O candidato supra relacionado deverá apresentar até o dia 04 de dezembro de 2014, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
- 12.Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
- 13.Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
- 14.Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
- 15.Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
- 16.Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- 17.Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
- 18.Declaração de bens e fontes de rendas;
- 19.Declaração de dependentes junto ao INSS;
- 20.Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/sc, telefone n. (49) 3459-0014, no dia 10 de novembro de 2014, às 08:00 horas, a qual será atendido para realização de

consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

a não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 06 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

ERRATA A PORTARIA Nº. 173/2014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

ERRATA A PORTARIA Nº. 173/2014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº. 173, de 07 de novembro de 2014, a qual possui erro, onde lê-se:

ONDE LÊ - SE: Férias ao Servidor Sr. Gilson Eduardo Pahl, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, a partir do dia 10 de novembro de 2014, em virtude da portaria nº. 115 de 07 de julho 2014, a qual requisitou o retorno ao serviço do servidor no dia 07 de julho de 2014 pelo período de 06 dias.

LEIA-SE: Férias ao Servidor Sr. Gilson Eduardo Pahl, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, a partir do dia 17 de novembro de 2014, em virtude da portaria nº. 115 de 07 de julho 2014, a qual requisitou o retorno ao serviço do servidor no dia 07 de julho de 2014 pelo período de 06 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 07 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

Regulamenta o percentual de recolhimento mensal da alíquota de contribuição do Risco Acidente de Trabalho - RAT pelo Município de Coronel Martins/SC.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC, no uso de suas atribuições legais,

DETERMINA:

Art. 1.º Para fins de contribuição previdenciária do Risco Acidente de Trabalho - RAT, fica definido o percentual de 1% (um por cento) acerca do recolhimento da alíquota referente à Seguridade Social com respectivo CNAE - 8513-9/00, conforme preceito legal determinante da preponderância da atividade econômica desempenhada pelo município - Ensino Fundamental.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Coronel Martins/SC, 07/11/2014.
Prefeito Municipal
Dirceu Favretto

Correia Pinto

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 49/2014 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 49/2014
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 49/2014 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, alterando-se o objeto da licitação, que passa a ser lido: "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.", mantendo-se a mesma data e horário, dia 17 de novembro de 2014, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 10 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.493/2014.

DECRETO Nº 4.493/2014.
REGULAMENTA A LEI Nº 3.380/2000, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º O presente Decreto regulamenta as normas do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de acordo com a Lei 3.380/2000, que dispõe sobre o abate de animais e produtos de origem animal e produtos de origem vegetal, destinados ao consumo humano, no Município de Curitibanos - SC.

Art. 2º Os casos não relatados nesta regulamentação, ficam sujeitos ao Decreto-Lei Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA de Santa Catarina.

CAPÍTULO I

DAS CARNES, PESCADOS E LEITE IN NATURA

Art. 3º O abate de animais para o consumo humano ou para matéria-prima destinada à fabricação de derivados, bem como beneficiamento de leite e peixes, no Município de Curitibanos, estarão sujeitos às seguintes condições:

- I - o abate e a industrialização de carnes, peixes, leite, ovos, produtos apícolas, frutas, cereais e outros produtos de origem animal e vegetal só poderão ser realizados em estabelecimentos registrados no SIM ou em órgão equivalente do Estado ou da União;
- II - as carnes e peixes, usados na alimentação humana, que devem ser limpos e frescos, resfriados ou congelados;
- III - denomina-se leite, sem outra especificação, o produto normal fresco, integral, oriundo da ordenha completa e ininterrupta de vacas ou cabras sadias;
- IV - é obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde a fonte de origem, seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo Único - Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte;

V - as demais exigências para produção de derivados de leite obedecerão aos cuidados de higiene previstos no RIISPOA e na Legislação Sanitária Municipal;

VI - os animais serão submetidos à inspeção ante-mortem e post-mortem e serão abatidos mediante processo humanitário, sendo que a manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização deverão observar os requisitos de uma boa higiene;

VII - os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais para identificação de sua procedência;

VIII - os veículos de transporte de carnes, peixes e vísceras comestíveis, deverão ser providos de meios para produção e/ou manutenção de frio, observando-se as demais exigências regulamentares da Vigilância Sanitária Municipal de Curitibanos/SC.

CAPÍTULO II**DA LOCALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ABATEM E INDUSTRIALIZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL**

Art. 4º Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de abate e industrialização de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal para o comércio, sem que o mesmo esteja inteiramente instalado e equipado com dependências mínimas, máquinas e utensílios diversos, que deverão ser compatíveis com a capacidade de produção, a qual será considerada no título de registro do estabelecimento.

Art. 5º No interesse da saúde pública e do meio ambiente, os estabelecimentos de abate, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal, destinados ao comércio, deverão atender as seguintes condições:

I - localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza;

II - ser instalados, de preferência, no centro de terreno devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas, com exceção para aqueles já instalados e que disponham de afastamento em relação às vias públicas, os quais poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição estejam interiorizadas;

III - dispor de abastecimento de água potável para atender, suficientemente, as necessidades de trabalho de estabelecimentos que manipulem, beneficiem ou industrializem produtos de origem animal ou produtos de origem vegetal como doces, cristalizados, avinagrados, embutidos etc.

IV - dispor de água quente quando necessário, para uso diverso e suficiente às necessidades do estabelecimento;

V - possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

VI - ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, de fácil lavagem e desinfecção;

VII - possuir forro de material impermeável, resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização;

VIII - dispor de dependências de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados, as quais devem ser construídas com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

IX - dispor de mesas de material resistente e impermeável, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção;

X - dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa, que permitam uma fácil lavagem e desinfecção. Nos locais de acesso às dependências e dentro das mesmas, deverão ter pias em boas condições de funcionamento. Os acessos também devem ser providos de lavadouros de botas;

XI - dispor de rede de esgoto, com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a um sistema de escoamento e de instalações para retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do meio ambiente;

XII - dispor de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizados em seu corpo;

XIII - dispor de área e suficiente pé direito nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos

equipamentos, principalmente da trilhagem aérea, no caso de abatedouro de bovinos, a fim de que os bovinos dependurados após o atordoamento permaneçam com a ponta do focinho distante, no mínimo 75 cm (setenta e cinco centímetros) do piso, no caso de esfolagem aérea.

Parágrafo Único - A juízo do SIM, será aceita a esfolagem em cama, desde que sejam atendidas as exigências higiênicas-sanitárias mínimas e tecnologias suficientes;

XIV - dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos no caso de abatedouro com pisos pavimentados, apresentando ligeiro declínio no sentido dos ralos. Tais instalações deverão ser providas de bebedouros para utilização pelos animais e de pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

XV - dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, acabamento das carcaças e da manipulação dos miúdos, com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças, já esfoladas, entre si, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM;

XVI - prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras não comestíveis;

XVII - dispor de adequada iluminação natural e artificial e telas em todas as janelas e outras passagens para o interior, além das demais aberturas, de modo a impedir a entrada de insetos e roedores;

XVIII - dispor de depósito para a guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados no matadouro e/ou unidade de beneficiamento.

CAPÍTULO III**DOS PROCEDIMENTOS PARA O ABATE DE ANIMAIS**

Art. 6º Os estabelecimentos subordinados ao SIM poderão estar adequados ao abate de bovinos, ovinos, suínos, caprinos, coelhos, aves e peixes.

Art. 7º Só será permitido o sacrifício de animais após 10 a 30 segundos da insensibilização, seguida de imediata e completa sangria, pela incisão da veia jugular ou punção direta no coração, que deverá ocorrer num espaço nunca inferior a 3 (três) minutos da insensibilização, sendo que a esfolagem só pode ser iniciada após o término da operação de sangria.

Art. 8º Em suínos, a operação de depilação e raspagem será realizada logo após o esaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, acrescentando-se, também, a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração.

§ 1º Quando forem utilizados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos e sanitários deverão ser atendidos rigorosamente.

§ 2º A evisceração deverá ser realizada no máximo em 30 (trinta) minutos após a sangria, visando impedir a evisceração retardada.

Art. 9º As aves podem ser depenadas a seco ou após a esaldamento na água à temperatura de 82º C a 90º C, pelo tempo necessário, desde que não ocorra a cocção da carcaça.

Art. 10 - No caso dos peixes, este deverá chegar ao local da matança vivo, introduzido em água limpa ou clorada, sendo abatido, descamado ou esfolado, eviscerado, resfriado e/ou congelado imediatamente.

Art. 11 - O evisceramento dos animais será realizado sob as vistas do funcionário do SIM em local que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas e a carcaça.

§ 1º Sob pretexto algum, pode ser retardada a evisceração e, para tanto, não devem ficar animais dependurados nos trilhos durante os intervalos de trabalho.

§ 2º A cabeça do animal, antes de ser destacada, será marcada para permitir sua identificação com a carcaça, seguindo-se procedimento análogo em relação às vísceras.

Art. 12 - Os trabalhos de evisceração, em todas as espécies animais, deverão ser executados com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo o serviço de inspeção sanitária, em caso de contaminação, aplicar as medidas higiênicas preconizadas em tais casos.

CAPÍTULO IV

DA INSPEÇÃO ANTE E POST-MORTEM E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA DE ANIMAIS

Art. 13 - Os animais a serem abatidos deverão estar acompanhados de documentos de procedência e apresentarem perfeitas condições de saúde.

§ 1º Qualquer caso suspeito de doença implica em exame clínico do animal ou lote, procedendo-se, quando necessário, o isolamento e aplicando-se as medidas próprias da Defesa Sanitária Animal que cada caso exigir;

§ 2º Os casos não previstos na inspeção ante-mortem serão regulamentados pelo RIISPOA.

Art. 14 - A inspeção post-mortem consiste no exame de todos os órgãos e tecidos, abrangendo a observação de seus caracteres externos, sua palpação e abertura dos gânglios linfáticos correspondentes, além de cortes sobre o parênquima dos órgãos, quando necessário.

Art. 15 - O SIM considerará, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras, o previsto no RIISPOA.

Art. 16 - Matança de emergência é o sacrifício imediato de animais apresentando condições que exijam essa providência.

Parágrafo Único - Devem ser abatidos de emergência os animais doentes e agonizantes, a juízo do inspetor.

Art. 17 - São considerados impróprios para o consumo os animais que, sacrificados de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos no RIISPOA.

Art. 18- Animais abatidos de emergência ou que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, poderão, a juízo do SIM, ser aproveitados.

Art. 19 - É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário do SIM.

Art. 20 - As inspeções ante e post-mortem só poderão ser realizadas por profissionais devidamente treinados junto ao Serviço de Inspeção Estadual - SIE ou Serviço de Inspeção Federal - SIF e credenciados pelo Município para exercerem a atividade de inspetor do SIM, nos casos cabíveis e aceitáveis pela legislação.

Parágrafo Único - É obrigatória a presença de pelo menos um Médico Veterinário durante o abate.

Art. 21 - Caberá ao SIM adotar critérios para o funcionamento das graxarias industriais.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO DE CONSERVAS

Art. 22 - Será proibido o emprego de substâncias nocivas ao consumidor e que possam diminuir o valor nutritivo dos alimentos derivados de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal como salgados, defumados, desidratados, açucarados, cristalizados, avinagrados, embutidos etc., cozidos ou não.

Art. 23 - Os alimentos podem ser acondicionados em latas, vidros, plásticos, papel impermeável, tripas, sendo que os recipientes de lata e vidro devem ser lavados externa e internamente com água em temperatura não inferior a 80º C (oitenta graus centígrados).

Art. 24 - As conservas enlatadas que exijam esterilização pelo calor úmido devem ser submetidas a essa operação após hermeticamente fechadas, submetida a vácuo direto ou indireto e, imediatamente esfriada, respeitada a peculiaridade do produto.

Art. 25 - Situações não previstas nesta regulamentação deverão ser consultadas em legislação estadual ou federal vigente. Nos casos omissos deverá ser consultado um técnico em alimentos.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSAMENTO DE OVOS

Art. 26 - Só podem ser expostos ao consumo público ovos frescos ou conservados, quando previamente submetidos a exame previsto no RIISPOA.

Art. 27 - Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

Art. 28 - As pequenas partidas de ovos, não excedentes a 40 (quarenta) dúzias diárias, poderão ser comercializadas, desde que estejam com a casca limpa, íntegra e acondicionados em embalagens identificadas com etiqueta ou rótulo aprovado pelo SIM, devendo constar a data de embalagem, data de validade, nº do relacionamento e nome do produtor.

§ 1º Ovos de outras espécies de aves que não os de galinha, deverão constar o nome da espécie no rótulo ou etiqueta.

§ 2º Estes ovos deverão ser submetidos à classificação e ovoscopia pelo produtor, estando este sujeito a penalidades, caso comercialize ovos estragados.

CAPÍTULO VII

DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DO PESSOAL, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES

Art. 29 - Todas as dependências dos matadouros, das indústrias ou unidades de beneficiamento devem ser mantidas em condições de higiene antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art. 30 - Será exigido que os operários lavem as mãos e botas antes de entrar no ambiente de trabalho, na saída dos sanitários e quando necessário, durante a manipulação, e se despojem de todos os adornos como brincos, esmaltes de unhas e outros.

Art. 31 - Deverão ser marcados os equipamentos, carrinhos, tanques e caixas, de modo a evitar quaisquer confusões entre aqueles destinados aos produtos e aqueles usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou carnes utilizadas na alimentação de animais, utilizando-se em tal marcação as denominações comestíveis, não comestíveis e condenados.

Art. 32 - Deverão ser desinfetados, diária e convenientemente os

pisos e paredes, assim como os equipamentos e utensílios usados nos estabelecimentos que manipulem alimentos, utilizando-se em tais operações os desinfetantes previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 33 - Os estabelecimentos que estiverem sob o controle do SIM deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros vetores, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só será permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Art. 34 - Será exigido do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, o uso de uniforme de cor branca, protetores de cabeça e botas, devendo esta indumentária ser mantida convenientemente limpa.

Art. 35 - Os funcionários dos estabelecimentos que atuam na manipulação de materiais não comestíveis ou condenados deverão usar uniforme diferenciado e proceder à desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados.

Art. 36 - Será proibido aos funcionários fazerem suas refeições nos locais de trabalho, bem como depositar produtos, objetos ou materiais estranhos às dependências ou, ainda, guardar roupas de qualquer natureza fora do setor especialmente destinado para tal.

Art. 37 - Será proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer uma das dependências do estabelecimento, sob pena de infração por parte da autoridade sanitária.

Art. 38 - Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessária a substituição, raspagem, pintura e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos dos estabelecimentos sob controle.

Art. 39 - Deverão ser lavados e desinfetados tantas vezes quantas necessárias e mediante orientação do SIM, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para a guarda, pouso e contenção de animais vivos ou para depósito de resíduos industriais, bem como de qualquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 40 - Deverão ser mantidas convenientemente limpas as caixas de sedimentação de resíduos, intercaladas e ligadas à rede de esgoto.

Art. 41 - Deverão ser conservados ao abrigo de qualquer contaminação os produtos comestíveis, durante a fase de sua obtenção, bem como nas fases de estocagem, embarque e transporte.

Art. 42 - Fica vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por forma e composição possa causar prejuízos à manipulação, estocagem e transporte de matérias-primas ou dos produtos finais dos estabelecimentos.

Art. 43 - Não será permitida a utilização de qualquer dependência do matadouro ou estabelecimento, como residência.

Art. 44 - Dos operários que atuam nos estabelecimentos sob controle do SIM, será exigido que portem carteira de saúde, a qual deverá ser atualizada semestralmente.

Art. 45 - É vedada a entrada de pessoas estranhas às atividades nos estabelecimentos sob controle do SIM, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, bem como pelo responsável pelo SIM.

CAPÍTULO VIII

DA ROTULAGEM, ETIQUETAGEM E DA CARIMBAGEM DOS DERIVADOS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 46 - As matérias-primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada em indústrias e/ou comércio de Curitiba/SC deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgão federal, estadual ou do SIM, devidamente identificados por rótulos, etiquetas, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo Único - Tratando-se de pescado ou carnes in natura, estas deverão ser submetidas ao frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 47 - Os produtos elaborados serão devidamente rotulados, etiquetados e/ou carimbados conforme as determinações do SIM e da legislação sanitária municipal, estadual e/ou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 48 - Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e sua utilização obedecerá à legislação federal, estadual e municipal a respeito.

Art. 49 - A rotulagem ou etiquetagem dos produtos derivados de carnes, pescados, leite, ovos, conservas e demais produtos de origem animal e produtos de origem vegetal deverá ser aprovada pelo SIM e pela Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 50 - As carcaças, cortes de carcaças e cortes armazenados, em trânsito ou entregues ao comércio, oriundos de estabelecimentos sob controle do SIM, devem estar identificados por meio de carimbo.

§ 1º A carimbagem conterá, obrigatoriamente, a palavra INSPECIONADO, o número de registro do estabelecimento e a palavra SIM, a qual representará o Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º As carcaças de aves, pescados e outros pequenos animais de consumo serão isentas de carimbo direto desde que acondicionadas por peças, em embalagens individuais e invioláveis, onde conste o referido carimbo, juntamente com os demais dizeres exigidos para os rótulos.

CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO DO SIM E DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O SIM disporá de pessoal técnico do Quadro de Pessoal do Município ou em convênio com outros órgãos, em número adequado à realização da inspeção sanitária ante-mortem, post-mortem e tecnológica, obedecendo à legislação vigente e este pessoal ficará vinculado à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único - No exercício de suas atividades o pessoal técnico do SIM, utilizará indumentária adequada com dizeres que identifiquem sua condição funcional.

Art. 52 - O SIM manterá atualizados dados estatísticos referentes ao abate, industrialização de carnes, produção de leite e derivados, condenações de animais, industrialização ou manipulação de outros produtos de origem animal, além de outros dados julgados importantes.

Art. 53 - No que couber, o SIM desenvolverá ações conjuntas com a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual utilizando-se, sempre que necessário recursos técnicos e laboratoriais disponíveis nestes organismos.

Parágrafo Único - O SIM bem como a Vigilância Sanitária poderão exigir reinspeção dos produtos, sempre que julgarem necessário.

Art. 54 - As infrações a este Regulamento serão punidas pelos servidores do SIM ou da Vigilância Sanitária e consistirão de: apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Municipal podendo atingir a cassação do registro do estabelecimento.

§ 1º Quando as infrações sanitárias forem mais graves, além da imposição de penalidades o SIM informará oficialmente o Ministério Público;

§ 2º Inclui-se entre as infrações previstas neste Regulamento, ato que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização.

Art. 55 - Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Regulamento, consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal que:

I - Apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, com caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - Forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - Contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV - Forem prejudiciais ou imprestáveis à alimentação por qualquer motivo;

V - Não estiverem de acordo com o previsto neste Regulamento.

Parágrafo Único - Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multa, suspensão ou cassação do Registro do Estabelecimento pela Inspeção Municipal serão adotados os seguintes critérios:

VI - Nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana;

VII - Nos casos de condenação, pode-se permitir o aproveitamento das matérias-primas e produtos para fins não comestíveis ou para alimentação animal, ambos mediante assistência do SIM.

Art. 56 - Além dos casos específicos previstos neste Regulamento são consideradas adulterações, fraudes e falsificações, como regra geral:

I - Adulterações:

a) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;

b) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto, sem prévia autorização do SIM;

c) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste na composição dos rótulos;

d) quando se verifique intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

II - Fraudes:

a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais dos produtos, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;

b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão dos produtos fabricados;

c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou valor nutritivo intrínseco;

d) conservação com substâncias proibidas;

e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - Falsificações:

a) quando os produtos forem elaborados e expostos ao consumo com forma, caracteres de rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham autorizado;

b) quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 57 - Aos infratores de dispositivos deste Regulamento e de atos complementares e instruções que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - Multa de 05 (cinco) UFM:

a) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado nos casos previstos neste Regulamento e os destinarem a fins comerciais;

b) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais do SIM para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados no SIM;

c) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;

d) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Regulamento;

e) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros Municípios procedentes de estabelecimentos sem Inspeção Estadual ou Federal;

f) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel que, de acordo com o presente Regulamento, devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;

g) às pessoas físicas ou jurídicas que embaraçarem ou burlarem a ação dos servidores do SIM no exercício de suas funções;

h) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;

i) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;

j) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SIM;

k) aos estabelecimentos que prepararem com finalidade comercial produto de origem animal novo e não padronizado, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo SIM.

II - Multa de 10 (dez) UFM:

a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento e a higiene dos equipamentos e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos;

b) aos responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de saúde pública;

c) aos que acondicionarem ou embalsamarem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;

d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo do SIM na testeira dos rótulos ou nos produtos;

e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;

f) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagens para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades;

g) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e

carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados pelo SIM;

h) ao responsável por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente analisados pelo SIM;

i) aos que expuserem à venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;

j) aos que usarem indevidamente os carimbos da Inspeção Municipal;

k) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção do SIM que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem.

III - Multa de até 100 (cem) UFM, devido à gravidade da infração:

a) aos responsáveis por quaisquer alterações: adulterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;

b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite, animais doentes, que tenham sido afastados do rebanho pelo SIM ou outro órgão ligado à defesa sanitária animal;

d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM possam ser prejudicados em suas condições de consumo;

e) aos que se utilizarem de quaisquer meios de suborno ou tentativa de suborno; ou usarem de violência contra servidores do SIM ou de órgãos oficiais, no exercício de suas atribuições;

f) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;

g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pelo SIM;

h) ao responsável por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Regulamento ou nas fórmulas aprovadas ou ainda sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológicos do processo de fabricação;

i) ao responsável por estabelecimentos que fizerem comércio intermunicipal de produtos de origem animal, sem que tenham feito o respectivo registro no SIM;

j) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados no SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal.

Art. 58 - Todo produto de origem animal exposto à venda no município, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e firma responsável, será sujeito às penalidades previstas neste Regulamento.

Art. 59 - As penalidades a que se refere o presente Regulamento serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública ou policial.

Art. 60 - As multas até aqui previstas serão dobradas na reincidência, e em caso algum isentam o infrator da inutilização do produto, nem tampouco da ação criminal correspondente.

Art. 61- Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, e identificando o estabelecimento e responsáveis.

Art. 62 - O auto de infração deve ser assinado pelo servidor do SIM que constatar a irregularidade, pelo proprietário do estabelecimento ou representante e por duas testemunhas. Parágrafo Único - Sempre que o infrator ou as testemunhas se negarem a assinar o auto de infração, será certificado a respeito no

próprio auto remetendo-se ao proprietário uma das vias registrada ou mediante recibo.

Art. 63 - A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo em quatro vias, na seguinte forma:

a) 1ª - via - será entregue ao infrator

b) 2ª - via - remetida ao SIM

c) 3ª - via - à Vigilância Sanitária Municipal e a quarta, constituirá o próprio talão de infrações.

Art. 64 - Nos casos em que fique evidenciado não haver dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração, a fiscalização deixará de aplicar multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto, advertir o infrator e orientá-lo convenientemente.

Art. 65 - O infrator, terá 72 horas (setenta e duas horas) para efetivar o pagamento da multa e exibir ao SIM o competente comprovante de recolhimento.

Parágrafo Único - As multas serão recolhidas à conta da Prefeitura Municipal de Curitiba, devendo esta instrução constar nos formulários impressos dos talões de autuações.

Art. 66- O não recolhimento da multa no prazo legal implica, além da execução fiscal, na suspensão imediata da Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 67 - Os servidores do SIM ou de outros órgãos com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou inspeção sanitária, têm livre acesso em qualquer dia e hora, em estabelecimentos que manipulem, armazenem ou transacionem produtos de origem animal.

Art. 68 - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, poderá, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, convênir-se com instituições que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como, com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para a implantação e funcionamento da inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando à garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados nos estabelecimentos abrangidos por este Regulamento.

Art. 69 - O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através de Portarias, Instruções Normativas e Ordens de Serviço dará solução a questões decorrentes do presente Regulamento visando seu melhor cumprimento.

Art. 70 - As despesas com execução desse Regulamento correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 71 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba (SC), 30 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Furlan
Secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

DECRETO Nº 4.494/2014

DECRETO Nº 4.494/2014

ESTABELECE NOVAS DISPOSIÇÕES PARA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO CRIADO PELA LEI Nº 5.050/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 5.050/2013,

DECRETA

Art. 1º. Os usuários que deixarem de pagar a tarifa de estacionamento e que forem notificados através de aviso de Irregularidade poderão proceder a regularização na forma prevista pelo art. 15 e seu § 4º do Decreto n. 4.350/2014 com as alterações do Decreto n. 4.484/2014 desde que o veículo não tenha sido anteriormente autuado pela Polícia Militar.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal
Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

DECRETO Nº 4.495/2014

DECRETO Nº 4.495/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei nº 5.149/2013.

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 4.316,00 (Quatro mil trezentos e dezesseis reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013.

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS

3390000000.00.0353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 4.316,00

PARA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS

4490000000.00.0353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 4.316,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de Outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.496/2014

DECRETO Nº 4.496/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 28 de outubro de 2014 - terça-feira, em virtude das comemorações do Dia do Servidor Público.

Art. 2º. Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.497/2014

DECRETO Nº 4.497/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.309/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.309/2014 no montante de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2003 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 21.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE AD-
MIN. E FINAN.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 14.200,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08.122.0006.2018 RPPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS

3191000000.00.0123 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENT.
R\$ 40.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

4690000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.1022 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRAN-
CISCO

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 12.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E
EVENTOS

3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
..... R\$ 80.000,00

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 16.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.695.0026.2066 MANUT. DAS ATIV. P/ DESENV. DO TURISMO
LOCAL

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 17.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.813.0029.1012 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 90.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$
392.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do or-
çamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n.
5.309/2014 no montante de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa
e dois mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUT. DA PROCURADORIA JURÍDICA

3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 35.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.2062 MANUT. DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUT. DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 127.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 10.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$
392.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados
recursos das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal anu-
ladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de
outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Mu-
nicipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.498/2014

DECRETO Nº 4.498/2014

ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PRE-
FEITURA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICI-
PAL DE SAÚDE NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N . 5.310/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo
artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento
da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.310/2014
no montante de R\$ 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil reais)
a saber :

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

3290000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 500.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.0000.0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
4690000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 80.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 580.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.310/2014 no montante de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
3190000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 410.000,00
3390000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS
.....R\$ 170.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... R\$ 580.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 4.499/2014

DECRETO Nº 4.499/2014
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.311/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social e na forma autorizada pela Lei n. 5.311/2014 no montante de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais) a saber :

ANULAÇÃO
04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
3190000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.600,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 20.600,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.311/2014 no montante de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO
04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.1005 OBRAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
4490000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 20.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 20.600,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Curitiba, 29 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal
João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.500/2014

DECRETO Nº 4.500/2014
ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.312/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.312/2014 no montante de R\$ 262.077,20 (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e sete reais, vinte centavos) a saber :

ANULAÇÃO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.490.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 41.294,00
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.036 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES
4.490.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 9.193,49
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
4.490.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 101.589,71
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS
3.350.00.00.00.00.00.0033 TRASF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS
..... R\$ 25.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.024 RGPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 85.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 262.077,20

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.312/2014 no montante de R\$ 262.077,20 (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e sete reais, vinte centavos) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 110.077,20

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.025 RPPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.00.00.00.00.0033 APLIC. DIRETAS-OPER.INTRA-ORÇAMENTO...R\$ 152.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 262.077,20

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

20 de outubro de 2014.

OF/PROJUR/ 295/2014
Assunto: Projeto de Lei nº 142/2014

Senhor Presidente

Por meio deste encaminhamos à vossa apreciação o Projeto de Lei n. 140/2014 que visa anular e suplementar dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Solicitamos ainda a deliberação da matéria em REGIME DE URGÊNCIA na forma regimental.

Atenciosamente

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
João Flaris Camargo
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitiba - SC

DECRETO Nº 4.501/2014

DECRETO Nº 4.501/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA FORMA DA LEI N. 5.313/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.313/2014, no montante de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 10.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 6.000,00
44900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 5.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... R\$ 46.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso ESTADO, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.502/2014

DECRETO Nº 4.502/2014

ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI N. 5.314/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal e na forma autorizada pela Lei n. 5.314/2014 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL**02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.05 SECRET. DE TRANSPORTE E OBRAS**

26.781.0019.2064 MANUT. DO AEROPORTO MUNICIPAL

3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS

... R\$ 23.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO**02.07 SECRET. DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO

3350000000.00.123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

R\$ 14.000,00

4400000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS

... R\$ 13.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO

. R\$ 50.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.314/2014 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**01.00 PODER LEGISLATIVO****01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.1037 REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS

..R\$ 15.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO**01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS

..R\$ 35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.294/2014

LEI Nº 5.294/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - O Orçamento do Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Demonstrativo III - Das Metas fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Demonstrativo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de Receita

Demonstrativo VIII - Margem de expansão das Despesas obrigatórias de caráter continuado

Demonstrativo IX - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as Receitas

Demonstrativo X - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Despesas

Demonstrativo XI - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Demonstrativo XII - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o resultado nominal.

Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Demonstrativo XIV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo XV - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Demonstrativo XVI - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, são consolidados.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Os valores correntes dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 7º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Parágrafo Único - De conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2014, 2015, 2016 e 2017.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 8º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 9º - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO

MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 10 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais, parcelamento de débitos e contratos a longo prazo.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balançetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2014, 2015, 2016 e 2017.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 11 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, estão definidas e demonstradas nos anexos extraídos do Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 12 - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único: O orçamento dos fundos poderá ser incorporado ao orçamento 2015 da Prefeitura Municipal apenas como unidade orçamentária, mediante lei específica.

Art. 13 - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Fundações e Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos. (arts. 1º, § 1º; 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 15 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos demais Poderes e

do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 16 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º e 31, § 1º, II da LRF)

I - proibição de realizar operações de crédito interna ou externa por antecipação de receita

II - redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III - redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 17 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18 - O orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 10% da Receita Orçamentária prevista, destinada a obtenção de resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos Fiscais desta lei. (Art. 5º, III "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal.

Art. 21 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de

bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2015, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, de atendimento à saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da aplicação dos recursos, na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de contas do Município.

Art. 24 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda o equivalente a Três vezes o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único - O remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único: Para as ações já existentes e relacionados nos anexos do Plano Plurianual - Lei 5.051/2013, fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas modalidades de aplicação e fontes de recursos por decreto.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 31 - A lei orçamentária para 2015, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Excesso de Arrecadação para suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 32 - A lei orçamentária para 2015, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Superávit Financeiro do exercício anterior para Suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 33 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 34 - A Lei Orçamentária para 2015 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, para abertura de créditos adicionais suplementares.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observados os limites estabelecidos pela resolução do Senado Federal e na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas, obedecido a ordem abaixo, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de

Responsabilidade Fiscal.

- I - redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV - proibição de contratação ou admissão de pessoal a qualquer título, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único do art. 22 da LRF;
- V - demissão de servidores municipais não estáveis na forma da Lei Complementar nº 026/2002;
- VI - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 41 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o " 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - O Município poderá receber assistência técnica e cooperação financeira da União para modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária com vistas ao cumprimento das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta

orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 14 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.295/2014

LEI Nº 5.295/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULO E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados, autorizando ainda a sua desafetação pública:

I - FIAT/DUCATO - Minibus, ano 2008/2008 RENAVAL 966062301, placas MET 8094, cor branca do patrimônio Municipal;

II - Um veículo GM CHEVROLET/ ASTRA SEDAN ADVANTAGE, álcool/gasolina, ano 2008/2008, RENAVAL 955628113, placas MEN 3033, cor branca;

III - Um veículo VW/PARATI 1.8, álcool/gasolina, ano 2008/2008, RENAVAL 959924256, placas MMFG 1043, cor branca;

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda dos veículos descritos no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa dos veículos descritos nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.296/2014

LEI Nº 5.296/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, NÃO-RESIDENCIAIS E NÃO-EDIFICADOS QUE ADOTEM MEDIDAS VISANDO A ACESSIBILIDADE COM A IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º Fica instituído no âmbito do Município de Curitibanos o Programa CALÇADA PARA TODOS, com o objetivo de fomentar o direito à acessibilidade, em contrapartida à concessão de redução de alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 2.º - A título de incentivo, será concedida redução de 10% (dez por cento) do valor do Imposto Predial - IP e Imposto Territorial - IT lançados no carnê do IPTU do exercício seguinte à implantação dos passeios, aos proprietários de imóveis residenciais, não-residenciais, e não-edificados, que adotarem a implantação (construção ou reconstrução) de calçadas com acessibilidade segundo os modelos determinados pelo Poder Executivo.

Art. 3º - A redução da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será concedida uma única vez, de forma não cumulativa e sem caráter de permanência no exercício seguinte à data da conclusão das calçadas e não poderá ser objeto de novo pedido, salvo em relação a outro imóvel.

Parágrafo único: Somente estarão incluídos no programa os contribuintes que realizarem a construção ou reconstrução de calçadas a partir da publicação desta lei.

Art. 4.º - Os padrões técnicos mínimos para cada calçada/passeio serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo e dependerão de análise prévia da Secretaria de Planejamento.

Art. 5.º - O interessado na obtenção do benefício tributário deverá protocolizar pedido, previamente à execução dos serviços informando o local onde será construída a calçada e o projeto adotado, pleiteando a concessão do benefício no exercício fiscal seguinte, instruído com documentos comprobatórios e detalhamento das medidas que adotará.

§ 1.º - Para obter o incentivo fiscal, o contribuinte deverá estar quite com suas obrigações tributárias, ou adimplente com acordo de parcelamento perante a municipalidade.

§ 2.º - A Secretaria Municipal de Planejamento designará um responsável técnico para realizar vistoria e analisar o local onde será executada a calçada, emitindo parecer sobre o pedido.

§ 3º. O contribuinte terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão do serviço, a contar do primeiro dia útil seguinte à ciência do deferimento do pedido.

§ 4º. Concluída a implantação das calçadas, o contribuinte deverá prestar esta informação ao Município através de requerimento.

§ 5.º - Após análise técnica e vistoria no local da execução da calçada, o Secretário Municipal de Planejamento elaborará parecer conclusivo sobre a concessão ou não do benefício e o atendimento

das normas desta lei.

§ 6.º - Sendo favorável o parecer, o pedido será enviado à Secretaria de Administração e Finanças para providências.

§ 7.º - A não-concessão do benefício ensejará, após ciência do interessado, o arquivamento do processo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, estabelecendo, dentre outros dispositivos, os modelos das calçadas com as indicações da acessibilidade e os requisitos necessários à elaboração e aprovação de projetos de construção dos passeios.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.297/2014

LEI Nº 5.297/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Sérgio Miranda, inscrito no CPF sob n. 045.584.389-90, do lote 08 da Quadra 02-A (Antigo lote 10 da quadra 17), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Juvenal José Rodrigues, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 18 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 5.013/2013.

Curitibanos, 15 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.298/2014

LEI Nº 5.298/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marta de Souza Correa, inscrito no CPF sob n. 981.717.809-97, do lote urbano, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 312,00 m² (Trezentos e doze metros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Virgílio Alves de Moraes, esquina com a Rua Prudente Visconde Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 26,00 metros confronta com a Rua Virgílio Alves de Moraes;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 26,00 metros confronta com Karine Camargo de Almeida;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Patrimônio Municipal;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Prudente Visconde Moraes.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 3.955/2006.

Curitibanos, 22 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.299/2014

LEI Nº 5.299/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Karine Camargo de Almeida, inscrito no CPF sob n. 090.000.089-99, do lote urbano, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 312,00 m² (Trezentos e doze metros quadrados), localizado ao lado leste da Rua Prudente Visconde Moraes, distando 12,00m com a Rua Virgílio Alves de Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 26,00 metros confronta com Marta de Souza Correa;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 26,00 metros confronta com Patrimônio Municipal;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Patrimônio Municipal;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Prudente Visconde Moraes.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 3.955/2006.

Curitibanos, 15 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.300/2014

LEI Nº 5.300/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Ivo França Moreira, inscrito no CPF sob n. 500.828.339-15, do lote 21 da quadra 09-A (antiga da quadra 24), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 306,00 m² (Trezentos seis metros quadrados), localizado ao lado noroeste da Rua José Fioravante Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 10 da mesma quadra;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua José Fioravante Moraes;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,50 metros confronta com o lote 20 da mesma quadra;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,50 com o lote 22 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 3.955/2006.

Curitibanos, 15 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.301/2014

LEI Nº 5.301/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTONIO DE PÁDUA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Adriano da Silva, inscrito no CPF sob n. 944.350.819-20, do lote urbano, Bairro Santo Antonio de Pádua, em forma de retângulo com área de 272,87 m² (duzentos e sete e dois metros e oitenta e sete décimos quadrados), localizado ao lado leste da Rua Cristiano Pellizzaro, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 16,81 metros confronta com Teresinha Salete Fortes;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 2,56 metros confronta com a Rua Cristiano Pellizzaro;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 28,51 metros confronta com Claudia Moreira;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 24,60 metros confronta com a Rua Claudia Moreira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.302/2014

LEI Nº 5.302/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antonio Carlos Ferreira, inscrito no CPF sob n. 033.467.039-08, do lote 06 da quadra 19-A (Antiga 34), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado ao lado leste da Rua João Jesus de Lima, distando 39,00 m ao norte da Rua Romeu Valdomiro Wordell, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 14 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua João Jesus de Lima.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.303/2014

LEI Nº 5.303/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTONIO DE PÁDUA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Henrique Carvalho, inscrito no CPF sob n. 218.998.609-59, do lote urbano, Bairro Santo Antonio de Pádua, em forma de retângulo com área de 1.065,00 m² (mil e sessenta e cinco metros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Tiago Felipe, esquina a oeste com a Rua João Granemann Camargo, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:
Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 34,00 metros confronta com Hermínio Alves dos Reis;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 37,00 metros confronta com a Rua Tiago Felipe;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Hermínio Alves dos Reis;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 30,15 metros confronta com a Rua João Granemann Camargo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.304/2014

LEI Nº 5.304/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013, aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapas das quadras 67, 69 e 91, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LISTA DE NOMES - PEDIDO DE OUTORGA BAIRRO SÃO LUIZ

QUADRA 67

Nome	Lote	Área
José Maria Alonso de Souza	01	273,00m ²
Oseias Cardoso Rodrigues	02	252,00m ²
Soeli Aparecida Ribeiro dos Santos	03	252,00m ²
Osni França Pereira	04	252,00m ²
Mayara dos Santos Proença	05	252,00m ²
Leonice de Melo Franco	06	252,00m ²
Sebastião Ribeiro	07	252,00m ²
Juliano Mattos de Almeida	08	252,00m ²
Rosa Maria Pereira de Souza	09	252,00m ²
Giovani Gemra	10	252,00m ²
Margarete Mello Grimes	11	273,00m ²
Reni Antunes Tavares	12	273,00m ²
Celeni Flores Raulino	13	273,00m ²
Adriana dos Santos	14	252,00m ²
Aldori Gatner Pires	15	252,00m ²
Zenilda Stefanek	16	252,00m ²
Zulmira França Cruz Nogueira	18	252,00m ²
José Celso Ataíde de Souza	19	252,00m ²
Marines Ferrais Becker	20	252,00m ²
Otavio Caetano Ferreira	22	273,00m ²

QUADRA 69

Nome	Lote	Área
Julio Cesar da Silva Souza	07	262,65m ²
Oracir da Silva	08	510,00m ²
Antonio Carlos Felipe Cardoso	10	363,60m ²
Ivanir Mariano Cardoso	11	449,16m ²
Roselene Mariano Cardoso	12	208,82m ²

QUADRA 91

Nome	Lote	Área
Joarez Leal de Oliveira	02	282,15m ²
Maria Ivone Neves Leandro	04	398,23m ²
Neuro Mantovani	05	297,29m ²
Aurea Celia Couto Mantovani	06	297,29m ²
Elton André Kretzler	09	295,92m ²
Agenor Correa Sobrinho	10	296,34m ²
Jacira Rodrigues de Souza	12	316,92m ²
Paulo Rodrigues	14	285,66m ²
Maria Joaquina Branco Garcia	17	299,04m ²
Darci Schirmer	18	274,45m ²
Nilda Pires dos Santos	19	374,70m ²
Charles Carlos da Silva	20	292,74m ²
Rosalina dos Santos	29	325,06m ²
Sandra Regina Carvalho	35	272,00m ²
Dejair Pereira dos Santos	36	256,00m ²
Jaciara Aparecida dos Santos	37	273,60m ²

LEI Nº 5.305/2014

LEI Nº 5.305/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTONIO DE PÁDUA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João Tadeu Alves dos Santos, inscrito no CPF sob n. 935.507.079-91, do lote 07 da quadra 122, Bairro Santo Antonio de Pádua, em forma de retângulo com área de 229,57 m² (duzentos e vinte e nove metros e cinquenta e sete décimos quadrados), localizado ao lado sul da Rua Nicolau Signorelli, distando 80,00m a leste da Rua Paulo Bernadoni, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:
Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 10,00 metros confronta com a Rua Nicolau Signorelli;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 10,00 metros confronta com o lote 10 da Evonir Krieger dos Santos;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 22,96 metros confronta com o lote 06 de Luiz Carlos Melo de Godoy;
Ao Leste: por uma linha reta e seca na distância de 23,03 metros confronta com o lote 08 de Eloni Aparecida Fernandes e lote 09 de Rogério Nicanor Ribas (espólio).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 5.148/2013.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.306/2014

LEI Nº 5.306/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Celso Conceição da Silva, inscrito no CPF sob n. 310.040.409-20, de lote urbano, Bairro Água Santa, em forma de retângulo com área de 210,60 m² (duzentos e dez metros e sessenta décimos quadrados), localizado ao lado sul da Rua Rossa Fogaça, distando 26,20m a oeste da Rua Carlos Didomenico, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:
Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 11,30 metros confronta com a Rua Rossa Fogaça;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 10,30 metros confronta com Prefeitura Municipal de Curitiba;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 20,00 metros confronta com Vanderlei de Jesus;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 19,00 metros confronta com Prefeitura Municipal de Curitiba.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.307/2014

LEI Nº 5.307/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Valdelino da Silva, inscrito no CPF sob n. 500.824.349-72, de lote urbano, Bairro Água Santa, em forma de retângulo com área de 262,50 m² (duzentos e sessenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), localizado ao lado sul da Rua Possidoni Pereira de Camargo, distando 14,30m a oeste da Rua Francisco Rauem, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros, sendo 3,50m com a Rua Possidoni Pereira de Camargo e 10,50m com o lote de João Francisco da Silva;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros confronta com Prefeitura Municipal de Curitiba;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros, sendo 15,00m com Adilson dos Santos Fulgieri e 15,00 com João Francisco da Silva;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Nelson Padilha de Oliveira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 22 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.308/2014

LEI Nº 5.308/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO ADITIVO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS - ADC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo aditivo com a Associação Desportiva Curitiba referente ao convênio autorizado pela Lei n. 5.171/2014 para alteração do objeto do convênio, sem alteração de valor.

Art. 2º. Pelo termo aditivo fica alterado o objeto do convênio para inclusão da participação da equipe de futsal masculino adulto nas competições Copa Santa Catarina de Futsal, Jogos Abertos Regionais e Jogos Abertos Estadual.

Art. 3º. Ficam mantidas as demais cláusulas do convênio original.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando o art. 3º da Lei n. 5.171/2014.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Francisco Carlos do Carmo
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Termo de Convênio nº 05/2014, celebrado entre o Município de Curitiba e a Associação Desportiva Curitiba - A.D.C.

O MUNICÍPIO DE Curitiba, situado à Rua Vidal Ramos, nº 860, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Antonio Guidi, e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob nº 08.582.180/0001-79, neste ato representada por seu presidente doravante denominado CONVENIENTE, resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, para alterar a cláusula segunda do Convênio 05/2014 conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à Associação, para cobertura das despesas com a participação do Futebol de salão categoria masculino adulto e sub 17 masculino junto ao Campeonato Estadual de Futsal, Copa Santa Catarina de Futsal, Jogos Abertos Regionais e Jogos Abertos Estadual representando oficialmente o Município, cabendo à interveniente a fiscalização do cumprimento das obrigações da associação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REVOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Fica revogada a cláusula quarta do convenio 05/2014 permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

E por estarem de comum acordo firmam este Termo em 3 vias de igual teor e forma.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Associação Desportiva Curitiba

LEI Nº 5.309/2014

LEI Nº 5.309/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2003 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 21.800,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE AD-
MIN. E FINAN.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 14.200,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
08.122.0006.2018 RPPS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
3191000000.00.0123 APLIC. DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENT.
R\$ 40.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.0000.0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
4690000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0019.1022 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRAN-
CISCO
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 12.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E
EVENTOS
3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
..... R\$ 80.000,00
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 16.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
23.695.0026.2066 MANUT. DAS ATIV. P/ DESENV. DO TURISMO
LOCAL
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 17.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.813.0029.1012 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
.... R\$ 90.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$
392.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar
as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal
na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$
392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2004 MANUT. DA PROCURADORIA JURÍDICA
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 35.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.2062 MANUT. DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.2071 MANUT. DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 127.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 10.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
04.121.0002.2007 MANUT. DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
3190000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 70.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$
392.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados
recursos das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal anu-
ladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro
do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.310/2014

LEI Nº 5.310/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇA-
MENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA E SUPLEMENTAR
NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações
orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma au-
torizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 580.000,00 (
Quinhentos e oitenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL
02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
08.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA
3290000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 500.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 28.843.0000.0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
 4690000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 80.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO
 R\$ 580.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
 3190000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 410.000,00
 3390000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS
R\$ 170.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
 R\$ 580.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.
 José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
 Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 5.311/2014

LEI Nº 5.311/2014
 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social e na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais) a saber :

ANULAÇÃO
 04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
 3190000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 20.600,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 20.600,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO
 04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0005.1005 OBRAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
 4490000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 20.600,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 20.600,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.
 José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
 Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.312/2014

LEI Nº 5.312/2014
 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 262.077,20 (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e sete reais, vinte centavos) a saber :

ANULAÇÃO
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 41.294,00
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.1.036 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES
 4.4.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 9.193,49
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
 4.4.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 101.589,71
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS
 3.3.50.00.00.00.00.00.0033 TRASF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS
 R\$ 25.000,00
 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.024 RGPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 85.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 262.077,20

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 262.077,20 (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e sete reais, vinte centavos) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0033 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 110.077,20

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.025 RPPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.00.00.00.00.0033 APLIC. DIRETAS-OPER.INTRA-ORÇAMENT...R\$ 152.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 262.077,20

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde
20 de outubro de 2014.

OF/PROJUR/ 295/2014
Assunto: Projeto de Lei nº 142/2014

Senhor Presidente

Por meio deste encaminhamos à vossa apreciação o Projeto de Lei n. 140/2014 que visa anular e suplementar dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Solicitamos ainda a deliberação da matéria em REGIME DE URGÊNCIA na forma regimental.

Atenciosamente

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
João Flaris Camargo
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitibanos - SC

LEI Nº 5.313/2014

LEI Nº 5.313/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 10.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 6.000,00
44900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 5.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - ESTADO/FMAS
33900000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 46.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso ESTADO, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de outubro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.314/2014

LEI Nº 5.314/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal e na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL**02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO****02.05 SECRET. DE TRANSPORTE E OBRAS**

26.781.0019.2064 MANUT. DO AEROPORTO MUNICIPAL

3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS

... R\$ 23.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO**02.07 SECRET. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO

3350000000.00.123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

R\$ 14.000,00

4400000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS

... R\$ 13.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO

. R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**01.00 PODER LEGISLATIVO****01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.1037 REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS

..R\$ 15.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO**01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS

..R\$ 35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal anuladas no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014

O Fundo Municipal de Cultura de Curitiba, SC neste ato representado por seu titular, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço por Lote, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE 2 CASAS DE MADEIRA, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 26/11/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 26/11/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br. Curitiba, 07 de Novembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 269/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 269/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE FIREWALL UTM HIGH AVAILABILITY PARA INSTALAÇÃO NO CPD DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/11/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 24/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 04 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 16/2014**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 16/2014
ALTERA O ARTIGO 91 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Curitibaanos, nos termos do art. 36, § 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica do Município de Curitibaanos - SC:

Art. 1º O artigo 91 da Lei da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91 A Procuradoria Geral do Município, tem por chefe o Procurador Geral do Município, de livre nomeação do Prefeito, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferentemente com experiência em áreas diversas da administração Municipal, na forma da legislação específica."

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibaanos, 04 de novembro de 2014.

João Flaris Camargo Sidnei Furlan

Presidente Vice-presidente

Luiz Carlos Righes Júnior
1º Secretário

Arcilio Alves
2º Secretário

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATOS 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 097/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Valdemiro Dionel Schimidt..

Objeto: Contratação de empresa para realização de reforma e ampliação do CRAS - Centro de Referencia e Assistência Social. Conforme projeto, memorial descritivo e orçamento, .Origem: Processo 116/2014 Modalidade: DL 116/2014 - Valor R\$ 8.712,00 Vigência: 06/11/2014 até 31/12/2014. Dionísio Cerqueira 06/11/2014

Flavio Berté

Prefeito em Exercício.

RESULTADO LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL nº 116/2014, Objeto: Contratação de empresa para realização de reforma e ampliação do CRAS - Centro de Referencia e Assistência Social. Conforme projeto, memorial descritivo e orçamento,, - Vencedor: Valdemiro Dionel Schimidt Valor R\$ 8712,00 Dionísio Cerqueira 06/11/2014

Flavio Berté

Prefeito em Exercício

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO 079/2014

DECRETO nº 079 de 22 de outubro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 75.196,56m² (setenta e cinco mil, cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano com área de 75.196,56m² (setenta e cinco mil cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, e com o lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pela curva de transição em 9,36m até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.289, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados oito lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 626,43m² (seiscentos e vinte e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, em (2) dois segmentos, defletindo à direita num ângulo de 74°12'04" com a curva de transição em 9,36m, até o ponto P1, e deste segue em uma linha reta de 22,00m com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90°36'6" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 89°31'24" em uma linha reta de 22,15m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P18, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 104°52'17" em uma linha reta de 19,17m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 667,27m² (seiscentos e sessenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P18, e deste segue pelo lado impar da mesma em 19,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P18, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°0'26"

em linha reta de 25,00m, deste sendo; 22,15m, com o lote nº 01, até o ponto P17, e mais 2,85m, com o lote nº 05, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P16, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 108°30'23" em uma linha reta de 28,00m, sendo 7,80m, com o lote nº 05, até o ponto P14, e mais 20,20m, com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P15, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72°48'38" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P19, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107°26'23" em uma linha reta de 28,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P18, início desta descrição, sendo esta a Frente.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 23.169,76m² (vinte e três mil, cento e sessenta e nove metros e setenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P19, e deste ponto segue pelo lado impar da mesma em 47,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P19, em cinco segmentos; seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°33'37" em linha reta de 25,00m, com o lote nº 02, até o ponto P15, defletindo à esquerda num ângulo de 287°11'22" em uma linha reta de 20,20m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 71°30'32" em uma linha reta de 55,00m, sendo 14,18m, com o lote nº 05, até o ponto P13, e 20,67m, com o lote nº 06, até o ponto P12, e mais 20,15m, com o lote nº 07, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P11, defletindo à esquerda num ângulo de 270°19'47" em uma linha reta de 2,60m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P10, defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 279,43m, sendo 20,40m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P09, e mais 259,03m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P26, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P25, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 335,98m, com terras de Juran-dir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P24, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita em (5) cinco segmentos num ângulo de 109°17'58" em uma linha reta de 9,79m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P23, defletindo à direita num ângulo de 72°21'50" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, até o ponto P22, defletindo à esquerda num ângulo de 287°43'42" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 04, até o ponto P21, defletindo à esquerda num ângulo de 252°32'9" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P20, deste segue defletindo à direita num ângulo de 107°22'20" em uma linha reta de 20,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P19, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP - Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 4.944,60m².

IV - Lote nº04 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 418,40m² (quatrocentos e dezoito metros e quarenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P20, e deste ponto segue pelo lado impar da mesma em 67,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara

Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P20, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°37'40" em linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P21, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 107°27'51" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P22, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72°16'18" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P23, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107°38'10" em uma linha reta de 20,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P20, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada por um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP - Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 136,35m².

V - Lote nº05 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 588,47m² (quinhentos e oitenta e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P2, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 22,00m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P2, com ângulo de 89°23'54" em linha reta de 19,45m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P3, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita em (3) três segmentos; num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 14,18m, com o lote nº 03, até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 108°29'28" em uma linha reta de 7,80m, com o lote nº 02, até o ponto P16, defletindo à esquerda num ângulo de 251°29'37" em uma linha reta de 2,85m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°28'36" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P2, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VI - Lote nº06 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 660,48m² (seiscentos e sessenta metros e quarenta e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P3, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 41,45m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,67m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; deste segue defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,67m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este os Fundos; deste segue defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VII - Lote nº07 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 639,73m² (seiscentos e trinta e nove metros e setenta e três decímetros quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue

pelo lado par da mesma em 62,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,00m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P5, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m; sendo 29,40m, com o lote nº 08, até o ponto P10, e mais 2,60m, com o lote nº 03 ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,15m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P4, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VIII - Lote nº08 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 599,33m² (quinhentos e noventa e nove metros e trinta e três decímetros quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P5, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 82,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P5, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,40m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 29,47m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 20,40m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,40m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P5, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

IX - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 47.826,69m² (quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P6, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 102,52m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P6, em dois segmento; num ângulo de 89°31'49" em linha reta de 7,23m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P7, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 9,62m, com os fundos da Rua Clara Marcarini, até o ponto P8, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°26'34" em uma linha reta de 713,60m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.146), até o ponto P28, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 71°42'04" em uma linha reta de 113,00m, com terras de Americana Granitos do Brasil Ltda. (Matricula nº 2.713), até o ponto P27, sendo este os Fundos; defletindo à direita em quatro segmentos num ângulo de 107°28'38" em uma linha reta de 422,90m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P25, defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com o lote nº 03, até o ponto P26, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 259,03m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,47m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P06, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica

avermada uma faixa de APP - Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 344,30m².

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 022 de 24 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de outubro de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 22 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

DECRETO 080/2014

DECRETO nº 080 de 22 de outubro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 24.971,52m² (vinte e quatro mil novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área total de 24.971,52m² (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.288, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados quatro lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 435,86m² (quatrocentos e trinta e cinco metros e oitenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, com ângulo de 109°25'24" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P1, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°50'25" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 02,

a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°43'03" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P9, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°01'09" em uma linha reta de 35,00m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.145), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 443,03m² (quatrocentos e quarenta e três metros e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P1, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.131,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P1, em dois segmentos; com ângulo de 109°09'35" em linha reta de 2.67m, até o ponto P2, defletindo a direita num ângulo de 175°55'59" em linha reta de 10,33m, ambos com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P3, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 74°49'31" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°47'57" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°16'57" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P1, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 439,39m² (quatrocentos e trinta e nove metros e trinta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.144,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 105°10'29" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 75°20'27" em uma linha reta de 35,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°57'55" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°12'03" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

IV - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 23.653,24m² (vinte e três mil seiscentos e cinquenta e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.157,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, em dois segmentos com ângulo de 105°20'27" em linha reta de 0,63m, até o ponto P5, defletindo à esquerda num ângulo de 183°07'18" em uma linha reta de 73,52m com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°42'01" em uma linha reta de 307,13m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P7, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 59°06'08" em uma linha sinuosa de 160,00m, com a margem direita do Rio Capivari, até o ponto P8, sendo este os Fundos; defletindo à direita em três segmentos sendo; num ângulo de 141°33'51" em uma linha reta

de 117,29m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matrícula nº 5.145) até o ponto P9, defletindo a direita num ângulo de 106°58'51" em uma linha reta de 39,00m, sendo; 13,00m, com o lote nº 01, até o ponto P10, e 13,00m, com o lote nº 02, até o ponto P11, e mais 13,00m com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.288), até o ponto P12, defletindo a esquerda num ângulo de 253°02'05" em uma linha reta de 35,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.288), até o ponto P4, início desta descrição, sendo esta o Lado Esquerdo. A dita área é gravada com área de APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE numa faixa de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Rio Capivari e da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 6.624,84m².

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 23 de 24 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de outubro de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 22 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

DECRETO 081/2014

DECRETO Nº 081, de 24 de outubro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.343,33.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 3.343,33 (três mil trezentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.12. 361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12. 361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12. 361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPOR- TE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS COR- RENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1580000	SALARIO EDUCAÇÃO	3.343,33

TOTAL	3.343,33
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO	3.343,33

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de ArrecadaçãoR\$ 3.343,33

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de outubro de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 24 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO 082/2014

DECRETO nº 082 de 24 de outubro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Elfriede Konell CPF 687.158.119-72 casada com Gerold Konell CPF 309.200.199-00, contendo uma área de 7.508,00m² (sete mil, quinhentos e oito metros quadrados).conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um imóvel urbano, situado no lado par da Rua Aparecida, Núcleo Urbano de Salto Donner, Município de Doutor Pedrinho-SC, distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, a distância de 74,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua da Glória, com a área de 7.508,00m² (sete mil quinhentos e oito metros quadrados), devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 4.192, livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel será desmembrado um lote e ficando uma área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com a área de 1.339,12m² (um mil, trezentos e trinta e nove metros e doze décimos quadrados), situado no lado par da Rua Aparecida, Núcleo Urbano de Salto Donner, Município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, a distância de 74,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua da Glória, iniciando sua descrição no ponto denominado (P.1), segue pela Frente, com ângulo interno de 86°40'02", e distância de 28,33 metros, confrontando com o lado par da Rua Aparecida, até o vértice P.2; defletindo à direita, segue pelo Lado Direito, em linha curva, com distância de 9,46 metros, até o vértice P.3; defletindo a direita, segue com distância de 34,51 metros, confrontando com terras de Gerold Konell

(área remanescente), até o vértice P.4; defletindo à direita, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89°21'36", e distância de 31,77 metros, confrontando com terras de Gerold Konell (área remanescente), até o vértice P.5; defletindo a direita, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 94°21'35", e distância de 40,00 metros, confrontando com terras de Gerold Konell (matrícula nº4.191), até o vértice P.1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 144,07 metros.

I - Área Remanescente: Terreno urbano, com a área de 6.168,88m² (seis mil, cento e sessenta e oito metros e oitenta e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Aparecida, Núcleo Urbano de Salto Donner, Município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, a distância de 102,33 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua da Glória; iniciando sua descrição no ponto denominado (P.1), segue pela Frente, em linha reta, com distância de 18,04 metros, confrontando com o lado par da Rua Aparecida, até o vértice P.2; defletindo à direita, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 89°36'47", e distância de 175,18 metros, confrontando com terras de Gerold Konell (matrícula nº1.623), até o vértice P.3; defletindo à direita, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 59°15'31", e distância de 57,00 metros, confrontando com a margem direita do Rio Benedito, até o vértice P.4; defletindo a direita, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 118°45'18", e distância de 102,00 metros, sendo: 54,50 metros com terras de Helmuth Doemer (matrícula nº5.092), 14,50 metros com terras de Flávio Cesar Schmid (matrícula nº5.091), e 33,00 metros com terras de Paulo Doemer (matrícula nº5.090), até o vértice P.5; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 87°39'25", e distância de 2,00 metros, confrontando com terras de Gerold Konell (matrícula nº4.191), até o vértice P.6; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 278°02'57", e distância de 4,00 metros, confrontando com terras de Gerold Konell (matrícula nº4.191), até o vértice P.7; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 85°38'25", e distância de 31,77 metros, confrontando com o lote nº01, à desmembrar, de propriedade de Gerold Konell, até o vértice P.8; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 270°38'24", e distância de 34,51 metros, confrontando com o lote nº01, à desmembrar, de propriedade de Gerold Konell, até o vértice P.9; defletindo a esquerda, segue em linha curva, com distância de 9,46 metros, confrontando com o lote nº01, à desmembrar, de propriedade de Gerold Konell, até o vértice P.1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 433,96 metros. O dito imóvel é gravado com uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP), de 15,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio Benedito com área de 850,71m², conforme averbação AV2-4.192 de 19/09/2014.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de outubro de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 24 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

DECRETO 083/2014

DECRETO Nº 083, de 31 de outubro de 2014.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15,60.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 15,60 (quinze reais e sessenta centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS	15,60
TOTAL		15,60
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		15,60

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de ArrecadaçãoR\$ 15,60

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de outubro de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 31 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

Erval Velho**PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 026/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 051/2014

Edital de Pregão Presencial nº 026/2014

Objeto: Aquisição de material e mão-de-obra para Decoração Natalina.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 20/11/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Forquilha**PREFEITURA****ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 195/PMF/2014**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 195/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 195/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS (REMANESCENTES) DE URBANIZAÇÃO DA AVENIDA 25 DE JULHO COM A IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIA, NO BAIRRO VILA LOURDES, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, CONFORME PROGRAMA GPD - CONTRATO Nº. 0301982-47/2009.

Às dez horas do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 195/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas FELTRIN E CIA LTDA EPP, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participantes das empresas Fbb Engenharia e Construção Ltda o Sr. Fabio Bratti e Feltrin e Cia Ltda Epp a Sra. Gilda Rosso Cibien e o Engº. Sr. Leandro Arns Back. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global apresentado foi: FELTRIN E CIA LTDA EPP, R\$ 110.464,76 (cento e dez mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos); FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, R\$ 110.230,50 (cento e dez mil duzentos e trinta reais e cinquenta centavos); e TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA 116.265,42 (cento e dezesseis mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada estava de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 07 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK
Engenheira Civil

FELTRIN E CIA LTDA EPP
Gilda Rosso Cibien

FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME
Fabio Bratti

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 92/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 92/2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 175/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada para execução da readequação do padrão de entrada de energia elétrica nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha-SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 175/PMF/2014 de 24/10/2014 para 13/11/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 11/02/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/FMA/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 18/FMA/2014;
OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, (mini empacotadeira), através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de novembro de 2014 às 08:00 horas.
EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço eletrônico: www.cidadecompras.com.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 07:59 horas do dia 24/11/2014. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico acima citado.

Forquilha, 07 de novembro de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

ACÓRDÃO - CARTÓRIO RG IMÓVEIS

Processo Administrativo nº 4137/2013

Relator: Moisés Amadeu Patrício

TRIBUTÁRIO. FISCALIZAÇÃO. PRORROGAÇÃO. ARTIGO 560 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA DO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS. ACATAMENTO.

O Cartório do Registro de Imóveis não é sujeito passivo da obrigação tributária a qual é pessoal do tabelião e notários. Inteligência do artigo 236 da Constituição Federal, Artigo 150 do Decreto nº 3000/1999 e Artigo 11 da IN nº 1005/2010 da Receita Federal do Brasil. Nulidade do Auto de Infração que se mantém. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 4137/2014 em sede de reexame necessário (recurso de ofício) nos termos do artigo 622 do Código Tributário Municipal:

ACORDAM, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e no mérito negar provimento.

RELATÓRIO

A Ação Fiscal teve início através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 0005/2013, de 16 setembro de 2013 (fls. 02/03) onde foi solicitada a apresentação dos recibos de prestação de serviços emitidos entre os dias 01/01/2010 a 31/08/2013 e o livro caixa do período de 2010 a 2013,

O Autuado fez a entrega da documentação no dia 26 de setembro de 2013.

Da análise dos documentos apresentados foi emitido Auto de Infração e Termo de Intimação nº 005/2013 (fl. 16), para recolhimento do ISSQN sobre os serviços de registros públicos, cartorários e notariais de acordo com as cominações legais, no valor de R\$ 74.493,15 (setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos).

O CRI apresentou defesa nas fls. 4570/4580, em dois vértices:

O primeiro solicitando a nulidade do Auto de Infração e Termo de Intimação por ter ocorrido a prorrogação da ação fiscal quando já decorrido o prazo originalmente estabelecido, bem como em face de ter havido mais três prorrogações.

A segunda por ausência de Personalidade Jurídica do Tabelionato, de acordo com os artigos 121 do Código Tributário Nacional c/c artigo 129 do Código Tributário Municipal.

O Sr. Fiscal contestou o feito nas fls. 4584/4587 e a Autoridade Fiscal julgou o recurso nas fls. 4588/4591, em ambas as peças demonstrou que não houve extrapolção de prazos para a conclusão dos trabalhos e que as prorrogações havidas estão amparadas no § 2º do inciso III do artigo 560 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 53/2013), acatando a tese de nulidade da cobrança do ISSQN por ilegitimidade passiva da obrigação tributária, em face da inexistência de personalidade jurídica do Cartório de Registro de imóveis de Fraiburgo.

Ascenderam os Autos por força do recurso de ofício.

É o relatório

VOTO

No tocante às prorrogações de prazo, não há nulidade a ser sanada, pois de acordo com o contido no § 2º do inciso III do art. 560 do Código Tributário Municipal, fica clara a possibilidade de prorrogação do prazo bem como de fazê-lo sucessivamente, não tendo do que se manifestar a esse respeito.

Art. 560. A aplicação da legislação tributária municipal será fiscalizada pela Autoridade Fiscal vinculada a Secretaria Municipal de Finanças, e, tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributário ou seu preposto;

II - apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais;

III - o começo do despacho aduaneiro ou outro procedimento alfandegário necessário no caso de importação de serviços do exterior do País.

§ 1.o O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2.o Para os efeitos do disposto no § 1.o, os atos referidos nos incisos I e II valerão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, sucessivamente, por igual período com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

§ 3.o A fiscalização será extensiva as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou isenção de caráter pessoal.

Quanto a Personalidade Jurídica, o Cartório de Registro de Imóveis de Fraiburgo detêm inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), por obrigatoriedade imposta pelo inciso X do Artigo 11 da Instrução Normativa nº 1005/2000, emitida pela Receita Federal do Brasil, in verbis:

Art. 11. São também obrigados a se inscrever no CNPJ:

X - serviços notariais e registrais (cartórios), de que trata a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994;

Mas a própria Receita Federal de acordo com o Artigo 150 do Decreto-Lei 3000/1999, exclui os Tabeliães, Notários e Oficiais Públicos da tributação como pessoa Jurídica:

Art. 150. As empresas individuais, para os efeitos do imposto de renda, são equiparadas às pessoas jurídicas (Decreto-Lei nº 1.706, de 23 de outubro de 1979, art. 2º).

III - as pessoas físicas que promoverem a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos, nos termos da Seção II deste Capítulo (Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, arts. 1º e 3º, inciso III, e Decreto-Lei nº 1.510, de 27 de dezembro de 1976, art. 10, inciso I).

§ 2º O disposto no inciso II do parágrafo anterior não se aplica às pessoas físicas que, individualmente, exerçam as profissões ou explorem as atividades de:

IV - serventuários da justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos e outros (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 6º, alínea "d");

Portanto os Cartórios não possuem personalidade jurídica, sendo que o pagamento do ISSQN é devido pela pessoa física titular da delegação do serviço público.

Diante do exposto o meu voto é pela manutenção da decisão que declarou a nulidade do Auto de Infração nº 05/2013. Pelo conhecimento e desprovisionamento do recurso de ofício.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, decidiu conhecer do recurso de ofício e no mérito negar-lhe provimento.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 04 de novembro de 2014, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Dr. Alisson Luiz Soligo, Cladi Ana Frozza Vescovi, Lucas Dalagnoli, funcionando como representante da Fazenda Pública o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2014.

Moisés Amadeu Patrício

RELATOR

ACÓRDÃO - RICARDO BRUSTOLIN - ME

Processo Administrativo nº 3128/2014

Auto de Infração nº 0207/2014

Relator: Alisson Luiz Soligo (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ENVIO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE LIVRO FISCAL ELETRÔNICO - MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI - DISPENSA POR DISPOSIÇÃO LEGAL. CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. O Micro Empreendedor Individual - MEI está dispensado da obrigação acessória de envio de livro fiscal eletrônico prevista na Lei Municipal 1.934/2007, por força do disposto no Art. 97, § 1º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94, o que culmina no cancelamento do Auto de Infração.

2. Recurso de Ofício conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos (Processo Administrativo nº 3128/2014) em que figura como contribuinte o empresário individual Ricardo Brustolin - ME:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de Ofício.

Relatório

Relator: Alisson Luiz Soligo - Representante da Associação Empresarial de Fraiburgo - ACIAF.

Trata-se de Recurso de Ofício, previsto nos Arts. 622 e 623 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, em razão da decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 12-14, que acolheu a defesa de fls. 04-07, cancelando o auto de infração nº 0207/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 25/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 207/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados nas competências 09 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração, em

11/07/2014 o contribuinte, protocolizou sua DEFESA ADMINISTRATIVA às fls. 04-07, alegando em síntese: a) o desconhecimento das sanções que poderia vir a sofrer; b) a desobrigação do contribuinte em prestar tais informações, em razão de sua condição de Micro Empreendedor Individual - MEI. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0207/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 08-09, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu o cancelamento do Auto de Infração.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 12-14, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), conheceu da defesa e determinou o cancelamento do referido auto de infração.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, II da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Alegou o contribuinte que, no período constante do Auto de Infração, de 09 a 12/2013, estava enquadrado na condição de Micro Empreendedor Individual - MEI, juntando comprovantes de tal situação.

Por tal razão, conforme previsão legal expressa estaria desobrigado a informar os serviços prestados e tomados no período, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, o que determinaria o cancelamento imediato do Auto de Infração.

Conforme reconhecido pelos Auditores Fiscais em 1º Grau, razão assiste ao contribuinte.

Observa-se dos documentos de fls. 06, 10 e 11, até 31/12/2013 o contribuinte Ricardo Brustolin - ME, era optante pelo SIMPLES NACIONAL, como Micro Empreendedor Individual - MEI.

Fato este incontroverso, já que devidamente comprovado documentalmente nos presentes autos.

Quanto a análise de direito, observa-se que como muito bem destacou a Sra. Auditora Fiscal em sua decisão de fl. 12-14, ao citar a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94, de 29/11/2011, que prevê em seu Art. 97, § 1º que "o MEI fica dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis", dentre outras obrigações acessórias atinentes a outros contribuintes. Assim, não restam dúvidas que a decisão de 1º Grau, que cancelou o Auto de Infração, deve ser mantida intacta, já que observou as normas legais atinentes ao caso.

Do Voto

Diante de todo o exposto, conheço do Recurso de Ofício, mantendo na íntegra a r. decisão de fl. 12-13 e o cancelamento imediato do Auto de Infração nº 207/2014.

É assim que voto.

D e c i s ã o

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, o Conselho decidiu conhecer do Recurso de Ofício e negar seu provimento.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da

Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 03 de novembro de 2014, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, representante do contribuinte, Lucas Dalagnol e Moisés Amadeu Patrício, representando a Fazenda Pública.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2014.

Alisson Luiz Soligo

Conselheiro - Representante da ACIAF

Relator

PORTARIA Nº 20192014

PORTARIA Nº 2.019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035, de 30 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0171/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SANTINA LOURENÇO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.652.049-00, na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 10 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 10.11.2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
05/11/2014	FNS	BLVGS	21.295,14
05/11/2014	FNS	BLVGS	2.500,00
05/11/2014	FNS	BLVGS	8.872,98
05/11/2014	FNS	BLVGS	3.848,88
05/11/2014	FNS	BLAFB	15.499,33

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVENIO 07/2014

EXTRATO DO CONVENIO 007/2014

CONVÊNIO: 007/2014

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Dança de Garopaba - ADAG.

CNPJ: 10.784.989/0001-25

OBJETO: Assegurar a realização do 10º Garopaba em Dança - Fase I, nos dias 13, 14, 15 e 16 de novembro de 2014, neste no Município

VIGÊNCIA: 07/11/2014 a 31/12/2014

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.848 de 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO LL001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº. 001/2014

O Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.836.057/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Sérgio de Araujo, torna público para conhecimento dos interessados, que às 14h00min do dia 25/11/2014, na Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, realizará licitação, na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE OU OFERTA POR LOTE, objetivando a alienação de bens móveis inservíveis para a Administração Municipal.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br e no endereço acima especificado, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 161/2014.

DECRETO N.º 161, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 41.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

18.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO BOMBEIROS

18.000,00

061820092.009 - Func. E Manutenção do Funrebom

18.000,00

3.3.90.0.1.60.000000 - Aplicações Diretas

9.000,00

4.4.90.0.1.60.000000 - Aplicações Diretas

9.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

10.000,00

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil

10.000,00

4.4.90.0.1.15.001049 - Aplicações Diretas

10.000,00

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

13.000,00

08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social

13.000,00

3.3.90.0.1.29.001056 - Aplicações Diretas

3.000,00

3.3.90.0.1.29.001057 - Aplicações Diretas

10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO N.º 162/2014.

DECRETO N.º 162, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

50.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica

50.000,00

3.3.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas

50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.848, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.848, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Dança de Garopaba, CNPJ n.º 10.784.989/0001-25.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Dança de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 10/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 10/2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.910.218,82	2.664,32
Pessoal Ativo	23.328.580,56	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	540.588,26	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	41.050,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.214.120,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	685.564,48	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	528.556,06	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.696.098,28	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	22.698.762,60	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		45.672.493,93
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		49,70
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		24.663.146,72
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		23.429.989,39
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		22.196.832,05
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 06/11/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 10/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE OUTUBRO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.367.080,25
1.2 - ITBI	1.768.513,23
1.3 - ISS	2.047.661,37
1.4 - FPM	9.243.744,81
1.5 - IRRF	577.311,48
1.6 - ICMS	4.586.038,90
1.7 - IPI	70.252,29
1.8 - IPVA	1.610.922,50
1.9 - ITR	24.349,40
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	17.850,15
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	981.681,09
1.12 - Multas e Juros de Mora	140.509,09
TOTAL	25.435.914,56

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	6.358.978,64
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	5.294.685,06
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	16.424,33
2.3 - Convênios	2.562.000,79
TOTAL	14.232.088,82

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	3.110.631,61	3.109.268,03	-1.363,58
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	3.186.665,63	5.172.202,35	1.985.536,72
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	2.124.443,76	0,00	-2.124.443,76
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	3.248.347,03	3.231.900,29	-16.446,74
3.5 - Convênios e Transferências	2.562.000,79	1.034.065,23	-1.527.935,56
TOTAL	14.232.088,82	12.547.435,90	-1.684.652,92

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 06 de novembro de 2014.

% APLICADO : 24,93%

Aplicado a menor : -17.810,32

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 10/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS DE OUTUBRO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.367.080,25
1.2 - ITBI	1.768.513,23
1.3 - ISS	2.047.661,37
1.4 - FPM	9.243.744,81
1.5 - IRRF	577.311,48
1.6 - ICMS	4.586.038,90
1.7 - IPI	70.252,29
1.8 - IPVA	1.610.922,50
1.9 - ITR	24.349,40
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	17.850,15
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	981.681,09
1.12 - Multas e Juros de Mora	140.509,09
TOTAL	25.435.914,56

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	3.815.387,18
2.2 - Rendimento de Aplicação	37.310,94
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	4.046.996,42
TOTAL	7.899.694,54

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	3.815.387,18	6.963.458,75	3.148.071,57
3.2 - Convênios e Transferências	4.084.307,36	3.031.546,76	-1.052.760,60
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	7.899.694,54	9.995.005,51	2.095.310,97

% aplicado = 27,38%

Aplicado a maior = 3.148.071,57

Garopaba, 06 de novembro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

RREO 5º BIMESTRE 2014 - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.695.920,00	8.695.920,00	1.241.121,14	9.882.756,51	113,65
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.103.000,00	5.103.000,00	392.346,69	5.446.769,45	106,74
1.1.1- IPTU	4.800.000,00	4.800.000,00	221.806,17	4.368.811,55	91,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	6.189,59	42.098,46	420,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	148.492,83	949.907,67	94,99
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	470.000,00	470.000,00	15.858,10	87.683,07	18,66
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.177.000,00)	(1.177.000,00)	0,00	(1.731,30)	0,15
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	321.669,89	1.768.513,23	110,53
1.2.1- ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	323.362,55	1.771.405,89	110,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(1.692,66)	(2.892,66)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.457.920,00	1.457.920,00	407.000,39	2.090.162,35	143,37
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	402.059,65	2.047.661,37	146,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	409,58	8.450,52	84,51
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	4.231,32	31.773,42	79,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	299,84	2.277,04	15,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(7.080,00)	(7.080,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	535.000,00	535.000,00	120.104,17	577.311,48	107,91
1.4.1- IRRF	535.000,00	535.000,00	120.104,17	577.311,48	107,91
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.770.000,00	17.770.000,00	2.843.928,25	15.553.158,05	87,52
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.529.173,56	9.243.744,81	84,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.529.173,56	9.243.744,81	84,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	967.533,60	4.586.038,90	88,19
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	3.969,70	17.850,15	71,40
2.4- Cota-Parte IP-Estado	70.000,00	70.000,00	14.453,68	70.252,29	100,36
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	22.481,43	24.349,40	97,40
2.6- Cota-Parte IPVA	1.450.000,00	1.450.000,00	306.319,28	1.610.922,50	111,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.465.920,00	26.465.920,00	4.085.049,39	25.435.914,56	96,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	886.600,00	886.600,00	169.677,33	834.928,37	94,17
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	108.148,15	580.036,15	112,01
5.2- Transferências Diretas - PDDE	100.000,00	100.000,00	0,00	280,00	0,28
5.3- Transferências Diretas - PNAE	150.000,00	150.000,00	38.092,00	145.792,00	97,19
5.4- Transferências Diretas - PNATE	125.000,00	125.000,00	23.437,18	82.030,13	65,62
5.5- Outras Transferências do FNDE	5.000,00	5.000,00	0,00	12.034,00	240,68
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.600,00	6.600,00	0,00	34.756,09	526,61
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	0,00	795.429,07	994,29
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	0,00	795.429,07	994,29
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	683.000,00	683.000,00	264.630,29	692.022,81	101,32
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.659.600,00	1.659.600,00	434.307,62	2.322.380,25	139,94
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.000,00	3.554.000,00	567.423,75	3.109.268,03	87,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	305.834,65	1.848.748,72	84,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	193.506,53	917.206,85	88,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	793,34	3.570,03	71,40
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.000,00	14.000,00	2.890,73	14.050,41	100,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	4.496,26	4.869,80	97,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	290.000,00	290.000,00	59.902,23	320.822,22	110,63
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.119.187,80	5.294.685,06	88,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.119.187,80	5.294.685,06	88,24
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	2.446.000,00	2.446.000,00	551.764,05	2.185.417,03	89,35
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.692.950,00	6.294.000,00	985.246,13	5.172.202,35	82,18
13.1- Com Educação Infantil	406.050,00	1.088.100,00	188.189,51	987.477,53	90,75
13.2- Com Ensino Fundamental	5.286.900,00	5.205.900,00	797.056,62	4.184.724,82	80,38
14- OUTRAS DESPESAS	322.050,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	103.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	219.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.015.000,00	6.304.000,00	985.246,13	5.172.202,35	82,05
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 80%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.172.202,35
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					97,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,31
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					23.239,65
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					23.239,65
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.616.480,00	6.616.480,00	1.021.262,35	6.358.978,64	96,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	668.150,00	1.764.900,00	379.591,90	1.564.463,59	88,64
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.408.050,00	8.480.300,00	1.336.611,90	6.839.639,05	80,65
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.505.950,00	5.205.900,00	797.056,62	4.184.724,82	80,38
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.902.100,00	3.274.400,00	539.555,28	2.654.914,23	81,08
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.076.200,00	10.245.200,00	1.716.203,80	8.404.102,64	82,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.185.417,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					23.239,65
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.208.656,68
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.195.445,96
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,36
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	506.000,00	486.000,00	23.895,76	114.336,12	23,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.590.600,00	2.422.763,76	478.514,34	1.400.643,80	57,81
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.096.600,00	2.908.763,76	502.410,10	1.514.979,92	52,08
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.172.800,00	13.153.963,76	2.218.613,90	9.919.082,56	75,41

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	293.411,41	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.294.685,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.313.167,29	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	5.063.950,56	0,00
49.2 Restos a Pagar	249.216,73	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	274.929,18	0,00

GAROPABA, 05/11/2014

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito MunicipalRonye Paes
Secretário de Orc. e ContabilidadeRonald Gabriel Teixeira
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 23.239,65, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO 5º BIMESTRE 2014 - ANEXO 1

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	39.260.442,00	39.260.442,00	7.805.784,52	19,88	42.362.329,05	107,90	-3.101.887,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.693.142,00	38.693.142,00	6.427.793,26	16,61	38.575.413,38	99,70	117.728,62
IMPOSTOS	9.271.000,00	9.271.000,00	1.203.406,71	12,98	10.737.737,84	115,82	-1.466.737,84
TAXAS	7.535.000,00	7.535.000,00	1.065.639,88	14,14	8.760.566,33	116,26	-1.225.566,33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.735.000,00	1.735.000,00	137.766,83	7,94	1.977.171,51	113,96	-242.171,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.450.000,00	1.450.000,00	241.287,94	16,64	1.243.059,93	85,73	206.940,07
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	550.000,00	550.000,00	95.638,18	17,39	479.561,89	87,19	70.438,11
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	145.649,76	16,18	763.498,04	84,83	136.501,96
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.203.600,00	1.203.600,00	166.302,73	13,82	1.590.249,26	132,12	-386.649,26
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	680,00	6,80	3.039,22	30,39	6.960,78
Recetta da Cessão de Direitos	1.193.600,00	1.193.600,00	165.622,73	13,88	1.583.210,04	132,64	-389.610,04
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	135,00	13,50	378,63	37,86	621,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.374.920,00	25.374.920,00	4.459.654,53	17,58	22.748.660,48	89,65	2.626.259,52
Transf. de Instituições Privadas	25.075.100,00	25.075.100,00	4.426.009,37	17,65	22.646.767,32	90,32	2.428.332,68
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	12.453,00	124,53	-2.453,00
Transf. de Conv.	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	5.080,00	25,40	14.920,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	269.820,00	269.820,00	33.645,16	12,47	84.360,16	31,27	185.459,84
Multas e Juros de Mora	1.392.622,00	1.392.622,00	357.006,35	25,64	2.255.327,24	161,95	-862.705,24
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	234.422,00	234.422,00	68.042,54	29,03	423.619,69	180,71	-189.197,69
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	200,00	200,00	113.356,04	678,02	700.490,64	245,32	-700.290,64
RECEITAS DIVERSAS	1.133.000,00	1.133.000,00	171.680,60	15,15	1.083.058,55	95,59	49.941,45
RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00	25.000,00	3.947,17	15,79	48.158,36	192,63	-23.158,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	567.300,00	567.300,00	1.377.991,26	242,90	3.786.915,67	667,53	-3.219.615,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	288.577,54	930,90	662.762,23	137,94	-631.762,23
ALIENAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	288.577,54	930,90	662.762,23	137,94	-631.762,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	44.000,00	146,67	-14.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	44.000,00	146,67	-14.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	506.300,00	506.300,00	1.089.413,72	215,17	3.080.153,44	608,37	-2.573.853,44
	506.300,00	506.300,00	1.089.413,72	215,17	3.080.153,44	608,37	-2.573.853,44
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00	1.280.000,00	225.026,11	17,58	1.128.089,77	88,13	151.910,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00	1.280.000,00	225.026,11	17,58	1.128.089,77	88,13	151.910,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	190.663,10	17,33	959.036,97	87,19	140.963,03
	1.100.000,00	1.100.000,00	190.663,10	17,33	959.036,97	87,19	140.963,03

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.280.000,00	1.280.000,00	225.026,11	17,58	1.128.089,77	88,13
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	180.000,00	180.000,00	34.363,01	19,09	169.052,80	93,92
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	180.000,00	180.000,00	34.363,01	19,09	169.052,80	93,92
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.030.810,63	19,81	43.490.418,82	107,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.030.810,63	19,81	43.490.418,82	107,28
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.030.810,63	19,81	43.490.418,82	107,28
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.691.239,15	-	-	1.234.346,03	-
Superávit Financeiro	-	1.691.239,15	-	-	1.234.346,03	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.275.642,00	11.597.738,80	50.873.380,80	41.739.850,05	7.432.447,12	71,76
DESPESAS CORRENTES	34.315.913,00	4.813.980,49	39.129.893,49	33.817.629,07	6.399.615,02	82,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.753.429,00	1.593.412,17	23.346.841,17	19.860.398,52	3.817.182,16	85,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	380.100,00	-215.000,00	165.100,00	118.809,18	16.734,93	66,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.182.384,00	3.435.568,32	15.617.952,32	13.838.421,37	2.565.697,93	78,41
DESPESAS DE CAPITAL	2.681.729,00	6.783.758,31	9.465.487,31	7.922.220,98	1.032.832,10	45,40
INVESTIMENTOS	2.117.620,00	6.468.758,31	8.586.378,31	7.069.475,33	894.327,44	41,44

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.275.642,00	11.597.738,80	50.873.380,80	6.819.450,25	41.739.850,05	7.432.447,12	36.506.956,32	14.366.424,48
AMORTIZACAO DA DIVIDA	564.109,00	315.000,00	879.109,00	38.862,05	852.745,65	138.504,66	739.295,92	139.813,08
RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.248.000,00	0,00	2.248.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.248.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.264.800,00	120.800,00	1.385.600,00	225.523,97	1.150.265,37	225.523,97	1.150.265,37	235.334,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.093.900,00	120.800,00	1.214.700,00	191.160,96	981.212,57	191.160,96	981.212,57	233.487,43
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.700,00	0,00	170.700,00	34.363,01	169.052,80	34.363,01	169.052,80	1.647,20
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	40.540.442,00	11.718.538,80	52.258.980,80	7.044.974,22	42.890.115,42	7.657.971,09	37.657.221,69	14.601.759,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	40.540.442,00	11.718.538,80	52.258.980,80	7.044.974,22	42.890.115,42	7.657.971,09	37.657.221,69	14.601.759,11
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.833.197,13	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	40.540.442,00	11.718.538,80	52.258.980,80	7.044.974,22	42.890.115,42	7.657.971,09	43.490.418,82	14.601.759,11

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.405.478,86

FONTE:

GAROPABA, 06/11/2014

Paulo Sérgio de Araujo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Ronálio Gabriel Teixeira Diretor Controle Interno	Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288
--	--	--	--

RREO 5º BIMESTRE 2014 - ANEXO 2

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	39.275.642,00	50.873.380,80	6.819.490,25	41.739.850,05	7.432.447,12	36.506.966,32	96,95	71,76
Ação Legislativa	1.778.000,00	1.778.000,00	220.037,00	1.458.268,02	275.370,05	1.425.998,30	3,79	80,20
Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.396.582,00	3.546.076,25	370.190,87	3.201.289,10	541.305,80	3.032.780,28	8,05	85,52
Administração Geral	2.611.482,00	2.760.976,25	310.779,90	2.479.801,38	442.088,85	2.357.117,07	6,26	85,37
Administração Financeira	785.100,00	785.100,00	59.410,97	721.487,72	99.216,95	675.663,21	1,79	86,06
Segurança Pública	81.000,00	181.000,00	68.038,88	146.957,12	6.458,68	74.659,68	0,20	41,25
Defesa Civil	81.000,00	181.000,00	68.038,88	146.957,12	6.458,68	74.659,68	0,20	41,25
Assistência Social	958.800,00	1.188.172,20	110.535,74	771.657,45	139.422,83	724.685,30	1,92	60,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.100,00	177.653,00	12.914,52	126.797,28	21.008,71	121.816,55	0,32	68,57
Assistência Comunitária	823.700,00	1.010.519,20	97.621,22	644.860,17	118.414,12	602.868,75	1,60	59,66
Saúde	8.864.987,00	11.777.048,65	2.075.524,15	10.449.265,03	1.956.078,36	9.820.253,12	26,08	83,38
Atenção Básica	8.864.987,00	11.777.048,65	2.075.524,15	10.449.265,03	1.956.078,36	9.820.253,12	26,08	83,38
Educação	10.623.400,00	12.545.863,76	1.768.036,65	10.256.689,93	2.125.912,57	9.432.996,29	25,05	75,19
Alimentação e Nutrição	210.300,00	206.300,00	42.871,19	170.345,73	53.431,33	170.345,73	0,45	82,57
Ensino Fundamental	9.433.450,00	9.959.113,60	1.492.719,96	7.950.556,37	1.587.667,25	7.378.259,91	19,59	74,09
Ensino Superior	247.000,00	267.000,00	26.534,68	257.587,41	78.323,20	201.176,33	0,53	75,35
Educação Infantil	673.250,00	2.030.050,16	189.333,77	1.809.873,50	389.913,74	1.614.887,40	4,29	79,55
Educação Especial	59.400,00	83.400,00	16.577,05	68.326,92	16.577,05	68.326,92	0,18	81,93
Cultura	102.000,00	315.500,00	11.424,38	276.315,94	6.824,38	271.715,94	0,72	86,12
Difusão Cultural	102.000,00	315.500,00	11.424,38	276.315,94	6.824,38	271.715,94	0,72	86,12
Urbanismo	5.769.464,00	7.117.464,00	749.272,86	6.360.586,89	1.089.550,13	5.561.344,09	14,77	78,14
Infra-Estrutura Urbana	3.069.864,00	3.682.864,00	376.857,34	3.093.422,60	478.025,19	2.530.255,54	6,72	68,70
Serviços Urbanos	2.699.600,00	3.434.600,00	372.415,52	3.267.164,29	611.524,94	3.031.088,55	8,05	88,25
Habituação	36.300,00	50.000,40	23.019,80	23.019,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	36.300,00	50.000,40	23.019,80	23.019,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	292.900,00	601.900,00	115.221,00	415.256,89	0,00	300.035,89	0,80	49,85
Saneamento Básico Urbano	292.900,00	601.900,00	115.221,00	415.256,89	0,00	300.035,89	0,80	49,85

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	39.275.642,00	50.873.380,80	6.819.450,25	41.739.850,05	7.432.447,12	36.506.956,32	96,95	71,76
Extensão Rural	890.700,00	1.031.265,04	131.681,86	879.184,23	149.246,56	796.356,10	2,11	77,22
Comércio e Serviços	890.700,00	1.031.265,04	131.681,86	879.184,23	149.246,56	796.356,10	2,11	77,22
Turismo	1.436.000,00	1.512.752,72	49.799,03	1.300.306,37	78.370,49	1.176.898,84	3,13	77,80
	1.436.000,00	1.512.752,72	49.799,03	1.300.306,37	78.370,49	1.176.898,84	3,13	77,80
Transporte	428.300,00	4.354.128,78	821.563,80	3.906.578,15	668.858,72	1.797.744,91	4,77	41,29
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	34.100,00	0,00	9.385,00	0,00	9.385,00	0,02	27,52
Transporte Rodoviário	402.200,00	4.320.028,78	821.563,80	3.897.193,15	668.858,72	1.788.359,91	4,75	41,40
Desporto e Lazer	257.200,00	335.200,00	80.487,86	239.184,41	44.235,56	188.191,43	0,50	56,14
Desporto Comunitário	257.200,00	335.200,00	80.487,86	239.184,41	44.235,56	188.191,43	0,50	56,14
Encargos Especiais	4.329.009,00	4.509.009,00	224.616,37	2.055.290,72	350.812,99	1.903.296,15	5,05	42,21
Previdência do Regime Estatutário	2.830.000,00	2.830.000,00	103.423,82	503.749,03	101.337,25	490.582,88	1,30	17,34
Serviço da Dívida Interna	944.009,00	1.044.009,00	36.240,95	971.554,83	155.239,59	849.194,67	2,26	81,34
Outras Transferências	555.000,00	635.000,00	84.951,60	579.986,86	94.236,15	563.518,60	1,50	88,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	1.264.800,00	1.385.600,00	225.523,97	1.150.265,37	225.523,97	1.150.265,37	3,05	83,02
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.213,67	12.875,23	2.213,67	12.875,23	0,03	53,65
Administração	24.000,00	24.000,00	2.213,67	12.875,23	2.213,67	12.875,23	0,03	53,65
Administração Geral	171.600,00	193.500,00	30.374,27	146.430,43	30.374,27	146.430,43	0,39	75,67
Administração Financeira	117.600,00	139.500,00	24.948,74	117.654,42	24.948,74	117.654,42	0,31	84,34
Assistência Social	54.000,00	54.000,00	5.425,53	28.776,01	5.425,53	28.776,01	0,08	53,29
Assistência Comunitária	28.100,00	40.100,00	3.889,57	19.370,21	3.889,57	19.370,21	0,05	48,30
Saúde	28.100,00	40.100,00	3.889,57	19.370,21	3.889,57	19.370,21	0,05	48,30
Atenção Básica	200.100,00	225.100,00	41.863,23	216.796,19	41.863,23	216.796,19	0,58	96,31
Educação	200.100,00	225.100,00	41.863,23	216.796,19	41.863,23	216.796,19	0,58	96,31
Educação Fundamental	549.500,00	608.200,00	92.701,33	486.086,27	92.701,33	486.086,27	1,29	79,92
Ensino Superior	484.400,00	484.400,00	72.161,36	379.541,68	72.161,36	379.541,68	1,01	78,35
Ensino Infantil	6.000,00	6.000,00	1.059,92	5.433,81	1.059,92	5.433,81	0,01	90,56
Educação Especial	55.100,00	111.100,00	18.304,17	96.037,77	18.304,17	96.037,77	0,25	85,54
	4.000,00	6.700,00	1.175,88	6.073,01	1.175,88	6.073,01	0,02	90,64

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.264.800,00	1.385.600,00	225.523,97	1.150.265,37	225.523,97	1.150.265,37	3,05	83,02
Cultura	4.500,00	6.000,00	893,56	4.607,96	893,56	4.607,96	0,01	76,80
Difusão Cultural	4.500,00	6.000,00	893,56	4.607,96	893,56	4.607,96	0,01	76,80
Urbanismo	86.100,00	86.100,00	15.596,64	71.121,94	15.596,64	71.121,94	0,19	82,60
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	12.915,05	60.735,65	12.915,05	60.735,65	0,16	86,64
Serviços Urbanos	16.000,00	16.000,00	2.681,59	10.386,29	2.681,59	10.386,29	0,03	64,91
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	2.832,81	20.159,30	2.832,81	20.159,30	0,05	83,65
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	2.832,81	20.159,30	2.832,81	20.159,30	0,05	83,65
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	3.100,00	4.800,00	795,88	3.765,04	795,88	3.765,04	0,01	78,44
Desporto Comunitário	3.100,00	4.800,00	795,88	3.765,04	795,88	3.765,04	0,01	78,44
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	34.363,01	169.052,80	34.363,01	169.052,80	0,45	99,44
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	34.363,01	169.052,80	34.363,01	169.052,80	0,45	99,44
TOTAL (III) = (I + II)	40.540.442,00	52.258.980,80	7.044.974,22	42.890.115,42	7.657.971,09	37.657.221,69	100,00	72,06

FONTE:

GAROPABA, 06/11/2014

Paulo Sérgio de Araujo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Ronaldo Gabriel Teixeira Diretor Controle Interno
Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 5º BIMESTRE 2014 - ANEXO 12

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.080.000,00	9.080.000,00	9.882.756,51	108,84
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.000.000,00	4.000.000,00	4.367.080,25	109,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	1.768.513,23	110,53
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	2.047.661,37	146,26
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	535.000,00	535.000,00	577.311,48	107,91
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.000,00	20.000,00	50.548,98	252,74
Dívida Ativa dos Impostos	1.040.000,00	1.040.000,00	981.681,09	94,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	485.000,00	485.000,00	89.960,11	18,55
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.270.000,00	17.270.000,00	15.553.158,05	90,06
Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	9.243.744,81	88,04
Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	24.349,40	97,40
Cota-Parte IPVA	1.450.000,00	1.450.000,00	1.610.922,50	111,10
Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	4.586.038,90	88,19
Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	70.252,29	100,36
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	17.850,15	71,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	17.850,15	71,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.350.000,00	26.350.000,00	25.435.914,56	96,53

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.071.000,00	3.071.000,00	2.970.918,01	96,74
Provenientes da União	2.765.000,00	2.765.000,00	2.766.753,01	100,06
Provenientes dos Estados	306.000,00	306.000,00	204.165,00	66,72
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.071.000,00	3.071.000,00	2.970.918,01	96,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.920.967,00	10.947.344,79	9.796.627,59	89,49	9.461.201,71	86,42
Pessoal e Encargos Sociais	6.825.867,00	7.863.189,52	6.928.212,73	88,11	6.921.652,73	88,03
Outras Despesas Correntes	2.095.100,00	3.084.155,27	2.868.414,86	93,00	2.539.548,98	82,34
DESPESAS DE CAPITAL	144.120,00	1.054.803,86	869.433,63	82,43	575.847,60	54,59
Investimentos	144.120,00	1.054.803,86	869.433,63	82,43	575.847,60	54,59

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	144.120,00	1.054.803,86	869.433,63	82,43	575.847,60	54,59
	144.120,00	1.054.803,86	869.433,63	82,43	575.847,60	54,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.065.087,00	12.002.148,65	10.666.061,22	88,87	10.037.049,31	83,63
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.085.907,00	4.108.700,94	3.318.491,69	31,11	2.897.341,00	28,87
	3.118.600,00	4.063.393,94	3.274.691,89	30,70	2.855.297,20	28,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.967.307,00	45.307,00	43.799,80	0,41	42.043,80	0,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.085.907,00	4.108.700,94	3.318.491,69	31,11	2.897.341,00	28,87
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.979.180,00	7.893.447,71	7.347.569,53	57,76	7.139.708,31	54,76
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6			28,07			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]			3.324.321,13			

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013	0,00	22.814,46	115.227,71	-115.227,71	0,00
TOTAL	0,00	22.814,46	115.227,71	-115.227,71	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	22.814,46	0,00			22.814,46
TOTAL (VIII)	22.814,46	0,00			22.814,46
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS % (m/Total m)*100
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	9.065.087,00	12.002.148,65	10.666.061,22	100,00	10.037.049,31
TOTAL	9.065.087,00	12.002.148,65	10.666.061,22	100,00	10.037.049,31

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

GAROPABA , 06/11/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Garuva

PREFEITURA

LEI Nº 1845/2014

LEI Nº 1845, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e especial".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1020.2049 Rep. de recursos para Man. do CIS/AMUNESC	3350	01.02.00	R\$	14.000,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	82.100,00
14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	113.900,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.451.1033.1019 Aquisição de maquinários e veículos	4490	01.00.00	R\$	150.000,00
13.001.20.606.1036.2069 Porteira adentro	3390	01.00.00	R\$	60.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 142.933,53 (cento e quarenta e dois mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.64.06	R\$	142.933,53

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do Co-financiamento Estadual da Atenção Básica.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.64.07	R\$	257.000,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.64.07	R\$	50.000,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 5º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 8.546,50 (oito mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	01.23.55	R\$	8.546,50
--	------	----------	-----	----------

Art. 8º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da Farmácia Básica Estadual SC.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	3390	01.23.55	R\$	70.000,00
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	01.23.55	R\$	10.000,00

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de Transferências de Recursos do SUS-Epidemiologia e Controle de Doenças.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	3390	01.23.55	R\$	9.000,00
---	------	----------	-----	----------

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de Transferências de Recursos do SUS-Vigilância Sanitária.

Art. 13 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 199.962,78 (cento e noventa e nove mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.23.54	R\$	199.962,78

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 33200002.

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.23.54	R\$	100.000,00

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 28520006, em atendimento a Portaria 1159.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 247.900,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.23.54	R\$	247.900,00

Art. 18 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 17 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 28530001, em atendimento a Portaria 1922.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

LEI Nº 1846/2014

LEI Nº 1846, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"Cria no Município de Garuva/SC o Componente Municipal do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica - Pmaq Municipal, na forma de verba indenizatória por desempenho com base na Portaria Gm/Ms N. 1.654/2011, que criou o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica - Pmaq-AB, devido aos Profissionais e Trabalhadores das equipes de Saúde Da Família, da Coordenação de Atenção Básica Municipal e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o componente municipal do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica - PMAQ/Municipal, na forma de verba indenizatória por desempenho a ser pago aos Coordenadores, Chefes e profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), Estratégia Saúde Bucal (ESB) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

§ 1º - A verba indenizatória por desempenho criada no caput do artigo será custeada com recursos financeiros federais vinculados ao Programa Nacional de Melhoria de Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Ministério da Saúde/DAB, através da Portaria GM/MS n. 1654 de 19 de Julho de 2011.

§ 2º - Terão direito a verba indenizatória por desempenho prevista no caput do artigo, as equipes que tenham aderido formalmente através do termo de adesão ao PMAQ/AB firmado pelo Município de Garuva através do Fundo Municipal de Saúde com o Ministério da Saúde.

Art. 2º - O pagamento da verba indenizatória por desempenho do PMAQ-AB/Municipal, estará condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do MS/DAB, para o Fundo Municipal de Saúde de Garuva, ficando a existência e manutenção do PMAQ-AB/Municipal à duração e continuidade dos repasses financeiros do PMAQ-AB Federal.

Art. 3º - O valor da verba indenizatória por desempenho para cada um dos profissionais incluídos no PMAQ-AB/Municipal, será rateado de modo pariforme aos servidores vinculados a Unidade de Saúde ESF comprometidos com o PMAQ, conforme a classificação da equipe pela avaliação do Ministério da Saúde, nos moldes dos artigos 16 e 17 da Portaria GM/MS n. 1654, e as seguintes regras: I - DESEMPENHO INSATISFATÓRIO: CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE - SEM VALOR A RECEBER.

II - DESEMPENHO MEDIANO OU ABAIXO DA MÉDIA: R\$ 1.000,00 (MIL REAIS).

III - DESEMPENHO ACIMA DA MÉDIA: R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

IV - DESEMPENHO MUITO ACIMA DA MÉDIA: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

§ 1º - Ao Coordenador(a) da Atenção Básica, Coordenador(a) do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e ao Coordenador(a) da Saúde Bucal, será destinado para cada um, valor de verba indenizatória por desempenho levando em consideração a melhor classificação Ministerial e os respectivos valores constantes nos itens I a IV do artigo 3º desta Lei.

§ 2º - A cada ciclo novo do PMAQ-AB do MS/DAB, os valores constantes nos itens II a IV e no § 1º do artigo 3º desta Lei, serão atualizados em 15%, respectivamente ao valor passado, até o limite de 100% do recurso, cessando então a atualização.

Art. 4º - Até atingir o limite previsto no § 2º do artigo 3º desta Lei, os recursos restantes do Programa PMAQ-AB/Municipal serão aplicados na manutenção da Atenção Básica do Município e custeio de programas de capacitação, dos servidores vinculados a Rede de Atenção Básica do Município.

Parágrafo único - Entende-se como custeio e manutenção, previsto

no caput do artigo, a realização de reformas, ampliações, aquisição de mobiliário, equipamentos, veículos e outras ações que tenham como objetivo facilitar o acesso do usuário aos serviços da Rede de Atenção Básica do Município.

Art. 5º Os profissionais incluídos no PMAQ-AB/Municipal, receberão a verba indenizatória por desempenho, referente ao 2º ciclo de adesão ao PMAQ-AB, em fevereiro de 2015, os demais ciclos celebrados serão repassados no mês de dezembro, condicionado sempre ao repasse federal.

§ 1º - Ao repasse previsto no caput desse artigo, caso haja atraso o pagamento será efetuado no período em que esse se efetivar o repasse total, na forma: fundo nacional de saúde a fundo municipal de saúde.

§ 2º - Não será devida a verba indenizatória por desempenho para as equipes que obtiverem desempenho insatisfatório e a equipe fica condicionada à obrigatoriedade de celebrar um Termo de Ajuste, conforme Portaria 1654/2011 e Manual Instrutivo do PMAQ/AB.

§ 3º - O pagamento da verba indenizatória por desempenho ao servidor está estritamente vinculado à classificação alcançada na avaliação do PMAQ-AB/Federal que sua equipe obtiver.

Art. 6º A verba indenizatória por desempenho, criado pela presente lei não terá vinculação de qualquer espécie com o reajuste dos servidores e poderá ser revisto de acordo com os interesses da administração pública municipal.

Art. 7º A verba indenizatória por desempenho, prevista na presente Lei, tem caráter indenizatório não sendo objeto de incorporação para nenhum efeito nem computando em despesa com pessoal.

Art. 8º - O servidor incluído nas equipes previstas no Art. 1º terá direito a verba indenizatória por desempenho, proporcionalmente aos meses de trabalho vinculado a Unidade Saúde da Família.

Parágrafo Único - somente terá direito a receber o valor integral o profissional que cumprir 12 (doze) meses de atividade na Unidade Saúde da Família a qual está vinculado.

Art. 9º Os servidores incluídos no PMAQ-AB/Municipal, não terão direito a receber o incentivo desempenho, quando:

I - For constatada insuficiência de desempenho das respectivas funções, mesmo após a Avaliação Externa do Ministério da Saúde; II - Nos casos de afastamentos frequentes por quaisquer motivos não justificáveis.

III - Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que não cumprirem com um mínimo de 80% de visitas das famílias cadastradas na sua área de abrangência/micro área de atuação;

Parágrafo Único - Caberá a Comissão de Avaliação e Monitoramento do PMAQ, composta por 04 membros indicados pelo Secretário Municipal de Saúde, com pelo menos 01 (um) membro representando o Conselho Municipal de Saúde, 01 (um) membro representando a Coordenação da Estratégia Saúde da Família, 02 (dois) membros representando as Equipes da Estratégia Saúde da Família e 01 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a aprovação final da planilha de servidores incluídos para pagamento da verba indenizatória por desempenho.

Art. 10 - Não caberá recurso de qualquer espécie contra os resultados das análises realizadas pela Comissão do PMAQ-AB/Municipal, que serão encaminhados para homologação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 11 - Ficam excluídos do recebimento da verba indenizatória por desempenho os profissionais readaptados, cedidos e/ou realocados em cargos que não fazem parte de suas funções na Estratégia Saúde da Família (ESF), Estratégia Saúde Bucal (ESB), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 12 - Os valores referentes a verba indenizatória por desempenho que será passado aos profissionais, de que trata esta Lei, corre por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto Atividade: 2041 - Manutenção do Programa Saúde da Família

Elemento de Despesa: 16407 - Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 165/2014

DECRETO Nº 165 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1845, de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1020.2049 Rep. de recursos para Man. do CIS/AMUNESC	3350	01.02.00	R\$	14.000,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	82.100,00
14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	113.900,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.451.1033.1019 Aquisição de maquinários e veículos	4490	01.00.00	R\$	150.000,00
13.001.20.606.1036.2069 Porteira adentro	3390	01.00.00	R\$	60.000,00

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 142.933,53 (cento e quarenta e dois mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.64.06	R\$	142.933,53

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do Co-financiamento Estadual da Atenção Básica.

Art. 5º - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.64.07	R\$	257.000,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.64.07	R\$	50.000,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 5º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos do PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da

Qualidade na Atenção Básica.

Art. 7º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 8.546,50 (oito mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	01.23.55	R\$	8.546,50

Art. 8º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da Farmácia Básica Estadual SC.

Art. 9º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	3390	01.23.55	R\$	70.000,00
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	01.23.55	R\$	10.000,00

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de Transferências de Recursos do SUS-Epidemiologia e Controle de Doenças.

Art. 11 - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	3390	01.23.55	R\$	9.000,00

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de Transferências de Recursos do SUS-Vigilância Sanitária.

Art. 13 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 199.962,78 (cento e noventa e nove mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.23.54	R\$	199.962,78

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 33200002.

Art. 15 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.23.54	R\$	100.000,00

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 28520006, em atendimento a Portaria 1159.

Art. 17 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 247.900,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.23.54	R\$	247.900,00

Art. 18 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 17 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos da União referente a emenda parlamentar nº 28530001, em atendimento a Portaria 1922.

Art. 19 - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.129, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.129, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA, MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Pregoeiro em substituição temporária, para realização das licitações na modalidade Pregão no período compreendido entre 11 de novembro de 2014 até a data de 14 de novembro de 2014, pelo motivo de ausência do servidor Jean Carlos de Oliveira, o servidor municipal PEDRO CANDIDO DE SOUZA, ocupante do cargo de Escriturário, matrícula nº 5380.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de 11 de novembro de 2014, revogando-se automaticamente na data de 17 de novembro de 2014.

Gaspar, 05 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.506, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.506, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARIA HELENA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, considerando o teor da decisão liminar proferida nos autos da Ação Trabalhista RTORD nº 0002906-94.2014.5.12.0039,

RESOLVE

Art. 1º Fica alterada para 30 (trinta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA HELENA DE SOUZA, a qual foi nomeada pela Portaria nº 2.269, de 22 de novembro de 2010, para o cargo de Assistente Social, sem alteração da remuneração percebida.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.494, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.494, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 12/2013 e 007/2014, da Secretaria Municipal Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ADRIANA PEREIRA	10/10/2014	PROFESSOR DOC-I-8
ANGELA DA SILVA LOPES	20/10/2014	BERCARISTA
ANGELA MARIA FRANCO	20/10/2014	BERCARISTA
CLEILIMAR WINGRES PEREIRA GARCIA	06/10/2014	BERCARISTA
FLAVIA KLABUNDE	08/10/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
IRSONETE DESCHAMPS	17/10/2014	BERCARISTA
JENIFER CLAUDIO	10/10/2014	BERCARISTA
LUANA DE OLIVEIRA FAVA	20/10/2014	BERCARISTA
LUCINDA DOS SANTOS	13/10/2014	BERCARISTA
LUZIA MARIA PEREIRA	02/10/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA LUIZA BERTUZZO	13/10/2014	PROFESSOR DOC-I-8
NILMA DE SOUZA	02/10/2014	PROFESSOR DOC-I-8
NOELI CASTRO	06/10/2014	MERENDEIRA/SERVENTE
ORLANDO BARBOSA	13/10/2014	ZELADOR ESCOLA

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 04/2014, 09/2014, 10/2014 e 13/2014 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALINE STURMER FRIZZO	20/10/2014	ENFERMEIRO(A)
CRISTIANO DANILO PINHEIRO	02/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
ELIANA APARECIDA DUTRA DE SOUZA KUACHINH	02/10/2014	Agente Comunitário Saúde
FAGNER UILSON SANTOS MOREIRA	01/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
FATIMA APARECIDA DE LIZ	01/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
GERCELIA RAQUEL DE OLIVEIRA	02/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
GIZELE PEREIRA	17/10/2014	ENFERMEIRO(A)
LUCIA MIRANDA POIER	22/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
MARCIA ROSANA DIMAN DUARTE	02/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
NORA INES CESAR OLIVEIRA	23/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM

PRISCILA WULESCHEN MACIEL	01/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
ROSILENE SCOTTINI	18/10/2014	ENFERMEIRO(A)
SAMARA MICHELLE BIZATTO	02/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM
THALYTA CORREA	02/10/2014	TECNICO ENFERMAGEM

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/10/2014.

Gaspar, 01 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.607, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.607, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.130, DE 11 DE JULHO DE 2001, QUE OBRIGA A REMESSA AO PODER LEGISLATIVO, POR MEIO INFORMATIZADO, DO MOVIMENTO CONTÁBIL MENSAL DO EXECUTIVO LOCAL, SEUS FUNDOS, AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, na íntegra, a Lei Municipal nº 2.130, de 11 de julho de 2001, que obriga a remessa ao Poder Legislativo, por meio informatizado, do movimento contábil mensal do Executivo local, seus fundos, autarquias e empresas públicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,

em 03 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2014- SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 56/2014

Data vigência: 06/11/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Licitação: 60/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: KEVEL IND. E COM. EIRELI (85.352.623/0001-86)

Objeto: Aquisição de tanque para armazenamento de hidróxido de cálcio

Valor: R\$ 19.840,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta reais).

Gaspar (SC), em 06 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2014 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 57/2014
Data vigência: 06/11/2014
Data vencimento: 31/12/2014
Licitação: 61/2014 - Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (07.638.795/0001-07)
Objeto: Aquisição de pressurizador de rede de distribuição de água.
Valor: R\$ 15.540,00 (quinze mil quinhentos e quarenta reais)

=====

Gaspar (SC), em 06 de novembro de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2014 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 59/2014
Data vigência: 07/11/2014
Data vencimento: 31/12/2014
Licitação: 56/2014 - Modalidade: Convite
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA.
Objeto: Prestação de serviços de reforma de execução de uma base em concreto armado do tipo raider, para alocação de uma ETA compacta, na localidade de Belchior.
Valor: R\$ 27.400,15 (vinte e sete mil quatrocentos reais e quinze centavos)

=====

=====

Gaspar (SC), em 07 de novembro de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 78/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 078, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO – MÉDIO		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0204	Aplicações Diretas	R\$	336,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0204	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Médio	R\$	336,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
07 de Novembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 07 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 426/2014

PORTARIA Nº 426/2014
NOMEIA Jean Francisco Hackbarth.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Jean Francisco Hackbarth, na função de Gerente de Controle e Fiscalização, vinculado a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº. 427/2014

PORTARIA Nº 427/2014
CONTRATA Elky Inacio de Souza dos Santos através do Concurso Público 002/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Elky Inacio de Souza dos Santos, através do Concurso Público 002/2011, na função de Auxiliar de Setor, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº. 429/2014

PORTARIA Nº 429/2014
CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Matilde Betoni.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Matilde Betoni, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº. 432/2014

PORTARIA Nº 432/2014
NOMEIA Comissão Técnica para análise de medições do Processo Licitatório nº. 22/2012.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados, para comporem a Comissão Técnica para análise de medições e saldo remanescente a ser pago, referente ao Processo Licitatório nº. 22/2012:

- Ana Beatriz Schier;
- Frank Ricardo Oliveira;
- Wolney Buzzi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO Nº111/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 111/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DA PREFEITURA
Entrega dos Envelopes: 21/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 21/11/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 07/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 125/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 125/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E EQUIPAMENTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES JURO ZERO.
Entrega dos Envelopes: 20/11/2014 às 10:00h
Abertura dos Envelopes: 20/11/2014 às 10:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 07/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
PROCESSO SELETIVO - EDITAL 06/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, através da Secretaria Municipal de Saúde, fixa normas para realização do processo seletivo simplificado para provimento de cargos em caráter temporário, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e Lei 049/2013, artigo 2º, inciso V, bem como demais disposições legais cabíveis.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este edital, e executado

pela Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 430/2014, publicado em 07/11/2014 no DOM/SC edição nº 1610 da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

1.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e para as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, indicadas no Anexo I deste Edital, o qual contém os empregos, quantidade de vagas por emprego, salários mensais, jornada de trabalho e pré-requisitos;

1.3 A descrição e as atividades típicas dos empregos estão relacionadas no Anexo II deste Edital;

1.4 Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar Municipal 049/2013;

1.5 Será devido a todos os profissionais contratados o pagamento do Vale Alimentação em cartão (Util Card) de R\$ 200,00 (duzentos reais) para 20 horas semanais e R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) para 40 horas semanais.

1.6 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo serão conforme abaixo discriminado:

2.1.1 O período das inscrições será das 9h às 13h dia 10/11/2014 a 09/12/2014, horário oficial de Brasília, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Henrique Friedmann nº. 415 - Centro, Guaramirim/SC, serão gratuitas e estão condicionadas à entrega da documentação comprobatória.

2.1.2 A Ficha de Inscrição poderá ser impressa através do Edital (anexo V), ou ser retirada na Secretaria Municipal de Saúde.

3. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos gerais para a inscrição no Processo Seletivo os seguintes:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) Quitação eleitoral
- d) Quitação com o serviço militar

4. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO:

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Ficha de Inscrição devidamente preenchida.

4.2 No caso das fotocópias, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original respectivo, para que possa ser confrontada com a fotocópia e evidenciada a autenticidade da mesma. Também poderão ser apresentadas fotocópias autenticadas em Cartório.

4.3 O candidato portador de deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a provável causa da deficiência.

4.4 No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

5. DAS PROVAS

5.1 Será aplicada prova objetiva, abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS	PROVAS ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
Objetiva	Português	05	Classificatória e Eliminatória
	Conhecimentos Específicos	15	Classificatória e Eliminatória

5.2 A prova objetiva será realizada no dia 13/12/2014, com início às 14:00h e terá duração de 03h30min (três horas e trinta minutos).

5.3 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

5.4 Para a realização da prova que será na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua: Henrique Friedmann, 415 - Centro, Guaramirim (SC), os candidatos deverão apresentar documento de identificação com foto, original e comprovante de inscrição.

5.5 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identificação original com foto, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.6 Os candidatos deverão ingressar na sala de realização da prova até às 13h45 min (treze horas e quarenta e cinco minutos).

5.7 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés, óculos de sol e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

5.8 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala.

5.9 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita.

5.10 Será atribuída nota 0 (zero) as respostas de questões que contenha(m):

a) emenda (s) e/ou rasuras, ainda que legível (eis);

b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.11 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregá-la ao fiscal juntamente com o cartão resposta, caso não entregue poderá ser penalizado, ter sua prova anulada e ser eliminado do processo seletivo.

5.12 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.13 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderá entregar a sua prova e retirar-se do local simultaneamente.

5.14 O gabarito preliminar da prova será divulgado no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 15/12/2014.

5.15 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

5.16 Os prazos dos recursos das diferentes etapas deste processo seletivo estão discriminados no Calendário Oficial do Processo Seletivo (anexo IV).

6. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez pontos) tendo peso de 0,5 cada questão.

6.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 5,0.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada função;

7.2 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência,

sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (Art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);

b) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Possuir maior idade.

8. DOS RECURSOS

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do Processo Seletivo deverão ser encaminhados e protocolados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em formulário específico conforme anexo VI tendo 2 dias úteis para fazê-lo conforme cronograma constante no anexo IV endereçado para a Comissão Organizadora.

9. PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 A lista classificatória resultante do Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua homologação, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas no Edital e para a formação de reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital;

10.2 Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários;

10.3 O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo;

10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

10.7 Ao Prefeito Municipal de Guaramirim caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no site www.guaramirim.sc.gov.br;

10.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado;

10.9 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Guaramirim o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

10.10 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

10.11 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.12 Aos candidatos classificados será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

10.13 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinados para o preenchimento da vaga, será desclassificado.
10.14 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos abaixo discriminados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- a) 01 foto 3x4;
- b) Atestado Médico Admissional (agendado pelo setor);
- c) Carteira de Trabalho Original;
- d) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- e) Fotocópia do CPF;
- f) Fotocópia do Título de Eleitor;
- g) Fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- h) Fotocópia da Certidão de Filhos menores de 21 anos;
- i) Fotocópia de Reservista (Masculino);
- j) Fotocópia da Carteira de Habilitação (Opcional);
- k) Fotocópia Autenticada do Diploma de conclusão do Ensino Superior em Medicina;
- l) Quitação eleitoral;
- m) Negativa de antecedentes criminais estadual e federal;
- n) Quitação do serviço militar (Masculino);
- o) Registro no órgão fiscalizador da profissão;
- p) Comprovante de quitação de anuidade do Conselho Regional de Medicina - CRM.

10.15 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos citados acima pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, certidão que ateste que o candidato está desvinculado ou desativado de qualquer outra Estratégia Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

10.16 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo .

10.17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo.

Guaramirim (SC), 05 de novembro de 2014

Jair Tomelin Lauro Frohlich

Secretário Municipal de Saúde Prefeito Municipal

ANEXO I

EMPREGO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Empregos de Nível Superior:

Emprego	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
Médico Auditor/Autorizador	1	6.046,01	20 horas	Graduação superior em Medicina, Curso de Especialização na área de Auditoria Médica, Auditoria em Saúde, Auditoria de Gestão do SUS, Saúde Pública, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão; conhecimentos em análise de tabela hospitalar, credenciamento, análise de recurso de glosa, análise de internações hospitalares. Conhecimentos em análise de autorização de exames, procedimentos, materiais especiais e medicamentos.
Médico ESF	2	12.124,70	40 horas	Habilitação em nível de graduação superior na área de atuação e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO AUDITOR/AUTORIZADOR

1) Descrição do Cargo:

Analisar e autorizar procedimentos médicos, internações, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e procedimentos de alto custo/alta complexidade para pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, identificando se o solicitado é compatível à patologia diagnosticada e aos protocolos estabelecidos, emitindo pareceres com justificativa e fundamentação; Atuar em auditoria interna e externa, efetuar a análise e guias de autorização de procedimento e internações, contas médicas verificando não conformidades e informando aos órgãos competentes as providências cabíveis; Atuar junto ao setor de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, auxiliando nas rotinas inerentes a sua função.

2) Atividades Típicas:

Prestar informações e orientações, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros; Compor o Sistema Municipal de Auditoria - SMA, para revisão dos laudos médicos, quando necessário e/ou solicitado, bem como auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais; Analisar a correta utilização dos leitos hospitalares e critérios mínimos de cuidados ao paciente; Analisar os pedidos de procedimentos de maior complexidade ou de alto custo, trabalhando sempre em sintonia com o médico da modalidade responsável; Auxiliar na construção e aplicação dos protocolos assistenciais e de regulação; Realizar análise de solicitações de procedimentos regulados pendentes, autorizando, negando ou devolvendo, justificando e fundamentado sempre as ações realizadas; Cumprir normas e regulamentos do SUS e da Secretaria Municipal de Saúde Executar outras atividades

correlatas à função. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 53/2014).

ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO ESF Médico ESF

1) Descrição do Cargo:

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; encaminhar aos serviços de maior complexidade quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento por meio de um sistema de acompanhamento e referência; solicitar exames complementares; humanização do atendimento à saúde, consultas médicas; identificar fatores de riscos, fazer visitas domiciliares e reuniões com comunidade.

2) Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;
Fazer análise, exame físico e segmento dos pacientes;
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;
Solicitar exames complementares;
Determinar, por escrito, prescrição de drogas e cuidados especiais;
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;
Cumprir normas e regulamentos da Saúde;
Buscar a humanização do atendimento à saúde;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os dois cargos terão a prova objetiva de Conhecimentos Gerais com 15 (quinze) questões, a partir do seguinte programa:

Prova de Conhecimentos Gerais - 15 Questões:

LÍNGUA PORTUGUESA - 6 Questões:

Compreensão e interpretação de texto(s); Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal; Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, introdução a assuntos preestabelecidos, correspondência oficial.

MATEMÁTICA - 6 Questões:

Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Juros simples e compostos; Equação de 1º e de 2º grau; Resolução de sistemas de equações de 1º e 2º grau; Equação exponencial; Função do 1º grau, 2º grau e exponencial; Logaritmo; Progressão aritmética e progressão geométrica; Teoria Geral dos Conjuntos; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema; Geometria; Trigonometria.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS - 3 Questões:

Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança, esportes, educação e ecologia e das diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações históricogeográficas em nível nacional e internacional. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro. Atualidades: principais acontecimentos nacionais e regionais abordados nos diferentes veículos de comunicação.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Médico Auditor/Autorizador

Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Ética Médica. Organização do DATASUS: Papel do DATASUS no SUS; Papel do fomento no SUS; Papel do fomento no MS; Sistemas desenvolvidos; Potencialidades dos sistemas. Controle no SUS: SHI; SAI; TAB/SAI; VAL/SAI; NOB/96. Instrumentos de operacionalização do SUS: AIH; APAC; SADT. Aspectos jurídicos do SUS na Constituição Federal e nas principais normas infraconstitucionais: A Constituição e a Saúde. Fixação da competência constitucional para cuidar da Saúde. Responsabilidade comum da União, Estados e Municípios. A Saúde na Seguridade Social. Descentralização, atendimento integral participação na sociedade. Execução dos serviços de saúde diretamente pelo poder público: Participação complementar da iniciativa privada; Controle do Sistema de Saúde; Lei 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde; Lei 8.142/90 - (complemento da L.O.S.); Portaria MS 2.203/96; Competência dos gestores; Auditoria no SUS: Sistema Nacional de Auditoria; Fundamentos legais e componentes o SNA; Tabela do SUS: Estrutura da tabela; OPM; Alto Custo; Procedimentos: Noções de Auditoria Operativa do SIA; Auditoria Operativa do SIH; Auditoria na aplicação de recursos; Aplicação de recursos do SUS: Despesas permitidas nas execuções de ações e serviços de saúde; Noções básicas de auditoria de gestão; Prioridades e estratégias contidas no plano de saúde; Auditoria da Qualidade: técnica e procedimento: Medicina Clínica Cirúrgica; Medicina em Ortopedia; Medicina em Ginecologia; Indicações de exames específicos de alto custo; Indicações de procedimentos de alto custo; Noções básicas de informática.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Médico ESF

Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas, doenças venosas e arteriais periféricas; Doenças pulmonares: asma brônquica, pneumonias; tuberculose, doenças pulmonares crônicas de natureza obstrutiva e restritiva; Doenças gastroenterológicas: esofagite, gastrite, duodenite, úlcera péptica, síndromes diarreicas, hepatite, pancreatite, litíase biliar, parasitoses intestinais; Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, síndrome nefrótica, síndrome nefrítica aguda, infecção urinária, nefrolitíase; Doenças endócrinas: diabetes melito, doenças da tireóide, insuficiência adrenal, dislipidemias, obesidade, síndrome metabólica; Doenças do sistema nervoso: infarto e hematoma cerebral, meningites e meningoencefalites, neurocisticercose, epilepsia, cefaléia, coma, vertigem; Doenças psiquiátricas: transtornos do humor, transtornos de pânico e agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia; Doenças da pele: infecções cutâneas, eczemas, micoses superficiais, dermatovirose, dermatozoonoses, dermatoses pré-cancerosas e neoplasias malignas; Doenças do sangue: anemias, plaquetopenias, trombocitose, leucemias, leucopenia e agranulocitose, anticoagulação; Doenças

infecciosas: doenças sexualmente transmissíveis, toxoplasmose, leptospirose, tétano, dengue, equistossomose mansônica, malária; Doenças reumatológicas: artrites infecciosas, artrite gotosa, artrite reumatóide, doenças do tecido conjuntivo, fibromialgia, osteoporose; Alergia e imunologia: rinite, urticária, alergias alimentares, dermatite atópica, anafilaxia.

ANEXO IV

CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO

Data	Descrição	Local
10/11/2014 A 09/12/2014	Inscrições dos Candidatos e Recebimento da Documentação exigida no Edital;	Secretaria Municipal de Saúde
10/12/2014	Divulgação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br
11/12/2014	Recursos sobre as Inscrições;	Secretaria Municipal de Saúde
12/12/2014	Homologação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br
13/12/2014	Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim
15/12/2014	Divulgação do Gabarito;	Site: www.guaramirim.sc.gov.br
16/12/2014	Resultado PRELIMINAR	Site: www.guaramirim.sc.gov.br
17/12/2014 A 18/12/2014	Recursos sobre a Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde
19/12/2014	Resultado Final	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO

(Apresentar formulário preenchido no ato da Inscrição)

Inscrição nº _____

Via Candidato

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Função: _____

CPF: _____

Cidade: _____ UF _____

Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato:

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: ____/____/____

Inscrição nº _____

Via Secretaria de Saúde

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Função: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF _____

Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato:

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: ____/____/____

ANEXO VI - MODELO DE RECURSO

SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 006/2014

NOME DO CANDIDATO: _____

MOTIVO: _____

(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)

DEFERIDO () SIM () NÃO

INDEFERIDO () SIM () NÃO

Guaramirim, ____ de ____ de 2014.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO_0190_HOMOLOGACAO_PONTUAÇÃO DE TÍTULOS_SELETIVO_002

DECRETO Nº 190/2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA A PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a pontuação de títulos e experiência profissional relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2014 do Município de Guarujá do Sul - SC, conforme segue:

MONITOR CRECHE				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
14247	Alana Bosa	0,60	-	0,60
11701	Camila Orth	0,20	-	0,20
14192	Catussa Bosa	0,60	-	0,60
14304	Daniela Spironello	0,60	-	0,60
15770	Debora de Oliveira Perondi	0,60	0,60	1,20
15972	Fernanda Seibel	-	-	-
15202	Franciele Cristina Mayer Kafer Klauch	1,00	-	1,00
17364	Iana Patrícia Carramori	0,40	-	0,40
8663	Idiamara Ely	-	-	-
17696	Idiane Perosso	-	-	-
15645	Ione Terezinha Rosembach	1,20	-	1,20
18339	Janinha De Fátima Meneguel	0,60	-	0,60
17717	Jaqueline Letícia Stalter	-	-	-
17802	Jéssica Luiza Klaus	-	-	-
11660	Jucimiriam Costa Welter	1,20	-	1,20
12493	Juliane Kafer	1,20	-	1,20
16716	Liane Scher	0,60	-	0,60
17751	Luana Ely	-	-	-
14390	Mariele Dreyer	0,60	-	0,60
14323	Marilei Ruhoff Lunkes	1,20	-	1,20
14764	Marisa Danieli Lolato	0,60	-	0,60
15956	Marlene Lúcia Bourscheidt	-	-	-
9957	Sandra Luiza Back	0,60	-	0,60
15713	Sirlene Beatriz Lawless	1,60	-	1,60
PSICOPEDAGOGA - HABILITADO				

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
12443	Rosmeri Inês Matije Dalla Vecchia	2,00	0,85	2,85
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
15070	Adriane Zamboni	2,00	0,90	2,90
13575	Angela Cristina Both	2,00	0,22	2,22
11172	Carla Maria Schosler Bremm	2,00	0,54	2,54
14668	Cristiana Marcia Justen	2,00	0,72	2,72
17832	Dalticléia Soares Machado	2,00	1,00	3,00
12049	Elta Deon	2,00	1,00	3,00
14737	Janizes Ana Zanata	2,00	1,00	3,00
17708	Juliana Miola Martini	2,00	0,56	2,56
17478	Julieta Carla Radiske David	2,00	0,38	2,38
13689	Márcia Inês Panzenhagem Pinheiro	2,00	0,23	2,23
13610	Márcia Maria Moreira	2,00	1,00	3,00
12190	Patricia Noll	2,00	0,26	2,26
14387	Roseli de Fátima Martini	2,00	1,00	3,00
17460	Tatiana Cichelero	2,00	0,46	2,46
11220	Vanessa Caroline Kuhn	2,00	0,69	2,69
14644	Vanusa Simone Muller	1,70	1,00	2,70
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
9833	Ana Maria Casagrande Conferri	1,70	0,10	1,80
13574	Angela Cristina Both	2,00	0,22	2,22
13205	Beatriz de Mello Martini	2,00	0,18	2,18
15134	Betânia Luiza Poli	2,00	0,74	2,74
9570	Camila Regina Kummer	1,70	0,08	1,78
14637	Carla Inês Rosenbach	2,00	0,86	2,86
11172	Carla Maria Schosler Bremm	2,00	0,54	2,54
13777	Caroline Kuhn	2,00	0,46	2,46
13292	Cleci Maria Polla	2,00	1,00	3,00
15393	Cleidi Da Rosa Alves	2,00	0,64	2,64
17859	Cleusa de Fátima Telles	2,00	0,62	2,62
14667	Cristiana Marcia Justen	2,00	0,72	2,72
13593	Cristiane Graff	2,00	0,32	2,32

8677	Cristina Inês Griebler Dotti	2,00	0,69	2,69
11908	Denise Fátima Gubert	1,50	1,00	2,50
11262	Diane Roseli Sprandel	2,00	0,07	2,07
15965	Elisandra dos Reis	2,00	0,43	2,43
9169	Elta Deon	2,00	1,00	3,00
1296	Geneci Klaus Justen	2,00	0,41	2,41
13287	Ivandra Maria Savaris de Oliveira	2,00	1,00	3,00
13578	Janeffer Scholl	2,00	0,18	2,18
8626	Janes Paula dos Santos	1,85	0,23	2,08
14734	Janizes Ana Zanata	2,00	1,00	3,00
17703	Juliana Miola Martini	2,00	0,56	2,56
13663	Marciele Huning	1,20	-	1,20
16850	Regí Dal'Alba	1,70	-	1,70
12443	Rosmeri Inês Matije Dalla Vecchia	2,00	0,85	2,85
10745	Sandra Aparecida dos Santos Varela	2,00	0,99	2,99
14652	Susana de Fátima Cattani da Silva	2,00	0,49	2,49
12480	Tatiana Cichelero	2,00	0,46	2,46
10717	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	2,00	0,29	2,29

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
16818	Alessandra Brandt	0,59	0,18	0,77
16228	Ana Paula Marques Kappes Vogel	-	-	-
17410	Cleide Luzia Gabriel	0,75	-	0,75
14453	Cleonara de Lima	0,85	0,30	1,15
18220	Cleusa Teresinha Amann	0,95	1,00	1,95
11027	Cristiane Garbin	0,75	-	0,75
15739	Edina Seibel Backes	1,25	0,27	1,52
13212	Elisete Ferraz	-	-	-
14863	Ivone de Debortoli	0,75	0,22	0,97
17709	Jéssica Daiane de Campos Stefan	-	-	-
14907	Jossiane Andrade Couto	1,10	0,09	1,19
15714	Juliana Seibel Freddi	1,25	0,10	1,35
11044	Karina Aparecida Kieling	0,15	-	0,15
13337	Karline Elizabete Back	0,45	0,02	0,47
15052	Lúcia Collmam Tortora	0,45	-	0,45
13891	Margarete Ines Pellenz	0,15	0,32	0,47
15537	Neide Silvana Bencke Brandenburger Lermen	0,15	-	0,15

13584	Silvana Pellegrini	1,25	-	1,25
12215	Sueli Conceição da Silva	0,95	-	0,95
13206	Vanea Menin	-	-	-

PROFESSOR E.F. SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
12042	Ana Maria Casagrande Conferri	1,70	0,10	1,80
15123	Betânia Luiza Poli	2,00	0,74	2,74
15486	Brigida Rosa Poli	1,75	0,67	2,42
13293	Cleci Maria Polla	2,00	1,00	3,00
15394	Cleidi Da Rosa Alves	2,00	0,64	2,64
17860	Cleusa de Fátima Telles	2,00	0,62	2,62
13594	Cristiane Graff	2,00	0,32	2,32
8678	Cristina Inês Griebler Dotti	2,00	0,69	2,69
12383	Daiane Pavin	1,70	0,10	1,80
17831	Dalticléia Soares Machado	2,00	1,00	3,00
13577	Diana Regina Possatto Piovesan	1,70	-	1,70
15788	Diane Roseli Sprandel	2,00	0,07	2,07
13788	Dinora Decarli	1,20	-	1,20
15969	Elisandra dos Reis	2,00	0,43	2,43
16183	Geneci Klaus Justen	2,00	0,41	2,41
13288	Ivandra Maria Savaris de Oliveira	2,00	1,00	3,00
13579	Janeffer Scholl	2,00	0,18	2,18
8627	Janes Paula dos Santos	1,85	0,23	2,08
17477	Julieta Carla Radiske David	2,00	0,38	2,38
16002	Luis Henrique Moreira	2,00	1,00	3,00
13688	Márcia Inês Panzenhagen Pinheiro	2,00	0,23	2,23
13609	Márcia Maria Moreira	2,00	1,00	3,00
16850	Regí Dal'Alba	1,70	-	1,70
14386	Roseli de Fátima Martini	2,00	1,00	3,00
12068	Sandra Aparecida dos Santos Varela	2,00	0,99	2,99
12017	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	2,00	0,29	2,29
9631	Vanessa Caroline Kuhn	2,00	0,69	2,69

PROFESSOR E.F. SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
16819	Alessandra Brandt	0,59	0,18	0,77
18086	Alessandra Tortora	0,45	-	0,45

16229	Ana Paula Marques Kappes Vogel	-	-	-
17498	Caroline Mortari	-	-	-
17384	Claudiane Pauli	1,05	-	1,05
18221	Cleusa Teresinha Amann	0,95	1,00	1,95
17942	Cristiane Garbin	0,75	-	0,75
15740	Edina Seibel Backes	1,25	0,27	1,52
17679	Gisele Grimm	0,95	0,63	1,58
14949	Ivonete Debortoli	0,75	0,22	0,97
17710	Jéssica Daiane de Campos Stefan	-	-	-
14922	Jossiane Andrade Couto	1,10	0,09	1,19
15715	Juliana Seibel Freddi	1,25	0,10	1,35
13338	Karline Elizabete Back	0,45	0,02	0,47
16966	Margarete Ines Pellenz	0,15	0,32	0,47
15538	Neide Silvana Bencke Brandenburger Lermen	0,15	-	0,15
PROFESSOR ARTES - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
15491	Brigida Rosa Poli	1,75	0,67	2,42
13691	Cristiane Ely	1,70	0,15	1,85
12853	Marinês Philipsen	2,00	0,58	2,58
13942	Marizane Cavalheiro Martins Ávila	2,00	0,80	2,80
14144	Neiva Terezinha Caramori	2,00	1,00	3,00
PROFESSOR ARTES - NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
17808	Rúbia Taísi Pinheiro	1,25	0,17	1,42
12055	Samara Borille	1,70	0,78	2,48
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
11469	Daniela Heleninha Ammon	2,00	0,35	2,35
14068	Jessica Sigrit de Brasil	1,30	0,09	1,39
14201	Raquelley Taube	1,70	0,21	1,91
11707	Rosane Vichiette	1,83	0,25	2,08
18159	Taísa Graciela Sprandel	1,70	0,16	1,86
9088	Vanderlisse Ribeiro Alves	1,70	0,31	2,01
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO				

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
11183	Gisele Regina Orzechoski	0,95	-	0,95
14060	Luiz Carlos Stroher	0,30	-	0,30
12855	Sueli Maria Welter	1,14	0,04	1,18
PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
13983	Cassiane Cristina Sbardelotto Salles	0,95	0,20	1,15
12856	Sueli Maria Welter	1,14	0,04	1,18
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
11470	Daniela Heleninha Ammon	2,00	0,35	2,35
14069	Jessica Sigrit de Brasil	1,30	0,09	1,39
14202	Raquelley Taube	1,70	0,21	1,91
11708	Rosane Vichiette	1,83	0,25	2,08
18160	Taísa Graciela Sprandel	1,70	0,16	1,86
PROFESSOR GEOGRAFIA - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
11352	Lenise Winter	2,00	1,00	3,00
PROFESSOR GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
12537	Patricia Wahlbrink	0,15	-	0,15
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
10295	Gabriela Garcia de Mattos	1,70	0,07	1,77
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
17499	Caroline Mortari	-	-	-
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
13197	Marcela Inês Müller	2,00	0,46	2,46
15510	Diangeles Lunkes	1,70	0,37	2,07
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO				

Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
8901	Andréia Salete Mayer Eberhardt	1,40	0,33	1,73
11305	Gabriela Garcias de Mattos	1,70	0,07	1,77
13945	Genair Cavalheiro Martins	1,25	0,19	1,44
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
16785	Andrigo Krewer	1,70	0,58	2,28
12567	Cleiton Rodrigo Ferreira Gomes	1,70	0,31	2,01
9348	Cristiana Reichert	2,00	0,26	2,26
8555	Fernando Rangel	1,70	0,41	2,11
7805	Lucimar Isoton	1,70	0,19	1,89
15712	Neiva Maria Willers Kummer	1,55	0,07	1,62
12054	Samara Borille	1,70	0,78	2,48
8519	Tiago Carlos Piran	1,70	0,01	1,71
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
16133	Ana Paula Gonçalves	0,25	0,07	0,32
13944	Genair Cavalheiro Martins	1,25	0,19	1,44
10643	Luana Cristina Schmidt	1,10	0,11	1,21
PROFESSOR DE MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO				
Inscrição	Candidato	Títulos	Experiência Profissional	Total
18087	Alessandra Tortora	0,45	-	0,45
8538	Vanessa Diehl	0,65	0,05	0,70

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em, 06 de novembro de 2014

Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DECRETO_0189_HOMOLOGACAO_INSCRICOES_03_2014

DECRETO Nº 0189/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 003/2014 do Município de Guarujá do Sul - SC, conforme segue:

AGENTE OPERACIONAL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11271	ELIDIA SISNANDE DA SILVA	HOMOLOGADA
18449	JUSSANI LAUX	HOMOLOGADA
17765	MARIA VALDIRENE FERREIRA SARAIVA	HOMOLOGADA
16195	MARILIA SOLIGO	HOMOLOGADA
15208	MAURO STEFFENS	HOMOLOGADA
11702	PATRICIA EDINEIA DA SILVA MALLMANN	HOMOLOGADA
18059	SERLI ANA SCHMIDT	HOMOLOGADA
11073	VALDECIR RIBEIRO ALVES	HOMOLOGADA
FONOAUDIÓLOGO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8684	NADIA MOURA DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
MONITOR(A) DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
17313	DAYANE EVA LEBENS	HOMOLOGADA
13116	EDELI DITTRICH BOLGENHAGEN	HOMOLOGADA
13050	JANETE TEREZINHA MAYER	HOMOLOGADA
11989	MARISA ELENA WELTER REINISCH	HOMOLOGADA
17974	MICHELE SEFFRIN	HOMOLOGADA
NUTRICIONISTA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16532	ALANA ROBERTA DE MOURA	HOMOLOGADA
8672	CARLA DALIANA DAMASCENO	HOMOLOGADA
16126	EDINA MARIA STURM SERAFINI	HOMOLOGADA
8633	GISELE R. DE TOLEDO	HOMOLOGADA
11368	INDIARA ALNOCH	HOMOLOGADA
10900	JOANA DA ROCHA SCHREINER	HOMOLOGADA
11107	JOSIANE SINHORI	HOMOLOGADA
18386	JOSIANI KATIA CENATTI	HOMOLOGADA
16255	MAYARA FAIM DOS SANTOS	HOMOLOGADA
12471	RAFAELA DA SILVA DORNELES	HOMOLOGADA
15894	SIMONE CARLA JACOBS	HOMOLOGADA
16491	TANICLER NUNES	HOMOLOGADA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

18357	ANA CARLA CARVALHO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
11845	ANA PAULA MULLER	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em, 05 de novembro de 2014

Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DECRETO_0188_HOMOLOGACAO_INSCRICOES_02_2014

DECRETO Nº 0188/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2014 do Município de Guarujá do Sul - SC, conforme segue:

**Professor(a) de Educação Física - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16785	ANDRIGO KREWER	HOMOLOGADA
12567	CLEITON RODRIGO FERREIRA GOMES	HOMOLOGADA
9348	CRISTIANA REICHERT	HOMOLOGADA
8555	FERNANDO RANGEL	HOMOLOGADA
11486	LUCIMAR ISOTON	HOMOLOGADA
15712	NEIVA MARIA WILLERS KUMMER	HOMOLOGADA
12054	SAMARA BORILLE	HOMOLOGADA
8519	TIAGO CARLOS PIRAN	HOMOLOGADA
Monitor de Creche - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
14247	ALANA BOSA	HOMOLOGADA
16680	BEATRIZ GRAETZLER	HOMOLOGADA
11701	CAMILA ORTH	HOMOLOGADA
14192	CATUSSA BOSA	HOMOLOGADA
14304	DANIELA LÚCIA SPIRONELLO	HOMOLOGADA
15770	DÉBORA DE OLIVEIRA PERONDI	HOMOLOGADA
15972	FERNANDA SEIBEL	HOMOLOGADA
15202	FRANCIELE CRISTINA MAYER KAUFER KLAUCH	HOMOLOGADA
17094	FRANCIELI BATISTA	HOMOLOGADA
17971	FRANCIELI MENEGHEL	HOMOLOGADA
17364	IANA PATRICIA CARAMORI	HOMOLOGADA
8663	IDIAMARA ELY	HOMOLOGADA

17696	IDIANE PEROSSO	HOMOLOGADA
15645	IONE TEREZINHA ROSENBACH	HOMOLOGADA
18809	IRENE REGINA PARMEGIANI	HOMOLOGADA
18339	JANINHA DE FATIMA MENE-GUEL	HOMOLOGADA
17717	JAQUELINE LETICIA STALTER	HOMOLOGADA
17802	JESSICA LUIZA KLAUS	HOMOLOGADA
11660	JUCIMIRIAM COSTA WELTER	HOMOLOGADA
12493	JULIANE KAUFER	HOMOLOGADA
16716	LIANE SCHER	HOMOLOGADA
17751	LUANA ELY	HOMOLOGADA
15744	MAIARA BALERINI	HOMOLOGADA
14390	MARCIELE DREYER	HOMOLOGADA
14323	MARILEI RUHOFF LUNKES	HOMOLOGADA
14764	MARISA DANIELI LOLATO	HOMOLOGADA
15956	MARLENE LÚCIA BOURSCHEIDT	HOMOLOGADA
18844	PATRICIA BERNARDI	HOMOLOGADA
9957	SANDRA LUIZA BACK	HOMOLOGADA
15713	SIRLENE BEATRIZ LAWLESS KEIBER	HOMOLOGADA
Professor(a) de Artes - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15491	BRIGIDA ROSA POLI	HOMOLOGADA
13691	CRISTIANE ELY	HOMOLOGADA
12853	MARINÊS PHILIPSEN	HOMOLOGADA
13942	MARIZANE CAVALHEIRO MARTINS ÁVILA	HOMOLOGADA
14144	NEIVA TEREZINHA CARAMORI	HOMOLOGADA
Professor(a) de Artes - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
17808	RÚBIA TAÍSI PINHEIRO	HOMOLOGADA
12055	SAMARA BORILLE	HOMOLOGADA
Professor(a) de Ciências - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15510	DIANGELES LUNKES	HOMOLOGADA
13197	MARCELA INÊS MÜLLER	HOMOLOGADA
Professor(a) de Ciências - Não Habilitado - Modalidade A		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor(a) de Educação Especial 2º Professor - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15070	ADRIANE ZAMBONI	HOMOLOGADA
13575	ANGELA CRISTINA BOTH	HOMOLOGADA
11172	CARLA MARIA SCHOSSLER BREMM	HOMOLOGADA
14668	CRISTIANA MARCIA JUSTEN	HOMOLOGADA

17832	DALTICLEIA SOARES MACHADO WOLFART	HOMOLOGADA
12049	ELTA DEON	HOMOLOGADA
14737	JANIZES ANA ZANATA	HOMOLOGADA
17708	JULIANA MIOLA MARTINI	HOMOLOGADA
17478	JULIETA CARLA RADISKE DAVID	HOMOLOGADA
13689	MÁRCIA INÊS PANZENHAGEN PINHEIRO	HOMOLOGADA
13610	MÁRCIA MARIA MOREIRA	HOMOLOGADA
12190	PATRICIA NOLL	HOMOLOGADA
14387	ROSELI DE FÁTIMA MARTINI	HOMOLOGADA
17460	TATIANA CICHELERO	HOMOLOGADA
11220	VANESSA CAROLINE KUHN	HOMOLOGADA
14644	VANUSA SIMONE MULLER	HOMOLOGADA

Professor(a) de Educação Física - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16133	ANA PAULA GONÇALVES	HOMOLOGADA
13944	GENAIR CAVALHEIRO MARTINS	HOMOLOGADA
10643	LUANA CRISTINA SCHMIDT	HOMOLOGADA
9099	NICHOLAS ROSSINI ROHENKOHLE	HOMOLOGADA

Professor(a) de Educação Infantil - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
9833	ANA MARIA CASAGRANDA CONFERRI	HOMOLOGADA
13574	ANGELA CRISTINA BOTH	HOMOLOGADA
13205	BEATRIZ DE MELLO MARTINI	HOMOLOGADA
15134	BETÂNIA LUIZA POLI	HOMOLOGADA
9570	CAMILA REGINA KUMMER	HOMOLOGADA
14637	CARLA INÊS ROSENBAACH	HOMOLOGADA
11171	CARLA MARIA SCHOSSLER BREMM	HOMOLOGADA
13777	CAROLINE KUHN	HOMOLOGADA
18801	CHARLINE TEIXEIRA	HOMOLOGADA
13292	CLECI MARIA POLLA	HOMOLOGADA
15393	CLEIDI DA ROSA ALVES	HOMOLOGADA
17859	CLEUSA DE FÁTIMA TELLES FANTINELLI	HOMOLOGADA
14667	CRISTIANA MARCIA JUSTEN	HOMOLOGADA
13593	CRISTIANE GRAFF	HOMOLOGADA
8677	CRISTINA INES GRIEBLER DOTTI	HOMOLOGADA
11908	DENISE FATIMA GUBERT	HOMOLOGADA
11262	DIANE ROSELI SPRANDEL	HOMOLOGADA
15965	ELISANDRA DOS REIS	HOMOLOGADA
9169	ELTA DEON	HOMOLOGADA
16182	GENECI KLAUS	HOMOLOGADA
13287	IVANDRA MARIA SAVARIZ DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
13578	JANEFFER SCHOLL	HOMOLOGADA
8626	JANES PAULA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
14734	JANIZES ANA ZANATA	HOMOLOGADA
17703	JULIANA MIOLA MARTINI	HOMOLOGADA

13663	MARCELE HUNING	HOMOLOGADA
16849	REGÍ DAL'ALBA	HOMOLOGADA
12443	ROSMERI INÊS MATTJE DALLA VECCHIA	HOMOLOGADA
10745	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
14652	SUSANA DE FÁTIMA CATTANI DA SILVA	HOMOLOGADA
12480	TATIANA CICHELERO	HOMOLOGADA
10717	TATIANE DANIELA SPRANDEL CARAMORI	HOMOLOGADA

Professor(a) de Educação Infantil - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16818	ALESSANDRA BRANDT	HOMOLOGADA
16228	ANA PAULA MARQUES KAPPES VOGEL	HOMOLOGADA
17410	CLEIDE LUZIA GABRIEL	HOMOLOGADA
14453	CLEONARA DE LIMA	HOMOLOGADA
18220	CLEUSA TERESINHA AMANN	HOMOLOGADA
13595	DANIELA FERNANDA DA SILVA	HOMOLOGADA
15739	EDINA SEIBEL BACKES	HOMOLOGADA
13212	ELISETTE FERRAZ	HOMOLOGADA
15217	IOHANA ELOISE WEISS	HOMOLOGADA
14863	IVONETE DEBORTOLI CARAMORI	HOMOLOGADA
17709	JÉSSICA DAIANE DE CAMPOS STEFAN	HOMOLOGADA
14907	JOSSIANE ANDRADE COUTO	HOMOLOGADA
15714	JULIANA SEIBEL FREDDI	HOMOLOGADA
11044	KARINA APARECIDA KIELING	HOMOLOGADA
13337	KARLINE ELIZABETE BACK	HOMOLOGADA
15052	LÚCIA COLLAMAM TORTORA	HOMOLOGADA
13891	MARGARETE INES PELLEZ	HOMOLOGADA
15537	NEIDE SILVANE BENCKE BRANDENBURG LERMEN	HOMOLOGADA
13584	SILVANA PELLEGRINI	HOMOLOGADA
12215	SUELI CONCEIÇÃO DA SILVA	HOMOLOGADA
13206	VANEA MENIN	HOMOLOGADA

Professor(a) de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12042	ANA MARIA CASAGRANDA CONFERRI	HOMOLOGADA
15123	BETÂNIA LUIZA POLI	HOMOLOGADA
15486	BRIGIDA ROSA POLI	HOMOLOGADA
18802	CHARLINE TEIXEIRA	HOMOLOGADA
13293	CLECI MARIA POLLA	HOMOLOGADA
15394	CLEIDI DA ROSA ALVES	HOMOLOGADA
17860	CLEUSA DE FÁTIMA TELLES FANTINELLI	HOMOLOGADA
13594	CRISTIANE GRAFF	HOMOLOGADA
8678	CRISTINA INES GRIEBLER DOTTI	HOMOLOGADA
12383	DAIANE PAVIN	HOMOLOGADA
17831	DALTICLEIA SOARES MACHADO WOLFART	HOMOLOGADA

13577	DIANA REGINA POSSATTO PIOVESAN	HOMOLOGADA
15788	DIANE ROSELI SPRANDEL	HOMOLOGADA
13788	DIONARA DECARLI	HOMOLOGADA
15969	ELISANDRA DOS REIS	HOMOLOGADA
16183	GENECI KLAUS	HOMOLOGADA
13746	GISELE REGINA ORZECOSKI	HOMOLOGADA
13288	IVANDRA MARIA SAVARIZ DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
13579	JANEFFER SCHOLL	HOMOLOGADA
8627	JANES PAULA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
17477	JULIETA CARLA RADISKE DAVID	HOMOLOGADA
16002	LUIS HENRIQUE MOREIRA	HOMOLOGADA
13688	MÁRCIA INÊS PANZENHAGEN PINHEIRO	HOMOLOGADA
13609	MÁRCIA MARIA MOREIRA	HOMOLOGADA
16850	REGÍ DAL'ALBA	HOMOLOGADA
14386	ROSELI DE FÁTIMA MARTINI	HOMOLOGADA
12068	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
12017	TATIANE DANIELA SPRANDEL CARAMORI	HOMOLOGADA
9631	VANESSA CAROLINE KUHN	HOMOLOGADA
Professor(a) de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16819	ALESSANDRA BRANDT	HOMOLOGADA
18086	ALESSANDRA TORTORA	HOMOLOGADA
16229	ANA PAULA MARQUES KAPPES VOGEL	HOMOLOGADA
17498	CAROLINE MORTARI	HOMOLOGADA
17384	CLAUDIANE PAULI	HOMOLOGADA
12371	CLEISON DA SILVA	HOMOLOGADA
18221	CLEUSA TERESINHA AMANN	HOMOLOGADA
17942	CRISTIANE GARBIN	HOMOLOGADA
13596	DANIELA FERNANDA DA SILVA	HOMOLOGADA
15740	EDINA SEIBEL BACKES	HOMOLOGADA
17679	GISELE GRIMM	HOMOLOGADA
10560	GISELE REGINA ORZECOSKI	HOMOLOGADA
14949	IVONETE DEBORTOLI CARAMORI	HOMOLOGADA
17710	JÉSSICA DAIANE DE CAMPOS STEFAN	HOMOLOGADA
14922	JOSSIANE ANDRADE COUTO	HOMOLOGADA
15715	JULIANA SEIBEL FREDDI	HOMOLOGADA
13338	KARLINE ELIZABETE BACK	HOMOLOGADA
16966	MARGARETE INES PELLEZ	HOMOLOGADA
15538	NEIDE SILVANE BENCKE BRANDENBURG LERMEN	HOMOLOGADA
16353	SUELI CONCEIÇÃO DA SILVA	HOMOLOGADA
Professor(a) de Espanhol - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11470	DANIELA HELENINHA AMMON	HOMOLOGADA
14069	JESSICA SIGRIT DE BRAZIL	HOMOLOGADA

14202	RAQUELY TAUBE	HOMOLOGADA
11708	ROSANE VICHETTI	HOMOLOGADA
18160	TAISA GRACIELA SPRANDEL	HOMOLOGADA
Professor(a) de Espanhol - Não Habilitado - Modalidade A		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor(a) de Geografia - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11352	LENISE WINTER	HOMOLOGADA
Professor(a) de Geografia - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
10676	GISLAINE BONNA DA SILVEIRA SCHNORR	HOMOLOGADA
12537	PATRICIA WAHLBRINK	HOMOLOGADA
Professor(a) de História - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
10295	GABRIELA GARCIA DE MATTOS	HOMOLOGADA
Professor(a) de História - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11793	ÉDINA ALBRECHT	HOMOLOGADA
17499	CAROLINE MORTARI	HOMOLOGADA
Professor(a) de Informática - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
17996	ALESSANDRO GUIMARÃES	HOMOLOGADA
18070	ELISANE MALAGUTTI	HOMOLOGADA
Professor(a) de Informática - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8901	ANDRÉIA SALETE MAYER EBERHARDT	HOMOLOGADA
11305	GABRIELA GARCIA DE MATTOS	HOMOLOGADA
13945	GENAIR CAVALHEIRO MARTINS	HOMOLOGADA
Professor(a) de Inglês - Habilitado - Modalidade A		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor(a) de Inglês - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13983	CASIANE CRISTINA SBARDELOTTO SALLES	HOMOLOGADA
18412	FRANCIELE HERBERT MANTOVANI	HOMOLOGADA
12856	SUELI MARIA WELTER	HOMOLOGADA

Professor(a) de Matemática - Habilitado - Modalidade A		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor(a) de Matemática - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
18087	ALESSANDRA TORTORA	HOMOLOGADA
8538	VANESSA DIEHL	HOMOLOGADA
Professor(a) de Português - Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11469	DANIELA HELENINHA AMMON	HOMOLOGADA
14068	JESSICA SIGRIT DE BRAZIL	HOMOLOGADA
14201	RAQUELLY TAUBE	HOMOLOGADA
11707	ROSANE VICHETTI	HOMOLOGADA
18159	TAISA GRACIELA SPRANDEL	HOMOLOGADA
9088	VANDERLISSE RIBEIRO ALVES	HOMOLOGADA
Professor(a) de Português - Não Habilitado - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
14060	LUIZ CARLOS STROHER	HOMOLOGADA
12855	SUELI MARIA WELTER	HOMOLOGADA
Psicopedagoga - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12470	ROSMERI INÊS MATTJE DALLA VECCHIA	HOMOLOGADA
Psicopedagogo(a) - Modalidade A		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em, 05 de novembro de 2014

Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 60

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 60/2014 - Pregão Presencial Nº. 32/2014
Objeto: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e Material de Limpeza para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 21/11/2014 (08:15 hrs - Documentação / 08:30 hrs abertura)

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 07 de novembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3.071/2014.

LEI Nº 3071/2014

"AUTORIZA A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE - CDL, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pagável em três parcelas iguais, sendo a primeira em 30 de outubro de 2014 e as demais a cada 30 dias, sucessivamente, destinados ao pagamento de despesas com atividades sócio-culturais, de caráter social, decorrentes da realização de Festividades de Final de Ano e Natal/2014 denominado "Natal Premiado em Herval", conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de (90) noventa dias, contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2014.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 06 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito em exercício

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 25/2014 - RH

CONTRATO Nº 025/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ELIS REGINA DA ROSA, brasileira, solteira, Psicóloga, CI 4.320.644-1, CPF nº 045.004.139-52, CRP-12/12778, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal mais o que consta no art. 1º e inc. VII - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e considerando o resultado do Processo Seletivo nº 006, de 28.08.2014, homologado pelo Decreto nº 2.699, de 10.10.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ELIS REGINA DA ROSA para exercer as funções do cargo de Psicóloga, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.959,70 (hum mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 30.12.2014 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

Cláusula Quarta - Poderá haver a prorrogação do contrato, pelo prazo de até 01 (um) ano, desde que persistam os motivos da contratação.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Sexta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 03 - Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde

Elemento de Despesa: 31900000 - 0102 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 006, de 28 de agosto de 2014 e Artigo 37, inciso

IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 22 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ELIS REGINA DA ROSA
CPF - 045.004.139-52

TESTEMUNHAS:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA ERICA THOMÉ LAIDNES
CPF - 807.451.729-20 CPF - 006.854.259-32

MELZI CAVAZZOLA
ADVOGADO - OAB/SC 3.076

REABRE PRAZO - PL 56

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 022/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, em razão do aumento do valor do litro da gasolina, altera o valor, máximo para o item , e reabre o prazo para apresentação de propostas. O valor máximo para o item gasolina comum , no edital supra citado, é de R\$ 2,85, devendo a partir desta data a ser considerado R\$ 2,95 o valor máximo admitido para o item.

A data de recebimento e abertura dos envelopes passa a ser a seguinte:

DE: Entrega dos envelopes: 10/11/2014 até às 07:30 horas, passa a ser: Entrega dos envelopes 24/11/2014 as 07:30 horas.

DE: Abertura dos envelopes: 10/11/2014 às 08:00 horas, passa a SER: Abertura dos envelopes: 24/11/2014 às 08:00 horas

As demais condições do edital do Processo Licitatório 056/2014 da Prefeitura de Ibiam, permanecem inalteradas.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 07 de Novembro de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

REABRE PRAZO - PL 57

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2014
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 023/2014

O Fundo Municipal de Saúde Ibiam/SC, em razão do aumento do valor do litro da gasolina, altera o valor, máximo para o item , e reabre o prazo para apresentação de propostas. O valor máximo para o item gasolina comum , no edital supra citado, é de R\$ 2,85, devendo a partir desta data a ser considerado R\$ 2,95 o valor máximo admitido para o item.

A data de recebimento e abertura dos envelopes passa a ser a seguinte:

DE: Entrega dos envelopes: 10/11/2014 até às 07:30 horas, PASSA A SER: Entrega dos envelopes 24/11/2014 as 07:30 horas.

DE: Abertura dos envelopes: 10/11/2014 às 08:00 horas, PASSA A SER: Abertura dos envelopes: 24/11/2014 às 09:30 horas

As demais condições do edital do Processo Licitatório 057/2014 da Prefeitura de Ibiam, permanecem inalteradas.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 07 de Novembro de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA CGPPP Nº 001-2014 - APROVA REGIMENTO INTERNO COMISSÃO GESTORA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

PORTARIA CGPPP Nº 001, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova do Regimento Interno da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), instituída pelo Decreto nº 269, de 03 de novembro de 2014.

O Presidente da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto PMI nº 269, de 05 de novembro de 2014 e fundamentado na Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo Único desta Portaria, o Regimento Interno da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), instituída pelo Decreto nº 269, de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2014.

Zeli Pires
Presidente da CGPPP

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANEXO ÚNICO

INTEGRANTE DA PORTARIA CGPPP Nº 001, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

REGIMENTO INTERNO da
Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, que tem por objetivo orientar a participação de particulares na estruturação de projetos de parcerias público-privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, de concessão comum e de permissão, no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo, instituído pelo Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, tendo como órgão de gestão a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, será integrado pelos seguintes membros:

- I - o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública;
- II - o Secretário de Governo;
- III - um Procurador, representando a Procuradoria-Geral do Município;
- IV - como membro eventual, o titular do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade objeto da parceria público-privada.

§ 1º Nas hipóteses de ausência ou impedimento, os membros permanentes do CGPPP serão substituídos pelos seus respectivos Gerentes ou Diretores.

§ 2º Nas hipóteses de ausência ou impedimento do Presidente da CGPPP, será observado o critério de substituição previsto no § 1º, sendo que as atribuições da Presidência serão exercidas, nos termos do inciso I do artigo 5º deste Regimento Interno, pelo Vice-Presidente.

§ 3º Consideram-se impedidos os membros da CGPPP:

I - que tenham interesse econômico ou financeiro na realização da parceria público-privada, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

II - que tenham vínculo, ou cujo vínculo tenha cessado a menos de 02 (dois) anos, como sócio, presidente, diretor, conselheiro ou empregado, com empresa ou sociedade interessada na realização da parceria público-privada.

§ 4º O membro da CGPPP também poderá declarar-se impedido por motivo íntimo, não sendo obrigado a declinar os motivos.

SEÇÃO II ESTRUTURA

Art. 2º A CGPPP é composta pela:

I - Presidência, que será exercida pelo Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública;

II - Vice-Presidência, que será exercida pelo Secretário de Governo;

III - Secretaria Executiva;

IV - Equipe Técnica de Assessoramento.

Parágrafo Único. Compete ao Presidente da CGPPP designar o Secretário-Executivo e os membros da Equipe Técnica de Assessoramento.

CAPÍTULO II COMPETÊNCIA

SEÇÃO I DO CONSELHO GESTOR

Art. 3º São atribuições da CGPPP:

I - gerir o Procedimento de Manifestação de Interesse em projeto de Parcerias Público-Privadas e definir as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos públicos;

II - aprovar os projetos de parceria público-privada, observadas as disposições da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e do Decreto nº 269, de 03 de novembro de 2014;

III - autorizar a abertura de procedimento licitatório e aprovar os instrumentos convocatórios e de contratos;

IV - decidir sobre a alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

V - acompanhar permanentemente a execução dos projetos de parceria público-privada para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos;

VI - aprovar os resultados de estudos técnicos de viabilidade dos projetos de parceria público-privada;

VII - deliberar sobre toda e qualquer outra matéria de interesse do Procedimento de Manifestação de Interesse em projeto de Parcerias Público-Privadas, incluindo a fixação de condições e prazos para atendimento de suas determinações;

VIII - fazer publicar as atas de suas reuniões no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;

IX - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

X - encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação de empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas, as informações necessárias ao cumprimento do previsto no artigo 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

XI - elaborar e remeter à Câmara Municipal, anualmente, até o

último dia útil do mês de março, relatório detalhado das atividades desenvolvidas e desempenhadas no âmbito dos contratos de parceria público-privada no ano anterior;

Parágrafo Único. A autorização prevista no inciso III deste artigo não supre a autorização específica do ordenador de despesa, nem a análise e a aprovação das minutas de edital e de contrato pelo órgão municipal que realizar a licitação de parceria público-privada.

SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA

Art. 4º Compete ao Presidente da CGPPP:

- I - convocar, definir a pauta e presidir as reuniões;
- II - dirigir os trabalhos e aprovar o encaminhamento das matérias à CGPPP;
- III - proferir o voto de desempate, se for o caso;
- IV - determinar a publicação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, dos atos deliberativos da CGPPP;
- V - submeter à apreciação e aprovação da CGPPP as matérias previstas no artigo 3º deste Regimento Interno;
- VI - manifestar-se publicamente em nome da CGPPP.

SEÇÃO III DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 5º Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente nos casos de ausência e impedimento;
- II - auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;
- III - desempenhar, por delegação do Presidente, outras funções que lhe sejam atribuídas.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 6º Compete à Secretaria Executiva:

- I - coordenar a preparação das informações e documentos necessários às propostas de projetos de parceria público-privada que serão submetidos à apreciação da CGPPP;
- II - executar os serviços administrativos e de expediente da CGPPP;
- III - expedir os avisos de convocação e secretariar as reuniões da CGPPP;
- IV - minutar todos os atos administrativos e regulamentares expedidos pelo CGP;
- V - manter arquivo de todos os documentos submetidos à CGPPP;
- VI - elaborar, anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro, a minuta do relatório detalhado das atividades desenvolvidas e desempenhadas no âmbito dos contratos de parceria público-privada no ano anterior, a ser submetida à CGPPP.

SEÇÃO V DA EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORAMENTO

Art. 7º Compete à Equipe Técnica de Assessoramento:

- I - fornecer o apoio técnico e administrativo necessário ao exercício das competências da CGPPP;
- II - prestar assistência direta aos membros da CGPPP;
- III - acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pela CGPPP;
- IV - orientar os órgãos municipais que pretendam celebrar contratos de parceria público-privada;
- V - exercer outras atividades a ela atribuídas pelo Presidente da CGPPP.

Art. 8º A Equipe Técnica de Assessoramento será composta por servidores do Município de Imbituba.

Parágrafo Único. A função de membro da Equipe Técnica de Assessoramento não será remunerada, sendo considerada serviço

público relevante.

SEÇÃO VI DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PARCEIRA PÚBLICO-PRIVADA

Art. 9º Para deliberação inicial da CGPPP sobre o projeto, minuta de edital e minuta de contrato, relacionados à parceria público-privada, o expediente deverá estar instruído com pronunciamento prévio e fundamentado do órgão municipal interessado na contratação, com a demonstração de cumprimento dos requisitos previstos no artigo 14 e 14-A do Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014.

Parágrafo Único. Após realizada a consulta, com os documentos relacionados no caput deste artigo, as minutas finais do projeto, do edital e do contrato, com suas respectivas alterações, se houver, deverão ser submetidas à aprovação da CGPPP, com parecer prévio devidamente fundamentado:

- I - da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, sobre o mérito do projeto;
- II - da Secretaria Municipal de Fazenda, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros do projeto, bem como acerca do cumprimento do limite de que trata o artigo 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- III - da Procuradoria-Geral do Município, quanto aos aspectos legais da contratação;
- IV - do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade objeto da parceria público-privada, quanto à viabilidade da concessão da garantia e à sua forma.

Art. 10 Os órgãos municipais que pretendam celebrar contratos de parceria público-privada, observadas as suas respectivas áreas de competência, deverão submeter o projeto, o edital de licitação e a minuta de contrato para aprovação da CGPPP, bem como proceder à licitação, acompanhar e fiscalizar os contratos de parceria público-privada.

Parágrafo Único. Os órgãos municipais previstos no caput deste artigo encaminharão à CGPPP, com periodicidade semestral, relatórios circunstanciados acerca da execução dos contratos de parceria público-privada.

SEÇÃO VII DAS REUNIÕES

Art. 11 A CGPPP reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês.

§ 1º O Presidente da CGPPP poderá, justificadamente, dispensar a realização de reunião ordinária ou convocar reunião extraordinária, sempre que julgar necessário ou após solicitação de qualquer um dos membros efetivos mencionados nos incisos II a IV do artigo 1º deste Regimento Interno.

§ 2º Os avisos de convocação para as reuniões da CGPPP indicarão detalhadamente a ordem do dia e serão entregues aos membros com antecedência mínima necessária, acompanhados da documentação e informações relativas à matéria a ser apreciada.

§ 3º Das reuniões da CGPPP serão lavradas atas que, após aprovação, serão assinadas por todos os presentes, registradas e publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

§ 4º Das reuniões para examinar projetos de parceria público-privada participará, obrigatoriamente, na qualidade de membro eventual e sem direito a voto, o titular do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade objeto da parceria.

§ 5º Mediante convite do Presidente da CGPPP, poderão participar das reuniões, sem direito a voto pessoas físicas e representantes de órgãos ou de entidades públicas ou privadas, de notório saber na matéria em discussão.

Art. 12 As deliberações da CGPPP serão tomadas sempre por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 As dúvidas suscitadas na aplicação das normas deste Regimento Interno serão dirimidas pela Presidência da CGPPP.

Art. 14 Este regimento interno poderá ser alterado mediante proposta de qualquer um dos membros efetivos da CGPPP.

Art. 15 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Presidente da CGPPP

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Gabelotto Cargnin

Vice-Presidente da CGPPP

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 07/2014
(FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 16/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2014

Objeto: aquisição de materiais e serviços para a colocação de gesso a cartonado, na sala do comando e corredor do quartel do corpo de bombeiros de Imbituba/SC.

Valor Total: R\$ 4.700,03

Fundamento: Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 10 de novembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 87/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 143/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 20 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso da secretaria municipal de educação com orçamento de 2015. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de novembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária da Educação

EDITAL Nº 001/2014**EDITAL Nº 001/2014
EDITAL PROPAV / CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**


O Secretário Municipal da Fazenda, no uso da atribuição deferida pelo art. 29, "I", do Regimento Interno do Poder Executivo, aprovado pelo Decreto nº 042/94, com fundamento no art. 365, da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, em concomitância com o art. 6º da Lei nº 3.556 de 07 de outubro de 2009, torna público o presente edital que relata custos incidentes sobre os imóveis lindeiros ao trecho a ser pavimentado do logradouro denominado Rua Maranhão, com início na Rua Professor Rogério Tavares e fim na Avenida Renato Ramos da Silva, localizado no bairro Sagrada Família, Distrito de Vila Nova, neste Município.

Os interessados poderão examinar o Memorial Descritivo do projeto, orçamento do custo do melhoramento, o plano de rateio e os valores correspondentes na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sito à Rua Jorge Lacerda, s/nº, Centro, Imbituba, SC das 13:00 as 17:00 horas durante o período de 30 dias contados da data de publicação deste Edital, sendo este também, o prazo para impugnação do presente.

Imbituba, 07 de novembro de 2014.

Ivan Vitório
Secretário Municipal da Fazenda
Município de Imbituba/SC

Paço Municipal Prefeito Nelson Souza - Rua Ernani Cotrin, 601 – Centro
Fone/Fax:(48) 3355-8100 – Cx. Postal D-71 – 88.780-000 – Imbituba – Santa Catarina – CNPJ 82.909.409/0001-90

SEDURB		PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		PLANILHA DE ORÇAMENTO				
GERÊNCIA DE SANEAMENTO		MUNICÍPIO:		IMBITUBA/SC				
FOLHA Nº				01				
PROJETO:								
LOCALIZAÇÃO: RUA MARANHÃO, VILA NOVA - IMBITUBA, SC.								
PAVIMENTAÇÃO A LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MARANHÃO, BAIRRO VILA NOVA.								
CARACTERÍSTICAS:								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Pesq Orç REF 09/2014	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	CUSTO SERVIÇO	PMI	MORADOR
1	SERVIÇOS INICIAIS							
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	SINAPI74209/001	3,00	363,36	1.090,08	1.090,08	
2	TERRAPLENAGEM							
2.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, CAMINHO DE SERVIÇO PAVIMENTADO, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, DMT 400 ATÉ 600 M	M3	SINAPI72834	626,75	4,21	2.634,41	2.634,41	
3	DRENAGEM PLUVIAL							
3.1	LOCAÇÃO E NIVELAMENTO DE REDE PLUVIAL COLETOIRA COM AUXÍLIO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO	m	PMI 1- Serv de Campo	2.226,00	0,77	1.714,02	1.714,02	
3.2	ESCAVAÇÃO DE VALA NÃO ESCORADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM PROFUNDIDADE DE 1,5 ATÉ 3M COM RETROESCAVADORA 75HP, SEM ESGOTAMENTO	m³	SINAPI73962/004	581,00	7,29	4.235,49	4.235,49	
3.3	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE VALAS, SEM CONTROLE DE QC (COMPACTADOR TIPO ASFO ATÉ 35 KG)	m²	SINAPI76444/001	522,00	10,79	5.632,38	5.632,38	
3.4	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 300 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INCLUSIVE	m	SINAPI83676	69,27	77,90	5.396,13	5.396,13	
3.5	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 500 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO INCLUSIVE	m	SINAPI83678	85,86	123,63	10.614,87	10.614,87	
3.6	POÇO DE VISITA PARA DRENAGEM PLUVIAL EM CONCRETO ESTRUTURAL, DIMENSÃO S INTERNAS DE 90X150X80CM (LARGXCOMPXALT), PARA REDE DE 600 MM, EXCLUSOS TAMPAO E CHAMINE	UND	SINAPI74224	7,00	1.147,09	8.029,63	8.029,63	
3.7	CAIXA COLETOIRA, 0,25 X 0,85 X 1,00 M, COM FUNDO E TAMPA DE CONCRETO E PAREDES EM ALVENARIA	UND	SINAPI74206/002	14,00	696,92	9.755,48	9.755,48	
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, A COMPANHAMENTO E GREIDE (PARA PAVIMENTAÇÃO)	m²	PMI 1- Serv de Campo	2.226,00	0,93	2.070,18	2.070,18	
4.2	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m²	SINAPI72961	2.226,00	1,44	3.205,44	3.205,44	
4.3	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ESPESSURA 8CM, FOX 3SMPA	m²	PMI 3- Comércio local	2.226,00	28,00	62.328,00	62.328,00	
4.3.1	LAJOTA SEXTAVADA VALOR DE COMÉRCIO LOCAL DE 28,00 A 32,00 ESPESSURA 8CM, FOX 5SMPA	m²	PMI 3- Comércio local	2.226,00	26,97	60.035,22	60.035,22	
4.3.2	ASSENTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, ESPESSURA 8CM, FOX 3SMPA, ASSENTADOS SOBRE COLCHÃO - INCLUSIVE AREIA GROSSA	m²	PMI 3- Comércio local	2.226,00	26,97	60.035,22	60.035,22	
4.4	ATERRO COMPACTADO MANUALMENTE COM MATERIAL REAPROVEITADO	m	SINAPI74223/001	636,00	34,73	22.088,28	22.088,28	
4.5	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRE-MOLDADO, DIMENSÕES 12X15X30X100CM (FACE SUPERIORXFACE INFERIORXLATURAXCOMPIMENTO), REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 CIMENTO/AREIA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO.	UND	SINAPI74022/030	32,00	84,59	2.706,88	2.706,88	
5	ENSAIO DE RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO SIMPLES - CONCRETO	m³	SINAPI72920	122,80	15,18	1.864,10	1.864,10	
6	SINALIZAÇÃO							
6.1	PLACA REGULAMENTADA OCTOGONAL R-1	UND	DEINFAS081225	2,00	205,02	410,04	410,04	
6.2	PLACA RETANGULAR (LOMBADA) A-18	UND	DEINFAS081017			0,00	0,00	
TOTAL R\$						R\$ 203.810,63	R\$ 143.775,41	R\$ 60.035,22
1 - ESTE CUSTO INCLUI LAJOTA								203.810,63
2 - BDI UTILIZADO: 25%								
DATA: julho/2014		NOME: LUIZ LUAN DA COSTA		ASSINATURA:				
CREA:								

ANEXO ÚNICO
Comunicação Interna SEDURB/TRIBUTAÇÃO Nº _____/2014.

[illegible]

* PPC: Peça Pré-moldada de Concreto (lajota)
 ** Valor do Propag: refere-se unicamente ao custo das PCCs (lajotas) a ser disponibilizadas diretamente pelos Aderentes (Proprietário/Possuidor/Titular do imóvel)

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO PROPAV									
Custo Total da Obra - CTO			Município				Beneficiários		
			Teto Máximo		Participação Efetiva		Teto Mínimo		Participação Efetiva
Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
R\$ 217.074,49	100,00%	162.805,87	75%	159.050,48	73,27%	54.268,62	25%	R\$ 58.024,01	26,73%

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 40/2014**

PORTARIA CMI Nº 40/2014

"Concede Férias a Servidora Wania Cristina de Souza".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Wania Cristina de Souza, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 14/02/2013 à 13/02/2014, a ser gozada no período de 10/11/2014 a 09/12/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 10/12/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 06 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/11/2014.

Indaial**PREFEITURA****TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 210/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 210/2014

CONTRATADA: RT TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Retirada da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do preâmbulo, visto que a contratação se deu através da Secretaria de Obras, bem como a alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a manutenção da motoniveladora Dresser 835.

PRAZO: 04 de novembro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 04/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 022/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 022/2014

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO SAPO VERDE TRILHAS E ESTRADAS

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula segunda, item 2.1, do convênio original, que tem como objeto o repasse de verbas a conveniada

PRAZO: 01 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

ASSINATURA: 31/10/2014

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 016/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 016/2014

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula décima, item 10.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de (i) ondulações transversais tipo II em área total de 700,00m² e (ii) faixas elevadas de pedestre em área total de 1.110,00m², em pavimento asfáltico, e (iii) recuperação de pavimentação asfáltica em área total de 2.000,00, incluindo os serviços de base, sub-base e fresagem, em vias urbanas do município de Indaial.

APOSTILAMENTO

ASSINATURA: 04/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 239/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 239/2014

CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução da reforma da Capela Mortuária do Cemitério Municipal, compreendendo os serviços de execução de uma bancada, aplicação de forro de gesso, pintura interna e externa, e impermeabilização de piso.

PRAZO: 02 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014

ASSINATURA: 31/10/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 173/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJM3610	8789036841	7455/0	18/05/2014	218 * I
ALD1871	8789036884	7455/0	19/05/2014	218 * I
GPK4484	8789037125	7455/0	24/05/2014	218 * I
LZH2345	8789036903	7455/0	19/05/2014	218 * I
LZR5643	8789037200	7455/0	25/05/2014	218 * I
MBR6608	8789037324	7463/0	28/05/2014	218 * II
MDO1349	8789036879	7455/0	19/05/2014	218 * I
MFV5575	8789036959	7455/0	20/05/2014	218 * I
MGH8374	8789037306	7455/0	27/05/2014	218 * I
MHC8300	8789037366	7455/0	28/05/2014	218 * I
MHU0311	8789036941	7455/0	19/05/2014	218 * I
MJK0016	8789037245	7455/0	26/05/2014	218 * I
MKK4940	8789035602	7455/0	26/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 174/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR9944	8789022303	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABI0603	8789022916	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABI0603	8789022917	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ACI6065	8789027095	7463/0	30/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
ACI6065	8789027097	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ACI6065	8789027102	7463/0	01/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ACI6065	8789027103	7463/0	01/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
AFS1496	8789021291	7455/0	28/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFS1496	8789021489	7455/0	31/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGR8011	8789023312	7463/0	01/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
AHY2210	8789022636	7455/0	19/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJK1327	8789033620	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKU7394	8789034488	7463/0	15/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ALA8011	8789035692	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALG4223	8789033366	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMS5425	8789033570	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANP0867	8789036024	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARF1202	8789034690	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASJ3483	8789034009	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATD0320	8789022085	7455/0	09/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
BCT0820	8789026976	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CGM0793	8789036142	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIZ5083	8789034721	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNQ8974	8789034528	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
COV4231	8789026942	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DEJ6327	8789033321	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 7

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLG5189	8789021900	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DNY2825	8789019326	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
DTW2310	8789030880	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DUJ5022	8789021618	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DVK6570	8789033485	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DXG6213	8789023021	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DYS0053	8789034308	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
EBM2256	8789022749	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
EBM2256	8789022869	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
EJJ0322	8789022785	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
FIR8637	8789033583	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
FQF0159	8789033364	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
FWN7788	8789033255	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HSE7576	8789026594	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICA2623	8789033582	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ICL6403	8789035530	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IEE4915	8789022884	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKI6210	8789022996	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKJ7887	8789034292	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
INQ6102	8789034515	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPM5106	8789033123	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
JGW6828	8789027171	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JHK3079	8789035617	7463/0	26/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
JIL7703	8789034664	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
JMY6255	8789022666	7455/0	20/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
JRL6550	8789034401	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KEW0304	8789034143	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LCF9972	8789034698	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LQL1025	8789033275	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWU6774	8789034516	7463/0	16/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LWW7497	8789034218	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX0478	8789034713	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWY3394	8789026868	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXB2868	8789026984	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXB2868	8789026985	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXL0412	8789034048	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXL0412	8789034190	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXL3272	8789032195	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXN4271	8789033183	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXO2169	8789023039	7463/0	28/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXS3383	8789034205	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXS3994	8789033146	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY3887	8789034005	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYF8728	8789034580	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYN7214	8789023026	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYO2469	8789033539	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV7942	8789034039	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW8418	8789023059	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYZ3615	8789027074	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZG3265	8789036535	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG5806	8789022921	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZG5806	8789027123	7463/0	01/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZG5806	8789027144	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZH3492	8789026676	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZT1802	8789033463	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU3483	8789036549	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAJ0778	8789034735	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL7334	8789034357	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL7334	8789034618	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM3429	8789035698	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN0081	8789034761	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ4183	8789023274	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ8947	8789034263	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR9502	8789022864	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBA3756	8789022849	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD4883	8789033593	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789023030	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789023113	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789023298	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789026895	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBH2842	8789032023	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK2074	8789035367	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO5136	8789035327	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU9091	8789023174	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBU9091	8789023250	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBU9735	8789027114	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB2126	8789033735	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB4481	8789033271	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCC4698	8789036553	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF9717	8789022792	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCJ2153	8789027045	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCM2979	8789034209	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO5036	8789036453	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCP4015	8789033917	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR0517	8789026665	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCV1828	8789026532	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW4466	8789034373	7455/0	13/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA7368	8789033423	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC9919	8789021624	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDF3862	8789022946	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDG2136	8789027096	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDG6205	8789033612	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG7170	8789022717	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDI8882	8789034744	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK3297	8789034648	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM5920	8789021812	7455/0	06/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU5347	8789022867	7463/0	25/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDV4781	8789034573	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ3922	8789036175	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7173	8789036468	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MED6267	8789022196	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE2580	8789034552	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH9418	8789023016	7471/0	27/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MEI3101	8789023340	7455/0	02/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEJ2475	8789034270	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK9028	8789034050	7463/0	08/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEL0235	8789034724	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN9717	8789035719	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP3246	8789032455	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2564	8789026533	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MER8548	8789033796	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES6979	8789021889	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET2139	8789034087	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV9475	8789022942	7463/0	26/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEY1280	8789033486	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY1950	8789022685	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEY3107	8789033818	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY9780	8789033838	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0455	8789033243	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ8295	8789022558	7455/0	18/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEZ9208	8789034535	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA1616	8789035844	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA3977	8789034554	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB6765	8789033915	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG2877	8789034657	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO0370	8789035351	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP3331	8789033357	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ8987	8789034436	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS4481	8789035717	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV2734	8789034080	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV6626	8789035335	7463/0	22/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFZ3474	8789033349	7471/0	21/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGC0784	8789027115	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGE4479	8789036488	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE8996	8789033967	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ1040	8789022853	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL3330	8789027046	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGM1263	8789033628	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ6516	8789034251	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR8824	8789023277	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS8405	8789033608	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT9742	8789034479	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU0473	8789033270	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV1188	8789035491	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA1626	8789023354	7455/0	02/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHC5346	8789023342	7455/0	02/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHC9357	8789033664	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHD7225	8789022813	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHE4655	8789034198	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF1215	8789033314	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI2646	8789023255	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHI3063	8789034411	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI6773	8789034693	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL7510	8789027198	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHR9726	8789034026	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MXH5092	8789027017	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIA6509	8789034514	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC1374	8789033117	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIE3324	8789033175	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO7859	8789026693	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO8096	8789023276	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIP5948	8789033373	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS8915	8789036199	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW2500	8789036400	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX0950	8789033156	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX3390	8789034437	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ3383	8789033440	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA2575	8789034406	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC7808	8789022809	7463/0	25/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJE1214	8789034319	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF0026	8789021862	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJF6117	8789033794	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJQ4005	8789035950	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ6190	8789033467	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ6250	8789033885	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS8813	8789034482	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT5400	8789036046	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJV3996	8789033238	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX1688	8789036162	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY0560	8789033039	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ1060	8789035838	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ5304	8789022768	7463/0	24/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKB8658	8789034616	7463/0	17/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKC1659	8789033189	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE5023	8789022974	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG1397	8789026764	7463/0	24/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKG1397	8789027134	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKK1826	8789034689	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0064	8789035778	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO4101	8789034060	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR4038	8789033763	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT3090	8789035319	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX2372	8789036436	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY8040	8789034204	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA7244	8789034008	7463/0	07/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLB4444	8789035223	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG7406	8789035529	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK6846	8789034196	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL1002	8789035910	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL6316	8789034148	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN2032	8789034461	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN8719	8789022807	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLP0298	8789034160	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP2272	8789034699	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB6554	8789034121	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD5294	8789026505	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMI5280	8789033397	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI9391	8789033472	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MQR9999	8789022990	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MYV4697	8789033411	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
NHA4069	8789034014	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
NZQ9472	8789034188	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 175/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKR1633	8789037138	7455/0	24/05/2014	218 * I
ANL3542	8789037176	7455/0	25/05/2014	218 * I
CQV3708	8789037228	7463/0	26/05/2014	218 * II
DBM2749	8789036876	7455/0	19/05/2014	218 * I
HCS8705	8789036904	7455/0	19/05/2014	218 * I
HPM4103	8789036895	7455/0	19/05/2014	218 * I
IXR2008	8789036936	7455/0	19/05/2014	218 * I
KKX9527	8789037096	7455/0	23/05/2014	218 * I
LNL1080	8789037253	7463/0	26/05/2014	218 * II
LWY2174	8789037357	7455/0	28/05/2014	218 * I
LXA1844	8789036987	7455/0	20/05/2014	218 * I
LYC5050	8789037144	7463/0	24/05/2014	218 * II
LYI3362	8789037081	7455/0	23/05/2014	218 * I
LYK3164	8789036877	7455/0	19/05/2014	218 * I
LZH8118	8789037089	7455/0	23/05/2014	218 * I
LZL8061	8789037183	7455/0	25/05/2014	218 * I
LZO9362	8789036984	7455/0	20/05/2014	218 * I
MAF6224	8789036956	7463/0	20/05/2014	218 * II
MAQ9640	8789036830	7455/0	18/05/2014	218 * I
MBB8940	8789037097	7455/0	24/05/2014	218 * I
MBC6138	8789036946	7455/0	19/05/2014	218 * I
MBF3557	8789037184	7455/0	25/05/2014	218 * I
MBY3098	8789037276	7455/0	27/05/2014	218 * I
MCP4015	8789037227	7471/0	26/05/2014	218 * III
MCW2048	8789037313	7455/0	27/05/2014	218 * I
MDM9746	8789037311	7455/0	27/05/2014	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDX1546	8789037047	7455/0	22/05/2014	218 * I
MEC0254	8789036998	7455/0	21/05/2014	218 * I
MEC0254	8789037314	7455/0	27/05/2014	218 * I
MFD3564	8789037078	7455/0	23/05/2014	218 * I
MFK0437	8789037151	7455/0	24/05/2014	218 * I
MFL9783	8789037244	7455/0	26/05/2014	218 * I
MGG3271	8789037214	7455/0	26/05/2014	218 * I
MGK0925	8789037019	7455/0	21/05/2014	218 * I
MGN8531	8789037338	7455/0	28/05/2014	218 * I
MGV7000	8789037296	7455/0	27/05/2014	218 * I
MHE2002	8789036927	7455/0	19/05/2014	218 * I
MHI3112	8789037353	7463/0	28/05/2014	218 * II
MHK8174	8789037022	7455/0	21/05/2014	218 * I
MHL0965	8789037170	7455/0	24/05/2014	218 * I
MIE8091	8789037381	7455/0	28/05/2014	218 * I
MIG2652	8789037270	7455/0	27/05/2014	218 * I
MII4474	8789036974	7455/0	20/05/2014	218 * I
MII6010	8789037156	7455/0	24/05/2014	218 * I
MIK2220	8789037320	7455/0	27/05/2014	218 * I
MIM7493	8789037309	7455/0	27/05/2014	218 * I
MIM8446	8789037286	7455/0	27/05/2014	218 * I
MJI3403	8789036964	7455/0	20/05/2014	218 * I
MJJ8860	8789036989	7455/0	20/05/2014	218 * I
MJN2456	8789037315	7455/0	27/05/2014	218 * I
MJR1441	8789036913	7455/0	19/05/2014	218 * I
MKO8564	8789036972	7455/0	20/05/2014	218 * I
MKS7840	8789037128	7455/0	24/05/2014	218 * I
MKT7369	8789037329	7455/0	28/05/2014	218 * I
MLA3585	8789037016	7455/0	21/05/2014	218 * I
MLP1056	8789037149	7455/0	24/05/2014	218 * I
MLT9304	8789037062	7463/0	22/05/2014	218 * II
MLV2005	8789037058	7455/0	22/05/2014	218 * I
MLW7634	8789037212	7455/0	26/05/2014	218 * I
MLZ8862	8789037182	7455/0	25/05/2014	218 * I
MMD0442	8789037382	7455/0	28/05/2014	218 * I
MMM5299	8789036858	7455/0	18/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 176/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFH2667	8789027021	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHA5856	8789027126	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIM4005	8789035893	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AME5833	8789026551	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASY9728	8789022501	7455/0	18/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
BCD0619	8789026796	7463/0	25/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
BEL0310	8789026847	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BNO3133	8789026777	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BTF8361	8789027072	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BYO7556	8789026624	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CNG6229	8789027059	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGI8364	8789026739	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DSU5868	8789035738	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DSU5868	8789035769	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
EUD2512	8789035627	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
HBS5090	8789036101	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILX2577	8789027169	7463/0	02/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
KIV4150	8789034650	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXT6038	8789026988	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYT8558	8789026999	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZB9090	8789026812	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZE6247	8789026950	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZK3580	8789026586	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZM8823	8789026568	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZU6642	8789033036	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC0620	8789026731	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI2752	8789026607	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAV1754	8789027051	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBL1461	8789026770	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBT1418	8789026658	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBT1418	8789026660	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCH3817	8789027129	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW0672	8789033439	7463/0	23/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCW8903	8789026543	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE6237	8789027192	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDH4535	8789026495	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDI9578	8789026767	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN1032	8789026871	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN1032	8789026899	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN1032	8789027053	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDZ2744	8789036449	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ9626	8789026584	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEC7931	8789026520	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO4855	8789026638	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO4855	8789026639	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MER1933	8789034538	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8789027024	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEX3686	8789026600	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD1010	8789026673	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFS2326	8789027070	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFV5483	8789026791	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFW2231	8789026707	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGO1371	8789026814	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGX7181	8789034125	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR0388	8789033573	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3284	8789026928	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO7788	8789026824	7463/0	25/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIR0059	8789033718	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789026927	7463/0	27/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJC2875	8789026883	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7097	8789026561	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV9146	8789026742	7463/0	24/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJZ5691	8789026496	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJZ6617	8789026725	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA9745	8789022697	7455/0	21/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKM1035	8789026507	7463/0	17/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKZ8772	8789025643	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLL3916	8789026906	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLN2624	8789026801	7463/0	25/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MMA8083	8789026884	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1512/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1512/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CQE3963	55485580E	5819/6	03/07/2014	193
LYM9304	55485574E	5738/0	05/07/2014	186 * II
LZP7441	55485502E	6270/0	01/07/2014	220 * II
MCX3891	55485582E	5541/1	07/07/2014	181 * XVII
MEW6713	54430075E	5185/1	27/06/2014	167
MFO1630	54428986E	7030/1	07/06/2014	244 * I
MFO1630	54428988E	5835/0	07/06/2014	195
MGJ4958	55485680E	5460/0	07/07/2014	181 * IX
MY1512	55485667E	5410/0	03/07/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1514/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1514/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN7100	54428597E	7366/2	29/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CIM1539	54428711E	5185/1	20/04/2014	R\$ 127,69	167
CSM6648	54427462E	5452/1	24/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DIS5235	54428958E	5460/0	15/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
EIP3920	55722448D	5452/1	08/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
EUA7428	55722343D	5193/0	07/03/2014	R\$ 191,53	168
LXJ4742	54427226E	5185/1	03/03/2014	R\$ 127,69	167
LXL7884	55722184D	5835/0	09/04/2014	R\$ 127,69	195
LXL7884	55722186D	5215/1	09/04/2014	R\$ 191,53	170
MAA8242	55722216D	7366/2	19/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAA8242	55722217D	5185/1	19/02/2014	R\$ 127,69	167
MAT1421	55722232D	5207/0	25/02/2014	R\$ 53,20	169
MAT1421	55722233D	5835/0	25/02/2014	R\$ 127,69	195
MBT2445	54429693E	5185/1	24/02/2014	R\$ 127,69	167
MCE5291	54428112E	5835/0	19/04/2014	R\$ 127,69	195
MCP4015	54427489E	7030/1	29/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MCP4015	55722323D	7048/1	06/03/2014	R\$ 191,53	244 * II
MGT2988	55722246D	5541/1	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO0095	54428582E	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
MHW3451	55722224D	5541/1	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW6957	55722154D	5541/1	06/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6117	55722290D	6068/1	14/03/2014	R\$ 127,69	209
MJF6117	55722291D	5835/0	14/03/2014	R\$ 127,69	195
MJM3856	54428607E	5819/1	17/03/2014	R\$ 574,61	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1516/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1516/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABH2100	54430759E	5185/1	05/07/2014	167
LYI8987	54428289E	5185/1	09/07/2014	167
MAI6216	54428991E	5835/0	10/06/2014	195
MCF0035	54430653E	5541/5	07/07/2014	181 * XVII
MHT7847	54430236E	5185/1	13/06/2014	167
MJC7290	54430605E	5185/1	09/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1518/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1518/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DXZ4728	55720984D	5193/0	06/11/2013	R\$ 191,53	168
IGE2929	55720434D	5185/1	16/09/2013	R\$ 127,69	167
MLA3610	54428842E	5835/0	04/05/2014	R\$ 127,69	195
MLA3610	54428843E	5827/0	04/05/2014	R\$ 127,69	194
MLA3610	54428845E	6858/0	04/05/2014	R\$ 85,12	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê

PREFEITURA

TESTE SELETIVO Nº 0003/2014

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO ACT Nº 0003/2014

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC, neste ato representado pelo prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que encontram-se abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal do Município de Iomerê, que se regerá pelas normas estabelecidas no presente Edital, e seus anexos, de conformidade com a Lei Municipal nº 0061, de 17 de setembro de 1997, e alterações posteriores, e Decreto Municipal n.1575/2014, de 06 de novembro de 2014.

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital, sendo a elaboração e execução das provas por conta da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, e acompanhamento por parte de Comissão a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.2 O presente processo seletivo destina-se a contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, justificada pela falta de servidores efetivos, nos casos de licença ou afastamentos dos cargos de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da administração pública, para manutenção dos serviços públicos essenciais, conforme já disposto no Decreto Municipal n.1575/2014.

1.2.1 O presente processo justifica-se ainda, pela necessidade da contratação de profissionais na área de educação, porquanto, o Município vem, de forma gradativa, assumindo a responsabilidade pela manutenção do ensino fundamental (1º ao 9º ano), e não existem, no quadro de pessoal, professores e outros profissionais da educação, para suprir a necessidade desta demanda, bem como, a grade curricular ainda não está aprovada pelo MEC, o que, neste momento, impede a realização de concurso público.

1.2.2 Ainda, encontra justificativa o presente processo seletivo para contratação de pessoal em caráter temporário, no fato de que, o Município esta promovendo alterações na legislação municipal, com a reformulação do Plano de Cargos e Salários, e em breve concurso publico para preenchimento das vagas será lançado.

1.3 As funções, número de vagas, vencimentos de cada cargo, jornada de trabalho, estão indicados no Anexo I deste Edital.

1.4 Após o preenchimento das vagas indicadas no Anexo I, os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para suprir vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste processo seletivo.

1.5 Os candidatos classificados na condição de não-habilitados somente serão chamados após esgotada a lista de classificados habilitados.

1.6 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Municipal n. 0320/2005 e alterações posteriores.

1.7 O inteiro teor deste edital estará disponível no site www.iomere.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato à retirada do mesmo, via Internet.

1.8 A divulgação oficial das informações referente a este processo seletivo dar-se-á pelo site www.iomere.sc.gov.br, bem como no mural oficial da Prefeitura Municipal de Iomerê, e os extratos publicados em órgão oficial de publicação.

1.9 A divulgação da data e horário para a primeira escolha de vagas que será presencial, será publicada através de edital de convocação próprio, no mural oficial da Prefeitura, na imprensa local e no site www.amarp.org.br, após publicação do resultado oficial.

1.9.1 Os candidatos classificados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município.

1.9.2 Ao ser chamado, o candidato que não assumir a vaga será automaticamente excluído do processo.

1.9.3 No ato da primeira escolha de vagas, serão chamados os candidatos presentes, caso estes não aceitem a vaga, será continuada a lista dos habilitados, e posteriormente, dos não habilitados.

1.9.4 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

1.9.5 Em caso de necessidade de contratação no decorrer da vigência do presente certame, a lista será iniciada novamente pelos habilitados.

1.9.6 A chamada dos candidatos não habilitados ocorrerá depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

1.10 O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, bem como ao cadastro de reservas, para contratações futuras, não gerando, a classificação, a obrigatoriedade de contratação.

II - DAS INSCRIÇÕES

2. As inscrições serão realizadas no período de 10 de novembro a 05 de dezembro de 2014, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min, na Rua João Rech, nº. 500, mediante o pagamento de taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00(trinta reais), através de boleto bancário a ser retirado diretamente na Prefeitura Municipal de Iomerê, no setor de Tributação e pago antes da realização da inscrição.

2.1 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a - Apresentar o boleto da taxa de inscrição devidamente quitado;
- b - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c - ter completado 18 (dezoito) anos de idade até o último dia da inscrição;
- d - estar em gozo dos direitos políticos;
- e - estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- f - estar em dia com as obrigações eleitorais;
- g - preencher os demais requisitos previstos neste edital.

2.2 O candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos, no ato da inscrição:

OBS: Apresentar os originais juntamente com as fotocópias.

Não serão fornecidas fotocópias e impressões de documentos pela Prefeitura Municipal.

- a - Carteira de Identidade;
- b - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- d - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- e - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- f - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos na área para a qual estará procedendo a inscrição, para os cargos em que haverá prova de títulos;
- g - Título de eleitor;
- h - Certidão de Quitação Eleitoral;
- i - Comprovante de Residência, sendo aceitos comprovantes em nome do interessado e, em sendo comprovante em nome de terceiros, o respectivo contrato de locação, ou declaração de residência emitida pelo titular do documento comprobatório;
- j- Carteira de Reservista, para os candidatos do sexo masculino.

OBS - O candidato deverá comparecer para efetivar a inscrição, com o formulário de inscrição já preenchido, constante do Anexo III, do presente Edital.

2.3 Ao inscrever-se, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para o cargo.

2.4 As inscrições serão efetuadas unicamente na sede da Prefeitura Municipal, na Secretaria de Educação, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

2.5 Não serão admitidas inscrições condicionais, com falta de documentos, nem enviadas pelo correio, e-mail ou fax, também não serão permitidas cópias de documentos na Prefeitura Municipal.

2.6 A inscrição poderá ser efetuada por terceira pessoa, desde que munida com instrumento de mandato, com poderes específicos para o ato, com firma reconhecida por autenticidade em cartório.

2.7 O candidato só poderá se inscrever para um cargo, conforme relação constante no Anexo I deste edital.

2.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

2.9 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.10 Ao inscrever-se no processo seletivo, é recomendado ao candidato que observe com atenção as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado, não podendo vir alegar desconhecimento das normas referentes ao certame.

2.11 Para os cargos em que há prova de títulos, os mesmos devem ser apresentados no ato da inscrição, e devem corresponder exclusivamente à área e ao cargo para o qual a inscrição será efetivada.

2.11.1 A contagem e validação da pontuação dos títulos será realizada no ato da inscrição do candidato, pela pessoa responsável pela inscrição.

2.12 Não serão efetuadas inscrições que não atendam

rigorosamente ao estabelecido no presente edital.

2.13 As informações prestadas no ato do preenchimento do formulário de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.14 A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a prova ou a nomeação do candidato, sempre que identificadas falsidades das declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

2.15 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, até 05 (cinco) dias que antecedem a data designada para o ato, enviar e-mail para o endereço, carla@iomere.sc.gov.br, indicando quais condições especiais de prova que necessita, e os fundamentos da necessidade, não se confundindo, condições especiais, com vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

2.16 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá comunicar o fiscal da prova, antes do início da mesma, e sua retirada da sala será feita mediante acompanhamento do fiscal, não havendo nenhum tipo de compensação de tempo em favor da candidata.

2.17 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento do deferimento ou não de sua inscrição, cujo resultado será divulgado no site www.iomere.sc.gov.br.

III - DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3. Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Edital de Seleção, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas do Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior à unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoas com deficiência, aprovados neste certame, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/99.

3.2. O candidato com deficiência física que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato da inscrição, declarar o tipo e o grau de deficiência que apresenta, sendo que posteriormente, se classificado, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Iomerê/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4. Após análise das inscrições, as mesmas serão homologadas por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante publicação nos meios de comunicação oficiais, e site do Município, sendo assegurado prazo recursal de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação.

4.1 Julgados eventuais recursos interpostos, em havendo alterações, nova divulgação será promovida.

V - DAS PROVAS

5. O presente processo seletivo constará de provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos (de caráter eliminatório e classificatório), e de provas de títulos (de caráter exclusivamente classificatório).

5.1 Os conteúdos exigidos para cada nível de formação, conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas constam do Anexo II do presente edital, que faz parte integrante do mesmo.

5.2 As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, sendo de inteira responsabilidade do candidato o comparecimento no dia e horário determinados para a realização das provas.

5.3 DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

5.3.1 Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, além da valorização da capacidade de raciocínio.

5.3.2 A prova objetiva constituir-se-á de caráter classificatório, com questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadro abaixo:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	10
Informática	05
Conhecimentos gerais, Conhecimentos Específicos e Notícias Recentes	15

5.3.3 A prova objetiva para os Cargos de Faxineira e Merendeira, constituir-se-á de caráter classificatório, com questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadro abaixo:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	15
Matemática	05
Conhecimentos gerais, Conhecimentos Específicos de cada área de inscrição	10

5.4 À prova objetiva para os Cargos de Nível Médio e Superior será atribuída nota máxima igual a 6,0(seis), com peso de 0,20 para cada questão correta.

5.5 À prova objetiva para os Cargos de Nível Fundamental será atribuída nota máxima igual a 10,0(dez), com peso de 0,40 para cada questão correta.

VI - DA DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6. As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, no dia 13 de dezembro de 2014.

6.1 As provas terão início às 08h30min e término às 11h00min horário de Brasília.

6.2 Os candidatos deverão estar no local da prova com antecedência de 15 (quinze) minutos, para localização de sala e assinatura da lista de presença.

6.3 Somente poderá prestar a prova o candidato cujo nome apareça na lista de presença.

6.4 Os portões serão fechados faltando 05 (cinco) minutos para o início das provas, ficando automaticamente excluído do processo o candidato que chegar após o fechamento dos portões, não sendo admitidas qualquer tipo de justificativas para o atraso.

6.5 O candidato deverá apresentar, no dia da prova, além do comprovante de inscrição, Documento de Identidade original que o identifique, sendo admitidos os seguintes documentos: carteira de identidade expedidas pelas secretarias de segurança pública; Cédula de Identidade para estrangeiros; Carteira de identidade de classe, CREA, CRAS, CREF, OAB, etc; Certificado de Reservista; Passaporte; CTPS; CNH, todos com fotografia; não apresentando nenhum destes documentos, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar registro policial, que será submetido à análise dos fiscais de prova, que decidirão sobre o caso.

6.6 A identificação será feita também com relação a candidato que apresente documento de identificação ilegível ou que gere dúvidas quanto à identificação.

6.7 O candidato deverá comparecer ao local de prova munido com 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização das provas, sendo proibido, inclusive, a permanência na sala de prova com equipamentos eletrônicos, devendo os celulares serem desligados na presença do fiscal de prova, no momento que ingressar à sala de prova.

6.9 Não será acatada a solicitação de prova e/ou condições especiais se o candidato não tiver comprovado a sua deficiência no ato da inscrição.

6.10 Somente será permitida a retirada do candidato da sala de provas, após decorridos 30 (trinta) minutos do início das mesmas.

6.11 Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova, para só então se retirarem, simultaneamente.

6.12 Os três últimos candidatos restantes na sala de provas deverão assinar os gabaritos de todas as provas da sala.

6.13 Poderá ser excluído do certame, o candidato que descumprir quaisquer condições estabelecidas neste edital, inclusive que perturbar o andamento dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido, pelo fiscal de sala.

6.14 O Município de Iomerê e a AMARP, não se responsabilizam por perda ou extravio de documentos, no dia da prova, bem como não se responsabilizam por gastos com deslocamento e estadia dos candidatos inscritos no certame.

6.15 Assim que distribuídos os cadernos de prova, e na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o fiscal de sala, antes do início da prova, procederá à substituição dos cadernos e, não havendo número suficiente, fará a leitura dos itens com falhas, estabelecendo, da mesma forma, prazo de compensação com o tempo gasto para regularização, se assim se fizer necessário.

6.16 O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato, desde que aguarde o término da prova.

VII - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha, e o candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de repostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

7.1 Não será fornecido, em nenhuma hipótese, novo

cartão-resposta.

7.2 O candidato deverá assinar o cartão-resposta; não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

7.3 Eventuais marcações feitas de forma incorreta pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade.

7.4 Será permitido ao candidato anotar o gabarito no caderno de provas.

7.5 O gabarito preliminar será divulgado pela Prefeitura Municipal de Iomerê, no mural de atos oficiais, e no site do Município, www.iomere.sc.gov.br, em até 2 dias após a realização das provas.

VIII - DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A prova de títulos será realizada apenas para os cargos de nível superior.

8.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, conforme tabela abaixo:

Títulos (concluídos)	Pontos
Certificado doutorado na área de atuação	0,20
Certificado mestrado na área de atuação	0,15
Certificado especialização na área de atuação	0,10
Cursos de aperfeiçoamento na área, desde que realizados entre 01/01/2013 a 30/07/2014	0,05 a cada 40 horas de curso

OBS - Os títulos deverão ser entregues no ato da inscrição, juntamente com o formulário que faz parte do Anexo IV, deste Edital, já preenchido.

8.2 Somente serão aceitos títulos registrados no órgão competente, devendo ser apresentados no ato da inscrição, em via original, ou fotocópia autenticada em cartório, não sendo, em hipótese alguma, aberta outra data para a entrega dos mesmos.

8.3 Os títulos deverão ter relação com a área de atuação pretendida no ato da inscrição.

8.4 Entregues os títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

8.5 Para aqueles candidatos que concluíram, mas ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados de conclusão de curso, em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável, acompanhado do histórico escolar.

8.6 Não serão pontuados títulos relativos a estágios ou monitorias.

8.7 Títulos sem conteúdo especificado no verso não serão pontuados.

8.8 A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de valor maior elimina o de menor valor.

8.9 A não entrega dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este atribuída pontuação zero com relação a esta prova.

8.10 À prova de títulos, será atribuído peso máximo de 4,0(quatro) pontos.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9. Serão considerados aprovados neste teste seletivo os candidatos que somarem nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.1 Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será a soma dos pontos da prova objetiva(nota máxima 6,0) acrescida dos pontos somados com os títulos apresentados(nota máxima 4,0).

9.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva, de caráter classificatório, estando aprovado o candidato que alcançar nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.3 A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

9.4 Em caso de empate nas notas serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- A - maior número de pontos na prova de conhecimentos específicos;
- B - maior número de pontos na prova de conhecimentos gerais;
- C - candidato de maior idade;
- D - número de dependentes.

9.5 A classificação do processo seletivo será publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios e no site www.iomere.sc.gov.br, até 10 dias após a realização das provas.

9.6 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- b) não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhida;
- c) descumprir qualquer item deste edital;
- d) houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Iomerê.

X - DOS RECURSOS E REVISÕES

10.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- A - a formulação das questões objetivas;
- B - opção considerada como certa nas provas objetivas.

10.2 É admitido recurso quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

10.3 O prazo para pedido de revisão ou recurso, é de 02(dois) dias úteis, contados da publicação do gabarito oficial no site da Prefeitura Municipal de Iomerê.

10.4 Os recursos deverão ser dirigidos para a Secretaria Executiva da AMARP, podendo ser protocolados na sede da AMARP ou na Prefeitura Municipal de Iomere.

10.5 Os pedidos de recurso e revisão deverão ser apresentados em petição escrita, digitada e assinada, com fundamentação lógica e consistente, com indicação de bibliografia, apresentada, para cada questão diferente, uma folha em separado.

10.6 Os recursos não apresentados na forma acima disposta, serão indeferidos de plano, sem análise do mérito.

10.7 Em caso de anulação de questões, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.

10.8 Os recursos intempestivos não serão analisados.

10.9 O resultado dos recursos analisados serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, cabendo ao interessado o

acompanhamento da divulgação.

XI - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação obedecerá a ordem rigorosa da classificação, sendo a contratação em caráter temporário.

11.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, a ser publicado no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente na Prefeitura Municipal de Iomerê.

11.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

11.4 O contratado será remunerado em conformidade com o salário base vinculado à habilitação ao qual efetuou sua inscrição.

11.5 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

- a) Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;
- b) Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- c) Documentos de identificação pessoal necessários ao registro funcional no serviço público municipal.
- d) Comprovante de frequência atualizada da universidade, somente para quem possui curso superior incompleto.
- e) Comprovante de quitação eleitoral;
- f) Ter 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;
- g) Apresentar o competente registro no órgão de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;
- h) Submeter-se ao exame médico admissional;
- i) O não cumprimento dos requisitos necessários para a investidura na função, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

11.6 Os aprovados e convocados para as vagas da área de Educação ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e as funções serão exercidas onde o Município de Iomerê tenha necessidade temporária de atendimento (CEMI Pólo I Iomerê, e CEMI Pólo II em Bom Sucesso).

11.7 Nas disciplinas específicas de Português, Ciências, História e Geografia, as aulas serão ministradas nos dois Pólos - Iomerê e Bom Sucesso.

11.8 A escolha de vaga não gera direito de permanência na unidade educacional escolhida até o encerramento do ano letivo, podendo a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, proceder aos devidos remanejamentos.

11.9 Serão convocados primeiramente os candidatos da lista dos habilitados e, esgotando-se estes, serão chamados os não-habilitados, desde que inscritos para o cargo específico

11.9.1 - Esgotada a convocação das listas acima descritas, e se ainda não forem preenchidas as vagas existentes, poderão ser convocados os melhores classificados de outras áreas para compor os cargos faltantes.

11.10 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final da validade deste certame, previamente estabelecida.

11.11 As normas de contratação seguirão a legislação estatutária Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

11.12 A convocação se dará mediante comunicado via e-mail, no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, ou telefone informado na mesma ficha.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1A inscrição do candidato implica no conhecimento das instruções constantes neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 O candidato convocado para a realização de qualquer fase vinculada a este processo seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pelo Município, será automaticamente excluído do certame.

12.3 A inexistência ou falsidade das declarações ou documentos apresentados pelo candidato importará na eliminação do candidato do certame, não importando em que fase esteja.

12.4 O acompanhamento da divulgação e resultados do presente certame, é de inteira responsabilidade do candidato, esclarecido desde já, que não serão prestadas informações acerca do resultado final, via telefone.

12.5 Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos aprovados, fato este que será publicado para o conhecimento de todos.

12.6 Os gabaritos serão mantidos sob responsabilidade da AMARP, pelo período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

12.7 Ao Prefeito Municipal cabe a homologação do resultado final do processo seletivo, que será publicada no mural oficial da Prefeitura Municipal e no site www.iomere.sc.gov.br, além da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

12.8 Este processo seletivo terá validade de 01(um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, independentemente de realização de nova prova.

12.9 O documento apto a fazer prova da classificação no teste seletivo é o decreto de divulgação e homologação do resultado final.

12.10 A aprovação neste processo seletivo não gera a obrigatoriedade de contratação, cabendo ao Município de Iomerê o direito de preencher somente o número de vagas existentes ou que vierem a surgir enquanto válido o certame, bem como, de proceder a rescisão do contrato de trabalho de acordo com a oportunidade, necessidade e conveniência da Administração Pública.

12.11 Todos os avisos e resultados referentes ao processo seletivo serão divulgados no site www.iomere.sc.gov.br.

12.12 Fica delegada a competência para a AMARP:

- A - divulgar o Processo Seletivo, sem prejuízo da divulgação feita pelo Município;
- B - elaborar, aplicar, julgar e avaliar as provas objetivas;
- C - julgar os pedidos de revisão e recursos por ventura existentes;

12.13 Os casos não previstos no presente edital serão resolvidos pelo Município de Iomerê através da Comissão e pela AMARP.

12.14 Fazem parte integrante do presente edital os anexos I, II e III.

Iomerê, 10 de novembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Publicado o presente Edital em 10 de novembro de 2014 na Secretaria de Administração e Finanças.
ANEXO I

I - QUADRO GERAL DE VAGAS - HABILITADOS
EDITAL DE TESTE SELETIVO

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
2.	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
3.	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
4.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA (licenciatura)
5.	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo LETRAS (LICENCIATURA)
6.	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo MATEMÁTICA (LICENCIATURA)
7.	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo ARTES (LICENCIATURA)
8.	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo ARTES (LICENCIATURA)
9.	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo CIÊNCIAS (LICENCIATURA)
10.	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo HISTÓRIA (LICENCIATURA)
11.	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo GEOGRAFIA – (LICENCIATURA)
12.	PROFESSOR DE INGLÊS	CR	20	1.131,80	Ensino Superior – Letras Habilitação Inglês
13.	PROFESSOR DE AEE	CR	40	2.463,60	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
14.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (área de dança)	CR	20	1.131,80	Ensino Superior completo em EDUCAÇÃO FÍSICA Com formação em dança.

II - QUADRO SECUNDÁRIO DE VAGAS - NÃO HABILITADOS
EDITAL DE TESTE SELETIVO

CÓDIGO	CARGOS	CADASTRO RESERVA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
2.	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
3.	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
4.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura
5.	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – LETRAS
6.	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – MATEMÁTICA
7.	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior - ARTES
8.	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior - ARTES
9.	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – CIÊNCIAS
10.	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – HISTÓRIA
11.	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – GEOGRAFIA

12.	PROFESSOR DE AEE	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior em EDUCAÇÃO ESPECIAL
13.	PROFESSOR DE INGLES	01 + CR	20	970,94	Cursando Ensino superior – Letras – Habilitação Inglês
14.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (área de dança)	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior em EDUCAÇÃO FÍSICA

III- QUADRO GERAL DE VAGAS EDITAL DE TESTE SELETIVO

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	FAXINEIRA	CR	40 horas	1.304,26	Ensino Fundamental Completo
2	MERENDEIRA	CR	40 horas	1.304,26	Ensino Fundamental Completo
3	PSICOLOGO	CR	10 horas	797,05	Ensino Superior Completo em PSICOLOGIA
4	ATENDENTE DE CRECHE	CR	40 horas	941,96	Ensino Médio completo

ANEXO II

CONTEÚDO DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO

I - CONTEÚDO PARA AS PROVAS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR - comum a todos os cargos

PORTUGUÊS	Interpretação de textos. Língua escrita objetiva e suas formas. Fonética e fonologia, Morfologia, Ortografia, classe, estrutura e formação das palavras, frase, oração, pontuação, Derivação e composição, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Artigos, Advérbio, Preposição, Conjunção, Acentuação gráfica, Uso dos porquês, Noções de redação oficial, modelos de ofício.
INFORMÁTICA	Noções básicas de Informática.
CONHECIMENTOS GERAIS	Conhecimentos gerais do Município de Iomerê nos aspectos: territorial, geográfico, histórico (conforme guia da FECAM e Site do Município) político administrativo e lei orgânica do município. Notícias atuais. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Secretarias de desenvolvimento regionais. Notícias atuais. Eleição 2014. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Eleição 2014.
CONHECIMENTO ESPECÍFICO	Constituição Federal: CAPÍTULO III da educação, cultura e do desporto, art. 212-213-214. Lei do FUNDEB. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. FNDE Siglas de programas da Educação. Colegiado de Educação da AMARP. Questões específicas de cada área de inscrição.

ANEXO II

CONTEÚDO DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO

I - CONTEÚDO PARA AS PROVAS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

PORTUGUÊS	Interpretação de textos, Gramática de nível fundamental
MATEMÁTICA	Matemática básica do Ensino Fundamental.
CONHECIMENTOS GERAIS	Conhecimentos gerais do Município de Iomerê nos aspectos: territorial, geográfico, histórico (conforme guia da FECAM e Site do Município) político administrativo e lei orgânica do município. Notícias atuais.
CONHECIMENTO ESPECÍFICO	Questões específicas de cada área de inscrição. (merendeira, faxineira)

ANEXO III
FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
e-mail		
Data		
Assinatura do candidato		

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
e-mail		
Data		
Assinatura do responsável pelo recebimento		

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS - PROCESSO SELETIVO 003/2014

FORMULÁRIO DE TÍTULOS		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 003/2014		
CARGO		
NOME		
CURSOS		
Tipo especialização	Nome do Curso	Pontuação (preenchida na Prefeitura)
Doutorado		
Mestrado		

Especialização		
Graduação		
Cursos de capacitação (Elencar os certificados apresentados com carga horária)		
Assinatura do candidato		Soma dos pontos:

DECRETO 1575/2014

DECRETO Nº. 1575 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Criação de Cargos Temporários para atender necessidades de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 2º, § 7º, da Lei Municipal 0061 de 17 de setembro de 1997, artigo 37, IX, da Constituição Federal, Prejulgado n. 1927, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais legislação aplicada à matéria, e

CONSIDERANDO que, para a realização de concurso público para contratação dos profissionais de cujos serviços o Município necessita, como forma de primar pela continuidade dos serviços públicos, primeiramente, faz-se necessária a criação de novos cargos, com a alteração da legislação vigente no Município, mostrando-se então, pertinente a realização de certame seletivo para contratações temporárias, de conformidade com a legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados os cargos temporários para atender as necessidades de excepcional interesse público, fixando-se a carga horária e quadro de vagas conforme tabelas abaixo:

1.1 EDUCAÇÃO: PROFISSIONAIS HABILITADOS

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
2.	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
3.	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
4.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA (licenciatura)
5.	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo LETRAS (LICENCIATURA)
6.	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo MATEMÁTICA (LICENCIATURA)
7.	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	1.231,80	Ensino Superior Completo ARTES (LICENCIATURA)
8.	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo ARTES (LICENCIATURA)
9.	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo CIÊNCIAS (LICENCIATURA)

10.	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo HISTÓRIA (LICENCIATURA)
11.	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	2.463,60	Ensino Superior Completo GEOGRAFIA – (LICENCIATURA)
12.	PROFESSOR DE INGLES	CR	20	1.131,80	Ensino Superior – Letras Habilitação Inglês
13.	PROFESSOR DE AEE	CR	40	2.463,60	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
14.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (área de dança)	CR	20	1.131,80	Ensino Superior completo em EDUCAÇÃO FÍSICA Com formação em dança.

1.1.1 EDUCAÇÃO - NÃO HABILITADOS

CÓDIGO	CARGOS	CADASTRO RESERVA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1.	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
2.	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
3.	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
4.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior – EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura
5.	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – LETRAS
6.	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – MATEMÁTICA
7.	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior - ARTES
8.	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior - ARTES
9.	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – CIÊNCIAS
10.	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – HISTÓRIA
11.	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior – GEOGRAFIA
12.	PROFESSOR DE AEE	CR	40	1941,88	Cursando Ensino Superior em EDUCAÇÃO ESPECIAL
13.	PROFESSOR DE INGLES	01 + CR	20	970,94	Cursando Ensino superior – Letras – Habilitação Inglês
14.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (área de dança)	CR	20	970,94	Cursando Ensino Superior em EDUCAÇÃO FÍSICA

1.1.2 DA NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DAS VAGAS ACIMA RELACIONADAS

O Município de Iomerê está promovendo a adequação da legislação que regula cargos, vencimentos e carreira de todos os servidores, razão pela qual, enquanto não editada nova legislação e promovido o respectivo concurso público para preenchimento das vagas, a contratação temporária de pessoal para atender a demanda dos serviços se mostra necessária.

1.1.2.1 PROFESSORES DAS DISCIPLINAS DE MATEMÁTICA, LINGUA PORTUGUESA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CIÊNCIA, ARTES, LINGUA ITALIANA, LINGUA INGLESA: O Município de Iomerê, gradativamente, vem assumindo a responsabilidade pela Manutenção do Ensino Fundamental, compreendido o 1º ao 9º ano; a grade curricular do ensino fundamental ainda não está aprovada pelo MEC, o que impede, neste momento, a realização de concurso público, porquanto não há definição quanto às disciplinas que permanecerão integradas à nova grade; no quadro de Carreira do Magistério Público do Município de Iomerê não existem professores efetivos para ministrar estas disciplinas, razão pela qual a necessidade de contratação de servidores em caráter temporário é evidente e urgente.

1.1.2.2. PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA e PROFESSOR III, DO ENSINO FUNDAMENTAL: No início desta gestão, professores do quadro efetivo de servidores, assumiram funções de direção e cargos de confiança, mais especificamente as diretoras das escolas municipais, que

são professoras efetivas do ensino fundamental I, com carga horária de 20 horas semanais, e o Secretário de Educação, Cultura e Esportes, que é professor efetivo da disciplina de Educação Física. Ainda, professora do quadro efetivo esta trabalhando ensino religioso nas escolas, o que implica na necessidade de contratação de mais um professor para o ensino fundamental, nível III. Além do que, o aumento do número de alunos, enseja a disponibilização de mais profissionais para atendimento da demanda, uma vez que já detectada a necessidade de desdobramento de turmas. Também, há a necessidade de contratação de professores de educação física, para ministrar aulas de danças e xadrez, nas oficinas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.1.2.3 PROFESSORES III - CRECHE: Desde o início deste ano, verifica-se um aumento significativo do número de alunos que frequentam a creche municipal, o que implica na impossibilidade de atendimento às crianças, a maioria ainda bebês, somente pelos profissionais que hoje desenvolvem suas atividades na creche, sendo assim imprescindível a contratação de mais professores, em caráter temporário. Até o final do ano de 2012, os professores existentes, atendiam a demanda, o que não justifica a contratação de mais professores em caráter definitivo, porquanto se a demanda for apenas temporária, estes serviços serão desnecessários.

1.1.2.4 PROFESSORES AUXILIARES OU SEGUNDO PROFESSOR: O grande número de alunos em algumas salas de aula, bem como as novas regras aplicáveis ao ensino fundamental, exigem a presença em sala de aula, de mais um professor, denominado de segundo professor ou professor auxiliar, cujas funções são diferentes do professor titular da sala de aula. Não existindo professores aptos à contratação nesta condição, necessária a contratação temporária, através de processo seletivo, até que seja regulamentada a nova grade curricular da escola municipal.

III- QUADRO GERAL DE VAGAS

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	FAXINEIRA	CR	40 horas	1.304,26	Ensino Fundamental Completo
2	MERENDEIRA	CR	40 horas	1.304,26	Ensino Fundamental Completo
3	PSICOLOGO	CR	10 horas	797,05	Ensino Superior Completo em PSICOLOGIA
4	ASSISTENTE DE CRECHE	CR	40 horas	941,96	Ensino Médio completo

1.2.1 DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, CONFORME QUADRO ACIMA

1.2.1.2 FAXINEIRA: Todas as vagas existentes estão preenchidas por servidores efetivos e, destes, dois encontram-se afastados, em gozo de benefício previdenciário de auxílio-doença, pelo que, não podem ser chamados, se existentes, aprovados em concurso público. Havendo a necessidade dos serviços, a contratação temporária se justifica.

1.2.1.3 PSICOLOGO: O cargo de psicólogo, contemplado no plano de cargos e salários do Município, e ocupado por servidor efetivo,

prevê uma carga horária de 20(vinte) horas semanais. Ocorre que a demanda por estes serviços, que engloba as Secretarias de Saúde e Ação Social, e Educação, Cultura e Esportes, já não pode ser atendida somente com a carga horária atual. Assim, necessária a contratação temporária de um servidor, para a prestação de 10(dez) horas de serviços semanais, enquanto não modificada a legislação vigente, e alterada a carga horária deste profissional. Destaca-se que o Município, hoje, necessita de um psicólogo para atendimento à turma de alunos especiais, denominada de AEE, razão maior da necessidade de mais 10(dez) horas de serviços semanais.

1.2.1.4 MERENDEIRA: a demanda escolar nos últimos anos vem sofrendo alterações, bem como o horário de funcionamento da creche municipal foi estendido, pelo que, não existindo aprovados em concurso público, para suprimimento de eventual necessidade de contratação de mais uma merendeira, em caráter temporário, é necessária para garantir o andamento das atividades escolares.

1.2.1.4 ATENDENTE DE CRECHE: com o aumento do número de crianças matriculadas na creche municipal, bem como o estendimento do horário de funcionamento, o trabalho aumentou e, por consequência, necessária a contratação de maior número de atentes. Enquanto não promovido concurso público para preenchimento das vagas para suprimimento da demanda, a seleção destes profissionais há que se dar via processo seletivo.

Art. 2. As vagas criadas pelo presente Decreto serão preenchidas através de Processo Seletivo a ser realizado pelo Município e, a aprovação dos candidatos não gera obrigatoriedade de contratação.

Art. 3. Justificada a criação de vagas como cadastro de reserva, uma vez que, vindo a ocorrer a necessidade de contratação, enquanto vigente o processo a ser desenvolvido para a contratação temporária, os classificados poderão ser chamados de imediato, não sujeitando o Município a elaborar constantes processos seletivos, e garantindo a continuidade dos serviços.

Art. 4. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 06 de novembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2402/2014

PORTARIA Nº 2402 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VALÉRIA GRIFANTE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/09/2013 a 05/09/2014 a contar de 17/11/2014 a 16/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos

Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2403/2014

PORTARIA Nº 2403 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ISABELA RECH BISCARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 a contar de 18/11/2014 a 17/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2404/2014

PORTARIA Nº 2404 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELIZETE BUFFON BALBINOT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014 a contar de 10/11/2014 a 09/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 69, PP 39-2014/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 69/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014, do PROCESSO Nº 69/2014, homologado aos 07 de novembro de 2014, cujo objeto é o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada mista suja, brita nº 1, e pedrisco para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.69.7021 de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, situada na ROD. SC 283 KM 07 VILA FRAG. CX. P.232, Município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 79.280.459/0001-46 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.717.372, representado pelo Senhor ERICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, CPF: 585.401.219-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	PEDRA BRITADA MISTA -SUJA	Mt³	1.000,00	KERBER	30,00	30.000,00
9	Brita nº 1	Mt³	100,00	KERBER	40,00	4.000,00
10	pedrisco	Mt³	100,00	KERBER	40,00	4.000,00
11	Pó de Brita	Mt³	100,00	KERBER	40,00	4.000,00
14	BRITA Nº 2	Mt³	1.500,00	KERBER	40,00	60.000,00
Valor Total Registrado					102.000,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.69.8715
de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ, situada na RODOVIA SC 465 - KM 5 -SAÍDA P/ IPUMIRIM, município de ARABUTÃ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 01.298.880/0001-97 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.270.030, representado pela Senhora ROSELI RAUSCHKOLB, CPF:024.230.609-80.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	700,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	18,90	13.230,00
4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro	UN	40,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	209,00	8.360,00
5	Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comp.	UN	50,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	475,00	23.750,00
7	Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de comprimento	UN	30,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	609,00	18.270,00
13	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM-CA2	UN	120,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	167,50	20.100,00
Valor Total Registrado					83.710,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.69.9728
de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: PRÉ-MOLDADO OESTE LTDA, situada na RUA CANELLA Nº 1644, Município de FAXINAL DOS GUEDES-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.445.385/0001-40, representado pelo Senhor ENÉIAS CADORI, CPF: 043.740.389-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	500,00	PRE- MOLDADOS OESTE	49,80	24.900,00
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	800,00	PRE- MOLDADOS OESTE	31,80	25.440,00
6	Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	700,00	PRE- MOLDADOS OESTE	21,80	15.260,00
Valor Total Registrado					65.600,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PL 70, PP 40-2014/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 70/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014, do PROCESSO Nº 70/2014, homologado aos 07 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.8924
de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.256.024.600, representado pelo Senhor KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm co	UN	600,00	PANAMERICANO	1,78	1.066,77
6	Caderno desenho cartografia grande espiral, formato 200X275m	UN	1.000,00	PANAMERICANO	2,64	2.637,80
7	Caderno de linha espiral, 140 x 202mm com 96 folhas	UN	2.500,00	PANAMERICANO	2,07	5.177,75
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em	UN	2.600,00	PANAMERICANO	1,51	3.937,18
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm	UN	3.000,00	PANAMERICANO	3,24	9.730,50
21	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM	UN	1.500,00	PAPEL MIX	0,89	1.339,83
22	PAPEL DUPLEX- FOLHA	UN	400,00	REYPEL	0,59	236,92
23	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES	UN	800,00	JANDAIA	0,25	203,12
24	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta cx/com 25 folhas	CX	6,00	POLIFIX	5,98	35,88
25	PAPEL CARTÃO DUPLA - FACE 66 x 96cm VÁRIAS CORES	UN	800,00	REYPEL	0,59	473,84
26	Papel kraft natural 80g bobina de 60cm x 100 mts	Bob	5,00	SAMPA	38,27	191,34
27	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores)	UN	300,00	VMP	0,52	155,13
32	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m	RI	6,00	VMP	36,36	218,15
36	TNT 100% polipropileno PP 40G 1,40 x 50mts, cores diversas	UN	50,00	SANTA FE	50,40	2.519,79
Valor Total Registrado					27.923,99	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585
de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: MB CATARINENSE LTDA-ME, situada na RUA MADRE JULIA Nº 218, município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.961.181/0001-52 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.685.226-0, representado pelo Senhor FÁBIO MARLON MACHADO, CPF: 066.868.919-67.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Caixa com 12 lápis de cor + 2 lápis preto + 1 borracha +	CX	1.100,00	FABER CASTELL	9,20	10.120,00
2	Régua flexível de 30 cm.	UN	1.000,00	WALEU	0,43	430,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g.	UN	1.100,00	FRAMA	0,60	660,00
4	Caneta esferog. azul	UN	1.250,00	MOLIN	0,55	687,50
Valor Total Registrado					11.897,50	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9730
de 07 de novembro de 2014

FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME, situada na RUA RUI BARBOSA Nº 208, município de CUNHA PORÃ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 13.772.057/0001-50 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.611.269, representado pelo Senhor JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, CPF: 041.562.419-39.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de	UN	300,00	Pilot	2,35	704,87
11	Marcador quadro Branco VBMA-VBM-M	UN	400,00	Pilot	5,95	2.378,24
12	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco	UN	2.000,00	Pilot	2,08	4.157,00
13	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas 5000 unidades	CX	50,00	Grampline	2,58	129,07
14	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades	CX	10,00	Elgin	91,84	918,43
15	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades	UN	5,00	Elgin	131,48	657,40
16	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m	RI	50,00	Adelbras	1,72	86,04
17	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m	UN	70,00	Adelbras	0,74	52,11
18	Fita de empacotamento marron Papel crepado 38 mm x 50m	UN	80,00	Adelbras	6,94	555,31
19	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m	UN	80,00	Adelbras	6,94	555,31
20	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm	RI	6,00	VMP	37,70	226,22
28	Cola escolar branca 01 kg	UN	100,00	Frama	6,07	607,13
29	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0	CX	40,00	Rafa	5,61	224,29
30	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0	CX	40,00	Rafa	5,61	224,29
31	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0	CX	40,00	Rafa	5,61	224,29
33	Tinta guache 250ml	UN	30,00	Acrilex	2,66	79,76
34	Refil de cola quente - grosso- 1,12 cm diametro	UN	200,00	Rendicola	0,46	92,80
35	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm	UN	30,00	Cis	2,58	77,44
Valor Total Registrado					11.949,99	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 72, DL 16-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 16/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2014 Data do Processo: 06/11/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 72/2014
b) Licitação Nr.: 16/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/11/2014
e) Objeto da Licitação Contratação de entidade para Capacitar os servidores Municipais de Ipumirim com relação às medidas socioeducativas e o ato infracional, a se realizar nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, com carga horário de 10hs/a.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EGEM (8567)

1 Contratação de entidade para Capacitar os servidores Municipais de Ipumirim com relação às medidas socioeducativas e o ato infracional, a se realizar nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, com carga horário de 10hs/a.	SER	1,00	0,0000	4.210,00	4.210,00
--	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 4.210,00

Total Geral: 4.210,00

Ipumirim, 6 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 69, PP 39-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada mista suja, brita nº 1, e pedrisco para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 52/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 4 de Novembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 69/2014, Licitação nº 39/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quatro dias do mês novembro de 2014, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliarí, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: ARTEFATOS DE CIMENTO COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÁ LTDA EPP, PRÉ-MOLDADOS OESTE LTDA e KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ÉRICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, procurador da empresa KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA, o Sr. JUAZEL CAMILLO representante credenciado da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÁ LTDA EPP e o Sr. ENEIAS CADORI procurador da empresa PRÉ-MOLDADOS OESTE LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA EPP não se credencia como Microempresa as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital, estando habilitadas para as fases seguinte do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início assim a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexadas junto aos autos. Porém a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÁ LTDA EPP pediu a desclassificação do item 12 por não atender as especificações do anexo III do edital. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

Participante: 7021 - KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	PEDRA BRITADA MISTA -SUJA	Mt³	1.000,00	KERBER	0,0000	30,00	30.000,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							
9	Brita nº 1	Mt³	100,00	KERBER	0,0000	40,00	4.000,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 39/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 69/2014
 Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 2/3

Participante: 7021 - KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	pedrisco	Mt³	100,00	KERBER	0,0000	40,00	4.000,00
	Obs: Os pedriscos serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.						
11	Pó de Brita	Mt³	100,00	KERBER	0,0000	40,00	4.000,00
	Obs: O pó de brita será retirado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.						
14	BRITA Nº 2	Mt³	1.500,00	KERBER	0,0000	40,00	60.000,00
	Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.						
Total do Participante ----->							102.000,00

Participante: 8715 - ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	700,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	0,0000	18,90	13.230,00
	Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.						
4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro de comprimento com 2 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.	UN	40,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	0,0000	209,00	8.360,00
	Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.						
5	Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comprimento com armações de ferro dupla, com carga mínima de fissura e de ruptura conforme Classe PA3, definida pela NBR 8890/03.	UN	50,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	0,0000	475,00	23.750,00
	Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega.						
7	Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de comprimento com 3 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.	UN	30,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	0,0000	609,00	18.270,00
	Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega.						
13	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2	UN	120,00	ARTEFATOS ARABUTÃ	0,0000	167,50	20.100,00
	Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.						
Total do Participante ----->							83.710,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 3/3

Participante: 9728 - PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Bringhenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	500,00	PRE-MOLDADOS OESTE	0,0000	49,80	24.900,00
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Bringhenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	800,00	PRE-MOLDADOS OESTE	0,0000	31,80	25.440,00
6	Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003. Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Bringhenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	700,00	PRE-MOLDADOS OESTE	0,0000	21,80	15.260,00
Total do Participante ----->							65.600,00
Total Geral ----->							251.310,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 4 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 69, PP 39-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2014
b) Licitação Nr.: 39/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/11/2014
e) Objeto da Licitação o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada mista suja , brita nº 1 ,e pedrisco para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ (8715)

3 Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	700,00	0,0000	18,90	13.230,00
--	----	--------	--------	-------	-----------

Obs:Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ARTEFATOS ARABUTÃ

4 Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1metro de comprimento com 2 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.	UN	40,00	0,0000	209,00	8.360,00
---	----	-------	--------	--------	----------

Obs:Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ARTEFATOS ARABUTÃ

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ (8715)

5 Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comprimento com armações de ferro dupla, com carga mínima de fissura e de ruptura conforme Classe PA3, definida pela NBR 8890/03.	UN	50,00	0,0000	475,00	23.750,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega. - Marca: ARTEFATOS ARABUTÃ					
7 Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de comprimento com 3 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.	UN	30,00	0,0000	609,00	18.270,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega. - Marca: ARTEFATOS ARABUTÃ					
13 Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2	UN	120,00	0,0000	167,50	20.100,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ARTEFATOS ARABUTÃ					

Total do Fornecedor: 83.710,00

KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA (7021)

8 PEDRA BRITADA MISTA -SUJA	Mt³	1.000,00	0,0000	30,00	30.000,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBER					
9 Brita nº 1	Mt³	100,00	0,0000	40,00	4.000,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBER					

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA (7021)

10 pedrisco	Mt³	100,00	0,0000	40,00	4.000,00
-------------	-----	--------	--------	-------	----------

Obs: Os pedriscos serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada.
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBER

11 Pó de Brita	Mt³	100,00	0,0000	40,00	4.000,00
----------------	-----	--------	--------	-------	----------

Obs: O pó de brita será retirado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada.
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBER

14 BRITA Nº 2	Mt³	1.500,00	0,0000	40,00	60.000,00
---------------	-----	----------	--------	-------	-----------

Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 (cinquenta) KM, em rodovia asfaltada.
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: KERBER

Total do Fornecedor: 102.000,00

PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA (9728)

1 Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	500,00	0,0000	49,80	24.900,00
--	----	--------	--------	-------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: PRÉ-MOLDADOS OESTE

2 Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	800,00	0,0000	31,80	25.440,00
---	----	--------	--------	-------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: PRÉ-MOLDADOS OESTE

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 39/2014 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 69/2014
Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA (9728)**

6 Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	700,00	0,0000	21,80	15.260,00
--	----	--------	--------	-------	-----------

Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: PRE-MOLDADOS OESTE

Total do Fornecedor: 65.600,00**Total Geral: 251.310,00**

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 70, PP 40-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 53/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 5 de Novembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 70/2014, Licitação nº 40/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos cinco dias do mês de novembro de 2014, às nove horas o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Juliene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: RB PAPELARIA E BAZAR LTDA- ME, VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA, PEGASUS ATACADISTA LTDA ME, MB CATARINENSE LTDA ME, INOVAÇÃO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - EPP e ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, a Srª. JANAINA SCHMIDT KRAKECKER procuradora da empresa INOVAÇÃO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - EPP, o Srº FABIO ANDRE LORASCHI procurador da empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, o Srº ROMILDO BIGOLIN sócio proprietário da empresa RB PAPELARIA E BAZAR LTDA- ME o Srº KLEBER LUIZ LIBANO procurador da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, o Srº FÁBIO MARLON MACHADO sócio proprietário da empresa MB CATARINENSE LTDA ME, a Srª LEANI WILLMS procuradora da empresa PEGASUS ATACADISTA LTDA ME, o Srº VALÉRIO SAMUEL VANCIN sócio proprietário da empresa VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, o Srº JACKSON NEIMAR PEDRASSANI sócio proprietário da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME e a Srª TAIS STECHINSKI procuradora da empresa COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de microempresa, todas as empresas presentes se credenciam como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram as declarações na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise das propostas constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, iniciou-se a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 9585 - MB CATARINENSE LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha + 1 apontador. Composição: Lápis de cor: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira reflorestada. Lápis preto: material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Apontador: resinas termoplásticas e lamina de aço carbono. Borracha: látex, borracha sintética, abrasivos e agentes de vulcanização.	CX	1.100,00	FABER CASTELL	0,0000	9,20	10.120,00
2	Régua flexível de 30 cm. Composição: Polímero e pigmentos.	UN	1.000,00	WALEU	0,0000	0,43	430,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g.	UN	1.100,00	FRAMA	0,0000	0,60	660,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 40/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2014
 Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 2/3

LOTE: 1**Participante: 9585 - MB CATARINENSE LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Caneta esferográfica azul Composição: Tinta: resinas, solventes, corantes e espessantes; Corpo e tampa: resinas termoplásticas, , Ponta: liga de latão; Esfera: carbeto de tungstênio.	UN	1.250,00	MOLIN	0,0000	0,55	687,50

Total do Participante -----> 11.897,50

LOTE: 2**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm com 40folhas em papel não reciclado. capa dura	UN	600,00	PANAMERICA	0,0000	1,778	1.066,77
6	Caderno de desenho cartografia grande espiral, formato 200X275mm com 60 folhas em papel não reciclado.capa dura	UN	1.000,00	PANAMERICA	0,0000	2,6378	2.637,80
7	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 96 folhas em papel não reciclado, com capa dura.	UN	2.500,00	PANAMERICA	0,0000	2,0711	5.177,75
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em papel não reciclado, com capa dura.	UN	2.600,00	PANAMERICA	0,0000	1,5143	3.937,18
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm com 96 folhas 1 matéria em papel não reciclado, com capa dura.	UN	3.000,00	PANAMERICA	0,0000	3,2435	9.730,50

Total do Participante -----> 22.550,00

LOTE: 3**Participante: 9730 - JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de 2.0mm, 4.5mm e 8.0mm com ponta de feltro.	UN	300,00	Pilot	0,0000	2,3496	704,87
11	Marcador quadro Branco WBMA-VBM-M, ponta redonda média com recarga de cartucho	UN	400,00	Pilot	0,0000	5,9456	2.378,24
12	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco, VBMA- VBM-M, ponta redonda media com 5,50ml	UN	2.000,00	Pilot	0,0000	2,0785	4.157,00
13	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas com 5000 unidades	CX	50,00	Grampline	0,0000	2,5813	129,07
14	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades	CX	10,00	Elgin	0,0000	91,8428	918,43
15	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades	UN	5,00	Elgin	0,0000	131,4802	657,40
16	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m	RI	50,00	Adelbras	0,0000	1,7208	86,04
17	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m	UN	70,00	Adelbras	0,0000	0,7444	52,11
18	Fita de empacotamento Pape 38 mm x 50m (papel)	UN	80,00	Adelbras	0,0000	6,9414	555,31
19	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m	UN	80,00	Adelbras	0,0000	6,9414	555,31
20	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm	RI	6,00	VMP	0,0000	37,7039	226,22
28	Cola escolar branca 01 kg	UN	100,00	Frama	0,0000	6,0713	607,13
29	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0	CX	40,00	Rafa	0,0000	5,6072	224,29
30	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0	CX	40,00	Rafa	0,0000	5,6072	224,29
31	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0	CX	40,00	Rafa	0,0000	5,6072	224,29
33	Tinta guache- colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante.Boa qualidade. Peso 250 ml Dimensões aproximadas:19 x 5cm ACRILEX.	UN	30,00	Acrilex	0,0000	2,6586	79,76
34	Refil de cola quente - grosso	UN	200,00	Rendicola	0,0000	0,464	92,80
35	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm	UN	30,00	Cis	0,0000	2,5813	77,44

Total do Participante -----> 11.950,00

LOTE: 4**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM	UN	1.500,00	PAPEL MIX	0,0000	0,8932	1.339,83

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 40/2014 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:** 70/2014**Data do Processo:** 17/10/2014

Folha: 3/3

LOTE: 4**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	PAPEL DUPLEX COLORIDO	UN	400,00	REYPEL	0,0000	0,5923	236,92
23	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES	UN	800,00	JANDAIA	0,0000	0,2539	203,12
24	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta com 25 folhas	CX	6,00	POLIFIX	0,0000	5,9798	35,88
25	PAPEL CARTÃO DUPLA - FACE 66 x 96cm VÁRIAS CORES	UN	800,00	REYPEL	0,0000	0,5923	473,84
26	Papel kraft natural 80g bobina de 60cm x 100 mts	Bob	5,00	SAMPA	0,0000	38,267	191,34
27	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores)	UN	300,00	VMP	0,0000	0,5171	155,13
32	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m	RI	6,00	VMP	0,0000	36,3583	218,15
36	TNT 100% polipropileno PP 40G 1,40 x 50mts, cores diversas	UN	50,00	SANTA FE	0,0000	50,3958	2.519,79

Total do Participante -----> 5.374,00**Total Geral ----->** 51.771,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 70, PP 40-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 70/2014
b) Licitação Nr.: 40/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**MB CATARINENSE LTDA-ME (9585)**

1	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha + 1 apontador. Composição: Lápis de cor: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira reflorestada. Lápis preto: material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Apontador: resinas termoplásticas e lamina de aço carbono. Borracha: látex, borracha sintética, abrasivos e agentes de vulcanização. - Marca: FABER CASTELL	CX	1.100,00	0,0000	9,20	10.120,00
2	Régua flexível de 30 cm. Composição: Polímero e pigmentos. - Marca: WALEU	UN	1.000,00	0,0000	0,43	430,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g. - Marca: FRAMA	UN	1.100,00	0,0000	0,60	660,00
4	Caneta esferográfica azul Composição: Tinta: resinas, solventes, corantes e espessantes; Corpo e tampa: resinas termoplásticas, , Ponta: liga de latão; Esfera: carbeto de tungstênio. - Marca: MOLIN	UN	1.250,00	0,0000	0,55	687,50
Total do Fornecedor:						11.897,50

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm com 40folhas em papel não reciclado. capa dura - Marca: PANAMERICANO	UN	600,00	0,0000	1,778	1.066,77
6	Caderno de desenho cartografia grande espiral, formato 200X275mm com 60 folhas em papel não reciclado.capa dura - Marca: PANAMERICANO	UN	1.000,00	0,0000	2,6378	2.637,80
7	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 96 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	2.500,00	0,0000	2,0711	5.177,75
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	2.600,00	0,0000	1,5143	3.937,18
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm com 96 folhas 1 matéria em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	3.000,00	0,0000	3,2435	9.730,50
Total do Fornecedor:						22.550,00

LOTE: 3

JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME (9730)

10	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de 2.0mm, 4,5mm e 8.0mm com ponta de feltro. - Marca: Pilot	UN	300,00	0,0000	2,3496	704,87
11	Marcador quadro Branco WBMA-VBM-M, ponta redonda média com recarga de cartucho - Marca: Pilot	UN	400,00	0,0000	5,9456	2.378,24
12	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco, VBMA-VBM-M, ponta redonda media com 5,50ml - Marca: Pilot	UN	2.000,00	0,0000	2,0785	4.157,00
13	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas com 5000 unidades - Marca: Grampline	CX	50,00	0,0000	2,5813	129,07
14	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades - Marca: Elgin	CX	10,00	0,0000	91,8428	918,43
15	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades - Marca: Elgin	UN	5,00	0,0000	131,4802	657,40
16	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m - Marca: Adelbras	RI	50,00	0,0000	1,7208	86,04
17	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m - Marca: Adelbras	UN	70,00	0,0000	0,7444	52,11
18	Fita de empacotamento marron Papel crepado 38 mm x 50m - Marca: Adelbras	UN	80,00	0,0000	6,9414	555,31
19	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m - Marca: Adelbras	UN	80,00	0,0000	6,9414	555,31
20	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm - Marca: VMP	RI	6,00	0,0000	37,7039	226,22
28	Cola escolar branca 01 kg - Marca: Frama	UN	100,00	0,0000	6,0713	607,13
29	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29
30	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME (9730)

31	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29
33	Tinta guache- colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante.Boa qualidade. Peso 250 ml Dimensões aproximadas:19 x 5cm ACRILEX. - Marca: Acrilex	UN	30,00	0,0000	2,6586	79,76
34	Refil de cola quente - grosso- 1,12 cm diametro - Marca: Rendicola	UN	200,00	0,0000	0,464	92,80
35	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm - Marca: Cis	UN	30,00	0,0000	2,5813	77,44
Total do Fornecedor:						11.950,00

LOTE: 4

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

21	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM - Marca: PAPEL MIX	UN	1.500,00	0,0000	0,8932	1.339,83
22	PAPEL DUPLEX COLORIDO - Marca: REYPEL	UN	400,00	0,0000	0,5923	236,92
23	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES - Marca: JANDAIA	UN	800,00	0,0000	0,2539	203,12
24	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta cx/com 25 folhas - Marca: POLIFIX	CX	6,00	0,0000	5,9798	35,88
25	PAPEL CARTÃO DUPLA - FACE 66 x 96cm VÁRIAS CORES - Marca: REYPEL	UN	800,00	0,0000	0,5923	473,84
26	Papel kraft natural 80g bobina de 60cm x 100 mts - Marca: SAMPA	Bob	5,00	0,0000	38,267	191,34
27	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores) - Marca: VMP	UN	300,00	0,0000	0,5171	155,13
32	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m - Marca: VMP	RI	6,00	0,0000	36,3583	218,15
36	TNT 100% polipropileno PP 40G 1,40 x 50mts, cores diversas - Marca: SANTA FE	UN	50,00	0,0000	50,3958	2.519,79
Total do Fornecedor:						5.374,00
Total Geral:						51.771,50

Ipumirim, 7 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 20/2014

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - Laudair Moreira

Objeto - Locação de um imóvel com área de 173,15 m², sito à Avenida 22 de Julho, nº 1633, inscrição imobiliária nº 1.1.0.38.0343.0.015.

Valor - R\$ 1.448,00 (um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Vigência - 01/11/2014 a 31/12/2014.

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PORTARIA Nº 493/2014

PORTARIA Nº 493/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a ROGÉRIO NATALÍCIO SENFF, servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, ocupante do cargo de Professor, em exercício da Função de Gestor Escolar do NE Guilherme Bossow, portador da CNH Registro nº 01558846043 categoria AC, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.706/2014

Decreto nº 2.706/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria da Administração		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (6)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
T O T A L R\$ 3.000,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria da Administração		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (9)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
T O T A L R\$ 3.000,00		

Art. 3º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 331,00 (Trezentos e trinta e um reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.052 – Contribuição do Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.1.71.00.00.00.00.00.0100 (12)	Aplicações Diretas	R\$ 331,00
T O T A L R\$ 331,00		

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.052 – Contribuição do Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA		
4.4.71.00.00.00.00.00.0100 (14)	Aplicações Diretas	R\$ 331,00
T O T A L R\$ 331,00		

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.707/2014

Decreto nº 2.707/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 66.170,48 (Sessenta e seis mil cento e setenta reais e quarenta e oito centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.052 – Contribuição do Cons. Inf. na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.1.71.00.00.00.00.00.0100 (12)	Aplicações Diretas	R\$ 470,75
3.1.71.00.00.00.00.00.0100 (13)	Aplicações Diretas	R\$ 503,50
T O T A L R\$ 974,25		

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria da Administração		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (6)	Aplicações Diretas	R\$ 62.806,23
T O T A L R\$ 62.806,23		

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10– SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (129)	Aplicações Diretas	R\$ 2.390,00
T O T A L R\$ 2.390,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 100 - Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.708/2014

Decreto nº 2.708/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do conselho tutelar Municipal		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (125)	Aplicações Diretas	R\$ 4.500,00
T O T A L R\$ 4.500,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do conselho tutelar Municipal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (124)	Aplicações Diretas	R\$ 3.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (126)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
T O T A L R\$ 4.500,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.709/2014

Decreto nº 2.709/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 111.680,00 (Cento e onze mil seiscentos e oitenta reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0194 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0257 (44)	Aplicações Diretas	R\$ 11.680,00
T O T A L R\$ 111.680,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0194 (36)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0257 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 11.680,00
T O T A L R\$ 111.680,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 60/2014 CONTRATO Nº 71/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 60/2014, na área de seguros de veículos que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante, e de outro lado a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida das Nações Unidas, número 11.711, bairro Brooklin, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, neste ato representada pelo senhor Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, portador do CPF nº 073.442.558-60, e RG nº 12.915.083-6 SSP/SP, a seguir denominada CONTRATADA, acórdão e ajustam firmar o presente contrato aditivo nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento Licitatório nº 44/2014, modalidade Tomada de Preços nº 07/2014, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada, pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 2.515,39 (dois mil quinhentos e quinze reais e trinta e nove centavos), conforme detalhamento a seguir:

Item	Período	Descrição	Valor Total R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex – placas MEA 6428, ano de fabricação/ modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764766566, código Renavam 867052856, capacidade para 05 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	239,23
02	12 meses	Seguro de um veículo marca VW, modelo Kombi – placas MHT 8021, ano de fabricação/ modelo 2011/2011, chassi nº. 9BWMF07X6B018442, Código Renavam 279536348, capacidade para 09 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2.	232,26

03	12 meses	Seguro de um veículo marca Mercedes Benz, modelo L 1113, Caminhão – placas LZF 4628, ano de fabricação/modelo 1978/1978, chassi nº. 34403212393932, Código Renavam 556677552, capacidade para 03 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 0.	483,32
04	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex – placas MEA 6538, ano de fabricação/modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764765604, Código Renavam 867053160, capacidade para 05 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisas, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 3.	239,23

05	12 meses	Seguro de um veículo marca Renault, modelo Master Jaedi Tur – placas MKH 5257, ano de fabricação/modelo 2014/2015, chassi nº. 93YMAF4MCFJ434446, Código Renavam 1205122416, capacidade para 15 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisas, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2.	790,70
06	12 meses	Seguro de um veículo marca GM, modelo Kadett GL – placas JJA 5657, ano de fabricação/modelo 1996/1997, chassi nº. 9BGKZ08BVTB414445, código Renavam 668135956, capacidade para 05 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisas, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2.	200,81

08	12 meses	Seguro de veículo marca JTA, motocicleta, modelo Suzuki EN125 YES – placas MEH 0507, ano de fabricação/modelo 2007/2008, chassi 9CDNF41LJ8M094797 e Código Renavam 934324611. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 4.	329,84
----	----------	--	--------

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 15 de outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA PREFEITO MUNICIPAL	MARCOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Contratante	Contratada

Testemunhas

Sidnei Wagner
CPF: 302.634.259-91

Ellen Anny Konopka Colombo
CPF: 068.466.679-03

DECRETO Nº 2.710/2014

Decreto nº 2.710/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 88.937,45 (Oitenta e oito mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
02 – PODER EXECUTIVO

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (44)	Aplicações Diretas	R\$ 88.937,45
TOTAL R\$ 88.937,45		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 257 - Recursos MDE - 25%.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 47.701,51 (Quarenta e sete mil setecentos e um reais e cinquenta e um centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 47.701,51
TOTAL R\$ 47.701,51		

Art. 4º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 194 - Recursos FUNDEB 40%.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 323.471,40 (Trezentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta e um reais e quarenta centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0193 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 323.471,40
TOTAL R\$ 323.471,40		

Art. 6º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 193 - Recursos FUNDEB 60%.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.7011

Decreto nº 2.711/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (129)	Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00
T O T A L R\$ 5.500,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00.00.3100 (187)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0100 (133)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00
T O T A L R\$ 5.500,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 73/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Famma Comércio de Veículos.

Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo para a Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 71.800,00 (Setenta e um mil e oitocentos reais)

Vigência: 30.10.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 67/2014 - Pregão Presencial nº. 44/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 74/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: COMSOL - Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC.

Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme Lei 11.947/2009, para manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE, para o segundo semestre de 2014

Valor: R\$ 28.298,50 (Vinte e oito mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: 30.10.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 62/2014 - Chamada Publica nº. 02/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 76/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Soletécnica Equipamentos Hidráulicos - Eireli - EPP

Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de conserto e recuperação da estrutura de suportes da motobomba para o fundo municipal de reequipamento do corpo de bombeiros, com entrega de materiais e mão de obra

Valor: R\$ 28.298,50 (Vinte e oito mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: 31.10.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 61/2014 - Tomada de Preços nº. 12/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 158/2014

OBJETO: Contratação da banda "Orquestra Continental" para acompanhamento musical dos calouros participantes do 8º Festival da Canção Estudantil do Município de Itapiranga, promovido pela Secretaria de Educação, autorizado pela Lei nº 2.497/2008.

Contratado: Liqui & Continental Ltda

CNPJ: 10.498.479/0001-91

Valor: R\$ 4.500,00

Vigência: 20/11/2014

Fundamento: Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 07 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA Nº 257/2014 A 265/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Heko Ambiental - Produtos e Equipamentos Científicos Eireli Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 149/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais para análise de água destinados para as hidráulicas municipais.

VALOR: R\$ 13.775,00

VIGÊNCIA: 30 de outubro de 2015.

Itapiranga - SC., 30 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Macromaq Equipamentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 150/2014.

OBJETO: Aquisição de peças diversas, para conserto e manutenção da retroescavadeira JCB 4CX, a disposição da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 4.989,00

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2015.

Itapiranga - SC., 31 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Gráfica Barozzi Eireli - Epp.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 151/2014.

OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 18.446,00

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 03 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Gráfica Stein Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 151/2014.

OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 20.275,00

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 03 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Teletronica Pinhal Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 153/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos diversos destinados para o centro de referência em assistência social - CRAS, da secretaria de assistência social e para as outras secretarias, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 5.475,00

VIGÊNCIA: 05 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 05 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 153/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos diversos destinados para o centro de referência em assistência social - CRAS, da secretaria de assistência social e para as outras secretarias, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 6.936,00

VIGÊNCIA: 05 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 05 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Irmãos Sausen Ltda Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 155/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.

VALOR: R\$ 2.026,20

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 07 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 155/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.

VALOR: R\$ 13.133,75

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 07 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Eletro Construção Berwanger Ltda - Epp.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 155/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.660,50

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC., 07 de novembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 141/2014
A 144/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 079/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda Me.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 070/2014.

OBJETO: Prorroga o prazo para a execução, em regime de empreitada global dos serviços para reforma, com área de 1.077,87 m² e ampliação, com área de 62,94 m², do ginásio de esportes Bela Vista, sito no bairro Bela Vista, na cidade de Itapiranga.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 24 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Embriosêmen Equipamentos Agropecuários Ltda Epp.

ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 146/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: 25.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 27 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Alfa Inseminação Artificial Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 146/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: 63.225,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 27 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 152/2014.

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: 1.530,00

VIGÊNCIA: 27 de outubro de 2015.

Itapiranga - SC. 27 de outubro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - SAÚDE
Nº 083/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2014.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Prosaúde Distribuidora De Medicamentos Ltda Epp.

ORIGEM: Pregão Eletrônico 045/2013.

OBJETO: Cancela o registro de preço do item nº 30, amoxicilina 250 mg/5ml pó p/susp. oral (150ml), do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Itapiranga - SC., 08 de outubro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 73-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	07/11/2014	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	PREGÃO PROCESSO	Nº 73/2014 Nº 134/2014

OBJETO:

Aquisição de 01 (um) veículo tipo utilitário passageiro, para uso da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Joseane Soares de Lima, conforme Decreto nº 2192/2014, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

Itapoá, 07 de novembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL	
ISABELA R. DUTRA POHL MEMBRO	JOSEANE SOARES DE LIMA MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2287/2014 - ATUALIZAÇÃO VALOR VENAL PLANTA DE VALORES

DECRETO MUNICIPAL Nº 2287/2014

Data: 03 de Outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA BASE DE CÁLCULO DO VALOR VENAL DE IMÓVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
Considerando o art. 14 da Lei 134/2002 que dispõe sobre a Planta Genérica de Valores;

Considerando não se tratar de majoração ou reavaliação de tributos, mas tão somente da correção monetária; e,
Considerando o índice de correção monetária, apurado na Divisão de Contabilidade, fundamentado no IGP-M/FGV de outubro/2013 a setembro/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica corrigido em 3,5414% (três inteiros e cinco mil, quatrocentos e quatorze décimos de milésimos por cento) o valor venal dos imóveis lançados no exercício de 2015.

Art. 2º Fixa o prazo de pagamento das cotas únicas do Imposto Predial e Territorial Urbano de 2015.

§ 1º O vencimento da cota única, será em 10/02/2015 e 10/03/2015, com descontos previsto na Lei Municipal nº 134/2002.

§ 2º O prazo de pagamento das parcelas sem desconto do Imposto

Predial e Territorial Urbano de 2015, fica da seguinte forma:

Nº. da Parcela	Vencimento
1	10/03/2015
2	10/04/2015
3	10/05/2015
4	10/06/2015
5	10/07/2015
6	10/08/2015
7	10/09/2015
8	10/10/2015
9	10/11/2015
10	10/12/2015

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de Outubro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

IPESI

PORTARIA 819/2014

PORTARIA N.º 819/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor NELSON FAGUNDES"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 73 da Lei Complementar Municipal 41/20014, combinando com o inciso III, alínea "b" do § 1º do art.40 da CF/88, com redação dada pela E.C.41/2003 e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por implementação por idade com proventos proporcionais ao servidor NELSON FAGUNDES, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível "I" Referência " P", lotado na Secretaria de Administração e Finanças, com proventos proporcionais no valor de R\$ 1.217,17 (hum mil duzentos e dezessete reais e dezessete centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2014.02.01007P, a partir de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 10 de outubro de 2014.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

PORTARIA 820/2014

PORTARIA N.º 820/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por INVALIDEZ ao servidor JOSÉ CARLOS PAIXÃO"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 67, §1º, inciso II, Artigo 69, §9º, Inciso II da Lei Complementar Municipal 41/2014 e artigo 40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo artigo 6º da E.C. 41/2003, E.C.70/2012, e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez ao servidor JOSÉ CARLOS PAIXÃO, efetivo no cargo de Motorista Nível "I" Referência "F", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais conforme processo administrativo do IPE-SI nº 2014.03.01020P, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOÁ - SC, 17 de Outubro de 2014.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Jacinto Machado**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Valor Global: R\$ 654.384,88 (seiscentos e cinquenta e quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: Início: 27/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 009/2014/PMJM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARIZONA COM ÁREA TOTAL DE 671,62 m², NO BAIRRO ARIZONA, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento, Cronograma e quantitativos anexados ao EDITAL.

Jacinto Machado – SC, 27 de Outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): RAMOS & GOMES LTDA ME

Valor Global: R\$ 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais).

Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 060/2014/PMJM

Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE ALVARÁS DE LICENÇA EXERCÍCIO DE 2014, NOTIFICAÇÕES DE CONTRIBUÍNTES COM RESTRIÇÕES NO CADASTRO MUNICIPAL E INTIMAÇÕES DE CONTRIBUÍNTES COM DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ANTERIORES A 2014.

Jacinto Machado – SC, 29 de Outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 004/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 004/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): SUL GRÁFICA LTDA - EPP
Valor Aditado: R\$ 13.368,21 (treze mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).
Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 001/2014 - CV
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS NO LIMITE DE 25%; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 54.115,30 (CINQUENTA E QUATRO MIL CENTO E QUINZE REAIS E TRINTA CENTAVOS) PARA R\$ 67.483,51 (SESSENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 29 de Outubro de 2014.
Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 013/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 013/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME
Valor Aditado: R\$ 7.455,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
Vigência: Início: 27/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - PR
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS, NO LIMITE DE 25%; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 29.872,10 (VINTE E NOVE MIL OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS) PARA R\$ 37.327,10 (TRINTA E SETE MIL TREZENTOS E VINTE E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 27 de Outubro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 31/12/2014.

Jacinto Machado – SC, 29 de Outubro de 2014.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 147/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 147/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
Valor Aditado: R\$ 6.912,36 (seis mil novecentos e doze reais e trinta e seis centavos).
Vigência: Início: 27/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 059/2014 - CV
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS, NO LIMITE DE 25%; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 28.519,05 (VINTE E OITO MIL QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E CINCO CENTAVOS) PARA R\$ 35.431,41 (TRINTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E TRINTA E UM REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 27 de Outubro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 08 AO CONTRATO 115/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 08 AO CONTRATO 115/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Vigência: Início: 08/10/2014 Término: 24/11/2014
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2011 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 24/11/2014.

Jacinto Machado – SC, 8 de Outubro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.666 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.666 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo indicadas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 05 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.664 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.664 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

“ADOTA CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE TURMAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº210/2011, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - A adoção dos seguintes critérios para a escolha de turmas pelos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino, lotados nas unidades escolares ou centros de educação infantil, fica assim constituído:

- a) Maior tempo de lotação na unidade escolar;
- b) Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;
- c) Maior habilitação na área de atuação;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
- e) Sorteio.

Parágrafo Único - No ato da escolha das turmas, o professor readaptado e o professor que estiver gozando de licença sem vencimento não terão direito de escolha.

Art. 2º - A escolha deverá ser realizada na primeira semana de dezembro do ano de 2014, sendo que a lotação somente terá validade para o ano letivo de 2015.

Art. 3º - As Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais deverão, após as escolhas, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, documento contendo o nome do professor, a vaga escolhida e a assinatura do mesmo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 4.446 de 11 de novembro de 2013.

Joaçaba (SC), 05 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 3315

PORTARIA Nº 3.315 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULECI FATIMA VOLPATO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.528 de 12 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3316

PORTARIA Nº 3.316 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELCIRA MARGARETH RODRIGUES PINTO, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.429 de 06 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3317

PORTARIA Nº 3.317 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARA HELAINE DAMASIO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.585 de 17 de março de 2014 referente ao período de 21 de fevereiro de 2011 a 21 de fevereiro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3318

PORTARIA Nº 3.318 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GLADIR SALETE CASTAGNARO MATTEVI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.680 de 24 de março de 2014 referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 24 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3319

PORTARIA Nº 3.319 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3320

PORTARIA Nº 3.320 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO, Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 05/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3321

PORTARIA Nº 3.321 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º - Nomear a servidora Sra. ANA PAULA PEREIRA como defensor dativo da Sra. LIZZIANE FLAVIA COELHO, em atendimento ao que preconiza o art. 159, § 2º da Lei Complementar n.º 76/2003.

Art.2º - Considerando que o prazo expirou em 28/10/2014 para a apresentação de defesa, com base no art. 156 § 1º.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 07 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3322

PORTARIA Nº 3.322 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIANE KLOTZ, Farmacêutica Bioquímico/Analista Clínico, das funções de Chefe do Laboratório Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3323

PORTARIA Nº 3.323 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutica Bioquímico/Analista Clínico, para exercer as funções de Chefe do Laboratório Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3324

PORTARIA Nº 3.324 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) MAISIA MOZARA DA ROSA BUTH, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através do processo n.º 136.245 de 07 de novembro de 2014, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE**RESUMO CONTRATO JHL 0086/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0086/2014

PREGÃO JHL 0042/2014

PROTOCOLO JHL 2604/2014

PROCESSO 0058/2014

Data: 06/11/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES -
QCM A SEREM INSTALADOS NAS ELEVATÓRIAS DE AGUA TRA-
TADA DE JOAÇABA/SC, DENOMINADAS EAT-102, EAT-104 E EAT-
201.

Contratado: Inovatec Serviços em Eletricidade Ltda ME.

Valor do Contrato: R\$ 20.900,00 (Vinte mil e noventa reais).


PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 06/11/2014 a 06/03/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PP42/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR
	Processo Administrativo: 58/2014 Processo de Licitação: 58/2014 Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2014
 b) Licitação Nr.: 42/2014-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 06/11/2014
 e) Data da Adjudicação: 06/11/2014 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADROS DE COMANDO A SEREM INSTALADOS NAS EATS 102, 104 E 201, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:


	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)

1	QUADRO DE COMANDO DE MOTORES MEDINDO 800MM X 600MM X 250MM. QCM COM PARTIDA ATRAVÉS DE CHAVE ESTÁTICA, PARA ACIONAR ATRAVÉS DE RAMPAS DE ACELERAÇÃO E DESACELERAÇÃO E PROTEGER MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, POTÊNCIA DE 5,5 HP APROXIMADAMENTE 11 AMPERES. A TENSÃO DE FORÇA SERÁ DE 380 VCA, TENSÃO DE COMANDO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ, LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA QCM A SER INSTALADO NA EAT 102, DISTRITO IND. JOAÇABA/SC. CHAVE ESTÁTICA DE REFERENCIA - SSW 007 - 17 AMPERES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: INOVATEC	PÇ	1,00	0,0000	6.600,00	6.600,00
2	QUADRO DE COMANDO DE MOTORES MEDINDO 800MM X 600MM X 250MM. QCM COM PARTIDA ATRAVÉS DE CHAVE ESTÁTICA, PARA ACIONAR ATRAVÉS DE RAMPAS DE ACELERAÇÃO E DESACELERAÇÃO E PROTEGER MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, POTÊNCIA DE 7,0 HP APROXIMADAMENTE 15 AMPERES. A TENSÃO DE FORÇA SERÁ DE 380 VCA, TENSÃO DE COMANDO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ, LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA QCM A SER INSTALADO NA EAT 104, LINHA BONITINHO. JOAÇABA/SC E NA EAT 201, SEDE BELÉM. HERVAL D'OESTE/SC. CHAVE ESTÁTICA DE REFERENCIA - SSW 007 - 17 AMPERES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO - Marca: INOVATEC	PÇ	2,00	0,0000	6.500,00	13.000,00

Joaçaba, 6 de Novembro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2014 - PR
	Processo Administrativo: 58/2014 Processo de Licitação: 58/2014 Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)**

3	CHAVE ESTATICA FORNECIDA COM IHM, PROJETADA PARA CONTROLE DE ACELERAÇÃO E DE DESACELERAÇÃO, CONTROLE E PROTEÇÃO NAS 3 FASES, PRÓPRIA PARA ACIONAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, ALTO RENDIMENTO, TENSÃO NOMINAL 380 VCA, FREQUÊNCIA NOMINAL DE 60 HZ, II PÓLOS (3500 RPM). ESTE COMPONENTE DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO EM 200/220 VCA - 460/575 VCA, FREQUÊNCIA 60 HZ, ELETRÔNICA COM FONTE CHAVEADA, SAÍDAS DE RELÉ, ENTRADAS DE COMANDO, BY-PASS INTERNO, PROTEÇÃO CONTRA: SOBRECARGA, FALHA NO TIRISTOR, FALHA DE REDE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA, FALHAS NO APARELHO E ROTOR BLOQUEADO, RAMPA DE TENSÃO COM IMPULSO DE ARRANQUE, DEVERÁ POSSUIR MODO DE OPERAÇÃO DE ECONOMIA DE ENERGIA E FUNÇÃO PUMP CONTROL, TEMPERATURA DE TRABALHO DE 55 GRAUS CELSIUS EM AC-3. A CHAVE ESTATICA DEVE TER A POSSIBILIDADE DE PROGRAMAR NO MÍNIMO OS SEGUINTE PARÂMETROS: AJUSTES DE CORRENTE DO MOTOR; CLASSE TÉRMICA DO MOTOR; FATOR DE SERVIÇO; CORRENTE NOMINAL DA CHAVE; TENSÃO NOMINAL DE LINHA; AUTO RESET DE ERROS E AUTO RESET DA MEMÓRIA TÉRMICA; TENSÃO INICIAL DA RAMPA DE ACELERAÇÃO; TEMPO DE RAMPA DE ACELERAÇÃO; E DESACELERAÇÃO, LIMITE DECORRENTE DE PARTIDA; SOBRE CORRENTE IMEDIATA, ALÉM DISSO, AINDA POSSIBILITAR PROGRAMAR O TEMPO DE SOBRE CORRENTE E SUB CORRENTE IMEDIATA. A CHAVE ESTATICA DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE OU NORMATIZADO PELA UL 508 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE INDUSTRIAL, A IEC 60947-4-2, EMC DIRETIVA 89/336 E EEC - AMBIENTAL INDUSTRIAL. CHAVE ESTATICA DE REFERENCIA - SSW 007/17 AMPERES. - Marca: WEG	PÇ	1,00	0,0000	1.300,00	1.300,00
---	--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 20.900,00

Total Geral: 20.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 444.843,33

Joaçaba, 6 de Novembro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 60/2014 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DA SAUDE**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 60/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 21/11/2014, às 14:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE PARA REALIZAR ORIENTAÇÃO A EQUIPE RESPONSÁVEL PARA ATUALIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS DOS PROGRAMAS DO SUS, CONFEÇÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS E ANUAL PARA O MINISTÉRIO DA SAUDE SENDO NO SAI, CNES, SIAB, BPA/MAC, AIH, APAC E ORIENTAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÃO DO SUS MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 07 Novembro 2014.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2012 FMS 5 TERMO ADITIVO**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 90/2012 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de execução de construção de Uma Unidade de Saúde Básica com área construída de 491,55m², no Bairro Coral, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Do contrato: fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias.

2.2 - A sua validade: fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2013 SEMASA 2º TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 42/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: GILSON ROBERTO PETRY - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 17.769.360/0001-55, estabelecida à Av. Primeiro de Maio n.º 178, em Lages/SC - cep: 88.590-510.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada, para Execução de Serviços de Manutenção dos Próprios da Semasa, em conformidade com Termo de Referência, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato.

De acordo com a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S):

7.18 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e Parecer jurídico favorável 433/2014, ficam acrescidos ao contrato primitivo o valor de R\$ 19.189,92 (dezenove mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos),

Lages, 09 de Maio de 2014.

José Wolnei Constante

Secretário Mun. de Águas e Saneamento

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2009 - 6º TERMO ADITIVO

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO Nº 211/2009 - 6º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.073.536/0001-64, com sede à Rua Ottokar Doerffel n.º 841 - Bairro Atiradores, Joinville/SC - CEP: 89.203-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato tem como objeto a Prestação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município de Lages, compreendendo os serviços, a saber:

1.1 Coletas, transporte e descarga, de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, no aterro sanitário do Município, localizado no Distrito de Índios, distante a aproximadamente 15 km do perímetro urbano;

1.2 Coletas, transporte, tratamento e disposição final em local devidamente licenciado de resíduos sólidos dos serviços de saúde (exceto resíduos químicos - grupo B -; resíduos radioativos - grupo C -; e resíduos pertencentes ao grupo D - resíduos equiparados aos resíduos domiciliares);

1.3 Coletas, transporte e disposição final de resíduos sólidos dos serviços de saúde, em aterro de resíduos perigosos - Classe I, (quando se tratar de resíduos químicos sólidos não tratados - grupo B).

De acordo com artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93 e fundamentado no artigo 57 § 4º, com Justificativa da Autoridade Superior, ADITA-SE o prazo previsto na:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução ficam prorrogados por mais 12 (doze) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2009 - 7º TERMO ADITIVO

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO Nº 211/2009 - 7º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.073.536/0001-64, com sede à Rua Ottokar Doerffel n.º 841 - Bairro Atiradores, Joinville/SC - CEP: 89.203-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato tem como objeto a Prestação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município de Lages, compreendendo os serviços, a saber:

Este Contrato tem como objeto a Prestação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município de Lages, compreendendo os serviços, a saber:

1.1 Coleta, transporte e descarga, de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, no aterro sanitário do Município, localizado no Distrito de Índios, distante a aproximadamente 15 km do perímetro urbano;

1.2 Coleta, transporte, tratamento e disposição final em local devidamente licenciado de resíduos sólidos dos serviços de saúde (exceto resíduos químicos - grupo B -; resíduos radioativos - grupo C -; e resíduos pertencentes ao grupo D - resíduos equiparados

aos resíduos domiciliares);

1.3 Coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos dos serviços de saúde, em aterro de resíduos perigosos - Classe I, (quando se tratar de resíduos químicos sólidos não tratados - grupo B).

2.1- DO REAJUSTE

2.1 Reajustar os valores pactuados, correspondente ao período de abril/2013 à abril/2014, empregando o índice do IGP-M acumulado desse período, tendo presente o mês da data da abertura da proposta, a vigir, em decorrência, a partir do dia 01/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 20 de Agosto de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014 PML 1º TERMO ADITIVO

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0153/2014 PML- 1ºTERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.255.187/0001-08 com sede a Rua: General Osório, nº 311, sala 604, Edifício Diplomata, Centro, CEP 89.120-000, Timbó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de LinkDedicados de Internet e interligação de Pontos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

Conforme Parecer Jurídico favorável, e solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Processamento de Dados - CPD, ADITA-SE o presente Contrato em 4,86%, para instalação de cabeamento de fibra ótica para internet nas Instalações ao Centro POP e Acolhimento POP, pelo valor de R\$ 328,60 mensal, totalizando o valor mensal para R\$ 7.078,60 (sete mil, setenta e oito reais e sessenta centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de Agosto de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 043/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: GILSON ROBERTO PETRY ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.769.360/0001-55, com sede Rua Cel Córdova 458 - Ed Ezteca Sala 610 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços de Manutenção dos Próprios para Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA, em conformidade com as especificações prescritas em CD e no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução dos Serviços Solicitados, 12(doze) meses a contar da data da assinatura da ordem de serviços;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.394.938,96 (hum milhão, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos).

Lages, 23 de Setembro de 2014.

CC 07-2014 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 07/2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Construção do Centro de Iniciação ao Esporte - CIE.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 10/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 3.502.095,19

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 45-2014 SMS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 45/2014 SMS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

LEIA-SE,

13.5 O prazo de validade das condições propostas deverá ser de no MÍNIMO 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de apresentação.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 07 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 81-2014 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 81/2014 PML

Objeto: Confecção de (Arte Final) Folders, Cartilhas, Faixas, Banners e Tripés para Banners para Concretização do projeto de Justiça Comunitária de Lages.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 21/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 5.960,86

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 82 E 83-2014 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 82/2014 PML

Objeto: Locação de Equipamentos de Projeção de Imagens para Grandes Formatos (Projeção Mapeada - MAPPING 3D), para o Natal da Felicidade 2014.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 20/11/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$152.183,30

Modalidade: PP 83/2014 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal da Felicidade 2014.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 20/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$253.250,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/PMLM**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/PMLM

PROCESSO Nº117/PMLM

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller , com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a participar do Pregão Presencial 117/2014 que em sua publicação oficial:

Onde lê-se: "...Ar Condicionado Split de 9.000 Btus ... Ar Condicionado Split de 12.000 Btus"

Leia-se: "...Ar Condicionado Split de 9.000 Btus quente e frio ... Ar Condicionado Split de 12.000 Btus quente e frio..."

Lauro Müller, 7 de novembro de 2014.

ALAN JUNG CROCETA

Pregoeiro

DECRETO Nº 149/2014

DECRETO Nº 149/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde

DOTAÇÃO 10

3.3.71.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde

DOTAÇÃO 11

3.3.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

Lebon Régis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64\2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03\2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64\2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03\2014

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, sob a forma de execução indireta e empreitada por preço global, visando a contratação de empresa para execução das obras de construção do campo de Futebol Suíço no Bairro Núcleo Rio Doce, localizado no Município de Lebon Régis/SC atendendo ao convênio nº 003221/2014 através da SDR Processo nº SDR1000001120/2014, conforme projeto básico e demais anexos do Edital, disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 08h30min do dia 26 de novembro de 2014. A sessão de abertura será no mesmo dia às 08h40min. Cadastramento conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 07 de Novembro de 2014.
Mairon Leonam Ribeiro
Presidente.

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2014 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2014 - PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014 - PMLL, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 046/2014.

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI

CNPJ: 00.147.109/0001-56

RUA FARROUPILHA, Nº 35, BAIRRO: BARREIROS, CEP: 88.117-902, SÃO JOSÉ/SC

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

AVENIDA 24 DE OUTUBRO, SN, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.680-000, BOM RETIRO/SC

ELMO PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 03.999.762/0001-31

RUA PREFEITO JOSÉ KEHRIG, Nº 5501, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.140-000 SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP

CNPJ: 09.008.570/0001-00

RUA IRMGARD CARL, Nº 225, BAIRRO: ASILO, CEP: 89.037-555, BLUMENAU/SC

CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, Nº 730, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME

CNPJ: 12.903.455/0001-04

RUA MARFIM, Nº 261, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.131-520, PALHOÇA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 046/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Preço Total	Empresa Vencedora
01	CX	10	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, corpo redondo, revestida com borracha macia no local de apoio dos dedos, similar super grip, escrita 1,0mm. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade.	PEN	44,00	440,00	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
02	UN	30	Caneta fluorescente, marca texto amarelo, com ponta de poliéster, traços de até 4mm, com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos.	JOCAR	0,55	16,50	DIAL DEPART. EIRELI EPP
03	UN	20	Corretivo líquido a base de água, sem odor, não tóxico, secagem rápida, não prejudicial ao meio ambiente. Frasco com 20ml.	BIC	2,00	40,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
04	UN	1500	Envelope papel 11x23cm (com variação máxima de 1cm), branco ofício.	SCRITY	0,06	90,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
05	UN	1500	Envelope papel 22x16cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	SCRITY	0,08	120,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
06	UN	1000	Envelope papel 34x24cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	SCRITY	0,13	130,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
07	UN	10	Extrator de grampo inox, tipo espátula, comprimento 15cm, acondicionado em caixa.	JOCAR	0,50	5,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
08	UN	10	Grampeador grande base mínima de 14cm, mínimo para 25 folhas. Modelo referência: C15.	MAKE +	7,25	72,50	JLM DISTR. BR LTDA ME
09	UN	05	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado grande, com 96 folhas.	SLIM	12,00	60,00	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
10	UN	15	Livro Ata ofício, com 50 folhas numeradas, com capa dura, resistente e preta, com visor de identificação na capa da frente.	TILIBRA	3,00	45,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
11	UN	20	Pincel para quadro branco recarregável, ponta de acrílico, refil de 5,5ml – 05 preto, 05 vermelho, 05 verde e 05 azul.	GXIM	2,99	59,80	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
12	TB	02	CD–RW 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	ELGIN	87,75	175,50	ELMO PAPELARIA LTDA ME
13	TB	02	CD-R 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	ELGIN	24,57	49,14	ELMO PAPELARIA LTDA ME
14	RESMA	1500	Papel A4, tamanho 210x297mm, com gramatura 75gr, ISO 9001 e ISSO 14001. Certificação do INMETRO.	ONE	11,00	16.500,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
15	UN	40	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 2cm de lombada.	ALAPLAST	1,43	57,20	DIAL DEPART. EIRELI EPP
16	UN	20	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 4cm de lombada.	ALAPLAST	1,59	31,80	DIAL DEPART. EIRELI EPP
17	UN	60	Pasta AZ, cor preta, lombo largo, 8cm de lombada, compressor niquelado, visor plástico na lombada, proteção de alumínio na base inferior.	FRAMA	4,66	279,60	ELMO PAPELARIA LTDA ME
18	UN	20	Régua em acrílico rígido, transparente, espessura mínima de 3mm, comprimento 30cm.	WALEU	0,54	10,80	JLM DISTR. BR LTDA ME
19	UN	10	Tesoura ponta fina, material aço inoxidável, ponta arredondada, tamanho mínimo 13,5cm, cor preta, com certificação do INMETRO.	JOCAR	0,74	7,40	CELIA REGINA W. SANI ME
20	ROLO	05	PAPEL CONTACT, laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo com 45x25mts, gramatura 60grs.	INFORNS	24,98	124,90	ELMO PAPELARIA LTDA ME

21	UN	20	Fita para Impressora matricial compatível MX-80, fita LX-300, para formulário contínuo. Caixa lacrada com validade de 02 anos após a entrega.	MASTER	3,65	73,00	ELMO PAPELARIA LTDA ME
22	UN	20	DVD virgem 4.7GB/2h/52x, acondicionado em embalagem lacrada pelo fabricante.	ELGIN	0,68	13,60	DIAL DEPART. EIRELI EPP
23	UN	10	Apagador para quadro branco com estojo duplo para canetas, corpo plástico e feltro, design ergonômico e de fácil manuseio, cor fumê ou azul, tamanho aproximado de 18cm de comprimento por 6,5cm de largura.	RADEX	2,70	27,00	ELMO PAPELARIA LTDA ME
24	UN	05	Estilete largo de corpo, totalmente de metal, lâmina de 18cm.	BRW	3,70	18,50	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
25	PCT	20	Capa de processo preta, ofício, material de PVC, pacote com 50 unidades.	USA	8,94	178,80	ELMO PAPELARIA LTDA ME
26	PCT	20	Capa de processo transparente, cristal, ofício, material PVC, pacote com 50 unidades.	USA	13,01	260,20	ELMO PAPELARIA LTDA ME
27	CX	10	Etiqueta adesiva A4, cor branca, folha com 20 etiquetas, caixa com 25 folhas.	INFORNS	6,21	62,10	ELMO PAPELARIA LTDA ME
28	UN	10	Livro Ata ofício, com 200 folhas numeradas, capa preta com visor de identificação na capa da frente.	TILIBRA	12,00	120,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
29	UN	05	Porta lápis/clips/cartão, cristal, tubos redondos.	WALEU	5,04	25,20	DIAL DEPART. EIRELI EPP
30	CX	10	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	BRW	0,47	4,70	ELMO PAPELARIA LTDA ME
31	CX	10	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	BRW	2,97	29,70	ELMO PAPELARIA LTDA ME
32	UN	05	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte de base metal, com arrebites de alumínio.	WALEU	29,22	146,10	CELIA REGINA W. SANI ME
33	RL	10	Fita adesiva transparente medindo 12x65mts.	FLAX	0,73	7,30	ELMO PAPELARIA LTDA ME
34	RL	10	Fita adesiva transparente medindo 72x48mts, super larga.	T. TAPE	3,30	33,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
35	UN	10	Cola bastão 40 gramas, não tóxico, composição: água, álcool polivinílico, ácido estérico, hidróxido de sódio e ácido.	LEONORA	1,09	10,90	DIAL DEPART. EIRELI EPP
36	UN	10	Perfurador de papel metálico, com 02 furos para 50 folhas, tamanho médio, com mageador plástico.	MAKE	38,90	389,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
37	UN	10	Pendrive 8GB.	SANDISK	12,88	128,80	DIAL DEPART. EIRELI EPP
38	UN	10	Cartucho para impressora HP DESKJET F4480, Colorido 60, não remanufaturado, chip novo.	D&A	43,00	430,00	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
39	UN	10	Cartucho para impressora HP DESKJET F4480, Preto 60, não remanufaturado, chip novo.	D&A	29,40	294,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
40	UN	100	Pasta suspensa marmorizada, plastificada, com arame de metal e haste de suporte plástico, matéria prima papel marmorizado plastificado, gramatura mínima 336gr.	COLOR PRESS	1,25	125,00	JLM DISTR. BR LTDA ME
41	UN	05	Prancheta ofício em acrílico com prendedor de aço inox.	WALEU	5,80	29,00	CELIA REGINA W. SANI ME
42	CX	50	Grampo trilho de metal, com 50 grampos galvanizados.	JOCAR	4,28	214,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
43	CX	10	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	WIREPLAST	4,46	44,60	ELMO PAPELARIA LTDA ME
44	CX	10	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	WIREPLAST	4,46	44,60	ELMO PAPELARIA LTDA ME
45	CX	05	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	WIREPLAST	4,46	22,30	ELMO PAPELARIA LTDA ME
46	CX	02	Bobina para fax 216mmx30m, com lacre de segurança, caixa com 12 unidades.	TREVO	42,00	84,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
47	CX	10	Formulário contínuo 02 vias, 80 colunas, caixa com 3000 folhas.	REGISPEL	99,99	999,90	CELIA REGINA W. SANI ME

48	CX	10	Formulário contínuo folha simples tipo razão 01 via, caixa com 6000 folhas.	MAXPRINT	68,00	680,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
49	UN	20	Livro de protocolo 104 folhas, meio ofício.	SD	4,50	90,00	ELMO PAPELARIA LTDA ME
50	CX	20	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades galvanizados.	BRW	1,75	35,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
51	UN	10	Apontador metálico com depósito 7ml, na cor verde, fabricação com metal de alta resistência, lâmina de aço com parafuso para prender a lâmina, corpo de plástico não reciclado, com gravação da marca no corpo do produto.	MAKE +	0,75	7,50	JLM DISTR. BR LTDA ME
52	CX	02	Cola branca líquida 40grs, lavável e não tóxica, composição: resina vinílica, tenso ativos, plastificantes e conservantes, (CRQ do responsável), validade mínima de 24 meses após a entrega, com 12 unidades.	PIRATININGA	5,40	10,80	JLM DISTR. BR LTDA ME
53	CX	01	Borracha branca macia nº 40, composição: borracha natural e estireno butadieno, caixa com 40 unidades.	ZAP	4,65	4,65	ELMO PAPELARIA LTDA ME
54	CX	05	Lápis preto HB Nº 2, hexagonal, composição: lápis, grafite, madeira e carga inerte, certificação do INMETRO, caixa com 72 unidades.	JOCAR	8,99	44,95	CELIA REGINA W. SANI ME
55	UN	05	Tinta para carimbo de cor preta, 42ml.	JAPAN	1,35	6,75	JLM DISTR. BR LTDA ME
56	UN	05	Almofada para carimbo, azul, nº 3, com tampa de metal, medida: 6.7x11.0cm.	JAPAN	1,84	9,20	JLM DISTR. BR LTDA ME
57	UN	03	Perfurador de papel, com capacidade para furar 70 folhas, com régua de escala de metal, cor preta, garantia de 05 anos.	FOSKA	40,00	120,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
58	CX	10	Grampo para grampeador 23/13, caixas com 5.000 unidades.	BRW	8,68	86,80	ELMO PAPELARIA LTDA ME
59	UN	05	Quadro de alumínio branco, tamanho 70x100, bordas arredondadas e base de alumínio.	BELART	85,90	429,50	DIAL DEPART. EIRELI EPP
60	UN	05	Quadro de alumínio branco, tamanho 0.90x140, bordas arredondadas e base de alumínio.	BELART	123,00	615,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
61	CX	150	Caixa para arquivo morto de papelão 450gr, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm, papelão não reciclado.	DIAL	1,02	153,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
62	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 0,7mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	USA	4,35	43,50	ELMO PAPELARIA LTDA ME
63	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 12mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	USA	8,00	80,00	ELMO PAPELARIA LTDA ME
64	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 23mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	MARES	10,66	106,60	CELIA REGINA W. SANI ME
65	UN	10	Calculadora grande de mesa, com 12 dígitos e visor grande, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, grand total, margem bruta(gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 17,5x12,5cm. Garantia mínima de 06 meses.	LEONORA	7,00	70,00	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
66	UN	10	Livro ponto ofício, com 100 folhas numeradas, com capa dura.	TAMOIIO	6,48	64,80	CELIA REGINA W. SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficará ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da SACF

05.02.08.243.0008 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do CRAS

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Gestão do IGD PFF/SUAS

05.03.08.244.0008 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0062 - Proteção Social Básica - PSB/CRAS

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de setembro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JLM DISTR. BR LTDA ME ELMO PAPELARIA LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

DIAL DEPART. EIRELI EPP LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

AQUINPEL SUPR. PARA ESCR. INF. E PAPEL. EIRELI CELIA REGINA W. SANI ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014 - FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2014.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que acompanha este edital.

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI

CNPJ: 00.147.109/0001-56

RUA FARROUPILHA, Nº 35, BAIRRO: BARREIROS, CEP: 88.117-902, SÃO JOSÉ/SC

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

AVENIDA 24 DE OUTUBRO, SN, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.680-000, BOM RETIRO/SC

ELMO PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 03.999.762/0001-31

RUA PREFEITO JOSÉ KEHRIG, Nº 5501, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.140-000 SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP

CNPJ: 09.008.570/0001-00

RUA IRMGARD CARL, Nº 225, BAIRRO: ASILO, CEP: 89.037-555, BLUMENAU/SC

CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, Nº 730, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME

CNPJ: 12.903.455/0001-04

RUA MARFIM, Nº 261, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.131-520, PALHOÇA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição do Material	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Marca	Empresa Vencedora
1	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, corpo redondo, revestida com borracha macia no local de apoio dos dedos, similar super grip, escrita 1,0mm. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade.	CX	10	45,00	450,00	PEN	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
2	Caneta fluorescente, marca texto amarelo, com ponta de poliéster, traços de até 4mm, com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos.	UN	30	0,55	16,50	JOCAR	DIAL DEPART. EIRELI EPP
3	Corretivo líquido a base de água, sem odor, não tóxico, secagem rápida, não prejudicial ao meio ambiente. Frasco com 20ml.	UN	20	2,00	40,00	BIC	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA

4	Envelope papel 11x23cm (com variação máxima de 1cm), branco ofício.	UN	1500	0,06	90,00	SCRITY	DIAL DEPART. EIRELI EPP
5	Envelope papel 22x16cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	UN	1500	0,08	120,00	SCRITY	DIAL DEPART. EIRELI EPP
6	Envelope papel 34x24cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	UN	1000	0,13	130,00	SCRITY	DIAL DEPART. EIRELI EPP
7	Extrator de grampo inox, tipo espátula, comprimento 15cm, acondicionado em caixa.	UN	10	0,50	5,00	JOCAR	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
8	Grampeador grande base mínima de 14cm, mínimo para 25 folhas. Modelo referência: C15.	UN	10	7,25	72,50	MAKE +	JLM DISTR. BR LTDA ME
9	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado grande, com 96 folhas.	UN	05	12,00	60,00	SLIM	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
10	Livro Ata ofício, com 50 folhas numeradas, com capa dura, resistente e preta, com visor de identificação na capa da frente.	UN	15	3,00	45,00	TILIBRA	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
11	Pincel para quadro branco recarregável, ponta de acrílico, refil de 5,5ml – 05 preto, 05 vermelho, 05 verde e 05 azul.	UN	20	2,99	59,80	PILOT	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
12	CD–RW 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	87,75	175,50	ELGIN	ELMO PAPELARIA LTDA ME
13	CD-R 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	24,57	49,14	ELGIN	ELMO PAPELARIA LTDA ME
14	Papel A4, tamanho 210x297mm, com gramatura 75gr, ISO 9001 e ISSO 14001. Certificação do INMETRO.	RESMA	1500	11,00	16.500,00	ONE	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
15	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 2cm de lombada.	UN	40	1,43	57,20	ALAPLAST	DIAL DEPART. EIRELI EPP
16	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 4cm de lombada.	UN	20	1,59	31,80	ALAPLAST	DIAL DEPART. EIRELI EPP
17	Pasta AZ, cor preta, lombo largo, 8cm de lombada, compressor niquelado, visor plástico na lombada, proteção de alumínio na base inferior.	UN	60	4,66	279,60	FRAMA	ELMO PAPELARIA LTDA ME
18	Régua em acrílico rígido, transparente, espessura mínima de 3mm, comprimento 30cm.	UN	20	0,54	10,80	WALEU	JLM DISTR. BR LTDA ME
19	Tesoura ponta fina, material aço inoxidável, ponta arredondada, tamanho mínimo 13,5cm, cor preta, com certificação do INMETRO.	UN	10	0,74	7,40	JOCAR	CELIA REGINA W. SANI ME
20	PAPEL CONTACT, laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo com 45x25mts, gramatura 60grs.	ROLO	05	24,98	124,90	INFORNS	ELMO PAPELARIA LTDA ME
21	Fita para Impressora matricial compatível MX-80, fita LX-300, para formulário contínuo. Caixa lacrada com validade de 02 anos após a entrega.	UN	20	3,65	73,00	MASTER	ELMO PAPELARIA LTDA ME
22	DVD virgem 4.7GB/2h/52x, acondicionado em embalagem lacrada pelo fabricante.	UN	20	0,68	13,60	ELGIN	DIAL DEPART. EIRELI EPP
23	Apagador para quadro branco com estojo duplo para canetas, corpo plástico e feltro, design ergonômico e de fácil manuseio, cor fumê ou azul, tamanho aproximado de 18cm de comprimento por 6,5cm de largura.	UN	10	2,70	27,00	RADEX	ELMO PAPELARIA LTDA ME
24	Estilete largo de corpo, totalmente de metal, lâmina de 18cm.	UN	05	3,75	18,75	BRW	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
25	Capa de processo preta, ofício, material de PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	8,94	178,80	USA	ELMO PAPELARIA LTDA ME
26	Capa de processo transparente, cristal, ofício, material PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	13,01	260,20	USA	ELMO PAPELARIA LTDA ME
27	Etiqueta adesiva A4, cor branca, folha com 20 etiquetas, caixa com 25 folhas.	CX	10	6,21	62,10	INFORNS	ELMO PAPELARIA LTDA ME
28	Livro Ata ofício, com 200 folhas numeradas, capa preta com visor de identificação na capa da frente.	UN	10	12,00	120,00	TILIBRA	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA

29	Porta lápis/clips/cartão, cristal, tubos redondos.	UN	05	5,04	25,20	WALEU	DIAL DEPART. EIRELI EPP
30	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	0,47	4,70	BRW	ELMO PAPELARIA LTDA ME
31	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	2,97	29,70	BRW	ELMO PAPELARIA LTDA ME
32	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte de base metal, com arrebites de alumínio.	UN	05	29,22	146,10	STALO	CELIA REGINA W. SANI ME
33	Fita adesiva transparente medindo 12x65mts.	RL	10	0,73	7,30	FLAX	ELMO PAPELARIA LTDA ME
34	Fita adesiva transparente medindo 72x48mts, super larga.	RL	10	3,30	33,00	T. TAPE	DIAL DEPART. EIRELI EPP
35	Cola bastão 40 gramas, não tóxico, composição: água, álcool polivinílico, ácido estérico, hidróxido de sódio e ácido.	UN	10	1,09	10,90	LEONORA	DIAL DEPART. EIRELI EPP
36	Perfurador de papel metálico, com 02 furos para 50 folhas, tamanho médio, com mageador plástico.	UN	10	38,90	389,00	MAKE	DIAL DEPART. EIRELI EPP
37	Pendrive 8GB.	UN	10	12,88	128,80	SANDISK	DIAL DEPART. EIRELI EPP
38	Cartucho para impressora HP DESKJET F4480, Colorido 60, não remanufaturado, chip novo.	UN	10	43,00	430,00	D&A	LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
39	Cartucho para impressora HP DESKJET F4480, Preto 60, não remanufaturado, chip novo.	UN	10	29,40	294,00	D&A	DIAL DEPART. EIRELI EPP
40	Pasta suspensa marmorizada, plastificada, com arame de metal e haste de suporte plástico, matéria prima papel marmorizado plastificado, gramatura mínima 336gr.	UN	100	1,25	125,00	COLOR PRESS	JLM DISTR. BR LTDA ME
41	Prancheta ofício em acrílico com prendedor de aço inox.	UN	05	5,80	29,00	WALEU	CELIA REGINA W. SANI ME
42	Grampo trilho de metal, com 50 grampos galvanizados.	CX	50	4,28	214,00	JOCAR	DIAL DEPART. EIRELI EPP
43	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	CX	10	4,46	44,60	WIREPLAST	ELMO PAPELARIA LTDA ME
44	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	CX	10	4,46	44,60	WIREPLAST	ELMO PAPELARIA LTDA ME
45	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	CX	05	4,46	22,30	WIREPLAST	ELMO PAPELARIA LTDA ME
46	Bobina para fax 216mmx30m, com lacre de segurança, caixa com 12 unidades.	CX	02	42,00	84,00	TREVO	DIAL DEPART. EIRELI EPP
47	Formulário contínuo 02 vias, 80 colunas, caixa com 3000 folhas.	CX	10	99,99	999,90	REGISPEL	CELIA REGINA W. SANI ME
48	Formulário contínuo folha simples tipo razão 01 via, caixa com 6000 folhas.	CX	10	68,00	680,00	MAXPRINT	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
49	Livro de protocolo 104 folhas, meio ofício.	UN	20	4,50	90,00	SD	ELMO PAPELARIA LTDA ME
50	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades galvanizados.	CX	20	1,75	35,00	BRW	DIAL DEPART. EIRELI EPP
51	Apontador metálico com depósito 7ml, na cor verde, fabricação com metal de alta resistência, lâmina de aço com parafuso para prender a lâmina, corpo de plástico não reciclado, com gravação da marca no corpo do produto.	UN	10	0,75	7,50	MAKE +	JLM DISTR. BR LTDA ME
52	Cola branca líquida 40grs, lavável e não tóxica, composição: resina vinílica, tenso ativos, plastificantes e conservantes, (CRQ do responsável), validade mínima de 24 meses após a entrega, com 12 unidades.	CX	02	5,40	10,80	PIRATININGA	JLM DISTR. BR LTDA ME
53	Borracha branca macia nº 40, composição: borracha natural e estireno butadieno, caixa com 40 unidades.	CX	01	4,65	4,65	ZAP	ELMO PAPELARIA LTDA ME

54	Lápis preto HB Nº 2, hexagonal, composição: lápis, grafite, madeira e carga inerte, certificação do INMETRO, caixa com 72 unidades.	CX	05	8,99	44,95	JOCAR	CELIA REGINA W. SANI ME
55	Tinta para carimbo de cor preta, 42ml.	UN	05	1,35	6,75	JAPAN	JLM DISTR. BR LTDA ME
56	Almofada para carimbo, azul, nº 3, com tampa de metal, medida: 6.7x11.0cm.	UN	05	1,84	9,20	JAPAN	JLM DISTR. BR LTDA ME
57	Perfurador de papel, com capacidade para furar 70 folhas, com régua de escala de metal, cor preta, garantia de 05 anos.	UN	03	40,00	120,00	FOSKA	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
58	Grampo para grampeador 23/13, caixas com 5.000 unidades.	CX	10	8,68	86,80	BRW	ELMO PAPELARIA LTDA ME
59	Quadro de alumínio branco, tamanho 70x100, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	85,90	429,50	BELART	DIAL DEPART. EIRELI EPP
60	Quadro de alumínio branco, tamanho 0.90x140, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	123,00	615,00	BELART	DIAL DEPART. EIRELI EPP
61	Caixa para arquivo morto de papelão 450gr, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm, papelão não reciclado.	CX	150	1,02	153,00	DIAL	DIAL DEPART. EIRELI EPP
62	Espiral para encadernação, preto, 0,7mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	4,35	43,50	USA	ELMO PAPELARIA LTDA ME
63	Espiral para encadernação, preto, 12mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	8,00	80,00	USA	ELMO PAPELARIA LTDA ME
64	Espiral para encadernação, preto, 23mm, não reciclado pacote com 100 unidades.	PCT	10	10,66	106,60	MARES	CELIA REGINA W. SANI ME
65	Calculadora grande de mesa, com 12 dígitos e visor grande, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, gran total, margem bruta(gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 17,5x12,5cm. Garantia mínima de 06 meses.	UND	10	7,00	70,00	LEONORA	AQUINPEL SUPR. PARA ESCRIT. INFOR. LTDA
66	Livro ponto ofício, com 100 folhas numeradas, com capa dura.	UND	10	6,48	64,80	TAMOIIO	CELIA REGINA W. SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas

na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de

licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e

horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.047 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.08 - PAB Fixo - Atenção Básica

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de setembro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JLM DISTR. BR LTDA ME ELMO PAPELARIA LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP LICITAMIX MAT. DE ESCR. LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

AQUINPEL SUPR. PARA ESCR. INF. E PAPEL. EIRELI CELIA REGINA W. SANI ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014 - ALTERAÇÃO N.º 001/2014

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO - EDITAL Nº 001/2014
ALTERAÇÃO N.º 001

O Município de Leoberto Leal, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Tatiane Dutra Alves da Cunha,
RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o campo "observações" no capítulo I - Das vagas, habilitações, carga horária e remuneração, constante no Edital de Processo Seletivo n.º 001/2014, da seguinte forma:

Aonde se lê:

03) Remuneração para carga horária de 20 horas/semanais:

PROFESSOR	VENCIMENTO	ABONO	TOTAL
NÍVEL II	R\$ 844,56	R\$ 167,07	R\$ 1.011,63
LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 488,35	R\$ 167,07	R\$ 655,42
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	R\$ 1.306,83	R\$ 164,79	R\$ 1.471,62
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 528,75	R\$ 329,58	R\$ 858,33

04) Observação: O professor tem direito ao abono somente em 20 horas.

05) O professor substituto estará lotado na Secretaria Municipal de Educação, para substituir professor(a) de qualquer unidade escolar municipal em suas faltas com atestado médico, licenças ou

impedimentos justificados com antecedência de ir trabalhar e nos demais momentos irá auxiliar nos serviços da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas/semanais.

Leia-se:

03) Remuneração para carga horária de 20 horas/semanais:

CARGO	VENCIMENTO	ABONO	TOTAL
PROFESSOR NÍVEL II	R\$ 844,56	R\$ 167,07	R\$ 1.011,63
PROFESSOR LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 488,35	R\$ 167,07	R\$ 655,42

04) Remuneração para carga horária de 40 horas/semanais:

CARGO	VENCIMENTO	ABONO	TOTAL
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA NÍVEL II	R\$ 1.697,39	R\$ 167,07	R\$ 1.864,46
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 1.697,39	R\$ 167,07	R\$ 1.864,46
PROFESSOR SUBSTITUTO NÍVEL II	R\$ 1.697,39	R\$ 167,07	R\$ 1.864,46
PROFESSOR SUBSTITUTO LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 1.697,39	R\$ 167,07	R\$ 1.864,46
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	R\$ 1.306,83	R\$ 164,79	R\$ 1.471,62
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 528,75	R\$ 329,58	R\$ 858,33

05) Observação: O professor tem direito ao abono somente em 20 horas.

06) O professor substituto estará lotado na Secretaria Municipal de Educação, para substituir professor(a) de qualquer unidade escolar municipal em suas faltas com atestado médico, licenças ou impedimentos justificados com antecedência de ir trabalhar e nos demais momentos irá auxiliar nos serviços da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas/semanais.

Art. 2º DETERMINAR que se procedam as respectivas alterações no corpo do Edital de Processo Seletivo n.º 001/2014.

Art. 3º Os demais termos do Edital de Processo Seletivo n.º 001/2014, permanecem inalterados.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal (SC), 07 de novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 015/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 21 de novembro de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 07/11/2014. VITOR NORBERTO ALVES - Secretário Municipal da Saúde.

DECRETO N.º 107/2014

DECRETO Nº 107, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CAUSA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 1.005 de 03 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	31.423,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	31.423,00
Função	12	Educação	31.423,00
Sub-Função	362	Ensino Médio	31.423,00
Programa	0004	Educação é Tudo	31.423,00
Projeto/Atividade	2.010	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	31.423,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	31.423,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	31.423,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	31.423,00
Fonte de Recurso	0.1.0022	Transferências de Convênios - Educação	31.423,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			31.423,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na seguinte fonte e respectivo valor.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Transferências de Convênios - Educação	0.1.0022	31.423,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		31.423,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de Novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.630/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.630/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014
NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - CMT, EM CONFORMIDADE COM O ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 234, DE 21 DE MAIO DE 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município e Lei Complementar Municipal nº 234, de 21 de maio de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Trânsito - CMT, de acordo com o art. 20 da Lei Complementar nº 234, de 21 de maio de 2014, com os seguintes membros:

I - Presidente: Loiri Rech (Autoridade Municipal de Trânsito).

II - Membro: Nelso Colossi (representante da Câmara de Vereadores).

III - Membro: Sd. PM Jucemar Parizotto (representante da Polícia Militar).

IV - Membro: Clodoaldo Jean Andreis (representante da Polícia Civil).

V - Membro: Marcos Luiz Bieseck (representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, de Lindóia do Sul).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 28 de Outubro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.631/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.631/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelo § 6º do Artigo 22 da Lei Complementar nº 050/2003, Artigo 19 da Lei Complementar nº 178/2011 e Artigo 26 da Lei Complementar nº 179/2011 e Decreto nº 1.892 de 06 de Novembro de 2.009:

DECRETA

Art. 1º - Fica designada Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, para ingresso ao cargo de provimento efetivo referente o Concurso Público nº 01/2010, 01/2011 e 01/2013, e Avaliação de Desempenho dos demais servidores composta pelos seguintes membros:

- I - Chefe imediato do servidor avaliado;
- II - Sandra Regina Zuanazzi, servidora efetiva no cargo de Analista Administrativo, responsável pelo Recursos Humanos;
- III - Janaina Dalla Vecchia, servidora efetiva no cargo de Farmacêutica;
- IV - Geneci Dellai Mingotti, servidora efetiva no cargo de Contadora;
- V - Jarbas Mendes, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas II;
- VI - Maristela Oldoni, servidora efetiva no cargo de Professora;
- VII - Judite Bruniera, servidora efetiva no cargo de Professora.
- VIII - Elisangela Balbino Vicente, servidora efetiva no cargo de Gestor Escolar.

Art. 2º A avaliação do desempenho do cargo para fins de progressão, será realizada com base nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 e serão efetuadas até o dia 20 de Novembro de 2014 e as avaliações do estágio probatório, será referente ao exercício de 2013 e 2014 e serão efetuadas até o dia 30 de novembro de 2011, e dada procedência conforme preceitua o artigo 22 da Lei Complementar nº 050/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em 03 de Novembro de 2014.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.241/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.241/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA A CONCEDER CESTA NATALINA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder cesta natalina aos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 60,00 (sessenta reais), para cada cesta natalina.

§ 2º Não terão direito ao recebimento dos itens no caput do presente artigo os agentes políticos.

§ 3º O servidor público que acumula cargos e/ou receba remunerações acumuladas terá direito a apenas uma cesta natalina

§ 4º Os servidores públicos efetivos investidos em cargo em comissão terão direito aos itens no caput do presente artigo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrá por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 05 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.242/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.242/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA O MUNICÍPIO A CELEBRAR TERMO DE CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DA COPA E COZINHA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Uso da copa e cozinha do Ginásio Municipal de Esportes, com vencedor de certame licitatório, para fins de exploração de respectivo espaço público e atendimento das finalidades do mesmo.

Parágrafo único. A exploração autorizada no caput deste artigo será onerosa, cabendo ao licitante vencedor pagar o preço ofertado no processo licitatório, atendidas as demais exigências legais.

Art. 2º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, o atendimento do disposto no art. 116 da Lei nº 8.666/1993..

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 05 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

RESOLUÇÃO 1/2014 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO 1/2014 de 4 de novembro de 2014

Altera a Resolução nº 01/2012, de 19/12/12

O Conselho Municipal de Educação de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 40 de 2000.

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o art. 14, 30 e 31 da Resolução nº 01/2012, de 19/12/12 do Conselho Municipal de Educação:

Art. 14 - O docente para atuar na educação infantil e Ensino Fundamental, será formado em curso de nível superior de Pedagogia, Educação Infantil e Licenciatura de Graduação Plena, exceto em contratação temporária para atender a necessidade excepcional da Administração Pública, na forma da Lei Complementar Municipal nº 226, de 16 de dezembro de 2013, onde poderá ser admitido pessoal que estejam cursando graduação, na forma prevista no Edital do processo seletivo ou no ato de contratação.

Art. 30. Conforme definido nos acordos que tratavam a Década da Educação até dezembro de 2007, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento de serviço para atuarem nas instituições de educação infantil e ensino fundamental públicas e privadas, com a exceção prevista no art. 14 desta Resolução.

Art. 31. Todos os integrantes do Sistema devem admitir professores habilitados em nível superior para atuarem nas instituições de educação infantil e ensino fundamental pública e privada, conforme o previsto no Plano Nacional de Educação, com a exceção prevista no art. 14 desta Resolução.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogado o parágrafo único do artigo 31.

Lindóia do Sul, 04 de outubro de 2014

Conselheiros:

Presidente do CME: Leni Rossini Weber _____

Vice-presidente: Giane Palhano Toldo _____

Secretária: Jane Aparecida Klein Grasel _____

Conselheira: Salete Benelli _____

Conselheira: Salete Dal Bello _____

Conselheiro: Katiu Sabadin Balbinot _____

Conselheira: Carmen Ana Balen Meneghini _____

Conselheira : Maristela Oldoni _____

Conselheira: Driane Muraro _____

Luzerna**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 126/2014 - PP 075/2014- FILMAGEM - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 126/2014 - PML

Pregão Presencial nº 075/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 126/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresas especializada para prestação de serviços de filmagem e cobertura de vídeo, destinados aos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora - Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ZERO PRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME

- Valor total: R\$ 61.000,00

Luzerna (SC), 07 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATO PML Nº 165.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 165/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados por:

1-ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.591.924/0001-59, com endereço na Rua Luiz Specht, 299, Bairro Vila Pedrini, em Joaçaba/SC, representada por seu Presidente ACYR DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº 2.144.922 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 645.948.409-06, residente e domiciliado na Rua João André Dadalt, Centro, Erval Velho (SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 124/2014, Pregão Presencial nº 074/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para

eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e em observância as normas constantes no Anexo I do Edital, e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Serviços especializados de arbitragem para o Campeonato de Handebol: - 02 árbitros e 01 apontador; - Modalidade: Handebol Masculino e Handebol Feminino.	UN	50	60,00	3.000,00
02	Serviços especializados de arbitragem para o Campeonato de Futebol Suíço e Campeonato de Futebol de Salão: - 02 árbitros e 01 apontador; - Modalidade: Futebol Suíço e Futebol de Salão Masculino.	UN	240	200,00	48.000,00

O FORNECEDOR 1 - ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais);

1.2. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados de forma parcelada, nos eventos esportivos desenvolvido no Município de Luzerna, de acordo com a programação da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

1.3. A organização do campeonato disponibilizará à proponente vencedora, uma cópia do regulamento do mesmo para que seja repassado aos componentes da arbitragem para conhecimento de todos.

1.4. Os árbitros escalados deverão apresentar-se aos jogos com uniforme padrão adequado.

1.5. O FORNECEDOR deverá programar um cronograma para evitar a repetição de árbitros em jogos da mesma equipe. Para as fases semifinais e finais dos eventos a proponente deverá escalar árbitros com maior experiência (qualificados).

1.6. Uma vez confirmada a realização dos jogos do campeonato, será inaceitável a ausência dos árbitros na partida. Também não serão permitidos atrasos, uma vez que, definido o horário da partida, a arbitragem deverá estar em quadra, pronta para a realização do jogo.

1.7. O preenchimento das súmulas deve ser realizado de acordo com o regulamento do campeonato, em letra legível e sem rasuras.

1.8. Os serviços deverão ser de ótima qualidade, ficando sujeitos à avaliação e relatório após a realização de cada evento. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente instrumento e as disposições legais contratuais, prestando os serviços dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.9. O FORNECEDOR será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem ao Município ou a terceiros na execução dos serviços contratados.

1.10. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho,

referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.

1.11. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

1.12. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.13. Fica estabelecido neste instrumento que a prestação dos serviços somente poderá ser efetuada pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação dos mesmos.

1.14. O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização da prestação de serviço, não se excluindo o FORNECEDOR da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

1.15. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.16. Caso a prestação de serviços seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.18. O FORNECEDOR fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do Edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata.

4.1.3. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto oriundos do processo licitatório;

4.1.7. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, a fim de comprovar o fornecimento dos produtos solicitados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento

dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que

segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. Ata de Registro de Preços, terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ACYR DA SILVA

ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CONTRATO PML Nº 166.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº166/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 126/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 075/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vigário Frei João, nº 87, sala 01 Térreo, Bairro Centro, no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.218.277/0001-62, neste ato representada por seu sócio administrador MICHEL ROGERIO SCHAEGLER, portador da cédula de identidade nº 3.538.071/SS-PDC/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 022.079.939/30, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 126/2014, Pregão Presencial nº 075/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresas especializada para prestação de serviços de filmagem e cobertura de vídeo, destinados aos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora - Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	SISTEMAS EM TRIPÉ. Contendo no mínimo: 02 cx com 01 Auto Falante, Titânio; 02 cx de retorno; 01 Equalizador Digital; 01 Mesa 12 Canais; 01 Aparelho de CD Amplificadores cabeamento conforme o sistema; 01 Maim Pauer; 01 Microfone sem fio; 01 Microfone com fio.	UN	12	700,00	8.400,00

2	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 02 Câmeras Profissionais com captação em Full HD 3MOS de 1/3", 02 Cinegrafistas profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 Ansi Lumens, Tela 3,7m x 2,7m, mesa de corte switch, perador, reproduzidora de DVD/Bluray, edição e entrega de 01 DVD e 01 BLURAY.	UN	7	1.568,12	10.976,84
3	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 02 Câmeras Profissionais com captação em Full HD 3MOS de 1/3", 02 Cinegrafistas Profissionais, edição e entrega de 01 DVD e 01 BLURAY.	UN	1	1.200,01	1.200,01
4	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 03 Câmeras Profissionais com captação em Full HD 3MOS de 1/3", 03 Cinegrafistas profissionais, Grua com lança de 4,5m, edição e entrega de 01 DVD e 01 BLURAY.	UN	2	2.550,01	5.100,02
5	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 03 Câmeras Profissionais com captação em Full HD 3MOS de 1/3", 03 Cinegrafistas profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 Ansi Lumens, Tela 3,7m x 2,7m, Grua com lança de 4,5m, mesa de corte switch, operador, reproduzidora de DVD, edição e entrega de 01 DVD e 01 BLURAY.	UN	15	3.528,28	7.056,56

6	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 02 Câmeras Profissionais com captação em Full HD 3MOS de 1/3", 02 Cinegrafistas Profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 Ansi Lumens, Tela 3,7m x 2,7m, mesa de corte switch, operador, Edição de clipe para formandos, reproduzora de DVD/Bluray, edição e entrega de 01 DVD e 01 BLURAY.	UN	4	3.136,24	12.544,96
7	Criação, texto, roteiro, externas, direção, edição, gravação de áudio em português com locutor padrão nacional para audiovisual com duração de até 10 (dez) minutos e 10 dias de externas para captura de imagens em Luzerna; Com: Câmera profissional com captação em Full HD 3MOS de 1/3"; Lente Grande Angular; Microfone wireless; Travelling Slider; Grua 4,5m; Cinegrafista Profissional; Diretor de Fotografia; Diretor de Cena; Criação de de Capa Personalizada; Menu Animado; Registro de Produção na ANCINE; Entrega em 05 DVD's e 05 BLURAY's.	UN	1	15.721,61	15.721,61

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, de forma parcelada, nas datas, locais e horários previamente estabelecidos pelo Setor Solicitante;

1.3. O FORNECEDOR deverá disponibilizar a totalidade dos equipamentos e/ou serviços descritos em cada um dos itens do Anexo do Edital;

1.4. Responsabilizar-se pelo envio e frete dos equipamentos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos.

1.5. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.6. Os equipamentos deverão estar devidamente instalados e em perfeitas condições de funcionamento, nos locais estabelecidos pelo Setor Solicitante em, no mínimo, 02 (duas) horas antes do horário previsto para o início do evento.

1.7. Caberá ao Município comunicar ao FORNECEDOR com a devida antecedência, as datas, horários e locais da realização dos eventos;

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-las, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.10. FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.11. O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.12. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.5. Os preços não serão reajustados.

2.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos

orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201.04.122.0004.2002-Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção da Educação Básica - Infantil

Atividade 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica - Fundamental

Atividade 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do Edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante toda a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do Processo Licitatório;

4.5. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto lícitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata de Registro de Preços O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666 e alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra

"b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 meses, contado da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MICHEL ROGERIO SCHAEGLER
ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 03.11.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.018,12
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.789,09
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.586,84
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.586,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.552,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.034,74
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 07/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 06/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 06/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.480,74
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.480,74
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.480,74
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	888,44
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	592,30

Luzerna, 07/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 456/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 456/2014.

FORNECEDOR: SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 17.895.893/0001-83

OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos 10.000 km do veículo Renault Logan placas OKF 7595, pertencente à Secretaria Municipal de Administração, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 236,00 (Duzentos e trinta e seis reais).

Mafra, (SC) 07 de novembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de microcomputadores destinados a Sala de Vacinas da Estratégia Saúde da Família, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h00min do dia 21/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08h00min às 14h00min pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil

Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Maravilha**PREFEITURA****EXT. EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N. 001/2014**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA.

O Município de MARAVILHA, SC, com sede na Av. Euclides da Cunha, nº 60, Centro, CEP 89.874 000, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.190/0001-72, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 26 de NOVEMBRO de 2014, tendo como local a CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Rua 15 de Novembro, nº 817, Centro, Maravilha, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 FIAT/DOBLO EX, ano/modelo 2005, Placas MCX 5353, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 02: 01 VW/GOL 16 V, ano 1998, modelo 1999, Placas LZY 0234, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.900,00. LOTE 03: 01 ÔNIBUS SCANIA/K112 33, ano/modelo 1987, Placas IGL 3679, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 04: 01 VW/GOL 1.0, ano/modelo 2005, Placas MFF 3842, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.400,00. LOTE 05: 01 FIAT/STRADA WORKING, ano 2000, modelo 2001, Placas MBE 0234, cor azul, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 6.400,00. LOTE 06: 01 FORD/COURIER 1.6 L, ano 2003, modelo 2004, Placas ILP 2246, cor prata, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 6.300,00. LOTE 07: 01 FIAT/LINEA LX 1.9, ano 2009, modelo 2010, Placas MHL 6551, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 18.000,00. LOTE 08: 01 ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE A8 ON, ano 2000, modelo 2001, Placas MBZ 5819, cor azul, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 09: 01 FIAT/PALIO FIRE, ano/modelo 2003, Placas ALD 8621, cor prata, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.400,00. LOTE 10: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/LK 1113, ano/modelo 1986, Placas MAD 3636, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 16.400,00. LOTE 11: 01 Automóvel VW/GOL SPECIAL, ano/modelo 2001, Placas MBD 2253, cor vermelha, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 12: 01 RETROESCAVADEIRA LYNK/214 E, ano 2002. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 13: 01 ROLO VAPSS MULLER SS. LANCE INICIAL R\$ 18.000,00. LOTE 14: 01 MOTO NIVELADORA CARTEPILLAR 120 B, ano 1970, diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 15: 01 CAÇAMBA BASCULANTE, 7 m³. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 16: 01 CAÇAMBA BASCULANTE JACIARA, 16 m³, cor laranja. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00. LOTE 17: 01 COMPRESSOR COM MOTOR DIESEL CUMMINS. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00. LOTE 18: 01 LOTE DE DIVISÓRIAS. LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 19: 01 LOTE DE FIOS DE COBRE, SENSORES, MATERIAIS ELÉTRICOS E LÂMPADAS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 20: BATEDEIRA INDUSTRIAL. LANCE INICIAL R\$ 700,00. LOTE 21: FORNO INDUSTRIAL. LANCE INICIAL R\$ 700,00. LOTE 22: COMPACTADOR DE SOLO. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.MARAVILHA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3664 0044, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

MARAVILHA (SC), 07 de novembro de 2.014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PORTARIA Nº 166/2014

Portaria nº 166/2014

De 16/10/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE AGNOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr DANIEL ROSSANO CORREA CREMESC 16338 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

DECIDE

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 30 dias a Servidora Pública Municipal MARILENE AGNOLIN, a contar a de 16 de outubro de 2014 a 14 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 167/2014

Portaria nº167/2014

De 22/10/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE PERCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal DAIANE PERCIO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 03/11/2014 a 12/11/2014.
- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 23/10/2014 a 02/11/2014.
- Gozo de férias por um período de 10 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento da servidora.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 09 de janeiro de 2014 a 08 de janeiro de 2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 168/2014

Portaria nº168/2014

De 22/10/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA MARIA TOFFOLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal TANIA MARIA TOFFOLO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 03/11/2014 a 12/11/2014.
- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 13/11/2014 a 22/11/2014.
- Gozo de férias por um período de 10 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento da servidora.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 26/12/2013 a 25/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 169/2014

Portaria nº169/2014

De 23/10/2014

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

DECIDE

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 10 de outubro de 2014 a 09 de novembro de 2014.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 05 de junho de 2005 a 04 de junho 2010.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 170/2014

Portaria nº170/2014

De 23/10/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ENEDI CHITOLINA DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ENEDI CHITOLINA DONZELLI por um período de 30 dias, de 03/11/2014 a 03/12/2014.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 17 de abril de 2012 a 16 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 171/2014

Portaria nº171/2014

De 23/10/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL FABIO PAZINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FABIO PAZINI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 13/11/2014 a 02/12/2014.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 03/11/2014 a 12/11/2014.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 09/01/2013 a 08/01/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 172/2014

Portaria nº172/2014

de 23/10/2014

DESIGNA SILVANO CIRO PIASESKI, PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELO FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar temporariamente SILVANO CIRO PIASESKI, para responder como ordenador primário do FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Marema, pelo período de 28 de outubro de 2014 a 04 de novembro de 2014,

tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 173/2014

Portaria nº173/2014

de 23/10/2014

DESIGNA VALMOR PERUZZO, PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELO FMDR- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal. CONSIDERANDO Portaria 171/2014, que concedeu férias ao gestor primário.

RESOLVE

Art. 1º - Designar temporariamente VALMOR PERUZZO, para responder como ordenador primário do FMDR - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL do Município de Marema, pelo período de 13 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 174/2014

Portaria nº 174/2014

De 27/10/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SIDINEIA REGINATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

DECIDE

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 30 dias a Servidora Pública Municipal SIDINEIA REGINATTO, a contar a de 27 de outubro de 2014 a 14 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 175/2014

Portaria nº 175/2014

De 04/11/2014

ALTERA DATA DE CONCESSÃO A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARILENE AGNOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. DANIEL ROSSANO CORREA CREMESC 16338 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

DECIDE

Art. 1º - Altera data de concessão a licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal MARILENE AGNOLIN, a contar a de 16 de outubro de 2014 a 14 de novembro de 2014, para de 16 de outubro a 30 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

LEI N. 1053/2014

LEI n. 1053/2014

DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCOS PEDRO BATISTEL - Prefeito do Município de Marema - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que

ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN e normas do Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, e Portarias conjuntas do STN e normas do Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (centralizado);

- Fundo de Desenvolvimento Rural (centralizado);

- Fundo Municipal de Habitação (centralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior

ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;
V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;
VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;
VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;
IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.
Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2014.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço

de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados

com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2014, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o

Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
 - b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
 - c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
 - d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
 - e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
 - f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
 - g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
 - h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
 - i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
 - j) - Demonstrativos das receitas e despesas;
- Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

MAREMA (SC) em 27 de outubro de 2014
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIAESKI
Servidor Designado

LEI N. 1054/2014

Lei n. 1054/2014

De 27/10/2014

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE ÁREA, INSERÇÃO DE MEDIDAS E DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO 04 DA QUADRA 04 RELATIVO A MATRÍCULA 10.670 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos da retificação de área, inserção de medidas e desmembramento do lote urbano nº 04 (quatro), quadra nº 04 (quatro), constante da matrícula nº 10.670, localizado na Rua José Gaspari, Bairro, centro, Município de Marema e Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Celso Perotto e sua esposa Noeli da Silva Perotto.

§ 1º A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em Lote urbano nº 04 (quatro) da quadra nº 04-A (quatro), com área superficial de 1.000 m² (Um mil metros quadrados) com forma retangular de 20 x 50 metros, sito na Rua José Gáspari, centro, no município de Marema, SC, Comarca de Xaxim, SC, conforme descrição a seguir:

Noroeste: confrontando em 20,00 metros lineares com a Rua José Gáspari.

Sudeste: confrontando em 20,00 metros lineares com imóvel nº 08, constante da matrícula nº 3.150, de propriedade de Pedro José Bertella.

Nordeste: confrontando em 21,14 metros lineares com parte do lote nº 05, área de posse de Sérgio Baldin referente processo de Usucapião com Petição Inicial Protocolada (0300331-26.2014.8.24.0081) em 27/06/2014, Xaxim/SC e confrontando em 11,86 metros lineares com parte do lote nº 05, área de posse de Celso Perotto e confrontando em 17,00 metros lineares com parte do lote urbano nº 06, constante da matrícula nº 14.093, de propriedade de Antônio Corioletti.

Sudoeste: confrontando em 50,00 metros lineares com imóvel nº 03, constante da matrícula nº 10.439, de propriedade de Nelci Luiz Sottili em condomínio com Adilson Vargas.

§ 2º A situação do imóvel posterior à retificação consiste em:

Descrição do Imóvel na Situação Posterior ao Desmembramento do lote urbano nº 04 (quatro) da quadra nº 04 (quatro), com área superficial de 1.000 m² (Um mil metros quadrados), sito na Rua José Gáspari, Centro, no município de Marema, SC, Comarca de Xaxim, SC.

Para a Área Desmembrada

Lote urbano nº 04-A (quatro) da quadra nº 04 (quatro), com área superficial de 255,00m² (Duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), sito na Rua José Gáspari, Centro, no município de Marema, SC, Comarca de Xaxim, SC, conforme descrição a seguir:

Noroeste: confrontando em 17,00 metros lineares com a Rua José Gáspari.

Sudeste: confrontando em 17,00 metros lineares com a Área Remanescente denominada lote urbano nº 04 (quatro), de propriedade de Celso Perotto.

Nordeste: confrontando em 15,00 metros lineares com a Área Remanescente denominada lote urbano nº 04 (quatro), de propriedade de Celso Perotto.

Sudoeste: confrontando em 15,00 metros lineares com imóvel nº 03, constante da matrícula nº 10.439, imóvel em condomínio, de propriedade de Nelci Luiz Sottili e Adilson Vargas.

Para a Área Remanescente

Lote urbano nº 04 (quatro) da quadra nº 04 (quatro), com área superficial de 745,00 m² (Setecentos e quarenta e cinco metros quadrados), sito na Rua José Gáspari, centro, no município de Marema, SC, Comarca de Xaxim, SC, conforme descrição a seguir:

Noroeste: confrontando em 17,00 metros lineares com a Área Desmembrada denominada lote urbano nº 04-A (quatro A), de propriedade de Celso Perotto e confrontando em 3,00 metros lineares com a Rua José Gáspari, totalizando uma confrontação de 20,00 metros lineares.

Sudeste: confrontando em 20,00 metros lineares com imóvel nº 08, constante da matrícula nº 3.150, de propriedade de Pedro José Bertella.

Nordeste: confrontando em 21,14 metros lineares com parte do lote nº 05, área de posse de Sérgio Baldin referente processo de Usucapião com Petição Inicial Protocolada (0300331-26.2014.8.24.0081) em 27/06/2014, Xaxim/SC e confrontando em 11,86 metros lineares com parte do lote nº 05, área de posse

de Celso Perotto e confrontando em 17,00 metros lineares com parte do lote urbano nº 06, constante da matrícula nº 14.093, de propriedade de Antônio Corioletti.

Sudoeste: confrontando em 35,00 metros lineares com imóvel nº 03, constante da matrícula nº 10.439, de propriedade de Nelci Luiz Sottili em condomínio com Adilson Vargas.

Art. 2º Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrario, em sua totalidade a Lei 1.043/2014 de 30/07/2014.

Gabinete do Prefeito 27 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº. 143/2014

DECRETO nº. 143/2014

De 10/10/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL JAQUELINI MORO EXERCENDO O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE CONSULTORIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos e CONSIDERANDO o pedido de rescisão efetuada pela servidora.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido da Servidora Pública Municipal JAQUELINI MORO, do cargo de provimento efetivo na função de AUXILIAR DE CONSULTORIO, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 10 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 046/2014

Termo aditivo: 001/2014

Contratada: DKS GRÁFICA LTDA ME

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 001/2014, ao Contrato nº 046/2014, ficando aditado o objeto do contrato numero 15 e também ficando aditado o valor do item 15, constante na clausula segunda, com aditivo de valor. Sendo o valor do presente aditivo de R\$1.792,80, acrescido ao valor original do contrato de R\$31.914,50, totalizando o valor de R\$ 33.707,30. Permanece inalterada as demais clausulas do contrato.

Modelo (SC), 07 de novembro de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 102-14

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório: n. 1102/2014

Contrato Administrativo n. 102/2014

Contratada: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

Valor: R\$64.300,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato numero 102/2014 , ao processo licitatório nº 1102/2014, com o objetivo da aquisição e instalação de dois parques infantis, com estrutura principal, em colunas de alumínio colorido(playground), no Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 07 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DIVULGA LOCAIS DE PROVA

ATO 006/iobv/002/14/FMC

DIVULGA LOCAIS DAS PROVAS E CONVOCA CANDIDATOS PARA PROVAS ESCRITAS DO EDITAL Nº 002/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FMC

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 16 de novembro de 2014, para a realização das provas escritas nos seguintes locais e horários:

Cargo: Técnico de Teatro

Horário:

Período Matutino

Fechamento dos Portões: 8h50 min

Local:

EEB NEUSA MARIA

Escola Municipal Profa. Neusa Maria Rebello Vieira

Endereço: Rua José Alcebiades Laurentino nº 350

Bairro: Centro - Navegantes - SC

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DIVULGA LOCAIS DE PROVA

ATO 006/iobv/003/14/FME

DIVULGA LOCAIS DAS PROVAS E CONVOCA CANDIDATOS PARA PROVAS ESCRITAS DO EDITAL Nº 003/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FME

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 16 de novembro de 2014, para a realização das provas escritas nos seguintes locais e horários:

CARGOS	Escolaridade do cargo	Período	Fechamento Portões	ESCOLA/local	SALAS
Técnico de Serviços Complementares	Médio	Matutino	8h50	EEB NEUSA MARIA	01 A 07
Professor de Educação Física (20 e 40h)	Superior	Vespertino	13h50	EEB NEUSA MARIA	08 A 12
Coordenador técnico	Superior	Vespertino	13h50	EEB NEUSA MARIA	08 A 12

Endereço do Local:
EEB NEUSA MARIA
Escola Municipal Profa. Neusa Maria Rebello Vieira
Endereço: Rua José Alcebíades Laurentino nº 350
Bairro: Centro - Navegantes - SC

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

DIVULGA LOCAIS DE PROVA

ATO 007/iobv/004/14/FUMAN

DIVULGA LOCAIS DAS PROVAS E CONVOCA CANDIDATOS PARA PROVAS ESCRITAS DO EDITAL Nº 004/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FUMAN

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 16 de novembro de 2014, para a realização das provas escritas nos seguintes locais e horários:

Cargos	Pré-requisitos	Período	Fechamento Portões	ESCOLA/local	SALAS
1.Fiscal Ambiental (30132)	Médio	Matutino	8h50	EEB NEUSA MARIA	01 a 07
2.Técnico de Serviços Complementares (30133)	Médio	Matutino	8h50	EEB NEUSA MARIA	01 a 07
3.Analista Ambiental – Engenharia Agrônoma (30127)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15
4.Analista Ambiental – Engenharia de Agrimensura (30126)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15
5.Analista Ambiental – Engenharia Ambiental (30124)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15
6.Analista Ambiental – Engenharia Sanitária (30125)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15
7.Analista Ambiental – Geologia (30130)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15

8.Analista Ambiental – Medicina Veterinária (30131)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15
9.Procurador Fundacional (30123)	Superior	Vespertino	13h50	EEB Adelaide Konder	01 a 15

Endereço dos Locais:

EEB NEUSA MARIA

Escola Municipal Profa. Neusa Maria Rebello Vieira

Endereço: Rua José Alcebíades Laurentino nº 350

Bairro: Centro - Navegantes - SC

EEB ADELAIDE KONDER

Escola de Educação Básica "Adelaide Konder"

Endereço: Rua Santos Macarini, 350

Bairro: Machados - Navegantes - SC

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DIVULGA LOCAIS DE PROVA

ATO 008/iobv/001/14/CP

DIVULGA LOCAIS DAS PROVAS E CONVOCA CANDIDATOS PARA PROVAS ESCRITAS DO EDITAL Nº 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 16 de novembro de 2014, para a realização das provas escritas nos seguintes locais e horários:

CARGOS	Escolaridade do cargo	Período	Fechamento Portões	ESCOLA/local	SALAS
Agente Comunitário de Saúde ESF	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Agente de Combate às Endemias	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Agente de Educação (20h, 30h e 40h)	Médio	Matutino	8h50	EEB JULIA MIRANDA	01 A 20
Agente de Serviços Gerais (Educação, Obras E Saúde)	Alfabetizado	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Arquiteto	Superior	Vespertino	13h50	EEB ADELAIDE KONDER	01 a 04
Assistente Social	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41

Auxiliar Consultório Dentário ESF	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Cuidador Social	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Enfermeiro (todos e ESF)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Farmacêutico	Superior	Vespertino	13h50	EEB NEUSA MARIA	08 a 13
Fiscal de Defesa do Consumidor	Superior	Vespertino	13h50	EEB ADELAIDE KONDER	01 a 04
Fiscal de Vigilância Sanitária Eng De Alimentos	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Fiscal de Vigilância Sanitária Eng Sanitário	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Fisioterapeuta	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Fonoaudiólogo	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Intérprete de Libras (20h e 40h)	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Médicos (todas as especialidades, ESF e Geral)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Monitor de Educação Infantil	Médio	Matutino	8h50	EEB JULIA MIRANDA	01 A 20
Monitor do Abrigo	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Motorista Socorrista SAMU	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Nutricionista	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Odonólogo (todas as especialidades, ESF e Geral)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Operadores de Equipamento (grande, médio e pequeno porte)	Ensino fundamental	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Orientador Social	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Psicólogo	Superior	Vespertino	13h30	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21

PROFES- SORES - todos (Anos iniciais, Artes, Educação Física, Educação Infantil Ensino Religioso e Geografia)	Superior professor	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Recepcionista	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Técnico Agropecuária	Médio	Matutino	8h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Técnico em Enfermagem (Todos, ESF e SAMU)	Médio	Matutino	8h50	EEB NEUSA MARIA	01 a 07
Técnico em Saúde Bucal	Médio	Matutino	8h50	EEB NEUSA MARIA	01 a 07
Veterinário	Superior	Vespertino	13h50	EEB NEUSA MARIA	08 a 13
Vigia	Alfabetizado.	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21

1.1. Abaixo segue descrito o endereço dos locais de provas:

EEB NEUSA MARIA

Escola Municipal Profa. Neusa Maria Rebello Vieira
Endereço: Rua José Alcebiades Laurentino nº 350
Bairro: Centro - Navegantes - SC

EEB IRENE ROMAO

Escola de Educação Básica Irene Romão
Endereço: Rua João Hercílio da Luz, 132
Bairro: São Pedro - Navegantes - SC

EEB JULIA MIRANDA (entrada pelo portão lateral)
Escola de Educação Básica Julia Miranda de Souza
Endereço: Rua Aníbal Narciso, 440
Bairro: Centro - Navegantes - SC

EEB ADELAIDE KONDER

Escola de Educação Básica "Adelaide Konder"
Endereço: Rua Santos Macarini, 350
Bairro: Machados - Navegantes - SC

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

RECONSIDERAÇÃO - DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS 64/2013 PMN

Reconsideração - DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO
EMPRESA: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 04217590/0001-60

Decisão anterior:

Aos 10 (dez) dias, do mês de setembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.64/2013, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR os dois pedidos de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que os pedidos foram protocolados com NF's cujo o campo de destinatário estava fotocopiado dobrado omitindo o mesmo, a comissão ao verificar a chave de acesso constatou que as NF's tinham como destinatário a empresa WERBRAN DIST. DE MED. CNPJ 04.372.020/0001-44 razão e CNPJ divergente da solicitante.

Desta forma também encaminha-se a mesma ao departamento de procedimento administrativo para abertura de processo para verificação das cópias e possível punição. (vide anexo)

Pedido protocolado 29/08/14 JH 288348685 BR , item pedido indeferido nº170 metronidazol

Pedido protocolado JH 288348717 br, itens pedido indeferidos nº18 amiodarona, 80 diclofenaco, 130 hidroclorotiazida, 157 losartana,

Reconsideração:

Após análise da comunicação interna 01/2014 encaminhada em 29/09/2014 pela Encarregada de Processos Administrativos, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidiram reconsiderar a decisão supracitada (Indeferimento e abertura de processo ADM.) já publicada, tendo em vista que a licitante ANGAÍ DISTRIBUIDORA comprovou através de apresentação de NF's que adquiria os medicamentos da WERBRAN e que esta por sua vez comprava da fabricante. NF 188995, 210165, 192314, 212596. Informações de 18/09/2014.

Quanto ao pedido do reequilíbrio o mesmo será encaminhado para o Jurídico (para parecer autorizando ou não o reequilíbrio).

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Fernanda Hassmann
Carla Claudino
Josezite dos Santos

Corroborando

Benilde Perão
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO DESISTENCIA. PREGÃO 64/2013 FMS - ANGAÍ DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTD

DECISÃO- PEDIDO DESISTENCIA.

Aos 07 (sete) dias, do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.64/2013, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de desistência referente o item 80 (diclofenaco potássio) tendo em vista a justificativa apresentada pela licitante ANGAÍ DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (primeira colocada) devidamente comprovada de que seu fabricante irá cancelar os pedidos referente este medicamento pelo motivo de redução na produção e manutenção de maquinários (carta CIMED de 09/09/2014).

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Fernanda Hassmann
Carla Claudino
Josezite dos Santos

Corroborando

Benilde Perão
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO DESISTENCIA. PREGÃO 64/2013 FMS - CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

DECISÃO- PEDIDO DESISTENCIA.

Aos 07 (sete) dias, do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.64/2013, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de desistência referente o item 21 (amoxicilina+clavulanato) tendo em vista a justificativa apresentada pela licitante CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA devidamente comprovada de que o produto em referência encontra-se em falta temporária, sem previsão de normalização até final de 2014 (carta GLAXOSMITHKLINE de 30/08/2014).

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Fernanda Hassmann
Carla Claudino
Josezite dos Santos

Corroborando

Benilde Perão
Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2014TR002723 COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SANTA CATARINA. Data da entrega dos envelopes: 12/12/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 12/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 07 de novembro de 2014. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DIVULGA LOCAIS DE PROVA

REPUBLICAÇÃO DO ATO 009/iobv/005/14/PS

DIVULGA LOCAIS DAS PROVAS E CONVOCA CANDIDATOS PARA PROVAS ESCRITAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 15 de novembro de 2014, para a realização das provas escritas nos seguintes locais e horários:

1.1 Fica retificado o horário de fechamento dos portões para às 09h50min.

CARGOS	Escolaridade do cargo	Período	Fechamento Portões	ESCOLA/ local	SALAS
Agente Comunitário de Saúde ESF	Médio	Matutino	9h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Agente de Combate às Endemias	Médio	Matutino	9h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Agente de Educação (20h, 30h e 40h)	Médio	Matutino	9h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10

Agente de Serviços Gerais (Educação, Obras E Saúde)	Alfabetizado	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Arte Educador (todos)	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Assistente Social	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Auxiliar Consultório Dentário ESF	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Enfermeiro (todos e ESF)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	18 a 40
Farmacêutico	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Fisioterapeuta	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Fonoaudiólogo	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Instrutor de Artes Aplicadas (todos)	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Intérprete de Libras (20h e 40h)	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	01 a 18
Leiturista - DAE	Médio	Matutino	9h50	EEB IRENE ROMÃO	01 a 10
Médicos (todas as especialidades, ESF e Geral)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	18 a 40
Monitor de Educação Infantil	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	01 A 20
Motorista Socorrista SAMU	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	01 a 18
Nutricionista	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Odonatologista (todas as especialidades, ESF e Geral)	Superior	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	18 a 40
PROFESSORES - (todas as áreas)	Superior professor	Vespertino	13h50	EEB JULIA MIRANDA	18 a 40
Psicólogo	Superior	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Recepcionista	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Técnico em Enfermagem (Todos, ESF e SAMU)	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41

Técnico em Radiologia	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Técnico em Saúde Bucal	Médio	Matutino	9h50	EEB JULIA MIRANDA	21 a 41
Veterinário	Alfabetizado.	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21
Vigia	Alfabetizado.	Vespertino	13h50	EEB IRENE ROMÃO	11 a 21

1.2 Abaixo segue descrito o endereço dos locais de provas:

EEB IRENE ROMAO

Escola de Educação Básica Irene Romão
Endereço: Rua João Hercílio da Luz, 132
Bairro: São Pedro - Navegantes - SC

EEB JULIA MIRANDA (entrada pelo portão lateral)

Escola de Educação Básica Julia Miranda de Souza
Endereço: Rua Aníbal Narciso, 440
Bairro: Centro - Navegantes - SC

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2014 PMN.

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2014 PMN

Aos 07 dias de novembro de 2014, às 10:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 201/2014, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTECNICO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE FOGOS ARTIFÍCIOS, PARA A FESTA DE REVEILLON A SER REALIZADA NO DIA 31/12/2014 E DEMAIS FESTIVIDADES NO ANO DE 2015 QUE SERÃO REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

RECURSO - FOGOS PRIMAVERA COM. SHOW PIROTÉCNICO LTDA - CNPJ 79910550/0001-06

Em síntese, manifesta-se a empresa FOGOS PRIMAVERA, através de recurso datado de 31/10/2014 arguindo a revisão tomada pela pregoeira substituta, desclassificação da empresa Companhia dos Fogos 5 Estrelas, e a consideração como vencedora a empresa Fogos Primavera.

Alega que a concorrente Companhia dos Fogos 5 Estrelas não apresentou detalhadamente os preços dos produtos que serão utilizados, nem sequer preços unitários e totais de cada item, desatendendo o item 4 do edital tornando-se impossível analisar custos unitários de cada componente a ser contratado impossibilitando a análise da exequibilidade.

Pede deferimento.

CONTRARRAZÃO - COMPANHIA DOS FOGOS 5 ESTRELAS - CNPJ 050184700/0001-04

Alega que a Recorrente não motivou seu pedido de recurso quando da interposição do mesmo, que a terminologia utilizada pela recorrente (impugnação ao certame licitatório) se reveste de ilegalidade, pois impugnação é quanto aos termos do edital.

Quanto ao mérito alega que o edital tem como critério de

aceitabilidade o menor valor global, e que o modelo trazido na relação de itens era composto de lote único com vários itens sendo a sua proposta apresentada em conformidade com o Anexo VII, menciona que o exposto pela recorrente não merece prosperar, e finaliza requerendo a juntada nos autos da proposta final a relação com o detalhamento dos preços unitários.
Pede deferimento.

DECISÃO

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, Após verificação das peças, decide pelo:

Parcial provimento ao recurso, entendendo que realmente ao apresentar uma proposta sem descrever o valor de cada item seria prejudicial até mesmo para empenhar os serviços prestados, uma vez que os valores ficariam a critério do licitante após a homologação, ENTRETANTO não há como desclassificar a proposta da primeira colocada (CIA dos Fogos 5 Estrelas) e classificar a segunda colocada (Fogos Primavera) uma vez que o edital mencionava a forma de julgamento global, DESTA FORMA, considerando a obrigação de observância dos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência; Considerando o poder discricionário que detém o poder público de rever seus atos; Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial de inexistência de direito a ser tutelado antes de homologado e adjudicado o processo licitatório; Considerando o poder que a Administração detém de rever seus próprios atos; súmula 473 STF:

"A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIAÇÃO JUDICIAL.

Decide ANULAR a licitação 201/2014 PMN, e encaminhar esta ao Secretário de Turismo, para querendo, no prazo de 48 horas solicitar ao depto de compras nova licitação referente o objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO desta vez com o descritivo e valor de cada item a compor tal objeto, devidamente justificado, dando respaldo ao pregoeiro quanto à formulação do edital e julgamento das propostas. Quanto a apresentação posterior da proposta detalhada junto a contrarrazão o pregoeiro decide não aceitar em respeito subsidiariamente a lei 8666/93 , art. 43 §3º :

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (negrito nosso)

Os demais erros formais mencionados na contrarrazão (nomenclatura - impugnação) diante dos princípios licitatórios são admissíveis.

Em tempo ainda quanto a contrarrazão, o pregoeiro ao reler a ata verificou que houve sim motivação quando da abertura da proposta.

Publique-se

É a decisão. Navegantes, 07 de novembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS
CARLA CLAUDINO
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO CONTRATUAL Nº 268/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 268/2014.

Contrato Nº.: 268/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.

CNPJ: 81.537.672/0001-72.

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 05/06/2015.

Valor: R\$ 1.001.622,11 (um milhão e um mil seiscentos e vinte e dois reais e onze centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 144/2014.

Recursos : Dotação: 1.003 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAC, LOCALIZADO NO BAIRRO MEIA PRAIA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM, PROPOSTA SIGEF Nº 10026, , conforme Tomada de Preço nº 144/2014.

Navegantes, 07 de novembro de 2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 269/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 269/2014.

Contrato Nº.: 269/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: JANINE LEDOUX KROBEL LORENZ.

CPF nº 914.622.749-00

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 07/11/2015.

Licitação : Pregão Presencial nº 182/2014.

Recursos : Dotação: 2.017 3.3.90.00.00.00

Objeto : CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA E INSERVÍVEIS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2864 DE 14 DE ABRIL DE 2014.

Navegantes, 07 de novembro de 2014.

NAVEGANTESPREV

RESOLUÇÃO N.º 01 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014 "ESTABELECE O REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV."

RESOLUÇÃO nº 01, de 03 de novembro de 2014.

ESTABELECE O REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO NAVEGANTESPREV, em sua 1ª Reunião Extraordinária realizada no dia 03 de novembro de 2014, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei complementar nº. 99 de 23 de maio de 2011, lei Complementar nº100 de 27 de junho de 2011, revogada pela lei complementar nº152/2012;

CONSIDERANDO a necessidade de alterações das normas para eleição dos membros do Conselho Administrativo e Fiscal do NAVEGANTESPREV,

RESOLVE:
DO PROCESSO ELEITORAL

Seção I
Eleições

Art. 1º - Os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do NAVEGANTESPREV serão eleitos em processo eleitoral de conformidade com as determinações deste Regimento.

§ 1º - Serão considerados eleitos para o Conselho Administrativo os candidatos que obtiverem maior número de votos válidos na votação obtida pelos candidatos na proclamação dos resultados da eleição.

§ 2º - Serão considerados suplentes, os candidatos imediatamente mais votados, após a composição dos membros efetivos de cada Conselho.

Art. 2º - A eleição será coordenada por Comissão Eleitoral paritariamente composta por 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Município, 1 (um) representante da Secretaria de Educação, 1 (um) representante da Secretaria de Saúde, 1 (um) representante da Secretaria de Obras e um (1) representante da Câmara de Vereadores, todos nomeados pelo Conselho de Administração

Art. 3º - Serão garantidos todos os meios democráticos para a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade aos candidatos concorrentes, especialmente no que se refere à paridade de indicação de mesários, tanto na coleta quanto na apuração de votos.

Seção II
Eleitor

Art. 4º - É eleitor todo servidor público municipal segurado do NAVEGANTESPREV e que tenha ingressado no serviço público municipal até outubro de 2014.

Parágrafo único. A limitação temporal descrita no caput deste artigo justifica-se pela necessidade de organização da lista de eleitores, nos termos do art. 16 deste Regimento.

Seção III
Candidaturas e Inelegibilidades

Art. 5º - Poderá se candidatar todo servidor público municipal efetivo, segurado do NAVEGANTESPREV, respeitados as condições descritas nos artigos. 9º e 44 da Lei Complementar n.º 152/2012, além dos requisitos abaixo:

- I - ter capacidade civil;
- II - não desempenhar cargo eletivo remunerado;
- III - não exercer a função de agente político;

IV- não ter sido condenado em processo disciplinar;
V- não ter sido condenado por crime contra a administração pública, ou a seguridade social

§1º A candidatura é individual.

§2º O servidor poderá se candidatar a membro de apenas um dos colegiados.

.Seção IV

Convocação de Eleições

Art. 6º - As eleições serão convocadas por edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Cópia do edital a que se refere este artigo deverá ser afixada na sede da Prefeitura, nas secretarias, departamento, autarquias e publicado no Jornal do Município, além dos sítios da Internet do NAVEGANTESPREV e da Prefeitura Municipal de Navegantes.

§ 2º - O edital de convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

I - data, horário e local de votação;

II - prazo para registro das candidaturas, horário e local de funcionamento da Secretaria;

III - os cargos e as vagas a que se destina a eleição.

Seção V

Comissão Eleitoral

Art. 7º - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por comissão eleitoral de que trata o artigo 3º, podendo os trabalhos ser acompanhados por quaisquer dos candidatos aos cargos.

§ 1º - A designação dos membros da Comissão Eleitoral será com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da convocação das eleições, através de Portaria expedida pelo chefe do Poder Executivo;

§ 2º - Os Servidores designados serão liberados para os trabalhos necessários.

§ 3º - Os casos omissos serão decididos pela Comissão de pleito.

Art. 8º - O Presidente da Comissão de pleito será eleito entre os integrantes da Comissão, em havendo empate será definido por sorteio entre os mais votados.

Art. 9º - O Presidente da Comissão Eleitoral poderá convocar reuniões e designar secretário para a realização da respectiva ata, dentre outros atos que se demonstrarem necessários.

Art. 10 - Não poderão integrar a Comissão Eleitoral:

I- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que se candidatarem a uma vaga nos referidos conselhos;

II- os membros da Diretoria Executiva do NAVEGANTESPREV;

III- os candidatos a qualquer cargo eletivo, bem como seus parentes até o 3º(terceiro) grau, por consanguinidade ou afinidade;

IV- servidor que estiver respondendo a Processo Disciplinar ou esteja cumprindo pena de suspensão.

Art.11- Competirá à Comissão Eleitoral:

I- homologar as inscrições dos candidatos;

II- promover a propaganda dos candidatos, mediante impressão e distribuição de boletim informativo com os currículos dos candidatos;

III- fiscalizar a propaganda realizada pelos candidatos ou por seus prepostos, aplicando-lhes as penalidades e assegurando-lhes o direito a ampla defesa;

IV- convocar os servidores municipais necessários para integrar as Juntas Eleitorais e as Juntas Apuradoras, treinando-os;

V- solicitar e obter dos órgãos de pessoal da Prefeitura e de suas autarquias e Fundações, bem como da Câmara Municipal, as listagens de servidores aptos a votar;

VI- divulgar em todas as repartições os locais e horários de votação;

VII- providenciar as cédulas, urnas e tudo o mais que se fizer necessário para a realização da eleição;

VIII- realizar a eleição, recepcionando os votos dos servidores, com o auxílio das Juntas Eleitorais;

IX- apurar os votos com o auxílio das Juntas Apuradoras;

X- divulgar os resultados da eleição e proclamar os nomes dos

eleitos;

XI- decidir os recursos interpostos contra seus atos;

XII- apresentar ao Diretor Presidente o Relatório Geral dos resultados da eleição; e

XIII- baixar instruções para realização da eleição;

§1º Competirá às Juntas Eleitorais providenciar a coleta dos votos no dia da votação, nas sessões eleitorais fixas e volantes;

§2º Não poderão ser convocados para participar das Juntas Eleitorais e das Juntas de Apuração servidores com grau de parentesco até o terceiro com os candidatos.

Seção VI

Procedimento para Registro das Candidaturas

Art.12 - O prazo para registro das candidaturas para os cargos de Conselheiros Administrativo e Fiscal será de 03 (três) dias úteis consecutivos contados após 10 (dez) dias da data da publicação do Edital de Convocação das eleições.

§ 1º - O registro das candidaturas far-se-à junto à Comissão Eleitoral.

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo a Comissão Eleitoral manterá uma Secretaria, durante o período dedicado ao registro de candidatos, com expediente diário normal igual ao praticado pela Administração, onde permanecerá pessoa habilitada para atender os interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentação e fornecer recibos.

§ 3º - O requerimento do registro das candidaturas, assinado pelo próprio candidato, será endereçado à Comissão Eleitoral em duas vias e instruído com os documentos que se fizerem necessários por determinação do Edital.

Art. 13 - No encerramento do prazo para registro das candidaturas, a Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavratura da ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição todas as candidaturas e os respectivos cargos.

Art. 14 - No prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento do prazo de registro, a Comissão Eleitoral afixará a relação nominal das candidaturas registradas em murais e no endereço eletrônico do NAVEGANTESPREV(www.navegantesprev.sc.gov.br), e declarará aberto o prazo de 1 (um) dia útil para impugnação, indicando no edital a data final para protocolo das mesmas.

Art. 15 - Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido em local visível, para conhecimento dos segurados.

Art. 16 - A relação dos servidores em condições de votar, por locais de trabalho, será elaborada pelo Município em até 10 (dez) dias anteriores à data da eleição.

Seção VII

Voto Secreto

Art.17 - O voto será direto, secreto e facultativo.

§1º Cada servidor-eleitor votará em apenas um nome dentre os candidatos para o Conselho de Administração e em outro nome dentre os candidatos para o Conselho Fiscal.

§2º O voto em mais de um dos candidatos para cada um dos colegiados será considerado nulo.

§3º Os votos em branco não serão computados para nenhum efeito;

Art.18 - A votação ocorrerá em local definido pelo edital.

Seção VIII

Composição da Mesa Coletora

Art. 19 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob a responsabilidade de um Presidente e dois mesários indicados paritariamente pelo Sindicato e pela Associação dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e/ou pela Administração, que atenderá todos os eleitores que compareçam ao Paço Municipal e nos outros locais de votação.

Art. 20 - Os Servidores indicados para operar nas mesas coletoras terão abonadas as suas faltas nos dias da eleição.

Art. 21 - Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras os candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade.

Art. 22 - Os mesários substituirão o Presidente da mesa coletora nas suas ausências momentâneas de modo que haja sempre quem responda pela ordem de regularidade do processo Eleitoral.

§ 1º - Todos os membros das mesas coletoras deverão estar presentes no ato de abertura, durante e no encerramento da votação, salvo motivo de força maior registrado em ata.

§ 2º - Não comparecendo o Presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a Presidência o primeiro mesário e, na falta ou impedimento, o segundo mesário.

§ 3º - Não sendo possível completar a composição da mesa coletora, a Comissão Eleitoral indicará substitutos.

Seção IX

Coleta de Votos

Art. 23 - A coleta dos votos ocorrerá das 8h00min às 17h00min nos locais definidos pelo edital.

Parágrafo único - Findo o prazo para votação as urnas serão lacradas, ficando seu acesso fechado até o prazo descrito no art. 28 deste Regimento.

Art. 24 - Os trabalhos de votação só poderão ser encerrados antecipadamente somente se todos os eleitores constantes da folha de votação já tiverem votado.

Art. 25 - Não será permitida a participação de eleitores cujos nomes não constarem na lista de votantes.

Art. 26 - Os eleitores que comparecerem ao paço Municipal e nos outros locais de votação deverão se identificar com qualquer um dos documentos abaixo:

- a) carteira de identidade;
- b) carteira nacional de habilitação (modelo novo com foto);
- c) documentos de identidade profissional emitido pelas entidades competentes (ex. OAB, CREA, CRM, CRF, CRP, CRESS, COREN, entre outros).

Art. 27 - No caso de existirem eleitores para votar após as 17h00min, horário limite para votação, estes serão convidados em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor, em não existindo eleitor a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§ 1º - Encerrada a votação o presidente da mesa comunicará à Comissão Eleitoral que emitirá o relatório final de votação indicando a data e horário de encerramento dos trabalhos e, em números absolutos, o total de votantes.

Seção X

Apuração de Votos

Art. 28 - Às 8h00min do dia útil, subsequente ao término da votação, em local a ser definido e publicado em edital, a Comissão Eleitoral fará a leitura do relatório de Apuração Final, expresso em números absolutos, o qual será analisado e posteriormente homologado em ata registrada pela Comissão Eleitoral devidamente rubricada e assinada pelos seus membros.

Art. 29 - Homologado o relatório de Apuração Final a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos incluindo os suplentes que obtiverem o maior número de votos para os respectivos cargos, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

- a) o dia e hora da abertura e de encerramento dos trabalhos;
- b) nomes dos componentes da mesa coletora da "urna" juntamente com seu relatório;
- c) número total de eleitores que votaram;
- d) resultado da votação especificando-se o número de votantes, e votos atribuídos a cada candidato, votos em branco e votos nulos;
- e) proclamação dos eleitos.

§ 2º - A ata geral de apuração será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral.

§ 3º - Em caso de empate será proclamado eleito o servidor com mais tempo de serviço público prestado ao Município de Navegantes.

Art. 30 - A fim de assegurar a lisura ao processo eleitoral todos

os candidatos poderão acompanhar os trabalhos de Apuração dos Votos por parte da Comissão Eleitoral, incluindo a análise do Relatório de Apuração Final.

Art. 31 - A Comissão Eleitoral deverá comunicar por escrito à Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo de 1 (um) dia útil após o término dos prazos estabelecido para o julgamento dos recursos.

Art. 32 - Serão proclamados eleitos os candidatos que, obtido o quorum legal, forem os mais votados para os respectivos cargos.

Parágrafo único - Igualmente serão proclamados os suplentes em mesmo número e qualificação dos cargos previstos, conclamando-se como 1º e 2º suplentes, conforme o caso.

Seção XI

Quorum

Art. 33- A eleição só será válida se participarem da votação, no mínimo 20% (vinte por cento) dos servidores com direito a votar.

§ 1º - Não sendo obtido o quorum o Presidente da Comissão Eleitoral encerrará a eleição, proclamando em seguida, a necessidade de se promover nova eleição.

§ 2º - Serão efetuadas tantas eleições quantas forem necessárias para que seja alcançado o quorum de votação de no mínimo 20% (vinte por cento) dos segurados.

§ 3º - Na ocorrência de qualquer das hipóteses de necessidade de nova eleição, concorrerão apenas os candidatos registrados para a primeira eleição.

§ 4º - Poderão participar da eleição nas demais votações os eleitores que se encontrarem em condições de exercer o voto nas previsões deste Regimento.

Seção XII

Anulação e Nulidade do Processo Eleitoral

Art. 32 - Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Regimento, ficar comprovado:

- a) que foi realizada em dia, hora e local diversos dos informados no Edital de convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada, exceto nas condições previstas no art. 25 deste Regimento;
 - b) que foram preteridas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste Regimento;
 - c) que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Regimento;
 - d) ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.
- Art. 33- Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lido a causa.

Art. 34 - Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

Seção XIII

Material Eleitoral

Art. 35 - A Comissão Eleitoral cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.

§ 1º - São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) edital de Convocação e página do jornal do município ou jornal de grande circulação em que foi publicado;
- b) cópia dos registros de candidaturas com as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;
- c) edital de Publicação da relação nominal dos candidatos registrados e página do jornal do município ou jornal de grande circulação em que foi publicado;
- d) cópia dos expedientes relativos à composição da mesa eleitoral que recepcionará a "urna";
- e) relação por local de trabalho, dos segurados em condições de votar;
- f) cartaz de divulgação das eleições contendo a relação nominal dos candidatos, suas fotos e locais de trabalho, idênticos aos disponibilizados nos endereços eletrônicos descritos no art. 14 deste

Regimento;
g) cópia rubricada do relatório indicativo do quorum de eleitores que votaram;
h) cópia do relatório de Apuração Final, expresso em números absolutos, utilizado para homologação por parte da Comissão Eleitoral;
i) ata de homologação do Relatório de Apuração Final nos termos do art. 29 deste Regimento;
j) cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contrarrazões;
k) comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral.
Seção XIV
Recursos

Art. 36 - O prazo para interposição de recurso é de 2 (dois) dias úteis contados da declaração oficial do resultado do pleito, que se dará através da publicação por edital do resultado final da eleição.
§ 1º - Os recursos poderão ser interpostos por quaisquer dos candidatos não eleitos, quer como titular quer como suplente.

§ 2º - Os recursos e os documentos de prova serão entregues em quatro vias, contra recibo, à Comissão Eleitoral e juntados os originais à primeira via do processo eleitoral, a Segunda via do recurso e dos documentos entregues, também contra-recibo, em 1 (um) dia útil, ao recorrido, que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para oferecer contrarrazões.

§ 3º - Findo o prazo estipulado e recebidas ou não as contrarrazões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá em 2 (dois) dias úteis.

Art. 37 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos.

Parágrafo Único - Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais.

Art. 38 - Os prazos constantes desta seção serão computados, excluído o dia do começo incluído o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair no sábado, domingo ou feriado.

Seção XV

Das Disposições Gerais

Art. 39 - A posse dos eleitos ocorrerá após homologação da eleição por ato do Prefeito Municipal.

Art. 40 - Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 41 - Nenhum prazo previsto neste edital iniciará ou encerrará em dia não útil, ou quando não existir expediente normal na Prefeitura Municipal de Navegantes.

Art. 42 - O presente Regimento será válido para as eleições de 2014 e entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV.

GIANINI GRAZIELI FRANCISCO

Presidente do Conselho de Administração

Aprovado em 03/11/2014

Nova Trento

PREFEITURA

LEI Nº 2.556/2014

Lei nº 2.556/2014

Dispõe sobre Concessão de Subvenção Social à Entidade que menciona e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social, no exercício de 2014, à Associação Trinta Réis - Pró Anciãos, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.354.706/0001-38, estabelecida à Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, município de Nova Trento, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 2º O recurso de que trata a presente lei será repassado em parcela única de acordo com a disponibilidade financeira do Município, destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade, conforme plano de aplicação.

Art. 3º Fica a entidade destinatária da subvenção social obrigada a prestar contas da aplicação deste recurso no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

CONVÊNIO Nº 010/2014

CONVÊNIO Nº 010/2014

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Nova Trento a Associação Trinta Réis Pró-Anciãos de Nova Trento.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTA, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, Rua Santo Inácio, 126, Centro, representado neste ato pelo Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, portador do RG nº 3.573.471/SSP/SC e do CPF 032.953.809-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO TRINTA REIS PRÓ ANCIÃOS, CNPJ nº 06.354.706/0001-38, estabelecida à Rua Alferes s/nº, Bairro Trinta Réis, Nova Trento, CEP 88.270-000, representada neste ato pela Presidente, Senhora Filomena Ceccato Minatti, CPF nº 960.727.259-53, RG nº 1/R-49975/SSP/SC, residente

e domiciliado na Rua Independência, 273, Bairro Trinta Réis, na cidade de Nova Trento, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira com autorização dada pela Lei Municipal nº 2.556 de 07 de novembro de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Transferir recursos financeiros à Beneficiária a título de subvenção social destinado ao atendimento de despesas de manutenção da Associação Trinta Réis Pró-Anciãos, visando promover o atendimento às pessoas idosas, que freqüentam os encontros semanais, desenvolvendo atividades educacionais, de lazer e culturais, de acordo com o que estabelece o Estatuto Social da Associação, e, em especial cumprindo as metas estabelecidas no Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

2.1. Aplicar os recursos recebidos, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

2.2. Depositar o recurso recebido da Prefeitura em conta bancária específica;

2.3. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica indicada por ordem bancária ou transferência eletrônica. A movimentação por cheques nominais cruzados e individualizados por credor. Será admitida apenas quando não for possível na modalidade acima, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas;

2.4. Prestar contas do valor recebido, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da parcela, mediante apresentação de balancete, acompanhado de cópia de todos os documentos que comprovam as despesas realizadas, inclusive de documentos bancários, cópia de cheque, cópia do extrato bancário, se for o caso, sob pena de suspensão dos repasses;

2.5. Prestar esclarecimentos ao Município sobre eventuais restrições apontadas nas prestações de contas e encaminhar documentos complementares eventualmente solicitados;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Transferir o valor da subvenção de acordo com o estabelecido no Art. 2º da Lei Municipal nº 2.556, de 07 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

4.1. O valor do presente convênio é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e será transferido à Beneficiária em uma única parcela, de acordo com a disponibilidade financeira do município, conforme prevê a lei.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. Este convênio tem vigência até 31/12/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno

direito, independentemente de procedimento judicial.

7.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto e ausência da prestação de contas, por ato unilateral da Beneficiária, será rescindido o convênio na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de suspensão do recurso, ficando esta obrigada a restituir os valores recebidos, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
 - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
 - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;
 - c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
 - d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
 - e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.
- 9.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de

Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:

1. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
2. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
3. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
4. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
5. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;
6. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
7. Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;
8. Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
9. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
10. Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;
11. Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
 - b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
 - c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
 - d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Nova Trento, em 07 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Filomena Ceccato Minatti
Presidente da Associação Trinta
Réis Pró-Anciãos

Adauton Raulino
Secretário M. da Habitação e Bem Estar Social

Clarisse Cadorin Marchiori
Testemunha

Juliano Gulini
Testemunha

CPF nº 298.715.739-87 CPF nº 040.187.199-14

LEI Nº 2.557/2014

LEI Nº 2.557/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO QUE ESPECIFICA, PARA SUBSIDIAR ATENDIMENTO A IDOSOS EM REGIME DE ABRIGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovo e eu sanciono e promulgo a seguinte, lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742/93, visando à prestação de atendimento a idosos, em regime de abrigo, mediante o recebimento de recursos públicos, nos termos do convênio que integra a presente lei.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) o valor mensal por idoso acolhido, em regime de abrigo, oferecendo serviços nas áreas de Enfermagem, Cuidadoras, Médico Clínico Geral, com atendimento semanal e Dentista, além de serviços de cozinha e lavanderia, de modo a promover o bem estar físico, mental e emocional do idoso.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão pela Secretaria Municipal de Assistência Social - Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 2.041- Atendimento à Pessoa Idosa - Elemento de Despesa: 3390, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças
CONVÊNIO Nº 011/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO E A ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, PARA SUBSIDIAR O ATENDIMENTO A IDOSOS EM REGIME DE ABRIGO.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, doravante designada simplesmente CONVENIENTE, com sede à Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.925.025/0001-60, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI,

cujo instrumento é também subscrito pelo Secretário Municipal de Assistência Social, ADAUTON RAULINO, de outro lado a ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, doravante designada simplesmente CONVENIADA, com sede à as margens da Rodovia SC 408, Km 06, na localidade de Krecher, no município de São João Batista/SC, CEP 88240.000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.944.582/0001-80, neste ato representada pela Presidente da Associação MARLI TE-REZINHA PÊRA MAZERA, portadora da cédula de identidade RG nº 397.943 e inscrita no CPF/MF nº 288.397.229-04, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, nos termos da Lei Municipal nº 2.557, de 07 de novembro de 2014, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente termo de convênio tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a CONVENIENTE e a CONVENIADA, para a manutenção de serviço de atendimento a idosos independente e semi independente, em regime de abrigo, oferecendo serviços nas áreas de Enfermagem, Cuidadoras, Médico Clínico Geral, com atendimento semanal e Dentista, além de serviços de cozinha e lavanderia, de modo a promover o bem estar físico, mental e emocional do idoso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RECOMENDAÇÃO MÉDICA:

A CONVENIADA prestará atendimento aos idosos encaminhados pela CONVENIENTE, desde que não exista recomendação médica para internação hospitalar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

O serviço prestado pela CONVENIADA será acompanhado pela Seção de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Municipal do Idoso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS VAGAS:

A Associação tem capacidade para acolher 32 (trinta e dois) idosos de ambos os sexos, disponibilizando vagas sociais.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:

No caso de seu efetivado acolhimento, a CONVENIENTE, repassará mensalmente para desenvolvimento dos objetivos previstos na Cláusula Primeira, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por idoso acolhido.

Parágrafo Único - O valor mensal estabelecido neste instrumento poderá ser reajustado, anualmente, pelo Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 3º da Lei nº 2.557, de 07 de novembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS:

Fica estabelecido entre as partes que os recursos públicos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão gerar assistência e benefícios única e exclusivamente aos idosos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE compromete-se a:

- solicitar anualmente o Plano de Trabalho da CONVENIADA avaliando se permanecem contempladas as condições para o atendimento firmado neste instrumento;
- estabelecer um plano de supervisões mensais, através da secretaria Municipal de Assistência Social, visando acompanhar a execução do Plano de Trabalho e perfeito cumprimento, conforme estabelecido neste instrumento, quanto à aplicação dos recursos públicos;
- repassar à CONVENIADA os recursos financeiros definidos na Cláusula Quinta deste convênio, regularmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao período mensal de atendimento;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

A CONVENIADA se compromete a:

- aplicar devidamente os recursos públicos, conforme estabelecido neste instrumento;
- proceder à prestação de contas junto à CONVENIENTE, regularmente ao final de cada período mensal de atendimento;
- devolver à CONVENIENTE qualquer saldo positivo obtido na prestação de contas;
- contratar o pessoal necessário e devidamente qualificado para as funções específicas do atendimento, nas áreas de Enfermagem, Cuidadoras, Médico Clínico Geral, com atendimento semanal e Dentista, além de serviços de cozinha e lavanderia, de modo a promover o bem estar físico, mental e emocional do idoso.
- administrar os recursos públicos de forma a garantir os serviços em benefício único e exclusivo do idoso;
- manter cadastro e fichas individuais com os dados do idoso atendido;
- informar e interagir junto à supervisão da CONVENIENTE, a fim de buscar um aprimoramento na qualidade do serviço, ou identificar alternativas de solução para problemas no atendimento;
- manter atualizado o cadastro da entidade junto à CONVENIENTE e demais órgãos legalmente competentes para este fim;

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA:

O presente convênio terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura deste Termo, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja interesse das partes, mediante a lavratura de Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RENOVAÇÃO:

Quando da renovação deste termo de convênio, a CONVENIENTE e a CONVENIADA procederão a uma avaliação da parceria estabelecida e do atendimento prestado, podendo ser revistos os parâmetros aqui fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA primeira - DAS ALTERAÇÕES:

As alterações que forem acordadas e se fizerem necessárias durante a vigência deste termo, poderão ser formalizadas através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA segunda - DAS AVALIAÇÕES:

As partes Convenientes, a qualquer momento, poderão realizar avaliação da parceria estabelecida e do atendimento prestado, podendo ser revistos os parâmetros aqui fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA terceira - DA DENÚNCIA:

O presente instrumento poderá ser denunciado pelas partes Convenientes, a qualquer momento, mediante aviso escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com a execução do presente convênio correrão por conta da Dotação Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Projeto/Atividade: 2.041- Atendimento à Pessoa Idosa - Elemento de Despesa: 3390.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista para dirimir eventuais dúvidas suscitadas por força do presente convênio, por mais privilegiado que outro o seja.

E, assim, por estarem de perfeito acordo, firmam o presente convênio em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas, para que surta todos os efeitos legais.

Nova Trento, 07 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marli Terezinha Pêra Mazera
Presidente da Associação Olindina Kammer

Adauton Raulino
Secretário M. de Assistência Social

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Clarisse Cadorin Marchiori
Gerente Legislativo
CPF nº 298.715.739-87

Juliano Gulini
Chefe de Gabinete
CPF nº 040.187.199-14

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Estado De Santa Catarina
Município De Novo Horizonte

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014. O Prefeito do Município de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público destinado à prover vagas no quadro de pessoal do Executivo Municipal, aos cargos de: Agente de Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem, Psicólogo(a), Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Agente Administrativo, Fisioterapeuta, Motorista e Operador de Máquinas.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 11 de novembro a 10 de dezembro de 2014.

Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que se encontra publicado no Mural oficial da Prefeitura de Novo Horizonte (SC) e nos sites: www.novohorizonte.sc.gov.br www.construir-concursos.com.br

Novo Horizonte, em 10 de novembro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

Estado De Santa Catarina
Município De Novo Horizonte
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

O Prefeito do Município de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontram abertas as inscrições para Processo Seletivo destinado à provisão de vagas em caráter temporário no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, aos cargos/funções de: Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Educação física, Professor de Língua Estrangeira, Professor de Informática, Professor de Ciências, Professor de Ensino Religioso, Professor de Artes, Professor de Anos Iniciais do Ensino fundamental, Professor de Educação Infantil, Professor de Educação Especial, Professor Auxiliar e Auxiliar de Serviços Gerais.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 11 a 27 de novembro de 2014.

Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que se encontra publicado no Mural oficial da Prefeitura de Novo Horizonte (SC) e nos sites: www.novohorizonte.sc.gov.br www.construir-concursos.com.br

Novo Horizonte, em 10 de novembro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 165/2014 PUBLICIDADE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 165/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PROPAGANDA E/OU PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até o dia 18/11/2014 às 14h00m.

Abertura das Propostas: dia 18/11/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 07 de Novembro de 2014.

Fábio Salvador

Presidente da Comissão de Licitação

Palhoça

PREFEITURA

LEI Nº 4.116, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.116, de 22 de OUTUBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Valência.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Valência, via pública localizada no Loteamento Parque Residencial do Tabuleiro no bairro Bela Vista, com extensão total de aproximadamente 495,14 metros, e 10,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 22 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.730, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.730, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça para o exercício de 2014, na ordem de 202.500,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 202.500,00, (duzentos e dois mil e quinhentos reais), na dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 202.500,00

151 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 202.500,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por contadas anulações de dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.042 - Functo e Manutenção do EJA R\$ 10.000,00

159 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.075 - Functo e Manut. do Conselho Munc.Educação R\$ 12.500,00

166 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

2.105 - Laborat.de Inclusão Digital e Serv.de Educação R\$ 130.000,00
172 4.4.90.00.00.00.00.0.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
1.173 - Construção Creche Praia de Fora R\$ 50.000,00
132 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 06 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.731, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014
DECRETO Nº 1.731, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação do orçamento fiscal da SAMAE em R\$ 1.000.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00, (hum milhão de reais), na dotação orçamentária abaixo:

26.00 - SERV.AUT.MUNIC.DE ÁGUA E ESG.DE PALHOÇA-SAMAE
26.01 - SERV.AUT.MUNIC.DE ÁGUA E ESG.DE PALHOÇA-SAMAE
2.135 - Functo e Manutenção das Águas de Palhoça R\$ 1.000.000,00
645 3.3.90.00.00.00.00.0.1430133 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

26.00 - SERV.AUT.MUNIC.DE ÁGUA E ESG.DE PALHOÇA-SAMAE
26.01 - SERV.AUT.MUNIC.DE ÁGUA E ESG.DE PALHOÇA-SAMAE
2.192 - Reservatório e Auditora Bela Vista/Ariuri R\$ 1.000.000,00
654 4.4.90.00.00.00.00.0.1430133 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 06 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003/SMR, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

(Portaria nº 003, de 06 de novembro de 2014).

PORTARIA Nº 003/SMR, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI A COMISSÃO DE ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO ON-LINE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII

e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Com objetivo de melhorar e democratizar nosso atendimento, utilizando-se das novas tecnologias para realização do projeto de modernização da gestão administrativa, oferecendo cada vez mais facilidades no atendimento ao cidadão, com a qualificação na prestação dos serviços, fica instituído a Comissão de Estudos para Implantação dos Serviços de Protocolo On-Line da Secretaria Municipal de Receita.

Art. 2º A Comissão de Estudos para Implantação dos Serviços de Protocolo On-Line da Secretaria Municipal de Receita será constituída pelos seguintes servidores municipais:

Presidente: Denise Braga;
Vice Presidente: Jefferson João Miguel;
Secretário: Frederico S. Alvarez;

Membros Efetivos

- Marlene Schutz Souza;
- Adaime da Rosa;
- Estefano Hugo Broering;
- Dian Carla Gonçalves.
- Pedro Paulo dos Passos Freitas.
- Rafael Rodrigues de Freitas;

Membros Suplentes

- Ana Carolina Lucchi Luz;
- Jussara Ghizoni;
- Nelson Rocha;

P.U. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 3 meses, podendo ser prorrogado, por solicitação da Comissão e devidamente justificado, por mais dois meses.

Art. 3º A Comissão de Estudos para Implantação dos Serviços de Protocolo On-Line da Secretaria Municipal de Receita, poderá, a qualquer tempo, se assim achar necessário para alcançar o seu objetivo, requisitar servidores municipais para participar das suas reuniões, convidando-o com antecedência mínima de 48 horas antes do início das suas atividades, com a devida autorização da Secretaria que esteja executando suas atividades laborais.

Art. 4º A Comissão deverá ser convocada imediatamente para a primeira reunião e promover, de plano, no prazo de 10 dias, o planejamento das ações que serão necessárias para atingir as metas que deverão ser cumpridas para que a implantação do protocolo online seja promovida em toda a sua abrangência.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 06 de novembro de 2014.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário Municipal de Receita

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2014 - Pregão Presencial 51/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 24/01/2014 à 23/01/2015.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	Valor Unitário	Valor Total
4	3.000	Un.	Folder alterações frequentes na gestação 30X21cm, 1 folha 4X4 cores em papel cochê brilho 170gr comercial, 2 dobras, vinco.	R\$0,19	R\$570,00
5	2.000	Un.	Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.	R\$0,04	R\$80,00
7	200	blocos	Formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: Ficha de cadastramento da gestante- Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pré-Natal, Parto, Puerpério e Criança; Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls; Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 Gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls; Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.	R\$3,10	R\$620,00
8	3.000	Un	Folder Você sabe Qual a Relação Entre Escova de Dente e Transmissão de Doenças? 30x21 cm, 1 folha 4x4 cores em papel coche brilho 170 gr comercial, 2 dobras, vinco.	R\$0,19	R\$570,00
					R\$1.840,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014 - Pregão Presencial 51/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRÁFICA MADRI LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 24/01/2014 à 23/01/2015.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	Valor Unitário	Valor Total
2	40.000	Un.	Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.	R\$0,05	R\$2.000,00
3	3.000	Un.	Cartão pré-natal, papel off-set 240 gr, 03 vincos, tamanho 13,5X51cm, impressão 4X4 cores.	R\$0,25	R\$750,00

6	2.000	blocos	Formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: Boletim de atendimento do Enfermeiro- CAPS AD; Boletim de atendimento do Técnico de Enfermagem – CAPS AD; Boletim de atendimento do Psiquiatra - CAPS AD; Boletim de atendimento do Psicológico – CAPS AD; Boletim de atendimento do Pedagogo – CAPS AD; Boletim de atendimento do Assistente Social – NASF; Boletim de atendimento do Nutricionista – NASF; Boletim de atendimento do Psicólogo – NASF; Boletim de atendimento do Educador Físico – NASF; Boletim de atendimento do Farmacêutico – NASF; Boletim de atendimento do Enfermeiro – UPA; Boletim de atendimento do médico – UPA; Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2 complementar; Boletim de atendimento do Técnico de Enfermagem; Ficha D Complementar- Programa saúde da Família.	R\$1,90	R\$3.800,00
					R\$6.550,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2014 - Pregão Presencial 51/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 24/01/2014 à 23/01/2015.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000	Un.	Agenda de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4X4 cores, tamanho fechado 16X22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4X4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4X0 cor, tamanho aberto 21X16cm, corte especial e cola, papel off-set 240gr.	R\$1,62	R\$4.860,00
					R\$4.860,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2014 - Pregão Presencial 21/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CARLA CRISTINA MARCILIO. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas, divisórias e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Lote 01 - Materiais hidráulicos e outros

Item	Quant	Unid	Descrição dos Itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Global
1	30	unid.	Abraçadeira tipo U 40mm	FERCA	R\$0,30	R\$9,00
2	30	pç	Adaptador ¾ Cola e Rosca	KRONA	R\$0,30	R\$9,00
3	30	pç	Adaptador 1 ½ Cola x Rosca	KRONA	R\$1,20	R\$36,00
4	3	m3	Areia média	2 IRMÃOS	R\$39,00	R\$117,00

5	10	saco	Argamassa 20 kilos	INKOR	R\$4,00	R\$40,00
6	60	unid.	Assento plástico para vaso sanitário, com base e tampa de plástico soprado – utilizado para fixação na do vaso, parafusos e borboletas em material plástico, conforme NBR	DURIM	R\$9,90	R\$594,00
7	20	pç	Bóia para caixa d'água ½	KRONA	R\$4,00	R\$80,00
8	20	pç	Bóia para caixa d'água ¾	KRONA	R\$4,05	R\$81,00
9	4	m3	Brita nº 1	SAND	R\$55,00	R\$220,00
10	100	pç	Bucha 8, com parafuso	CISER	R\$0,10	R\$10,00
11	100	pç	Bucha 10, com parafuso	CISER	R\$0,11	R\$11,00
12	200	pç	Bucha 6, com parafuso	CISER	R\$0,10	R\$20,00
13	100	pç	Bucha 8, com parafuso para lavatório	CISER	R\$0,10	R\$10,00
14	15	pç	Cadeado 30 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado	SOPRANO	R\$7,00	R\$105,00
15	15	pç	Cadeados de 35 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado	SOPRANO	R\$8,50	R\$127,50
16	15	pç	Cadeados de 40 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas Chaves em latão cromado	SOPRANO	R\$11,00	R\$165,00
17	10	pç	Caixa de descarga completa, plástico resistente	ASTRA	R\$17,70	R\$177,00
18	10	Barra	Cano de PVC para esgoto – 50mm, barra 6 metros	KRONA	R\$19,80	R\$198,00
19	20	unid.	Cilindro em inox, para linha 803 para fechaduras da marca stam, acompanhado com duas chaves iguais e o parafuso de fixação.	STAM	R\$12,00	R\$240,00
20	20	saca	Cimento saco com 50 kg	VOTORAM	R\$22,90	R\$458,00
21	10	pote	Cola adesiva pvc para conexões hidráulicas, apresentação pote de 175g, tipo colagem rápida, com pincel aplicador	KRONA	R\$6,90	R\$69,00
22	30	m	Corrente galvanizada, tamanho 6mm	FERCA	R\$5,50	R\$165,00
23	5	unid.	Desengripante lubrificante multiuso spray 300 ml	W40	R\$4,50	R\$22,50
24	30	pç	Dobradiça 3 1/2" cartela	FERCA	R\$5,00	R\$150,00
25	30	pç	Dobradiça 3" cartela	FERCA	R\$4,50	R\$135,00
26	10	pç	Engate (bico tipo pistola) para mangueira de jardim ½, plástico resistente.	KRONA	R\$5,00	R\$50,00
27	10	unid.	Fechadura com maçaneta para porta de alumínio e/ou ferro	STAM	R\$27,00	R\$270,00
28	20		Fechadura externa completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta alumínio testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves	SOPRANO	R\$19,80	R\$396,00
29	40	unid.	Fechadura interna completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta alumínio testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves	SOPRANO	R\$17,00	R\$680,00
30	40	unid.	Fechadura de gaveta 301, 22mm niquelada	SOPRANO	R\$5,00	R\$200,00
31	20	rolo	Fita veda rosca, 18mmX25m	KRONA	R\$3,50	R\$70,00
32	50	pç	Joelho 25, soldável	KRONA	R\$0,17	R\$8,50
33	40	pç	Joelho 25, soldável 25 1/2 com rosca	KRONA	R\$0,90	R\$36,00
34	40	pç	Joelho de PVC de 40mm para esgoto	KRONA	R\$0,40	R\$16,00
35	20	pç	Joelho de PVC, 50mm para esgoto	KRONA	R\$0,70	R\$14,00
36	5	unid.	Lâmina com 18 dentes de wídia, para serra circular elétrica.	DISMA	R\$19,90	R\$99,50

37	8	conj.	Lavatório com coluna para banheiro em porcelana na cor branca.	DECA	R\$79,00	R\$632,00
38	50	folha	Lixa de grão 80.	NORTON	R\$0,50	R\$25,00
39	50	folha	Lixa de grão 120.	NORTON	R\$0,40	R\$20,00
40	20	pç	Luva de correr de 25mm soldável	KRONA	R\$4,00	R\$80,00
41	20	pç	Luva 25, roscável - 3/4	KRONA	R\$0,50	R\$10,00
42	15	pç	Luva de correr de 25mm soldável	KRONA	R\$4,00	R\$60,00
43	2	rolo	Nylon para roçadeira elétrica, rolo com aproximadamente 3 metros bitola 1.8mm	DISMA	R\$3,00	R\$6,00
44	5	unid.	Porta interna de madeira, medidas 0,80m x 2,10	SALETE	R\$40,00	R\$200,00
45	7	kg	Prego 12x12	BENORTE	R\$7,20	R\$50,40
46	5	kg	Prego 15x21	BENORTE	R\$7,20	R\$36,00
47	5	kg	Prego 17x 27	BENORTE	R\$6,50	R\$32,50
48	10	pcte	Prego de aço com cabeça, medindo 17 x 21, saco com 100 peças	BENORTE	R\$9,90	R\$99,00
49	10	pcte	Prego de aço com cabeça, medindo 17 x 27, saco com 100 peças	BENORTE	R\$9,90	R\$99,00
50	100	m2	Piso branco resistente, medindo 45x45, mínimo P4	CEJATEL	R\$6,90	R\$690,00
51	15	pct	Rejunto, pacote com 1 kg	CERAMIFIX	R\$1,50	R\$22,50
52	4	pç	Reparos de caixa acoplada, conjunto	ASTRA	R\$16,00	R\$64,00
53	20	conj.	Reparo universal para válvula hidra completo	ASTRA	R\$19,90	R\$398,00
54	10	pç	Sifão duplo, tipo Y	CENSI	R\$7,60	R\$76,00
55	20	pç	Sifão sanfonado longo	CENSI	R\$6,00	R\$120,00
56	40	pç	Sifão sanfonado universal	CENSI	R\$5,00	R\$200,00
57	10	tubo	Silicone, tubo com 280 gramas	AFIX	R\$6,90	R\$69,00
58	50	conj.	Suporte de mão francesa, em ferro pintura epóxi, medindo 30x40cm, com conjunto de fixação, cor branco.	METALLINI	R\$3,90	R\$195,00
59	20	unid.	Tabua madeira pinus aplainada, medindo 30cm x 3metros.	FELTZ	R\$15,00	R\$300,00
60	10	pç	Tambor para fechadura externa	STAM	R\$7,50	R\$75,00
61	30	pç	Tambor para fechadura interna	STAM	R\$7,50	R\$225,00
62	20	pç	Tampa para fossa séptica de 50	JK	R\$14,00	R\$280,00
63	20	pç	Tampa para fossa séptica de 80	JK	R\$23,00	R\$460,00
64	5	unid.	Tanque de lavar roupas produzido em polipropileno, capacidade de 24 Litros, completo, com válvula, parafusos e buchas para fixação.	SERCEL	R\$24,60	R\$123,00
65	30	pç	Tê azul 25 ½	KRONA	R\$2,05	R\$61,50
66	30	pç	Tê azul 25 ½ com rosca	KRONA	R\$2,05	R\$61,50
67	500	unid.	Telha cerâmica francesa	CELISO	R\$1,00	R\$500,00
68	20	unid.	Telha comunheira de amianto 6 mm	IMBRALIT	R\$23,00	R\$460,00
69	40	unid.	Telha de amianto 0,50 x 2,44 x 6mm	IMBRALIT	R\$10,00	R\$400,00
70	2000	unid.	Tijolo, material barro cozido, tipo furado, comprimento 19, largura 14, espessura 9, quantidade furos 6, aplicação construção civil	WEBER	R\$0,33	R\$660,00
71	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, ½, de plástico mesa	DURIM	R\$9,90	R\$198,00
72	50	unid.	Torneira para lavatório 25mm, ½, de plástico parede	DURIM	R\$11,10	R\$555,00
73	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, ¾, de plástico mesa	DURIM	R\$10,90	R\$218,00
74	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, ¾, de plástico parede	DURIM	R\$11,10	R\$222,00
75	10	par	Trinco para porta, aproximadamente 7 cm	FERCA	R\$3,00	R\$30,00
76	30	pç	Válvula de lavatório cromada sem ladrão	KRONA	R\$5,00	R\$150,00

77	20	pç	Válvula de pia metal curta	LINDA	R\$4,00	R\$80,00
						R\$13.332,40

Lote 03 - Ferrmentas

114	10	pç	Broca aço rápido 4	DISMA	R\$2,00	R\$20,00
115	10	pç	Broca aço rápido 8	DISMA	R\$3,20	R\$32,00
116	5	pç	Broca aço rápido 8 longa	DISMA	R\$13,00	R\$65,00
117	4	unid.	Chave teste isolante	GOLD	R\$2,00	R\$8,00
118	2	unid.	Chave inglesa 8	DISMA	R\$23,00	R\$46,00
119	5	unid.	Espátula 10 cm	ATLAS	R\$6,00	R\$30,00
120	5	unid.	Espátula 12 cm	ATLAS	R\$8,00	R\$40,00
121	5	unid.	Espátula 4 cm	ATLAS	R\$3,00	R\$15,00
122	5	unid.	Espatula 8 cm	ATLAS	R\$4,00	R\$20,00
123	20	Unid.	Martelo de carpinteiro com unhas, peso com cabo 700g, profissional, com cabeça redonda diâmetro 29 mm, confeccionado em liga de aço forjado e cabo de Madeira preso por cunha ou resina plástica	FAMASTIL	R\$19,90	R\$398,00
						R\$674,00

Lote 05 - Equipamentos

140	10	unid.	Escada de abrir em alumínio 7 degraus, com fita de segurança.	ALUMASA	R\$105,00	R\$1.050,00
141	1	unid.	Escada versátil em alumínio, 12 x 2 degraus, com utilização de 3 (três) formas: estendida, no formato pintor e separada, se tornando 2 escadas de 12 degraus. Degraus e pés antiderrapantes. Com capacidade total de 120 kg.	MORH	R\$449,00	R\$449,00
143	2	unid.	Parafusadeira e furadeira a bateria, potência no mínimo (Watts) 12 V, capacidade de perfuração em madeira, concreto e metais, controle de torque no mínimo 11 posições, maleta plástica, conter no mínimo 6 bits para parafusar, 6 brocas para perfuração, 1 bit de ponta dupla, 1 prolongador, 1 bateria de 12V e 1 carregador bivolt.	DWT ABS 14,4	R\$190,00	R\$380,00
144	2	unid.	Serra Marmore a seco, mínimo 125MM, potência 1400W, permitir corte em ângulo de até 45 graus e diâmetro do disco até 125mm (5"). Voltagem 220 ou bivolts. Acompanhar 02 discos de 105 mm, 01 disco de corte madeira, 01 disco 125 mm.	AWT MS 115	R\$159,00	R\$318,00
						R\$2.197,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº69/2014 - Pregão Presencial 21/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER COMERCIO DE ELTROLETRONICO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas, divisórias e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Lote 02 – Materiais elétricos						
78	50	pç	Bocal de baquelite para teto, completo	LIEGI	R\$1,376	R\$66,80
79	40	unid.	Caixa sobre por branca	RADIAL	R\$3,8533	R\$154,13
80	20	pç	Canaleta com 4 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros	ALUMBRA	R\$6,8717	R\$137,43
81	100	pç	Canaleta com 2 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros	ALUMBRA	R\$4,4771	R\$447,71
82	40	pç	Capacitor de 30uf x 440 wats	EOS	R\$10,0919	R\$403,68
83	40	pç	Capacitor de 35 uf x 440 wats	EOS	R\$10,0919	R\$403,68
84	10	pç	Disjuntor de 25	HINT	R\$5,6606	R\$56,61

85	10	unid.	Disjuntor de 30	CHINT	R\$5,6606	R\$56,61
86	10	unid.	Disjuntor de 40	CHINT	R\$5,6606	R\$56,61
87	10	unid.	Disjuntor trifasico 40 amperes	CHINT	R\$23,0738	R\$230,74
88	10	unid.	Disjuntor trifasico 50 amperes	CHINT	R\$23,0738	R\$230,74
89	5	rolo	Fio flexível 0,4 mm, com 100mt.	WIREFLEX	R\$122,4792	R\$612,40
90	5	rolo	Fio flexível 1,5, anti chama, com 100mt.	WIREFLEX	R\$50,9183	R\$254,59
91	5	rolo	Fio flexível 2,5, anti chama, com 100mt.	WIREFLEX	R\$77,0656	R\$385,33
92	5	rolo	Fio flexível 6, antichama, rolo com 100 metros	WIREFLEX	R\$192,6639	R\$963,32
93	30	rolo	Fita Isolante Anti Chama 20 m (1ª Linha)	MISTER	R\$3,468	R\$104,04
94	30	pç	Interruptor 1 sessão, simples, cor branco	RADIAL	R\$2,3945	R\$71,84
95	20	pç	Interruptor 2 sessões, simples, cor branco	RADIAL	R\$6,624	R\$132,48
96	20	pç	Interruptor 3 sessões, simples, cor branco	RADIAL	R\$6,2937	R\$125,87
97	150	unid.	Lâmpada fluorescente econômica de 20 W, aprovada pelo INMETRO	SYLVANIA	R\$4,3762	R\$656,43
98	200	unid.	Lâmpada fluorescente econômica de 25 W, aprovada pelo INMETRO	SYLVANIA	R\$4,3762	R\$875,24
99	250	unid.	Lâmpada fluorescente econômica de 40 W, aprovada pelo INMETRO	SYLVANIA	R\$4,3762	R\$1.094,05
100	10	pç	Plug macho 02 pinos, 10 a	RADIAL	R\$1,9817	R\$19,82
101	10	pç	Plug fêmea, 10 a	RADIAL	R\$2,0643	R\$20,64
102	30	unid.	Luminária de emergencia 30 Leds, bivolt, aproximadamente com potência de 2,3 watts com dimensões aprox. 60 x 47,5 x 242 mm (L x A x C)	BRASILUX	R\$26,1472	R\$784,42
103	15	unid.	Luminária fluorescente 2x20w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 20w), cor branca, completa.	BRASILUX	R\$30,2758	R\$454,14
104	20	unid.	Luminária fluorescente 2x40w (duas lâmpadas fluorescentes tubular de 40w), cor branca, completa.	BRASILUX	R\$45,4136	R\$908,27
105	30	unid.	Placa sinalizadora led, Auxiliar da iluminação de emergência	BRASILUX	R\$75,6894	R\$2.270,68
106	10	unid.	Quadro de distribuição de embutir, com com tampa, para 8 disjuntores, com barramento.	MEC-TRONIC	R\$18,9912	R\$189,91
107	50	pç	Reator eletrônico 2x20	BRASILUX	R\$11,9727	R\$598,64
108	150	pç	Reator eletrônico 2x40	BRASILUX	R\$15,2755	R\$2.291,33
109	15	unid.	Relê fotocélula, elétrico, voltagem 220 ou bivolts, com base	EXTRON	R\$23,6334	R\$354,50
110	10	par	Soquete p/lâmpada fluorescente, partida rápida	MISTER	R\$1,6422	R\$16,42
111	50	pç.	Tomada interna 2p+t.	RADIAL	R\$2,9358	R\$146,79
112	50	conj.	Tomada 2 polos + terra 10A/250V, conjunto	RADIAL	R\$2,9358	R\$146,79
113	20	conj.	Tomada 2 polos + terra 20A/250V, conjunto	RADIAL	R\$3,2661	R\$65,32
						R\$15.790,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº70/2014 - Pregão Presencial 21/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VAL-DELI CECILIO DOS SANTOS. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas, divisórias e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Lote 04 - Materiais para pintura

124	20	unid.	Pincel 1 ½	ROMA	R\$1,6835	R\$33,67
125	20	unid.	Pincel 1/2	ROMA	R\$0,8987	R\$17,97
126	20	unid.	Pincel 1"	ROMA	R\$1,1233	R\$22,47
127	20	unid.	Pincel 2 ½"	ROMA	R\$2,9207	R\$58,41
128	20	unid.	Pincel 2"	ROMA	R\$2,2467	R\$44,93
129	20	unid.	Pincel 3/4	ROMA	R\$1,1233	R\$22,47
130	15	unid	Rolo de espuma 9 cm, com cabo	ROMA	R\$1,9097	R\$28,65
131	20	unid.	Rolo de Lã 09 cm	ROMA	R\$3,033	R\$60,66
132	20	unid.	Rolo de Lã de carneiro 23 cm, com garfo	ROMA	R\$12,9183	R\$258,37
133	5	unid.	Rolo de lã sintética, anti gotas, 23 cm	ROMA	R\$7,8633	R\$39,32
134	5	lata	Selador tinta predial, aspecto físico líquido, método aplicação rolo/pincel, aplicação superfícies porosas reboco/concreto/fibrocimento, tipo acrílico, 1ª linha, lata com 18 litros	RESICOLOR	R\$48,3033	R\$241,52
135	15	lata	Solvente lata 900 ml	ANJO	R\$8,425	R\$126,38
136	15	lata	Thiner lata 900 ml	ANJO	R\$8,425	R\$126,38
137	30	lata	Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor azul celeste, aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, lata com 18 litros	RESICOLOR	R\$165,1299	R\$4.953,90
138	40	lata	Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor branco neve, aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, lata com 18 litros	RESICOLOR	R\$165,12,99	R\$6.605,20
139	15	galão	Tinta esmalte sintético secagem rápida na cor branco gelo galão 3,6	RESICOLOR	R\$47,18	R\$707,70
						R\$13.348,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº71/2014 - Pregão Presencial 21/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BAR-RACAO DECORAÇÕES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas, divisórias e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Lote 06 - Divisória

145	700	m2	Divisória naval 35mm (Eucatex), com revestimento laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, instalada.	EUCATEX	R\$56,00	R\$39.200,00
146	50	un	Porta divisória naval aço 35, laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, completa, instalada.	EUCATEX	R\$160,00	R\$8.000,00
147	50	mts	Vidro liso 3mm	BARRACÃO	R\$50,00	R\$2.500,00
						R\$49.700,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2014 - Pregão Presencial 13/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LOGITEKNICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE E LOGISTICA EIRELI ME. OBJETO: A licitação tem como objeto aquisição de materiais de consumo enfermagem, laboratório, odontológico para as Unidades da Rede Municipal de Saúde, bem como materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 08/05/2014 à 07/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Item	Marca	Valor	Valor Total
11	12	kit	Sistema de imunoensaio de fluorescência para determinação simultânea em um único teste quantitativo, de troponina I, mioglobina e CK-MB massa, BNP e D-ímero em amostras de sangue total ou plasma em EDTA, volume de 200 µl, em até 20 minutos. O kit deve conter 25 testes embalados individualmente, 25 pissetas descartáveis e 01 rolo de papel térmico para impressão de testes pelo equipamento + chip de codificação do lote dos testes pelo fornecedor dos kits deverá disponibilizar em comodato, 2 aparelhos para leitura dos testes.	ALERE/TRIAGE S.O.B	R\$1.750,00	R\$21.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

1593781 - DIMASTER COM. E PRODU. HOSPITALARES LTDA - 02.520.829/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
62	SINVASTATINA 20MG.	COMPRIMIDO	SANVAL	1.600.000,	R\$0,0557	R\$89.120,00
66	Tenoxicam 20 mg IV/IM (com diluente)	AMPOLA	EUROFARMA	19.000,	R\$3,909	R\$74.271,00
Total do Fornecedor:						R\$163.391,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

1593870 - ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 02.520.829/0001-40

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	Cialis 20mg c/8cp.	CAIXA	LILLY	20,	R\$231,52	R\$4.630,40
32	Forteo Colter Pen	AMPOLA	LILLY	12,	R\$1.605,63	R\$19.267,56
36	Insulina NPH com 2 refis, 3 ml	CAIXA	LILLY	200,	R\$24,84	R\$4.968,00
37	Insulina Humalog lispro com 5 refis	CAIXA	LILLY	40,	R\$110,85	R\$4.434,00
38	Insulina Humalog Mix 25, caixa com 5 refis de 3 ml	CAIXA	LILLY	60,	R\$130,10	R\$7.806,00
39	Insulina Humalog Lispro 10 ml	FRASCO	LILLY	30,	R\$55,50	R\$1.665,00
Total do Fornecedor:						R\$42.770,96

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI. DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3536564 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - 02.520.829/0001-40

Sem lote

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável	AMPOLA	HIPOLABOR	7.000,	R\$1,85	R\$12.950,00
53	Nistatina susp. oral 100.000 UI/ml - 50ml	FRASCO	NATULAB	5.000,	R\$1,55	R\$7.750,00
54	Omeprazol 20mg.	CAPSULA	PRATI	3.500.000,	R\$0,068	R\$238.000,00
71	Vitaminas+Sais Minerais	COMPRIMIDO	VITAMED	100.000,	R\$0,0945	R\$9.450,00
Total do Fornecedor:						R\$268.150,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI. DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3541428 - WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA - 02.520.829/0001-40

Sem lote

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20	Cloridrato de Fexofenadina 180 mg, caixa com 10 comp.	CAIXA	SANOFI AVENTIS	25,	R\$40,00	R\$1.000,00
30	Espiramicina 1g	COMPRIMIDO	SANOFI AVENTIS	15.000,	R\$2,408	R\$36.120,00
33	Frisium 10 mg, caixa com 20 comp.	CAIXA	SANOFI AVENTIS	70,	R\$6,78	R\$474,60
34	Frisium 20 mg, caixa com 20 comp.	CAIXA	SANO-AVENTIS	60,	R\$12,70	R\$762,00
65	Sulpirida 50mg c/20cp	CAIXA	SANOFI AVENTIS	25,	R\$6,08	R\$152,00
Total do Fornecedor:						R\$38.508,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3564797 - VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 02.520.829/0001-40						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8	Budecort aqua 32 mcg, dose nasal, frasco c/ 120 doses.	FRASCO	ASTRAZENECA	60,	R\$14,02	R\$841,20
61	Seroquel 50mg XRO c/30cp.	CAIXA	ASTRAZENICA	30,	R\$92,99	R\$2.789,70
Total do Fornecedor:						R\$3.630,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3584976 - ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA - 02.520.829/0001-40						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18	Cloridrato de Ciclobenzaprina 10mg, caixa c/30 comp.	CAIXA	NEOQUIMICA	150,	R\$9,32	R\$1.398,00
23	Haloperidol 50 mg/ml 1ml	AMPOLA	TEUTO	1.000,	R\$0,86	R\$860,00
47	Maleato de enalapril 5 mg, caixa com 30 comp.	CAIXA	BELFAR	40,	R\$2,11	R\$84,40
55	Oxalato de Escitalopram 10mg, caixa com 30 comp.	CAIXA	TORRENT	40,	R\$5,08	R\$203,20
Total do Fornecedor:						R\$2.545,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3590607 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA - 02.520.829/0001-40						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	AMITRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	1.100.000,	R\$0,04	R\$44.000,00
16	Clorpromazina solução oral 40mg/ml.	FRASCO	CRISTÁLIA	1.800,	R\$4,26	R\$7.668,00
Total do Fornecedor:						R\$51.668,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3592510 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL. - 02.520.829/0001-40						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
46	Metronidazol 250mg	COMPRIMIDO	PRATI	140.000,	R\$0,06	R\$8.400,00
Total do Fornecedor:						R\$8.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2014 - Pregão Presencial 29/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 06/08/2014 à 05/08/2015.

3594211 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - 02.520.829/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	Carbonato de cálcio 500 mg.	COMPRIMIDO	VITAMED	60.000,	R\$0,035	R\$2.100,00
Total do Fornecedor:						R\$2.100,00

CÂMARA MUNICIPAL**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2013, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA EMCATUR VIAGENS TURISMO LTDA.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2013, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA EMCATUR VIAGENS TURISMO LTDA.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2013, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EMCATUR VIAGENS TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.895.250/0001-64, com sede na Rua: Marechal Guilherme, 186, 8º andar, centro - Florianópolis/SC - CEP:88.015-000 (SC), neste ato representada por, Daniela Zaroni Araujo, CPF 780.807.979-00, doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n. 08/2013, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 06/05/2013, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro termo Aditivo para aquisição de Serviços de cotação de preços, reservas, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas (nacionais) para Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 08/2013, o valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da CONTRATANTE, o que representa o acréscimo de 25.00% do quantitativo inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 06 de novembro de 2014.
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Contratante

EMPRESA EMCATUR VIAGENS TURISMO LTDA.
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Papanduva**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092/2014

Aos vinte nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 121/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/10/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ 03.125.830/0001-33, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de combustíveis, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 180.600,00 (cento e oitenta mil e seiscentos reais), relativos ao item 02, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 121/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Presencial nº 121/2014 e seus anexos;
 - b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

Item 02: 70.000,00 (setenta mil) litros de Óleo Diesel S10 que deverão ser entregues diretamente nos tanques de combustíveis dos veículos da frota municipal, no horário das 00:00 às 23:59 horas, conforme a necessidade, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no máximo à 5km da Garagem Municipal de Papanduva. A retirada dos combustíveis somente poderão ser efetuados mediante requisição da contratante, a qual mencionará o veículo a ser abastecido e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo a ser abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo.

4.2 - O combustível deverá ser entregue parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.3 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) até o 12º(décimo segundo) dia do mês subsequente ao de fornecimento;

4.4 - A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 121/2014 e seus anexos;

5.2 - Responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.3 - Também, pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.4 - Deverá providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

5.5 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.6 - Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.7 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital e desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste

Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de outubro de 2014.

_____ - Silvana Frederico Trindade - Pregoeira

_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

_____ - Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio

_____ - AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 099/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 099/2014, Referente ao Pregão Presencial nº 120/2014. Objeto: Prestação de serviços através de empresa especializada para realização de teste seletivo. Contratada: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA - EPP, totalizando o montante de R\$ 18.500,00 (dezoito mil

e quinhentos reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se dará a partir da data de assinatura do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2014 ou até a entrega final dos serviços prestados, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 30 de outubro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 CONCORRÊNCIA Nº 116/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 CONCORRÊNCIA Nº 116/2014. Objeto: Concessão de uso do espaço público denominado "CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL" Tipo: Maior Desconto. Entrega dos Envelopes: Até o dia 10/12/2014 às 08:30 horas; Abertura dos Envelopes: 10/12/2014 - 08:45 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal nº 2025, de 22 de julho de 2014. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 07 de novembro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014. Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis destinados aos veículos, máquinas, caminhões e ônibus da frota municipal. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 21 de novembro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 21/11/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 07 de novembro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC120/2014

DECRETO Nº. 120, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
"NOMEIA ANDRE CARDOSO, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Andre cardoso para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 05 de novembro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

DEC121/2014

DECRETO Nº. 121, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DE ACORDO COM O EDITAL 004/2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com as Leis nº 513 de 25 de agosto de 2005, 922 de 16 de abril de 2014 e Leis 736 e 737 de 29 de abril de 2011.

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado, para que produza efeitos legais e jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014, convocado através do Edital nº 004/2014, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de funcionários da Secretaria Municipal Obras Transportes e Serviços Urbanos de Passo de Torres S/C, nos seguinte cargo: Braçal, cuja relação de classificação é a seguinte:

Lista de Classificação para o Cargo de Braçal:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	1º- Tiago Lentz

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 07 de novembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária M. de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0092/2014

EXTRATO CONTRATO n. 0092/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0055/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0011/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: JOSÉ DAVI SOBRINHO - EPP

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para execução de show pirotécnico, com profissionais e fornecimento de produtos.

Valor: Pelos serviços e produtos a serem prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 07 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 473, de 7 de novembro de 2014.

"NOMEIA A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo nominados para compor a Comissão Responsável pelo Estudo e Revisão do Plano Municipal de Educação:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Ivania Sangalli Dal'Orsoletta;

II - Representante do Poder Executivo Municipal:

Douglas Aigner e Cleverson Luiz Alves de Santi.

III - Representante da Rede Estadual de Ensino:

Nelvaci Tirelli Hansen;

IV - Representante da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação:

Noeli Fatima Tamanho Canonica;

V - Representante dos Diretores das Escolas Municipais:

Fabiana Zanchet Moretto;

VI - Representante dos Professores:

Juliana Fabia CanonicaTirelli, TanaraComunello e MarizeteArcari.

VII - Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Celis Regina Danieli e José da Rocha Bueno.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº 286, de 14 de janeiro de 2014, bem como todas as demais disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia, 14 de janeiro de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

DECRETO Nº 2116/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2116/2014

NOMEIA: o Sr. NERI ANTÔNIO DOMECIANO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO DETRAPEN I, do Departamento de Trânsito, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 07 de novembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 347, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 347, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 016/2012 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que os recursos do convênio não foram repassados, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 016/2012, modalidade Tomada de Preços, em razão dos recursos do convênio não terem sido repassados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
05 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.095, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.095, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE NOVEMBRO/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM - Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006. DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 0,28% (vinte e oito centésimos percentuais), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos até o mês de Outubro/2014, para pagamento no mês de Novembro/2014.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Outubro/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Novembro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de Outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 4.092, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.092, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

03	Fundo Municipal da Saúde
0301	Fundo Municipal da Saúde
0301.10	Saúde
0301.10.301	Atenção Básica
0301.10.301.1001	Saúde com Qualidade
0301.10.301.1001.2052	Manutenção Piso At. Básica
Var. União	
3390-0000	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0164	

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) conforme abaixo discriminado;

03	Fundo Municipal da Saúde
0301	Fundo Municipal da Saúde
0301.10	Saúde
0301.10.301	Atenção Básica
0301.10.301.1001	Saúde com Qualidade
0301.10.301.1001.2052	Manutenção Piso At. Básica
Var. União	
3390-0000	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0164	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
21 DE OUTUBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº350, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº350, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Artigo nº 164, lei Complementar nº 016/92 e,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, até 31 de dezembro de 2014, licença por

motivos de doença em pessoa da família, da servidora ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo de Professora, concedida através da portaria nº 182 de 16 de Abril de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
07 de Novembro de 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA Nº 17.222

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
PORTARIA Nº 17.222

NOMEIA SUSANA ALEXANDRA HARDT, PARA EXERCER EM COMISSÃO O CARGO DE CONSULTOR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo 12, Parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 74 de 05 de dezembro de 2001 e com o Artigo 79 da Lei Complementar nº 167 de 30 de janeiro de 2009, NOMEAR SUSANA ALEXANDRA HARDT, para exercer em comissão o cargo de CONSULTOR, a partir de 02 de dezembro de 2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 02 de dezembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

CONTRATOS 2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 217C/2014

PROCESSO Nº. 0084/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0036/2014 - REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: Jucelia Borsatti Borges da Cruz ME

CNPJ: 10.604.006/0001-21

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços fretado de transporte rodoviário e rural.

VALOR DO CONTRATO: R\$8.996,00 (oito mil novecentos e noventa e seis reais)

VIGÊNCIA: De 03 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 222/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: IRMÃOS DE GREGORI LTDA EPP

CNPJ: 83.426.882/0002-60

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$3.236,50 (três mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: De 22 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 223/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME

CNPJ: 11.340.804/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$299,20 (duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: De 22 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 224/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$1.002,30 (Um mil e dois reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: De 22 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 225/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$1.350,30 (Um mil trezentos e cinquenta reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: De 22 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 226/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$4.923,50 (Quatro mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: De 23 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 227/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME

CNPJ: 11.340.804/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$6.124,15 (seis mil cento e vinte e quatro reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA: De 23 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 228/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$1.100,56 (Um mil e cem reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: De 23 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 229/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: IRMÃOS DE GREGORI LTDA EPP

CNPJ: 83.426.882/0002-60

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$4.008,60 (quatro mil e oito reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: De 23 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 230/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$3.145,34 (três mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: De 30 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 231/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014 REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME

CNPJ: 11.340.804/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$5.807,90 (cinco mil oitocentos e sete

reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: De 30 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 232/2014

PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014

REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: IRMÃOS DE GREGORI LTDA EPP

CNPJ: 83.426.882/0002-60

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.

VALOR DO CONTRATO: R\$5.449,10 (cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: De 30 de outubro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 233/2014

PROCESSO Nº. 0102/2014 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0011/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: DESENVOLVER GESTÃO AMBIENTAL DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 19.335.965/0001-63

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de consultoria ambiental e técnica, que englobam o projeto ambiental emergencial (PAE) para licenciamento do plano de ações contra enchentes.

VALOR DO CONTRATO: R\$37.375,00 (trinta e sete mil trezentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: De 06 de outubro 31 de dezembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº114/2014 FMS

PROCESSO Nº 0010/2014 PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 04.217.590/0001-60

OBJETO: REEQUILIBRIO ECONOMICO DO ITEM 18

VALOR DO REAJUSTE: R\$ 0,31

VIGÊNCIA: DE 20 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO

Ponte Serrada, SC 06 de outubro de 2014.

PROCESSO 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 00103/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0044/2014

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços e aquisição de material para montagem da decoração natalina 2014 do Município de Ponte Serrada, de acordo com as condições do edital.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 20/11/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 20/11/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 07 de Novembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 570/2014

DECRETO Nº 570, de 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Idade com Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.887/2004 e art. 31, inciso II, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Servidora Pública Municipal Sra. CLARA KRASSOWSKI ROSA, portadora do RG nº 1.077.506-0 SSP/PR e CPF nº 521.308.519-91, no Cargo de Provimento Efetivo de Professor Docente Educação Infantil, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 072 2014 PREGÃO 038 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.072/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 19.11.2014, para Contratação de serviços de monitoramento por câmeras (locação) para as escolas e centros de educação infantil das unidades da rede Municipal de Ensino. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 07 de novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI 5.522

LEI Nº 5.522, de 04 de novembro de 2014.

"DENOMINA DE ADALBERTO LAURET, BECO SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADO NO BAIRRO TABOÃO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica denominado de Alberto Lauret, o beco sem denominação localizado no bairro Taboão, com início na rua João Ledra e final a 77,50 metros de seu início, medindo 77,50 metros de extensão e 6,00 metros de largura, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

04 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 006/2014-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014/FMAS

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de transporte de pessoas para desenvolvimento de atividades fora das unidades da Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/11/2014, às 10:30h, no endereço abaixo
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 20/11/2014 no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 06 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 4360, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4360, de 16 de outubro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.508, de 24/09/2014,

DECRETA:

Art. 1º-

Fica suplementada até o limite de R\$ 22.740,70 (vinte e dois mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos.

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.740,70
	TOTAL	R\$	22.740,70

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 22.740,70 (vinte e dois mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
1.412	Voleibol Feminino Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.740,70
	TOTAL	R\$	22.740,70

Art. 3º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RESUMOS DOS CONTRATOS DO MÊS 10/2014

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 171/2014

Convite

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Metro Cúbico Engenharia Eireli EPP

Objeto: execução e instalação da rede hidráulica do Cemitério Municipal, localizado na Ladeira da Eternidade, Bairro Santana em Rio do Sul

Valor: R\$ 53.357,12 (cinquenta e três mil e trezentos e cinquenta e sete reais e doze centavos).

Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço. Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 172/2014

Pregão Presencial nº 145/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
Objeto: prestação de serviços de Limpeza e Conservação, a serem executados no Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen, nos dias 11 e 12 de outubro, durante a realização de 25ª Festa Nacional do Bolão - Kegelfest, conforme descrito no Anexo 05.
Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).
Prazo de Execução: executados conforme o Anexo 05 do Edital.
Condições de Pagamento: dia 20 (vinte) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 08 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 173/2014

Pregão Presencial nº 144/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA - ME
Objeto: prestação de serviços de Segurança, a serem executados no Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen, nos dias 11 e 12 de outubro, durante a realização de 25ª Festa Nacional do Bolão - Kegelfest, conforme descrito no Anexo 05.
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Prazo de Execução: executados conforme o Anexo 05 do Edital.
Condições de Pagamento: dia 20 (vinte) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 08 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 184/2014

CONVITE Nº 142/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
Objeto: serviços de engenharia de forma contínua à Prefeitura de Rio do Sul, visando disponibilizar Link de Internet de 10Mbps, conforme Termo de Referência proveniente do processo licitatório CONVITE nº 142/2014 que passa a ser parte integrante deste contrato.
Valor: R\$ 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais)
Prazo de Execução: 03 (três) meses
Condições de Pagamento: dia 20 (vinte) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 28 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM

FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 187/2014

CONVITE Nº 134/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda - ME
Objeto: serviços e peças para conserto do caminhão Mercedes Benz, frota 150 da Secretaria de Obra
Valor: R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).
Prazo de Execução: deverá iniciar os serviços imediatamente após a Nota de Empenho, sendo de sua responsabilidade o transporte do equipamento até sua oficina e depois de feito o serviço entregar no pátio do depto da Secretaria de Obras, Centro, sem nenhum custo adicional.
Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 29 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 188/2014

CONVITE Nº 135/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda - ME
Objeto: serviços e peças para conserto do caminhão Mercedes Benz, frota 149 da Secretaria de Obra
Valor: R\$ 12.699,40 (doze mil e seiscentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).
Prazo de Execução: deverá iniciar os serviços imediatamente após a Nota de Empenho, sendo de sua responsabilidade o transporte do equipamento até sua oficina e depois de feito o serviço entregar no pátio do depto da Secretaria de Obras, Centro, sem nenhum custo adicional.
Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 29 de Outubro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 189/2014

CONVITE Nº 136/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda - ME
Objeto: serviços e peças para conserto do caminhão Mercedes Benz, frota 102 da Secretaria de Obra
Valor: R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).
Prazo de Execução: deverá iniciar os serviços imediatamente após a Nota de Empenho, sendo de sua responsabilidade o transporte do equipamento até sua oficina e depois de feito o serviço entregar no pátio do depto da Secretaria de Obras, Centro, sem nenhum custo adicional.
Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal
Recurso: Próprios
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 29 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DOS CONTRATOS 193 AO 196

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 193/2014

Dispensa de Licitação nº 131/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: YCATU Engenharia e Saneamento S.A

Objeto: execução de obras de melhorias das condições do conjunto habitacionais Luis Demarchi na estação modular de tratamento de esgoto sanitário, localizado no Bairro Barra do Trombudo em Rio do Sul, em conformidade com o que é indicado no projeto básico, memorial descritivo e planilhas de quantidades que compõe as especificações técnicas de serviços e obras anexo ao edital de Licitação.

Valor: R\$ 198.001,51 (cento e noventa e oito mil e um reais e cinquenta e um centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 15 (quinze) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 30 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 194/2014

Tomada de Preços nº 123/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP

Objeto: serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Augusto Fenski, Bairro Rainha em Rio do Sul

Valor: R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais)

Prazo de Execução: 9 (nove) meses, a ter início na data do recebimento da autorização de fornecimento

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dentro do período.

Recurso: Próprios/União/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 31 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 195/2014

Tomada de Preços nº 124/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP

Objeto: serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Marcolino Martinho Felipe, Bairro Barra do Trombudo em Rio do Sul

Valor: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta reais)

Prazo de Execução: 9 (nove) meses, a ter início na data do recebimento da autorização de fornecimento

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dentro do período.

Recurso: Próprios/União/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 31 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 196/2014

Tomada de Preços nº 125/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP

Objeto: serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Ataíde Generoso Fernandes "Marajó", Bairro Progresso em Rio do Sul

Valor: R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais)

Prazo de Execução: 9 (nove) meses, a ter início na data do recebimento da autorização de fornecimento

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal correspondente ao fornecimento dentro do período.

Recurso: Próprios/União/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 31 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DOS CONTRATOS 185 E 186

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 185/2014

Concorrência Pública nº 132/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em asfalto, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua João Ledra, Bairro Taboão em Rio do Sul, Lote 01

Valor: R\$ 1.470.757,22 (um milhão e quatrocentos e setenta mil e setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União PAC-2

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 28 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 186/2014

Concorrência Pública nº 132/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em asfalto, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua João Hoffmann, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, Lote 02

Valor: R\$ 460.908,47 (quatrocentos e sessenta mil e novecentos e oito reais e quarenta e sete centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União PAC-2

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 28 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul C

RESUMO DOS CONTRATOS 174 E 175

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 174/2014

Concorrência Pública nº 127/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Sovrana Engenharia e Construção Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em Lajota, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Albert Einstein, Bairro Budag em Rio do Sul, Lote 01. Valor: R\$ 243.435,38 (duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 175/2014

Concorrência Pública nº 127/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Sovrana Engenharia e Construção Ltda

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em Lajota, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Emanuel Kant, Bairro Budag em Rio do Sul, Lote 02. Valor: R\$ 181.083,78 (cento e oitenta e um mil e oitenta e três reais e setenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de Outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MES10/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 170/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS

Aos nove (09) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Central de Britagem Castelinho Ltda. ME., por

seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.310/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material britado para manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 331228 - CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA - ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
6	Base folhelho ardosiado.	U		1.000	R\$25,00	R\$25.000,00
5	Brita nº 3 folhelho ardosiado.	U		1.000	R\$31,00	R\$31.000,00
4	Brita nº 2 - Folhelho Ardosiado	U		1.000	R\$31,00	R\$31.000,00
3	Brita nº 1 folhelho ardosiado.	U		1.000	R\$31,00	R\$31.000,00
2	Folhelho ardosiado pedrisco.	U		1.000	R\$31,00	R\$31.000,00
Total do Fornecedor:						R\$149.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$149.000,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 02 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARLOS MARCELLOS

Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 176/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Fronza Comércio de Gás Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.337/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo e de água mineral para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 312827 - FRONZA COMERCIO DE GAS LTDA EPP						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
3	Carga de gás P-45.	U		40,00	R\$174,00	R\$6.960,00
Total do Fornecedor:						R\$6.960,00
Total Geral dos Itens:						R\$6.960,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO SIRLEI LAURECI FRONZA
Prefeito de Rio do Sul Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 177/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2014
INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa I. Trapp & Cia. Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.337/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo e de água mineral para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 375268 - I. TRAPP & CIA LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
2	Carga de gas P-13.	U	Liquigás	80	R\$48,00	R\$3.840,00
Total do Fornecedor:						R\$3.840,00
Total Geral dos Itens:						R\$3.840,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO IRINEU TRAPP
Prefeito de Rio do Sul Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 178/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2014
INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Empório Bebidas do Vale Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.337/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo e de água mineral para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31538576 - EMPORIO BEBIDAS DO VALE LTDA ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
1	Água mineral, bombona 20 litros	U		1.000	R\$4,98	R\$4.980,00

Total do Fornecedor:	R\$4.980,00
Total Geral dos Itens:	R\$4.980,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO RAFAEL L. CAVILHA GIRARDI
Prefeito de Rio do Sul Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 179/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2014
INTERESSADO: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Panificadora Coelho Neto Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.327/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para compor o lanche matinal dos funcionários da Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 72990 - PANIFICADORA COELHO NETO LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
3	Queijo prato fatiado.	Kg	lactofrios	180	R\$18,00	R\$3.240,00
1	Pão frances, 50 gr.	Kg		240	R\$7,75	R\$1.860,00
4	Presunto fatiado.	U	lactofrios	180	R\$13,00	R\$2.340,00
2	Leite integral pasteurizado tipo C embalagem plast	U	TIROL	480	R\$2,30	R\$1.104,00
Total do Fornecedor:						R\$8.544,00
Total Geral dos Itens:						R\$8.544,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO MARLI SCHULLE
Prefeito de Rio do Sul Sócia Administradora

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 180/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2014
INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sermedical ARP Equipamentos Hospitalares Ltda. EPP., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.335/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimento de ocorrências em enchentes, Corpo de Bombeiros, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 444243 - SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
21	Dispositivo individual de flutuação (DIF).	U	HIDRO2	40	R\$450,00	R\$18.000,00
20	Cabo de Resgate.	U	HIDRO2	40	R\$150,00	R\$6.000,00
18	Nadadeiras para mergulho/salvamento aquático.	U	SEASUB	40	R\$115,00	R\$4.600,00
15	Talher articulado em aço inox.	U	ART MILITAR	40	R\$60,00	R\$2.400,00
14	Conjunto cantil e caneco de alumínio.	U	GUEPARDO	40	R\$78,00	R\$3.120,00
13	Faca tática.	U	STARLIGHT	40	R\$45,00	R\$1.800,00
12	Mochila cargueira para resgate.	U	FIBRA RESGATE	40	R\$220,00	R\$8.800,00
11	Bota de mergulho (NEOPRENE).	U	PINO	40	R\$95,00	R\$3.800,00
9	Capuz de mergulho (NEOPRENE).	U	PINO	40	R\$45,00	R\$1.800,00
8	Roupa de mergulho (NEOPRENE).	U	PINO	40	R\$800,00	R\$32.000,00
6	Motor de popa 25 HP. - 1.	U	MARANELLO	2	R\$7.500,00	R\$15.000,00
5	Motor de popa 15 HP. - 1.	U	MARANELLO	3	R\$5.000,00	R\$15.000,00
1	Bote Inflável - casco rígido.	U	REMAR	2	R\$10.400,00	R\$20.800,00
Total do Fornecedor:						R\$133.120,00

Total Geral dos Itens:	R\$133.120,00
------------------------	---------------

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RICARDO PEDROSO
Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 181/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2014
INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa R. A. de Campos Departamentos EIRELI ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.335/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimento de ocorrências em enchentes, Corpo de Bombeiros, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31529240 - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
17	Navegador GPS.	U	GARMIN ETREX	5	R\$1.200,00	R\$6.000,00
Total do Fornecedor:						R\$6.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$6.000,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RODRIGO A. DE CAMPOS
Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 182/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2014
INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Império do Papel Comércio de Papéis Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.335/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimento de ocorrências em enchentes, Corpo de Bombeiros, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31538088 - IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
16	Lanterna de cabeça.	U	STARLIGHT	40	R\$85,00	R\$3.400,00
Total do Fornecedor:						R\$3.400,00
Total Geral dos Itens:						R\$3.400,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO HELTON BILK
 Prefeito de Rio do Sul Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 183/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2014

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Rescue Threee Brasil Comércio de Equipamentos de Resgate Aquático e Vertical Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.335/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimento de ocorrências em enchentes, Corpo de Bombeiros, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31544150 - RESCUE THREE BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE AQUÁTICO E VERTICAL LTDA ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
19	Capacete de Resgate Aquático.	U	RQ3brS-torm	40	R\$198,00	R\$7.920,00
Total do Fornecedor:						R\$7.920,00
Total Geral dos Itens:						R\$7.920,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO ANDREA C. N. SCHORNER
 Prefeito de Rio do Sul Sócia Administradora

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 190/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois

mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa ADL Comercial EIRELI EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.341/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escritório para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 277169 - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
9	Barbante Colorido nº 6	Mts.	SAO JOAO	100	R\$13,00	R\$1.300,00
48	Grampos para grampeador 26/6, caixa com 5000 unidades.	CX	JOCAR	400	R\$6,00	R\$2.400,00
108	Argila	Kg	REZENDE	50	R\$3,90	R\$195,00
110	Caderno grande capa dura, 150 folhas	U	PANAME-RICANA	50	R\$8,90	R\$445,00
100	Tesoura aco inox grande.	U	JOCAR	50	R\$17,70	R\$885,00
86	Pincel atomico cores: vermelho, preto, azul, verde	U	JOCAR	200	R\$2,70	R\$540,00
81	Pen drive 8 Gb	U	SANDISK	40	R\$36,00	R\$1.440,00
79	Pasta polionda 5 cm. altura.	U	ALA-PLAST	200	R\$5,80	R\$1.160,00
78	Pasta polionda com elastico 2,5 cm	U	ALA-PLAST	400	R\$3,10	R\$1.240,00
75	Pasta A-Z	U	FRAMA	150	R\$15,00	R\$2.250,00
72	Papel manteiga	U	VMP	150	R\$0,90	R\$135,00
62	Palito de espetinho emb c/ 100	U	THEOTO	500	R\$4,80	R\$2.400,00
58	Massa de modelar c/ 12 un.	U	LEONO-RA	200	R\$4,45	R\$890,00
36	EVA varias cores.	U	JOCAR	500	R\$2,60	R\$1.300,00
30	Dicionários em português / com o novo acordo ortográfico - em torno de 35000 verbetes.	U	RIDEEL	10	R\$10,00	R\$100,00
29	Corretivo Líquido, com 18 ml	U	PIRATININGA	150	R\$1,80	R\$270,00
27	Cola glitter cores diversas, 25 gr.	U	PIRATININGA	100	R\$4,40	R\$440,00
18	Caneta esferográfica vermelha.	U	JOCAR	500	R\$0,85	R\$425,00
14	Calculadora.	U	LEO TEC	30	R\$10,00	R\$300,00
7	Baralho Uno	U	MATEL	20	R\$13,50	R\$270,00
82	Percevejo c/ 100 un.	Cxa.	JOCAR	50	R\$2,00	R\$100,00
35	etiqueta autoadesiva tam 15 x 30mm caixa com 1500 unidades	Cxa.	INFORMS	15	R\$63,00	R\$945,00
63	Papel A3, resma com 500 folhas	Rma.	CHAMEX	100	R\$22,60	R\$2.260,00
59	Massa para biscuit, pote com 400 gramas	Pte.	DAS BRANCA	200	R\$8,90	R\$1.780,00

10	Post it, bloco 100 folhas amarelo (76X102mm)	Bl.	INFORMS	500	R\$4,40	R\$2.200,00
73	Papel tilipaper (com 40 folhas)	Pct.	OFFPA-PER	200	R\$8,00	R\$1.600,00
111	Caderno Espiral Pequeno 48 fls.	und	PANAME-RICANA	50	R\$3,45	R\$172,50
64	Papel A4 210mmx297mm - Resma	und	NOBILY	500	R\$13,50	R\$6.750,00
47	Grampeador para grampos 26/6, capacidade mínima 25 folhas de papel A	und	JOCAR	30	R\$31,00	R\$930,00
32	DVD Virgem, com capa	und	ELGIN	100	R\$4,00	R\$400,00
26	Cola em Bastão 8 Gr.	und	JOCAR	200	R\$1,80	R\$360,00
21	CD Virgem com capa acrílica	und	ELGIN	200	R\$2,70	R\$540,00
Total do Fornecedor:						R\$36.422,50
Total Geral dos Itens:						R\$36.422,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO ADEMIR LAURINDO
Prefeito de Rio do Sul Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 191/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2014

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Célia Regina Wambommel Sani ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.341/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escritório para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 435350 - CELIA REGINA W. SANI - ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
69	Papel dobradura.	Fls	REIPEL	500	R\$0,90	R\$450,00
104	Tomada T (Benjamim) - Três pinos - Novo padrão, com três pinos.	U	ORION	30	R\$6,80	R\$204,00
99	TNT cores	U	SUL BRASIL	250	R\$1,29	R\$322,50
98	Tinta spray (colorida)	U	CHEMYCOLOR	100	R\$14,90	R\$1.490,00

97	Regua acrílica 30 cm.	U	WALEU	100	R\$2,50	R\$250,00
95	Quadro de vidro com acabamento em alumínio 1,20 x 2,00	U	Belart	15	R\$160,00	R\$2.400,00
92	Plásticos transparentes para pasta catálogo	U	MARES	500	R\$0,90	R\$450,00
90	Pincel artístico nº 5	U	ORION	100	R\$2,70	R\$270,00
89	Pincel nr. 3.	U	ORION	100	R\$2,70	R\$270,00
88	Pincel nº14	U	ORION	100	R\$2,70	R\$270,00
87	Pincel artístico nº 10	U	ORION	100	R\$2,70	R\$270,00
77	Pasta a4, com canaletas, transparente	U	ALAPLAST	150	R\$1,80	R\$270,00
76	Pasta catálogo com 50 folhas plásticas - Tamanho: 243mm x 333mm	U	DAC	150	R\$18,40	R\$2.760,00
70	Papel duplex, várias cores (6x200),	U	REIPEL	200	R\$0,90	R\$180,00
68	Papel presente.	U	Embalatrento	150	R\$2,75	R\$412,50
66	Papel contact transparente.	U	VMP	200	R\$4,40	R\$880,00
61	Pacotes para pipoca - com 500 un	U	Itupel	200	R\$13,00	R\$2.600,00
60	Mural de cortiça. - Dimensões aproximadas: 1 x 0,60m.	U	Belart	10	R\$87,00	R\$870,00
57	Lixeira 10 lt.	U	arquiplast	40	R\$5,00	R\$200,00
53	Lapis de cor grande com 12 cores.	U	JOCAR	200	R\$9,80	R\$1.960,00
52	Lapis 6B.	U	CIS	100	R\$2,50	R\$250,00
50	Lampada Fluorescente tubular 32w 4100k	U	Fox Lux	100	R\$5,40	R\$540,00
49	Lampada fluorescente 20 W.	U	Fox Lux	100	R\$4,70	R\$470,00
45	FITILHOS P/ PRESENTE C/ 150MTS - BRANCO	U	FITEZA	30,00000	R\$6,75	R\$202,50
44	Fita isolante, 20 mts.	U	PIRELLI	50	R\$4,90	R\$245,00

42	Fita dupla face 12 x 30, plastica	U	DELFIX	50	R\$12,00	R\$600,00
31	Dominó (fabricado em pedra)	U	Cemar	30	R\$15,95	R\$478,50
19	Caneta para quadro de vidro	U	JOCAR	200	R\$2,70	R\$540,00
17	Caneta esferográfica, ponta fina, na cor preta, corpo em plástico transparente.	U	COMPACTOR	500	R\$0,86	R\$430,00
16	Caneta esferográfica, ponta fina, na cor azul, corpo em plástico transparente.	U	COMPACTOR	1.000	R\$0,86	R\$860,00
6	Balão coloridos, pct c/ 50.	U	Parana	400	R\$4,50	R\$1.800,00
5	ARQUIVO DE MESA EM ACRILICO	U	WALEU	30	R\$45,80	R\$1.374,00
4	Apitos.	U	Poker	30	R\$4,90	R\$147,00
54	Lapis de cor, caixa com 24 unidades	Cxa.	JOCAR	100	R\$15,30	R\$1.530,00
65	Papel cartão A4 colorido, resma com 500 folhas	Rma.	REIPEL	15	R\$16,00	R\$240,00
51	Lápis 2B	und	CIS	500	R\$1,75	R\$875,00
38	Extensão - 5 Metros	und	ORION	20	R\$15,00	R\$300,00
28	Controle Remoto Universal - TV	und	Control	10	R\$19,20	R\$192,00
Total do Fornecedor:						R\$27.853,00
Total Geral dos Itens:						R\$27.853,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO GILMAR SANI
Prefeito de Rio do Sul Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 192/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2014
INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois

mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JLM Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.341/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escritório para atender a Secretaria de Assistência Social, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 445860 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
8	Barbante cru nº 4	Mts.	FIAL	100	R\$14,00	R\$1.400,00
71	PAPEL KRAFT 40CM C/10KG	RI	PILAR	15	R\$77,80	R\$1.167,00
114	Caneta para EVA	U	JOCAR	150	R\$1,79	R\$268,50
113	Caneta para quadro branco	U	MAKE	200	R\$1,79	R\$358,00
112	Caneta para escrever em CD.	U	JOCAR	150	R\$1,79	R\$268,50
109	Jogo de baralho	U	COPAG	10	R\$18,00	R\$180,00
107	APONTADOR DE LAPIS	U	MAKE	150	R\$1,60	R\$240,00
106	Almofada para carimbo.	U	JAPAN	15	R\$8,00	R\$120,00
103	Tinta relevo (cores variadas)	U	PIRATININGA	150	R\$5,78	R\$867,00
101	Tesoura pequena sem ponta.	U	MAKE	150	R\$2,75	R\$412,50
96	Refil grande p/ cola quente 1 unid	U	MAKE	500	R\$0,90	R\$450,00
94	Prendedor de papel medio.	U	JOCAR	50	R\$2,60	R\$130,00
91	Pistola para cola quente - grande	U	MAKE	50	R\$20,00	R\$1.000,00
85	Pilha AAA alcalina.	U	ELGIN	200	R\$4,40	R\$880,00
84	Pilha alcalina AA.	U	ELGIN	200	R\$4,40	R\$880,00
83	Perfurador de papel p/ mais de 20 fls.	U	MAKE	50	R\$31,50	R\$1.575,00

80	Pasta suspen-sa, com visor e etiqueta.	U	COLOR PRESS	500	R\$1,79	R\$895,00
74	Papel verge A4 c/ 50.	U	ROMITEC	100	R\$17,50	R\$1.750,00
67	Papel crepom (diversas cores).	U	VMP	1.000	R\$1,64	R\$1.640,00
56	Livro ponto 100 folhas.	U	SÃO DO-MINGOS	40	R\$13,00	R\$520,00
55	Livro ata com 100 folhas.	U	SÃO DO-MINGOS	50	R\$13,00	R\$650,00
43	Fita durex 12mm x 40m (rolo com 17,,5cm de diâmetro no centro)	U	SP	200	R\$2,54	R\$508,00
41	Fita crepe 19X50.	U	SP	400	R\$9,80	R\$3.920,00
40	Fita adesiva 45x50.	U	SP	300	R\$4,49	R\$1.347,00
39	Extrator de gram-po.	U	JAPAN	50	R\$3,20	R\$160,00
37	EVA decorados	U	VMP	200	R\$5,70	R\$1.140,00
34	Cane-tinhas coloridas 12 cores.	U	MAKE	150	R\$4,50	R\$675,00
33	Estilete.	U	MAKE	50	R\$2,60	R\$130,00
25	Cola CASCO-REZ 1 kg.	U	PIRATI-NINGA	30	R\$18,25	R\$547,50
24	Cola branca 90 gr	U	PIRATI-NINGA	400	R\$1,75	R\$700,00
20	Cartolina colorida	U	PILAR	1.000	R\$0,87	R\$870,00
15	Caneta marca texto cor amarela	U	MAKE	250	R\$1,70	R\$425,00
12	Cadernos de proto-colo	U	SÃO DO-MINGOS	40	R\$4,50	R\$180,00
11	Borracha branca.	U	MAKE	500	R\$0,80	R\$400,00
3	Apaga-dor para quadro branco.	U	JAPAN	20	R\$4,50	R\$90,00

105	Alfinetes com cabeça (Colo-ridos) - Caixa com 50.	Cxa.	JOCAR	50	R\$4,00	R\$200,00
102	Tinta Guache, caixa com 6 cores di-ferentes. - 15ml em cada pote	Cxa.	PIRATI-NINGA	150	R\$3,60	R\$540,00
46	Giz de Cera - 12 Cores	Cxa.	LEO & LEO	300	R\$2,69	R\$807,00
23	Clips n. 8 - Nique-lado c/ 500 gr.	Cxa.	NEW	200	R\$8,99	R\$1.798,00
22	Clips niquelado nº 2 cai-xa com 500	Cxa.	NEW	200	R\$8,99	R\$1.798,00
93	Pran-cheta de Madeira (duratex) com Pren-dedor tamanho ofício	und	Souza	100	R\$4,40	R\$440,00
13	caixa de arquivo morto - peque-na de papelão forte e resistente	und	BRAGAG-NOLO	300	R\$2,65	R\$795,00
Total do Fornecedor:						R\$33.122,00
Total Geral dos Itens:						R\$33.122,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

MARCOS EDINEI TRUPPEL
Sócio Administrador

RESUMOS DOS ADITIVOS DO MÊS 10/2014

1º TERMO ADITIVO Nº 093/2014 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 099/2014, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DRENAGEM DA TRAVESSA IMPERADOR, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Maurício Ely Puttkammer - ME., estabelecida na rua Papa João XXIII, 252, Centro, no município de Santa Cecília/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.877.201/0001-10, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Maurício Ely Puttkammer, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 066/2014, o Contrato original de Materiais e Serviços nº 099, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 27 de outubro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 094/2014 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 100/2014, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DRENAGEM DA RUA DAS ORQUÍDEAS, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Maurício Ely Puttkammer - ME., estabelecida na rua Papa João XXIII, 252, Centro, no município de Santa Cecília/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.877.201/0001-10, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Maurício Ely Puttkammer, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 066/2014, o Contrato original de Materiais e Serviços nº 100, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 27 de outubro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 095/2014 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 098/2014, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DRENAGEM DA TRAVESSA ÊNIO PADILHA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Maurício Ely Puttkammer - ME., estabelecida na rua Papa João XXIII, 252, Centro, no município de Santa Cecília/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.877.201/0001-10, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Maurício Ely Puttkammer, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 066/2014, o Contrato original de Materiais e Serviços nº 098, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 26 de novembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 096/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 094/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANO DO BECO SAMUEL HOFFMANN, BAIRRO FUNDO CANOAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos doze (12) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 064/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 094, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 12 de novembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME
Sr. Dalton Borgonovo
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 097/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 140/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE MURO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA EM GABIÃO NA ROD. MUNICIPAL LAURO PAMPLONA, BAIRRO VALADA ITROUPAVA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 077/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 140, datado de 24 de julho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 28 de novembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME
Sr. Dalton Borgonovo
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 098/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 081/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LUIZ GAVIOLLI, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 081, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 5.859,05 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos), passando ao valor de R\$ 390.500,78 (trezentos e noventa mil e quinhentos reais e setenta e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 099/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 082/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA EMÍLIO WUTZOW, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 082, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 27,10 (vinte e sete reais e dez centavos), passando ao valor de R\$ 152.368,78 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 100/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 083/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA IDA LENZI, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 083, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 12,24 (doze reais e vinte e quatro centavos), passando ao valor de R\$ 117.855,92 (cento e dezessete mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 101/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 117/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL URBANO, LOCALIZADO NA RUA SANTOS DUMONT, CENTRO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrita no CNPJ sob o nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 094/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 117, datado de 13 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 26.997,30 (vinte e seis mil e novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos), passando ao valor de R\$ 213.368,72 (duzentos e treze mil e trezentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente

instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
.Sr. Gustavo Aragão Silva
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 102/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 144/2013, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA JURÍDICA NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O DR. DIOGO M. ULISSES FIGUEREDO.

Aos dez (10) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e o Dr. Diogo M. Ulisses Figueredo, estabelecida na Av. Engenheiro Max de Souza, 906, Sala 503, Ed. Max Tower Business Center, Coqueiros, no município de Florianópolis/SC, inscrita com CPF sob o nº 364.869.018-37, portador da OAB/SC 30.037, ora denominada CONTRATADA, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 091/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 144, datado de 11 de outubro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 57, inciso II e § 8º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 10 de outubro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE

Fica reajustado através do Índice do INPC, passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Primeira do item 1.2 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor para R\$ 6.182,11 (seis mil e cento e oitenta e dois reais e onze centavos), conforme demonstrativo anexa.

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal,

Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

Dr. Diogo M. Ulisses Figueredo
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

5º TERMO ADITIVO Nº 103/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 129/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ADEMAR JOSÉ KNISS, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 129, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

5º TERMO ADITIVO Nº 104/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 130/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ALTAMIRO GASTÃO, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 130, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

4º TERMO ADITIVO Nº 105/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 131/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JOSÉ JOHN, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos onze (11) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 131, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 269 (duzentos e sessenta e nove) dias, com o

seu término em 07 de março de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

3º TERMO ADITIVO Nº 106/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 132/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JOSÉ SEVERINO NEVES, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos onze (11) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 132, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante

da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 08 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

5º TERMO ADITIVO Nº 107/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 133/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LAURECI ROSA DOS SANTOS, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 133, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

5º TERMO ADITIVO Nº 108/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 134/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SOFIA KOPP, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 134, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

4º TERMO ADITIVO Nº 109/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 135/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA TANGARÁ, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 135, datado de 26 de agosto de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

3º TERMO ADITIVO Nº 110/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 138/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ADOLFO BET, FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos sete (07) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 138, datado de 16 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 04 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 111/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 095/2014, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA DO CENTRO EDUCACIONAL ROBERTO MACHADO, BAIRRO PROGRESSO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA.

Aos treze (13) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA., estabelecida na Rod. SC. 302, 1860, Barragem Oeste, no município de Taió/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável Sr. Laércio Mendes, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Tomada de Preços nº 072/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 095, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 17 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

A.R.G. INDUSTRIAL LTDA
Sr. Laércio Mendes
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

2º TERMO ADITIVO Nº 112/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 047/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DO C.E.I. PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME.

Aos treze (13) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME., estabelecida na Rua Alcebíades Vidal de Souza, 986, Serraria, no município de São José/SC, CEP 88.115-630 inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Kean Renan Possamai, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 048/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 047, datado de 06 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 22 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME
Sr. Kean Renan Possamai
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 113/2014 - RELATIVO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 08 DOS EMPENHOS Nº 8345, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ.

Aos catorze (14) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ, estabelecida na Rod. Br 470, Km 141, bairro Canta Galo, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.789.782/0060-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Procurador, Sr. Fabrício dos Santos, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se

no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica alterado o valor contratual assumido constante da Nota de Empenho, objeto da licitação, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando seus valores para:
Item 08 (Coxa e Sobrecoxa de frango), R\$ 4,49 (quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

FABRICIO DOS SANTOS
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

3º TERMO ADITIVO Nº 114/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 047/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DO C.E.I. PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME., estabelecida na Rua Alcebiades Vidal de Souza, 986, Serraria, no município de São José/SC, CEP 88.115-630 inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Kean Renan Possamai, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 048/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 047, datado de 06 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 29.999,11 (vinte e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e onze centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME

Sr. Kean Renan Possamai
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 115/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 141/2013, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., estabelecida na SCN Quadra 01, Bloco "F", salas 302/303, Edifício América Office Tower, CEP 70.711-95, no município de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.568.964/0001-54, ora denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Sr. Lilio Chaves Cabral, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 083/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 141, datado de 26 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 e § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 26 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Sr. Lilio Chaves Cabral
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

3º TERMO ADITIVO Nº 116/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MATERIAL NR. 186/2011, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAL DA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Aos dezessete (17) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Serrana Engenharia Ltda., estabelecida na rua Ottokar Doerffel, 841, bairro Atiradores, no município de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Diretor, Sr. Odair José Mannrich, portador do CPF nº 348.090.589-72 e RG nº 8/R 592.121/SSP-SC, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 111/2011, o Contrato original de Prestação de Serviço e Material nº 186, datado de 11 de outubro de 2011, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente,

aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Artigo 57 e § 8º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de até 12 (doze) meses, com o seu término em 17 de outubro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Fica reajustado pelo IGP-DI (FGV) ao valor contratual assumido constante da Cláusula Sexta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando o valor de R\$ 1.065,69 (mil e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULAIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

SERRANA ENGENHARIA LTDA
Sr. Odair José Mannrich
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO CONCURSO 002/2014 - ELIZETE DE FÁTIMA BARBOSA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELIZETE DE FÁTIMA BARBOSA, nomeado (a) pela Portaria n. 1089/RH, de 07/10/2014, publicada no DOM na data de 13/10/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n.

002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/11/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO CONCURSO 002/2014 - LUIS CARLOS PADILHA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUIS CARLOS PADILHA, nomeado (a) pela Portaria n. 1014/RH, de 11/09/2014, publicada no DOM na data de 23/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 07/11/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

PORTARIA 1159/RH

PORTARIA Nº 1159/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 28/10/2014 até 26/11/2014, a servidora municipal OLDI-NA TILLMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1160/RH

PORTARIA Nº 1160/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 29/10/2014 até 27/11/2014, a servidora municipal MARLENE VILANI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1161/RH

PORTARIA Nº 1161/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 17/10/2014 até 23/12/2014, a servidora municipal SILVIA SCHLEMPER ERHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1162/RH

PORTARIA Nº 1162/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 17/10/2014 até 10/12/2014, a servidora municipal PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 1163/RH

PORTARIA Nº 1163/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 29/10/2014 até 06/11/2014, concedida por meio da Portaria n. 1136/RH, de 23/10/2014, a servidora municipal CHEILA SIMONE NIEHUES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2014 FMS

DITAL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2014 FMS

OBJETO: Registro de preços para contratação de exames especializados para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia 17/11/2014.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: Às 08:30 horas do dia 18/11/2014. 15:00 horas do dia 12/05/2014.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Elizeu de Oliveira Santos Sobrinho
e-mail: elizeu.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações.

ÁREA REQUISITANTE: Secretário de Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

40.01.2.078.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde)

40.03.2.080.3.33.90.00.00.00.00.00 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União (Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac)

40.03.2.080.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac)

40.02.2.095.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas)

O edital completo pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Portal do Cidadão - Serviços Municipais, em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1469, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014 FMS

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014 FMS

OBJETO: Aquisição de 9 computadores p/ implantação do Sistema de Informação, do programa nacional de imunizações (SI-PNI) Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no âmbito das unidades de Saúde.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 19/11/2014 às 08:30 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 19/11/2014 às 09:00.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Davi Emanuel Klahmann de Souza Telefone: (47) 3531-1414
e-mail: davi.souza@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações
ÁREA REQUISITANTE: Setor de Vigilância Epidemiológica

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

40.04.2.085.3.44.90.00.00.00.00.00 - BLVGS - Vigilância Epidemiológica

O edital completo pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Portal do Cidadão - Serviços Municipais, em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1414, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

FÓRMULAS NUTRICIONAIS PARA LICITAÇÃO 55/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES

FÓRMULAS NUTRICIONAIS PARA LICITAÇÃO 55/2014

ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Licitação, torna pública a alteração dos referentes itens:

Item	Descrição técnica	Un. med	Quantidade
10	Dieta semi-elementar e hipoalergênica em pó, à base de proteínas do leite, extensamente hidrolisada, garantindo alta eficácia nos tratamentos de alergia à proteína do leite de vaca e/ou soja com quadros diarreicos e síndromes de má absorção. Nutricionalmente completo e que permita o uso como nutrição exclusiva enteral até um ano de idade. Apresentar baixa osmolaridade. Isento de lactose, sacarose, frutose e glúten. Lata com no mínimo 400g.	Lata	360

18	Módulo de proteína (alto valor biológico) para dieta oral ou enteral em pó, com no mínimo 90% de caseinato de cálcio ou 100% proteína do soro do leite. Isento de sabor, de boa solubilidade. Cotação por grama.	grama	60.000
19	Dieta em pó, à base de soja, para uso oral ou enteral, polimérica, nutricional-mente completa, para auxiliar no controle glicêmico. Normocalórica (1,0 kcal/ml); normolipídica e normoprotéica. Isenta de lactose e sacarose. Presença de fibras. Cotação por grama.	grama	288.000

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

1 - AQUISIÇÃO DO EDITAL: Cópia do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, através do link <http://www.riodosul.sc.gov.br/>, pelo e-mail luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, situado à Rua Tuiuti, 045 - Bairro Centro - Fone/Fax: (47) 3531-1437.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2014

DECRETO Nº 067/2014, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

DECRETA

Art. 1º. Fica através deste Decreto substituído o membro Paulo Hoffelder da Comissão Especial de Concurso Público nº 001/2014 e do Processo Seletivo Público de Provas, nomeado pelo Decreto 042/2014 pela Sra. Monica Giacomini, em razão de impedimento, constatado após a publicação das inscrições.

Art. 2º. A srta. Aline Bazzo, membro suplente, também participará dos trabalhos em razão de impedimento do Sr. Fernando Rech, constatado após a publicação da inscrições.

Art.3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 05 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL Nº 68/2014

DECRETO Nº 068 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. ATIVIDADES DA SAÚDE
Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 01.02.00000
RED: 7

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 4.014 - MANUT. DAS ATIV. ATIVIDADES DA SAUDE
Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 01.02.00000
RED: 8

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 05 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2014

PORTARIA Nº. 286/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora ERNANI SCHUMACHER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2014

PORTARIA Nº. 287/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada a partir desta data, a Sra. MARCIA JANETE SULDOVSKI, da função de Técnica em Enfermagem - 40 horas, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/2014

PORTARIA Nº. 288/2014

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-3, para o servidor FERNANDO RECH, para exercer as funções de Responsável pela Manutenção da Frota do Transporte Escolar.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/2014

PORTARIA Nº. 289/2014

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LEONICE ARIATTI ABATI, pelo período de 30/10/2014 a 22/01/2015, correspondente a 85 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO PL 84/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul
Comissão Permanente de Licitação

Resultado de Habilitação

Licitação nº 84/2014 - Concorrência Pública

Objeto: execução da 1ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário, composto de serviços preliminares, ligações domiciliares, estações elevatórias, caixas de distribuições, wetland(filtro plantado), Baffled, emissários, e urbanização e paisagismo, conforme Edital. HABILITADO: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

INABILITADO: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Ficando a empresa intimada da presente decisão para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da decisão, em 06/11/2014, para interposição de recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93. A empresa foi cientificada por e-mail da decisão tomada pela CPL, sendo que a mesma renunciou a fase recursal na mesma data da intimação acima descrita.

Desta forma comunica o representante da empresa inabilitada que o envelope contendo a proposta poderá ser retirado no Setor de Licitações.

Comunica ainda a empresa habilitada que a abertura do Envelope contendo a proposta de preços fica marcado para o dia 10 de novembro de 2014, às 14h00min, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

EDITAL Nº 88/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 88/2014- PR 88/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Troféus e medalhas para premiação no Campeonato Municipal de Bocha e de Futebol de Campo. Conforme especificações constantes no edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 18:00h do dia 20 de novembro de 2014, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13:30 horas do dia 21 de novembro de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 07 de novembro de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 139/2014

PORTARIA Nº 139/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Sra. SIMONE MARCIA MULLER ASSMANN, matrícula nº 805/2, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública relativamente ao período aquisitivo 05/03/2010 a 04/03/2011, a serem gozadas no período de 06 de Novembro de 2014 a 05 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Novembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1268/8

DECRETO Nº 297/2014

DECRETO Nº 297/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIAMAR BARANOSKI, matrículas nº 1265/3 E 1266/1, CPF: 041.246.839.52, ocupante do cargo de Enfermeira, 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 06 de Novembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Novembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

PROCESSO LICITATÓRIO N. 000000767/2014

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 000000767/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 20/11/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 06/11/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 000000768/2014

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 000000768/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE BALANÇAS PARA PESAGEM DE ANIMAIS CONFORME CONVENIO N 2629/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 11:00 horas do dia 20/11/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 11:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 06/11/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul**PREFEITURA****LEI Nº 3442/2014**

LEI Nº 3442, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.000,00
(um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
(654) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações. R\$ 1.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.192.200,00 (um milhão, cento e noventa e dois mil e duzentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade: 02 - Serviços da Dívida Pública
Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública
3.2.90.21.00.00.00 200 - Juros sobre a Dívida por Contrato. R\$ 150.000,00
4.6.90.71.00.00.00 200 - Principal da Dívida Contratual Resgatado. R\$ 600.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 - Secretaria de Educação
Atividade: 2.000 - Alimentação Escolar
(435) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 120.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha
(190) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 30.000,00
(192) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. . R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
(201) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 70.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
 Atividade: 2.080 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
 (282) 4.4.90.52.00.00.00 152 - Equipamento e Mat. Permanente. R\$ 21.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
 Unidade: 01 - Agricultura
 Atividade: 2.017 - Gestão do Depto de Agricultura
 (395) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. e Material Permanente. R\$ 28.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO
 Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
 Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
 (23) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. Pessoas Físicas. R\$ 48.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção SAMU
 (57) 3.1.91.13.00.00.00 002 - Obrig. Patronais - Op. Intra-Orçament. R\$ 1.800,00

Atividade: 2.401 - Atenção Farmacêutica
 (47) 3.3.90.32.00.00.00 264 - Material de Distrib. Gratuita R\$ 37.200,00

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica
 (17) 3.3.90.33.00.00.00 002 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 66.200,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 - Secretaria de Educação
 Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino
 (453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações. R\$ 100.000,00

Atividade: 2.022 - Coord., Manutenção e ampliação da Educação Infantil
 (463) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
 Atividade: 2.029 - Gestão da Sec. Munic. de Obras e Serv. Urbanos - SEMOB
 (204) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 70.000,00
 (206) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC. R\$ 50.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade: 01 - Assistência Social
 Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
 (257) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. Pessoas Físicas. R\$ 1.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
 Atividade: 2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS
 (528) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo. R\$ 10.000,00
 (530) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF. R\$ 5.000,00
 (531) 3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 6.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
 Unidade: 02 - Meio Ambiente
 Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente
 (396) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 28.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO
 Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
 Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
 (1) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 10.000,00
 (2) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00
 (7) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Auxílio Financ. Estudantes R\$ 2.000,00
 (8) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 500,00
 (10) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 3.000,00
 (11) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 500,00
 (14) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00
 (16) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00
 (17) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário
 (31) 3.3.90.31.00.00.00 100 - Prem. Culturais, Artist. Cient. e Outras R\$ 6.000,00
 (32) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 500,00
 (33) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 500,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica
 (30) 4.4.90.52.00.00.00 264 - Equip. Material Permanente R\$ 37.200,00

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família
 (33) 3.1.90.11.00.00.00 002 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 68.000,00
 Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 Projeto: 1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada
 (95) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações R\$ 200.000,00

Projeto: 1.002 - Ampl., Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abast. Água
 (24) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações R\$ 550.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 736/2014

DECRETO Nº 0736, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3442, de 06 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente (654) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações. R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente (257) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. Pessoas Físicas. R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 737/2014

DECRETO Nº 0737, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3442, de 06 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.192.200,00 (um milhão, cento e noventa e dois mil e duzentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade: 02 - Serviços da Dívida Pública
Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública 3.2.90.21.00.00.00 200 - Juros sobre a Dívida por Contrato. R\$ 150.000,00
4.6.90.71.00.00.00 200 - Principal da Dívida Contratual Resgatado. R\$ 600.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 - Secretaria de Educação
Atividade: 2.000 - Alimentação Escolar (435) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 120.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha (190) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 30.000,00
(192) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. . R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB (201) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 70.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.080 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (282) 4.4.90.52.00.00.00 152 - Equipamento e Mat. Permanente. R\$ 21.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 01 - Agricultura
Atividade: 2.017 - Gestão do Depto de Agricultura (395) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. e Material Permanente. R\$ 28.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento (23) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. Pessoas Físicas. R\$ 48.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção SAMU (57) 3.1.91.13.00.00.00 002 - Obrig. Patronais - Op. Intra-Orçament. R\$ 1.800,00

Atividade: 2.401 - Atenção Farmacêutica (47) 3.3.90.32.00.00.00 264 - Material de Distrib. Gratuita R\$ 37.200,00

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica (17) 3.3.90.33.00.00.00 002 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 66.200,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 - Secretaria de Educação
Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino (453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações. R\$ 100.000,00

Atividade: 2.022 - Coord., Manutenção e ampliação da Educação Infantil (463) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.029 - Gestão da Sec. Munic. de Obras e Serv. Urbanos - SEMOB (204) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 70.000,00
(206) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC. R\$ 50.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS (528) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo. R\$ 10.000,00
(530) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF. R\$ 5.000,00

(531) 3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 6.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente

(396) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 28.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(1) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 10.000,00

(2) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00

(7) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Auxílio Financ. Estudantes R\$ 2.000,00

(8) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 500,00

(10) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 3.000,00

(11) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 500,00

(14) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00

(16) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

(17) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário

(31) 3.3.90.31.00.00.00 100 - Prem. Culturais, Artist. Cient. e Outras R\$ 6.000,00

(32) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 500,00

(33) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 500,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

(30) 4.4.90.52.00.00.00 264 - Equip. Material Permanente R\$ 37.200,00

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família

(33) 3.1.90.11.00.00.00 002 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 68.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Projeto: 1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

(95) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações R\$ 200.000,00

Projeto: 1.002 - Ampl., Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abast. Água

(24) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações R\$ 550.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 738/2014

DECRETO Nº 0738, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(357) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

(360) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 12.000,00

(361) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 39.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(25) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(350) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 49.000,00

(351) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 7.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 739/2014

DECRETO Nº 0739, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 419.700,00 (quatrocentos e dezenove mil e setecentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

(17) 3.3.90.33.00.00.00 002 - Passagens e Desp. com Locomoção R\$ 30.000,00

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 300.000,00

(23) 3.3.90.46.00.00.00 002 - Auxílio-Alimentação R\$ 47.700,00

(25) 3.3.90.91.00.00.00 002 - Sentenças Judiciais R\$ 40.000,00

(27) 3.3.91.39.00.00.00 002 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas a Atenção Básica

(5) 3.1.90.11.00.00.00 002 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 200.000,00

(7) 3.1.90.16.00.00.00 002 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 100.000,00

(8) 3.1.90.94.00.00.00 002 - Indenizações e Restituições R\$ 10.000,00

(10) 3.3.90.14.00.00.00 002 - Diárias - Civil R\$ 20.000,00

(18) 3.3.90.36.00.00.00 002 - Outros Serv. Terc. - PF R\$ 38.500,00

(19) 3.3.90.37.00.00.00 002 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 48.000,00

(26) 3.3.90.92.00.00.00 002 - Desp. Exercício Anteriores R\$ 3.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIAS/SEMED Nº 1201 A 1222/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1201, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Adriane da Silva Engel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1202, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Amaury Carlos Schwarz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1203, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Cátia Ropelato Wiatek. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1204, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Cristiana Dias dos Santos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1205, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Daniela Aparecida Petreça. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1206, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Elaine Schimit Thewes. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1207, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Geisa Bianchini. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1208, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Karina Ivana Keil. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1209, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Sandra Krachinski Farias. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1210, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Viviane Consuelo Poerner dos Santos. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1211, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Marlene da Rosa Teixeira Knopik. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1212, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Maristela Gomes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1213, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Rita Teresinha Pereira Comim. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1214, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Lucia Udete Zamboni. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1215, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Deisi Fürst Andrade. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1216, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Janete Adriane dos Santos Peris. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1217, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Rosane Ziemann. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1218, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Silene Latocheski Simbalista. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1219, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Rosilene Aparecida Suchy Heiden. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1220, de 29 de outubro de 2014. Concede Progressão Funcional Vertical. Rosilene Mara Eiselt Tauscheck. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1221, de 29 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Carmelita Pacheco. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1222, de 29 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Zita Oracz. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 04/2014 - CMI

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO BENTO DO SUL - CMI

EDITAL Nº 004/2014

RESULTADO FINAL DO FÓRUM DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal do Idoso de São Bento do Sul, com base no artigo 14 do Edital nº 001/2014 deste Conselho, torna público o resultado final do Fórum de Escolha das Entidades Não Governamentais do CMI para a gestão 2014-2016, que segue, por ordem alfabética, sendo:

- I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- II - Associação São Bentense da Terceira Idade - ASBETI;
- III - Fundação Cidadania;
- IV - Hospital Maternidade Sagrada Família;
- V - Lions Clube de São Bento do Sul; e
- VI - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis.

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014

Valério Nazário

Presidente da Comissão Eleitoral

TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2014

TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.979.633/0001-19, estabelecida à Rua Augusto Wunderwald, nº 1016, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Cleiton Marçal Dias, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 361.044-2, CPF/MF nº 003.894.229-16, residente e domiciliado à Rua Alfredo Jorge Rueckl, nº 601, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3441 de 05 de novembro de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo com custeio das despesas referentes à taxa de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 6252/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 2 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do termo de convênio autorizado pela respectiva lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3.212-2 a favor da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
 - II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
 - III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
 - IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
 - V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
 - VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
 - VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
 - VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
 - IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
 - X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
 - XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
 - XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
 - XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
 - XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.
- CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**
O CONCEDENTE obriga-se a:
- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
 - II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
 - III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
g) Conciliação bancária, quando for o caso;
h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 07 de novembro de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

CLEITON MARÇAL DIAS

Presidente da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo

Testemunhas:

LUIZ NERI PEREIRA
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA
CPF 791.399.579-34

DECRETO Nº 740/2014

DECRETO Nº 0740, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(26) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 6.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 6.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 314/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 314/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 20 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CARGOS ACTs DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 315/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 315/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 21 de novembro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE ELETRICISTA PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPAROS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL E UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 233/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 233/2014

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 271/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INOVA ENGENHARIA SS LTDA, em 31 de julho de 2012, conforme Convite nº 263/2012.

Considerando que o objeto do Contrato nº 271/2012, consiste na contratação de empresa para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica - Programa PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas de diversas ruas do Município, conforme memorial descritivo;

Considerando que o processo encontra-se em análise pelos órgãos financiadores, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base na Cláusula Oitava - Da Vigência do Contrato, e de acordo com o Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21 de julho de 2014 e com término em 16 de janeiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

INOVA ENGENHARIA SS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 317/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 317/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 062/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUÇUARANA LOCAÇÕES E TURISMO LTDA, em 10 de FEVEREIRO de 2014, conforme Compra Direta nº 315/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 062/2014, que consiste na contratação de hora técnica para manutenção de microcomputadores/impressoras e demais equipamentos de informática da 2ª CBM. FUNREBOM/BOMBEIROS, pelo período de fevereiro a dezembro/2014;

Considerando que o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina usa por padrão o sistema operacional Linux/Ubuntu, e que apesar do mesmo ser gratuito, constantemente precisa de atualizações e reconfigurações complexas, tendo em vista que esse sistema abriga softwares institucionais (CIASC, E-BOMBEIRO, E-193 E SIGAT), os quais constantemente são atualizados pelos desenvolvedores e as máquinas necessitam dessa permanente manutenção para o correto funcionamento, principalmente dos serviços de vital importância como o E- BOMBEIRO e o E-193 responsáveis pela geração, acompanhamento e encerramento das ocorrências diárias, assim como o aumento na demanda do Setor de Atividades Técnicas, necessitando de computadores em condições de uso e dos sistemas em operação quando do atendimento ao público, fato esse imprescindível para o andamento dos serviços prestados;

Considerando que para a efetiva conclusão do objeto do contrato acima citado, faz-se necessário aditar 12 horas a prestação dos serviços de mão de obra técnica que se encontram em andamento, a fim de que a empresa que está prestando o serviço possa

finalizá-lo, sendo esse valor correspondente a 24% do contratado e estando dentro da margem de acréscimo conforme prevê no Contrato nº 062/2014 (Cláusula Nona - Das Alterações); Considerando este acréscimo faz-se necessário aditar o Contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais), para pagamentos de acordo com o Contrato original. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2014.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

SUÇUARANA LOCAÇÕES E TURISMO LTDA, como Contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 86/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: ESANEBRAS SANEAMENTO LTDA - ME

Vigência: Início: 03/11/2014 - Término: 03/11/2015

Licitação: 67/2014

Recursos: Dotação:

(61) 3.3.90.39.00 - Setor Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente.

Objeto: Locação de veículo retroescavadeira, com fornecimento de operador e combustível.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS	
EXTRATO ADITIVO DE VALOR	
Contrato Nº:	040/2013- QUARTO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto....:	FORNECIMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA .FUNDAÇÃO CULTURAL
Prazo.....:	35 meses
Valor....:	R\$21.054,60(vinte e um mil cinqüenta e quatro reais e sessenta centavos)
Licitação....:	PREGÃO PRESENCIAL N.99/2013
SAO CARLOS, 03 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
Prefeito Municipal	

São Domingos**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DO CAPÍTULO VI-DAS PROVAS EDITAL PROCESSO SELETIVO IMPLIFICADO 001 CARGOS**
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014
PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO, do Capítulo VI - Das Provas, itens 6.2, 6.3 e 6.6, do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2014, conforme segue:

1. NO CAPÍTULO V- DAS PROVAS:

Aonde se lê:

6.2 A prova objetiva para todos os cargos, será de caráter eliminatório/classificatório constará de 40 (quarenta) questões objetivas, com 04 alternativas, de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, conforme tabela do item 6.3.

6.3. Serão considerados aprovados os que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

6.6. PROVA DE TÍTULOS: Para os candidatos ao cargo de PROFESSOR (todos), desde que habilitados na prova eliminatória, haverá PROVA DE TÍTULOS, conforme Capítulo VIII, do presente Edital, de caráter classificatório.

Leia-se:

6.2. A prova objetiva para o cargo de PROFESSOR (TODOS) será de caráter classificatório, com 04 alternativas, de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, conforme tabela abaixo.

6.2.1. Para os candidatos ao cargo de PROFESSOR (TODOS), serão considerados aprovados os candidatos que não zerarem em nenhuma disciplina da prova objetiva, sendo classificados conforme soma das notas da prova objetiva e da prova de títulos.

6.3. A prova objetiva para os cargos de AGENTE EDUCATIVO e ENGENHEIRO AGRÔNOMO, será de caráter eliminatório e constará de 40 (quarenta) questões objetivas, com 04 alternativas, de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, conforme tabela do item 6.3.

6.3.1. Para os candidatos aos cargos de AGENTE EDUCATIVO e ENGENHEIRO AGRÔNOMO, serão considerados aprovados os que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

6.6. PROVA DE TÍTULOS: Para os candidatos ao cargo de PROFESSOR (todos), haverá PROVA DE TÍTULOS, conforme Capítulo VIII, do presente Edital, de caráter classificatório.

2. As demais disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 permanecem inalteradas.

De Brasília (DF) para São Domingos/SC, 06 de novembro de 2014.
Alcimar de Oliveira,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

São João do Sul

PREFEITURA

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

I. Identificação

1.1.Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência: 2014/2015

Responsáveis pela elaboração:

Nome	Representação (CMDCA, Órgão Gestor, CRAS, CREAS, Saúde, Educação, CT...)
Mara Elenir Vefago	CMDCA
Janete Oliveira Farias Cardoso	Órgão Gestor
Fernanda Souza Pereira	CRAS

1.2.Prefeitura Municipal

Município: São João do Sul

Nome do Gestor Municipal (Prefeito): João Rubens dos Santos

Nível de Gestão: () Inicial (X) Básica () Plena

Porte do Município: (X) Pequeno Porte I

() Pequeno Porte II

() Médio Porte

() Grande Porte

Endereço da Prefeitura:

Avenida Nereu Ramos, 50

Bairro: Centro

CEP: 88970000 Telefone: 48 35390230

E-mail: executivo@saojoaodosul.sc.gov.br

Site: saojoaodosul.sc.gov.br

1.3.Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas:

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Técnica Responsável: Mara Elenir Vefago

Endereço: Rua: Anselmo Borba

Bairro: Centro Número: 574

CEP: 88970-000

1.4.Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA:

Nome do Presidente: Edilene dos Santos

Telefone: 48 35390230 E-mail: cmdca@saojoaodosul.sc.gov.br

1.5. Conselho Tutelar de São João do Sul

Nome: Responsável: Josiane Feliciano Bianchini

Telefone: 48 35390300 E-mail: conselhotutelar.sjs@hotmail.com

II - Introdução

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de São João do Sul dá cumprimento às consonâncias do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas, que reconhecem a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face à realidade de cada município o que o CMDCA e as instituições locais já fazem e poderão fazer pelo adolescente envolvido em delitos no município.

É sabido que a construção de redes de atendimento ao adolescente em conflito com a lei tem um grau maior de complexidade porque envolve muitos atores e instituições que nem sempre convergem sobre os processos e métodos de aplicação das medidas socioeducativas. Além disso, mudanças ou normativas legais exigem

um empenho forte de todos os envolvidos para se traduzirem em mudanças efetivas no trato do adolescente em conflito com a lei. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo se concretizará pela ação articulada dos sistemas, órgãos e organizações estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos dos adolescentes envolvidos em delitos no município, reconhecendo um atendimento que promova o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes.

Trabalhar a cidadania, aprimorando a qualidade de vida da população para sua inserção e integração à sociedade pelo acesso as políticas públicas e aos bens e serviços socialmente produzidos, buscando uma integração da rede de proteção na prestação de serviços de assistência social, melhorando a sua qualidade e ampliando os seus serviços.

III - Diagnóstico:

Com relação à prática de ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de medida socioeducativa que são aplicadas pela autoridade competente, quando necessário, considerando a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade, as circunstâncias do ato infracional e a disponibilidade dos programas e serviços.

As medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, possibilitam aos adolescentes infratores a permanência na família e na comunidade, conforme preceitua o Art. 4º do ECA,

Os dados principais indicam que:

- Há registros de episódios de violência nas escolas, sendo predominantes aqueles que envolvem dano (dano qualificado, depredação, pichação, vandalismo, desordem, provocam tumultos etc.), lesão corporal, ameaça e desacato à autoridade, dados de escolas municipais e escolas estaduais, também são preocupantes.

- Os Boletins de Ocorrência da Delegacia e dados de atendimento do Conselho Tutelar, apontam para um crescimento de ocorrências delitivas na escola.

Os dados sobre a situação familiar, social e comunitária dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa evidenciam quadro de pobreza (econômica e cultural) agravado por uma dinâmica familiar instável ou conflitiva.

- As características dos membros da família dos adolescentes que revelam uma situação familiar em que predomina a proteção da figura materna, porém sem autoridade sobre o adolescente, com pai ausente ou envolvido com drogas ou álcool.

- A formação de crianças e adolescentes é reflexo de suas famílias e sociedade a que elas pertencem e se relacionam, ou seja, somos reflexos "para o bem ou para o mal", de nossas relações familiares, pessoais, educacionais, comunitárias, enfim, de toda uma sociedade.

Ressaltamos que os números são variáveis e mínimos, com relação aos adolescentes em medida socioeducativa no município, os mesmos são encaminhados para o cumprimento destas medidas pelo poder Judiciário da Infância e da adolescência da Comarca de Santa Rosa do Sul-SC.

Como base no ano de 2013 e 2014, até a presente data (agosto/2014) contamos com sete adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço comunitário.

IV - Diretrizes

Cumprir a Lei nº 12.594/2012 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratica ato infracional. (Conforme Art. 5º compete ao Município)

Os programas sociais das diversas políticas públicas são recursos fundamentais para a diminuição da criminalidade juvenil e a prevenção da violência atuando no asseguramento dos direitos dos cidadãos e na atenção às suas necessidades especiais.

Quando as condições básicas inexistem ou são insuficientes ou quando as relações humanas nos grupos de pertencimento ficam fragilizadas ou comprometidas, como ocorre nos contextos em

que vivem os adolescentes que cometem delitos, são necessárias ações mais diretas de atendimento, seja no campo da Educação, da Psicologia da Saúde e da Assistência Social, seja na área da Segurança Pública.

O atendimento socioeducativo deve se basear num PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO, o qual constitui uma proposta de intervenção socioeducativa integral.

O PIA é um plano de trabalho elaborado com base no estudo da situação do adolescente, estabelecendo procedimentos, atividades e ações que devem ser realizadas para promover o desenvolvimento pessoal e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

V - Objetivo Geral

Proporcionar o atendimento aos adolescentes e famílias inseridas nas medidas socioeducativas (ECA - art. 117 e 118) através da orientação, acompanhamento e inserção em Programas, Projetos que asseguram seus direitos fundamentais estabelecidos na Lei 8,069/1990 (Título I Capítulos I e II) e princípios, regras e normas previstas no SINASE, promovendo ações que possibilitem a construção de projetos de vida restabelecendo o convívio sócio-familiar e comunitário e a ruptura da prática do ato infracional.

Constituir um espaço de confiança e convívio, no qual o adolescente receberá orientações para romper o ciclo de violência, bem como envolver e orientar os familiares, realizando os encaminhamentos necessários.

VI - Objetivos específicos.

- Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente, bem como no acompanhamento escolar, com foco na educação e profissionalização (ECA-art 119, inciso III)
- Manutenção e qualificação dos serviços de atendimento aos adolescentes em cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.
- Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas, conforme os parâmetros e diretrizes do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo.

VII. Cronograma

1.1. Saúde

Ações	Metas/Ano
Ação 01: Acesso à saúde na rede pública (SUS) pelo adolescente autor de ato infracional, incluindo à saúde mental; Acesso às informações e serviços referentes incluindo temas Sexualidade, DST/Aids, uso de álcool e outras drogas...	Contínuo, conforme demanda.
Ação 02: (prevenção e tratamento) aos adolescentes com necessidades de atendimento médico, clínico específico (saúde mental)	

1.2. Assistência Social

Ações	Metas/Ano
Ação 01: Garantia do atendimento às famílias dos adolescentes e o envolvimento destas durante todo o processo de acompanhamento socioeducativo e o fortalecimento das redes sociais de apoio;	Contínuo conforme demanda.

Ação 02: Encontros periódicos entre os profissionais envolvidos, a família e o adolescente, propiciando a participação da família em todo o processo socioeducativo, inclusive com palestra de educação no trânsito.

1.3. Educação

Ações	Metas/Ano
Ação 01: Acesso e permanência do adolescente na escola, relação com a entidade e programas que executam o atendimento socioeducativo	Contínuo, conforme demanda
Ação 02: Construção de um novo olhar dos educadores sobre a situação do adolescente que cumpre medida socioeducativa	

1.4. Esporte e Cultura

Ações	Metas/Ano
Ação 01: Participação e acesso aos espaços de atividades esportivas, de lazer e culturais do município pelos adolescentes, respeitando o interesse e a manifestação dos mesmos	Contínuo, conforme demanda
Ação 02: Articulação com a secretaria municipal de cultura. Criação de espaço de diálogo	

1.5. Inserção ao Trabalho

Ações	Metas/Ano
Ação 01: Organização de oficinas, cursos, palestras com os adolescentes e jovens.	Contínuo, conforme demanda
Ação 02: Criar e fortalecer projetos que visem atender as atividades de geração e renda, oportunizando o acesso ao mercado de trabalho	

VIII - Prioridades

De todas as ações apresentadas anteriormente, quais são prioritárias por período (ano).

Ações	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Saúde			X	X	X	X	X	X	X	X
Assistência Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Esporte e Cultura			X	X	X	X	X	X	X	X
Inserção ao Trabalho				X	X	X	X	X	X	X

IX - Formas de Financiamento

Para o atendimento socioeducativo, os recursos serão provenientes do Orçamento municipal, inclusive recursos do FIA, quando necessário.

O município não se encontra habilitado para implantar o CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social, local específico para atendimento das Medidas Socio- educativas.

X - Aprovação do CMDCA

Aprovado por unanimidade, em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Data da assembléia de deliberação: 31/10/2014
Número da Resolução: 002
Nome do Presidente: Edilene dos Santos
Assinatura:

XI - Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo do Município será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contando com a participação fundamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, também do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal de Assistência Social, juntamente com a equipe do CRAS.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde possibilitará a mensuração dos indicadores de processo e resultados, por meio dos relatórios confeccionados mensalmente, onde são registradas as ações desenvolvidas no período.

EXTRATO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO Nº 100/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO nº 100/2014

OBJETO: SUPRESSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 65 II § 2º II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATANTE: Município de São João do Sul.

CONTRATADO: VALENTIN CHAVES MAGNUS EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 049/2014 - Carta Convite nº 007/2014 de 02/06/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 16 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato ate 24/04/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 099/2013 - Tomada de Preços nº 007/2013 de 16/12/2013, de acordo com a Lei

8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 15 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato ate 24/04/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 101/2013 - Tomada de Preços nº 008/2013 de 20/12/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 15 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 17/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 3.718,82 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 063/2014 - Pregão Presencial nº 026/2014 - Registro de Preços nº 002/2014 de 16/07/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 17.512.0135.2058 - 3.3.90.30.01.00.00.0080

São João do Sul, 17 de Outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato ate 01/03/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CAMILO & GHISI LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 065/2014 - Tomada de Preços nº 002/2014 de 21/08/2014 - Processo Administrativo nº 065/2014 de 04/08/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 22 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2014

OBJETO: AULAS DE HIDROGINÁSTICA PARA 40 USUÁRIOS DO GRUPO DE IDOSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS QUE ESTÃO PARTICIPANDO DO PROJETO: "GOTA DE AMIZADE".

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA BORGES MARTINS - ME

VIGÊNCIA: 24/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 3.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta nº. 351/2014 de 24/10/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.39.99.00.00.0059.

São João do Sul, 24 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 023/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 023/2014

OBJETO: AS PARTES RESOLVEM DE COMUM ACORDO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, RESCINDIR, A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO PRESENTE TERMO, O CONTRATO PARA A FRUIÇÃO DOS DIREITOS E PLENA EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE SEIXOS ROLADOS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: COLODEL & MATOS DE BORBA LTDA - ME

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, do art. 79 da Lei 8.666/93.

São João do Sul, 05 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 44/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 44/2014

OBJETO: COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS CAPAZES DE PROPICIAR "A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO", E A "FORMAÇÃO PARA O TRABALHO"

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC

VALOR: Supressão de R\$ 11.325,60, ao Termo original

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 30 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013

OBJETO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DECORRENTE DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO PARA GARANTIR A EXECUTIBILIDADE DO FORNECIMENTO, O PEDIDO ESTÁ AMPARADO 14.6.1 DO EDITAL DO PREÇO 005/2013, Art 65 II "d" da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 19 de Setembro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2013

OBJETO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DECORRENTE DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO PARA GARANTIR A EXECUTIBILIDADE DO FORNECIMENTO, O PEDIDO ESTÁ AMPARADO 14.6.1 DO EDITAL DO PREÇO 005/2013, Art 65 II "d" da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 19 de Setembro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013

OBJETO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DECORRENTE DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO PARA GARANTIR A EXECUTIBILIDADE DO FORNECIMENTO, O PEDIDO ESTÁ AMPARADO 14.6.1 DO EDITAL DO PREÇO 005/2013, Art 65 II "d" da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 19 de Setembro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 009/2014

OBJETO: MODIFICAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO REGISTRADO E PUBLICADO ATRAVÉS DO Nº 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2014, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, VISANDO A ALTERAÇÃO, EM RAZÃO DE NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO OBJETO PELA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO QUE UTILIZA O ÓLEO DIESEL S10 E NÃO MAIS ÓLEO DIESEL COMUM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
FUNDAMENTO LEGAL: o Art. 65 I, alínea "b" da Lei 8.666/93

São João do Sul, 22 de Setembro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LICITAÇÃO Nº. 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº. 027/2014

Modalidade - Dispensa de licitação Nº. 014/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA, ANO MODELO 2014/2014, 125 CILINDRADAS PARA USO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EMPRESA: DIMASA DISTR. DE MAQS. AUTOMOTORAS SERV. E AUTOPOÇAS LTDA.

VIGÊNCIA: 03/11/2014 à 31/12/2014

VALORES DO OBJETO: R\$ 7.900,00 - TOTAL.

JUSTIFICATIVA: A dispensa de licitação justifica-se pelo disposto no Art. 24 II da Lei 8666/93 que diz: " para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

São João do Sul - SC, em 03 de Novembro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

São José**PREFEITURA****PORTARIA Nº 27/2014 - SSDST**

PORTARIA Nº. 27/2014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Sindicância para apurar, as reiteradas vezes que o Guarda Municipal, matrícula 15.728, não vem cumprindo com seu dever de servidor público municipal, possivelmente, infringindo o Art.146, VI c/c Art.147, I, ambos descritos na Lei nº 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Municipais de São José/SC).

Art. 2º. Ficam nomeados, como membros da Comissão, respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5.215/2013:

I - Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II - Guarda Municipal, GUILHERME MARTINS DA SILVA, matrícula 19.034, como Secretário;

III - Guarda Municipal, IVANDRO DE LIMA, matrícula 23.190, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

EDITAL Nº 005/2014/GAB

EDITAL nº 005/2014/GAB

CONVOCAÇÃO PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DEMAIS EVENTOS PARTICIPATIVOS PRELIMINARES DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 62 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, II, combinado com o art. 40, §4º, I, ambos da Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade, bem como com o disposto na Resolução nº 25 do Conselho das Cidades.

CONVOCA todos os munícipes para os eventos participativos de 2014 do Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José, que ocorrerão na seguinte sequência:

Primeira Audiência Pública

Data: 25 de novembro de 2014.

Horário: início às 19h30min.

Local: Auditório do Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), situado na Avenida Acioni Souza Filho, s/n, Avenida Beira Mar de São José, neste Município.

Objetivos desta Audiência Pública:

- I - Instaurar oficialmente e tornar público o Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José;
- II - Apresentação e assinatura do Regimento Geral do Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José; e
- III - Apresentação da divisão territorial do município e do calendário dos eventos participativos de 2014.

Eventos Comunitários e Setorial

Data	Hora	Local
01/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja São João Batista Rua Antonio Jovita Duarte, s/n Forquilhas – São José/SC
02/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Capela Imaculado Coração de Maria Rua Francisco Antonio da Silva, s/n Sertão do Maruim – São José/SC
03/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja Matriz Sant'Ana Rua Engelberto Koerich, s/n Colônia Santana – São José/SC
04/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja Santo Antonio Rua Benjamin Gerlach, s/n Fazenda Santo Antonio – São José/SC
08/12/2014	19h às 22h	Centro de Atenção a Terceira Idade - CATI Avenida Acioni Souza Filho, s/n Praia Comprida – São José/SC
09/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja São Francisco de Assis e Santa Rita de Cássia Rua Silva Maria Fabro, s/n Kobrasol – São José/SC
10/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja Matriz Rua Ver. Arthur Mariano, 280 Forquilha – São José/SC
11/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja São Judas Tadeu Rua Capitão Pedro Leite, 406 Barreiros SãoJo
15/12/2014	19h às 22h	Ginásio de Esportes do Colégio Marista Municipal de São José Rua Nossa Sra. dos Navegantes, s/n Serraria – São José/SC
16/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja Santa Cruz Rua Independência, 972 Areias – São José/SC
17/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Capela Nossa Sra. de Fátima Rua Coimbra, s/n Forquilhas – São José/SC
18/12/2014	19h às 22h	Salão Paroquial da Igreja Nossa Sra. do Rosário Av. Osvaldo do Amaral, s/n Nossa Sra. do Rosário – São José/SC

Objetivo dos eventos:

Realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, sob o ponto de vista das comunidades e dos setores sociais sobre questões relativas à realidade do município.

Paço Municipal em São José, 07 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3390/2014

DECRETO Nº 3390/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor JULIO FLORES do cargo de Secretário Adjunto da Saúde - SMA, com lotação na Secretaria de Saúde

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 028/2014 - SSDST

PORTARIA Nº. 28/2014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de apurar provável descumprimento da Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004, bem como os Decretos nº. 14.862/2004 (Regimento Interno da Guarda Municipal) e 14.863/2004 (Regulamento Disciplinar da Guarda Municipal), além das Normas Internas vigentes (NIP, POP's),

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o afastamento preventivo do Guarda Municipal, matrícula nº 15.728, do cargo comissionado que exerce pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 15, §2º, do Decreto Municipal nº 2058/2014, de 31 de janeiro de 2014, permanecendo na atividade fim;

Art. 2º A presente medida visa resguardar a pessoa do GM citado, a instituição Guarda Municipal, a Comissão Sindicante, entre outros, em face da posição ocupada por este;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

DECRETO Nº 3376/2014

DECRETO Nº 3376/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade

com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 783.284,42 (setecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.142 - Programa Saúde da Mulher - FMS

2049 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 783.284,42

Total desta Atividade R\$ 783.284,42

Total do Órgão R\$ 783.284,42

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 783.284,42

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 783.284,42 (setecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.142 - Programa Saúde da Mulher - FMS

2051 - 3.3.90.39.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 38.396,44

Total desta Atividade R\$ 38.396,44

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

2123 - 3.3.90.14.00.00.0334 - diárias - Civil, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 30.000,00

2130 - 3.3.9.33.00.00.0334 - Passagens e Despesas com Locomoção,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 10.000,00

2134 - 3.3.90.35.00.00.0334 - Serviços de Consultoria, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 10.000,00

2136 - 3.3.90.36.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 44.329,85

2140 - 3.3.90.39.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 250.000,00

2144 - 3.3.90.47.00.00.0334 - Locação de Mão de Obra,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 20.000,00

2146 - 3.3.90.92.00.00.0334 - Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 9.166,98

2254 - 3.3.90.93.00.00.0334 - Indenizações e Restituições, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 50.000,00

2148 - 4.4.90.52.00.00.0334 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 143.135,00

Total desta Atividade R\$ 566.631,83

25.01.10.301.0102.2.150 - Fornecimento de Medicamentos e Outros

2167 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 27.709,97

Total desta Atividade R\$ 27.709,97

25.01.10.301.0102.2.241 - Programas Especiais (Insumos e Mat. Especial)

FMS

2179 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 10.546,18

Total desta Atividade R\$ 10.546,18

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outras - FMS

2246 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 140.000,00

Total desta Atividade R\$ 140.000,00

Total do Órgão R\$ 783.284,42

Total da Anulação R\$ 783.284,42

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3377/2014

DECRETO Nº 3377/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância

de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.427 - Fornec. de Formulas Lácteas e Leites Especiais

2248 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros - FMS
2246 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total da Anulação R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3378/2014

DECRETO Nº 3378/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.242 - Manutenção do SAMU - FMS

2186 - 3.3.90.30.00.00.0345 - Material de Consumo, Serviços de Atendimento Móveis - SAMU - FMS - MS
Total desta Atividade R\$ 60.000,00
Total do Órgão R\$ 60.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.242 - Manutenção do SAMU - FMS

2194 - 4.4.90.52.00.00.0345 - Equipamentos e Material Permanente, Serviços de Atendimento Móveis - SAMU - FMS - MS
Total desta Atividade R\$ 60.000,00
Total do Órgão R\$ 60.000,00
Total da Anulação R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3384/2014

DECRETO Nº 3384/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os Artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 58.015,83 (cinquenta e oito mil, quinze reais e oitenta e três centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.17.512.0106.1.081 - Programa Aceleração do Crescimento - PAC 2

695 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, Recursos Próprios R\$

27.280,28
Total deste Projeto R\$
27.280,28

14.01.15.451.0106.1.150 - Construção/ Recuperação/ Manuten-
ção de
Canais/ Galerias/Macro Drenagem
759 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
30.735,55
Total deste Projeto R\$
30.735,55
Total do Órgão R\$
58.015,83
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
58.015,83

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 58.015,83 (cinquenta e oito mil, quinze reais e oitenta e três centavos), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
58.015,83
Total desta Atividade R\$
58.015,83
Total do Órgão R\$
58.015,83
Total da Anulação R\$
58.015,83

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 178/2014 - SF

DECRETO Nº. 178/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.317,71 (dois mil, trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL
"109" 3.3.90.14.00.00.1.0001 Diárias - Civil
..... R\$ 2.317,71

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.317,71 (dois mil, trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL
"113" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.317,71

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de setembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.979, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.979, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.014 4.4.90.0		Aplicação	
0.00.00.00.00.01.0001	54	Direta	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.187, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.187, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a outorga de escrituras públicas de doação aos mutuários dos conjuntos habitacionais dos loteamentos populares São Francisco e Vida Nova, que efetuaram a quitação dos respectivos débitos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 1.377, de 29 de novembro de 2002 e a Lei nº 1.859, de 10 de março de 2010, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a outorga das escrituras públicas de doação, para o devido registro destes títulos translativos na matrícula dos imóveis, aos mutuários dos conjuntos habitacionais dos loteamentos populares São Francisco e Vida Nova, que efetuaram a quitação dos débitos junto a COHAB/SC (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina), mediante a apresentação do respectivo Termo de Quitação, ou documento equivalente, emitido pela COHAB/SC, que ateste o pagamento integral do débito referente ao financiamento para construção das moradias, bem como Certidão Negativa de Débitos Municipais, desfazendo-se eventual gravame de hipoteca

incidente sobre os imóveis.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, considera-se parte integrante desta lei as plantas, memoriais descritivos e demais documentos anexados às leis que instituíram os mencionados loteamentos, mais especificamente a Lei nº 1.377, de 29 de novembro de 2002, que autorizou a implantação do loteamento popular São Francisco e a Lei nº 1.859, de 10 de março de 2010, que aprovou o projeto do loteamento popular Vida Nova.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizar a efetuar a outorga das escrituras públicas de doação dos terrenos referentes aos conjuntos habitacionais tratados no art. 1º, aos atuais possuidores dos imóveis, desde que tenha havido prévio consentimento da COHAB/SC quando da transferência, e que estes estejam devidamente regularizados perante esta Companhia e o Município.

Parágrafo único. A outorga das escrituras públicas de doação dos terrenos aos atuais possuidores dos imóveis, tratados no caput deste artigo, fica condicionada à apresentação do título aquisitivo das unidades habitacionais em que residem, ou instrumento contratual firmado com os titulares anteriores, retroagindo-se na cadeia contratual até o titular do financiamento junto a COHAB/SC.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa dos bens doados, do patrimônio do Município.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014, PR Nº 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/11/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS, CÓPIAS E REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 121/2014 - Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 005/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE AR FORÇADA TIPO COIFAS

DA COZINHA INDUSTRIAL (01) NO CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012. FORNECEDOR: CLIMA SERVICE REFRIGERACAO LTDA - EPP - CNPJ: 73.211.393/0001-56. VALOR: R\$ 118.907,60 (cento e dezoito mil e novecentos e sete reais e sessenta centavos). TOTAL: R\$ 118.907,60 (cento e dezoito mil e novecentos e sete reais e sessenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 17/10/2014. VIGÊNCIA: 17/10/2014 à 31/12/2014. INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 131/2014 - Pregão Presencial Nº 085/2014.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PLACA MCO 1335, PATRIMÔNIO N.1869; PLACA MAA 6846, PATRIMÔNIO N. 1849; PLACA LZY 8013, PATRIMÔNIO N. 1856; PLACA LZW 9695, PATRIMÔNIO N. 1872; PLACA LZS 4431, PATRIMÔNIO N. 1874; PLACA MEA 5095, PATRIMÔNIO N. 4925 E PLACA MCN 3425, PATRIMÔNIO N.1870, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, DESCRITOS NO ANEXO I-A DESTE EDITAL.
FORNECEDOR: MECANICA E AUTO PECAS ANGEVAL LTDA - ME - CNPJ: 02.718.361/0001-01.
VALOR: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).
TOTAL: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 30/10/2014.
VIGÊNCIA: 30/10/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 133/2014 - Pregão Presencial Nº 087/2014.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NAS VIAS DO PERÍMETRO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: SINALVIAS SINALIZADORA VIARIA LTDA EPP - CNPJ: 06.163.624/0001-06.
VALOR: R\$ 86.560,00 (oitenta e seis mil e quinhentos e sessenta reais).
TOTAL: R\$ 86.560,00 (oitenta e seis mil e quinhentos e sessenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 05/11/2014.
VIGÊNCIA: 05/11/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 693/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 693, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede o título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Augusto de Andrade Morbini.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do município de São Lourenço do Oeste ao Senhor CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI, pelos relevantes e imprescindíveis serviços prestados no desenvolvimento do município.

Art. 2º A Mesa Diretora estabelecerá o local, dia e horário para a realização de sessão solene para a outorga do título honorífico constante no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 05 de novembro de 2014.
Vereador Walmor José Pederssetti
Presidente

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI Nº 919, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 919, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Através da Caixa Econômica Federal na Qualidade de Agente Financeiro, a Oferecer Garantias e dá outras providências Correlatas".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através da Caixa Econômica Federal na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de Projeto integrante do Programa CAMINHO DA ESCOLA, do MEC/FNDE e BNDES.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA, e esta à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§2º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art.3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 novembro de 2014.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE DA SENHORA TEREZINHA RODRIGUES MULLER

Termo de Posse da Senhora Terezinha Rodrigues Muller. Filha de Elesbão Rodrigues e Luzia Guesser Rodrigues. Vereadora eleita no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Amarildo Nazareno Stähelin, tendo em vista pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, João Aloísio Zimmermann, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 03 de novembro de 2014.

Marcelo Stähelin João Aloísio Zimmermann
Presidente da Câmara Primeiro Secretário

Terezinha Rodrigues Muller
Empossada

LEI Nº 918, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 918, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

"Reforça Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1083 - Construção de Pontes R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 - Func. e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 outubro de 2014.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 916, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 916, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.059 - Func. e Manutenção da Vigilância em Saúde R\$ 800,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 .0 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 800,00 (Oitocentos reais) na dotação abaixo identificada:

11.01.10.301.0009.2055 -Func. e Manutenção do PSF R\$ 800,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 outubro de 2014.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 917, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 917, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais) na dotação abaixo identificada por conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO RECURSO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.059 - Func. e Manutenção da Vigilância em Saúde R\$ 4.400,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066 .0 - Aplicações Diretas R\$ 4.400,00

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 outubro de 2014.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

DECRETO Nº169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº169/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.8-2047- Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 3.000,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$3.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº170/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2062- Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal R\$ 200,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº171/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ na dotação abaixo identificada:

11.01.10.301.9.2057 - Funcionamento e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº172/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº172/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização

que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2057- Funcionamento e Manutenção da R\$ 1.700,00

Saúde Bucal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 700,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº173/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2014- Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 120,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0161 - Aplicações Diretas R\$120,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0161 - Aplicações Diretas R\$ 120,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº176/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASIISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.243.7-2036- Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº181/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº181/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 15.340,35 (quinze mil, trezentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental R\$ 7.269,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 7.269,00

04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 8.071,35

3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 8.071,35

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro -

CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-223

administracao@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O Prefeito de São Pedro de Alcântara - SC, JUCELIO KREMER, torna público que estarão abertas às inscrições ao Processo Seletivo para formação de Cadastro de Reserva para possível Admissão em Caráter Temporário no ano de 2015 para o Quadro de Pessoal conforme quadro demonstrativo:

CÓD.	CARGO	Nº VA-GAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	789,20	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	789,20	40 horas	Escrita
03	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D E Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar	1.199,46	40 horas	Prática
04	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.611,08 + AC 250,00	40 horas	Prática

05	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.777,52 + AC 250,00	40 horas	Prática
06	Agente Comunitário de Saúde-ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever	789,20	40 horas	Escrita
07	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e /ou Técnico Administrativo	1.134,35	40 horas	Escrita
08	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	1.213,92	40 horas	Escrita
09	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase)	874,75	20 horas	Escrita Títulos
10	Professor II (Educação Infantil)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos
11	Professor II (Anos/ Séries Iniciais)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/ Séries Iniciais	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos

12	Professor II (Educação Especial)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Anos/ Séries Iniciais	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos
13	Professor Horista Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
14	Professor Horista Habilitado em Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
15	Professor Horista Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
16	Professor Horista Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
17	Professor Horista Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
18	Professor Horista Habilitado-Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
19	Professor Horista Habilitado- Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
20	Professor Horista Habilitado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
21	Professor Horista Habilitado-Ingês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos

22	Professor Horista Não Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
23	Professor Horista Não Habilitado – Matemática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
24	Professor Horista Não Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
25	Professor Horista Não Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Não Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
27	Professor Horista Não Habilitado Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
28	Professor Horista Não Habilitado-Artes	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Não Habilitado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos

30	Professor Horista Não Habilitado-Inglês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
31	Professor Horista Não Habilitado-Aulas de Danças Folclóricas Germanicas	CR(*)	Ensino Médio Certificado de Curso na área	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Não Habilitado-Aulas de Musica - Fanfarra	CR(*)	Ensino Médio Certificado de Curso na área	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	3.056,62 + 653,28	40 horas	Escrita
34	Médico Clínico Geral -ESF	2 vagas + CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	7.600,14 + 2.194,54	40 horas	Escrita
35	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	3.704,20 + 1.755,64	20 horas	Escrita
36	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no COREN	3.704,20 + 1.755,64	20 horas	Escrita

37	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	5.556,29 + 1.645,90	30 horas	Escrita
----	----------------------	-------	--	---------------------	----------	---------

Provas Escritas: Serão realizadas no dia 29/11/2014, na Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, das 14h às 16h.

O Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e disponível no site www.pmspa.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara, em 03 de novembro de 2014.

JUCELIO KREMER
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro -
CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-223
administracao@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O Prefeito de São Pedro de Alcântara-SC, JUCELIO KREMER, torna público que estarão abertas no período de 05 de novembro de 2014 a 18 de novembro de 2014, as inscrições para o Processo Seletivo, para formação de Cadastro de Reserva, para vagas a serem preenchidas em Caráter Temporário, de acordo com a necessidade do município, no Exercício de 2015, no Quadro de Pessoal da Administração Municipal, conforme especificado abaixo, o qual reger-se-à pelas instruções deste Edital.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CÓD.	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	789,20	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	789,20	40 horas	Escrita

03	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D E Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar	1.199,46	40 horas	Prática
04	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.611,08 + AC 250,00	40 horas	Prática
05	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.777,52 + AC 250,00	40 horas	Prática
06	Agente Comunitário de Saúde-ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever	789,20	40 horas	Escrita
07	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e /ou Técnico Administrativo	1.134,35	40 horas	Escrita
08	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	1.213,92	40 horas	Escrita
09	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase)	874,75	20 horas	Escrita Títulos

10	Professor II (Educação Infantil)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos
11	Professor II (Anos/Séries Iniciais)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/Séries Iniciais	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos
12	Professor II (Educação Especial)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Anos/Séries Iniciais	1.036,46	20 horas	Escrita Títulos
13	Professor Horista Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
14	Professor Horista Habilitado em Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
15	Professor Horista Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
16	Professor Horista Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
17	Professor Horista Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
18	Professor Horista Habilitado-Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos

19	Professor Horista Habilitado- Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
20	Professor Horista Habilitado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
21	Professor Horista Habilitado-Ingês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	14,73	Hora/aula	Escrita Títulos
22	Professor Horista Não Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
23	Professor Horista Não Habilitado – Matemática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
24	Professor Horista Não Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
25	Professor Horista Não Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Não Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
27	Professor Horista Não Habilitado Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos

28	Professor Horista Não Habilitado-Artes	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Não Habilitado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
30	Professor Horista Não Habilitado-Inglês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
31	Professor Horista Não Habilitado-Aulas de Danças Folclóricas Germanicas	CR(*)	Ensino Médio Certificado de Curso na área	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Não Habilitado-Aulas de Musica - Fanfarra	CR(*)	Ensino Médio Certificado de Curso na área	12,91	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	3.056,62 + 653,28	40 horas	Escrita
34	Médico Clínico Geral -ESF	2 vagas + CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	7.600,14 + 2.194,54	40 horas	Escrita
35	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	3.704,20 + 1.755,64	20 horas	Escrita

36	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no COREN	3.704,20 + 1.755,64	20 horas	Escrita
37	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	5.556,29 + 1.645,90	30 horas	Escrita

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 05/11/2014 a 18/11/2014, das 07h às 12h (segunda a sexta-feira), nas dependências da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leopoldo Francisco Kretzer, no Centro da cidade de São Pedro de Alcântara, nos termos do Edital.

2.2 O Candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

2.3 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento da Ficha de Inscrição.

2.4 Efetuada a inscrição não será aceito pedido de alteração na ficha, exceto o referente ao endereço do candidato.

2.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

2.6 Para realizar a inscrição, o candidato deverá:

- Preencher a ficha de inscrição;
- Apresentar os documentos originais RG e CPF e fotocópia dos mesmos (RG e CPF).
- Apresentar fotocópia do comprovante de residência.
- Apresentar fotocópia autenticada do curso de Capacitação em Sala de Vacina e BCG (no ato da inscrição) para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.
- Apresentar fotocópia autenticada de cursos de aperfeiçoamentos, realizados nos últimos 03 (três) anos, para os cargos da área da Educação/Magistério - para Provas de Títulos.
- Efetuar no ato da inscrição o pagamento da taxa de inscrição.

2.7 A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade, em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na ficha de inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

2.8 A taxa de inscrição é de R\$ 20,00 (vinte reais) para todos os cargos.

2.9 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser no ato da inscrição.

2.10 A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.

2.11 O candidato após efetuar a inscrição, receberá no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, na qual deverá apresentar ao fiscal de sala no dia da realização das provas.

2.12 O Edital, a Ficha de Inscrição e Anexos está disponível no site: www.pmspa.sc.gov.br, somente para efeitos de consulta e impressão.

2.13 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3. DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

3.1 Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.

3.2 Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05(cinco).

3.3 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

3.4 As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5 O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la especificando-a no topo da Ficha de Inscrição em cor vermelha - DEFICIENTE FÍSICO - e anexar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como, a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova (solicitação de prova especial Ampliada).

3.6 Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

3.7 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

3.9 As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

3.10 O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da

área de sua deficiência até a data limite para a realização das inscrições.

3.11 Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.12 Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar, em declaração anexa a ficha de inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, na data provável de 21 de novembro, ocorrendo após a publicação e afixação em local público e no site www.pmspa.sc.gov.br.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1 O Processo Seletivo constará de duas etapas para o cargo de Professor:

- a) Prova Escrita de caráter eliminatório; e
- b) Prova de Títulos (Cursos de aperfeiçoamento na área na qual o candidato se inscrever) de caráter classificatório.

5.2 Para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina I, II e III e Trabalhador Braçal o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

- a) Prova Prática de caráter eliminatório.

5.3 Para os demais cargos o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

- a) Prova Escrita de caráter eliminatório.

6. DA PROVA ESCRITA

6.1 A Prova Escrita será realizada no dia 29 de novembro de 2014, das 14h às 16h, na Escola Básica Municipal Doutor Adalberto Tolentino de Carvalho, localizada no bairro de Santa Teresa, São Pedro de Alcântara - SC.

6.2 A prova escrita para o cargo de professor terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo que uma única será a correta. Cada questão correta valerá 0,32 pontos, podendo alcançar no máximo 8,00 pontos.

a) A nota da prova de escrita será somada com a da prova de títulos para obtenção da nota final.

b) As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	

6.3 Para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina I, II e III e Trabalhador Braçal, não haverá prova escrita.

6.4 Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Médico Clínico

Geral - ESF, Clínico Médico Geral, Médico Ginecologista/Obstetra e Médico Pediatra, a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão correta valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

a) As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10	25
Matemática	10	
Conhecimentos Gerais	05	

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

6.5 Para os demais cargos, a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

a) As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

6.6 O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência de 30 (trinta) minutos, munidos de documento de identificação com foto, cartão de identificação da inscrição do processo seletivo e caneta esferográfica azul ou preta.

6.7 Não terá acesso ao local da prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

6.8 No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "MP3" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

6.9 O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

6.10 O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido devidamente assinado para o fiscal da sala ao final da prova.

6.11 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou

que estiverem em branco.

6.12 Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta, por erro do candidato.

6.13 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

6.14 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas juntamente com os fiscais, na coordenação do concurso.

6.15 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;
- Perturbar de qualquer forma a ordem dos trabalhos;
- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

6.16 O gabarito das provas será publicado a partir das 13h do dia 01 de dezembro de 2014.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A prova de títulos será válida somente para o cargo de professor.

7.2 Serão considerados como Títulos, os certificados de cursos de aperfeiçoamento na área para a qual o candidato se inscrever.

7.3 Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento devidamente registrados, dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização. Não serão aceitas Declarações de frequência a cursos de aperfeiçoamento. Somente Certificados.

7.4 Cada hora de curso de aperfeiçoamento, na área específica, valerá 0,02 pontos e o máximo de horas que o candidato poderá apresentar e/ou aproveitar, será 100 (cem) horas, podendo alcançar no máximo 2,0 pontos.

7.5 Os comprovantes (fotocópias) dos certificados dos cursos de aperfeiçoamento deverão ser autenticados e anexados à ficha de inscrição pelo próprio candidato no ato da inscrição.

7.6 A nota da prova de títulos será somada com a da prova escrita para obtenção da nota final.

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1 A prova prática será válida somente para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina I, II e III e Trabalhador Braçal.

8.2 A prova prática será realizada no dia 02 de dezembro de 2014, a partir das 14 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara-SC.

8.3 Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com

risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do Processo Seletivo - serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

8.4 Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, de acordo com a tabela a seguir, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.

8.5 No critério Eficiência (para realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.

8.6 Para a realização da Prova prática, os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, com trajes apropriados para o teste, portando cédula de identidade, documento de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação (para o cargo de Motorista II e Operador de Máquina I, II e III).

8.7 Será considerado habilitado (aprovado) na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

8.8 Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

8.9 Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

CARGO	ATIVIDADES
Operador de Máquinas I, II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 1,00 pontos - em um total de até 5,00 pontos para todos os critérios.</p>
Motorista II	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (dirigir veículos de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelo DETRAN/SC, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondentes.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito.</p> <p>Este critério valerá 10,00 pontos.</p>

Trabalhador Braçal	<p>Executar atividades inerentes ao cargo, sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 20 a 30 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Habilidades com ferramentas</p> <p>II - Eficiência/Qualidade</p> <p>III - Produtividade</p> <p>IV - Organização na execução dos Trabalhos</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de 10,00 pontos para todos os critérios.</p>
--------------------	---

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1 Será classificado na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos, para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina I, II e III, e Trabalhador Braçal.

9.2 Para os demais cargos será classificado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos na prova escrita com questões objetivas.

9.3 A classificação será feita por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com duas casas decimais.

9.4 A classificação será feita de acordo com as informações prestadas na Ficha de Inscrição, que deverão ser comprovadas exclusivamente quando da efetiva contratação. A não comprovação da habilitação declarada implicará na desclassificação do candidato.

9.5 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

9.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos se for, o caso;
- Maior número de acertos nas questões de Português;
- Maior número de acertos nas questões de Matemática;
- Maior idade.

10. DOS RECURSOS

10.1 Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- do presente edital;
- do não deferimento do pedido de inscrição;
- da formulação das questões;
- da discordância com o gabarito das provas escritas;
- da classificação;
- da homologação do resultado do Processo Seletivo;

10.2 A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

10.3 Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço, sua fundamentação que

deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Comissão do Processo Seletivo.

10.4 O recurso só será conhecido se encaminhado, pelo candidato recorrente, para o e-mail: administracao@pmspa.sc.gov.br o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis excluídos o dia da publicação:

- a) da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- b) dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;
- c) da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo;
- d) os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e encaminhados pelo candidato para o e-mail: administracao@pmspa.sc.gov.br .

10.5 Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

11. CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

11.1 No ato da posse o candidato deverá apresentar:

- a) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
- b) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial. As despesas com exames serão custeados pelo candidato classificado.
- c) Declaração de bens que constituem seu patrimônio.
- d) Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
- e) Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares.
- f) Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
 - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
 - CPF;
 - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, no ato da Posse;
 - Carteira de habilitação exigida para o cargo, no ato da posse;
- No caso para o cargo de Motorista II na área de Educação será exigido a apresentação do certificado do Curso para Condutores de Veículo de Transporte de Escolares
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
 - Comprovar idade mínima de 18 anos;
 - Uma foto 3x4;
 - Certidão de Casamento;
 - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
 - Folha Corrida Judicial;
 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - Outros documentos exigidos por Lei.

g) O candidato mesmo aprovado no Processo Seletivo será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

h) Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo, a novo chamamento uma só vez.

i) A escolha para as vagas referentes aos cargos de Professor será efetuada no dia 18 de dezembro de 2014 às 08:30hs no Auditório da Câmara Municipal, conforme classificação.

12. DO REGIME EMPREGATÍCIO

12.1 Os habilitados e classificados no Processo seletivo serão

admitidos sob o regime Celetista.

13. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano;

13.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

13.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

13.4 A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

13.5 Será automaticamente cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da mesma com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite o recebimento da quantia.

13.6 Caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo a anulação de questões.

13.7 Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida.

13.8 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

13.9 A guarda dos cartões respostas deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

14.0 Os casos omissos serão resolvidos pelo setor jurídico desta Prefeitura.

São Pedro de Alcântara, em 03 de novembro de 2014.

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

ANEXO I**Conteúdos Programáticos para as Provas
(Comuns a todos os cargos)**

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Semântica, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira: suas escolas, seus escritores e suas obras. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal.(aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). História e colonização do Município de São Pedro de Alcântara/SC. Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, previdência social

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

ANEXO II**Conteúdos Programáticos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO	CONHECIMENTOS PROGRAMÁTICOS ESPECÍFICOS
Agente Administrativo	Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos - Dos Impostos Dos Municípios - Repartição Das Receita Tributárias - Das Finanças Públicas - Do Orçamento Outros: Lei n.º 4.320/1964; Lei Complementar n.º 101/2000 (Responsabilidade Fiscal); Lei n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002 (Licitações); Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa); Planejamento Estratégico; Generalidades administrativas e Contábeis; Correspondência Oficial; Código Tributário Nacional: Tributos Municipais e Estaduais; Técnica Legislativa; Atos Legais; Noções básicas de informática
Agente Comunitário de Saúde	Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções elementares referente ao processo saúde e doença; Equipe de saúde; Programa de Saúde da Família - estratégia de reorientação do modelo assistencial - Princípios e diretrizes (equipe mínima, territorialização); Programa de Agente Comunitário de Saúde; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde - Lei n.º 11.350/2006; Noções elementares referente às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Visita Domiciliar (características e objetivos); SIAB - Sistema de Informação da Atenção da Atenção Básica - Fichas A, B, C, D, SSA2, PMA2; O Cadastro das Famílias e o Acompanhamento a Gestante, Hipertensão, Diabético; Noções referente às Doenças de Notificação Compulsória; Noções elementares referente o acompanhamento ao paciente com tuberculose e hanseníase; Noções elementares referente à Saúde Bucal.
Agente de Vigilância Epidemiológica	Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil; A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis; Agentes infecciosos e suas propriedades; Conceitos Básicos usados em Epidemiologia; Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva; Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa,) e utilização nos serviços de saúde; Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória; Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União; Vigilância Epidemiológica das doenças imunopreveníveis; Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores; Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas; Vigilância Epidemiológica das Zoonoses; Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações); Noções básicas de informática

Auxiliar de Enfermagem	<p>Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do auxiliar de enfermagem; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de bio-segurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher,(pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema a único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Programa da saúde da família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos;</p> <p>Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura;</p> <p>Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardíaco-respiratória, choque circulatório; Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Noções básicas de informática</p>
Enfermeiro	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Esquema de vacinação - controle de doenças sexualmente transmissíveis; Orientação à gestantes no pré-natal; Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; Saúde Pública e saneamento básico;</p> <p>Conhecimentos sobre: Hipercalcemia - Cianose - Tuberculose pulmonar e seu tratamento - Pneumonias - Varizes esôfago / gástricas - Rubéola - Alcalose respiratórias - Parada circulatória - Meningite;</p> <p>Causas de mortalidade infantil; Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do profissional da categoria; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de bio-segurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher,(pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema a único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Programa da saúde da família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos;</p> <p>Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardíaco-respiratória, choque circulatório;</p> <p>Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem; Noções básicas de informática.</p>
Técnico Edificações	<p>Generalidades e conceitos técnicos constantes do Código de Obras do Município e demais legislação para o exercício do cargo; Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades; Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios; Lei Orgânica do Município; Código de Posturas; Noções básicas de informática</p>
Engenheiro Civil	<p>Generalidades e curiosidades - conceitos técnicos constantes do código de Postura do Município e demais legislação para o exercício do cargo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades; - Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, isolamento proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios, área, capacidade em m3, materiais de construção - Legislação pertinente - - Áreas correlatas da engenharia civil – campo de atuação – atribuições - Aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, humanísticos e políticos da engenharia - Noções básicas de informática - Estruturas de Concreto Armado; - Construção Civil; - Estradas; - Estruturas de Aço e Madeira; - Teoria e/ou Estabilidade das Construções; - Saneamento; - Geologia e Mecânica dos Solos; - Hidrologia e Hidráulica; - Materiais de Construção Civil; - Desenho Técnico; - Higiene e Segurança do Trabalho; - Fundações e Obras de Terra; - Topografia; - Pontes.

	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica;</p> <p>- Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis.</p> <p>Orientação a gestantes no pré-natal</p> <p>- Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios.</p> <p>- Saúde Pública e saneamento básico</p> <p>- Conhecimentos sobre:</p> <p>Hipercalcemia</p> <p>Cianoses</p> <p>e</p> <p>Tuberculose pulmonar e seu tratamento</p> <p>Pneumonias</p> <p>Varizes esôfago – gástricas</p> <p>Rubéola;</p> <p>Alcalose</p> <p>respiratórias</p> <p>Parada circulatória</p> <p>Menigite</p> <p>- Causas de mortalidade infantil</p> <p>- Generalidades e conceitos fundamentais;</p> <p>- As atribuições do profissional da categoria</p> <p>- Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)</p> <p>- Normas de biossegurança</p> <p>- Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial,</p> <p>- Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama,</p> <p>planejamento familiar)</p> <p>- Assistência à saúde da criança e do adolescente</p> <p>- Assistência à saúde mental</p> <p>- Assistência ao paciente hospitalizado</p> <p>- Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública;</p> <p>- Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes</p> <p>- Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis.</p> <p>- Equipe de saúde e equipe de enfermagem</p> <p>- Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial</p> <p>- Esquema de vacinação – doenças parasitárias;</p> <p>- Métodos contraceptivos;</p> <p>- Rotinas Básicas:</p> <p>Pressão arterial –</p> <p>Temperatura; Acomodação</p> <p>de pacientes ao leito</p> <p>Locais e forma de administração de remédios, aparelhos</p> <p>e utensílios. Verificação de trabalho de parto</p> <p>Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;</p> <p>- Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção.</p> <p>- Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3)</p> <p>- Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica</p> <p>- Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem</p> <p>- Noções básicas de informática.</p>
Técnico de Enfermagem	
Fiscal de tributos (Nível Médio)	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos; Lei de Responsabilidade Fiscal; Generalidades Contábeis;</p> <p>Correspondência Oficial; Código Tributário Nacional; Noções Básicas de Informática</p> <p>Lei federal n.º 8137, 27 de dezembro de 1990 (defini os crimes contra a ordem econômica);</p> <p>Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003; Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006).</p>

ANEXO III
Conteúdos Programáticos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ÁREA: MAGISTÉRIO

ÁREA	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Professor (conteúdos gerais - comuns a todos os cargos) - Educação Infantil - Anos/Séries Iniciais	<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento -Didática Geral; -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -PPP – Plano Político Pedagógico da escola -Constituição Federal, na parte referente a Educação -ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) -Temas transversais ou multidisciplinares -PCN -RCNEI (ED. INFANTIL) -Estudos Temáticos -História da Educação e da Pedagogia -Sociologia da Educação -Filosofia da Educação. -Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 -Metodologia das Disciplinas -Atualidades dentro da área educacional;
Artes	Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Correntes; Correlação das Artes com as demais disciplinas; Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem.
Inglês	Classes gramaticais; Interpretação de Textos; Vocabulário; Gramática.
Educação Física	Históricos Conceitos e generalidades; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; Concepções psicomotoras na educação física escolar; Educação Física e o desenvolvimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; As teorias da Educação Física e do Esporte; As qualidades físicas na Educação Física e desportos; Treinamento desportivo geral; Treinamento Ideal; Conceitos básicos de musculação; Teoria e prática da flexibilidade; Biologia do esporte; Condicionamento físico e saúde; Preparação física; Tratado de fisiologia do exercício.
Geografia	Geografia do Brasil, de Santa Catarina e Geral.
Informática Educativa	Programação; Linguagem de Programação; Banco de Dados; Algoritmo; Sistema Operacional; Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído); Redes de computadores; Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office(Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, Chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
História	-História do Brasil, de Santa Catarina e Geral
Ciências	<ul style="list-style-type: none"> -Visão Geral e origem da vida; -Citologia -Citoplasma -Metabolismo energético das células -Células; -Reprodução Histologia animal -Genética -Ecologia
Alemão	<ul style="list-style-type: none"> -Classes gramaticais -Interpretação de Textos -Vocabulário -Gramática

ANEXO IV

ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) , portador do RG nº , nascido em / / , foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º , do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. () deficiência física
2. () deficiência auditiva
3. () deficiência visual
4. () deficiência mental
5. () múltipla
6. () Outras. Quais

7. CID

8. Especificação das atividades relativas ao cargo compatíveis com a deficiência apresentada: -

Local: Data: / /

Assinatura do Médico

Nome do Médico:

CRM Nº

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência. Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO V

FORMULÁRIO DE RECURSO

NOME DO CANDIDATO:

ENDEREÇO: TELEFONE:

CARGO:

Nº de INSCRIÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () Contra Indeferimento de Inscrição
() Contra Gabarito da Prova Escrita
() Contra Resultado Prova Escrita
() Contra Resultado Prova Prática
() Contra Resultado Prova Títulos

Ra

Nº da questão: Gabarito oficial:

Resposta do Candidato:

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido se encaminhado para o e-mail: juridico@pmspa.sc.gov.br

Data: / /2013

Assinatura do Candidato:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2014

Nº da
Inscrição

Código do Cargo:

Nome do Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Identidade:

Data de Nascimento: / /

Sexo: M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Fone: ()

e-mail -

Portador de Necessidade Especial
() Sim () Não

Declaração de Condições Especiais: () Sim () Não

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

São Pedro de Alcântara, em
...../...../.....

Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº
00001/002/2011

Nº da Inscrição

Código do Cargo:

Nome do Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta do Azul) e chegar 30 minutos de antecedência..

São Pedro de Alcântara, em
...../...../.....

Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)

Via Candidato

Atenção: Esta Ficha é Apenas para os Professores

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2014 - MAGISTÉRIO

Nº da Inscrição

Código do Cargo:

Nome do Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 30 minutos de antecedência.

Azul) e chegar 45 minutos de antecedência..

São Pedro de Alcântara, em
...../...../..... .

Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)

Via Candidato

DECRETO N.º 182/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 182/2014

EXONERA ROGÉRIO JOSÉ KOERICH DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRO - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, ROGÉRIO JOSÉ KOERICH do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro - ESF.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 413/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 413/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 45 (quarenta e cinco dias) dias, a contar da data de 30/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 414/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 414/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FLAVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 21/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 415/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 415/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 02/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 416/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 416/2014

Concede férias ao servidor ALMIR FORSTER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ALMIR FORSTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 24 dias que gozará a partir de 03/11/2014 a 26/11/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 417/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 417/2014

Concede férias ao servidor ANDRÉ MACHADO COELHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANDRÉ MACHADO COELHO, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo, férias por 18 dias que gozará a partir de 03/11/2014 a 20/11/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 418/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.

sc.gov.br

PORTARIA n.º 418/2014

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelas Servidoras Viviane Junkes Lopes, Michele Maia da Silva, Ana Flavia de Almeida e Silva, Michelle Nalovaiko e Fabiana Hoffmann Prates para, Sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo 002/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 420/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 420/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARLUCIA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARLÚCIA CORDEIRO, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 31/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 421/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARLUCIA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARLÚCIA CORDEIRO, a partir de 15/11/2014, até a data da cessação do benefício homologada pela previdência Social.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 249/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 249/2014-PMS

Processo de licitação nº. 171/2014 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 81/2014 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310.

Objeto: Contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Implantação, conversão / migração de software.	01	Unidade	2.907,52	2.907,52
02	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	12	Meses	2.549,09	30.589,08
03	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	60.000	Unidade	1,605	96.300,00
04	Entrega de documentos e aviso de corte.	8.500	Unidade	1,41	11.985,00
05	Corte de abastecimento de água.	2.500	Unidade	5,66	14.150,00
06	Liberação do abastecimento.	2.500	Unidade	5,66	14.150,00
07	Serviço de fiscalização	12	Meses	3.493,20	41.918,40
TOTAL R\$					212.000,00

Valor do contrato: R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais).

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 22/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 22/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 21/2014-FAS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ATACADO CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 16.715.374/0001-23, estabelecida na Rua Pintor Eduardo Dias nº 334, Galpão, Jardim Atlântico, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.095-800

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assstente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrita fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	900	Unidade	1,21	1.089,00
TOTAL R\$					1.089,00

Valor do contrato: R\$ 1.089,00 (um mil e oitenta e nove reais)

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 07/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 23/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 23/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 21/2014-FAS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.750.862/0001-31, estabelecida na Rua Edgar Linhares, nº 121, Bairro Nova Esperança, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88336-210

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Asssistente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	2100	Unidade	2,09	4.389,00
09	Café torrado e moído, tradicional, com dupla proteção na embalagem, peso líquido 500g, validade de 1 ano	900	Unidade	6,70	6.030,00
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Lata rotulada com papel impresso, enriquecido com vitaminas A, C e D, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias.	2700	Unidade	10,79	29.133,00
TOTAL R\$					39.552,00

Valor do contrato: R\$ 39.552,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais),

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 07/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 250/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 250/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 100/2014-PMS
Processo nº. 228/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MOTOZATTO OFICINA DE MOTOS LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.122.310/0001-89, estabelecida na Rua Angelo Rubini, nº 62, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-000.

Objeto: Aquisição de capacete para atender as necessidades da Policia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Capacete NoRisk FF370 Mono Branco	1	Unidade	449,34	449,34
TOTAL R\$					449,34

Valor do contrato: R\$ 449,34 (quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 24/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 24/2014 - FAS
Processo de licitação nº. 21/2014-FAS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.785.417/0001-20, estabelecida na Rua 13 de maio, nº. 400, fundos, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-370.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Asssistente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	1800	Unidade	1,42	2.556,00

02	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	900	Unidade	5,38	4.842,00
03	Creme dental composição: 1450ppm de Flúor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrasódico, Silicato de Sódio, Polietileno-glicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monofluorofosfato de Sódio, peso líquido 90g	900	Unidade	1,89	1.701,00
04	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não perecível, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 10cm.	900	Unidade	3,69	3.321,00
TOTAL R\$					12.420,00

Valor do contrato: R\$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 07/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 25/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 25/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 21/2014-FAS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e

limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Asssistente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	Arroz parborizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	2700	Unidade	2,05	5.535,00
08	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	1800	Unidade	3,33	5.994,00
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN, embalagem lata, peso líquido 350g, validade 18 meses.	900	Unidade	1,82	1.638,00
12	Caixa de leite UHT integral líquido, estabilizantes (citrate de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio). Não contém glúten contendo 12 unidades EM EMBALAGEM LONGA VIDA (tetra park) COM 01 LITRO. Validade embalagem fechada 120 dias.	24	Unidade	32,75	786,00
13	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, não contém gorduras trans, sem colesterol. Embalagem de Transporte: Pet - 20 x 900 ml (18 L), validade 360 dias.	1200	Unidade	2,90	3.480,00
14	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias.	900	Unidade	1,90	1.710,00
15	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses	2700	Unidade	1,96	5.292,00

16	Macarrão - Massa com ovos tipo para-fuso, peso líquido 500g	1800	Unidade	1,95	3.510,00
17	Feijão preto, tipo 1, embalagem com 1Kg, validade de 1 ano	1800	Unidade	3,85	6.930,00
TOTAL R\$					34.875,00

Valor do contrato: R\$ 34.875,00 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 07/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 251/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 251/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 101/2014-PMS
Processo nº. 229/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.787.737/0001-59, estabelecida na Rua Frei Gabriel, nº 480-B, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.502-030.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em serviço de vigilância humana para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Um vigilante para serviço de segurança das 06h às 17h30min no dia 08/11/2014, totalizando 11h30minna prefeitura de Schroeder/SC.	1	Unidade	402,50	402,50
TOTAL R\$					402,50

Valor do contrato: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 252/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 252/2014-PMS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 97/2014-PMS
Processo nº. 212/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.696.479/0001-81, estabelecida na Rua Vidal Flávio Dias, nº 635, Bairro Belchior Baixo, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.110-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sulfato de alumínio líquido para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Sulfato de alumínio líquido, isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de sulfato de alumínio igual ou maior que 50%	9000	Quilo	0,88	7.920,00
TOTAL R\$					7.920,00

Valor do contrato: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
Data da Assinatura: 07/11/2014 - Vigência: 07/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 09/2014-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Asssistente Social no CRAS -							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,4200	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PALMOLIVE	0	1,4300	2
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	SENSUS	0	1,4500	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	PALMOLIVE	0	1,5000	4
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	palmolive	0	1,5000	5
2	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	5,3800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BRILHANTE	0	5,3900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	INOVE	0	5,4200	3
			COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA - (12911)	polwax	0	5,4900	4
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	brilhante	0	5,5000	5
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	BRILHANTE	0	5,7100	6
3	Creme dental composição: 1450ppm de Fluor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrasódico, Silicato de Sódio, Polietilenoglicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monofluorssifato de Sódio, peso líquido 90g	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 07/11/2014 Válido até: 07/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SORRISO	0	1,9000
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	FREEDENT	0	1,9300
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	COLGATE	0	1,9900
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	colgate	0	1,9900
4	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não perecível, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 10cm.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,6900
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	STAR	0	3,7000
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SIRIUS	0	3,7700
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	FAMILIAR	0	3,8000
			COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA - (12911)	paloma	0	3,9900
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	malês	0	4,0000
5	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	UN	COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA - (12911)	chenix	0	1,2100
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ZAVASKI	0	1,7400
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	ONIXX	0	1,7500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 07/11/2014 Válido até: 07/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA BARRA	0	2,0900	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ALTO ALEGRE	0	2,1000	2		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	DA BARRA	0	2,1500	3		
			COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA - (12911)	caravelas	0	2,1900	4		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	caravelas	0	2,2000	5		
7	Arroz parboizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ITA JARA	0	2,0500	1		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	D'AVO	0	2,0900	2		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	SABOR SUL	0	2,1700	3		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	arno	0	2,2000	4		
8	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PRODASA	0	3,3300	1		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARILAN	0	3,3700	2		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	PRODASA	0	3,4000	3		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	casaredo	0	3,5000	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 07/11/2014 Válido até: 07/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
9	Café torrado e moído, tradicional, com dupla proteção na embalagem, peso líquido 500g, validade de 1 ano	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JURERE ECO	0	6,7000	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OURO	0	6,7200	2		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	ODEBRECH	0	6,8000	3		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	odebrecht	0	6,9500	4		
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEN, embalagem lata, peso líquido 350g, validade 18 meses.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	QUERO	0	1,8200	1		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BONARE	0	1,8400	2		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	QUERO	0	1,9000	3		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	quero	0	1,9500	4		
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Lata rotulada com papel impresso, enriquecido com vitaminas A, C e D, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ITAMBE	0	10,7900	1		
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	ITAMBÉ	0	10,8000	2		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NINHO	0	10,8800	3		
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	ninho	0	10,9000	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Caixa de leite UHT integral líquido, estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio). Não contém glúten contendo 12 unidades EM EMBALAGEM LONGA VIDA (tetra park) COM 01 LITRO. Validade embalagem fechada 120 dias.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PIRACANJUB,	0	32,7500	1
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	TERRA VIVA	0	32,8000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LANGUIRU	0	32,9500	3
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	lider	0	33,0000	4
13	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, não contém gorduras trans, sem colesterol. Embalagem de Transporte: Pet - 20 x 900 ml (18 L), validade 360 dias.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	COCAMAR	0	2,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SINHA	0	2,9300	2
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	COAMO	0	2,9500	3
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	coamo	0	2,9900	4
14	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SINHA	0	1,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SINHA	0	1,9300	2
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	D PEDRO	0	1,9500	3
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	nutrimilho	0	2,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Asssistente Social no CRAS -							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NORDESTE	0	1,9600	1
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	FIDALGA	0	1,9700	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SUDOESTE	0	2,2000	3
16	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OGLIARI	0	1,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BORTOLINI	0	1,9600	2
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	JOIA	0	2,0000	3
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	renata	0	2,1000	4
17	Feijão preto, tipo 1 , embalagem com 1Kg, validade de 1 ano	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CAMPEÃO	0	3,8500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	REI DA MESA	0	3,8800	2
			LICITAL COMERCIAL LTDA (12962)	NOTA MIL	0	3,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	caldão	0	4,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS -							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014
- PROCESSO Nº 21/2014
- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (11930) - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA
- (11969) - LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA
- (12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
- (12911) - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA -
- (12962) - LICITAL COMERCIAL LTDA

Schroeder, 7 de Novembro de 2014.

DISPENSA Nº 100/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 100/2014 - DL**Processo Nr.: 228/2014
Data: 07/11/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: MOTOZATTO OFICINA DE MOTOS LTDA - EPP

Código: 12963

Endereço: R ANGELO RUBINI, 62

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 00.122.310/0001-89

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de capacete papra atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Capacete NoRisk FF370 Mono Branco	UN	449,34	449,34

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade desse produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar é imprescindível este serviço de segurança pública na Município, e também tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 7 de Novembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 100/2014 - DL**

Processo Nr.: 228/2014
Data: 07/11/2014

Folha: 2/2

6/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 449,34 (quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 97/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 72/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sulfato de alumínio líquido para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sulfato de alumínio líquido, isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de sulfato de alumínio igual ou maior que 50%	KG	PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	0.8800	1
			BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	0.8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 72/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sulfato de alumínio líquido para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			QUIMISA S.A. (10295)	Projesan	0	0.9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2014

Número do Registro de Preços: 72/2014		Data do Registro: 07/11/2014		Válido até: 07/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sulfato de alumínio líquido para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2014
PROCESSO Nº 212/2014
- (10251) - BUSCHLE & LEPPER S.A.
 - (10295) - QUIMISA S.A.
 - (12554) - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Schroeder, 7 de Novembro de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 178/2014

DECRETO Nº 178 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e com base na Decisão Judicial - Autos nº 0300574-27.2014.8.24.0256
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00
Despesa: 27

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do Superávit do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 012/2014 de 15/01/2014 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 2.550 - Manutenção da Creche
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0001 - Transferência de Impostos R\$ 100.000,00
Despesa: 41

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de administração

DECRETO Nº 179/2014

DECRETO Nº 179 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e com base na Decisão Judicial - Autos nº0300574-27.2014.8.24.0256,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 119.873,39 (cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes
Projeto/Atividade: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
Despesa: 47

Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.03 - Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 94.873,39
Despesa: 77

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 119.873,39

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 119.873,39 (cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos) serão provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, Revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de administração

DECRETO Nº 180/2014

DECRETO Nº 180/2014 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Férias da Servidora Municipal ROSANE GIARETTA referente ao Período aquisitivo de 2013, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991, lei orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias a Servidora Pública Municipal ROSANE GIARETTA no período de 02 DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (30 dias), referente ao período aquisitivo de 2013. Servidora ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível 22, do Grupo 2 - SAU, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio**PREFEITURA****ERRATA EDITAL PREGAO PRESENCIAL 116/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2014

Na edição nº. 1.609 do dia 06/11/2014, na página 461, na publicação do Extrato de Licitação nº. 114/2014 de 06/11/2014.

Do número da licitação, ONDE SE LÊ: 114/2014 de 06/11/2014.

LEIA-SE: 116/2014 de 06/11/2014.

E onde se lê: Os envelopes deverão ser entregues até as 13h:45min do dia 18 de novembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 14h:00min do dia 18 de novembro de 2014.

Leia-se: Os envelopes deverão ser entregues até as 14h:30 min do dia 18 de novembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 14h:45min do dia 18 de novembro de 2014.

Sombrio-SC, 07 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO FMS 23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE COM ÁREA DE 302,63 M², LOCALIZADO NO BAIRRO NOVA BRASÍLIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXO AO EDITAL.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 13h:30min. do dia 26/11/2014

Abertura da Sessão: a partir das 14h:00min horas do dia 26/11/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min horas em dias úteis, ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 07 de novembro de 2014

Ricardo D'ávila João

Presidente da C.J.L

TOMADA DE PREÇO FMS 24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE COM ÁREA DE 415,47 M², LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO LUIZ, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANINHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXO AO EDITAL.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 15h:00 min. do dia 26/11/2014

Abertura da Sessão: á partir das 15h:30min horas do dia 26/11/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min horas em dias úteis, ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, 07 de novembro de 2014.

Ricardo D'avila João

Presidente da C.J.L

TOMADA DE PREÇO FMS 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE (CENTRO) COM ÁREA DE 580,73 M², LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DAS AVENIDAS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANINHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXO AO EDITAL.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 17h:00 min. do dia 26/11/2014

Abertura da Sessão: á partir das 17h:30min horas do dia 26/11/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min horas em dias úteis, ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, 07 de novembro de 2014.

Ricardo D'avila João

Presidente da C.J.L

Timbó**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 194/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 194/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BKG9249	55556047	05/12/2001	69200	233	127.69
BPG8023	54578158A	30/11/2001	69200	233	127.69
CQD2157	54577860A	21/11/2001	69200	233	127.69
LWX7658	54578192A	16/12/2001	55090	181 * XIII	85.12
LXA9716	54578107A	09/12/2001	52740	175	191.53
LXM2479	54578194A	17/12/2001	73660	252 * VI	85.12
LXT5528	54578162A	04/12/2001	62110	218 * I * a	127.69
LYP4917	54578168A	04/12/2001	53800	181 * I	85.12
LYS4841	54578179A	05/12/2001	55250	181 * XV	85.12
LYY0423	55555780	07/12/2001	55680	181 * XIX	127.69
LZC8866	54577919A	29/11/2001	52740	175	191.53
LZP3457	54578197A	18/12/2001	65990	230 * V	191.53
LZY4374	54578165A	04/12/2001	70300	244 * I	191.53
MDG6620	54578157A	30/11/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 170/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 170/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQZ6861	55555874	18/05/2001	65990	230 * V	191.53
CEA1663	55556413	24/05/2001	69200	233	127.69
LYO5227	55556417	03/06/2001	65800	230 * IV	191.53
LZB2143	55556695	31/05/2001	69200	233	127.69
MAL0246	55552839	22/05/2001	73660	252 * VI	85.12
MAV4189	55558302	08/05/2001	70480	244 * II	191.53
MBO7510	55556348	28/05/2001	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 101/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 101/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV8649	55558301	11/03/1999	69120	232	53.20
LWW7388	55555422	20/03/1999	66370	230 * IX	127.69
LWY0068	55555208	05/03/1999	51850	167	127.69
LWY3862	55555327	20/03/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXD2385	55558814	15/02/1999	51850	167	127.69
LXE4850	55558699	21/03/1999	65990	230 * V	191.53
LXF5360	55555315	11/03/1999	67690	230 * XXII	85.12
LXF5360	55555314	11/03/1999	65990	230 * V	191.53
LXH8153	55555412	11/03/1999	67690	230 * XXII	85.12
LXH8153	55555411	11/03/1999	65990	230 * V	191.53
LXL5871	55558891	25/02/1999	51850	167	127.69
LXL5871	55558891	25/02/1999	58350	195	127.69
LXL5871	55558893	25/02/1999	58270	194	127.69
LXT9553	55555322	20/03/1999	67690	230 * XXII	85.12
LYG1150	55552816	17/03/1999	70480	244 * II	191.53
LYR7057	55555308	11/03/1999	67690	230 * XXII	85.12
LZM9317	55555419	20/03/1999	69120	232	53.20
MAF5474	55558711	11/03/1999	50100	162 * I	574.61
MAK2980	55555310	11/03/1999	65990	230 * V	191.53
MAK2980	55555313	11/03/1999	65560	230 * I	191.53
MAX0999	55555329	20/03/1999	62380	218 * II * a	127.69
MBK0560	55555295	22/03/1999	55250	181 * XV	85.12
MBP0950	55554243	16/03/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 186/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 186/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA8828	55553931	10/10/2001	55090	181 * XIII	85.12
AAG7585	54577545A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
ADN8495	54577541A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
IFW4336	55553930	10/10/2001	55090	181 * XIII	85.12
LWS4075	54577820A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
LWS4075	54577820A	10/10/2001	51850	167	127.69
LXT2333	54577543A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
LYA2864	55555761	08/10/2001	69200	233	127.69
LYL5436	54577818A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
LYN8289	55555762	08/10/2001	69200	233	127.69
LYP5337	54577546A	10/10/2001	65990	230 * V	191.53
LZD2764	55555760	08/10/2001	69200	233	127.69
MAE0440	54577542A	10/10/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 83/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 83/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY5720	55558007	28/05/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYV4181	55557852	21/05/1998	65990	230 * V	191.53
MAC3840	55554599	21/05/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 140/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 140/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ8140	55558630	16/05/2000	65560	230 * I	191.53
AFJ8140	55558630	16/05/2000	65990	230 * V	191.53
BKW2919	55557437	12/05/2000	62110	218 * I * a	127.69
LXN4481	55555959	11/05/2000	65990	230 * V	191.53
LXO8469	55555848	16/05/2000	70720	244 * V	191.53
LXU9368	55555958	11/05/2000	51850	167	127.69
LYB5066	55555967	16/05/2000	65990	230 * V	191.53
LYB5066	55555967	16/05/2000	50100	162 * I	574.61
LYP5463	55555996	24/05/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 161/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 161/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
VN903	55556018	23/01/2001	65990	230 * V	191.53
VN903	55556018	23/01/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 296/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 296/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BER0420	54581684A	02/12/2003	65990	230 * V	191.53
BER0420	54581684A	02/12/2003	69120	232	53.20

BMV3894	54582065A	29/11/2003	51850	167		127.69
IIH0305	54579667A	01/12/2003	65990	230	* V	191.53
LXV7243	54580962A	04/12/2003	69200	233		127.69
LXZ1649	54582109A	29/11/2003	51850	167		127.69
LXZ1649	54582109A	29/11/2003	65990	230	* V	191.53
LYV0178	54582118A	05/12/2003	69120	232		53.20
LZR9355	54582111A	29/11/2003	51850	167		127.69
MAW0718	54582112A	29/11/2003	50100	162	* I	574.61
MBZ7700	54581559A	03/12/2003	65990	230	* V	191.53
MUP3820	54581560A	03/12/2003	65990	230	* V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 146/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 146/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABS3512	55556525	12/08/2000	67260	230 * XVIII	127.69
ABS3512	55556526	12/08/2000	50100	162 * I	574.61
ABS3512	55556524	12/08/2000	65990	230 * V	191.53
LYH1237	55556200	22/08/2000	50100	162 * I	574.61
LYS5815	55556170	11/08/2000	62110	218 * I * a	127.69
LYT2625	55557466	11/08/2000	62200	218 * I * b	574.61
LYV6975	55556177	18/08/2000	62200	218 * I * b	574.61
LZI1021	55557470	11/08/2000	62110	218 * I * a	127.69
LZN9005	55555920	18/08/2000	62110	218 * I * a	127.69
MAH5352	55556161	13/07/2000	65560	230 * I	191.53
MAH5352	55556159	13/07/2000	50100	162 * I	574.61
MAH5352	55556158	13/07/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 130/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 130/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJY6007	55556907	12/02/2000	50450	162 * V	191.53
MAK4829	55556644	24/11/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 126/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 126/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA7589	55555506	10/11/1999	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 189/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 189/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG1913	55555895	28/10/2001	65990	230 * V	191.53
AAG1913	55555895	28/10/2001	70480	244 * II	191.53
AAG1913	55555896	28/10/2001	50100	162 * I	574.61

GTW5930	55556145	28/10/2001	55500	181	*	XVIII	85.12
LYA7706	54577994A	30/10/2001	73400	252	*	IV	85.12
LYD8434	54577713A	31/10/2001	69200	233			127.69
LYG5898	54577906A	30/10/2001	69120	232			53.20
LYN9906	54577992A	29/10/2001	69120	232			53.20
LYX4793	54577908A	30/10/2001	65480	229			85.12
LYY6055	54577986A	29/10/2001	69120	232			53.20
LZT2969	55555893	27/10/2001	57380	186	*	II	191.53
LZU0407	54577993A	29/10/2001	65990	230	*	V	191.53
LZY9052	54577852A	29/10/2001	70480	244	*	II	191.53
MAM4275	54577990A	29/10/2001	73400	252	*	IV	85.12
MAX5546	54577832A	26/10/2001	65990	230	*	V	191.53
MBB5974	54577987A	29/10/2001	50450	162	*	V	191.53
MBN4188	54577714A	31/10/2001	69200	233			127.69
MBV2389	55556143	28/10/2001	55500	181	*	XVIII	85.12
MEO7740	54577985A	29/10/2001	55500	181	*	XVIII	85.12
MFE4440	54577907A	30/10/2001	51850	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 96/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 96/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACR6365	55558539	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
JNO7964	55558496	26/11/1998	69120	232	53.20
LWX1243	55558529	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
LXR9839	55558535	26/11/1998	73070	251 * II	85.12
LXY9313	55558500	26/11/1998	73400	252 * IV	85.12
LYG5611	55557889	27/10/1998	65990	230 * V	191.53

LYH8199	55554233	15/11/1998	57380	186	*	II	191.53
LYO8746	55558662	20/10/1998	65990	230	*	V	191.53
LYZ3132	55558914	14/11/1998	70300	244	*	I	191.53
LZE5494	55558270	14/11/1998	65560	230	*	I	191.53
LZH7405	55558436	22/12/1998	65640	230	*	II	191.53
LZT0202	55558489	26/10/1998	70480	244	*	II	191.53
LZU2618	55558604	04/12/1998	61570	214	*	IV	127.69
MAF0321	55558908	06/11/1998	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 90/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 90/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDY5491	55558560	09/09/1998	62380	218 * II * a	127.69
KBS3999	55558510	20/08/1998	70300	244 * I	191.53
KBS3999	55558511	20/08/1998	58350	195	127.69
KBS3999	55558512	20/08/1998	69120	232	53.20
KBS3999	55558510	20/08/1998	65800	230 * IV	191.53
LYF0086	55558551	01/09/1998	61300	214 * II	191.53
LYF9311	55558417	30/08/1998	58350	195	127.69
LZM5710	55558189	31/08/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 148/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 148/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC3351	55556164	11/08/2000	59240	203 * I	191.53
LXJ8139	55555168	31/08/2000	50100	162 * I	574.61
LXN1788	55557483	04/09/2000	73660	252 * VI	85.12
LYA2864	55558793	12/09/2000	54600	181 * IX	85.12
LYD9242	55557472	14/08/2000	65990	230 * V	191.53
LYH4494	55552883	24/08/2000	51850	167	127.69
LYK7762	55556199	19/08/2000	60760	210	191.53
LYL1626	55555921	18/08/2000	62200	218 * I * b	574.61
LYT5868	55555928	11/09/2000	61220	214 * I	191.53
MBG0720	55556008	09/09/2000	65990	230 * V	191.53
MBG0720	55556008	09/09/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 164/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 164/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ8318	55557668	17/02/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 82/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 82/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU1136	55554389	28/05/1998	50100	162 * I	574.61
LWZ1893	55554490	24/04/1998	70480	244 * II	191.53
LXA3769	55554310	22/05/1998	52310	172	85.12

LXB5316	55557911	21/05/1998	69120	232		53.20
LXG1697	55557905	21/05/1998	70480	244	* II	191.53
LXI1542	55557829	17/04/1998	50100	162	* I	574.61
LXJ4904	55554944	08/05/1998	58350	195		127.69
LXL6544	55558001	23/05/1998	62110	218	* I * a	127.69
LXN6391	55555157	14/03/1998	73400	252	* IV	85.12
LXP0608	55554379	25/01/1998	51690	165		957.69
LXQ7808	55554600	21/05/1998	51850	167		127.69
LYA6978	55554982	26/01/1998	62380	218	* II * a	127.69
LYB2691	55553219	16/02/1998	62460	218	* II * b	574.61
LYB8723	55555085	27/05/1998	50100	162	* I	574.61
LYF8132	55554302	21/04/1998	62110	218	* I * a	127.69
LYK4617	55557735	09/04/1998	69120	232		53.20
LYL6843	55557769	25/05/1998	54520	181	* VIII	127.69
LYL6936	55557773	27/05/1998	66370	230	* IX	127.69
LYP5344	55558005	27/05/1998	50100	162	* I	574.61
LZG9133	55557858	27/05/1998	66370	230	* IX	127.69
LZH8920	55557772	27/05/1998	66100	230	* VII	127.69
LZT1731	55557846	15/05/1998	73400	252	* IV	85.12
MBG0800	55553544	10/02/1998	70300	244	* I	191.53
MBO1720	55557955	26/05/1998	62380	218	* II * a	127.69
MK4418	55555038	07/05/1998	73400	252	* IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 184/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 184/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMT8517	54577805A	21/09/2001	50610	163 c/c 162 * I	574.61

LZI0150 54577752A 24/09/2001 70300 244 * I 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1773/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1773/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJP1004	54572500E	07/07/2014	65992	230 * V	191.53
BOV2567	54573280E	25/06/2014	69200	233	127.69
DAU8100	54573316E	06/07/2014	69120	232	53.20
DFS9011	54572389E	21/08/2014	50450	162 * V	191.53
GSP0513	54573282E	25/06/2014	69200	233	127.69
KOK1471	54573006E	31/08/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZP0403	55371481D	04/07/2014	69200	233	127.69
MBH9661	54573074E	16/08/2014	50100	162 * I	574.61
MBH9661	54573104E	16/08/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCT4072	54573073E	13/08/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCT4072	54573103E	13/08/2014	65992	230 * V	191.53
MEZ2244	54573292E	25/06/2014	69200	233	127.69
MHH5563	54573067E	04/08/2014	65992	230 * V	191.53
MHH5563	54573068E	04/08/2014	50450	162 * V	191.53
MIE1371	54722776E	15/08/2014	66532	230 * XI	127.69
MLR2182	54573618E	30/08/2014	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 107/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 107/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACR1896	55556460	24/04/1999	55250	181 * XV	85.12
ACR1896	55556460	24/04/1999	54440	181 * VII	53.20
AEP5445	55555244	04/06/1999	61220	214 * I	191.53
HQQ4760	55556506	31/05/1999	62380	218 * II * a	127.69
LWR2013	55556773	28/05/1999	51850	167	127.69
LWZ0475	55558713	08/05/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXE5937	55555245	10/06/1999	58270	194	127.69
LXP6906	55556670	06/06/1999	51690	165	957.69
LYC3942	55558718	29/05/1999	65990	230 * V	191.53
LYC3942	55558717	29/05/1999	51690	165	957.69
LYW1823	55555396	11/05/1999	59910	206 * I	191.53
LZH8646	55555344	09/06/1999	59400	203 * III	191.53
MAM0790	55558823	01/06/1999	62380	218 * II * a	127.69
MBF0829	55555243	01/06/1999	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 98/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 98/1999**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV5801	55558674	25/01/1999	65990	230 * V	191.53
ADV8610	55554235	26/11/1998	65990	230 * V	191.53
BIU9250	55554850	11/02/1999	62380	218 * II * a	127.69
BMC4976	55558597	05/01/1999	61300	214 * II	191.53
LWW5350	55558287	05/02/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXA3831	55554327	22/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXF6233	55558816	15/02/1999	62380	218 * II * a	127.69
LXH4112	55555253	05/01/1999	65990	230 * V	191.53
LXI8565	55558810	23/01/1999	51690	165	957.69
LXT7958	55558439	16/01/1999	70300	244 * I	191.53
LYB4350	55558921	14/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYF5980	55558679	29/01/1999	69120	232	53.20
LYK5269	55558919	11/02/1999	50370	162 * III	574.61
LYO3852	55558877	13/01/1999	62380	218 * II * a	127.69
LYY3025	55558442	22/01/1999	70480	244 * II	191.53
LZE5494	55558269	14/11/1998	54280	181 * V	191.53
LZG9133	55558440	16/01/1999	52740	175	191.53
LZU6191	55555276	01/02/1999	51850	167	127.69
MAD8213	55558591	21/12/1998	72340	250 * I * a	85.12
MAG5590	55558883	25/01/1999	62380	218 * II * a	127.69
MAM6920	55554324	22/01/1999	62460	218 * II * b	574.61
MBG2619	55558433	09/12/1998	65990	230 * V	191.53
MCL1840	55558809	17/12/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2014 FUMTRAN - MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para fornecimento de materiais para implantação e manutenção de sinalização viária de trânsito, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

EMPRESA FORNECEDORA: Madevia Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 20.787,00 (vinte mil setecentos e oitenta e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/08/2015

Timbó, 05/08/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 21 2014 FMS - SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Medigram Distr. Medicamentos Ltda - ME; Nutriport Comercial Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.279,60 (trinta e seis mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/08/2015

Timbó, 04/08/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 22 2014 FMS - ALIMENTOS PARA O CAPS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação dos usuários do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Panificadora Bom dia LTDA EPP; e JK Comércio de Frutas e Verduras LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.308,28 (nove mil trezentos e oito reais e vinte e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/08/2015

Timbó, 05/08/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 77 2014 PMT- MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó (repetição parcial da licitação nº 56/2014).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Celia Regina W. Sani ME; Supermercado Fistarol Ltda; Máxima Papelaria Ltda; Dial Departamentos Eireli - EPP; Coml. Storinny Ltda ME; PKB Produtos Químicos Ltda EPP; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda; Amanda Comércio de Papeis e Embalagens Ltda; L & E Comércio Varejista Ltda - EPP; J. P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 87.706,83 (oitenta e sete mil setecentos e seis reais e oitenta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 12/08/2015

Timbó, 13/08/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 78 2014 PMT- AQUISIÇÃO DE PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à aquisição de pneus, câmaras e afins destinados a administração direta e indireta do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Coml. Automotiva S.A; Copal Comércio de Pneus e Acessórios LTDA; Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos LTDA; Joaçaba Pneus LTDA; Cantu Comércio de Pneumáticos LTDA; GF Pneus Comercial e Distribuidora LTDA; Gustavo Rahmeier ME. TOTAL ESTIMADO: R\$ 349.433,84 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 17/08/2015

Timbó, 19/08/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 81 2014 PMT- SERVIÇOS EM PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento, entre outros serviços) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta do município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Paul Nuber & Filhos LTDA EPP; Grando Pneus LTDA; Recauchutadora de Pneus Neri LTDA EPP; e R.B. Recapagens Blumenau LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 425.698,50 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 17/08/2015

Timbó, 18/08/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 83 2014 PMT- JARDINAGEM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para a contratação de serviços de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e FUNREPOM.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ronaldo Gehrcke ME; Nayara Caroline Schaefer 06185472902 (MEI)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.615,00 (vinte e oito mil seiscentos e quinze reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 19/08/2015

Timbó, 20/08/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 92 2014 PMT- AQUISIÇÃO DE VERDURAS E LEGUMES PARA A MERENDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a aquisição de frutas e legumes destinados a merenda escolar para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e ESCOLAS) até dezembro de 2014 (repetição parcial do pregão presencial nº 69/2014).

EMPRESA FORNECEDORA: JK Comércio de Frutas e Verduras LTDA - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 43.127,71 (quarenta e três mil cento e vinte e sete reais e setenta e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2014

Timbó, 19/08/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2014 PMT - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado a mão de obra profissional para realização de serviços de manutenção em geral, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, serviços de pintura e serviços elétricos e hidráulicos preventivos e corretivos para todos os edifícios da Administração Direta, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à sua completa execução.

EMPRESA FORNECEDORA: Nayara Caroline Schaefer 06185472902 (MEI).

TOTAL ESTIMADO: R\$ 55.671,60 (cinquenta e cinco mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/05/2015.

Timbó, 02/05/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 35 2014 PMT - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento das unidades da administração direta, indireta e autarquias do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Concerio Materiais de Construção LTDA EPP; Coml. Indl. Dante Zonta LTDA ME; Dragão Ind. Com. LTDA ME; Cedro Artef. Comento LTDA ME; Concreio Artef. Cimento LTDA ME; Premocon Artefatos de Concreto LTDA ME; Pedreira Vale do Selke LTDA; Ivo Mariano Nones ME; Erwin Schmidt e Filhos LTDA EPP; KL Materiais de Construção LTDA; e Asfaltecsl Materiais e Serviços.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.464.041,78 (um milhão quatrocentos e sessenta e quatro mil e quarenta e um reais e setenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/05/2015

Timbó, 05/05/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 38 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE MACARRÃO PARAFUSO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado aquisição de gênero alimentício (macarrão tipo parafuso), destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas de Ensino Fundamental da rede pública municipal, para cumprimento do cardápio no período de abril até dezembro de 2014, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Supermercado Frontal LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 12/12/2014.
Timbó, 02/05/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 39 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lubrificantes, aditivos e combustíveis destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Posto Fratelli LTDA; Dyspef Com. e Repres. LTDA; Maucor Distribuidora de Lubrificantes LTDA; Agricopel Com. Deriv. De Petróleo LTDA; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes LTDA; e Forta Comercial LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 205.938,40 (duzentos e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2015

Timbó, 15/05/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 40 2014 PMT - ESPAÇO PUBLICITÁRIOS EM RÁDIO AM E FM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de espaços publicitários em rádio AM e rádio FM com abrangência em Timbó/SC para a divulgação de ações do município à população.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Radio Cultura de Timbó LTDA; e Rádio Timbó LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 246.920,00 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e vinte reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2014.

Timbó, 02/05/2014

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 43 2014 PMT - MANUTENÇÃO DA FROTA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários,

caminhões e máquinas pesadas da prefeitura, fundos, fundações e autarquia, e prensa e sistema de triagem do Aterro Sanitário

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecânica Buzzi LTDA; Mecfar - Mecânica Automotiva LTDA ME; Coml. Molas Menestrina LTDA EPP; Manfredo Schmidt ME; R.T. Tratores Comércio de Peças e Serviços LTDA; MTM Auto Center e Comércio de Baterias LTDA ME; Mello Auto Diesel LTDA EPP; Renato Schumann EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.783.362,00 (um milhão setecentos e oitenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/05/2015

Timbó, 29/05/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 44 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de oxigênio medicinal destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e oxigênio para solda destinado a atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

EMPRESA FORNECEDORA: White Martins Gases Industriais LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.750,00 (cento e vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/05/2015

Timbó, 07/05/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 47 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de anúncios institucionais, informativos do município e demais publicações de interesse do executivo em jornal de circulação no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos LTDA ME; e Editora Jornal do Médio Vale LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 169.365,00 (cento e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2015

Timbó, 21/05/2014

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

ERRATA PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2014 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

ERRATA PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Município de Timbó informa que a publicação do extrato de Primeira Republicação da Ata de Registro de Preço n.º 07/2014 FUMTRAN - Materiais de Sinalização Viária, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 14/10/2014, Edição nº. 1592, página 535, deve ser considerado "sem efeito", pois foi realizado em prazo inferior ao estabelecido, sendo a publicação correta no mês de novembro do presente exercício.

ROSE MERY DALCANALE

Diretora de Administração Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 137 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 137/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em recuperação estrutural em ruas com revestimento asfáltico em C.A.U.Q (concreto asfáltico usinado e quente) através de operações de tapa buraco/remendo ou recapeamento do pavimento asfáltico em diversas ruas do Município de Timbó

EMPRESA FORNECEDORA: RADIAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E DRAGAGENS LTDA

TOTAL ESTIMADO: R\$ 161.982,60 (cento e sessenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/11/2015

Timbó, 07/11/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2014 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2014 - FUMTRAN

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, REVOGAR o Pregão Presencial n.º 08/2014, que tem por objeto a locação de equipamento estático de monitoramento fotoeletrônico de velocidade, com leitor automático de placas - ocr (optical character recognition) - acoplado ou integrado, e fornecimento de programa de computador (software) para gerenciamento das informações e bancos de dados, inerente as infrações flagradas.

MOTIVO: Necessidade de revisão dos valores propostos e adaptações requisitadas pelas Polícias Militar e Civil.

TIMBÓ/SC, 07/11/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Treze Tílias

PREFEITURA

PUBLICAÇÕES DO TRANSITO 629 A 682



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 629/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL9046	8731022736	7455/0	18/03/2014	218 * I
AGS7163	8731022554	7455/0	28/02/2014	218 * I
AMG7738	8731021883	7463/0	15/01/2014	218 * II
AOZ1956	8731022579	7455/0	25/02/2014	218 * I
ASW2535	8731022837	7463/0	31/03/2014	218 * II
ASW4002	8731022737	7455/0	18/03/2014	218 * I
AXT4659	8731022735	7463/0	18/03/2014	218 * II
BPN7594	8731022590	7455/0	01/03/2014	218 * I
BPN7594	8731022647	7455/0	08/03/2014	218 * I
HYP4306	8731022696	7455/0	13/03/2014	218 * I
HYP4306	8731022721	7455/0	13/03/2014	218 * I
LYO7563	8731022558	7455/0	02/03/2014	218 * I
MAA8699	8731022865	7455/0	26/03/2014	218 * I
MAA8699	8731022873	7455/0	02/04/2014	218 * I
MAY7762	8731022530	7455/0	25/02/2014	218 * I
MBC6732	8731022845	7463/0	26/03/2014	218 * II
MCH9382	8731022846	7455/0	27/03/2014	218 * I
MCJ5847	8731022825	7463/0	28/03/2014	218 * II
MDV4738	8731022552	7455/0	28/02/2014	218 * I
MFF0250	8731022628	7455/0	09/03/2014	218 * I
MFV0700	8731022586	7455/0	25/02/2014	218 * I
MFY6178	8731022594	7463/0	05/03/2014	218 * II
MGI5059	8731022816	7455/0	25/03/2014	218 * I
MGS6376	8731022818	7463/0	27/03/2014	218 * II
MIY0750	8731022824	7455/0	27/03/2014	218 * I
MJM3686	8731022645	7455/0	05/03/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJP2891	8731022830	7455/0	28/03/2014	218 * I
MJZ1397	8731022576	7455/0	28/02/2014	218 * I
MLG9303	8731022921	7471/0	07/04/2014	218 * III
MMC9032	8731022893	7463/0	07/04/2014	218 * II
MMC9032	8731022925	7463/0	07/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 630/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APG7645	8731020962	7463/0	06/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYI0622	8731021612	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE2661	8731022025	7455/0	18/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV9604	8731021479	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFQ2208	8731021961	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFT0954	8731022310	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX8135	8731022510	7471/0	20/02/2014	R\$ 574,61	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 631/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ1584	8731022762	7463/0	19/03/2014	218 * II
AFJ8698	8731022872	7455/0	06/04/2014	218 * I
AJP5020	8731022936	7455/0	05/04/2014	218 * I
CLC4492	8731022675	7455/0	15/03/2014	218 * I
DGC8378	8731022805	7455/0	24/03/2014	218 * I
EKT0261	8731022728	7463/0	20/03/2014	218 * II
IBC1801	8731022677	7455/0	16/03/2014	218 * I
ICY0658	8731022802	7455/0	23/03/2014	218 * I
IJS6756	8731022889	7463/0	06/04/2014	218 * II
IJS6756	8731022914	7455/0	06/04/2014	218 * I
MAV4575	8731023013	7455/0	16/04/2014	218 * I
MCD6368	8731022724	7463/0	16/03/2014	218 * II
MCR3928	8731022729	7455/0	20/03/2014	218 * I
MGB2957	8731022656	7455/0	14/03/2014	218 * I
MIA3370	8731022918	7463/0	06/04/2014	218 * II
MLA1779	8731022962	7455/0	11/04/2014	218 * I
MLA6022	8731022745	7455/0	21/03/2014	218 * I
MLL0005	8731023115	7455/0	20/04/2014	218 * I
MLR6448	8731022972	7455/0	13/04/2014	218 * I
MLR6448	8731023000	7455/0	13/04/2014	218 * I
MLS3324	8731022944	7455/0	01/04/2014	218 * I
MLY6161	8731022670	7455/0	14/03/2014	218 * I
NSD2452	8731022897	7463/0	01/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 632/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFC7113	8731021222	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMT3961	8731020986	7463/0	10/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
APP5812	8731020996	7471/0	05/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
FOC1133	8731021018	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
IIW7904	8731022378	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXG7138	8731021554	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYY5589	8731021026	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ7168	8731021049	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCD6393	8731021044	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH6276	8731021010	7463/0	08/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEL3176	8731020975	7463/0	08/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MER6691	8731021041	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEY1738	8731020965	7471/0	07/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MFR4794	8731022514	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO1660	8731021006	7463/0	08/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHN5398	8731021126	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHR2179	8731021020	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN2694	8731021096	7455/0	13/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLA1927	8731021001	7455/0	06/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 633/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEY7033	8731023062	7463/0	19/04/2014	218 * II
AGE2751	8731023093	7455/0	17/04/2014	218 * I
AGY7172	8731022853	7455/0	28/03/2014	218 * I
ANV4681	8731023169	7455/0	24/04/2014	218 * I
AOS8172	8731022529	7471/0	25/02/2014	218 * III
AYB2407	8731023107	7455/0	19/04/2014	218 * I
EGS7773	8731022920	7463/0	06/04/2014	218 * II
JFW8605	8731022807	7455/0	25/03/2014	218 * I
LAX1885	8731021948	7455/0	25/01/2014	218 * I
LAX1885	8731022232	7455/0	06/02/2014	218 * I
LWR2654	8731022834	7455/0	31/03/2014	218 * I
MBU4958	8731022780	7455/0	22/03/2014	218 * I
MCY2931	8731022664	7455/0	14/03/2014	218 * I
MCY6462	8731023071	7455/0	20/04/2014	218 * I
MGW9810	8731022998	7455/0	13/04/2014	218 * I
MGY4555	8731023166	7455/0	24/04/2014	218 * I
MXH4986	8731022957	7463/0	10/04/2014	218 * II
MIA3370	8731023215	7463/0	27/04/2014	218 * II
MII3954	8731023158	7455/0	22/04/2014	218 * I
MIJ4466	8731023190	7455/0	27/04/2014	218 * I
MIQ6993	8731023213	7463/0	27/04/2014	218 * II
MJN9871	8731023153	7455/0	25/04/2014	218 * I
MKP7741	8731023163	7455/0	23/04/2014	218 * I
MLB6380	8731023159	7471/0	22/04/2014	218 * III
MLH1385	8731023212	7455/0	27/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 634/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHQ6417	8731021811	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOL1432	8731021870	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQI2595	8731021185	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AUT7474	8731021965	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AVK3669	8731022470	7471/0	18/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
BUR7536	8731021814	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCH0087	8731022114	7471/0	02/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
DFT6756	8731021931	7463/0	21/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
IFH0651	8731022193	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IIQ5620	8731021921	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IND2202	8731021973	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
JNR1236	8731021209	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYB0657	8731021685	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO8780	8731021777	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO8780	8731022250	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO8780	8731022282	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYZ2177	8731021576	7455/0	06/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA8523	8731021733	7455/0	07/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA8523	8731022276	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT4601	8731022085	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ1595	8731021831	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF4790	8731021903	7471/0	19/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCG9389	8731021847	7455/0	11/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI1829	8731021605	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW1462	8731021845	7463/0	11/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEC8619	8731022185	7463/0	28/01/2014	R\$ 127,69	218 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEC8619	8731022212	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM8435	8731022168	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER1198	8731021982	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI0972	8731022649	7463/0	09/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGB7581	8731021955	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI0426	8731022234	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGT5969	8731021836	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG8423	8731021738	7463/0	07/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHQ0554	8731022171	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR2604	8731022648	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS0942	8731021740	7463/0	07/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHS0942	8731021851	7463/0	11/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIE6925	8731022065	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO1648	8731022607	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO3364	8731022242	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP2950	8731021887	7455/0	16/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT6427	8731021902	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKA0969	8731022136	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKC5915	8731021807	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA6688	8731021844	7455/0	11/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD1649	8731021112	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLF2246	8731022265	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG6431	8731022123	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP2686	8731022286	7463/0	10/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMD7620	8731022205	7463/0	04/02/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 635/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJI0034	8731022939	7455/0	04/04/2014	218 * I
AKL6410	8731022953	7463/0	10/04/2014	218 * II
ART3836	8731023279	7463/0	03/05/2014	218 * II
AVG9022	8731023121	7455/0	21/04/2014	218 * I
AVI3135	8731023147	7463/0	21/04/2014	218 * II
CMG3985	8731022912	7455/0	06/04/2014	218 * I
EQO8284	8731023170	7455/0	24/04/2014	218 * I
KQP4842	8731022952	7463/0	09/04/2014	218 * II
KQP4842	8731022978	7455/0	10/04/2014	218 * I
LYE7441	8731023246	7463/0	28/04/2014	218 * II
MBK4678	8731022892	7455/0	06/04/2014	218 * I
MBV3027	8731023299	7463/0	28/04/2014	218 * II
MEC8619	8731023262	7455/0	01/05/2014	218 * I
MEY0913	8731023263	7455/0	01/05/2014	218 * I
MFS0348	8731023280	7455/0	03/05/2014	218 * I
MFY9713	8731023271	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGZ2668	8731023256	7463/0	30/04/2014	218 * II
MHK7933	8731023281	7455/0	03/05/2014	218 * I
MHQ6006	8731022856	7455/0	29/03/2014	218 * I
MHY1051	8731023035	7455/0	18/04/2014	218 * I
MHY1051	8731023116	7455/0	20/04/2014	218 * I
MII8791	8731023286	7455/0	04/05/2014	218 * I
MII8791	8731023320	7471/0	04/05/2014	218 * III
MIP2543	8731022869	7455/0	05/04/2014	218 * I
MJJ3313	8731023270	7455/0	01/05/2014	218 * I
MKA2664	8731022928	7455/0	07/04/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA2664	8731022943	7463/0	07/04/2014	218 * II
MLJ6100	8731022996	7455/0	13/04/2014	218 * I
MLM0462	8731023294	7455/0	04/05/2014	218 * I
MLN2097	8731023326	7455/0	04/05/2014	218 * I
MMJ4433	8731022903	7463/0	02/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 636/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMG9229	8731021952	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANQ3861	8731022258	7463/0	04/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AVQ4403	8731022240	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWQ9875	8731021797	7455/0	15/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXT5939	8731021730	7471/0	06/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
ISO7294	8731022066	7471/0	25/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
JGF3479	8731022413	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA1069	8731022427	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCD7802	8731021599	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCD7802	8731022299	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDA2949	8731021578	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW7013	8731021522	7463/0	18/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731021600	7463/0	10/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731021788	7471/0	16/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDW7013	8731021792	7463/0	16/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731021799	7471/0	16/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDW7013	8731021884	7471/0	16/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDW7013	8731021919	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW7013	8731022017	7471/0	16/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDW7013	8731022044	7463/0	21/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW7013	8731022067	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW7013	8731022093	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER6770	8731022273	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGT7236	8731022384	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR9686	8731022371	7463/0	13/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJP3838	8731022405	7463/0	11/02/2014	R\$ 127,69	218 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKP3425	8731022475	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 637/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGS7117	8731022923	7455/0	07/04/2014	218 * I
AHS1980	8731023407	7455/0	10/05/2014	218 * I
DIL8341	8731022934	7455/0	04/04/2014	218 * I
FGN2690	8731023334	7455/0	28/04/2014	218 * I
INC1860	8731023360	7455/0	06/05/2014	218 * I
KLH7646	8731023352	7455/0	10/05/2014	218 * I
MBZ4059	8731023386	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDN4443	8731022874	7455/0	04/04/2014	218 * I
MEZ0210	8731023345	7455/0	05/05/2014	218 * I
MEZ0210	8731023358	7463/0	05/05/2014	218 * II
MFT9387	8731023353	7455/0	09/05/2014	218 * I
MGJ5166	8731021743	7463/0	08/01/2014	218 * II
MHI8484	8731023359	7455/0	06/05/2014	218 * I
MIJ4466	8731023405	7455/0	09/05/2014	218 * I
MJQ9524	8731023364	7471/0	07/05/2014	218 * III
MJR3963	8731022929	7455/0	02/04/2014	218 * I
MJR3963	8731022931	7455/0	04/04/2014	218 * I
MJS4801	8731023393	7463/0	09/05/2014	218 * II
MKP3904	8731023409	7455/0	10/05/2014	218 * I
MKR6998	8731022879	7463/0	03/04/2014	218 * II
MLH1385	8731023376	7455/0	10/05/2014	218 * I
MMA4722	8731022851	7463/0	28/03/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 638/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK3806	8731021960	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
APB6002	8731022364	7463/0	11/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AVI0817	8731022247	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVI0817	8731022260	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CXU2150	8731021570	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LQW8799	8731022779	7463/0	22/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LWV5683	8731021802	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA8523	8731022754	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA8523	8731022771	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZE6399	8731021586	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFX3401	8731022368	7463/0	12/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIC1218	8731021566	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKY8105	8731022765	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
OBL1052	8731021925	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
OLM6309	8731022245	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 639/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABN3668	8731023118	7455/0	20/04/2014	218 * I
AGX7440	8731023419	7455/0	13/05/2014	218 * I
ANY1779	8731023009	7463/0	11/04/2014	218 * II
AOB1382	8731023383	7455/0	05/05/2014	218 * I
CTP1505	8731023126	7471/0	21/04/2014	218 * III
CTP1505	8731023144	7455/0	21/04/2014	218 * I
DDV8615	8731023370	7455/0	09/05/2014	218 * I
DDV8615	8731023397	7463/0	09/05/2014	218 * II
INZ6151	8731023149	7455/0	21/04/2014	218 * I
KXL5316	8731023049	7455/0	18/04/2014	218 * I
LXM6156	8731023229	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYP8963	8731023152	7455/0	24/04/2014	218 * I
MAC8279	8731023012	7471/0	09/04/2014	218 * III
MBK4678	8731023100	7455/0	18/04/2014	218 * I
MBU4958	8731022994	7471/0	13/04/2014	218 * III
MDN2257	8731023023	7463/0	17/04/2014	218 * II
MFN6637	8731023010	7455/0	12/04/2014	218 * I
MGJ7619	8731023187	7455/0	27/04/2014	218 * I
MIM1265	8731022973	7455/0	13/04/2014	218 * I
MIW5643	8731022974	7455/0	08/04/2014	218 * I
MIX2860	8731022991	7463/0	13/04/2014	218 * II
MJL1913	8731022979	7463/0	10/04/2014	218 * II
MJM3686	8731023135	7455/0	16/04/2014	218 * I
MJS0198	8731023133	7455/0	15/04/2014	218 * I
NGS3880	8731023253	7463/0	30/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 640/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMD2147	8731021485	7455/0	18/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
GRI9300	8731021594	7463/0	11/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
JDZ3975	8731022002	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXK4573	8731021551	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZA8523	8731022839	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY8138	8731021798	7455/0	16/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY8138	8731021804	7455/0	15/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAJ9770	8731022833	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK4678	8731021544	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB7715	8731021860	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM9399	8731021550	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJI9386	8731021506	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKM1324	8731021793	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM4928	8731021655	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLN9789	8731021692	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
OSC6545	8731022095	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 641/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKH3460	8731023245	7455/0	01/05/2014	218 * I
AKL5945	8731023482	7463/0	18/05/2014	218 * II
AOD6723	8731023337	7455/0	04/05/2014	218 * I
BET1998	8731023503	7455/0	16/05/2014	218 * I
CBH1364	8731023317	7455/0	03/05/2014	218 * I
ICF9722	8731023293	7455/0	04/05/2014	218 * I
IME0134	8731023241	7455/0	02/05/2014	218 * I
KLH7646	8731023463	7463/0	15/05/2014	218 * II
KPG6119	8731023466	7463/0	15/05/2014	218 * II
LYS9350	8731023156	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYS9350	8731023211	7463/0	27/04/2014	218 * II
LZZ6142	8731023327	7455/0	04/05/2014	218 * I
MBZ4059	8731023459	7455/0	13/05/2014	218 * I
MCL1724	8731023216	7455/0	27/04/2014	218 * I
MCR3604	8731023483	7455/0	18/05/2014	218 * I
MDH8677	8731023422	7455/0	14/05/2014	218 * I
MEC8619	8731023423	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFD6897	8731023217	7463/0	27/04/2014	218 * II
MFP9868	8731023435	7455/0	13/05/2014	218 * I
MGW7994	8731023222	7455/0	27/04/2014	218 * I
MHF3565	8731022703	7455/0	15/03/2014	218 * I
MHN6848	8731023024	7455/0	17/04/2014	218 * I
MIB8927	8731023443	7471/0	17/05/2014	218 * III
MIB8927	8731023478	7455/0	17/05/2014	218 * I
MIB8927	8731023505	7455/0	17/05/2014	218 * I
MIT7930	8731023458	7455/0	13/05/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIU4155	8731023220	7455/0	27/04/2014	218 * I
MJB9514	8731023276	7463/0	03/05/2014	218 * II
MKY7460	8731023474	7463/0	16/05/2014	218 * II
MLA3948	8731023242	7455/0	02/05/2014	218 * I
MLF4452	8731023203	7455/0	25/04/2014	218 * I
MLM2940	8731023171	7471/0	25/04/2014	218 * III
MLS6896	8731023160	7455/0	22/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 642/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ0363	8731021862	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF3565	8731021150	7463/0	19/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHJ7944	8731022119	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV1269	8731021697	7471/0	02/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MMJ2903	8731022896	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 643/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATS5424	8731023344	7455/0	05/05/2014	218 * I
AXP7820	8731023079	7463/0	21/04/2014	218 * II
BNF9694	8731023244	7455/0	04/05/2014	218 * I
HQM6930	8731023202	7455/0	25/04/2014	218 * I
LYU4177	8731023238	7455/0	30/04/2014	218 * I
LYV9266	8731023404	7455/0	05/05/2014	218 * I
MAN3240	8731023243	7455/0	03/05/2014	218 * I
MAN3240	8731023278	7463/0	03/05/2014	218 * II
MAU6336	8731023319	7455/0	04/05/2014	218 * I
MEW2423	8731023456	7455/0	13/05/2014	218 * I
MFG1086	8731023287	7455/0	04/05/2014	218 * I
MGS8185	8731023247	7455/0	28/04/2014	218 * I
MHG8924	8731023314	7471/0	02/05/2014	218 * III
MIA3370	8731023437	7463/0	15/05/2014	218 * II
MKD3503	8731023237	7455/0	29/04/2014	218 * I
MKD3503	8731023250	7463/0	29/04/2014	218 * II
MLD7165	8731023340	7455/0	04/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 644/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARC2046	8731022531	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARS7015	8731020633	7455/0	14/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
KHT5745	8731022885	7463/0	04/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
KHT5745	8731022907	7463/0	04/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
KOR5611	8731022776	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA7487	8731022657	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ5577	8731022766	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ8148	8731022654	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
NMS2150	8731022909	7463/0	05/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
OAX6868	8731021966	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 645/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AWW1105	8731023283	7463/0	03/05/2014	218 * II
MDM2937	8731023400	7455/0	11/05/2014	218 * I
MDP7861	8731023351	7455/0	09/05/2014	218 * I
MHR5737	8731023612	7455/0	30/05/2014	218 * I
MII3954	8731023591	7455/0	30/05/2014	218 * I
MJJ2474	8731023412	7455/0	09/05/2014	218 * I
MKY4023	8731023379	7471/0	11/05/2014	218 * III
MKY4023	8731023401	7471/0	11/05/2014	218 * III
MLC6600	8731023265	7455/0	01/05/2014	218 * I
MLX2911	8731023218	7455/0	27/04/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 646/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCD2009	8731022799	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI7050	8731022990	7463/0	13/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIX0429	8731022815	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX0429	8731022843	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN0814	8731023002	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG6979	8731023057	7463/0	19/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKP3522	8731022691	7463/0	12/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKP3522	8731022715	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN2804	8731022757	7463/0	18/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 647/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQJ4019	8731023410	7463/0	06/05/2014	218 * II
ASW6015	8731023582	7455/0	27/05/2014	218 * I
AVT0303	8731023627	7455/0	30/05/2014	218 * I
IRN3084	8731023557	7455/0	25/05/2014	218 * I
KDW9322	8731023492	7455/0	17/05/2014	218 * I
LZJ3550	8731023523	7455/0	23/05/2014	218 * I
LZJ3550	8731023558	7463/0	25/05/2014	218 * II
MAF1186	8731023497	7455/0	18/05/2014	218 * I
MBL1031	8731023490	7455/0	15/05/2014	218 * I
MEZ1405	8731023480	7455/0	17/05/2014	218 * I
MFJ7349	8731023543	7455/0	21/05/2014	218 * I
MGF0944	8731023585	7471/0	28/05/2014	218 * III
MIC8012	8731023509	7455/0	23/05/2014	218 * I
MKC1058	8731023616	7463/0	30/05/2014	218 * II
MLM6495	8731023361	7455/0	07/05/2014	218 * I
MLV6308	8731023455	7455/0	12/05/2014	218 * I
MMM1789	8731023471	7455/0	15/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 648/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABU7369	8731022760	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATI9990	8731023132	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
EDO6937	8731023092	7471/0	16/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCD0891	8731023313	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDS3264	8731021597	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP4037	8731022938	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW6539	8731023189	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP2891	8731023162	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP3522	8731022877	7463/0	02/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKP3522	8731022900	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP3522	8731022937	7455/0	06/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 649/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP7082	8731023768	7455/0	15/06/2014	218 * I
AGE2751	8731023676	7455/0	05/06/2014	218 * I
AIB6732	8731023641	7463/0	02/06/2014	218 * II
AJA6172	8731023748	7463/0	09/06/2014	218 * II
AKJ0299	8731023671	7463/0	03/06/2014	218 * II
CME2855	8731023637	7455/0	08/06/2014	218 * I
MBH8695	8731023747	7463/0	09/06/2014	218 * II
MDJ5447	8731023831	7455/0	19/06/2014	218 * I
MFD1958	8731023649	7455/0	04/06/2014	218 * I
MFH9888	8731023733	7455/0	14/06/2014	218 * I
MGD3004	8731023754	7463/0	12/06/2014	218 * II
MGT7462	8731023663	7463/0	06/06/2014	218 * II
MHI4746	8731023686	7471/0	06/06/2014	218 * III
MHK4344	8731023716	7471/0	12/06/2014	218 * III
MIM6765	8731023643	7463/0	03/06/2014	218 * II
MIW2905	8731023813	7455/0	22/06/2014	218 * I
MLB6380	8731023640	7455/0	02/06/2014	218 * I
MLF0147	8731023704	7463/0	10/06/2014	218 * II
MLP9742	8731023818	7455/0	22/06/2014	218 * I
MNQ8105	8731023738	7463/0	15/06/2014	218 * II
MQR2644	8731023664	7463/0	07/06/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 650/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVC1915	8731023173	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWH7751	8731023255	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP1326	8731023257	7463/0	30/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLB9832	8731022904	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD7072	8731022878	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 651/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABS0343	8731023789	7455/0	19/06/2014	218 * I
AEX9793	8731023809	7455/0	21/06/2014	218 * I
AGE2751	8731023897	7455/0	27/06/2014	218 * I
ATW2844	8731023790	7463/0	19/06/2014	218 * II
EEK7179	8731023743	7455/0	15/06/2014	218 * I
FFZ9533	8731023672	7455/0	04/06/2014	218 * I
HSY0815	8731023559	7455/0	25/05/2014	218 * I
IAQ6361	8731023923	7455/0	29/06/2014	218 * I
IBL5209	8731023626	7455/0	26/05/2014	218 * I
LZK7511	8731023565	7455/0	22/05/2014	218 * I
MAF7057	8731023575	7455/0	31/05/2014	218 * I
MBX5845	8731023688	7455/0	05/06/2014	218 * I
MCH6586	8731023911	7463/0	29/06/2014	218 * II
MCX6567	8731023895	7455/0	26/06/2014	218 * I
MDR6059	8731023709	7463/0	11/06/2014	218 * II
MEF2170	8731023834	7455/0	19/06/2014	218 * I
MER0013	8731023760	7455/0	09/06/2014	218 * I
MGI6183	8731023917	7455/0	28/06/2014	218 * I
MHE3591	8731023785	7463/0	18/06/2014	218 * II
MHF9272	8731023576	7455/0	01/06/2014	218 * I
MIF6907	8731023566	7455/0	25/05/2014	218 * I
MIU5608	8731023908	7455/0	24/06/2014	218 * I
MIV2888	8731023916	7455/0	27/06/2014	218 * I
MIX0152	8731023527	7463/0	24/05/2014	218 * II
MIX0152	8731023550	7463/0	24/05/2014	218 * II
MKN9280	8731023781	7455/0	16/06/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKT2738	8731023510	7455/0	24/05/2014	218 * I
MKT2738	8731023529	7471/0	24/05/2014	218 * III
MLC1320	8731023793	7455/0	19/06/2014	218 * I
MML1901	8731023909	7455/0	25/06/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 652/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH8422	8731022961	7463/0	11/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFS6640	8731023128	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MF6165	8731023248	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5811	8731023139	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT3189	8731023182	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKT4702	8731023230	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV6308	8731023130	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 653/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANK1152	8731023919	7455/0	26/06/2014	218 * I
IIO9885	8731023588	7463/0	29/05/2014	218 * II
MCK2417	8731023651	7463/0	04/06/2014	218 * II
MDB7252	8731023657	7455/0	05/06/2014	218 * I
MDR6059	8731023801	7455/0	20/06/2014	218 * I
MFO1220	8731023659	7455/0	05/06/2014	218 * I
MGV9044	8731023758	7455/0	15/06/2014	218 * I
MLZ1044	8731023556	7463/0	25/05/2014	218 * II
MZB3525	8731023593	7463/0	30/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 654/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALZ7072	8731023179	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDD7118	8731023025	7463/0	17/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHN3651	8731023181	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJL4013	8731023069	7463/0	20/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLS0548	8731023031	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 655/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGE2751	8731023940	7455/0	02/07/2014	218 * I
AHI4428	8731023910	7463/0	26/06/2014	218 * II
COX2399	8731023933	7455/0	02/07/2014	218 * I
DLC5496	8731024055	7455/0	13/07/2014	218 * I
DRK3235	8731023707	7455/0	11/06/2014	218 * I
HTQ5257	8731023590	7463/0	29/05/2014	218 * II
HTQ5257	8731023611	7463/0	30/05/2014	218 * II
IMS1697	8731023936	7455/0	05/07/2014	218 * I
IMV1279	8731023941	7471/0	02/07/2014	218 * III
LXW6810	8731024038	7455/0	13/07/2014	218 * I
LYO8780	8731023935	7455/0	02/07/2014	218 * I
MAF5264	8731023761	7455/0	14/06/2014	218 * I
MBC6889	8731024036	7463/0	12/07/2014	218 * II
MCR6140	8731023762	7455/0	13/06/2014	218 * I
MCR7277	8731023650	7463/0	04/06/2014	218 * II
MFA3838	8731023661	7463/0	06/06/2014	218 * II
MFE9903	8731023820	7455/0	22/06/2014	218 * I
MFM2255	8731023990	7463/0	06/07/2014	218 * II
MFM2255	8731023995	7463/0	06/07/2014	218 * II
MFM9989	8731023840	7455/0	20/06/2014	218 * I
MFP1033	8731024017	7463/0	07/07/2014	218 * II
MHA0861	8731023756	7455/0	12/06/2014	218 * I
MHO9731	8731023658	7471/0	05/06/2014	218 * III
MHU4556	8731024016	7463/0	10/07/2014	218 * II
MHW6321	8731023691	7455/0	09/06/2014	218 * I
MII3954	8731023939	7455/0	02/07/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MII3954	8731024010	7455/0	08/07/2014	218 * I
MIL5413	8731023984	7455/0	06/07/2014	218 * I
MIN6252	8731023741	7455/0	15/06/2014	218 * I
MIT9139	8731023787	7463/0	19/06/2014	218 * II
MJG8857	8731023776	7455/0	22/06/2014	218 * I
MJQ9524	8731023970	7463/0	03/07/2014	218 * II
MJQ9524	8731023993	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJZ6154	8731024021	7463/0	08/07/2014	218 * II
MKL4621	8731023981	7455/0	05/07/2014	218 * I
MKL4621	8731024057	7455/0	05/07/2014	218 * I
MKZ8282	8731023759	7455/0	09/06/2014	218 * I
MLI5134	8731023751	7455/0	10/06/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 656/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASX7368	8731023336	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJC2697	8731023045	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT0082	8731023342	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA8088	8731023324	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT0920	8731023295	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLT8413	8731023288	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 657/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIN5264	8731023830	7463/0	19/06/2014	218 * II
AJU4446	8731023899	7455/0	30/06/2014	218 * I
AKO5997	8731023600	7455/0	01/06/2014	218 * I
CIE9303	8731023722	7463/0	13/06/2014	218 * II
CJA0905	8731023969	7463/0	03/07/2014	218 * II
CMB7549	8731023846	7455/0	21/06/2014	218 * I
CMR6966	8731023870	7455/0	20/06/2014	218 * I
CRM7816	8731023848	7463/0	21/06/2014	218 * II
MCX0765	8731023713	7471/0	11/06/2014	218 * III
MEP3100	8731023829	7455/0	19/06/2014	218 * I
MES8626	8731023821	7455/0	22/06/2014	218 * I
MIU6019	8731023819	7455/0	22/06/2014	218 * I
MIU7495	8731023647	7463/0	03/06/2014	218 * II
MKM3065	8731023858	7455/0	22/06/2014	218 * I
MLD7165	8731023867	7455/0	21/06/2014	218 * I
MLN7536	8731023884	7471/0	24/06/2014	218 * III
MLV8870	8731023860	7463/0	22/06/2014	218 * II
NVW5604	8731023782	7463/0	16/06/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 658/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLP1511	8731023157	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH8677	8731023578	7463/0	28/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 659/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQJ4019	8731024171	7455/0	15/07/2014	218 * I
CCX1057	8731024099	7455/0	17/07/2014	218 * I
CCX1057	8731024142	7455/0	15/07/2014	218 * I
CRF5400	8731023881	7455/0	24/06/2014	218 * I
DGJ1593	8731024132	7455/0	21/07/2014	218 * I
DQV2652	8731024160	7455/0	21/07/2014	218 * I
GCM8010	8731024091	7455/0	16/07/2014	218 * I
ITU6143	8731024118	7463/0	19/07/2014	218 * II
JOG2480	8731024086	7463/0	15/07/2014	218 * II
LZE0914	8731024125	7455/0	20/07/2014	218 * I
MAB0303	8731023730	7463/0	14/06/2014	218 * II
MAB0303	8731023737	7463/0	15/06/2014	218 * II
MCO3120	8731023875	7455/0	30/06/2014	218 * I
MDT9801	8731024116	7455/0	19/07/2014	218 * I
MEY9865	8731024130	7463/0	20/07/2014	218 * II
MFN6767	8731023886	7455/0	25/06/2014	218 * I
MGF8470	8731024049	7455/0	10/07/2014	218 * I
MHP3334	8731024159	7471/0	20/07/2014	218 * III
MIJ4466	8731024162	7455/0	15/07/2014	218 * I
MIP6811	8731024175	7455/0	20/07/2014	218 * I
MIQ0399	8731024121	7455/0	19/07/2014	218 * I
MJL7859	8731024172	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKB2981	8731024122	7455/0	20/07/2014	218 * I
MKY0255	8731024128	7471/0	20/07/2014	218 * III
MLH4283	8731024089	7471/0	15/07/2014	218 * III
MMH0355	8731023896	7455/0	26/06/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 660/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFZ3259	8731023493	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX9156	8731023427	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MII8791	8731023286	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8791	8731023320	7471/0	04/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIN9831	8731023498	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR7916	8731023496	7463/0	17/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 661/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADD9302	8731024259	7455/0	01/08/2014	218 * I
AEZ0652	8731024223	7463/0	26/07/2014	218 * II
LWV7295	8731024221	7471/0	26/07/2014	218 * III
LZI6317	8731023991	7463/0	01/07/2014	218 * II
LZM0432	8731023931	7455/0	01/07/2014	218 * I
MAB0303	8731023898	7455/0	28/06/2014	218 * I
MAB0303	8731023901	7463/0	30/06/2014	218 * II
MAB0303	8731023913	7471/0	30/06/2014	218 * III
MAR3589	8731024044	7455/0	09/07/2014	218 * I
MEK9700	8731024201	7463/0	25/07/2014	218 * II
MJL7162	8731023966	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJU2514	8731024200	7455/0	25/07/2014	218 * I
MKP3105	8731023999	7455/0	05/07/2014	218 * I
MLC5629	8731024242	7455/0	30/07/2014	218 * I
MLE4814	8731024202	7455/0	25/07/2014	218 * I
MLR2271	8731023985	7455/0	06/07/2014	218 * I
MWB9328	8731024183	7455/0	23/07/2014	218 * I
NLA9740	8731023961	7463/0	01/07/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 662/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASV5217	8731023020	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYF0691	8731023363	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE5084	8731023731	7463/0	14/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKP3666	8731023711	7463/0	11/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MX9810	8731023808	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 663/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRG4774	8731024205	7463/0	26/07/2014	218 * II
GOL3913	8731024103	7455/0	19/07/2014	218 * I
IIO6408	8731024211	7463/0	26/07/2014	218 * II
IMH2624	8731024192	7455/0	23/07/2014	218 * I
IVI6631	8731024284	7455/0	02/08/2014	218 * I
MBW7850	8731024286	7455/0	02/08/2014	218 * I
MHT6140	8731024232	7455/0	25/07/2014	218 * I
MJN9967	8731023988	7455/0	06/07/2014	218 * I
MJN9967	8731024005	7463/0	06/07/2014	218 * II
MLI5966	8731024082	7455/0	14/07/2014	218 * I
MLQ0248	8731023945	7455/0	03/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 664/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPP9668	8731023719	7471/0	12/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
IJC0669	8731023563	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
NSZ2146	8731023772	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
NSZ2146	8731023783	7471/0	17/06/2014	R\$ 574,61	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 665/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BAM1550	8731024124	7455/0	20/07/2014	218 * I
DXQ2780	8731024363	7455/0	07/08/2014	218 * I
ILP8366	8731024137	7463/0	21/07/2014	218 * II
IOV3144	8731024190	7455/0	22/07/2014	218 * I
LYV6472	8731024098	7455/0	17/07/2014	218 * I
LYV6472	8731024109	7455/0	17/07/2014	218 * I
MAM4643	8731024052	7455/0	13/07/2014	218 * I
MAU4612	8731024164	7455/0	19/07/2014	218 * I
MDU0889	8731024081	7463/0	14/07/2014	218 * II
MEM8435	8731024380	7455/0	09/08/2014	218 * I
MEY9381	8731024069	7471/0	11/07/2014	218 * III
MFC0794	8731024378	7471/0	10/08/2014	218 * III
MHW6321	8731024001	7455/0	08/07/2014	218 * I
MJG3760	8731024108	7455/0	17/07/2014	218 * I
MJG9079	8731024106	7463/0	16/07/2014	218 * II
MJV0165	8731024464	7455/0	12/08/2014	218 * I
MJV3437	8731024154	7455/0	19/07/2014	218 * I
MKC5929	8731024357	7463/0	04/08/2014	218 * II
MKG4995	8731024456	7455/0	11/08/2014	218 * I
MKX6642	8731024458	7455/0	11/08/2014	218 * I
MKX6642	8731024465	7455/0	13/08/2014	218 * I
MKZ3579	8731024011	7455/0	09/07/2014	218 * I
MLI4747	8731024404	7463/0	15/08/2014	218 * II
MLI4747	8731024432	7455/0	15/08/2014	218 * I
MLS9133	8731024353	7455/0	03/08/2014	218 * I
MLU1210	8731024448	7463/0	17/08/2014	218 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLU1210	8731024484	7455/0	17/08/2014	218 * I
MLU4456	8731024166	7455/0	20/07/2014	218 * I
NBJ5501	8731024214	7455/0	27/07/2014	218 * I
OKF6774	8731024003	7455/0	12/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 666/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIA9811	8731023700	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
FAN3641	8731022272	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
IQP1962	8731023800	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZM5060	8731023906	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC7315	8731023544	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ8081	8731023564	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLF6718	8731023562	7471/0	25/05/2014	R\$ 574,61	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 667/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKJ9104	8731024550	7463/0	22/08/2014	218 * II
ARY2552	8731024415	7463/0	12/08/2014	218 * II
CWG1000	8731024468	7463/0	14/08/2014	218 * II
FGR3050	8731024314	7455/0	06/08/2014	218 * I
IKQ7900	8731024461	7463/0	12/08/2014	218 * II
INE8462	8731024312	7463/0	06/08/2014	218 * II
INV0999	8731024423	7463/0	13/08/2014	218 * II
LXU4341	8731024491	7455/0	16/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024497	7455/0	16/08/2014	218 * I
MAJ9098	8731024385	7455/0	03/08/2014	218 * I
MAS0054	8731024507	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAS0054	8731024584	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAU4612	8731024559	7455/0	23/08/2014	218 * I
MAU4612	8731024560	7455/0	24/08/2014	218 * I
MBR2128	8731024424	7463/0	13/08/2014	218 * II
MDN1675	8731024437	7455/0	16/08/2014	218 * I
MFP4037	8731024278	7455/0	30/07/2014	218 * I
MFZ9096	8731024345	7463/0	03/08/2014	218 * II
MGD2947	8731024455	7455/0	11/08/2014	218 * I
MGE6456	8731024351	7463/0	03/08/2014	218 * II
MGT0925	8731024296	7455/0	31/07/2014	218 * I
MHE2935	8731024336	7455/0	10/08/2014	218 * I
MHK7722	8731024536	7463/0	23/08/2014	218 * II
MIG4972	8731024487	7455/0	18/08/2014	218 * I
MJR2086	8731024518	7455/0	20/08/2014	218 * I
MJZ1195	8731024470	7463/0	14/08/2014	218 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO8529	8731024567	7455/0	24/08/2014	218 * I
MLC6491	8731024285	7455/0	02/08/2014	218 * I
MLC9335	8731024459	7463/0	11/08/2014	218 * II
MLE3506	8731024447	7455/0	17/08/2014	218 * I
MLG5845	8731024394	7455/0	08/08/2014	218 * I
MLH4781	8731024313	7471/0	06/08/2014	218 * III
MLQ5738	8731024409	7455/0	14/08/2014	218 * I
MLR6448	8731024566	7463/0	24/08/2014	218 * II
MLX4584	8731024463	7463/0	12/08/2014	218 * II
QIS4444	8731024430	7455/0	15/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 668/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IVK3167	8731023660	7463/0	06/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBY3745	8731023868	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG9239	8731023989	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHT7816	8731023645	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX4996	8731023742	7471/0	15/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIU5314	8731023670	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA5225	8731024026	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK5343	8731023656	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
QHB7884	8731023775	7463/0	21/06/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 669/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKC6178	8731024563	7455/0	24/08/2014	218 * I
AQL5375	8731024236	7455/0	24/07/2014	218 * I
AVQ6215	8731024337	7455/0	10/08/2014	218 * I
DHG2540	8731024260	7455/0	01/08/2014	218 * I
ICT2768	8731024301	7455/0	08/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024575	7455/0	23/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024576	7455/0	23/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024578	7455/0	23/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024582	7455/0	23/08/2014	218 * I
MBA0296	8731024240	7455/0	25/07/2014	218 * I
MBW1987	8731024276	7455/0	29/07/2014	218 * I
MDV4738	8731024245	7455/0	29/07/2014	218 * I
MGE6456	8731024275	7471/0	02/08/2014	218 * III
MIE6448	8731024269	7455/0	02/08/2014	218 * I
MJV2423	8731024107	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKP3192	8731024241	7455/0	29/07/2014	218 * I
MKU2327	8731024503	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLH0767	8731024527	7471/0	22/08/2014	218 * III
MLL2547	8731024184	7455/0	27/07/2014	218 * I
MLP6700	8731024270	7463/0	02/08/2014	218 * II
MLP6700	8731024287	7463/0	02/08/2014	218 * II
MMH0355	8731024290	7455/0	02/08/2014	218 * I
MMH0355	8731024291	7455/0	02/08/2014	218 * I
PGC2257	8731024247	7455/0	29/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 670/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHE9063	8731023876	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA5028	8731024039	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHG0004	8731023786	7471/0	18/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIU5314	8731023646	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD0482	8731023927	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM4059	8731023792	7463/0	19/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP9186	8731023665	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 671/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEE6074	8731024298	7455/0	03/08/2014	218 * I
AOZ1956	8731024398	7455/0	11/08/2014	218 * I
API9497	8731024473	7455/0	15/08/2014	218 * I
AQL1624	8731024405	7455/0	16/08/2014	218 * I
ASW3335	8731024649	7455/0	28/08/2014	218 * I
AUN4879	8731024354	7455/0	04/08/2014	218 * I
CPY8813	8731024596	7455/0	26/08/2014	218 * I
JUG0944	8731024358	7471/0	04/08/2014	218 * III
LXU4341	8731024654	7455/0	30/08/2014	218 * I
LXU4341	8731024655	7455/0	30/08/2014	218 * I
LYP7468	8731024395	7455/0	09/08/2014	218 * I
MAU4612	8731024630	7463/0	31/08/2014	218 * II
MEB8441	8731024316	7463/0	07/08/2014	218 * II
MGS9027	8731024493	7463/0	18/08/2014	218 * II
MGX5993	8731024486	7463/0	18/08/2014	218 * II
MHV2909	8731024379	7455/0	10/08/2014	218 * I
MIB6228	8731024374	7455/0	10/08/2014	218 * I
MJD7407	8731024474	7455/0	15/08/2014	218 * I
MKT5796	8731024633	7463/0	26/08/2014	218 * II
MKV4221	8731024344	7455/0	03/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 672/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOP9004	8731024075	7471/0	12/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MHH4855	8731024138	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ4432	8731024117	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 673/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFM6373	8731024399	7455/0	12/08/2014	218 * I
AJG7367	8731024506	7455/0	23/08/2014	218 * I
AJX2445	8731024815	7455/0	14/09/2014	218 * I
AYO0399	8731024644	7463/0	28/08/2014	218 * II
IKP6705	8731024636	7455/0	26/08/2014	218 * I
IOR4625	8731024789	7471/0	14/09/2014	218 * III
IQW0943	8731024342	7455/0	10/08/2014	218 * I
IQW0943	8731024462	7455/0	12/08/2014	218 * I
JGG9393	8731024508	7455/0	24/08/2014	218 * I
KDQ5359	8731024588	7455/0	21/08/2014	218 * I
LOM3089	8731024704	7455/0	05/09/2014	218 * I
LYI4788	8731024553	7463/0	22/08/2014	218 * II
LZI9536	8731024585	7455/0	24/08/2014	218 * I
LZT5186	8731024410	7455/0	13/08/2014	218 * I
LZW1382	8731024494	7455/0	12/08/2014	218 * I
MBF9506	8731024840	7455/0	10/09/2014	218 * I
MCB6046	8731024831	7455/0	14/09/2014	218 * I
MDB0539	8731024341	7455/0	10/08/2014	218 * I
MDP8256	8731024489	7455/0	15/08/2014	218 * I
MGU6603	8731024725	7455/0	06/09/2014	218 * I
MHD6355	8731024544	7455/0	20/08/2014	218 * I
MHQ1415	8731024792	7455/0	14/09/2014	218 * I
MIA8417	8731024577	7455/0	23/08/2014	218 * I
MIM1607	8731024790	7463/0	14/09/2014	218 * II
MJS3691	8731024718	7471/0	06/09/2014	218 * III
MKI4647	8731024333	7455/0	09/08/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKR3221	8731024676	7455/0	06/09/2014	218 * I
MKR3221	8731024721	7455/0	06/09/2014	218 * I
MLH0767	8731024743	7455/0	12/09/2014	218 * I
MMH0355	8731024417	7455/0	13/08/2014	218 * I
MMM1253	8731024701	7455/0	07/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 674/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRI9295	8731024224	7463/0	27/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEL0336	8731024218	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MF11004	8731024054	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE2830	8731023960	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO2661	8731024237	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 675/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQA0454	8731024699	7455/0	07/09/2014	218 * I
ARJ4504	8731024556	7455/0	22/08/2014	218 * I
DJT5430	8731024658	7455/0	28/08/2014	218 * I
EZT4180	8731024749	7471/0	03/09/2014	218 * III
INE6410	8731024661	7455/0	30/08/2014	218 * I
LXC5356	8731024546	7455/0	21/08/2014	218 * I
LZB4857	8731024626	7463/0	30/08/2014	218 * II
MAK6357	8731024569	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAX7903	8731024627	7455/0	31/08/2014	218 * I
MCI4277	8731024603	7455/0	30/08/2014	218 * I
MEW3736	8731024562	7463/0	24/08/2014	218 * II
MFK3122	8731024552	7455/0	22/08/2014	218 * I
MFY3565	8731024817	7455/0	14/09/2014	218 * I
MGB2346	8731024826	7455/0	09/09/2014	218 * I
MGD1592	8731024539	7463/0	24/08/2014	218 * II
MHX9552	8731024604	7455/0	26/08/2014	218 * I
MIV5255	8731024591	7455/0	24/08/2014	218 * I
MJJ2713	8731024667	7463/0	28/08/2014	218 * II
MJU7846	8731024515	7455/0	19/08/2014	218 * I
MLF4217	8731024528	7455/0	22/08/2014	218 * I
MLJ1108	8731024583	7455/0	24/08/2014	218 * I
MLX4039	8731024837	7455/0	11/09/2014	218 * I
ODN6066	8731024517	7455/0	20/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 676/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALJ8011	8731024187	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BJP5942	8731024009	7463/0	08/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
EDE9862	8731024217	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC0970	8731024176	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH1075	8731023949	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP3192	8731023962	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 677/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH9145	8731024908	7455/0	20/09/2014	218 * I
AMF8277	8731024713	7471/0	06/09/2014	218 * III
BEB2332	8731024937	7455/0	27/09/2014	218 * I
EHX3825	8731024785	7455/0	14/09/2014	218 * I
IPO2884	8731024923	7455/0	16/09/2014	218 * I
LPQ8000	8731024962	7471/0	27/09/2014	218 * III
LYN1030	8731024980	7455/0	28/09/2014	218 * I
MAS0054	8731024598	7455/0	27/08/2014	218 * I
MAS0054	8731024653	7455/0	29/08/2014	218 * I
MEY9832	8731024979	7455/0	22/09/2014	218 * I
MFB7847	8731024858	7455/0	16/09/2014	218 * I
MFG9092	8731024876	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHL8991	8731024606	7455/0	26/08/2014	218 * I
MIH2500	8731024940	7463/0	22/09/2014	218 * II
MJG5284	8731024884	7463/0	21/09/2014	218 * II
MJI1246	8731024648	7471/0	28/08/2014	218 * III
MKY8271	8731024936	7455/0	27/09/2014	218 * I
MLT2615	8731024880	7455/0	20/09/2014	218 * I
MMC9722	8731024875	7455/0	19/09/2014	218 * I
MML5561	8731024959	7455/0	27/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 678/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
FRS7684	8731024481	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLJ4519	8731024145	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB4988	8731024127	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ7730	8731024359	7463/0	05/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR7620	8731024123	7463/0	20/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 679/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCC5767	8731024834	7455/0	10/09/2014	218 * I
ELA2904	8731024830	7455/0	13/09/2014	218 * I
GQW6113	8731024685	7463/0	31/08/2014	218 * II
HTN4509	8731024681	7455/0	02/09/2014	218 * I
IBW3201	8731024833	7455/0	09/09/2014	218 * I
JEV9435	8731024967	7463/0	28/09/2014	218 * II
LWS3896	8731024705	7455/0	06/09/2014	218 * I
LYN4881	8731024824	7455/0	08/09/2014	218 * I
LYO5589	8731024741	7455/0	09/09/2014	218 * I
MAV2574	8731024682	7471/0	03/09/2014	218 * III
MCZ0352	8731024839	7455/0	09/09/2014	218 * I
MFA6843	8731024838	7455/0	14/09/2014	218 * I
MFV6000	8731024984	7455/0	30/09/2014	218 * I
MFV1903	8731024675	7455/0	06/09/2014	218 * I
MHU9356	8731024706	7455/0	07/09/2014	218 * I
MIG0142	8731024832	7455/0	08/09/2014	218 * I
MIS9215	8731024794	7455/0	14/09/2014	218 * I
MJD7178	8731024777	7455/0	12/09/2014	218 * I
MJD9517	8731024970	7463/0	28/09/2014	218 * II
MJO3498	8731024768	7463/0	11/09/2014	218 * II
MJZ9775	8731024748	7455/0	11/09/2014	218 * I
MKH2207	8731024683	7455/0	03/09/2014	218 * I
MKJ8295	8731024825	7455/0	08/09/2014	218 * I
MLK1001	8731024686	7455/0	02/09/2014	218 * I
MLS6896	8731024731	7455/0	07/09/2014	218 * I
MMB0366	8731024747	7455/0	14/09/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NLV9297	8731024859	7455/0	16/09/2014	218 * I
QHB7884	8731024695	7455/0	05/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 680/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IQP3076	8731024444	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW3865	8731024294	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU3506	8731024335	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW1546	8731024203	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW7001	8731024229	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 731 681/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AXB8131	8731024878	7463/0	19/09/2014	218 * II
EWP5337	8731024892	7455/0	15/09/2014	218 * I
ISP5434	8731024698	7455/0	06/09/2014	218 * I
MCN2310	8731024756	7455/0	09/09/2014	218 * I
MER8026	8731024889	7463/0	15/09/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 731 682/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KZX3621	8731024371	7463/0	10/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEU0345	8731024634	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIR2084	8731024254	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1966	8731024228	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKG7944	8731024632	7463/0	26/08/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTÃO DE TRÂNSITO

Trombudo Central

PREFEITURA

LEILÃO Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

LEILÃO Nº 02/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar Leilão Público nº 02/2014 às 10 horas do dia 09 de dezembro de 2014, tendo como local o AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, localizado junto a PREFEITURA, na Praça Arthur Siewerdt, 01, Centro, Trombudo Central/SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial Sr. Alex Willian Hoppe, AARC 285, para venda à vista dos seguintes bens móveis inservíveis: LOTE 01 - VW KOMBI, ano/modelo 1995/1995, placa LWU6452, RENAVAL 630370192, lance mínimo inicial: R\$ 3.000,00 (três mil reais). LOTE 02 - PAS/MICRO HYUNDAI H100 GL, ano/modelo 2002/2002, placa MGV9910, RENAVAL 819617571, lance mínimo inicial: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

LOTE 03 - MICRO BESTA GS GRAND, ano/modelo 2001/2001, placa MBY6592, RENAVAL 756747015, lance mínimo inicial: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). LOTE 04 - CAMINHÃO FORD/11000, ano/modelo 1984/1984, placa MAW2408, RENAVAL 550472290, lance mínimo inicial: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). LOTE 05 - PATROLA 140 S, lance mínimo inicial: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). LOTE 06 - PATROLA 140 D-M, lance mínimo inicial: R\$ 5.100,00 (cinco mil reais). LOTE 07 - ONIBUS SCANIA /K112CL, ano/modelo 1989/1989, placa ADR5275, RENAVAL 523191421, lance mínimo inicial: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas no website www.trombudocentral.sc.gov.br, pelo telefone: (47) 3544-0271, ou no escritório da HOPPE LEILÕES, situado na Rua Alberto Tokarski, 11, Canoinhas (SC), telefone: (47) 3027-3900, e ainda pelo e-mail: contato@hoppeleiloes.com.br e pelo website: www.hoppeleiloes.com.br. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

Trombudo Central (sc), 05 de novembro de 2014

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993 e alterações posteriores, e de acordo com a Lei nº 11.947/2009, e Resolução CD/FNDE nº 038/2009 fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando a aquisição de GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO. Os interessados deverão apresentar documentação conforme solicitada no Edital, junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo

Central - SC, no horário das 08:00 às 17:30 horas a partir de 10/11/2014 até 21/11/2014. A íntegra do presente edital poderá ser solicitado pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 07 de novembro de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

LEI 2214/2014

Lei nº 2.214/14, de 07 de Novembro de 2014.

Estabelece normas e condições para a instalação, localização e funcionamento de feiras temporárias, exposições, bazares ou eventos similares itinerantes e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

Art. 1º. A realização de feiras e eventos temporários observarão o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se como feiras e eventos temporários aqueles de natureza comercial, industrial e/ou de prestação de serviços, cuja atividade principal seja a venda direta ao consumidor de produtos industrializados, artesanais ou de serviços.

Art. 2º. As feiras e eventos terão a duração máxima em até 30 (trinta) dias, não sendo permitida ampliação desse prazo, nem a inclusão de novos feirantes após a emissão de autorização para seu funcionamento.

Parágrafo único. Eventos de natureza exclusivamente filantrópica realizados em favor de alguma associação do Município, mostras de caráter científico, tecnológico, cultural e temáticas ou que não tiverem por fim precípua a venda de mercadorias ou serviços diretamente ao consumidor final, poderão, a critério do Poder Público, serem desobrigados da apresentação de algumas exigências desta lei, inclusive do pagamento de taxas.

Art. 3º. As feiras e eventos temporários terão que manter no município de Turvo um centro de atendimento ao consumidor, que deverá atender aos consumidores, resguardando seus direitos, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias a contar do término das atividades.

§ 1º. O centro de atendimento ao consumidor deverá ser situado no perímetro urbano do município de Turvo, com no mínimo um(a) atendente presencial, com funcionamento no horário do comércio local, e será responsável por disponibilizar as devidas informações, orientações e soluções de pedidos dos consumidores, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º. O centro de atendimento ao consumidor é equivalente à filial, ou matriz de empresa que exerça suas atividades no território do município de Turvo, ficando a mesma igualmente responsável pelo pleno atendimento ao consumidor, sendo dispensado assim, a abertura de outro estabelecimento para o fim específico, a não ser que o(s) feirante(s) seja de outro município.

Art. 4º. Caso seja cobrado, a título de entrada para a feira ou evento temporário qualquer quantia a título de colaboração benéfica, a quantia arrecadada deverá ser revertida, obrigatoriamente para instituição filantrópica do município de Turvo, sendo a mesma responsável pela fiscalização do recolhimento.

CAPÍTULO II

DO LOCAL

Art. 5º. O local da realização da feira, ou evento previsto nesta lei deverá atender às exigências de segurança, saúde, meio ambiente, estacionamento, Código de Posturas, vigilância Sanitária, previstos na legislação municipal.

§ 1º. A feira, ou evento, deverá disponibilizar sanitários masculinos e femininos na proporção adequada à área do imóvel ocupado.

§ 2º. O imóvel onde se realizará a feira ou evento deverá estar em dia com os tributos e tarifas municipais.

Art. 6º. A promotora da feira reservará, no principal acesso ao local do evento, espaço compatível com o tamanho médio dos estandes, de forma não onerosa, para a administração municipal promover ações de natureza institucional.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Art. 7º. O requerimento de realização da feira ou evento com o pedido de licença deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura em até 60 (sessenta) dias antes da realização, pela pessoa jurídica promotora do evento e dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Regulamento do evento;

II - Endereço que será realizado o evento;

III - Lay-out com a demonstração da localização e disposição dos estandes;

IV - Cópia autenticada do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

V - Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda.

VI - Certificação da Fazenda Estadual, e Delegacia Regional do Trabalho, quanto à realização da feira e dos dias e horários de seu funcionamento.

VII - Certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, Estadual e do Município de Turvo.

VIII - Atestado, firmado por engenheiro civil, de que a instalação da feira ou evento atende às normas do Conselho Regional de Engenharia e de Agronomia de Santa Catarina.

IX - Comprovante de vistoria do local, expedido pela Guarnição do Corpo de Bombeiros, atestando a segurança do local;

X - Comprovante de vistoria expedido pela Vigilância Sanitária de Turvo;

XI - Contrato de locação ou Autorização de uso do local de realização da feira ou evento;

XII - Relação dos Expositores;

§ 1º. O evento terá o mínimo de 50% dos espaços ocupados pelo comércio, indústria e serviços de empresas ou instituições do município de Turvo/SC.

§ 2º. Quando o cumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro não for cumprido espontaneamente, deverá o promotor do evento oficial a CDL de Turvo para que em até 10 (dez) dias, eventuais interessados se manifestem quanto a intenção de participarem do evento, em grau de igualdade com os demais participantes já inscritos.

§ 3º. A Administração Municipal deverá aprovar ou negar o requerimento em até 30 (trinta) dias antes da realização do evento pretendido.

§ 4º. A Administração Municipal, dentre outros motivos, poderá negar a realização da feira ou evento, quando houver eventos programados para a mesma data, que possam gerar conflito de interesses ou risco à segurança pública, bem como quando a proposta da feira ferir interesse público claramente identificado na fundamentação da negativa.

§ 5º. As feiras e eventos regulamentados por esta lei estão sujeitas às disposições do Código de Posturas e legislação que regulamenta o sistema viário e a ordem pública em geral.

Art. 8º. Cada estande será uma unidade comercial e deverá obter a competente licença de funcionamento junto ao Município, independente daquela obtida pela empresa promotora, devendo apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia autenticada do estatuto social, contrato social;

II - Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

III - Certidão negativa de débito com a Fazenda Federal, Estadual e do município de origem;

§ 1º. Os estandes não poderão ter metragem inferior à 20 m² (vinte metros quadrados).

§ 2º. Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas especializadas, exigir-se-á a comprovação do recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços, relativo aos serviços prestados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. Será cassada a qualquer tempo a licença outorgada, quando houver descumprimento de qualquer das determinações constantes nesta lei, com a imediata interdição do estabelecimento, apreensão dos produtos e equipamentos, e pagamento de multa no valor de duzentas UFMs por infrator, ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de dois anos, contados a partir da infração.

Art. 10. A empresa promotora do evento fica equiparada ao fornecedor, para efeitos do disposto na Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990, respondendo solidariamente por qualquer violação dos direitos dos consumidores.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 07 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 352/2014

PORTARIA No 352/14, de 03 de Novembro de 2014.

PRORROGA PRAZO ESTABELECIDO NA PORTARIA Nº 290/14.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal em Exercício de Turvo (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão em mais 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário

Turvo (SC), 03 de novembro de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.086/2014

DECRETO N.º 086/2014, de 05 de novembro de 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Modalidade 449000.00.00.0024.0055 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios do Estado, relativo ao Contrato de Repasse nº 2014-TR002578, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 40.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Modalidade 449000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 - Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 05 de novembro de 2014

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 05/11/2014

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 19/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS GETÚLIO J BRUSCHI, HUGO BRUNS E IVO LANG, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas de preços e documentos serão recebidos até às 15:00h do dia 26 de novembro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12:30 h às 18:30 h ou pelos telefones (49) 3566-9026.

Videira SC, 07 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LAUDOS DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS DO PR 51/2014- FMS - 3º COLOCADOS

LAUDO DAS AMOSTRAS

3ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SIMPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 05 unidades.	LIXO LIX	REprovada não CONSTA A ESPESSURA E RASGA MUITO FACILMENTE
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	LIXO LIX	REprovada não CONSTA A ESPESSURA E RASGA MUITO FACILMENTE

Videira (SC), 06 de novembro de 2014.

Camila Strapazzon
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS

3ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHOS EM GERAL LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
16	UNIDADE	Detergente em pó com amaciante, com a seguinte composição: Tensoativo alquil benzeno; Sulfato de sódio; Co-adjuvantes; Sinergista; Branqueadores ópticos; Enzima; Tamponastes; Carga, corante, perfume, silicone e água; Caixa/pacote com 1kg.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 06 de Novembro de 2014.

Camila Strapazzon
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS

3ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA EPP, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 05 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 06 de novembro de 2014.

Camila Strapazzon
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS

3ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
15	FRASCO	Detergente concentrado, embalagem mínima contendo 500ml.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
54	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 30 litros, espessura de 0,10 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
56	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade para 15 litros, com espessura de 0,08 micras, - pacote com no mínimo 20 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 06 de novembro de 2014.

Camila Strapazzon
Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 1392/14

PORTARIA nº 1.392/14

Determina o Afastamento Imediato de Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, na Lei Municipal nº 1.836/07 e alterações, e a vista do que consta no Mandado de Intimação da Ação Cível Pública - Autos nº 0001310-38.2012.8.24.0079;

RESOLVE

Art. 1º Determinar, como medida cautelar, o afastamento imediato da Conselheira Zeli do Prado do exercício de seu cargo, sem prejuízo de sua remuneração, até em decisão contrário na Ação Cível Pública - Autos nº 0001310-38.2012.8.24.0079.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 7 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0118/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0118/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI

CPF: 039.872.859-31

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de fevereiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0159/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0159/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA TERESINHA MORESCO

CPF: 052.664.199-11

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0167/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0167/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA

CPF: 023.497.309-99

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0169/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0169/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CERES MIDDING

CPF: 048.082.619-60

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0190/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0190/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI

CPF: 069.793.079-32

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos) e em substituição à servidora PAULA FERNANDA TURMINA, transitoriamente afastada de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades no setor administrativo" para "R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2014 até 30 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0217/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0217/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KATIA ZICKUHR PERAZZOLI
CPF: 010.861.450-62
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0218/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0218/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA CRISTINA POZZAN
CPF: 005.511.959-08
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 20 de dezembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0293/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0293/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TERESINHA LOURDES CERON
CPF: 770.575.709-53
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0337/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0337/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LILIAN APARECIDA VON MUHLEN
CPF: 008.613.009-98
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0388/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0388/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA APARECIDA RIBEIRO LOSS
CPF: 828.936.679-53
VIGÊNCIA: de 12 de março de 2014 até 23 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0466/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0466/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SINTYA MARIA CHAGAS
CPF: 069.168.269-08
VIGÊNCIA: de 19 de maio de 2014 até 23 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0496/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0496/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KALME APARECIDA CORDEIRO
CPF: 004.745.279-05
VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2014 até 17 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0539/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0539/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEI MARIA TOMAZ DA SILVA
CPF: 511.380.349-91
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora ENRIETE BIRNFELD, em gozo de licença maternidade, conforme portaria n. 0849/14" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição à servidora ENRIETE BIRNFELD em gozo de férias interrompidas, conforme portaria n. 0291/14".
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2014 até 07 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0627/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0627/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALBERTINA DE MATTOS
CPF: 707.522.229-53
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 até 19 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0632/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0632/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOCENÉIA MARIA GELINSKI BORGES
CPF: 009.139.189-03
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora NERCI NEVES DE MORAES que está transitoriamente afastada de suas funções, para atender como coordenadora o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.038/10, que induz a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral" para "tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013, fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2014 até 15 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1391/14

PORTARIA nº 1.391/14

Autoriza o Uso da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Ofício nº 026/14 - DF, de 13 de outubro de 2014,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", com área de

27,36m² (vinte e sete metros e trinta e seis decímetros quadrados), pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de ser utilizado para atividades do Poder Judiciário.

§1º Os responsáveis pela utilização se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante a utilização em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Unidade de Saúde Básica quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DÍVIDA TRIBUTÁRIA 001/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA 001/2014

Com amparo no artigo 174, inciso II combinado com seu parágrafo único da Lei nº 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional), notificamos V.S.^a (as) da constituição definitiva da dívida ativa.

Nº Notificação	Nome/Razão
01/2014	AGEMIRO FLORIANO
02/2014	ALIRIO BRANGER
03/2014	AMIR ZONTA
04/2014	ANTONIO GRIPPA
05/2014	ARNOLDO RIBEIRO DOS SANTOS
06/2014	CELIO BATISTA DA SILVA
07/2014	CONFECÇÕES BRANGER LTDA ME
08/2014	DEJANDIR DA SILVA DEJA ME
09/2014	EDENILSON MIGLIOLI ME
10/2014	ELIADA INDÚSTRIA E COM DE CONFECÇÕES IND. E C
12/2014	ELIAS SEVERINO
13/2014	EMILIO NORBERTO DE AMORIN
14/2014	EMPREITEIRA BRASIL FLORESTAL LTDA
15/2014	ERNESTO KLABUNDE
16/2014	FABRICIO MANOEL DA SILVEIRA ME
17/2014	FISIOTERAPIA VITOR MEIRELES LTDA ME
18/2014	GERMANO EICHENBERG
19/2014	GERVASIO DE OLIVEIRA ME
20/2014	JOÃO DAUER NETO
21/2014	LENIR LEMOS DE JESUS ME
22/2014	MADALENA MARTINS
23/2014	MARIA CARDOSO
24/2014	MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA CONFECÇÕES ME
25/2014	MARIO GRAUPNER
26/2014	MARIO OKOPPNY
28/2014	NATAL TOSE
30/2014	ODAIR DA SILVA MOTTA
31/2014	OLIMPIO MANARIN
32/2014	PAULA CARVALHO
33/2014	SANTA PIANESSER
34/2014	SIDNEI FOSSA
35/2014	STEVIO JUNIOR KOSSMANN
36/2014	SUELI DO PRADO
37/2014	TEREZINHA ALIONSO
38/2014	VALDECIR MOA
39/2014	VALMIR KOPP
40/2014	VERA LUCIA TIBES DE MELLO
41/2014	VILMAR CLAUDINO
42/2014	VOLNI VALENCIO DA SILVA ME
43/2014	VILÁSIO JAIRO MORETTI

A correção monetária, a multa e os juros foram calculados a partir da data de vencimento original do débito, de acordo com o que estipulam a Lei Municipal Nº. 135/1991 e as Complementares nº 32/2007 e 51/2009.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.

Formas de Pagamento: À Vista ou Parcelado em até 24 (vinte e quatro) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros

de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com prestação mínima de 35 (trinta e cinco) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa física ou 50 (cinquenta) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Dúvidas, retirada de guias para pagamento e protocolo para interposição de recursos, deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Setor Tributário, situada na Rua Santa Catarina, 2266, centro, nesta cidade.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Vitor Meireles, 10 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 436

DECRETO Nº. 436/2014.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o Sr. ARTUR WINK, CPF: 251.353.419-00, para a partir de 01 de novembro de 2014, exercer o cargo de DIRETOR DE OBRAS, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração proporcional constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de outubro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMMVI

LICITAÇÃO NO 09/2014 CARTA CONVITE

LICITAÇÃO No 09/2014

Modalidade: CARTA CONVITE

Data Abertura: 17/11/2014

Tipo de Julgamento: menor preço global

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna publico para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de Convite para Compras e Serviços, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei no 8.666/1993, alterações posteriores, e LC nº 123/2006.

1. DO OBJETO:

1.1 - A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos para rede de dados e telefonia da sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

2. DA HABILITAÇÃO:

2.1 - Para fins de habilitação no presente certame, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em um envelope distinto da proposta:

I - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício;

II - prova de regularidade com a(o):

- * Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- * Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- * Fazenda Municipal, da sede da licitante;
- * Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- * Débitos Trabalhistas;

III - Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - acervo técnico ou atestado devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de serviços técnicos, cujas características sejam compatíveis com o objeto da licitação. O acervo ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante apresentação da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços, e para dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato social;

V - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados em desacordo com o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99, ou seja, que a licitante observa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2.2 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, as seguintes indicações:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

E-MAIL e TELEFONE: _____

AO SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO No 09/2014 - ABERTURA: DATA: 17/11/2014 - HORA: 09:00

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

2.3 - Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da AMMVI, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

2.4 - Os documentos sem validade expressa, considerar-se-ão como sendo válidos para até 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

3. DA PROPOSTA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - A proposta deverá ser apresentada em papel identificado da Empresa, escrita a punho de forma legível, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, a seguinte indicação:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

AO: SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO No 09/2014 - ABERTURA: DATA: 17/11/2014 - HORA: 09:00

ENVELOPE "PROPOSTA"

3.2 - A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na lista de itens (Anexo I) deste Instrumento Convocatório.

3.3 - A proposta deverá conter:

- Data, nome e assinatura;
- Nome, razão ou denominação social do proponente;
- Número do CNPJ;
- Endereço completo;
- Descrição completa dos itens propostos, observando a descrição mínima contemplada no Anexo I, bem como o preço máximo estabelecido pela AMMVI;
- Prazo de validade da proposta não inferior a 15 (quinze) dias contados a partir da data da abertura da habilitação desta Licitação, prevalecendo tal prazo em caso de omissão;
- Preços unitários propostos deverão ser apresentados em algarismos e o total geral por extenso, em moeda nacional, já incluído todos os valores incidentes, tais como mão-obra, encargos, taxas, impostos, fretes e outros porventura existentes, conforme disposto no Instrumento Convocatório.

3.4 - O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos.

3.4.1 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

3.5 - Com base em levantamento de preços de mercado, fica estabelecido o valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) como preço total geral máximo para fins de aceitação de propostas nesta licitação.

4. DO ORÇAMENTO:

A despesa decorrente desta Licitação corre a conta das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual da AMMVI:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
0102	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000	APLICAÇÕES DIRETAS
440000	DESPESAS DE CAPITAL
449000	APLICAÇÕES DIRETAS

5. DA ABERTURA E JULGAMENTO:

5.1 - As documentações e as propostas serão apreciadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações da AMMVI em observância aos procedimentos estabelecidos neste Instrumento Convocatório.

5.1.1 - A comissão de licitação lavrará ata circunstanciada, registrando todos os fatos praticados no decorrer do processo licitatório. Quaisquer observações somente serão registradas em ata, quando forem formuladas por escrito, sendo que a comissão de licitação fará a leitura para conhecimento geral.

5.2 - A abertura do ENVELOPE 1 - HABILITAÇÃO observará os seguintes procedimentos:

- No dia, hora e local determinados neste Instrumento Convocatório, em seção pública, a comissão de licitação receberá os envelopes números 1 e 2, que serão rubricados pelos membros da comissão e pelos participantes presentes. Não serão recebidos Documentos de Habilitação e Propostas após a hora aprazada.

- Após o recebimento dos envelopes, a comissão de licitação, na presença facultativa dos proponentes interessados, devidamente credenciados, efetuará a abertura dos envelopes nº 1 - HABILITAÇÃO, rubricando-os em todas as suas páginas e facultando aos proponentes presentes o mesmo procedimento.

- Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da lei Complementar nº 123/2006.

5.2.1 - Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Instrumento Convocatório e de seus anexos;
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

5.2.2 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a Comissão de Licitações promoverá ao julgamento da habilitação dos licitantes não enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos a regularidade fiscal, declarando-se:

b.1 - o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a respectiva habilitação; ou

b.2 - o desatendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006, se for o caso.

5.2.3 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2 acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

5.2.4 - Serão devolvidos os envelopes de "Propostas de Preços" das proponentes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Instrumento Convocatório, ficando a disposição das empresas inabilitadas para serem retiradas no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual serão inutilizados.

5.3 - Abrir-se-ão os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" das proponentes cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

5.3.1 - Será desclassificada a proposta que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Instrumento Convocatório, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;
- c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

5.4 - Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

5.5 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, será do tipo "Menor Preço", considerando-se para fins de julgamento o "Menor Valor Global para o Objeto".

5.5.1 - Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

5.5.2 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, intimando-a para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.2.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

5.5.2.2 - Acaso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 7.1, "a", deste Instrumento Convocatório, e retomando a licitação na forma do item 5.5.2 ou 5.5.3.

5.5.3 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

5.5.5 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada

vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma do item 5.5.2, 5.5.2.1 e 5.5.2.2), será adjudicado em seu favor o objeto licitado ou feita sua exclusão, com aplicação da pena e retomada da licitação na forma estabelecida;

II - não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6 - O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

5.5.7 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.6 - Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.7 - Não serão considerados os valores apresentados que estiverem em desacordo com os preços praticados no mercado local, sujeitando-se a desclassificação da proposta da proponente que apresentar preço excessivo.

6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS / FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E DA GARANTIA:

6.1 - O prazo para retirada da Ordem de Serviço/Fornecimento será comunicado a proponente vencedora pela AMMVI, depois de esgotados os prazos recursais. O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, devendo se concluir em até quinze (15) dias.

6.2 - A licitante deverá prestar garantia dos serviços pelo prazo mínimo de noventa (90) dias e dos materiais e equipamentos pelo prazo de um (01) ano.

7. DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento de obrigações importará na aplicação, por parte da AMMVI, de multa e sanções seguintes:

a) Multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1o do artigo 43 da LC nº 123/2006.

b) Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da proposta da licitante vencedora e aplicada à mesma pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

7.2 - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados a AMMVI.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

8.1 - A empresa vencedora obriga-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a AMMVI realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta vencedora, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II - pela qualidade do produto/serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório;

III - a refazer os serviços defeituosos e repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório;

IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços ou para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

9. DOS RECURSOS:

9.1 - Caberá recurso administrativo junto a AMMVI, na forma do artigo 109 da Lei no 8.666/93, no prazo legal, contado da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inhabilitação do Licitante, e do julgamento das propostas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 - Fica estabelecida a data de 17/11/2014, até o início da sessão de abertura dos envelopes, como prazo limite para entrega da habilitação e proposta na Sede da AMMVI - Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, Blumenau (SC) - Sala da Assessoria Jurídica - 2o andar.

10.2 - A inobservância do prazo acima estabelecido importará no desinteresse ao certame, com a exclusão da presente Licitação.

10.3 - A sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação e propostas será realizada na sede da AMMVI, 2o andar, Sala da Assessoria Jurídica, na data de 17/11/2014, às 09:00 horas.

10.4 - Se o licitante vencedor não prestar o serviço, entregar o produto ou não assinar o contrato no prazo estabelecido, a AMMVI poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, adotando providências em relação à licitante vencedora que tenha se omitido do cumprimento de sua proposta.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - A AMMVI reserva-se ao direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49 da Lei no 8.666/93.

11.2 - No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 09:00 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

11.3 - Fazem parte integrante deste Convite o ANEXO I - Descrição mínima dos serviços, materiais e equipamentos contemplados no objeto desta Licitação e o ANEXO II - Minuta do Contrato.

11.4 - Esta licitação é regida pelas disposições da Lei no 8.666/93, alterações posteriores, e da Lei Complementar nº 123/06.

11.5 - Maiores informações poderão ser obtidas na sede da AMMVI, localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3331.5807.

Blumenau (SC), 06 de Novembro de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS	JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI	Secretário Executivo

ANEXO I

Descrição mínima dos serviços, materiais e equipamentos contemplados no objeto desta Licitação:

ITEM 01 - SERVIÇOS A EXECUTAR:

1. Instalação de tomadas RJ45 fêmea Cat5e
2. Instalação de patch panel 24P
3. Instalação de voice panel 50P
4. Instalação de mangueira corrugada
5. Instalação de eletrocalha
6. Instalação e configuração das CAMERAS em cada ponto
7. Instalação de RACK 1º andar
8. Distribuição de cabo de energia entre os racks do 3º, 2º e 1º andar
9. Instalação de canaletas
10. Passagem de cabos telefônicos
11. Passagem de cabos de rede
12. Ativação de pontos de rede
13. Abertura de furos em lajes
14. Certificação de pontos Cat5e
15. Impressão de etiquetas de identificação
16. Entrega do AS-Built
17. Configuração de Switchs- VLANs/ SNMP/ TRUNK

ITEM 02 - LISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

Quantidade Estimada	Unidade	Descrição
800	peça	Abraçadeira plástica 295mm/larg 3,6mm/exp 1,8mm
400	peça	Arruela Lisa 1/4"
12	peça	Arruela para eletroduto 1" - ARA 20
6	peça	Arruela para eletroduto 3/4" - ARA 15
10	peça	Bucha Nylon S10
400	peça	Bucha Nylon S5
500	peça	Bucha Nylon S8
6	peça	Bucha para eletroduto 3/4" - ARA 15
100	metro	Cabo Telefônico 50x50P pares Cabo telefônico constituído por condutores de cobre eletrolítico, maciço e estanhado, isolamento em termoplástico reunidos em pares e núcleo recoberto por uma camada de material termoplástico (PVC) retardante a chama, na cor cinza. Certificação Anatel 0582-02-0256 Fio de cobre eletrolítico, maciço e estanhado, de 0,40 mm, 0,50 mm ou 0,60 mm de diâmetro nominal, sendo seu diâmetro mínimo limitado pela resistência elétrica máxima.
16	peça	Caixa Cabo de Rede Cat5e AMP - 305mt - Cabo para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568A, incluindo o adendo 5 (Categoria 5e), para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. - Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em composto Polietileno de alta densidade. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul, com marcação sequencial métrica, nas opções CM e CMR
3	peça	Caixa Deviração 20x20 eletroduto
2	peça	Régua PDU 8 tomadas no padrão NBR 13249 16A para rack 19 - Cor: Pintura em epoxi pó preto microtexturizado RAL9011 - Material: Chapa pré-zincada 0,95mm - Atende as normas EIA-310-D e RS-310 - Comprimento do cabo: 1,30 metros - Dimensões (Total): 48,1 / 4,3 / 4,6 cm (Comp/Larg/Alt)
120	peça	Conector fema JACK45 multilan Cat5e AMP - Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0) - Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro - Montado em placa de circuito impresso dupla face - Possibilidade de fixação de ícones de identificação diretamente sobre tampa de proteção frontal articulada - Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG - Capa traseira e tampa de proteção frontal articulada já fornecidas com o conector - Disponível em pinagem T568A/B - Permite a instalação em ângulos de 180°, oferecendo melhor performance elétrica, maior agilidade e organização na montagem, reduzindo os raios de curvatura dos cabos - Compatível com todos os patch panels descarregados, espelhos e tomadas
30	peça	Conector reto sem rosca sem vedação 1"
12	peça	Conector reto sem rosca sem vedação 3/4"
10	peça	Conector RJ45 macho 8 vias Cat5e AMP - Atende FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética). - Contatos adequados para conectorização de condutores sólidos ou flexíveis. - Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0) - Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetro de níquel e 1,27 micrômetro de ouro
32	peça	Cotovelo 3/4 Eletroduto na cor preta
2	peça	Curva Horizontal 90° perfurada 100x50
12	peça	Curva Horizontal 90° para duto slim em alumínio na cor branca, 53mm
2	peça	Curva Vertical ext 90° perf. 100x50
16	peça	Curva Vertical Externa 90° para duto slim em alumínio na cor branca, 53mm
1	peça	Curva vertical int 90° perf 150x50
2	peça	Curva Vertical int 90° perf. 100x50
15	peça	Curva Vertical interna 90° para duto slim em alumínio na cor branca, 53mm
10	peça	Duto duplo 25 tipo D – Branco, barra de 3 metros

35	peça	Duto slim parede/piso 1,5 metro com tampa na cor branca, peça em alumínio extrudado ondulado, 53mm de largura e 14mm de altura, com divisões internas.
24	peça	Eletrocalha perfurada tipo "U" 100x50, barra de 3 metros
15	peça	Eletrocalha perfurada tipo "U" 150x50, barra de 3 metros
30	peça	Eletroduto preto 3/4, barra de 3 metros
50	peça	Espelho Linha X - 02 RJ45 - AMP
60	peça	Fixador de porta equipamento SLIM Branco, fabricado em ABS-V0 que se fixa na base do duto slim por encaixe e sob pressão. Espessura de 19,5mm.
8	peça	Guia de cabos fechado HD 1U preto
28	peça	Junção telescóp. Emenda int 100x50
3	peça	Junção telescóp/emenda int 150x50
20	peça	kit Condulete + Abraçadeira + Adaptador preto
25	peça	Luva 3/4 Eletroduto na cor preta
350	metro	Mangueira corrugada 1"
100	metro	Mangueira corrugada 3/4"
60	peça	Bloco cego, branco para porta equipamento
100	peça	Modulo RJ45 branco, padrão keystone para porta equipamento, compatível com porta equipamento para canaleta slim.
400	peça	Parafuso cabeça lentilha auto travante 1/4" X 1/2"
200	peça	Parafuso cabeça panela Philips AAT. 3,9 x 25
350	peça	Parafuso cabeça panela Philips AAT. 4,8 x 38
4	peça	Parafuso cabeça sextavada rosca soberba 1/4x70m
300	peça	Parafuso divisória AAT. Cab. Pan. PH. 3,9x13
250	peça	Parafuso Philips M5 x 15 niquelado
60	peça	Patch Cord U/UTP Cat5e-CM-T568A- 1,5m azul - Certificação Anatel para componente - Atende as normas TIA/EIA 568B.2 para CAT.5e e ISSO/IEC 11.801 - Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro - Produzido com Cabo Multi-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel. - Disponível nas configurações 568/A, 568/B ou crossconnect. - Possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho. - Quantidade de pares: 4 pares, 24 AWG - Temperatura de armazenamento: - 40° C a + 70° C - Temperatura de operação: - 10° C a + 60° C - Quantidade de ciclos: ≥ 1000 RJ-45 e ≥ 200 RJ-11 / ≥ 200 no bloco IDC - Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω/km - Capacitância mutua 1 kHz: 56 pF/m (máximo) - Impedância: 100 ± 15 % Ω - Prova de tensão elétrica entre condutores: 1500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal: 66 %
36	peça	Patch Cord U/UTP Cat5e-CM-T568A- 1,5m verde - Certificação Anatel para componente - Atende as normas TIA/EIA 568B.2 para CAT.5e e ISSO/IEC 11.801 - Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro - Produzido com Cabo Multi-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel. - Disponível nas configurações 568/A, 568/B ou crossconnect. - Possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho. - Quantidade de pares: 4 pares, 24 AWG - Temperatura de armazenamento: - 40° C a + 70° C - Temperatura de operação: - 10° C a + 60° C - Quantidade de ciclos: ≥ 1000 RJ-45 e ≥ 200 RJ-11 / ≥ 200 no bloco IDC - Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω/km - Capacitância mutua 1 kHz: 56 pF/m (máximo) - Impedância: 100 ± 15 % Ω - Prova de tensão elétrica entre condutores: 1500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal: 66 %

60	peça	Patch Cord U/UTP Cat5e-CM-T568A- 2,5m - Certificação Anatel para componente - Atende as normas TIA/EIA 568B.2 para CAT.5e e ISSO/IEC 11.801 - Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro - Produzido com Cabo Multi-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel. - Disponível nas configurações 568/A, 568/B ou crossconnect. - Possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho. - Quantidade de pares: 4 pares, 24 AWG - Temperatura de armazenamento: - 40° C a + 70° C - Temperatura de operação: - 10° C a + 60° C - Quantidade de ciclos: ≥ 1000 RJ-45 e ≥ 200 RJ-11 / ≥ 200 no bloco IDC - Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω /km - Capacitância mutua 1 kHz: 56 pF/m (máximo) - Impedância: 100 ± 15 % Ω - Prova de tensão elétrica entre condutores: 1500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal: 66 %
4	peça	Patch Cord U/UTP Cat5e-CM-T568A- 2,5m amarelo - Certificação Anatel para componente - Atende as normas TIA/EIA 568B.2 para CAT.5e e ISSO/IEC 11.801 - Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro - Produzido com Cabo Multi-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel. - Disponível nas configurações 568/A, 568/B ou crossconnect. - Possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho. - Quantidade de pares: 4 pares, 24 AWG - Temperatura de armazenamento: - 40° C a + 70° C - Temperatura de operação: - 10° C a + 60° C - Quantidade de ciclos: ≥ 1000 RJ-45 e ≥ 200 RJ-11 / ≥ 200 no bloco IDC - Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω /km - Capacitância mutua 1 kHz: 56 pF/m (máximo) - Impedância: 100 ± 15 % Ω - Prova de tensão elétrica entre condutores: 1500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal: 66 %
2	peça	Patch Cord U/UTP Cat6 1,5m vermelho - Certificação Anatel para componente - Atende as normas TIA/EIA 568B.2 para CAT.5e e ISSO/IEC 11.801 - Contatos dos conectores com 50 micropolegadas de ouro - Produzido com Cabo Multi-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel. - Disponível nas configurações 568/A, 568/B ou crossconnect. - Possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho. - Quantidade de pares: 4 pares, 24 AWG - Temperatura de armazenamento: - 40° C a + 70° C - Temperatura de operação: - 10° C a + 60° C - Quantidade de ciclos: ≥ 1000 RJ-45 e ≥ 200 RJ-11 / ≥ 200 no bloco IDC - Resistência máxima do condutor: 93,8 Ω /km - Capacitância mutua 1 kHz: 56 pF/m (máximo) - Impedância: 100 ± 15 % Ω - Prova de tensão elétrica entre condutores: 1500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal: 66 %
5	peça	Patch Panel 24P Cat5e 568A/B Gigalan AMP Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0); 24 ou 48 posições RJ-45; Painel frontal em plástico com porta etiquetas para identificação; Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 μ m de níquel e 1,27 μ m de ouro; Possui borda de reforço para evitar empenamento; Fornecido com parafusos e arruelas para fixação; Fornecido na cor preta; Fornecido com ícones de identificação (ícones na cor azul e ícones na cor vermelha) e velcros para organização; Instalação direta em racks de 19"; Atende FCC part 68.5 (EMI - Indução Eletromagnética); Fornecido com guia traseiro para melhor organização dos cabos; Identificação da categoria e RoHS Compliant em um ícone verde à esquerda do painel frontal.
250	peça	Porca Gaiola M5 metálica Lan Rack
250	peça	Porca Sextavada 1/4"

60	peça	Porta Equipamento 3 Blocos na cor Branca - Conforme norma NBR 14136:2012 e NBR 60884-1 - Dimensão máxima do espelho: 75x120mm - Fabricados em ABS V0 - Aderente a duto slim de alumínio - Fixação sob pressão
1	peça	Rack Fechado 19" X 36U X 675MM Porta de Vidro, totalmente desmontável, laterais com fecho rápido, trinco escamoteável e chave. Planos frontal e traseiro com numeração de U's. Equipado com organizador de cabos nas laterais do painel.
5	peça	Redução concêntrica perf 150x50 / 100x50
12	peça	Saída Horiz de leito para eletroduto 1"
6	peça	Saída Horiz de leito para eletroduto 3/4"
42	peça	Suporte susp vert tirante/verg 100x50
50	peça	Suspensão para tirante cantoneira ZZ 1/4"

		<p>SWITCH 48P 10/100/1000</p> <ul style="list-style-type: none"> - IEEE 802.1d Spanning Tree - Tags Prioridade IEEE 802.1p - IEEE 802.1Q VLANs - IEEE 802.1x Segurança de porta - IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree - Ethernet IEEE 802,3 - IEEE 802.3ab Gigabit Ethernet - IEEE 802.3ad Link Aggregation - IEEE 802.3af Power over Ethernet - Fast Ethernet IEEE 802.3u - IEEE 802.3x Flow Control - IEEE 802.3z Gigabit Ethernet - Total: 52 portas - 48 portas autosensing 10/100/1000 Mbps - 4 portas 1000 Mbps SFP - Configuração baseada na Web e gestão - Configuração do sistema com SNMP v1, v2c e v3 - Suporte a monitoração remota (RMON) - Log do sistema de suporte - Apoio alarmes hierárquico - Suporte NTP - Suporte para IMC - Plataforma de gerenciamento de rede - CLI através do console - Gestão das comunicações são codificado via HTTPS - IEEE 802.1X - Controle de acesso listas (ACLs) - Regras de filtragem MAC-based <p>Convergência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 filas de hardware por porta - Priorização de tráfego na camada 2 (802.1p) e na Camada 3 (TOS com DSCP) - Atribuição automática de VLAN para tráfego de voz e mais - Módulo de atividade - Power - Modo de tráfego da rede - Link status / velocidade <p>Energia e ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de entrada: 100 V - 240 V - Frequência: 50/60 Hz - Corrente: 1.2 A - Potência máxima de consumo: 55.4 W - Dissipação de energia (máx.): 189,03 BTU / h - Temperatura de operação: 0 ° a 45 ° C - Umidade de operação: 10 a 90 % (sem condensação) - Padrão: EN IEC 60068 (68) - Unidade de switch - Cabo de alimentação - Pés de borracha auto-adesivos - Cabo para console - Kit para montagem em rack - CD do Produto - Manual de instalação em português <p>Garantia: 3 anos</p>
2	peça	
3	peça	Tampa encaixe para eletrocalha 150
10	peça	Tampa plana ranhurada Branco em alumínio – 3 metros
10	peça	Tampa terminal SLIM Branco em alumínio
17	peça	Tirante vergalhão rosca total 1/4" – 3mt
1	peça	Unidade de Teto com 2 ventiladores 1000mm bi-volt
6	peça	Velcro dupla face slim preto RL 18m
2	peça	Voice Panel 50P Cat3 CA-ISDN

		Camera Dome IP 1.3 Megapixel Anti-vandalismo - Lente Varifocal 2.8 ~ 10 mm @ F1.2 - Iluminador IR para até 20m (Anti Saturação) / 19 LEDs - Até 30 FPS em 1024p (1280 x 1024) - Sensibilidade de até 0,01 Lux @ F1.2 (Colorido) e 0 Lux @ F1.2 (P/B) com IR Ligado - Padrão H.264 (High Profile) / MJPEG - WDR de até 80 dB - True Day & Night (ICR) - 2D + 3D DNR - Dual Streaming Independentes - Streamings por Região (ROI) - Software para monitoramento de mesmo fabricante das câmeras, não sendo necessários renovação. Suporte para monitoramento de até 16 câmeras - Slot para Cartão SD - Entrada / Saída de Alarme - Entrada / Saída de Áudio - PoE / 12 Vdc - Garantia: 12 meses
12	peça	
100	metro	Cabo Pp 4 X 2,5 Mm Cabo Blindado
01	peça	Bandeja fixa p/ rack 19 p. 1U 600mm

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com endereço à Rua _____, _____, Bairro _____, cidade de _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos, de conformidade com a Licitação Convite nº 09/2014, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos para rede de dados e telefonia da sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Processo Licitatório nº 09/2014, Instrumento Convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:

O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço/ Fornecedor, devendo se concluir em até quinze (15) dias.

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo prazo mínimo de noventa (90) dias e dos materiais e equipamentos pelo prazo de um (01) ano.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 09/2014, e pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ _____ (_____), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 09/2014.

CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
0102	SECRETÁRIA GERAL E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000	APLICAÇÕES DIRETAS
440000	DESPESAS DE CAPITAL
449000	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II - pela qualidade do produto/serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a refazer os serviços defeituosos e repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços ou para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início dos serviços e/ou no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos funcionários da Assessoria de Engenharia e da Assessoria de Informática da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 09/2014, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), ____ de _____ de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS
PRESIDENTE da AMMVI

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: NOME:
CPF: CPF:

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES QUE JULGOU AS HABILITAÇÕES LICITAÇÃO 07/2014

LICITAÇÃO nº 07/2014 - TOMADA DE PREÇOS

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES QUE JULGOU AS HABILITAÇÕES:

Recorrente: AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Diante da análise do recurso administrativo e dos autos da licitação, em especial pelas razões de mérito e de direito apontadas, homologo a decisão da Comissão de Licitações em relação à habilitação de todas as licitantes, frente ao atendimento das exigências do Instrumento Convocatório e a moderação do formalismo que rege o procedimento, em homenagem ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, ratificando a manutenção de todas as licitantes para fase de concorrência (abertura das propostas de preços), a fim de possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa para Associação, ao final do certame em epígrafe.

Desta forma, conheço do recurso administrativo apresentado pela Recorrente acima identificada e, no mérito, nego-lhe provimento, determinando-se a intimação dos licitantes e o prosseguimento regular do certame (convocação da sessão pública para abertura das propostas).

P.R.I.

Blumenau (SC), 07 de Novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

JOSÉ RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO LICITAÇÃO 08/2014

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 08/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze (07/11/2014), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento das habilitações Licitação nº 08/2014.

Aberta a reunião, foi feita a análise dos documentos apresentados pelas empresas ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME - CNPJ nº

12.510.074/0001-57, e TECNOPONTO LTDA - EPP, CNPJ nº 00.897.750/0001-08, verificando o atendimento ou não das exigências constante do Instrumento Convocatório, donde a empresa TECNOPONTO LTDA restou habilitada e a empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME restou inabilitada por não atender ao item 5.2, IV, do Convite nº 08/2014, ou seja, por ausência de comprovante de vinculação de seu responsável técnico com a empresa.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação das licitantes via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios, abrindo-se o prazo recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 07 de Novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

Consórcios

CIGA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

Resposta à Impugnação ao Processo Licitatório nº 20/2014

Pregão Presencial nº 09/2014

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), por intermédio de seu Pregoeiro, vem por meio do presente responder à impugnação apresentada pela empresa Olegário Motors Ltda. em face do Edital do Pregão Presencial nº 09/2014, a qual se dá conhecimento e passa-se a responder nos seguintes termos:

A empresa alega ter havido restrição à competitividade ante as especificações exigidas no Termo de Referência que descreve o objeto da licitação, qual seja, a aquisição de veículo.

Especificamente, a empresa afirma que a exigência de transmissão automática do câmbio, rodas de liga leve 16" ou 17", retrovisores com regulagem elétrica, ar condicionado digital "dual zone", sistema multimídia com visor LCD 4" e barras de proteção lateral implica em restrição indevida à participação dos licitantes, em ofensa ao disposto no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, concluindo ainda que essas exigências e direcionam a aquisição para apenas uma montadora, embora não faça qualquer prova de qual seria essa única montadora capaz de atender às especificações do termo de referência.

Pugna, ao fim, para a supressão de tais exigências do edital.

É o relatório.

Decisão:

O assunto deve ser abordado conforme orientação legislativa prevista no art. 3º, II, da Lei nº 10.520/02, assim redigido:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

O comando normativo impõe ao Administrador Público responsável pela descrição do objeto a definição exata do mesmo, expressando as exigências necessárias e suficientes para que a finalidade da contratação seja atingida.

Tal redação normativa está em harmonia com o disposto no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93, expressão normativa do princípio da competitividade, cuja interpretação dada pelo jurista Marçal Justen Filho aponta o seguinte:

O inc. I contempla um elenco exemplificativo de discriminações reputadas ilícitas. Antes de passar à sua análise, é relevante destacar que é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências rigorosas nem impossibilidade de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns participantes.

Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 80-81).

A ordem legislativa e o escólio da doutrina referendam a existência de exigências que acabem por limitar certos licitantes, desde que tais exigências tenham respaldo na finalidade da contratação, ou seja, que sejam pertinentes com o objetivo a ser alcançado.

Pois bem, o objeto ora licitado - veículo novo - será utilizado, principalmente, pelos agentes públicos do CIGA na locomoção entre a sede do órgão público, localizada na cidade de Florianópolis/SC e os demais órgãos públicos pertencentes aos municípios consorciados ao CIGA, cujo número atual é de 235 municípios consorciados, ou seja, 80% dos municípios catarinenses.

Em suma, tal veículo será utilizado principalmente em viagens pelo interior do Estado de Santa Catarina.

Ora, conhecendo-se o panorama da malha viária catarinense, especialmente a predominância de vias não duplicadas (ex. BR 282, BR 470, BR 280), é razoável prever especificações para o veículo a ser adquirido compatíveis com o uso a que o mesmo será destinado, daí porque as exigências de câmbio automático, rodas de liga com aro 16" ou 17", retrovisores com regulagem elétrica, sistema multimídia com visor LCD e barras de proteção lateral são perfeitamente compreensíveis.

Cumprir informar ainda que o CIGA não dispõe de motorista, de modo que veículo é utilizado por diversas pessoas, justificando-se a exigência de câmbio automático, porque de maior domínio dos servidores do CIGA, potenciais motoristas, e do ajuste elétrico de retrovisores, dada a constante mudança de configuração adequada a cada motorista, afora o fato de garantir maior segurança à medida que os ajustes são realizados do interior do veículo.

Quanto ao tipo de roda, é notório que não configura nenhuma restrição, sendo medida comum aos veículos novos com a motorização requerida no termo de referência. Ademais, o tamanho do aro resulta em maior segurança e estabilidade do veículo.

Já as barras laterais, a despeito de não fazer parte da relação de itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CTB, basta afirmar que câmbio automático e ar condicionado também não são obrigatórios. Ocorre que a opção discricionária da Administração em exigir tal item é justificada pelo seu propósito, qual seja, preservar a integridade física dos servidores do CIGA, ante da triste possibilidade de acidente de trânsito tão recorrente no Estado de Santa Catarina. Seria absurdo afirmar que essa exigência de barras laterais não se coaduna com interesse público, porque a preservação da vida dos ocupantes do veículo é harmônica com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, afora que as funções públicas exercidas por esses servidores revertem-se diretamente em favor do interesse público.

Quanto à exigência de multimídia com LCD, o objetivo é dispor equipamento que auxilie o motorista a localizar-se nos diversos municípios catarinenses, seja no trânsito rodoviário, seja no urbano. Considerando o elevado número de consorciados, é praticamente impossível que os servidores conheçam todos os endereços, sendo deveras útil o equipamento ora exigido, portando devidamente justificado.

Por fim, sopesando-se as exigências com as provocações da impugnante, é de se reconhecer a parcial procedência da impugnação, tão somente quanto ao sistema de ar condicionado do tipo digital dual zone, porque, de fato, basta que o veículo disponha de mecanismo de ar condicionado, não sendo relevante que seja digital, tampouco dual zone.

Mesmo diante deferimento limitado da impugnação, cumpre registrar que, ao contrário da informação inverídica e carente de comprovação da empresa impugnante, em rápida pesquisa na internet, constatou-se ao menos seis veículos de montadoras diferentes capazes de atender às especificações do termo de referência, sendo notável a existência de potencial competitividade entre os possíveis licitantes.

Desta feita, diante do deferimento parcial da impugnação, deve-se promover a alteração no Termo de Referência, tão somente para suprimir a expressão "digital "dual zone"", permanecendo as demais exigências objeto da impugnação, inclusive a exigência de ar condicionado.

Por conseguinte, deve ser publicada a presente decisão e a retomada do processo licitatório, com a definição da nova data de realização da licitação pública ora suspensa.

Publique-se e intime-se empresa impugnante.

Florianópolis, 07 de novembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro do CIGA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 20/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

Aviso de Republicação do Edital da Licitação nº 20/2014

Pregão Presencial nº 09/2014

O Pregoeiro do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que está sendo REPUBLICADA a Licitação nº 20/2014 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO QUILOMETRO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas legais federais.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13h00min do dia 29/10/2014.
- Final do recebimento das propostas: 08h50min do dia 11/11/2014.
- Limite para impugnação ao edital: 15h00min do dia 10/11/2014.
- Abertura da sessão pública do pregão presencial: 09h00min do dia 11/11/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- E-mail: ciga@ciga.sc.gov.br
- Site: www.ciga.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 07 de novembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro do CIGA

CIMVI

ATA LICITAÇÃO Nº 004/2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 004/2014 - CIMVI

Às oito horas e cinco minutos, do quarto dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA., a Sra. Samara Vanessa Tambosi, representando a empresa META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP, o Sr. Vilson Piovesan, representando a empresa TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA., o Sr. Sérgio Luiz Girardi, o representante da empresa IMPRESSORA MAYER LTDA., Sr. Dagoberto Klotz, compareceu à sessão, porém, não apresentou documentos de credenciamento.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas: VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA., META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP e, IMPRESSORA MAYER LTDA.

Tendo em vista a alteração do local para protocolo dos documentos, a empresa TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA., compareceu tempestivamente ao protocolo central, sendo que o mesmo não foi aceito, haja vista que o protocolo deste certame deveria ser feito na Central de Licitações, nesse sentido, protocolou o mesmo às 08h05min no local indicado (Central de Licitações).

Haja vista o ocorrido, a Comissão de Licitações com fundamento no princípio legal da busca pela proposta mais vantajosa, de modo a garantir a consecução do interesse público e zelar pela competitividade e vantagem, flexibilizando exigências que, na prática, não trazem prejuízo ao certame, aceitou os envelopes apresentados pela empresa TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Aberta a palavra aos participantes, não houve manifestações.

Em análise aos documentos de habilitação, verificou-se que os mesmos atenderam as exigências do Edital (Item 5).

Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ainda ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação das empresas VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA., META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP, TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA. e, IMPRESSORA MAYER LTDA.

De acordo com o item 8.3 do Edital, os representantes manifestaram de forma expressa a desistência de interposição de recurso referente à habilitação.

Nesta feita, dando prosseguimento ao certame, foram abertos os envelopes de proposta, onde foram apresentados os seguintes valores:

NOME	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.	R\$ 1,29	R\$ 32.250,00
META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP	R\$ 1,30	R\$ 32.500,00
TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA.	R\$ 1,32	R\$ 33.000,00
IMPRESSORA MAYER LTDA.	R\$ 1,38	R\$ 34.500,00

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do edital, decide-se pela classificação das propostas, e declara-se vencedora nos termos do item 8.5 do Edital, a empresa VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. no valor unitário de R\$ 1,29 (um real e vinte e nove centavos), valor total de R\$ 32.250,00 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata para, querendo apresentar recurso referente à proposta, nos termos do § 6º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 02 (dois) dias úteis a contar da lavratura desta ata.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e representantes presentes.

CARMELINDE BRANDT Presidente	PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Secretária
ALINE BURGER Membro	VIGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.
META EDITORA GRÁFICA EIRELI EPP	TIPOTIL GRÁFICA E EDITORA LTDA.
IMPRESSORA MAYER LTDA.	

ATA ENVELOPE INTEMPESTIVO - LICITAÇÃO Nº 004/2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DE ENVELOPE INTEMPESTIVO CARTA CONVITE Nº. 004/2014 - CIMVI

Às doze horas, do quarto dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger a fim de deliberar sobre o recebimento de envelope de habilitação e proposta da empresa AZUL EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA fora do prazo de apresentação, bem como posterior ao encerramento da sessão de julgamento.

A Comissão de Licitações pesquisou junto ao site dos Correios (documento em anexo) e verificou que o objeto saiu do município de Indaial, para ser entregue ao destinatário às 08h33min, ou seja, posterior ao horário limite estipulado no Edital (08 horas), o qual foi recebido pela Central de Licitações somente às 10h41min.

De acordo com o item 1.4 do edital, após a data e horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

Nesse sentido, fica intimada a empresa AZUL EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA para no prazo de 15 dias retirar os documentos no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, localizado na Rua Mal. Deodoro nº 459 - sala 04, Timbó/SC. A não retirada dentro do prazo estipulado acarretará na eliminação dos documentos.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

CARMELINDE BRANDT Presidente	PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Secretária
ALINE BURGER Membro	

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - ALTERAÇÃO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI torna pública a alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014, em razão de problemas técnicos na identificação do pagamento do preço público relativo à inscrição dos candidatos, inclusive com necessidade de alteração da data de realização das provas, como segue:

ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014	
DATA PREVISTA	ATO
14 e 15/10/2014	Publicação do Edital
15 a 29/10/2014	Período de inscrições
17/11/2014	Homologação provisória das inscrições
18 e 19/11/2014	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
21/11/2014	Homologação final das inscrições
30/11/2014	Data das provas escritas
01/12/2014	Publicação do gabarito oficial
02 e 03/12/2014	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
08/12/2014	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso, e publicação da classificação provisória
09 e 10/12/2014	Prazo para recursos contra a classificação provisória
15/12/2014	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 001/2014
16/12/2014	Homologação do Concurso Público nº 001/2014

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIMVI, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, 1º andar, sala "04", centro, esquina com a Rua Estados Unidos, na cidade de Timbó - SC, Fone (47) 3382-6811, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CIMVI (www.cimvi.sc.gov.br) e da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no site www.nubesconcursos.com.br.

Timbó, em 07 de Novembro de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente do CIMVI

Valter Conrado Araujo
Diretor Executivo do CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 111, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 111, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$3.710,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$3.710,00 (três mil e setecentos e dez reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.001.0004.0122.0001.2001 – Manutenção das Atividades	
3390000000000000 – Aplicações Diretas	R\$3.710,00
Total.....	R\$3.710,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 28 de outubro de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO N 12/2014 CPL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 12/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de IPA INSTITUTO DE PATOLOGIA DO MEIO OESTE CATARINENSE EIRELI, com endereço a Rua Brasil nº 309, sala 01, Edifício Brasil, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de Exames em:

ANATOMIA PATOLÓGICA	Código	Valor CIS-AMARP
Exame Anátomo-Patológico p/ Congelamento / Parafina (exceto Colo Uterino) – Peça Cirúrgica	0.20.30.20.03-0	24,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo 3 coletas)	0.20.30.10.02-7	10,65
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino	0.20.30.20.02-2	43,21
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	0.20.30.10.01-9	6,64
Imunohistoquímica de Neoplasias Malignas (por marcador)	0.20.30.20.04-9	92,00
Exame Anátomo-Patológico de Mama-biópsia	0.20.30.20.06-5	24,00
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino-biópsia	0.20.30.20.08-1	24,00
Exame Citopatológico Cervico Vaginal/Microflora-Rastreamento	02.03.01.008-6	7,30

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 06 de novembro de 2014.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO Nº 44/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 44/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de Anatomia Patológica, a seguir:

IPA INSTITUTO DE PATOLOGIA DO MEIO OESTE CATARINENSE EIRELI, com endereço a Rua Brasil nº 309, sala 01, Edifício Brasil, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de Credenciamento 68/2014

ANATOMIA PATOLÓGICA	Código	Valor CIS-AMARP
Exame Anátomo-Patológico p/ Congelamento / Parafina (exceto Colo Uterino) – Peça Cirúrgica	0.20.30.20.03-0	24,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo 3 coletas)	0.20.30.10.02-7	10,65

Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino	0.20.30.20.02-2	43,21
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	0.20.30.10.01-9	6,64
Imunohistoquímica de Neoplasias Malignas (por marcador)	0.20.30.20.04-9	92,00
Exame Anátomo-Patológico de Mama-biópsia	0.20.30.20.06-5	24,00
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino-biópsia	0.20.30.20.08-1	24,00
Exame Citopatológico Cérvico Vaginal/Microflora-Rastreamento	02.03.01.008-6	7,30

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 06 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMMVI

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - ALTERAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - ALTERAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI torna pública a alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014, em razão de problemas técnicos na identificação do pagamento do preço público relativo à inscrição dos candidatos, inclusive com necessidade de alteração da data de realização das provas, como segue:

ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014	
DATA PREVISTA	ATO
14 e 15/10/2014	Publicação do Edital
15 a 29/10/2014	Período de inscrições
17/11/2014	Homologação provisória das inscrições
18 e 19/11/2014	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
21/11/2014	Homologação final das inscrições
30/11/2014	Data das provas escritas
01/12/2014	Publicação do gabarito oficial
02 e 03/12/2014	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
08/12/2014	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso, e publicação da classificação provisória
09 e 10/12/2014	Prazo para recursos contra a classificação provisória
15/12/2014	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 001/2014
16/12/2014	Homologação do Concurso Público nº 001/2014

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CISAMVI e da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no site www.nubesconcursos.com.br.

Blumenau, em 07 de Novembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CISAMVI

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI